



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E
ANTROPOLOGIA
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO**

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

As diferentes faces do estado na Amazônia:
etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio
Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá

Rio de Janeiro / RJ
Fevereiro de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

As diferentes faces do estado na Amazônia:
etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio
Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural).

Orientadora: Prof^a Dra. Neide Esterci

Rio de Janeiro / RJ
fevereiro – 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

(Catalogação realizada pela Biblioteca do ILMD – Fiocruz Amazônia)

S399c

Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz.

As diferentes faces do Estado do Amazonas: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. / Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

410 f.; il.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Orientadora: Prof^a Dra. Neide Esterici.

1. Antropologia 2. Campesinato
3. Desenvolvimento Sustentável I. Título

CDD 306.364

22. ed.

As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá.

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Orientadora: Prof. Dra. Neide Esterci

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural).

Aprovada em _____ de _____ de 2010.

Presidente – Prof. Dra. Neide Esterci
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/ IFCS

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA

Prof. Dr. John Cunha Comerford
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA

Prof. Dra. Gláucia Oliveira da Silva
Universidade Federal Fluminense – PPGA

Prof. Dra. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/IFCS

Suplentes:

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS/Museu Nacional

Prof. Dra. Yvonne Maggie
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/ IFCS

Rio de Janeiro / RJ
fevereiro – 2010

A minha mãe Helena (*in memoriam*), por ter me deixado de herança a sua força.

A Júlio, João Pedro e João Vítor, pelo amor paciente e sempre presente.

A todos aqueles que vivem na Amazônia e que por ela vivem.

Agradecimentos

Ao dar, dá-se sempre algo de si mesmo.

Marcel Mauss

Agradecer é retribuir as dádivas, renovar as alianças estabelecidas pelas trocas não só materiais, mas também espirituais, que envolvem o “dar e receber”.

Mesmo correndo o risco de esquecer pessoas, lugares e momentos que foram fundamentais para a pesquisa e elaboração da tese, agradeço:

Antes de tudo a Deus, por ter me guiado neste rito de passagem;

À Prof. Neide Esterci, minha orientadora, que além das trocas de idéias, das leituras atentas, do ouvido sempre pronto, da orientação amiga, muito me ensinou sobre simplicidade, humildade e generosidade na prática científica, qualidades imprescindíveis na formação de um pesquisador;

Aos professores e colegas alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ pelo direcionamento da minha prática acadêmica e à coordenação do Programa pelo apoio inestimável para a pesquisa de campo;

Ao grupo de pesquisas em questões socioambientais coordenado pela Prof. Neide Esterci: Annelise Caetano Fraga Fernandez, Thais Danton Coelho, Ana Paula Perrota, Eduardo d'Ávila, Arinaldo de Souza Martins, Karine Lopes Narahara e Mariana Porto, pelas trocas intelectuais, sugestões e críticas valiosas;

Especialmente, ao meu amigo (já doutor) Ronald Clay Ericeira, pelo incentivo, pelo carinho, pelas trocas intelectuais, pelo companheirismo e pela amizade sincera que nasceu durante os anos de doutorado;

Às secretárias do PPGSA, Claudinha e Denise, pelo apoio e atenção, especialmente quando estava em campo no interior da Amazônia;

À Direção do INCRA e aos servidores, especialmente Amália Barbosa de Manaus e Liana Lima do Rio de Janeiro que apoiaram o meu afastamento das atividades e cuidaram da burocracia durante os anos de estudos;

À Francisca Augusta Pires Mota do INCRA/AM, companheira inseparável nas viagens pelo Rio Juruá;

Ao ex-Superintendente do INCRA/AM e, atualmente, Senador João Pedro Gonçalves pelo incentivo e pelo companheirismo;

A todos os colegas servidores do INCRA/AM, do ICMBio, do IBAMA/AM e da SDS que compartilharam comigo suas histórias e experiências de vida;

Ao S. Joaquim e D. Noêmia da comunidade do São Raimundo e a todos os demais moradores da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari que me receberam em suas casas e compartilharam também suas histórias e seu modo de vida;

Às lideranças das ASPROC, AMARU, do CNS, e aos ex-agentes do MEB Caruari pelo apoio e pelas interlocuções;

À Comissão Pastoral da Terra do Amazonas pelo acesso aos seus arquivos;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM – pela bolsa de estudos para o apoio à pesquisa;

Às bibliotecárias do Centro Educacional La Salle que disponibilizaram um espaço fresco e aconchegante no longo período de escrita da tese durante os verões amazônicos;

Aos amigos de ontem, hoje e sempre, de perto e de longe, que de uma maneira ou de outra me ajudaram a chegar até aqui: Marli Chaves, Luzinete Peixoto, Paula Motta, Tereza Cristina Neves, Thelma Marreiro, Aparecida Dias e Jorge Cláudio Gonçalves;

Aos amigos Gessemir Dantas e Celito Nurenberg, que cuidaram dos nossos filhos durante algumas das viagens de campo;

Aos meus tios Niete e Gil que carinhosamente me receberam em sua casa no Rio de Janeiro;

Aos familiares do Rio de Janeiro, especialmente meu pai Alacyl Cruz e sua esposa Nadya Joseph, meu irmão Cyl, minha cunhada Mariana e meus sobrinhos Alexandre e Henrique que tornaram inesquecíveis meus anos de estudos no Rio de Janeiro;

Aos familiares do Sul, especialmente, minha sogra Cecília, pelo carinho de mãe sempre;

Ao meu amor, Júlio Cesar Schweickardt, companheiro de estudos, de sonhos e de caminhada, e aos nossos filhos João Pedro e João Vítor, luzes da minha vida...

Quanto mais desnaturalizada a sociedade, mais nos
surpreende sua desumanização.

Lévi-Strauss, "O Pensamento Selvagem"

Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz. As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá.

Orientadora: Neide Esterci. Rio de Janeiro: PPGSA\IFCS\UFRJ. 2010. Tese.

Resumo

Esta tese visa discutir a relação entre populações tradicionais e o Estado na Amazônia, por meio da etnografia dos processos que envolveram a produção de territórios no Estado do Amazonas a partir de critérios ambientais e ecológicos. Nos anos de 1970 e 1980, as intervenções do Estado negavam sistematicamente as formas de apropriação do espaço adotadas pelas coletividades camponesas locais e tratavam de tirá-los das áreas ocupadas em benefício das grandes empresas, através da política de assentá-los em lotes familiares. Novos movimentos sociais emergiram na Amazônia propondo seu modo de vida como critério fundamental nos processos de territorialização. A partir dos anos de 1990, as preocupações ecológicas se difundiram na sociedade e passaram a fazer parte da pauta das agências governamentais; estes novos movimentos sociais se aliaram aos ambientalistas e se fortaleceram politicamente. Os projetos de desenvolvimento sustentável passaram a disputar espaço com os projetos desenvolvimentistas e a ressignificar o papel do Estado na região. Através da análise do processo de criação e de implantação de duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, numa área habitada por pequenos produtores tradicionais, no curso médio do Rio Juruá, no estado do Amazonas, pretende-se compreender como, e em que medida, essas mudanças de conjuntura dos últimos anos alteraram os termos da relação das agências governamentais de Reforma Agrária e Meio Ambiente com os pequenos produtores locais.

Palavras-Chave

Amazônia; Sujeitos sociais emergentes; Estado; Campesinato; Ambientalização

Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz. As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá.

Orientadora: Neide Esterci. Rio de Janeiro: PPGSA\IFCS\UFRJ. 2010. Tese.

Abstract

This thesis discusses the relationship between traditional populations and the State in Amazonia, through the ethnography of the processes that involved the production of territories in the State of Amazonas from environmental criteria. In the 1970's and 1980's, state interventions systematically denied the way local peasant collectivities decided about space appropriation. Either it was taken away from them in favor of big firms, or they were placed in family plots according to the agrarian legislation. New social movements had emerged in Amazonia having considered its way of life as a basic criterion in the new territories. From the 1990's on, the environmental concerns were widespread in the Brazilian society and became part of the agenda of the governmental agencies; the social movements joined the environmentalists and became politically stronger; and the projects of sustainable development started to compete with traditional development projects and proposed new ways to the state role in the region. Through the analysis of the creation and implantation processes of two environmental protected areas, in a region inhabited by peasants, the mid Juruá River, in the State of Amazonas, this thesis intends to discuss how the new context has altered the terms of the relationship between environmental agencies and small producers.

Sumário

LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE SIGLAS.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 - SUBINDO O RIO JURUÁ.....	30
1.1. A decadência dos seringais do Médio Rio Juruá	32
1.2. “Eu ainda só não fui derrotado pela seringa”	43
1.3. Dos seringais para as comunidades.....	47
1.3.1 De uma comunidade de fora para uma comunidade de dentro da RESEX.....	51
1.3.2 São Raimundo – espaço de vida camponesa na RESEX Médio Juruá	53
1.3.2.1. Diagrama da distribuição espacial da Comunidade São Raimundo.....	55
1.3.3 A construção social do conceito de comunidade	65
1.4. A luta por um “direitozinho”	67
1.4.1. A proposta de Educação Emancipadora do MEB.....	70
1.4.2. Os agentes locais do MEB/Carauari	72
1.4.2.1. MEB Carauari - Sindicalismo e Alfabetização	73
1.4.2.2. Organização das comunidades.....	75
1.4.2.3. A luta contra o pagamento da “renda” da terra	76
1.4.2.4. O envolvimento pessoal com o trabalho social.....	77
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO DOS SERINGUEIROS NO AMAZONAS ...	81
2.1. Pai Nosso do seringueiro	81
2.2. “Seringueira que estás na selva, multiplicados sejam os vossos dias”	82
2.2.1. A invenção da Amazônia como “selva”	82
2.2.2. A contribuição dos cronistas, funcionários e colonizadores dos séculos XVI e XVII.....	84
2.2.3. A Amazônia a “luz” dos naturalistas no século XVIII	85
2.2.4. A classificação das espécies como reordenamento do mundo.....	87
2.2.5. A definição legítima da Amazônia	91
2.3. “Venha a nós o vosso leite, para o sustento de nossas famílias”	93

2.3.1.	Os seringueiros e a economia camponesa.....	93
2.4.	“Perdoai nossa ingratidão, assim como nós perdoamos as maldades do patrão”.....	97
2.4.1.	Os seringueiros e a patronagem.....	97
2.4.2.	O patrão como mediador	100
2.5.	“Ajudai a nos libertar das garras do regatão”	101
2.5.1.	A Lei dos seringueiros de Novo Aripuanã	101
2.5.2.	A organização no Rio Jutai.....	103
2.5.3.	A organização na calha do médio Rio Juruá e no Rio Jutai.....	108
2.5.4.	A construção do movimento dos seringueiros no Amazonas	114
2.5.5.	I Encontro Nacional dos Seringueiros – a emergência de uma identidade política	120
2.5.6.	A Lição do paneiro	122
2.5.7.	A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)	129
2.5.8.	“ECOS” da criação do CNS	132
2.5.9.	A reinvenção da Amazônia a partir da invenção dos seringueiros	136

CAPÍTULO 3 – NAS CURVAS DO RIO JURUÁ, NA MARGEM ESQUERDA UMA RESEX E NA MARGEM DIREITA UMA RDS..... 140

3.1.	Nas curvas do Rio Juruá	140
3.1.1.	Será que tem petróleo e gás nessa região?.....	142
3.1.2.	A presença marcante do MEB na vida do povo e a gente do povo que virou MEB.....	143
3.2.	ASPROC – o “regatão social”	145
3.2.1.	ASPROC hoje.....	148
3.3.	A reforma agrária do seringueiro: o projeto de construção da Reserva Extrativista.....	151
3.3.1.	A territorialização de um processo político-social.....	153
3.3.2.	Reserva Extrativista, um conceito nada acadêmico	155
3.3.3.	Debates e Estudos prévios a criação da RESEX do Médio Juruá.....	159
3.3.4.	A definição dos limites da RESEX.....	165
3.3.5.	O Plano de Utilização da RESEX.....	170
3.3.6.	A persistência do “poder tutelar”	171
3.3.7.	O Projeto de Óleos Vegetais, outros rumos para o extrativismo no Médio Juruá	173
3.3.8.	A criação da CODAEMJ	181
3.3.9.	A formação do Conselho Deliberativo da RESEX	188
3.3.10.	Revisitando o Conselho da RESEX.....	206

3.4. “À Margem” do Rio – a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uacari.....	214
3.4.1. O movimento para uma nova Reserva no médio Juruá	214
3.4.2. Olhando o processo por meio dos documentos que circularam na época.....	216
3.4.3. “Ribeirinhos” versus “Pescadores”.....	218
3.4.4. A construção do Acordo de Pesca	221
3.4.5. O acordo para a criação da RDS Uacari	224
3.4.6. A criação da AMARU	226
3.5. As interfaces do estado com as organizações sociais.....	229

CAPÍTULO 4 – AS DIFERENTES FACES DO ESTADO NO MÉDIO JURUÁ ...

231

4.1. “Aqui quem mandava era o patrão” – a face local do estado.....	234
4.2. A face do Estado que faz alianças – CNPT/IBAMA.....	238
4.2.1. As alianças para a criação da RESEX do Médio Juruá	245
4.2.2. A racionalidade do concurso público na Amazônia	251
4.2.3. O CNPT no Amazonas e a criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio.....	254
4.3. A face ambientalizada do estado – CEUC/SDS	256
4.3.1. A política ambiental do estado do Amazonas.....	256
4.3.2. A criação do IPAAM.....	260
4.3.3. O Projeto Corredores Ecológicos	262
4.3.3.1. Corredor Central da Amazônia	262
4.3.4. A criação da SDS - O estado do Amazonas se ambientaliza	266
4.3.5. O Programa Zona Franca Verde	267
4.3.6. Estratégias para conservação ambiental no estado do Amazonas e a participação das populações tradicionais	270
4.3.6.1. I Conferência das Populações Tradicionais do estado do Amazonas	272
4.3.6.2. II Conferência Estadual das Populações Tradicionais	276
4.3.7. A reformulação da SDS e a criação do CEUC	279
4.3.7.1. “Mercado de Oportunidades para o Conhecimento das Unidades de Conservação do estado do Amazonas”	285
4.3.7.2. “Oficina de Capacitação sobre a Aplicação do Crédito da Reforma Agrária para lideranças das UCs estaduais de Uso Sustentável”	286
4.3.7.3. A Lei de Mudanças Climáticas – a nova política socioambiental do estado do Amazonas	292

4.3.7.4.	Fundação Amazonas Sustentável – a transfiguração do estado ambientalizado	293
4.3.7.5.	O pagamento pelos serviços ambientais e a III Conferência de Populações Tradicionais.....	296
4.3.8.	A subvenção atual da borracha e o valor da preservação	297
4.4.	A tutela reivindicada	303

CAPÍTULO 5 – O INCRA NO AMAZONAS, APRENDENDO A FAZER REFORMA AGRÁRIA COM OS SERINGUEIROS.....305

5.1.	A territorialização agrária entre os anos 1970 e 1980	306
5.2.	A ambientalização dos processos de territorialização no Amazonas.....	308
5.3.	Interfaces das problemáticas agrária e ambiental.....	310
5.4.	O reconhecimento das territorialidades propostas pelos sujeitos sociais emergentes	313
5.4.1.	A aproximação das políticas do INCRA e do IBAMA, por meio da atuação política das populações tradicionais	314
5.4.2.	O caso do Médio Rio Juruá	320
5.4.2.1.	Construindo o diálogo.....	320
5.4.2.2.	A formalização do processo de reconhecimento.....	322
5.4.2.3.	O acordo oficial firmado entre INCRA e IBAMA.....	325
5.4.2.4.	O “Projeto do INCRA”	326
5.4.2.5.	A casa do INCRA - “O lugar onde o mundo se inverte”	329
5.4.2.6.	Um olhar sobre as normas para concessão de créditos aos beneficiários da reforma agrária.....	334
5.4.3.	A reforma agrária “chega na ponta”	339
5.4.3.1.	Chegando a Carauari e a reunião com a Vice-Prefeita.....	340
5.4.3.2.	Uma discussão acerca do ressarcimento dos créditos	341
5.4.3.3.	O início da viagem ao Rio Juruá – Chegando na comunidade do Roque	344
5.4.3.4.	Chegando no Bauana	347
5.4.3.5.	No final da RDS Uacari – Comunidade da Boca do Xeruã	352
5.4.3.6.	Comunidade do Xibauá/ RDS-Uacari.....	354
5.4.3.7.	Um pouso na Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari.....	356
5.4.3.8.	Entrando no Rio Anaxiqui	358
5.4.3.9.	A comunidade do São José no Rio Anaxiqui / RDS-Uacari	359
5.4.3.10.	Entrando no Lago do Pupunha.....	362
5.4.3.11.	Na comunidade do Tabuleiro.....	364
5.4.3.12.	Chegando no Paraíso / RDS-Uacari.....	366

5.4.3.13.	O “Novo Itanga” – a comunidade de açaiçal	367
5.4.3.14.	À deriva no Rio Juruá	369
5.4.3.15.	Comunidade Barreira do Idó – RDS Uacari	371
5.4.3.16.	Mais vistorias baixando no Rio.....	371
5.4.3.17.	O Pão	372
5.4.3.18.	No “Remanso” do Rio Juruá – RDS Uacari	373
5.4.3.19.	Comunidade do Bom Jesus.....	374
5.4.3.20.	A última comunidade visitada – Imperatriz / RESEX Médio Juruá	376
5.4.3.21.	O retorno a Carauari	377
5.4.4.	Assembléia da ASPROC	377

CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	399
---	------------

Lista de Figuras

- Figura 1: Foto do Porto de Carauri
Figura 2: Foto do Estirão do Carapanã
Figura 3: Foto da Comunidade de Flores
Figura 4: Foto da Comunidade Goiabal
Figura 5: Foto do Furo do Pupunha
Figura 6: Foto do Furo do Pupunha
Figura 7: Foto do Igarapé do Tracoá (onde começa a RESEX Médio Juruá)
Figura 8/9: Furo da Escavação
Figura 10: Localidade Monte Cristo
Figura 11: Corte da seringueira
Figura 12: Comunidade Imperatriz, 2007
Figura 13: Placa da SDS, Comunidade Boca do Xeruã, RDS Uacari
Figura 14: Samaumeira – espécie ameaçada de extinção
Figura 15/17: Comunidade do Mandioca
Figura 18: Frente da comunidade do São Raimundo, RESEX Médio Juruá
Figura 19: Sacado do Mari-Mari, RESEX Médio Juruá
Figura 20: Sistema de coleta de água da chuva, comunidade do São Raimundo
Figura 21/23: Capela da Comunidade do São Raimundo
Figura 24/25: Lideranças na celebração do São Raimundo
Figura 26: Balseiro na entrada da comunidade do São Raimundo
Figura 27: Lavagem de roupa e louça no rio
Figura 28/31: Fabricação da farinha na comunidade do São Raimundo
Figura 32: Açaizeiro cercado no quintal, comunidade do São Raimundo
Figura 33/34: Semente da seringueira
Figura 35: Fogão à lenha
Figura 36: Fogão à lenha
Figura 37/38: Hora das refeições
Figura 39: O interior das casas
Figura 40: O interior das casas
Figura 41: Escola da comunidade São Raimundo
Figura 42: Placa Solar da comunidade São Raimundo
Figura 43: Índios Guaicuru atravessando um rio
Figura 44: Projeto de Reforma Agrária dos Seringueiros
Figura 45: Jurisdição das terras no Amazonas em 2002
Figura 46: Sede da ASPROC e da AMARU em Carauri.
Figura 47: Rio Juruá
Figura 48: Rio Juruá.
Figura 49: Croqui de localização da RESEX Médio Juruá
Figura 50: Mudança no perfil da população de Carauri entre 1980 e 2007

Figura 51: Evolução da população de Carauari entre as décadas de 1980 e 2000

Figura 52: Hospital de Carauari

Figura 53: Barco da SUSAM (Sistema Único de Saúde do Amazonas – administrado pelo governo do Estado)

Figura 54: Escola Estadual Francisco Alves de Souza em Carauari.

Figura 55: Mapa do perímetro da RES Médio Juruá

Figura 56: Placa do CNPT/IBAMA na cantina da RESEX Médio Juruá

Figuras 57-65: Usina de beneficiamento de sementes oleaginosas na comunidade do Roque

Figuras 66-71: Trabalho de grupos na Reunião do Conselho da RESEX, jan/2007

Figuras 72-74: Painéis de Visualização, jan/2007

Figuras 75-76: Apresentação dos trabalhos de grupo – “Visão de futuro da RESEX”, jan/2007

Figura 77: Conselheiros analisando os cartazes com a “Visão de Futuro da RESEX”

Figura 78: Cartaz com a missão do Conselho da RESEX

Figuras 79-84: Conselheiros desenhando sua missão

Figuras 85-88: Entrega dos certificados aos Conselheiros

Figuras 89-91: Hora do lanche e brincadeiras durante a reunião, jan/2007

Figuras 92-93: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Médio Juruá

Figura 94: Mapa de localização das comunidades da RDS Uacari, 2008

Figura 95: Comunidade Bom Jesus, RDS Uacari

Figura 96: Corredor Central da Amazônia

Figura 98: Projetos de Agroextrativismo

Figura 99: Unidades de Conservação no Amazonas em 1997

Figura 100: Potencialidades das Cadeias Produtivas do Amazonas

Figuras 100-101: Secador de sementes na RDS Uacari, 2008

Figura 102: Série de Cartilhas das cadeias dos principais produtos do extrativismo no Amazonas

Figura 103: Organograma do CEUC

Figura 104: Organograma da Coordenação de Populações Tradicionais/CEUC

Figura 105: Esquema da Política socioambiental do Amazonas

Figura 106: Esquema do Ciclo de Carbono e o Aquecimento Global

Figura 107: Quatro modalidades de Bolsa Floresta

Figura 108: Apresentação dos participantes do grupo da borracha

Figura 109: Esquema da cadeia produtiva da borracha

Figuras 110-111: Casas da Reserva do Médio Juruá antes e depois dos créditos da Reforma Agrária

Figura 112: Gráfico demonstrativo da reforma agrária no Amazonas

Figura 113: Mapa ilustrativo da atuação do INCRA no Amazonas em 2009

- Figura 114: Quadro de fotos que ilustram a mudança do perfil das moradias na comunidade do Roque – RESEX Médio Juruá
- Figuras 115-116: Reunião com lideranças na sede da Prefeitura, jun/2009
- Figuras 117-119: Subindo o Rio Juruá: Lucileno (técnico da Prefeitura e piloto do barco), Augusta (técnica do INCRA), Kátia
- Figuras 120-121: Chegando no Roque ao anoitecer
- Figura 122: Porto do Roque: da esquerda para a direita, Augusta (INCRA), Sr. Bastos, Kátia, Sr. Zé do Pinto (atual presidente da comunidade do Roque)
- Figuras 123-124: Primeiras casas construídas com o Projeto do INCRA na comunidade do Roque em 2002
- Figuras 124-125: Primeiras casas construídas co Projeto do INCRA na comunidade do Roque em 2002.
- Fotos 126-127: Reunião na frente do alojamento da comunidade do Roque
- Figura 128: Augusta (Chefe da equipe do INCRA ensinando o filho mais velho a passar café
- Figura 129: irmão do meio preparava a rede de pesca para ir buscar “o almoço” (peixe)
- Figura 130: Comunidade Barreira do Idó
- Figura 131: Comunidade Cantagalo, jun/2009
- Figura 132: Comunidade Deus é Pai
- Figura 133: Comunidade Morada Nova
- Figuras 134-135: Filha do S. Sandoval limpando o peixe para o almoço e almoço na casa do S. Sandoval
- Figuras 136-137: Comunidade da Boca do Xeruã – RDS Uacari
- Figuras 138-139: Equipe do INCRA cadastrando na Boca do Xeruã
- Figura 140: Comunidade do Mandioca
- Figuras 141-142: Comunidade Xibauá – RDS Uacari
- Figuras 143-144: Coleta de assinaturas na varanda do Sr. Ribusco – Xibauá/ RDS-Uacari
- Figura 145: Comunidade Boa Vista – RDS Uacari
- Figuras 146-147: Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari
- Figuras 148-150: Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari
- Figuras 151-154: Comunidade do São Francisco/ RDS-Uacari
- Figuras 155-156: Preparo da mandioca no igarapé do São José/RDS Uacari
- Figuras 157-158: Família do igarapé do São José preparando a mandioca/ RDS-Uacari
- Foto 159-166: trabalho da equipe do INCRA na comunidade do São José / RDS-Uacari
- Figura 167: Comunidade do Morro Alto/ RDS-Uacari
- Figuras 168-169: Comunidade do Porto Sade/ RDS-Uacari
- Figuras 170-171: Comunidade do Lago do Pupunha/ RDS-Uacari
- Figuras 172-173: Comunidade do Maracajá/ RDS-Uacari
- Figura 174: Casa que nos acolheu na comunidade do Tabuleiro/ RESEX Médio Juruá ,construída com recursos da reforma agrária

- Figuras 175-176: Comunidade do Tabuleiro/ RESEX Médio Juruá
- Figuras 177-178: Equipe do INCRA cadastrando novas famílias no Centro Comunitário do Tabuleiro
- Figuras 179-180: Vistoria nas primeiras casas no Tabuleiro
- Figuras 181-182: Casas de farinha no Tabuleiro
- Figuras 183-184: Comunidade Paraíso
- Figuras 185-187: Comunidade Paraíso/ RDS/Uacari
- Figuras 188-191: Comunidade do Novo Itanga/ RDS/Uacari
- Figuras 192-193: Árvore do mulateiro – Médio Rio Juruá
- Figuras 194-195: Comunidade do Manariã/ RESEX Médio Juruá
- Figuras 196-199: Equipe do INCRA remando à deriva no Rio Juruá
- Figuras 20-201 Reunião na comunidade Barreira do Idó/ RDS Uacari
- Figuras 202-203: Escola e “casa do INCRA” na Nova União – RESEX
- Figuras 204-205: “Comunidade do Pão” – RESEX Médio Juruá e casa do Sr. Edelson Lobo
- Figuras 207-208: Comunidade do Remanso – RDS Uacari
- Figura 209: Estirão do São José – RDS Uacari
- Figuras 210-211: Comunidade do Bom Jesus – RDS Uacari
- Figuras 212-213: Capela de São Francisco da Imperatriz
- Figura 214: Casa enfeitada para os festejos de São Pedro
- Figura 215: Trapiche da Imperatriz, frente da casa da mãe da D. Raimunda
- Figura 216: Auditório Municipal de Carauari
- Figura 217: Plenária da Assembléia da ASPROC, 2009
- Figura 218: Coordenação da Assembléia da ASPROC, 2009

Lista de Siglas

ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFLORAM – Agência de Florestas do Estado do Amazonas
AMARU – Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari
ANAC – Agência Nacional de Aviação
ATES - Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental
AVIVE – Associação Viva Verde do Amazonas
CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
CI – Conservation International
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)
COODAEMJ – Cooperativa Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá
ECO/92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.
FLONA – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
GEA – Governo do Estado do Amazonas
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IERAM – Instituto de Educação Rural do Amazonas
IN – Instrução Normativa (INCRA)
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC – Instituto de Estudos Econômicos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM – Instituto Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN – Instituto de Planejamento de Gestão Governamental
ITEAM – Instituto de Terras do Estado do Amazonas
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NE – Norma de Execução
PAE – Projeto de Reforma Agrária (ou de assentamento) Extrativista
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIM – Pólo Industrial de Manaus
PMACI – Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SAF – Sistema Agroflorestal
SDS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEARP – Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento
SEPROR – Secretaria Estadual de Produção Rural
SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SIPRA – Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária
SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
WWF – World Wild Foundation

Introdução

Cheguei ao médio Juruá pela primeira vez em 2004. Engenheira agrônoma do INCRA, acompanhava o Superintendente do órgão, na época. Sendo início de mandato da nova direção, no Amazonas, fazíamos uma espécie de visita institucional aos projetos considerados “especiais” pela direção nacional. Subíamos o Rio numa viagem em parceria com a ASPROC – Associação de Produtores Rurais de Carauari. O INCRA custeava o combustível e a Associação cedia o barco. Como era costume local, e sendo o barco da Associação, dávamos passagem¹, a algumas famílias que aguardavam há dias uma condução. Há muitos anos já não se contava com linhas regulares de transporte de passageiros e poucos barcos ainda faziam o comércio ao longo do Rio.

Crianças que brincam
 No convés do barco,
 Mulheres mães,
 Esposas de seringueiros,
 Homens que foram escravos
 Do fausto da borracha,
 Somos todos companheiros de viagem
 Longa e paciente
 No sinuoso, profundo e intrépido
 Rio Juruá.²
 (João Pedro Gonçalves)

A nossa idéia, na direção do INCRA/AM, era ampliar os conhecimentos acerca da realidade que nossa intuição política e nosso conhecimento técnico indicavam como objeto possível de políticas de reforma agrária. Já no barco, era possível perceber que a relação entre os agentes públicos, os moradores locais e as lideranças das organizações era diferente de outras situações, nas quais eu presenciara certo distanciamento. De fato, em outras viagens a serviço, sempre pelas estradas, os funcionários do INCRA apareciam como autoridade frente aos moradores e às organizações locais. Agora, ali, na beira do Rio Juruá, parecia diferente a relação dos representantes do Estado com a população local.

¹ Dar uma carona de barco.

² Trecho de uma poesia que Sr. João Pedro Gonçalves, Superintendente do INCRA/Amazonas entre os anos de 2003 a 2006, e atual Senador suplente pelo Partido dos Trabalhadores, escreveu. A poesia foi inspirada na viagem que fazíamos pela primeira vez pelo médio Juruá, em março de 2004.

Já naquela primeira viagem pelo Juruá, pensei que o encontro do INCRA com aqueles “ribeirinhos”, “extrativistas”, “seringueiros”, fosse qual fosse a denominação que se auto-atribuíam, poderia vir a ser um objeto de estudo mais aprofundado. O INCRA, numa iniciativa pioneira na Amazônia, havia reconhecido como beneficiários de políticas de reforma agrária, os moradores da Reserva Extrativista (RESEX) Médio Juruá, a primeira desta categoria no Estado.

Embora já vivesse na Amazônia há quase vinte anos, conhecia ainda muito pouco a realidade dos moradores dos “beiradões”, aqueles que viviam às margens dos rios, lagos e igarapés. Toda a minha experiência como técnica, durante boa parte dos anos de 1990 havia sido com pequenos agricultores que viviam ao longo das rodovias e ramais, a exceção de uma curta experiência com “ribeirinhos” no Parque Nacional do Jaú. Aquela era, porém, uma área de proteção integral, onde os moradores sequer eram bem-vindos. No mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas, também trabalhei com moradores ao longo de uma estrada. Desenvolvi pesquisa que tinha como foco um projeto de assentamento próximo a Manaus, ligado à capital por uma rodovia federal, em cuja área incidia parte de uma Área de Proteção Ambiental – APA, e parte de Parque Estadual. Naquele momento, analisei os encontros e desencontros entre as políticas agrárias e ambientais a partir daquele contexto (Schweickardt, 2001), onde concebia o Estado de modo bastante diferente da visão que desenvolvi nesta tese.

Até a realização da pesquisa para a tese de doutorado, o que para mim caracterizava as políticas públicas voltadas para a gestão de territórios e que mediava a relação do Estado com as populações locais na Amazônia era, ou o desenvolvimentismo anterior ou as políticas mais recentes de cunho ambientalista. A primeira, nas décadas de 1970 e 1980 (Velho, 1979; Hèbette, 2004), foi marcada pelo estímulo à migração de populações das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para os projetos de colonização e de assentamento ao longo das rodovias na Amazônia, e a segunda marcada pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral, nas décadas de 1980 e 1990 (Barreto, 1997; Brito, 2000).

Nas duas vertentes políticas, as populações locais, nascidas na região ou que nela viviam há bastante tempo, eram desconsideradas, eram como que invisíveis pelos tomadores de decisão ou gestores públicos dos territórios amazônicos.

A emergência de novos sujeitos sociais organizados que demandaram a criação e o reconhecimento de suas territorialidades específicas, tornadas Projetos

de Assentamento Agroextrativistas - PAEs, Reservas Extrativistas – RESEXs – e, mais recentemente as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDSs, já vinha provocando mudanças de rumo nas políticas territoriais das agências governamentais, especialmente aquelas conduzidas pelo INCRA e pelo IBAMA na região.

Ao apresentar uma proposta para a seleção do doutorado, pensava em realizar uma pesquisa que pudesse refletir a relação do Estado, por meio de suas agências, com as populações locais num território específico. Como o Juruá seria distante, de acesso difícil e dispendioso, apresentei inicialmente projeto de tese a ser desenvolvido no Projeto de Assentamento do Castanho, um projeto de reforma agrária num município próximo a Manaus.

Ao ter sido selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ e ter sido aceita como orientanda da Prof. Neide Esterci, a configuração inicial da pesquisa foi se redesenhando. A orientadora, quando comecei o curso em 2006, coordenava um Projeto de Pesquisa intitulado “Projetos e Atores Socioambientais na Amazônia – Trajetórias”, e como tal dispunha de algum recurso financeiro. Ao me inserir no grupo de pesquisas, logo manifestei a intenção primeira de realizar o trabalho no médio Juruá, mesmo com todas as dificuldades do campo, deixando de lado por ora o PAE Castanho. Considerava que a nova conjuntura daquela região, que além da RESEX Médio Juruá, que eu havia visitado em 2004, possuía também uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável estadual, criada em 2005, seria um caso interessante a ser estudado, além do fato de que o debate em torno das RESEX e RDS estar também entre as preocupações de pesquisa da Prof. Neide, fato que estabeleceria uma interface entre nossas pesquisas, já que para ela o meu caso seria exemplar para esta discussão. Poderia também contar com o apoio do INCRA, do IBAMA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, e das demais organizações sociais locais, com as quais viria a fazer contato, para as viagens³ de campo no Rio Juruá.

Na construção do objeto de pesquisa, foram fundamentais as disciplinas que cursei no PPGSA/IFCS, Teorias Antropológicas II e IV e Antropologia Visual, além

³ Quanto aos recursos financeiros para as viagens de campo, especialmente para as Reservas em Carauari, pude contar com o apoio do Projeto coordenado pela Prof. Neide Esterci, com recursos do PPGSA/IFCS que me concedeu algumas passagens aéreas até Carauari, e com recursos da bolsa de doutorado com que posteriormente fui beneficiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas, FAPEAM. Além deste apoio financeiro, contei com o apoio logístico em campo das equipes do INCRA e de lideranças ligadas às Associações de Moradores das Reservas.

de algumas complementares que fiz no Museu Nacional, com especial destaque para o curso de “Sociedades Camponesas” ministrado pelo Prof. Moacir Palmeira e o curso “Território e Etnicidade”, ministrado pelo Prof. Alfredo Wagner, na Universidade Federal do Amazonas. Foram também importantes no processo, as reuniões de estudos e discussões com o grupo de pesquisa coordenado pela Prof. Neide Esterici, onde dissertações e teses com temáticas afins vêm sendo desenvolvidas. Embora tomando a RESEX Médio Juruá e a RDS Uacari como minhas áreas focais, a partir destas primeiras reflexões teóricas, foi ficando claro que o meu “campo” não se encerraria nos limites das duas reservas, e nem apenas se restringiria ao município de Carauari.

Enquanto cursava as disciplinas no Rio de Janeiro, fiz uma primeira viagem de campo exploratória a Manaus, que de meu lugar de moradia e trabalho, transformou-se em parte do meu campo de pesquisas. Este viria a ser o primeiro desafio dos muitos que enfrentaria durante a pesquisa. A partir das primeiras conversas e entrevistas feitas em julho de 2006 com agentes IBAMA, SDS, INCRA, envolvidos com as duas unidades de conservação do médio Juruá, e com o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Manoel Cunha, fui ampliando o campo de investigação.

Só depois desses primeiros passos exploratórios pude compreender que de fato, a construção do objeto não se daria por meio de um plano desenhado antecipadamente e sim pelo um trabalho realizado pouco a pouco, por retoques sucessivos, erros, correções e emendas (Bourdieu, 1989). As reflexões teóricas e o campo foram sinalizando o que havia a fazer, e a saber, uma vez que nem moradores e agentes públicos ligados à RESEX e à RDS, nem eu como pesquisadora, estávamos isolados do conjunto de relações que nos envolviam e das quais éramos também parte envolvente.

Usando diferentes recursos metodológicos tais como entrevistas livres e semi-direcionadas, análise de narrativas, observação participante, análise de documentos e a própria descrição etnográfica, procurei realizar uma etnografia comparada dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari. Já certa de que era preciso enfrentar o fato de que o real é relacional, minha unidade de análise extrapolou o limite geográfico das duas Reservas e envolveu também um

olhar sobre as instituições públicas federais e estaduais, IBAMA/ ICMBio⁴, SDS e INCRA, diretamente envolvidas com tais processos.

Assim, realizei além da viagem de julho de 2006 a Manaus, três outras viagens, por períodos de dois meses cada uma, para as Reservas. Entre janeiro e fevereiro de 2007 fiquei por mais tempo na RESEX Médio Juruá e, na volta estive na Reunião de Posse do Conselho Deliberativo da RESEX, em Carauari, onde apresentei o projeto de pesquisa aos Conselheiros e pude acompanhar as primeiras discussões da sua implantação e da construção do seu regimento interno. Em abril e maio de 2008, estive por mais tempo nas comunidades da RDS Uacari e na sede da SDS em Carauari. Em maio e junho de 2009 acompanhei a equipe do INCRA numa operação de pagamento dos créditos da reforma agrária aos moradores das duas reservas. A partir de 2008, fixei novamente residência em Manaus onde pude participar de reuniões, seminários, coletar documentos e conversar com técnicos e funcionários que estavam de alguma maneira envolvidos com trabalhos em unidades de conservação de uso sustentável, mesmo que não diretamente com as áreas foco da investigação.

Deste modo, os “nativos” da pesquisa foram vários: moradores das duas reservas, gestores públicos, servidores dos referidos órgãos, especialmente aqueles que realizam trabalho de campo em unidades de conservação no estado, lideranças das organizações sociais locais, tais como Associação de Produtores de Carauari – ASPROC e do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e ex-agentes do Movimento de Educação de Base – MEB de Carauari. Todas estas Instituições serão melhor apresentadas no decorrer da tese. Por meio das falas das pessoas entrevistadas e daquelas com quem mantive conversas informais, dos documentos a que tive acesso, das reuniões de que participei, nas comunidades e nos órgãos que visitei, tentei reconstruir as relações e processos sociais que levaram a criação e ao estabelecimento das duas áreas protegidas. Percebi que tais processos propiciaram a emergência de identidades coletivas e a atualização de certas configurações do Estado para além dos modelos convencionais por meio dos quais ele comumente desempenha suas ações políticas.

Entre o esboço inicial da pesquisa e o texto final da tese, foram muitas mudanças de rumo quanto ao que seria importante investigar, observar e analisar.

⁴ Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, criado a partir de um desmembramento do IBAMA, durante a realização da pesquisa de campo.

Estes deslocamentos foram causados pela dinâmica da pesquisa de campo, pelos desafios propostos pela bibliografia e, sobretudo, pelo modo como fui mudando durante todo o processo. Um verdadeiro “exercício das faculdades da alma”, como havia alertado Cardoso de Oliveira (2000) acerca da prática antropológica.

Por todo o tempo de realização da pesquisa e de elaboração da tese, minha posição, como a de qualquer pesquisador em campo, foi sempre marcada pela ambigüidade. Tal fato, como sugeriu Comerford (1999), é inerente à própria relação que nós pesquisadores construímos com o nosso universo pesquisado, especialmente quando somos parte integrante dele.

Ao adentrar o campo, ao mesmo tempo em que me apresentava como estudante, realizando a pesquisa para o curso de doutorado, era também uma servidora do INCRA, que já havia ocupado cargos de gestão. Porém, antes de ser funcionária pública, fora também “agrônoma-militante” junto a pequenos agricultores, em Ariquemes, no interior de Rondônia e alguns anos depois como “agrônoma-ambientalista” junto aos moradores do Parque Nacional do Jaú, no Amazonas. Havia assim uma percepção dos meus interlocutores, especialmente por parte de algumas lideranças locais e funcionários de órgãos com quem já me relacionava anteriormente, de que além de estar ali como pesquisadora, de ser funcionária de uma agência governamental, era também uma espécie de “militante”. Isso gerava neles algumas expectativas em relação a um possível papel de mediadora que eu poderia exercer junto ao INCRA e a outros órgãos para facilitar o atendimento de certas demandas. Papel que com alguma relutância acabei aceitando. Esta seria a minha contrapartida.

Junto ao desafio de definir o estatuto de minha inserção no campo, outros dilemas importantes também se colocaram, muito especialmente o exercício do olhar antropológico, ao qual eu acrescentaria o “sentir antropológico” e o fato de estar tratando de vidas alheias. Este dilema que acompanha quase todas as pesquisas em ciências sociais, como também sugeriu Cardoso de Oliveira (2000), faz com que o produto do trabalho seja moral, política e epistemologicamente delicado. Tentei manter, o máximo possível, vigilante durante a pesquisa e no processo de elaboração do texto da tese.

Pelo gênero do trabalho aqui proposto, com ampla presença de material etnográfico, preferi evitar apreciação abstrata dos principais textos e autores que me serviram como referencial teórico (Geertz, 1991; Bourdieu, 1989, 1992, 1997; Wolf,

2003; Oliveira Filho, 1988, Allegretti, 2002; Leite Lopes, 2004; Almeida, 2008) e guia fundamental na pesquisa e nas minhas reflexões. Optei por discutir exclusivamente, e à medida que apresento o material de campo, aquelas colocações teóricas que possuem maior relevância para o entendimento das questões que vão sendo colocadas.

O texto da tese é desse modo, a partilha de uma “experiência etnográfica” (Clifford, 1998) por meio de uma viagem que vai de Manaus ao médio Juruá, e sobe este Rio navegando em suas curvas. Uma viagem não só pelo espaço físico e pelo espaço das relações sociais, como também pelo tempo, onde o encontro com elementos do passado reorganizados e ressignificados pelo presente nos leva a compreensão das articulações que conformam as perspectivas futuras na região.

Seu Sabá, Cheiro, Flávio (AMARU), Manoel Cunha (CNS) e Lucileno foram os pilotos dos barcos que conduziram a mim e aos colegas que acompanhei nas viagens pelo Rio Juruá. Sentada ao lado deles nos barcos, canoas e “voadeiras”, fui adentrando naquele Rio. Onde eu só via a mata verde das margens, a água da imensidão do Rio e vez por outra uma casinha, uma casa de farinha ou uma comunidade, aqui e lá, ao longo da viagem, quase como uma reprodução de quadros da natureza feitos pelos naturalistas do século XVIII, estes pilotos foram me revelando uma natureza viva, cuja vida era marcada pelos significados atribuídos às árvores que indicavam os furos no Rio, curvas que mostravam caminhos e que contavam histórias. Pelas mãos deles e de vários moradores da calha do Juruá fui aprendendo que aquela natureza não era apenas parte de ciclos biológicos tecnicamente mensuráveis ou explicáveis, ela era também parte de complexas redes de relações sociais que realizavam no espaço inúmeros desenhos e recortes só percebidos pelos iniciados.

Os dois primeiros capítulos da tese são uma viagem pelo tempo no médio Juruá.

No primeiro, faço um resgate histórico dos processos econômicos, sociais e políticos vividos na região por meio de algumas narrativas contadas a mim como exercício da memória revisitada. Trato da formação das comunidades no Rio e do papel ativo e muito significativo do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Paróquia Católica de Carauari na organização das lutas na região e na formação de lideranças que são destaques até o presente momento no cenário político regional e nacional.

O capítulo 2 é um resgate do movimento dos seringueiros e extrativistas nas calhas dos rios Juruá e Jutaí, no estado do Amazonas que, diferentemente do que eu pensava por ocasião da organização da pesquisa ainda impregnada de pré-noções, não foi apenas tributário do movimento havido no Acre. Houve participação ativa dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos do Amazonas, e dessas calhas de rio, e da calha do Rio Madeira em especial, em toda a organização e conformação do movimento que acabou culminando com a criação do modelo das Reservas Extrativistas, tomado por eles como a “reforma agrária do seringueiro”. Para este capítulo, minhas principais fontes foram bibliográficas e documentais, com destaque para a análise de uma vasta documentação constante nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas aos quais, generosamente, me foi facultado o acesso.

O capítulo 3 é uma viagem pelos espaços sociais locais que foram sendo construídos e reconstruídos ao longo do tempo. Trata-se da criação das principais organizações sociais de médio Juruá e das estratégias, recuos e avanços, nos processos sociais que culminaram na criação da RESEX naquela região e alguns anos depois na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari.

O capítulo 4 é um olhar sobre as diferentes configurações que o Estado assumiu, e assume hoje, a partir das dinâmicas sociais locais, regionais e nacionais, e de suas transfigurações com a emergência da questão ambiental e dos novos movimentos sociais, com destaque para o movimento dos seringueiros na região. Nele procuro demonstrar como as diferentes faces do estado manifestas por suas agências ambientais, aqui representadas pelo CNPT/IBAMA e pelo CUEC/SDS, que ora se apresentam com preocupações mais sociais, ora mais ambientais, não apenas em função do que compete regimentalmente a cada uma dessas instituições. Muito da configuração de suas faces deve-se ao perfil e a história pessoal de seus agentes, às alianças que são feitas com as organizações sociais locais e a circulação de agentes públicos entre os órgãos e do movimento social para dentro dos órgãos por meio dos cargos comissionados.

O capítulo 5 é o fim da viagem, e o início dela propriamente dito. Nele faço uma análise da mudança de rumo havida nas políticas de reforma agrária conduzidas pelo INCRA no Estado do Amazonas a partir da organização do movimento dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos. Procuro analisar como este movimento social reafirma sua identidade com esta experiência e os desafios que

um órgão como o INCRA, gestor de territórios na Amazônia há várias décadas se vê, a partir de sua ação em campo, diante de uma nova realidade que o desafia também a se reconstruir.

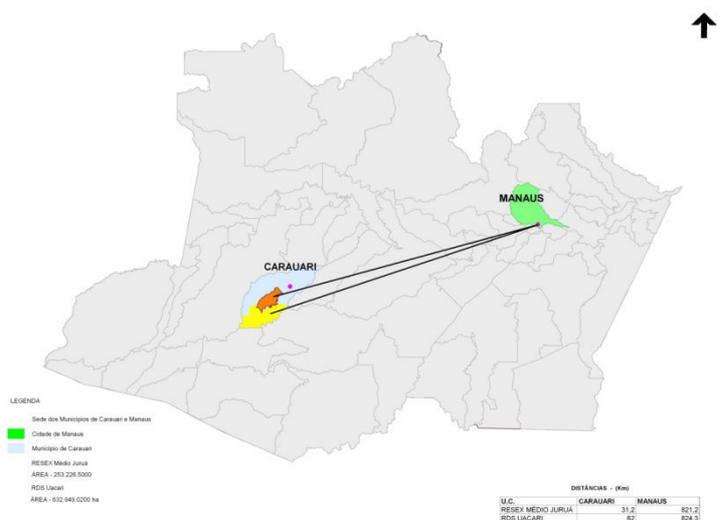
Coloquei intencionalmente na tese diversas fotos, mas não apenas como ilustração. A fotografia é muito próxima da Antropologia, porque ela é também um olhar sobre a realidade, um olhar que recorta e seleciona. É um olhar subjetivo cheio de emoção e de uma idéia de mundo: um olhar que interpreta (Pinheiro, 2000). Por outro lado, a fotografia não é apenas um duplo ou uma representação da realidade, ela é também a expressão do olhar de quem observa e registra. Porém, ela se mostra para além da imagem percebida. Com as fotografias, talvez possam ficar mais claras as escolhas e opções de recorte que fiz para a construção e interpretação da realidade que estou apresentando, porque como ressalta Mauad (2000), ao apresentar primeiro algo, para só então representar, a fotografia esconde outros aspectos da realidade registrada.

A imagem assim como o texto da etnografia, não é apenas a imagem ou uma monografia sobre outras pessoas (Da-Rin, 2004). É a relação com as pessoas que produz algo revelador. A etnografia assim como a imagem é uma relação, logo, não são apenas relatos sobre o “outro”, elas são também relatos sobre nós mesmos. O elemento subjetivo é parte integrante daquilo que está sendo mostrado ou descrito.

A etnografia é a “ciência do risco cultural”, que traz consigo a possibilidade de se ser surpreendido no campo ou nas reflexões teóricas, de se desfazer sínteses interpretativas e/ou valorizar o “inesperado outro”, que muitas vezes é um *inesperado nós*. Desse modo, pergunta Clifford (1998) não seria todo etnógrafo um pouco surrealista, “um reinventor e um recombinaador de realidades?”

Capítulo 1 - Subindo o Rio Juruá

Seguindo pela calha do Rio Juruá, do Estado do Amazonas em direção ao Estado do Acre, encontramos na região do curso médio do Rio, especificamente no município de Carauari a 870 km de Manaus, em linha reta, uma realidade que coloca essa meso-região no centro do debate socioambiental atual. Na margem esquerda a RESEX médio Juruá e na margem direita a RDS Uacari. Duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável que dialogam entre si e com os atores sociais que estiveram e estão envolvidos com a criação e implantação de cada uma delas e dialogam com reflexões teóricas que sustentam as contradições, as perdas e as vitórias do socioambientalismo na Amazônia hoje.



Assim como as águas do Juruá vindas do Alto Rio, a RESEX do Médio Juruá, banhada pelo mesmo Rio, inspirou-se no movimento havido no Acre em torno da criação das RESEX do Alto Juruá e de Chico Mendes (Almeida, 1992; Allegretti, 2002; Gonçalves, 2003; Almeida, 2004). Porém, a inspiração e a experiência adquiridas por alguns dos seringueiros do médio Juruá que participaram junto com os seringueiros do Acre da construção de um projeto de reforma agrária autenticamente amazônica, estabelecem uma aliança não com pesquisadores ou ambientalistas militantes como no alto Rio, mas com uma organização da Igreja Católica, o Movimento de Educação de Base – MEB. O MEB, após ter apoiado e fomentado todo um trabalho de constituição de comunidades nos moldes das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, estimulou por meio da aliança estabelecida com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari o processo que culminou com a criação da RESEX do Médio Juruá.

Várias narrativas dão conta dessa problemática e do desenrolar do processo na calha do médio Juruá. Algumas dessas narrativas, socialmente construídas, em suas dimensões de identidade e simbólicas, serão a matéria-prima básica para desvendar as faces dos processos sociais nos quais estas mesmas narrativas foram produzidas e são ainda hoje reproduzidas.

Ao embarcar nas narrativas dos diferentes sujeitos sociais envolvidos com a criação e a implantação das duas reservas, sejam eles agentes públicos, lideranças das comunidades, ex-agentes do MEB, membros das organizações populares, Associação de Produtores, Sindicato, CNS, evidenciou-se o aspecto dinâmico e fluido das relações sociais subjacente ao processo de territorialização em jogo. Tal dinamicidade conduziu minha atenção não apenas para a descrição do estado cristalizado das duas reservas, encerrado nas características físicas ou nos dados censitários de cada uma delas, separadas geograficamente pelo Rio Juruá e administrativamente por duas instâncias governamentais de gestão, a RESEX, pelo governo federal e a RDS, pelo governo estadual. O exercício do olhar e a análise das narrativas aguçaram minha percepção para os processos sociais que geraram, modificaram e modificam, ainda hoje, a constituição social daquelas formas, tanto a das reservas, quanto a das Instituições governamentais, ou não, com elas envolvidas.

1.1. A DECADÊNCIA DOS SERINGAIS DO MÉDIO RIO JURUÁ

Para chegar à RESEX Médio Juruá ou à RDS Uacari, é preciso pegar um barco no Porto de Carauari⁵ e subir o Rio Juruá.



Figura 1: Porto de Carauari, jan/2007.

Foto: Kátia Schweickardt

A viagem não é nada fácil porque o Rio Juruá é cheio de curvas e dependendo da época do ano, a viagem pode demorar o dobro, ou até o triplo do tempo normal, que é de cerca de seis horas até a primeira comunidade e de um dia de viagem até a última, na RDS.



figura 2: Estirão do Carapanã, jan/2007. Foto: Kátia Schweickardt

⁵ De Manaus à Carauari, é possível viajar de avião por cerca de 3h, com uma escala no município de Tefé, ou por 5 dias de barco de linha, saindo do Porto de Manaus.

Anda-se bastante por extensos trechos do rio, que quando retos são denominados de “estirão”. Subindo o rio, logo saindo do Sacado⁶ de Carauari encontramos a comunidade de Flores e depois do Estirão do Carapanã a comunidade do Goiabal, ambas ainda fora do perímetro da RESEX.



Figura 3: Comunidade de Flores , jan/2007
Fotos: Kátia Schweickardt



Figura 4: Comunidade Goiabal, jan/2007

Quando o rio está cheio, o que acontece entre os meses de abril a junho, encurta-se o caminho por meio dos furos, cortes que a água faz no meio da floresta. Embora os furos tornem a viagem mais rápida, são por vezes bastante perigosos por conter inúmeros troncos caídos pela força das águas, alguns destes não são visíveis por estarem submersos. Nos furos também a água corre com bastante velocidade o que exige grande habilidade de quem está pilotando. Enquanto navegávamos, o piloto que nos acompanhava sempre tinha uma história para contar de naufrágio neste ou naquele furo.

⁶ Segundo Cameron (1999: 105), como o Juruá é um dos mais sinuosos rios da bacia amazônica, por questões naturais, formam-se por vezes grandes lagos recuados denominados *sacados*. “Sacado”, na região amazônica, é um lago marginal, onde os rios represam o excedente das suas cheias. (Dicionário UOL Michaelis, em <
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sacado>> acesso em 02/09/09)



Figuras 5 e 6: Furo do Pupunha, em abril de 2008

Fotos: Kátia Schweickardt

A primeira comunidade da RESEX é o Gumo do Facão, a seguinte é o Pupuaí, e depois o Novo Horizonte.



Figura 7: Igarapé do Tracoá (onde começa a RESEX Médio Juruá) , jan/2007
Foto: Kátia Schweickardt

Após a comunidade Novo Horizonte, pega-se o Furo da Escavação, já dentro da RESEX. Quando saímos no Rio Juruá, encontramos uma localidade denominada Monte Cristo, um antigo seringal de propriedade da D. Ruzinda⁷, que viria a ser avó do prefeito em exercício na época da pesquisa, Sr. Bruno Ramalho.

⁷ Para as referências às pessoas citadas nos relatos e narrativas e às pessoas entrevistadas, optei por adotar uma linguagem mais coloquial, mais próxima ao modo como as pessoas falam na região. Desse modo, "D." Fulana significa "Dona" Fulana, o equivalente à "Sra.", na norma culta. O mesmo seguirá para os homens, onde "S." Fulano, significa "Seu" Fulano, o equivalente a "Sr.".



Figuras 8 e 9: Furo da Escavação, jan/2007

Fotos: Kátia Schweickardt

O barracão do antigo Seringal Monte Cristo, fica na entrada do igarapé que conduz ao Lago da Fortuna. Chegando nesta localidade, podemos começar a compreender o que representou o fim da economia da borracha no Rio Juruá. Encontramos uma casa mal conservada, cercada de mato e um antigo barracão abandonado, possuindo em seu interior restos do que um dia representou o movimento da economia da região, balanças abandonadas e velhas cadernetas de aviamento⁸. Já no porto da casa, fomos recebidos por uma família que se dispôs a conversar conosco. O chefe da família, Sr. Raimundo, estava acompanhado de sua mulher, D. Francisca, uma filha, genro e alguns netos.

⁸ Segundo Santos (1980), “*aviar*, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O ‘aviador’ de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que poderia chamar ‘juros extras’. Esse ‘aviador’, por seu turno, era ‘aviado’ por outro e também pagava ‘juros extras’ apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos ‘juros extras’ e do rebaixamento do preço local da borracha”. Desse modo, o aviamento viria a ser um sistema de trocas por meio do qual se adiantavam mercadorias aos “fregueses” (seringueiros) para posterior pagamento em produto (borracha e com a queda da borracha, com madeira e até peixe). Tal sistema levava a uma dependência freqüente do “freguês” em relação ao “patrão” (seringalista) porque tanto o preço da mercadoria concedida em adiantamento quanto o do produto do extrativismo eram estabelecidos pelos patrões, produzindo um endividamento quase que permanente. Tal processo tornou-se fundamental para a compreensão econômica e também antropológica da vida social da Amazônia.



Figura 10: Localidade Monte Cristo, jan/2007

Foto: Kátia Schweickardt

S. Raimundo nos contou que havia nascido no seringal Monte Cristo e que sempre viveu nesta localidade. Foi criado pela proprietária do seringal, com quem possuía um parentesco distante. Com a morte de D. Ruzinda, o seringal passou a ser administrado por um de seus filhos, Manoelito e depois pelo Silvestre, seu filho de criação. Silvestre foi o administrador até a criação da RESEX e total desativação do seringal e a fundação da comunidade do Lago da Fortuna. Até hoje, ele é tido como o último “patrão” dessa área.

Já tinha começado tudo a se espatifar, o Silvestre a ir para Carauri e deixava só eu aqui, eu não sabia bem, mas ficava mercadoria. Tinha uma mulher que morava ali, que era mulher do Tapuio, tal de lanê. Quando era dia de sábado, eu ia buscar ela pra cá, quando chegava aqui eu atendia o pessoal todinho e ela ia anotando pra mim. Daí eu vi que não ia dar certo e resolvi ir para o Fortuna. Plantei um bocado de roça. O seringal já estava debandando. Às vezes ficava o Antônio e às vezes, não ficava ninguém. Foi se acabando tudo. Mercadoria se acabou, o homem não botava mais. Aí resolvi procurar o meu rumo. Plantei uma rocinha e vivia bem. Resolvi voltar para cá de novo, trabalhei uns tempos e aqui já não tinha mais ninguém. Foi o tempo que entrou a reserva e o Silvestre Tb saiu porque não queriam negociante dentro da Reserva. Era no tempo do Reginaldo que fizeram a reunião lá em cima no Mandioca. Aí eu disse ao Silvestre que se ele ia sair, eu também ia buscar outro canto porque não ficava ninguém, nem mercadoria, nem nada. Saí e fiquei no Fortuna. (Entrevista do S. Raimundo Barbosa, Monte Cristo, 2007)

Desde o enfraquecimento da economia da borracha por volta dos anos de 1980, quase já não havia compradores para o produto pelo Médio Rio Juruá e muitos seringueiros se dedicavam a agricultura, a pesca e a extração da madeira. De fato, podemos considerar os seringueiros da Amazônia como um tipo particular de campesinato, que embora vivendo no interior da floresta, nunca esteve isolado da sociedade em geral. Não eram marginais nem uma cultura à parte. Eles eram, e são, ainda, um tipo social (Kerney, 1996) do campo, ou da floresta, cuja existência se definia na relação com a “cidade” (Redfield, 1965; Foster, 1967; Silverman, 1979; Pereira de Queiroz, 1976), de onde provinha seus padrões e as determinações sobre o seu modo de vida. De igual modo se definiam como tipo social na relação com o “mercado” (Polanyi, 1957; Mintz, 1959) por meio do qual se davam as relações desiguais de troca entre produtos do extrativismo e as mercadorias da cidade. E mais recentemente, na relação com o “estado” (Wolf, 2003), especialmente com a criação das Reservas Extrativistas – RESEX – e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Porém, guardam algumas particularidades em relação aos demais camponeses pelo fato de serem protagonistas de um estilo de vida que se integra não só à vida no campo, mas à dinâmica da vida na floresta. O que, também os faz ter com aqueles algumas semelhanças como o fato de desenvolverem a pluriatividade (Carneiro, 2003), embora se auto-denominem político-socialmente como “seringueiros”. Pescar, fazer roça, coletar produtos da floresta, caracterizaria o modo de vida entre os extrativistas da região, porém, sob o domínio dos seringalistas, eles eram muitas vezes impedidos de colocar roça e de pescar, para que toda a sua subsistência fosse adquirida no barracão (Reis, 1953; Pantoja Franco, 2001; Cunha & Almeida, 2002; Gonçalves, 2003).

O Médio Rio Juruá, como boa parte das áreas de extrativismo da borracha na Amazônia, recebeu em períodos diferentes levas de migrantes nordestinos para o corte da seringa e o processamento da borracha. Segundo Cunha & Almeida (2002), por mais de 130 anos a história do povo do Rio Juruá esteve ligada às oscilações dos preços da borracha natural. Porém, esta história teve consequências diferentes para os donos de seringal, para os arrendatários e para os seringueiros. A borracha na região teve o seu auge, primeiro entre os anos de 1850 e 1912. Este período foi marcado pela descoberta do processo de vulcanização por Goodyear. Com o plantio das mudas de seringueira contrabandeadas para Malásia, se instaura, por volta de

1910, a primeira grande crise desta economia, com falências e falta de mercadorias. O preço da borracha só voltou a subir a partir das demandas geradas pela Segunda Guerra Mundial, quando foram trazidas novas levas de migrantes. Este novo período foi de proteção aos preços e durou até 1986, quando se deu nova queda nos preços. A decadência prosseguiu até o fim do protecionismo estatal em 1996.



Figura 11: Corte da Seringueira

Foto: Arquivo ASPROC

Algumas famílias são “sobreviventes de todas essas fases”, como diz Cunha & Almeida (2002: 106). É o caso da família Cunha que vivenciou todo esse processo. Como os demais seringueiros, se enquadram naqueles que Almeida (2002: 106) denominou de “sobreviventes de todas essas fases”. O avô de Sr. Joaquim, um “arigó”⁹, segundo ele mesmo, veio do Nordeste para cortar seringa junto com o pai, Raimundo Cunha, cujo nome foi dado à comunidade em que vivem hoje os descendentes. Estabeleceram-se no Seringal Manixi, que junto com o Seringal Bacaba formavam uma grande posse de um seringalista de nome “Major Maia”. O Sr. Joaquim (que hoje tem por volta de 70 anos) não sabe bem precisar as

⁹ Migrantes em sua maioria vindos do Ceará, e também de outros Estados do sertão nordestino, que vinham para a Amazônia trabalhar na borracha na década de 1940. (Cf. Benchimol, Samuel. Os arigós: visão sociológica. In: **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer/UFAM, 1999).

datas, mas lembra que era ainda menino quando se deu o declínio do Seringal Manixi. “A freguesia¹⁰ só botando saldo e o patrão sem mercadoria no barracão”.

Eles viviam assim porque queriam uns viver roubando os outros. Quando a pobreza começou a ter direito nas coisas, num instante eles abandonaram porque viram que não ia para frente. Hoje, não mora ninguém naquele lago. Está todo mundo em Itamarati, na cidade. Naquele tempo, nós pagávamos aquele horror de dinheiro de renda. Entregávamos a borracha sem o patrão ter nenhum saldo para pagar. Nesse tempo fizeram tanta reunião, tanta coisa (...) todo mundo pagava aquela rendona calado, sujeito a vender tudo, sem o patrão ter dinheiro para dar o saldo nem mercadoria para a gente comprar. Por isso que nós saímos de lá. Porque Joaquim disse assim: “Noêmia, quando você tiver essa menina, que você tiver com 15 dias, eu vou procurar outro lugar para nós morarmos. Porque eu nasci e me criei aqui neste seringal.” Toda a vida eu gostei desse povo. E eu não quero me desgostar do Quirino – filho do velho Maia. Já que eu trabalho, é porque eu não quero passar necessidade. De que adianta eu trabalhar, ter saldo na mão dele e ele não me dar o saldo porque não tem condições. Ele até ia tomar borracha emprestada lá em casa! Eu não posso vender a minha borracha fora, porque ele não quer que eu venda. Para eu não me desgostar dele eu vou-me embora.¹¹ (Entrevista com S. Joaquim Cunha, comunidade São Raimundo, janeiro de 2007)

Quando os Maia quebraram de vez, arrendaram seus seringais para a freguesia. Esta pagava renda e era obrigada a vender seus produtos apenas para este patrão. Segundo D. Noêmia, “*Esse tempo, eu comparo com o tempo do cativo*”. Bastante endividado também com os fornecedores de Manaus, o seringalista acabou vendendo o seringal Bacaba para a família Pinheiro, “*que eram uns patrões bem fortes*”.

Com a morte do Major Maia, seus muitos filhos disputaram entre si a melhor parte do seringal. No auge da crise, Quirino Maia que administrava o barracão ao qual estava ligada a colocação do Sr Joaquim, ofereceu-lhe o arrendamento da sua colocação por dez anos, porque queria se mudar para Manaus. Quirino não honrou

¹⁰ *Freguesia* é o termo que designa os seringueiros que trabalham num determinado Seringal e são “fregueses”, pagam renda e entregam seus produtos em troca de mercadorias fornecidas pelo seringalista. Tanto o produto entregue quanto a mercadoria recebida têm os seus preços fixados pelo seringalista ou pelo seu gerente que controla o barracão. Quando o valor da mercadoria adquirida pelo seringueiro era menor que o valor da soma do produto entregue e da renda devida, formava-se um “saldo”, favorável ao seringueiro. Assim, ocorria uma imobilização às avessas: o seringueiro ficava preso ao patrão para tentar receber o que lhe era devido. (Cf. Corrêa, 1967; Goulart, 1969; Santos, 1980; Loureiro, 1985; Dean, 1989; Cunha & Almeida, 2002)

¹¹ D. Noêmia interrompendo Sr. Joaquim, no momento em que ele contava a história da trajetória da família “Cunha”, entre os anos de 1960, pelo Médio Rio Juruá, na entrevista realizada na Comunidade São Raimundo da RESEX Médio Juruá em janeiro de 2007.

o trato e com cinco anos quis desfazer o negócio. Propôs que Sr. Joaquim voltasse a pagar uma “rendazinha” para ele poder se sustentar. Logo depois, recolocou um comércio e retornou ao sistema de “barracão” no Manixi. Outra crise se estabeleceu em seguida e as mercadorias começaram a faltar no barracão, segundo Sr. Joaquim:

Tinha dia, que eu acabava de defumar morto de cansado porque as minhas estradas eram grandes. Aí a mulher dizia: “Rapaz, o açúcar não dá para fazer a comida do menino.” Eu só fazia pegar o remo, tirar a canoa, porque naquele tempo motor era difícil, eu tirava para o Bacaba. Lá, tanto fazia levar como não levar, que eu comprava o que eu queria. E o saldo, no Manixi só aumentando. Só sei que o do meu irmão chegou a ser 200 mil cruzeiros. E o meu chegou a mais ou menos 30 mil cruzeiros. Não recebemos um centavo desse dinheiro. Depois ele (Quirino) andou se escondendo de mim. Comprou um motor para tirar sorva para dentro do Canamã. Nós ainda sustentamos muito ele. Às vezes, quase um mês ele comendo farinha lá de casa. Nós dávamos o peixe quando pegava que dava para dar, nós dávamos farinha. A farinha sempre ele pagava uma parte. (Entrevista S. Joaquim, 2007)

De lá, Sr. Joaquim saiu rio abaixo com a família para o Seringal Boa Esperança, que também era da família Maia. Mas lá não ficou muito tempo porque havia perdido a confiança no patrão. Desceu mais um pouco e foi parar no Seringal São Romão, tendo deixado um roçado de farinha para trás, sem ter para quem vender. Resolveu, então, cortar seringa, no verão, no seringal São Romão e, no inverno, voltavam para colher a roça no seringal Boa Esperança. No inverno amazônico de 1968, nasceu Manoel Cunha¹².

O grande Seringal São Romão, a época em que S. Joaquim chegou por lá, pertencia a uma viúva, D. Neusa Barros, e ficava duas praias abaixo do Seringal Xibauá. Foi lá que nasceu S. Simões, também hoje morador da comunidade de São Raimundo, vizinho e compadre do S. Joaquim Cunha. No São Romão, S. Simões cresceu, casou-se com D. Tonha e teve alguns de seus filhos.

Eu nasci no seringal São Romão. Me criei lá. O patrão lá, quando eu nasci, era um homem chamado Barros. Não sei como era o sobrenome dele. Quando eu saí do São Romão, eu já tinha uns 40 anos. Lá, eu nasci, me criei e me casei. No seringal mesmo. Mudou muito os patrões. Depois do Barros, entrou um patrão chamado Raimundo Matias, depois o Pedro Bento, o finado Zeferino, um patrão muito bom, que passou um bocado de tempo, depois S.

¹² Atual Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Norberto, depois Raimundo Campelo, Raimundo Gonzaga, depois veio o Mário. Nós cortávamos seringa e plantava roça só para comer. Ninguém vendia farinha mesmo. (Entrevista do S. Simões, 2007)

D. Neusa, dona do São Romão e de outros seringais, era conhecida por visitar pessoalmente seus barracões enquanto ainda gozava de saúde. Quando não pôde mais tocar o negócio, o São Romão foi arrendado para outros seringalistas até o quase total desinteresse pela borracha. O último patrão conhecido pelos moradores que ainda por lá viviam já era pertencente à família Moraes, que possui várias histórias pelo rio ligadas não mais à atividade extrativista da borracha, mas sim à extração da madeira.

Foi (mais ou menos em 1970) que me estabeleci no Mandioca, que era uma colocação do Seringal São Romão da D. Neusa que ainda possuía os seringais Pau-furado, Caroçal, São Romão e o Marari. Quase todos os meses, ela estava nos seringais dando uma vistoria. Mas ela adoeceu e não veio mais. Tinham vendido para o João Dantas, mas ele também não veio mais. Acabou-se assim sem dono...

Quando acabou o (tempo do) João Dantas, passaram para os Moraes que já era sócio dele (Mário Moraes – grande dono de serraria em Manaus) para tirar madeira, porque seringa eles não queriam nem ver. (Entrevista do S. Joaquim, 2007)

Do seringal Imperatriz, na margem direita do Rio Juruá, originou-se a comunidade Imperatriz, na margem esquerda, dentro da RESEX Médio Juruá. Diferente das demais comunidades da RESEX, a Imperatriz é presidida por uma mulher, D. Raimunda Rodrigues Alves, que nasceu no município do Juruá, no Seringal do João Nico e veio para o Imperatriz com 11 anos.

O Tio Constantino, que era o dono do Seringal que hoje é Imperatriz, pediu para o pai vir tomar conta do seringal. Depois o tio arrendou o seringal para outra pessoa. Ele arrendou pro S. Antonio Sales, depois do Antonio Sales com a passagem do ano ele vendeu pro Raimundo “Passarinho”, que era o Raimundo Lisboa, que foi candidato de Itamarati e quem tomava conta era o Geovane, filho dele. Depois, ele não pagou tudo e meu tio recebeu o seringal de volta, ai ele foi e vendeu pro Ricardo Carvalho e nós continuamos morando lá. Depois o S. Januário, que mora em Carauari, arrendou do Ricardo dizendo que tinha comprado. Mas na verdade, o seringal continuava sendo do Ricardo. Como o meu pai já estava muito velho e meus irmãos já tinham deixado de cortar seringa, passamos a trabalhar na agricultura.



Figura 12: Comunidade Imperatriz, RESEX Médio Juruá, 2007
Foto: Kátia Schweickardt

Do mesmo modo que os demais seringais, o Imperatriz, o Monte Cristo, o Pupunha e tantos outros do Rio Juruá, foram aos poucos deixando de funcionar quando a borracha perdeu a importância para o comércio regional. Vários proprietários, sem condições de aviar seus fregueses, arrendaram os seringais para outros administradores, que passaram a comercializar não apenas a borracha, mas também o peixe e a madeira, em troca de mercadorias, agora não mais centralizadas nos barracões, mas por meio dos regatões móveis.

1.2. “EU AINDA SÓ NÃO FUI DERROTADO PELA SERINGA”

Nos anos de 1980, já com a economia da borracha em queda (Almeida, 1992), além do corte da seringa, a maioria da população local passou a se dedicar à produção de farinha e a pesca, voltados prioritariamente para a subsistência e a venda de algum excedente. Muitos também passaram a se dedicar ao corte da madeira, sob o controle de alguns patrões, ex-seringalistas. Alguns haviam abandonado seus seringais, outros haviam vendido ou arrendado para os madeireiros, outros haviam passado, eles mesmos, a explorar madeira na região.

Nesta época, ainda o domínio da economia estava nas mãos de patrões locais, remanescentes da economia da borracha, que permaneceram como comerciantes nos barcos regatões¹³, comprando a farinha em troca de outras mercadorias, extraindo madeira de modo indiscriminado, donos de barcos peixeiros, numa atividade por vezes predatória nos inúmeros lagos e igarapés da calha do Juruá.

Nós cortávamos madeira para ele, mas continuávamos cortando seringa também. Todo o canto que eu me viro o fogo me queima. O patrão (“Moraes”) veio pagando, veio pagando a madeira, mas a derradeira que tiramos, ele deu uma parte e a outra até hoje... Mas nós continuamos cortando seringa no verão e no inverno tirávamos madeira, mas pouca. Eu ainda só não fui derrotado pela seringa. (Entrevista do S. Joaquim Cunha, São Raimundo, 2007)

Na comunidade mais distante, na fronteira da RDS Uacari com a Terra Indígena do Biá, já quase no município de Itamarati, ouvimos algumas narrativas que ilustram bem essa passagem da borracha para a madeira no interesse dos patrões. Embora tendo nascido no seringal Jainú, no município de Itamarati, já em direção ao alto Juruá. D. Isaura, filha de seringueiros, casou-se com S. Raimundo que já morava no Xeruã. Desde quando se lembra, na sua vida com S. Raimundo no Xeruã, na década de 1970, já não havia mais patrões fixos, apenas os regatões que se encarregavam de aviar os fregueses e a comprar a pouca borracha que ainda se produzia no Rio.

¹³ “No Brasil, regatão passou a ser denominação exclusiva do vendedor ambulante fluvial, em atividade na Amazônia” (Goulart, 1968: 24). Operando por meio de um sistema de créditos em garantias real, operava a troca de produtos da floresta e das roças por mercadorias com preços bastante elevados. Era, como sustenta Goulart (1968: 121), um concorrente do barracão do seringalista na exploração dos seringueiros.

O Raimundo já morava no Xeruã. Ele é mais velho 10 anos. Eu o conheci em festas. A gente morava perto também, e pra lá tinha muita festa. Festa de São Francisco, São Raimundo, às vezes aqueles velhos que faziam aqueles festejos, e assim a gente se conheceu e eu me casei. Mas me casei menina, menina, tinha 14 anos. Ele cortava seringa, tirava o leite da sorva. Ele vendia para os regatões. Nessa época já não tinha mais patrão. (Entrevista D. Isaura dos Santos, Boca do Xeruã, 2008)

Depois, passaram a trabalhar com a madeira, vendendo para a família Lobo, proprietária do Seringal do Pão, que com a decadência da borracha passou a trabalhar com a exploração de madeira. “Os Lobo”, como são conhecidos os irmãos que ainda vivem em Caruari e no antigo seringal, hoje comunidade do Pão, viria a ser uma das famílias que mais se oporia à criação da RESEX Médio Juruá no final dos anos de 1990.

Nós fomos trabalhando e chegou o tempo em que o Raimundo Lobo comprava madeira. Ele tirou madeira um ano lá dentro. Trabalhava com gente tirando madeira. Saímos e viemos para a boca¹⁴ do Rio. (Entrevista D. Isaura, Boca do Xeruã, 2008)

Como a localidade em que viviam, no Xeruã, foi requerida pela FUNAI na década de 1990, para tornar-se Terra Indígena, que viria a ser homologada em 1997, mudaram-se para a boca do igarapé do Xeruã onde organizaram a comunidade, que hoje é o limite da RDS Uacari.

Raimundo começou a plantar pertinho da boca, daquele lado aqui. Primeiro surgiu a TI, só no lado do Xeruã, aí ele fez o roçado desse lado entre o Xeruã e o Juruá. Lá nós tínhamos muita planta, bem de raiz, roça, tudo nós tínhamos. Eram 7 casas de moradores e tinha uma casa de farinha completa. Aí surgiu que a FUNAI ia demarcar o rio inteiro para os índios. Aí nós ficamos sem saída, e deixamos outro plantio dentro. Ainda hoje, formaram uma aldeia lá onde nós tínhamos agricultura. Aqui perto. Raimundo disse que ia sair, mas não para longe porque tinha a sua agricultura e ele disse que viria para desmanchar a agricultura, a roça. Assim nós fizemos. Aqui não tinha nada, não tinha casa, era só mato. Viemos nós e meu genro, marido da Antônia. Nessa época, meus filhos eram todos solteiros, só ela que era casada. Nós viemos e fizeram essa casa, a primeira casa que foi feita aqui. Depois, ele começou a plantar pertinho da Boca, daquele lado aqui. Assim, nos apoiamos aqui nessa área e meu marido falou que daqui ele só sai para o cemitério ou para ir embora para a cidade. Ele dizia. A gente ficou aqui... Isso aqui era do Valdemar Moraes. Ele era madeireiro e ficava tirando madeira. Meus filhos cortaram madeira acho que uns cinco anos pra ele. Desse tempo, o Valdemar fracassou, não veio mais comprar nada e a gente

¹⁴ Desembocadura de um rio.

ficou... Fizeram muita denúncia falsa, de derrubada de madeira, de pesca. Fizeram tudo para tirar a gente daqui. Aí surgiu a reserva [RDS], essa que nós estamos morando nela agora, foi como eles pararam. Isso foi uma benção. Se não, nós já tínhamos saído daqui de pé na bunda deles. A nossa área ficou lá dentro. Tem a placa da reserva aqui dentro do Xeruã.



Figura 13: Placa da SDS, Comunidade Boca do Xeruã, RDS Uacari, 2008
Foto: Kátia Schweickardt

Embora D. Isaura faça no presente momento uma análise positiva da criação da RDS por ter garantido a permanência de sua família naquele trecho do Rio Juruá, a sua comunidade foi uma das que resistiu inicialmente à criação da reserva na região. Já tendo sido expulsos de sua outra localidade em função da criação da Terra Indígena e por estarem envolvidos com a rede de comércio de madeira, viam, inicialmente, a criação de outra reserva como a inviabilização de sua permanência no lugar. Eles temiam as limitações que seriam estabelecidas por outra área protegida.

Nós vendíamos no comércio mesmo, no Rio, para o regatão. Vendíamos sorva, borracha, peixe. Depois que terminou a borracha, a sorva e a madeira, a gente ficou só no peixe e na agricultura familiar. (Entrevista com Sr. Raimundo Lopes, na Boca do Xeruã, RDS Uacari, em junho de 2009)

A exploração madeireira como atividade de destaque na região, final da década de 1980 e início da década de 1990, coincide com a relevância que alcança a temática ambiental no Brasil e como tal com uma maior exigência pelo

cumprimento da legislação vigente e a promulgação de toda uma nova legislação mais restritiva em relação às atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais.



Figura 14: Samaumeira - espécie ameaçada de extinção, jan/2007
Foto: Kátia Schweickardt

A questão ambiental ocupou a arena do debate mundial já no final da década de 1960, que culminou com a Primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano na Suécia em 1972. Embora, segundo Leite Lopes (2006:37), o Brasil tenha se pronunciado nesta Conferência contra as ações de controle ambiental, temendo represálias internacionais ao processo de industrialização iniciado nos anos 1930 e 1940, retomado nos anos de 1960 e 1970, já se iniciava também no país um processo de institucionalização deste debate com a criação da SEMA – Secretaria de Meio Ambiente, subordinada ao Ministério do Interior. Mas o destaque deste processo de institucionalização da questão ambiental vai se dar sobretudo em estados como São Paulo e Rio de Janeiro onde se criaram

as primeiras agências de controle e fiscalização ambiental, respectivamente, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em 1974 e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) em 1975.

Com a promulgação da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, ainda no governo militar, a vinculação da SEMA à Presidência da República, a criação do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente e, posteriormente, a criação do IBAMA¹⁵ – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, em 1989 – a institucionalização extrapola o eixo São Paulo-Rio-Minas, ganha visibilidade e assume um caráter efetivamente nacional .

No declínio da economia da borracha, no final da década de 1980, a atividade madeireira considerada uma atividade de impacto sobre recursos não renováveis, passou a sofrer uma série de limitações e sanções obrigando boa parte dos exploradores, na região amazônica, a se voltarem para a pesca. Numa região de lagos muito fartos de peixes, a atividade pesqueira se tornou uma importante alternativa de renda, tanto para os grandes comerciantes e industriais da pesca quanto para os pequenos pescadores que os abasteciam. A abundância dos estoques pesqueiros parecia ter limites infinitos.

1.3. DOS SERINGAIS PARA AS COMUNIDADES

Com a derrocada do seringal São Romão, S. Joaquim Cunha estabeleceu-se com a família na localidade, hoje denominada Mandioca¹⁶, onde criou os filhos e morou até pouco tempo depois da criação da Reserva Extrativista (RESEX) do Médio Juruá, em 1997. S. Simões também acompanhou e se mudou para a comunidade do Mandioca, por volta de 1991, porque no seringal São Romão não havia escola para seus filhos estudarem. Na comunidade do Mandioca, S. Simões morou por nove anos.

¹⁵ “Com o objetivo de se unificar a legislação ambiental brasileira e corrigir as distorções presentes, surge o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por meio da Lei nº 7735/89, fundindo a SEMA aos órgãos de florestas, pesca e borracha. O IBAMA se forma no auge das críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental, percebidas pelas queimadas na Amazônia e pela repercussão internacional do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes. Por meio do IBAMA, o governo busca redefinir a problemática ambiental, associando a proteção ambiental ao uso racional dos recursos naturais. No mesmo ano da criação do IBAMA, começa a discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que só virá a ter uma forma definitiva e será homologado no ano 2000.” (Schweickardt, 2001)

¹⁶ Hoje, esta comunidade pertence à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uacari.

Como meus meninos queriam estudar, eu saí e vim para a Mandioca, para a casa dos meus cunhados que moravam todos lá, esses meninos que estão aqui, uma que está em Carauari, a Gildete. Eles nos chamaram para morar perto deles na comunidade para os meninos estudarem. Assim, resolvemos ir. (Entrevista S. Simões, 2007)



Figuras 15, 16 e 17: Comunidade do Mandioca, 2008

Fotos: Kátia Schweickardt



Como em outras localidades amazônicas, o modo de organização social característico dos moradores da calha do Rio Juruá, e de seus igarapés e lagos, é por eles denominado de comunidade. O termo comunidade possui múltiplos significados, e como sugere Bauman (2003) exprime sensações, como lugar de gente que se conhece, e de grupo a que se pertence.

Os moradores do Médio Juruá referem-se às suas comunidades como o seu lugar. Especialmente, quando querem nos dar uma referência de alguma pessoa de quem se está falando. Ser de uma comunidade é quase como que possuir um sobrenome, ter uma identidade, que significa mais que uma delimitação física, embora as comunidades do médio Juruá estejam espacialmente localizadas. Ser de uma comunidade indica pertencimento a um grupo determinado, e não a outro. É estar vinculado por laços de parentesco e afinidade. É ter relações de vizinhança, que mesmo possuindo semelhanças com as demais comunidades do Rio, possuem

também várias diferenças. Desse modo, podemos afirmar que no Médio Rio Juruá, os moradores partilham da elaboração proposta por Gusfield (1975) acerca da definição do termo comunidade como um grupo social que se constitui demarcando a sua diferença com relação a outros grupos sociais, seja por pertencerem a um mesmo local de moradia, seja, principalmente, por recorrerem a uma identidade comum, a regras específicas de solidariedade e lealdade, e cuja coesão é a sua própria razão de ser. É uma construção social, cuja característica crucial é o fato do pertencimento gerar direitos especiais que os membros partilham entre si, e que não se estendem a quem não pertence à mesma comunidade.

Isso não significa que as comunidades sejam uma entidade estática, congelada no tempo e no espaço. Assim como mudam de lugar em função de razões diversas, como a comunidade do Mandioca mudou-se inteira para o São Raimundo, a partir da criação da RESEX, as pessoas mudam de comunidades por questões diversas, para ficar mais perto dos parentes, pelo casamento ou para ter acesso a algum bem ou serviço que em sua comunidade de origem não havia, como escola para os filhos, um bom lago para a pesca, ou terra para fazer roça, por exemplo. Na nova comunidade, ou quando a comunidade muda-se de localidade, os parâmetros que antes definiam o pertencimento precisam ser redefinidos ou ajustados a nova situação o que nos induz a pensar a comunidade não como uma realidade dada, mas como um processo em constante reelaboração e recriação.

No Médio Juruá, muitas comunidades se formaram para ter acesso a determinados bens e serviços sociais importantes, que de modo isolado, as famílias não teriam como alcançar. Antes, as famílias eram estimuladas a morarem em localidades afastadas e próximas de suas estradas de seringa, para facilitar o controle do patrão à atividade extrativista e para reforçar a sua submissão às regras do seringal. Com a queda da exploração da borracha e o abandono dos seringais por muitos patrões, sobretudo nos anos de 1980, várias famílias foram se mudando para localidades mais próximas aos rios principais para que os seus filhos pudessem ter acesso, especialmente, à escola. Mas, quando a economia da borracha declinou, não só por questões materiais formaram-se comunidades, mas também para se tentar superar a sensação de abandono por parte patrões e do poder público.

Formadas por iniciativa dos próprios seringueiros e ribeirinhos e, no Médio Juruá, compostas em sua maioria por membros de uma única família estendida, as comunidades passaram a ser reconhecidas pelo poder público local para efeito da

implantação de algumas obras de infra-estrutura, e passaram a ser apoiadas e fomentadas também pela Igreja Católica local e pelo Movimento de Educação de Base – MEB, como forma de alavancar o processo de organização dos trabalhadores da região. Para o MEB, as comunidades assumiam também uma importante dimensão política que era por ele bastante incentivada.

Em uma entrevista realizada no antigo Seringal Monte Cristo, S. Raimundo Barbosa nos relatou como se deu a formação da comunidade do Lago da Fortuna:

Eu também ia buscar outro canto porque não ficava ninguém, nem mercadoria, nem nada. Saí e fiquei no Fortuna... Aí foi o tempo em que o Bruno [Ramalho] virou Prefeito. Antes foi o Samuel Amaral, depois Raimundo Rufino (pai do Gilberto Rufino), depois entrou o Chico Costa, boa pessoa. Depois veio a eleição do Bruno com o Chico Costa e o Chico Costa perdeu. Teve o Beto também. O Beto era até bom, não era ruim não. Foi o tempo em que entrou o Bruno. A mamãe era parente legítima desse pessoal, dos Ramalho. A finada Ruzinda era nossa tia. Só que nós não chamávamos de tia porque todo mundo aqui era afilhado dela. Só tratava de afilhado. Com o Bruno resolvi já inventar uma comunidade. Fui com o Prefeito para inventar uma comunidade no Fortuna. O Silvestre que trabalhava por aqui, tinha o campo dele, resolvi falar primeiro com o Silvestre. Ele disse que era muito bom, porque pelo menos ensinava-se as crianças. Já que eu não havia estudado podia também entrar para estudar. Mas ele disse para eu falar com o Prefeito. Cheguei lá na Prefeitura e falei pra ele. O Prefeito disse que não queria comunidade ali por que a Fazendinha ficava muito perto. Ele queria fazer um ajuntamento de gente e dar uma canoa para fazerem só uma comunidade lá na Fazendinha. Eu disse que isso não ia dar certo porque eu tenho um filho que é quem me ajuda mais. Para eu tirar meu filho [do Fortuna] para ir pra lá, isso não vai dar certo. Ele disse: “Como eu gosto muito de você e você trabalhou muito para a mamãe para o papai, você comprava mercadoria e dava para o papai”. Aí ele disse: “Pode fazer a comunidade lá que eu ajudo no que puder”. Dali eu fui com a D. Alguete que era a Secretária de Educação e ela disse que era muito bom ensinar as crianças. Disse que o que pudesse fazer, ela faria. Eu tinha uma motosserra e resolvi fazer o campo para fazer a comunidade. Ajuntei um pessoal que era de “Jiburi”, mas que se acabou devido à bebida porque o líder lá que era o Tapui bebia. O menino disse para arrancar a escola de lá, chamar o pessoal de lá e fazer a comunidade no Fortuna... Arrancamos a escola e botamos para lá. Eu botei o pessoal para roçar, até na chuva de inverno. Nós mesmos que fizemos a escola. O Prefeito deu a gasolina. Ajuntei a meninada e fizemos a comunidade. (Entrevista do S. Raimundo Barbosa, Monte Cristo/Fortuna, 2008).

Por ocasião da criação da RESEX, algumas comunidades foram abarcadas pelo perímetro da reserva: Gumo do Facão, Pupuaí, Novo Horizonte, Nova Esperança, Roque, Deus é Pai, Fortuna, Fazendinha, Imperatriz, Pão e Tabuleiro.

Após dez anos da decretação da UC, várias outras comunidades haviam surgido num processo de organização e reorganização: Rio Velho, Estirão do São José, Nova União, São Raimundo, Cacau, Manariã, Boa Vista, Morada Nova e Liberdade.

1.3.1 De uma comunidade de fora para uma comunidade de dentro da RESEX

Uma das comunidades bem articulada e atuante na luta pela conquista da Reserva Extrativista foi a comunidade do Mandioca, antigo Seringal, que por ocasião do trabalho do Padre João Derickx e do MEB já havia se tornado uma “comunidade”. Localidade de origem do atual Presidente Nacional do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, Manoel Cunha.

Como as demais comunidades da margem direita do Rio Juruá, o Mandioca também havia ficado fora do perímetro da RESEX pelo Decreto de criação. Na época, final dos anos de 1990, as atividades produtivas da comunidade do Mandioca estavam concentradas na roça de subsistência, na extração da madeira para a família Moraes, na pesca, e no arrendamento dos lagos para pescadores de fora. A comunidade que havia ficado fora do perímetro da RESEX, insatisfeita com a sua situação, com pouca terra firme para plantar, com os filhos se casando e com um certo grau de organização, resolveu buscar uma outra área para se colocar agora sem nenhum domínio de patrão e dentro do perímetro da RESEX.

O Mandioca ficou de fora da Reserva. E como nós queríamos aumentar o plantio e não tinha mais terra firme e o homem (“patrão”) não queria que nós botássemos roça na mata virgem, o Manoel disse que se nós viéssemos para a Reserva ninguém ia mexer com a gente.¹⁷

Além disso, em 1999, o INCRA havia reconhecido a população residente na RESEX Médio Juruá como beneficiária do Programa Nacional de Reforma Agrária. Como tal, a população passaria a ter direito aos créditos do Programa, apoio (fomento e alimentação) a habitação para reforma e construção de novas casas. Este aporte de recursos materiais seria fundamental para inaugurar um novo modelo organizativo, não mais sob a lógica do seringal, mas em um novo lugar.

¹⁷ Entrevista com o S. Joaquim, op. cit.

Assim, os líderes da comunidade do Mandioca procuraram um lago vizinho cuja área ao redor ainda não havia sido explorada e cujo acesso a pescadores de fora não fosse tão fácil. Depois de várias incursões, três líderes da comunidade, Manoel, Tota e Caboclo, filhos e genro do S. Joaquim, encontraram a área pretendida e propuseram que todos se mudassem para o “novo lugar”. Ao lago escolhido e acordado por todos foi dado o nome de São Raimundo em homenagem ao pai do S. Joaquim. No entorno, a comunidade passou a gerir e cuidar dos lagos D. Maria, Recreio, do Sacado do Mari-Mari e do Paraná do São Raimundo.



Figura 18: Frente da comunidade do São Raimundo, jan/2007
Foto: Kátia Schweickardt



Figura 19: Sacado do Mari-Mari , jan/2007 Foto: Kátia Schweickardt

Apoiados pelos créditos do INCRA, para construção de casas e aquisição de ferramentas, motores e outros instrumentos de trabalho, os moradores da comunidade do Mandioca se mudaram em 2003 para o São Raimundo.

1.3.2 São Raimundo – espaço de vida camponesa na RESEX Médio Juruá

Na mudança do Mandioca para o São Raimundo, os homens foram na frente e fizeram uma pequena derrubada para a construção das casas e do trapiche¹⁸ em toda a frente da comunidade. Também foi logo construída uma Escola e uma Igreja Católica.

a) A morada

As casas foram distribuídas espacialmente de acordo com as relações de parentesco e conforme as relações de aliança, demonstradas no diagrama da p. 55, onde as construções em vermelho representam as casas, a verde é a escola, a azul a igreja e a amarela a cantina.

No trapiche (ou rua) principal, mora a maioria da família Cunha. Logo na frente, ao lado da Escola, o Sr. Joaquim e a D. Noêmia, e oito de seus filhos que moram na Resex: Tota, Manoel, Rosa, Raimundinho, Bacote, Chica e Dica, além de Zé da Cruz que mora com os pais. Ao lado da casa deles mora Chica (filha do Sr. Joaquim) e Moacir (que é primo dos Cunha). Ao lado da Chica, mora Cláudio (filho da Chica e do Moacir) que é casado com Elen que é filha de um primo da D. Noêmia, Raimundo Moura. Ao lado do Cláudio mora Bacote (filho do Sr. Joaquim) com sua mulher Rita (prima segunda do Caboclo). Ao lado dele mora o Raimundinho (filho do Sr. Joaquim) e sua esposa Cacá (filha do Chico Tibão e da Maria Canuto). Do outro lado do trapiche, indo em direção contrária à capela e à escola, moram Tota (filho do S. Joaquim) e Irlene (irmã da Maria José que mora na outra ponta do trapiche). Ao lado do Tota mora o Sr. Simões e D. Antônia (pais do Maíke que mora com eles). Ao lado do Sr. Simões, mora Dedé (irmão do Zezão) casado com a Loirinha. Ao final do trapiche, pelo lado direito da comunidade, encontra-se um

¹⁸ Caminhos suspensos de madeira, semelhantes a pontes, construídos a frente de todas as casas e edificações da comunidade, para que estas não sejam atingidas pelas águas das cheias dos rios. Muito comum nas comunidades amazônicas.

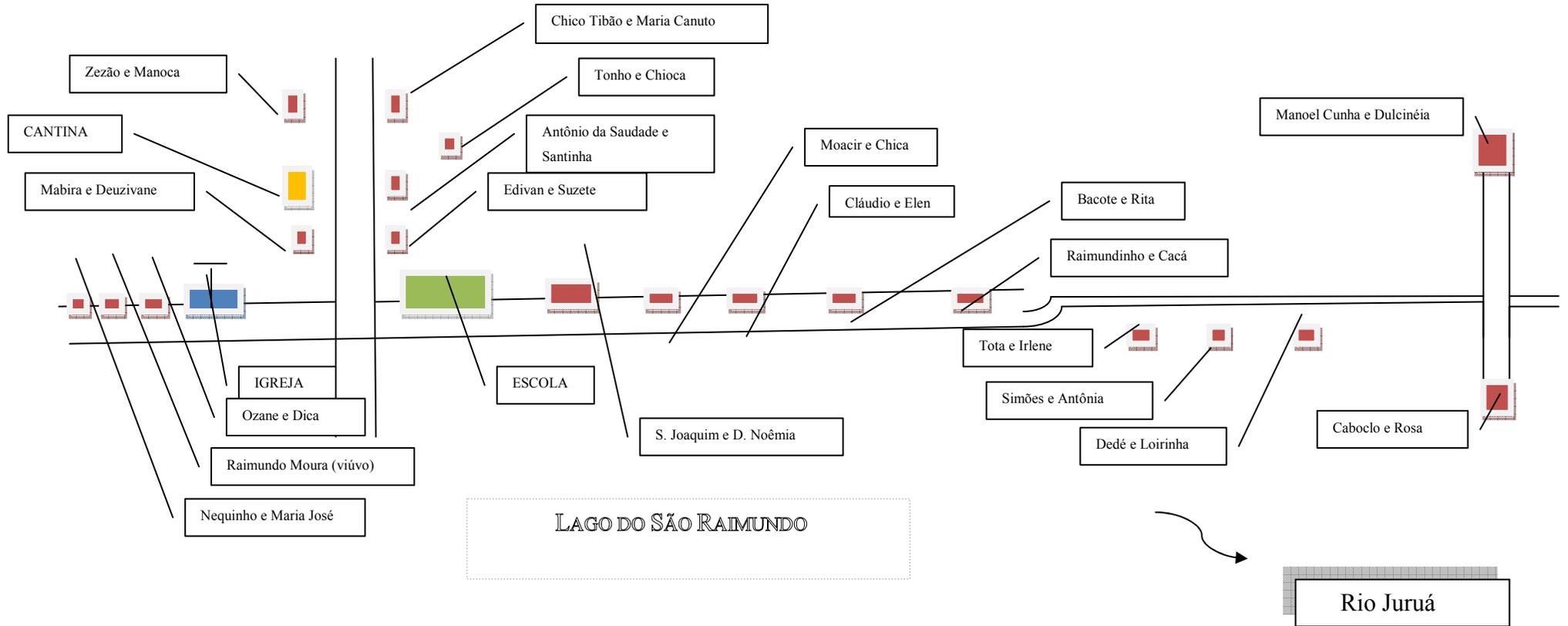
trapiche de dentro ficando na parte de cima a casa do Manoel Cunha (filho do Sr. Joaquim) casado com a Dulcinéia e na outra ponta Caboclo (primo da Dulcinéia) casado com Rosa (filha do Sr. Joaquim).

Voltando em direção à escola, ainda no trapiche principal, encontramos a capela e ao lado dela Ozane (sobrinho do Sr. Simões e da D. Antônia) casado com Dica (filha do S. Joaquim). Ao lado do Ozane mora Sr. Raimundo Moura, um viúvo, primo da D. Noêmia. Ao lado do Sr. Raimundo, na última casa do lado esquerdo, mora Nequinho (também sobrinho do Sr. Simões) casado com Maria José (irmã da Irlene, esposa do Tota).

Entre a Igreja e a Escola, encontra-se um trapiche de dentro onde mora, principalmente, a família Canuto. Pelo lado da Igreja, a primeira casa é do Mabira (filho da D. Maria Canuto e do S. Chico Tibão) casado com a Deusivânia (irmã do Edivan). Ao final do trapiche, neste lado fica a casa do Zezão (irmão do Dedé) casado com a Manoca (filha da D. Maria Canuto e do S. Chico Tibão). Entre essas duas casas fica a Cantina Comunitária, uma espécie de “barracão comunitário”, onde as pessoas são aviadas só que agora toda a circulação de produtos e os preços são controlados pela própria comunidade por meio de sua diretoria. Atualmente, o responsável pela cantina é o Caboclo. Pelo lado da escola, neste mesmo trapiche de dentro, encontramos a casa do Edivan e da Suzete (filha da D. Maria Canuto e do S. Chico Tibão). Ao lado do Edivan (irmão da Deusivânia) a casa do S. Antônio da Saudade e da D. Santinha. Mais recuado um pouco atrás a casa do Tonho e da Chioca (irmã da D. Maria Canuto) e ao final deste trapiche a D. Maria Canuto com S. Chico Tibão.

No centro da comunidade, assim que se penetra no lago vê-se logo a Escola e ao seu lado, bem no centro, a casa de Sr. Joaquim e de D. Noêmia. Eles são os mais velhos e considerados os “patriarcas” da família Cunha e da comunidade, que se situam no trapiche principal, de frente para o lago. São tratados por todos com muito respeito. Além dos Cunha, a comunidade do São Raimundo é composta pela família do Sr. Simões e da D. Maria Canuto. “Os Canuto”, como são chamados, se situam em sua maioria no trapiche de dentro.

1.3.2.1. Diagrama da distribuição espacial da Comunidade São Raimundo



Como as demais comunidades da Reserva, São Raimundo possui um motor a diesel doado pela Prefeitura em 2005, para fornecimento de energia. Desde então doze casas já possuem aparelhos de televisão e em duas casas há freezer. Porém, o motor só funciona, entre as 18h e 21h, todos os dias. Quando o diesel comunitário acaba, alguém que possui algum de sobra oferece em adiantamento a comunidade. O diesel comunitário assim como o comércio dos produtos da comunidade são administrados pelo gestor da Cantina, que atualmente é o Caboclo, genro do Sr. Joaquim.

As casas da comunidade seguem um padrão básico, com amplas salas, um ou dois quartos e uma cozinha grande. Apenas uma casa possui um banheiro instalado e as demais possuem apenas fossas (“casinhas”). Algumas casas possuem uma caixa d’água suspensa onde se coleta a água da chuva para abastecimento interno e para beber. A água de beber é armazenada em grandes moringas onde se colocam gotas de hipoclorito para torná-la potável.



Figura 20: Coleta de água da chuva, jan/2007
Foto: Kátia Schweickardt

b) Aspectos da religião

Todos os membros da comunidade são católicos. Nos eventos religiosos, como novenas, festejos em dias de santo, e aos domingos, D. Noêmia é o “padre” da comunidade, como diz Sr. Joaquim.

A capela tem a aparência externa de uma casa com uma cruz em cima. E por dentro possui um altar e vários bancos inteiros de madeira. Quase todas as pessoas

se fazem presentes à celebração e as crianças tomam parte na devoção desde cedo, aprendendo a acender velas e fazer orações de agradecimento e pedidos. As velas são acesas dentro da Igreja numa espécie de casco de madeira. E ao final da celebração, alguém escolhido por D. Noêmia fica velando até que a última de apague.



Figuras 21, 22 e 23: Capela do São Raimundo, jan/2007

Fotos: Kátia Schweickadt



As pessoas importantes na hierarquia da comunidade, além de D. Noêmia que preside a celebração, o Presidente em exercício Tota, Sr. Joaquim, o mais velho, o líder do grupo de jovens, ficam sentados num banco lateral, ao lado do altar principal.



Figuras 24 e 25: Lideranças na celebração do São Raimundo, jan/2007 Fotos: Kátia Schweickardt

c) O mutirão

Após a celebração, acontece uma reunião onde são discutidos os problemas, são dados avisos e quando há algum trabalho coletivo a ser realizado pelos membros da comunidade, como alguma construção ou conserto de casas ou casas de farinha, ou a retirada do balseiro¹⁹ que fecha a entrada da comunidade no verão, é neste momento organizado.



Figura 26: Balseiro na entrada da comunidade do São Raimundo, jan/2007
Fonte: Kátia Schweickardt

¹⁹ Vegetação que se desprender das margens dos rios por ocasião das cheias. Quando se localizam na boca de lagos e igarapés, dificultam a passagem dos barcos.

d) O grupo de jovens e a formação de lideranças

Outra importante reunião acontece também aos domingos, porém antes da celebração. É a reunião dos jovens, presidida por Maike, que também representa a comunidade no Conselho Deliberativo da Reserva junto com Tota, filho do Sr. Joaquim. O Maike, apesar de muito jovem, é bastante respeitado na comunidade como uma importante liderança. Ainda na comunidade do Mandioca, foi aluno do Manoel Cunha (hoje presidente do CNS), quando este ainda era o professor da comunidade. Alguns costumam dizer que ele será o sucessor do Manoel em termos da liderança, mesmo não sendo seu parente de sangue. Segundo seus pais, D. Tonha e S. Simões, Maike é quem é o responsável pela fiscalização dos lagos da comunidade, pois é agente voluntário ambiental. Vez por outra é acordado no meio da noite, ou sai na madrugada para fazer investidas contra pescadores desautorizados nos lagos próximos à comunidade, sofrendo risco de vida em algumas situações.

Achei muito bom ter sido criada a reserva. Só não é melhor, porque tem muita gente, como tem em todo canto, a senhora sabe, tem muito pé duro. A gente está mostrando que o caminho é esse e o cara só quer pisar pro lado de fora. Esse menino tem lutado muito com essas coisas. No outro dia, eles fizeram sair daí do lago um camarada com três toneladas de tambaqui. Mas, só era tambaqui. Pode uma coisa dessas? E nós que moramos aqui na reserva não fazemos isso. Isso aí é que está fora. (Entrevista com S. Simões, comunidade do São Raimundo, RESEX Médio Juruá, em janeiro de 2007.)

e) O dia-a-dia na comunidade

Normalmente, toma-se banho e lava-se a roupa e a louça no rio, em tábuas de madeira apoiadas em ripas, formando um conjunto denominado de *porto*. É nestes portos que atracam os barcos e as canoas. Cada grupo de duas ou três famílias possui um *porto* de uso comum.



Figura 27: Lavagem de roupa e louça no rio, jan/2007
Foto: Kátia Schweickardt

Estas atividades são executadas pelas mulheres, às vezes, acompanhadas de suas filhas. Quando duas mulheres estão sozinhas nos seus *portos*, elas conversam entre si sobre seus afazeres e partilham seus problemas e alegrias.

Mas há também restrições quanto aos dias de realizar certos serviços, como na Sexta-Feira Santa e aos domingos. As mulheres contam uma história que havia uma mulher que lavava roupa aos domingos, ainda quando moravam no Mandioca, quando ela morreu, sempre se ouvia o lamento dela porque seu espírito não tinha descanso e sempre aparecia roupa para ela lavar.

Levanta-se muito cedo na comunidade, por volta das 5h da manhã, para aproveitar as horas mais frescas do dia, sobretudo no verão. Habitualmente, toma-se um café preto puro com farinha de tapioca, acompanhado de macaxeira cozida (quando há). Depois os homens vão para a roça ou para a casa de farinha. Dependendo da época, se for colheita ou fabrico da farinha, as mulheres e os filhos maiores também vão ajudar, ficando em casa as filhas mais velhas para fazer o serviço da casa e cuidar dos irmãos menores. O filho caçula do S. Joaquim e D. Noêmia, Zé da Cruz, mora com sua esposa na casa dos pais, compondo um único grupo doméstico formado por estes dois núcleos familiares. Ele e sua esposa, que tinha apenas 15 anos à época, trabalham no serviço tanto da casa, quanto da roça. Por volta das 10h30 volta-se para almoçar e descansar, retornando na parte da tarde para o serviço.

No São Raimundo existem três casas de farinha, em torno das quais, assim como nos portos, se agrupam as famílias. A fabricação da farinha é uma atividade demorada e trabalhosa que envolve várias etapas, das quais participam vários membros da família. Ao final a farinha é ensacada em sacos de 60 kg, dos quais um é reservado para o consumo da família e os demais são vendidos ou armazenados como moeda de troca em determinadas situações.



Figuras 28, 29, 30 e 31: Fabricação da farinha, jan/2007

Fonte: Kátia Schweickardt

Outra importante atividade produtiva da comunidade é a pesca, normalmente executada pelos homens acompanhados de seus filhos meninos, embora algumas mulheres também saiam às vezes para pescar quando seus maridos estão envolvidos na roça ou em viagem para a cidade.

A farinha e o peixe, junto com algumas frutas, açaí, bacaba, maracujá, goiaba, mamão, banana e outras, plantadas nos quintais das casas, são os principais alimentos.



Figura 32: Açaizeiro cercado no quintal Foto: Kátia Schweickardt

Além do cultivo da roça e da pesca, algumas pessoas, principalmente os mais antigos, ainda possuem algumas estradas de seringa que são exploradas no verão, período mais seco. A Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC, sobre a qual trataremos no capítulo 3, compra a borracha e a revende para o Acre. Esta que é hoje uma atividade secundária, fornece uma renda extra para as famílias que ainda a exploram. Esta renda é utilizada para aquisição de utensílios para a casa, para a compra de roupas e de remédios quando necessários.



Figuras 33 e 34: Semente de seringueira, jan/2007



Fotos: Kátia Schweickardt

Outra atividade que gera renda adicional às famílias é a coleta de sementes de plantas oleaginosas: copaíba, andiroba e muru-muru. Estas sementes são

vendidas *in natura*, ou são prensadas artesanalmente para a obtenção de óleo vegetal que é vendido para a Cooperativa da comunidade do Roque, COODAEMJ, uma das maiores e mais organizadas comunidades da Reserva. No Roque, desde o início da Reserva, desenvolve-se um projeto coordenado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para a obtenção de energia de óleos vegetais. Por meio desse projeto, a Natura começou a comprar óleo vegetal para a fabricação de cosméticos. Tanto sobre a COODAEMJ quanto sobre o projeto de óleos vegetais trataremos com mais detalhes no capítulo 3.

f) Alimentação

Nas épocas de menos fartura, quando se tem pouca farinha e pouco peixe e já acabou o arroz e feijão (que são comprados) faz-se apenas uma refeição no dia. Aqueles que possuem melhor condição partilham o pouco que têm com aqueles que não têm, principalmente, com as famílias que têm filhos pequenos. Mesmo que muitas vezes se refiram a estes menos abastados como preguiçosos. Nas casas não há muitos móveis. As panelas e pratos são guardados em prateleiras de madeiras. Há forno e fogão à lenha na maioria das casas e em algumas delas encontra-se também fogão a gás.



Figuras 35 e 36: Fogão a lenha, jan/2007



Fotos: Kátia Schweickardt

As refeições são feitas no chão, onde se coloca toalha de mesa e se arrumam os pratos e colheres. É um costume não usar mesas. Quando elas existem, são para apoiar coisas como uma prateleira. Mesmo que existam camas em algumas casas, a preferência é dormir em redes. Alguns até estendem redes sobre as camas, especialmente para as crianças pequenas.



Figuras 37 e 38: Hora das refeições, jan/2007



Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 39 e 40: O interior das casas, jan/2007



Fotos: Kátia Schweickardt

g) Educação

A escola, em funcionamento desde 2004, equipada com uma placa de energia solar²⁰, possui uma sala de aula com uma turma multisseriada infantil que funciona pela manhã e uma turma multisseriada a noite para os adultos. Quase todos os adultos analfabetos da comunidade, com exceção dos mais velhos, estão orgulhosos de estarem aprendendo a ler²¹.

²⁰ Quando retornei a campo em abril e maio de 2008, observei que em todas as comunidades, as placas solares não estavam mais em funcionamento. Esta é uma grande reclamação dos moradores visto que os equipamentos após serem instalados, não recebem mais nenhum tipo de manutenção e expostos a grandes quantidades de chuvas e sol intenso, logo deixam de funcionar. Muitas vezes, o motor acoplado às referidas placas são desviados para outros fins da comunidade.

²¹ Atualmente está em funcionamento nas comunidades da RESEX o Programa de Letramento "Reescrevendo o Futuro". Iniciativa do governo do Estado do Amazonas que está sendo executada pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, em parceria com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.



Figura 41: Escola da comunidade São Raimundo **Figura 42: Placa Solar da comunidade**
Fotos: Kátia Schweickardt

Um sinal da mudança das relações no médio Juruá a partir de todo o processo organizativo que foi sendo construído desde a década de 1980 é possível de ser percebido em algumas construções arquitetônicas. Nos antigos seringais a construção mais imponente era o “barracão” (Reis, 1953; Ferreira de Castro, 1955; Almeida, 1992), um grande casarão que se erguia bem na frente do Rio, símbolo do poder dos patrões. Agora, esta estrutura arquitetônica que se ergue no lugar privilegiado da maioria das comunidades do médio Juruá pertence às escolas, símbolo da emancipação e das conquistas dos seringueiros.

h) Organização Social

Mesmo sendo uma das comunidades mais distantes da sede do município de Carauari, no Médio Juruá, e de difícil acesso no verão, São Raimundo é uma das mais articuladas em função de sua organização e da participação ativa de vários de seus membros nos diversos fóruns de discussão na sede do município, sobretudo nas reuniões da ASPROC e no Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, e até mesmo em fóruns nacionais. O atual presidente nacional do CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros, Manoel Cunha, é morador desta comunidade.

1.3.3 A construção social do conceito de comunidade

A comunidade do Mandioca, cujos moradores deram origem a Comunidade do São Raimundo, hoje dentro da RESEX, aparece em diferentes narrativas, de sujeitos muito diversos envolvidos na dinâmica dos processos sociais do médio Juruá, como uma importante referência. Sua localização estratégica e o grau de organização dos moradores, fez dessa localidade um ponto focal das ações do MEB.

Passávamos nas comunidades reunindo, ou levávamos as lideranças lá para o Mandioca. Fizemos muitos encontros no Mandioca, muitos mesmo. E trabalhávamos também o processo de alfabetização que era outro modo de juntar a galera. (Entrevista Adevaldo, ex-agente do MEB/Carauari, atual Secretário Adjunto da SEARP, Manaus, 2008.)

Porém, no processo de organização das comunidades para a criação da RESEX, algumas questões apareciam aos meus olhos como inquietantes. A primeira delas dizia respeito ao fato da Comunidade do Mandioca, politicamente tão importante no processo, como as narrativas ressaltam, ter sido excluída do perímetro da área que foi objeto do Decreto de criação da Unidade. Uma segunda, mais intrigante ainda, tratava da mudança de quase toda a comunidade para outra localidade, dentro da Reserva, que passou a ser denominada de São Raimundo.

Em 1997, rolou muita coisa, muito encontro, muita discussão, muito acerto, muito entendimento. Várias questões eram muito discutidas: “O que é Reserva?”, “Como viver numa reserva?”, “Quais são os critérios?”. E neste mesmo ano veio o Decreto. Aí veio uma outra surpresa. A Reserva quando saiu, saiu apenas numa margem do rio. As comunidades da outra margem ficaram meio assustadas porque tinham participado da luta. Inclusive a minha ficou fora da Reserva. (Entrevista Manoel Cunha, Manaus, 2006)

Manoel deixa transparecer em sua entrevista que embora os moradores do Mandioca tenham ficado “assustados”, com o perímetro do Decreto, não fizeram uma manifestação formal contra ele. Noutra fala, Adevaldo vai mais além em suas considerações. Ele disse ter havido por parte, tanto das comunidades, quanto dos assessores do movimento, uma espécie de aceitação estratégica em virtude das limitações na organização dos moradores, mesmo não concordando integralmente com a solução encontrada,

A politização era mínima. O limite saiu ali meio que acordado, não dá nem para dizer que a gente foi surpreendido. Acho que a surpresa maior foi em função daquelas áreas dos Planos de Manejo. Não estava claro que estariam aqueles buracos no mapa ali na área da comunidade Imperatriz e tal. Mas com relação ao limite, início e final, a gente tinha meio que acordado. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

Tais questões, embutidas na construção da comunidade do São Raimundo, podem nos levar a compreender como o processo de territorialização estava sendo operado por esses extrativistas do médio Juruá, desde a derrocada dos seringais. Tal processo decorrente da organização do movimento dos seringueiros na

Amazônia e da construção de uma identidade coletiva analisaremos no capítulo seguinte.

1.4. A LUTA POR UM “DIREITOZINHO”

Por volta de 1985, a extração da borracha praticamente acabou na calha do Rio Juruá. Tornou-se evidente para os moradores o empobrecimento e o abandono do Rio, que se antes era submetido aos desmandos e à dominação econômica dos patrões, tornava-se vazio e empobrecido, vez que o estado não ocupou de imediato este espaço.

Conforme o Valdemar (Moraes) foi quebrando, foi arrendando os lagos para os peixeiros, vinham barcos de Manaus, aqueles barcos medonhos! O Lago do Arari acabou logo. O Marari está como um assoalho. Aí pularam para o Lago do Mandioca e lá foi a confusão. Nós não deixávamos (anos 1980) porque era de lá que comíamos. Se acabasse íamos viver de quê? O Valdemar queria arrendar o Mandioca para o peixeiro, mas naquele tempo nós já tínhamos mais um direitozinho, já estávamos começando a enxergar por alguma brechinha alguma coisa. Vencemos a questão e os peixeiros não podiam entrar lá. Sempre chegava por lá alguma pessoa para ensinar uma coisinha e o Manoel era esperto, se entrosava por lá com as pessoas. Às vezes, vinha aquele Ademar que era brigador por essas coisas que era danado. O Adevaldo também. Aí já começou a vir gente de fora, de Manaus, de Brasília. O Ademar trabalhava no MEB e de lá já estava começando a insuflar as coisas. O Padre João deu uma força até boa para a gente. Ele foi um dos primeiros a inventar as coisas. Ele inventou o Sindicato com o pessoal do MEB. (Entrevista S. Joaquim Cunha, São Raimundo, 2007)

A exploração da borracha foi de fato a principal atividade econômica da região por muito tempo, sobretudo nos anos precedentes à Primeira Guerra Mundial e durante a Segunda Grande Guerra. O reaquecimento desta economia após a Segunda Guerra durou até os anos de 1970 quando o governo ainda, num último suspiro tentou por meio da criação da SUDHEVEA (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha), e de alguns programas especiais de modernização da produção de borracha, fornecer financiamento aos seringalistas visando aumentar a produção do látex. Tais medidas tentavam “proteger a borracha nacional” que se encontrava sem condições de competitividade em relação à borracha sintética e a borracha implantada nos seringais asiáticos. Estas medidas, temporariamente, voltaram a fortalecer alguns barracões e reforçaram também o

sistema de coerção de padrões sobre os trabalhadores por meio do aviamento dos seringais (Derickx, 1992; Almeida, 1992, 2002).

Com o fracasso destas iniciativas governamentais, no entanto, muitos seringalistas abandonaram os seringais ou passaram a explorar simultaneamente a madeira e os recursos pesqueiros dos lagos da região, conforme anteriormente referido, pressionando a principal fonte de alimentos dos seringueiros.

O seringueiro do Rio Juruá é obrigado a trabalhar na derrubada de árvores por extrema necessidade. Os preços dos seus produtos como a borracha e a farinha são tão aviltantes que se submete a este trabalho de destruição (o que não é sua índole). Ele quer uma Reserva Extrativista com todas as condições de vida que a mesma oferece. (Derickx, 2002: 53)

A Igreja Católica, em especial a pessoa do Padre holandês João Dereckx e do Movimento de Educação de Base – MEB, desempenhou papel fundamental no início do processo organizativo dos seringueiros e moradores da calha do Médio Rio Juruá durante os anos de 1980. Boa parte da memória destes tempos, assim como cópias de documentos referentes às reivindicações feitas às autoridades pedindo providências em relação às populações indígenas e seringueiras daquela região se encontram num livro escrito por ele por ocasião da Rio-92²², “No coração da Amazônia – Juruá, o rio que chora”. Os moradores da região e as lideranças, ainda hoje, atribuem boa parte de suas conquistas à motivação do Padre João.

Meu pai tinha uma afinidade muito grande com o Padre João, que era praticamente o Padre Salvador, inclusive ele fala do meu pai no livro. O Padre João foi um grande líder aqui no Juruá. Ele puxou muito sobre esse negócio da organização até o pessoal se acordar. Aí o MEB fazia aquele trabalhosinho de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e aquele negócio de organização do seringueiro, os primeiros passos de organização, agrupamento de casas. (Entrevista do Ademar Cruz, Carauari, 2007)²³

O Movimento de Educação de Base – MEB, começou sua atuação no município de Carauari em 1975, inicialmente com missionários vindos de fora, estrangeiros ou brasileiros de outras regiões do país, envolvidos num trabalho

²² Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou popularmente conhecida como ECO-92.

²³ Entrevista concedida pelo Sr. Francisco **Ademar** da Silva Cruz, atual Sub-Secretário de Extrativismo do Estado do Amazonas e ex-agente do MEB/Carauari e Vereador do Município. Carauari/AM, 27/01/2007.

eminentemente pastoral da Igreja Católica, fornecendo cursos de “Educação para o Lar” e cursos para “Parteiras Rurais” (Cf. MEB/Carauari, 2003) .

A partir de uma relação mais próxima com outras Pastorais, chamadas Pastorais Sociais da Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o MEB em Carauari empreendeu um trabalho em parceria com a Paróquia Católica local, coordenada pelo Pde. João Derickx, para apoiar e fomentar a organização das primeiras comunidades do município, na esteira de todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil nesta década de 1970. Assim, as famílias eram estimuladas a morar mais próximas umas as outras para facilitar o seu processo organizativo visando obtenção de direitos sociais como escolas e postos de saúde, até então inexistentes naqueles “beiradões”.

Tais iniciativas não eram bem vistas pelos patrões da região que obrigavam o poder público, os prefeitos e vereadores, dos quais eram aliados, a instalar os equipamentos sociais nos locais por eles determinados e não admitiam que seus “trabalhadores/seringueiros” tivessem ligação com a Igreja, o MEB e o Sindicato de Trabalhadores Rurais que nesta altura já possuía uma atuação expressiva na região (Cf. MEB/Carauari, 2003)²⁴.

No decorrer dos anos, esta população conviveu com vários acontecimentos ocorridos como consequência das oscilações econômicas que se alternavam em torno do valor de alguns produtos. O primeiro grande movimento econômico na calha do Juruá que teve grande influência no modo de vida e nas relações das pessoas das áreas ora em estudo foi à exploração da borracha (seringa). Mais uma vez, a estratégia foi a de resolver os problemas de outras regiões deslocando levas de população ao invés de enfrentá-los localmente. Trouxe migrantes nordestinos, para fugir da seca e da miséria. “Estava configurado o choque cultural tanto dos que moravam na região, quanto dos que migravam”²⁵.

O segundo grande movimento da economia que causou grande turbulência na região foi o da extração da madeira e o comércio do peixe salgado. Também, informa-nos o Relatório do II Encontro dos Produtores de Carauari e Jutáí, de 1994,

²⁴ Parte destas informações foram coletadas em entrevistas com antigos agentes do MEB que ainda estão em Carauari ocupando cargos nos movimentos sociais ou em órgãos governamentais e no documento “Memorial Institucional do MEB – Departamento de Carauari” de junho de 2003.

²⁵ (Cf. MEB – Relatório do II Encontro dos Produtores de Carauari e Jutáí, 1994).

que grandes empresas madeireiras se voltaram para o interior da região no período da enchente do Rio. A pescaria do pirarucu (peixe de escama), no período da seca do rio, se tornou o principal meio de sustentação, sendo inclusive exportado em grande quantidade para a Colômbia. Já na década de 1990, a região passou por mais uma febre, com a pesca predatória do peixe de couro para a Colômbia, não mais salgado e sim congelado. A exploração da madeira apareceria como uma segunda alternativa.

A movimentação da economia nem sempre foi acompanhada de importantes mudanças no perfil das relações sociais na calha do Rio. A releitura de sua realidade por parte dos moradores das comunidades, o despertar para a necessidade de mudanças nas relações deveu-se em grande parte ao trabalho realizado pela Igreja Católica e pelo Movimento de Educação de Base em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na região.

1.4.1. A proposta de Educação Emancipadora do MEB

Aí surgiu o MEB em Carauari e juntamente com o Sindicato e a Paróquia foi uma coisa que incentivou muito a gente. A gente começou a se organizar um pouco. Eles diziam: “Rapaz por que vocês não se livram das garras do patrão que está explorando vocês?” E nós perguntávamos: “Como que a gente pode fazer isso?” Eles respondiam: “Vamos fazer uma tentativa?” (Entrevista com Sr. Bastos, presidente da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, abril de 2008)

A presença intervencionista do Movimento de Educação de Base – MEB, órgão da Igreja Católica, que em nível nacional desenvolvia um projeto de educação e transformação social, a partir de ações realizadas nos campos econômico, político, social, cultural e religioso. Desde os anos 1960, já assumia a luta contra a ditadura militar juntamente com os movimentos populares. No médio Juruá, assumiu a missão de denunciar as injustiças sociais e combater a ditadura dos seringalistas e poder público local.

As áreas prioritárias de atuação atingidas pelo MEB são aquelas em que a escassez de recursos é uma realidade que esmaga o homem do campo nos aspectos educativo, econômico e financeiro. Nestas áreas, onde existe carência quase total de condições sócio-econômicas e de condições de vida em geral que possibilitem o homem rural a se firmar diante da própria existência. O MEB procura desenvolver um trabalho sistemático nas chamadas comunidades de base. (Relatório Anual do MEB, 1975)

A partir de linhas de ação, estabelecidas nas diretrizes de caráter nacional, a atuação do MEB centrava-se nas dimensões que norteiam a vida das pessoas em sociedade: a econômica, a política, a cultural e a social. Para cada um destes eixos, eram traçados objetivos a serem atingidos e quais as estratégias para alcançá-los²⁶:

Dimensão econômica	
Objetivos	Estratégias
- Romper o subdesenvolvimento;	- Novas técnicas agrícolas - Micro-experiência coletiva: mutirão, roças comunitárias.
- Reformas estruturais	
- Comunidades auto-sustentáveis	

Dimensão política	
Objetivos	Estratégias
- Educação das massas com implicações políticas.	- Escolas integradas nas comunidades; - Treinamento de animadores e líderes; - Trabalhos em grupos de conscientização e participação.
- Animação popular: organização do povo e de grupos na comunidade	
- Formar quadro de líderes	

Dimensão cultural	
Objetivos	Estratégias
- Alfabetização de adultos	- Cartilhas e livros de leitura; - Escola como centro cultural
- Educação de base – conscientização	
- Valorização do código oral	

Dimensão social	
Objetivos	Estratégias
- Solidificar a solidariedade das comunidades	- Desenvolvimento de comunidade; - Educação ligada à vida social; - Debates, reuniões e encontros Cooperativas, Sindicatos.
- Socializar e ressocializar os camponeses	
- Organizar grupos e associações	

²⁶ Fonte dos dados – Lima, 2006.

O MEB na região era coordenado inicialmente, final dos anos de 1970, por missionários vindos de fora do Estado, e vinculados à Prelazia de Tefé. Desenvolviam as ações por meio de cursos diretos realizados nas comunidades sob a responsabilidade de um instrutor do MEB. Segundo o Memorial do MEB (2003), além das orientações, atualização de conhecimentos sobre agricultura, pecuária, saúde, orientação religiosa, formação de lideranças e organização comunitária; fazia-se um trabalho de grupalização, criando condições para uma gradativa tomada de consciência da importância da participação efetiva de todos na busca das respostas aos desafios propostos de cada localidade.

Por meio dessas linhas, foi possível perceber ao longo do tempo o fortalecimento das famílias, das comunidades e dos grupos. Diversas experiências coletivas (mutirões) foram desenvolvidas e aos poucos foi crescendo a possibilidade de se criar um sistema independente da dominação patronal. As orientações sobre novas técnicas de produção, que incentivavam a produção independente, criando alternativas, eram aliadas a uma proposta de educação “que preparava para uma nova sociedade”, valorizando, principalmente, a participação social.

Nos anos 1980, estes trabalhos foram reforçados e marcados, com a chegada do Pe. João Derickx, e com a incorporação de agentes locais por meio de contratações no município de Carauari e não mais de missionários de fora. Isso fez com que, no médio Juruá, o MEB fosse aos poucos adquirindo uma face regional. Muitos desses agentes viriam a se tornar importantes lideranças locais e estaduais, vindo inclusive a ocupar cargos nos governos federal e estadual após a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2003, ano, aliás, em que o Projeto do MEB deixa de funcionar na região.

1.4.2. Os agentes locais do MEB/Carauari

As trajetórias expressas nas narrativas de quatro desses agentes locais do MEB em Carauari nas décadas de 1980 e 1990 nos ajudam a compreender os eventos nos anos que precederam a criação das duas reservas na região do médio Juruá. Resgatar a memória dos fatos por meio do que essas pessoas consideram importante narrar não é uma tentativa de fazer uma recomposição precisa da história social e política da região que culminou na criação das duas reservas, objeto do

nosso estudo. Tais narrativas mostram-nos a imbricação da vida dessas pessoas com a construção dessa história, que não é uma, nem a síntese de várias, é um conjunto de histórias que se intersectam, a partir do modo como essas pessoas percebem-se a si mesmas e a todo o processo social em que estão envolvidas, e a partir dos significados que dão sentido à sua existência política e à realidade da qual foram também protagonistas.

1.4.2.1. MEB Carauari - Sindicalismo e Alfabetização

O atual Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Populares - SEARP, Adevaldo Costa nasceu no Seringal Mari-Mari, localidade onde hoje é a comunidade São Raimundo na RESEX Médio Juruá. Perdeu a mãe com 4 anos de idade e por isso foi morar na cidade de Carauari com uma tia. Ali, aproximou-se da Igreja por incentivo de um professor de religião da escola. Essa sua ligação com a Paróquia da Igreja Católica local, marcou a sua trajetória definitivamente.

Quando eu estava fazendo a 5ª série eu comecei a me envolver na Igreja, a participar da Catequese, depois da Crisma, Pastoral da Juventude, depois fui ser catequista. Acabei tendo um envolvimento grande com a Igreja. Eu devia ter por aí uns 15 anos. Mas foi a minha participação no grupo de jovens que foi fundamental para toda a minha caminhada. Eu lembro que ainda muito jovem, eu queria fundar o grupo de jovens no meu bairro, que já tinha nos outros bairros mas no meu ainda não. Eu encomendava os livrinhos da Pastoral da Juventude. Eu lia os anúncios e encomendava os livrinhos. Antes de ir para a reunião eu conversava com o Padre sobre o tema. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

Embora, marque o início da sua ligação com a Igreja por meio dos trabalhos nas pastorais católicas, foi no MEB que começou sua participação na vida política e nos problemas sociais da região.

Eu era professor do 2º grau [atual Ensino Médio] e trabalhava com serigrafia. O MEB me pediu para desenhar uma capa de relatório para eles. Acho que o relatório anual de 1991. Um desenho do país, saindo do país o Estado do Amazonas, de dentro do Estado projetando o município de Carauari. Fazendo esse trabalho, a gente foi conversando lá com eles. Eu já os conhecia da Pastoral da Juventude. Nessa época, o MEB já tinha gente de Carauari como o Ademar que já estava por lá cerca de um ano. Tinha um Encontro da Pastoral Vocacional em Tefé. Era a inauguração do Centro Vocacional aí a galera do MEB me convidou para ficar no encontro deles que ia rolar na seqüência. Um encontro de uns 10 ou 15 dias

para elaboração do Projeto para o triênio seguinte, 1992 a 1994. Ficamos lá. Quando a gente voltou para Carauari eles me convidaram para ficar no MEB. Quem coordenava na época era um agente contratado de fora. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

O trabalho do MEB, mesmo tendo uma conotação também pastoral, possuía, segundo seus agentes, uma marca bastante política e de intervenção social, o que o diferenciava dos demais trabalhos nas outras pastorais. Porém, a presença do Pe. João na Paróquia de Carauari aproximou muito o MEB da atuação da Paróquia.

Associado ao trabalho de Educação de Base, especialmente alfabetização, por meio dos agentes locais nas comunidades, os agentes do MEB trabalhavam, prioritariamente, como assessores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari.

Era através do Sindicato que a gente tentava fortalecer para atuar nas comunidades. Fazíamos reuniões, primeiro com a Diretoria, capacitando a Diretoria sobre suas funções, discutindo. Naquela época era aquela da inflação grande mesmo e uma das bandeiras do Sindicato era pressionar para controlar o preço das coisas. Naquele momento ainda era aquela ação do movimento, do Sindicato, muito menos propositiva. Era de protesto mesmo. A gente dava esse suporte pra eles.

A gente trabalhava ali na [onde hoje é a RESEX Médio Juruá] com 6 ou 7 comunidades: o Mandioca, que era o pólo das nossas reuniões, a última comunidade. O Sindicato trabalhava as Delegacias Sindicais. Pela própria cultura deles, eles viviam isolados. A borracha em si já leva à dispersão, porque cada um se coloca mais perto da sua estrada. Com o fim da borracha, eles começam a trabalhar com agricultura e começam a ter necessidade de ter escolas, começam a brigar por escolas. A própria delegacia sindical era uma representação do Sindicato naquela comunidade. Essas 7 comunidades: Mandioca, Bauana, Bom Jesus, Roque, Pupaí, Gumo do Facão e Tabuleiro. Essas 7 comunidades, quando eu comecei a trabalhar lá, já eram organizadas, numa atuação mais política do Sindicato. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

Além do trabalho de educação e de organização sindical, o MEB apoiava alguns projetos de alternativas econômicas que visavam a ajudar as pessoas a se libertarem da “renda” paga ao patrão pelo uso da terra. Tais projetos apoiavam a compra de sementes e estimulavam a plantação de roças como a de milho, feijão e mandioca para que os extrativistas pudessem aos poucos ir conquistando sua autonomia em relação aos patrões. Havia em curso um processo de atuação político-pedagógica, coordenado pelo MEB que viria a ter grande influência nos rumos dos processos de territorialização do Médio Juruá.

Elas [as comunidades] tinham lá a Delegacia, com uma liderança do sindicato,... que trabalhava aquela história do cara não pagar mais renda, de dar parte da sua produção para os seringalistas. O negócio era começar a trabalhar uma proposta mesmo de acesso a terra. A gente [MEB] trabalhava junto com as alternativas políticas, essa questão de alternativa econômica... O processo de alfabetização com base no método Paulo Freire, de conhecer a sua realidade, de questionar, encontrar uma saída para o problema que elas vivem. Nós tínhamos duas linhas: Sindicalismo e Alfabetização. Cada comunidade tinha o seu monitor de alfabetização. Eram pessoas treinadas pelo MEB para dar aula. Os trabalhos se encontravam. Muitas vezes, a liderança do sindicato era o monitor do MEB. Por exemplo, Manoel Cunha²⁷ foi monitor do MEB. O S. Gracias foi monitor do MEB. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

1.4.2.2. Organização das comunidades

Francisco Pinto entrou no MEB em 1996, e permaneceu até o encerramento do Projeto em 2003. Nascido em Carauari, filho de seringueiros, considera que o seu trabalho no MEB foi um reencontro com suas origens nos beiradões. Foi convidado para o trabalho porque já possuía uma atuação junto à Pastoral da Juventude da Igreja Católica. Em sua narrativa, preocupou-se com a contextualização histórica da institucionalização do MEB no município e com o que foi o seu lugar nessa história.

Eu sou daqui, nasci aqui em Carauari, meus pais foram seringueiros. Apenas em 1984, vim pra cá. Fui parar no MEB assim meio pela atuação que eu passei a ter na Igreja. O MEB era uma Instituição dentro da Igreja Católica e que passou a ter uma atuação em Carauari a partir de 1978. Os primeiros trabalhos do MEB eram realizados como uma sub-região da Prelazia de Tefé e não ainda como o Departamento de Carauari. Então algumas pessoas começaram a fazer um trabalho aqui através do Irmão Fulgêncio, em 78. Logo depois, no início da década de 1980, entre 1984-85, o MEB abriu um Departamento em Carauari mesmo. Foram diversas equipes. Inclusive nós temos o Memorial do MEB, que relata todas as equipes que passaram, a sistemática de atuação nesse período, porque elas formam modificando com o tempo. Eu fui convidado porque eu tinha atuação na Pastoral da Juventude, que na época eu era coordenador. As equipes foram se modificando e me convidaram para fazer parte. Eu fiquei no MEB quase 7 anos, entre 1996 e 2003. E na verdade foi uma experiência ímpar porque com esse trabalho eu pude basicamente voltar àquilo de onde eu vim. A atuação com o pessoal que foi colega dos meus pais, também são ex-seringueiros. Com isso, voltei a trabalhar no interior junto às comunidades. (Entrevista Francisco Pinto, Carauari, 2008)

Para Pinto, a grande contribuição do MEB no Médio Juruá, foi no processo de formação e fortalecimento das comunidades, especialmente fomentadas pela

²⁷ Atual presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

atuação do Pe. João Dereckx. A partir da consolidação das comunidades como eixo organizador da vida no rio, em oposição às antigas colocações dos seringais, deflagram-se todas as demais lutas dos extrativistas da região.

Até então, quando [1996] eu passei a trabalhar no MEB haviam apenas cinco comunidades organizadas. Com esse trabalho de organização que o MEB veio fazendo juntamente com o Pe. João, o número dessas comunidades aumentou de forma rápida. Esse trabalho do MEB se deu mesmo nessa linha de organização comunitária. Apenas algumas famílias moravam na beira do rio. Todas as outras moravam nos “centros”, nos igarapés, que ficavam próximos dos seringais. Eles saíam normalmente para vender essa seringa fora, no barracão. Esse trabalho de organização do Pe. João com o MEB foi na linha do trabalho eclesial de base que se deu na década de 80 em todo o Brasil. Juntando essas comunidades e trabalhando a organização deles, explicando a importância desse trabalho organizado. Surgiram nesse primeiro momento basicamente 4 comunidades, as mesmas que encamparam a luta mais tarde para a criação da RESEX. (Entrevista do Pinto, Carauari, 2008)

1.4.2.3. A luta contra o pagamento da “renda” da terra

Ademar da Cruz é filho de Geraldo Torquato, que foi um educador de base do MEB na comunidade do Pupuai, cuja escola hoje leva o seu nome. Ademar nasceu em Cruzeiro do Sul, no Acre, e mudou-se de seringal várias vezes, como várias famílias de seringueiros que trabalharam com a extração da borracha nas décadas de 1970 e 1980, período em que ela estava em franca decadência, a despeito de todo o investimento que o governo havia feito com os planos de incentivo à atividade.

Em sua entrevista, Ademar relatou que com seus pais, morou um tempo no Rio Jutai, no centro da mata. Depois seu pai resolveu ir baixando o Rio Juruá até chegaram ao Porto Saite (hoje uma comunidade dentro da RDS Uacari). Neste momento da trajetória da família, que depois veio a se estabelecer no Pupuai, separou-se deles e empregou-se numa empresa sísmica, que prestava serviços à Petrobrás²⁸. Após 10 anos de trabalho nesta empresa, resolveu fixar-se novamente em Carauari e iniciou um trabalho como agente do MEB, em 1987.

²⁸ Segundo Derickx (2007), em 1970, a Petrobrás instalou-se em Carauari para prospecção de petróleo e gás na região e contratou vários seringueiros como “mateiros”, empregados das equipes sísmicas. Havia inúmeras denúncias de irregularidades trabalhistas das empresas contratantes. No auge das atividades, na década de 1980, chegou-se a ter cerca de 40% das famílias de Carauari sendo sustentadas por esta atividade. Em 1989, o petróleo e o gás começaram a ser explorados no município vizinho, Coari, tendo sido mudada a Base de Apoio para o Rio Urucu. As firmas

Precursor de Adevaldo no trabalho com as comunidades no Rio Juruá, Ademar envolveu-se desde o início num trabalho de mobilização contra o pagamento da renda aos patrões. Esta viria a ser a tônica do trabalho local do MEB, por meio de suas ações diretas nos projetos de educação e nos projetos de busca de alternativa econômica, assim como indiretamente atuando junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O seringueiro era obrigado a pagar renda. Todo mundo sabe disso. Chegou um momento que a nossa organização do Sindicato, que foram os sindicatos que deram base para pensar isso, que os Sindicatos achavam que era uma injustiça. Como você é obrigado a entregar seu produto para alguém e esta pessoa não te dá nada. Todos os anos você é obrigado a entregar 60kg de borracha seca para pagar fora a sua relação de compra e venda do produto que o patrão controlava. Então achavam que isso era injusto. Já estavam ganhando na venda do produto, já estavam ganhando em cima da sua produção, porque ainda pagar 60kg de borracha, então os sindicatos achavam isso injusto. Começaram então esta luta contra a renda. Mas não tinha base legal. O patrão dizia que pagava imposto da terra e por isso tinha direito a receber a renda. Diziam que os seringueiros estavam usufruindo, estavam vivendo a custa da terra do patrão. Ganhavam no fornecimento da mercadoria, ganhavam na compra da borracha. Se eles vendessem a borracha hoje R\$2,00 eles iam comprar do seringueiro a R\$1,00 porque eles alegavam que isso era para pagar os custos com transporte e pessoal e manutenção. Ganhavam 2 vezes e ainda mais a renda. Na metade do ano dava-se a metade e no final do ano tinha que abater. A renda era obrigatória, tinha que pagar. Não tinha esta história de dizer que ficou doente. Voltasse de canoa, mas a renda tinha que pagar. Dívida de renda não podia passar para o ano seguinte. Era obrigado a deixar a renda fechada. Podia dever comida no barracão. Quando chegava no Cartório, o próprio juiz dizia que tinha que pagar porque o cara pagava seus tributos e a terra era dele. O seringueiro arrendava a terra, mas não podia fazer livremente o que quisesse. Não se podia vender para alguém que comprasse a borracha melhor nem que tivesse uma mercadoria melhor. Ele pedia ao patrão para comprar sapato para o filho ou para si e o patrão já ganhava nesta transação, mas ele não podia comprar direto. (Entrevista Ademar, Carauari, 2008)

1.4.2.4. O envolvimento pessoal com o trabalho social

Suzy tem uma trajetória meio atípica em relação aos demais membros do MEB Carauari, e por isso bastante expressiva. Atípica porque sua filiação religiosa não é católica, mas adventista, e sua entrada no MEB não se deu, como a de

empreiteiras, que prestavam serviços para a Petrobrás, mudaram-se para Tefé e passaram a contratar os trabalhadores daquele município, ficando Carauari em quase total abandono.

Adevaldo, por meio de uma militância religiosa, mas pela opção de realizar um trabalho social. Embora, também fosse filha de seringueiros, nunca morou “no rio”, cuja realidade foi aos poucos se desvelando. Desse modo, evidencia-se uma marca distintiva do caráter do trabalho desenvolvido pelo MEB: embora vinculado à Igreja Católica, tinha uma atuação marcadamente social e política.

[A entrada no MEB] foi uma grande mudança de uma hora para outra porque eu sou evangélica e não tinha até então esta experiência de ligação com o movimento social. Eu sou adventista. Teve um processo seletivo para ser agente do MEB. Eu me inscrevi, participei, era uma vaga só e acabei entrando. Prof. Adevaldo, que era o coordenador da época, tinha sido meu professor de Filosofia no período em que eu tinha acabado de concluir o meu Ensino Médio. Uma das vantagens foi que a linha de discussão das entrevistas era muito do que ele passava pra gente na escola... Não tive nenhum problema em trabalhar com os católicos porque era um trabalho social e não religioso em si. As pessoas de fora é que estranhavam a minha relação pelo fato de eu ser adventista.

Na avaliação de Suzy, o trabalho do MEB em Carauari teve dois momentos. Um primeiro em que o MEB esteve voltado para a formação e fortalecimento de comunidades ao longo do rio. Neste momento, o foco era alfabetizar o maior número de pessoas possível, usando uma metodologia que trabalhava a Educação a partir da realidade dos próprios extrativistas como postulava o método Paulo Freire.

Já num segundo momento, na década de 2000, até o ano em que o projeto foi encerrado, em 2003, o MEB passou a direcionar suas ações para uma postura mais intervencionista junto aos agentes públicos, estimulando a participação das comunidades até no orçamento municipal.

Na equipe do MEB, quando eu entrei, estava-se passando por um momento de transição. Até 1998, o MEB trabalhou com esse processo de formação de comunidades, com o programa de Educação de Jovens e Adultos. Era um programa voltado para uma Educação que não passava apenas aqueles conhecimentos básicos, da educação formal, mas trabalhava com um material todo voltado para a realidade deles (...) Depois, num outro projeto, a partir de 2000, até 2003, nós incluímos mais essa questão, com três programas: de um programa de políticas públicas, desenvolvimento sustentável e gênero, que eram trabalhados de modo transversal. Eu acabei ficando, a gente participava de tudo, na organização, preparava-os para saberem como intervir na gestão pública. Tinha acabado de ser conquistada a Reserva, então como reivindicar políticas públicas. Trabalhávamos também com planejamento.

O que Suzy ainda fez questão de ressaltar em sua fala foi que sua passagem pelo MEB modificou totalmente seu modo de ver e se inserir no mundo social. A percepção de que o modo de vida das pessoas da beira do rio, ligado à ecologia da várzea, estava integrado ao movimento das águas (Fraxe, 2000) e à pesca, selou o seu compromisso com a valorização da luta daquelas pessoas. A partir do MEB, assumiu um compromisso político-social com a realidade da qual era também parte, não apenas como assessora, mas como sujeito histórico.

Aí você vai tendo contato com aquela realidade, vai se contagiando, você vai se comprometendo. Essa Assembléia foi um momento assim de descrever a realidade, Educação, Saúde, transporte e fui vendo a situação difícil das pessoas e eu nunca tinha tido esse contato. Eu nunca tinha saído de Carauari, nunca tinha feito viagens. Fui chegando em maio e as casas das comunidades na água. As crianças, em canoas, e eu pensei: 'Meu Pai, o mundo dessas pessoas é isso'. A rua deles é o rio. Isso foi me chamando a atenção. E aí a gente percebia a reivindicação das lideranças que estavam bem convictas daquele papel, daquele espírito de luta. Fui me envolvendo com vários outros processos e aí começou a se definir mais o meu papel.

Relações pessoais dessas pessoas com as comunidades, não só as ajudaram a construir com as lideranças locais o movimento na região, como as fortaleceram politicamente, transformando assessorias em lideranças políticas. Os relatos dos agentes do MEB acerca de sua experiência no Juruá apenas confirma a tese de que a separação estrutural dos conceitos “casa” e “rua” propostos por Da Matta (1997) em sua análise estrutural da sociedade brasileira só é possível em termos analíticos. O Brasil, e Carauari não é diferente, é a síntese entre a casa e a rua. Em nossa sociedade, mais que os indivíduos, são suas relações que são fundamentais. “Mais importante que os elementos em posição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam seus elementos” (p. 25).

Quando colocamos uma lente de aumento numa dada realidade, nominando pessoas e suas relações com um processo específico, evidenciamos que na vida cotidiana, “casa” e “rua” são duas faces de uma mesma moeda. Os vínculos pessoais com a região, a relação com pais seringueiros, o trabalho quando criança no seringal, que estariam na esfera da “casa”, ao invés de serem os inibidores de uma atuação política mais expressiva, que se refere à esfera da “rua”, é, ao contrário o substrato e o motor dessa ação pública. Como sustenta Da Matta (1997) “casa” e

“rua”, são cúmplices e complementares, embora sejam espaços que permitem leituras ou construções diferenciadas em termos analíticos.

Antes de ter coordenadores locais, a organização do MEB já incorporava aos seus quadros monitores nas comunidades, que eram responsáveis locais pelo trabalho de organização e pelas aulas de alfabetização. Periodicamente, a coordenação regional realizava visitas e oficinas de capacitação nas comunidades, em encontros bastante animados com muitas dinâmicas e músicas religiosas inspiradoras da “luta”²⁹, conforme os princípios da Teologia da Libertação³⁰.

Neste contexto, ganha força o movimento dos seringueiros dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará, especialmente a partir do Encontro Nacional ocorrido em 1985, tema em que nos deteremos no próximo capítulo.

²⁹ O termo “luta”, segundo Comerford (1999), tem vários significados. Ele costuma ser utilizado pelos trabalhadores para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*. Mas quando presente nas músicas que animavam os encontros assessorados pela Igreja Católica, como aqui referido, ele significava os enfrentamentos contra os patrões.

³⁰ Segundo Michel Lowi (2009), “podemos datar o nascimento dessa corrente, que poderíamos denominar como “cristianismo da libertação” no começo dos anos 60, quando a Juventude Universitária Católica brasileira (JUC), alimentada pela cultura católica francesa progressista (Emmanuel Mounier e a revista *Esprit*, o padre Lebreton e o movimento “Economia y Humanismo”, o Karl Marx do jesuíta J.Y. Calvez), formula por primeira vez, em nome do cristianismo, uma proposta radical de transformação social. Esse movimento se estende depois a outros países do continente e encontra, a partir dos anos 70, uma expressão cultural, política e espiritual na “Teologia da Libertação”.” (Cf. <<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=40899>>)

Capítulo 2 - O movimento dos seringueiros no Amazonas

2.1. PAI NOSSO DO SERINGUEIRO

Seringueira que estais na selva
Multiplicados sejam os vossos dias
Venha a nós o vosso leite
Seja feita a nossa borracha
Assim na prensa como na caixa
Para o sustento de nossas famílias
Nos dai hoje e todos os dias
Perdoai nossa ingratidão
Assim como nós perdoamos
As maldades do Patrão
Ajudai a nos libertar
Das garras do regatão
Amém...
(Jaime Silva Araújo)

O autor do “Pai nosso dos seringueiros”, Jaime Silva Araújo, foi líder sindical do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Seringueiros no município de Novo Aripuanã, na calha do Rio Madeira, na década de 1980, se tornou o primeiro Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros fundado numa reunião em Brasília no ano de 1985. Mesmo tendo nascido num seringal e sendo filho de imigrantes nordestinos que vieram para a região fugindo da seca e para trabalhar na borracha, como tantos outros, Jaime via a Amazônia por meio das representações que dela foram sendo construídas.

Do mesmo modo, ele, como tantos outros seringueiros, via-se como a parte dominada de uma cadeia antiga de exploração com base na economia da borracha, e que, através do movimento político vão construindo identidade própria, ressignificando a “selva” em que viviam. Este “Pai Nosso dos seringueiros”, além de nos fazer perceber a interseção constante entre as práticas religiosas, cantos e rezas, e o processo organizativo do movimento sindical e seringueiro na Amazônia, pode nos ajudar a compreender a trajetória e a emergência desta nova identidade que se corporifica num movimento social da Amazônia e que vai se articular no estado em diferentes momentos e de diferentes formas.

2.2. “SERINGUEIRA QUE ESTÁS NA SELVA, MULTIPLICADOS SEJAM OS VOSSOS DIAS”

2.2.1. A invenção da Amazônia como “selva”

A idéia de uma Amazônia como “selva” (Ferreira de Castro, 1955), lugar exótico, por vezes inóspito, selvagem a ser domesticado, surge embutida no processo de invenção da própria noção de Amazônia (Gondim, 1994; Mendes, 1997). Tais idéias sobre a região disseminadas desde o período colonial pelos viajantes, expedicionários, missionários e funcionários administrativos que por lá viveram ou passaram, tornaram-se a base conceitual do que muito tempo depois viria se concretizar na categoria “Amazônia”.

Amazônia, enquanto eixo central das preocupações ambientais do Brasil e do planeta, especialmente em tempos recentes. Foi historicamente percebida a partir do olhar dos missionários, funcionários e viajantes naturalistas que por ali passaram, desde o século XVI, a serviço de Estados dinásticos. Os trabalhos produzidos pelos cientistas naturais (biólogos, geólogos, astrônomos), que integravam expedições científicas, assim como a “literatura dos viajantes” e dos cronistas que integravam as missões oficiais contribuíram para fundamentar um modelo inconsciente de matriz biológica e naturalista, que se tornou dominante para interpretar a Amazônia.



Figura 43: Índios Guaicuru atravessando um rio

Fonte: Ferreira, 1974

Inspirados no pensamento e na produção desses cientistas naturais, os funcionários e administradores coloniais como médicos, engenheiros, bacharéis em direito, também operaram este modelo para justificar as diferentes formas de intervenção do estado na região.

Os relatos desses cientistas, viajantes e funcionários coloniais baseavam-se em informações coletadas em campo sobre o meio físico, a fauna e a flora locais, compondo o que se denominava de uma “história natural” assim como descreviam a vida das pessoas e os costumes, formatando o que poderia se denominar uma “história moral”.

Tributária do naturalismo, a Amazônia foi sempre representada com base num pensamento social diretamente relacionado às idéias predominantes na Europa, sobretudo àquelas que formavam o pensamento hegemônico do século XVIII sobre as Américas e, de um modo mais geral, sobre as regiões exóticas. O século XVIII foi particularmente importante na produção de grandes inventários e de modelos explicativos que influíram fortemente nos destinos da ciência ocidental, no modo de pensar a relação natureza e a cultura nos séculos seguintes (Gondim, 1994).

O olhar vindo dos países civilizados, estava representado pelo olhar dos viajantes que ajudaram a construir uma nova consciência planetária ao desbravar o interior da América e da África desde a metade do século XVIII e durante todo o século XIX, a obra incursionista no mundo do imaginário e das representações do real. Como afirma Pratt (1999), o Imperialismo dinástico, mais que colonizar terras, colonizou as mentes dos que viviam na colônia.

Porém, como numa “dança de espelhos”, ressalta Pratt (1999: 236), a Europa também se reinventou a partir desses relatos, criando uma imagem de si como composta de indivíduos superiores hierarquicamente, na qual a hegemonia do burguês europeu foi naturalizada.

Tal ressalva se torna pertinente porque assim como os relatos dos viajantes são heteroglóssicos, produzidos em diferentes contextos e a partir de diferentes experiências, as próprias colônias em si, representavam o que Pratt (1999) denominou de “zonas de contato”. Tais zonas envolviam o encontro de culturas díspares, que ora se chocavam, e ora se entrelaçavam, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo e o escravagismo. A partir desse contato, criou-se uma dinâmica recíproca de

representação do outro e de si mesmo, estabelecendo uma escala hierárquica de subordinação, o que também permitiu abrirem inúmeras possibilidades de resistências.

Embora trazendo alguns fragmentos de textos produzidos nas diferentes épocas como ilustração dos discursos hegemônicos sobre a Amazônia, estes não foram o foco do nosso interesse. A totalidade desses textos produzidos perfazem uma série de discursos praticamente invariantes de diferentes gêneros literários. O objeto de nossa análise aqui seria o processo de construção social da noção corrente de “natureza” associada à idéia de “selva”, como algo primitivo e atrasado, que vai ser o substrato do modo como as pessoas que viviam na região se percebiam. Também com base nessas concepções têm sido desenhadas, até muito recentemente, as políticas públicas para a Amazônia.

2.2.2. A contribuição dos cronistas, funcionários e colonizadores dos séculos XVI e XVII

Neste sentido, é preciso primeiro ancorar no porto destas épocas, decifrar as matrizes deste pensamento para compreender a composição estrutural que define o modo de pensar a Amazônia. Na verdade, existe uma *história da ciência ligada à Amazônia*³¹, cujos fatos constitutivos são em sua maior parte ignorados.

Segundo Gerbi (1996: 48),

(...) essas idéias apresentam uma notável originalidade de problemas, não só no que diz respeito aos registros de psicologia coletiva efetuados por escritores clássicos, mas igualmente quanto as cruas afirmativas ou negativas, exaltações ou infâmias de quase todos os primeiros cronistas e exploradores. Diversas teses sobre a inferioridade dos trópicos, devidas à influência do clima sobre os temperamentos e os costumes dos povos, encontraram eco e justificação nos dados “antropogeográficos” fornecidos por exploradores, etnólogos, naturalistas e missionários que tentaram desvendar o “Novo Mundo”.

Na realidade, a tese da “debilidade” da América nasce com Buffon, em meados do século XVIII. Para ele, o calor excessivo e a elevada umidade do ar, ao invés de tornar mais “viva a natureza”, tornava-a *bem menos ativa, bem menos variada, e podemos até dizer bem menos forte* (Buffon apud Gerbi, 1996: 20).

³¹ PINTO, Renan F. O hiato antropológico. *A Crítica*, Manaus, 02 maio 1996.

Sempre tendo como parâmetro comparativo a Europa, baseou suas considerações acerca da regressão, em termos de desenvolvimento, sofrida pelos animais na América. Aliada a sua tese da “degenerescência dos animais domésticos” tendo como base o princípio evolutivo das espécies de Darwin, onde todos os seres vivos teriam uma única origem, Buffon também depreciava os homens da América, uma vez que não foram capazes de submeter a natureza. Segundo Pinto (2006: 138), as sociedades indígenas da América serviam para Buffon ilustrar seu esquema explicativo de que o homem seria parte, um capítulo da história natural.

Buffon foi um dos pensadores que mais influenciou os viajantes e ficcionistas acerca da Amazônia. As análises de Buffon surgiram da *“inaplicabilidade de conceitos e tipos zoológicos do Velho Mundo à realidade natural do Novo Mundo”* (Buffon apud Gondim, 1994: 71). Devido ao clima, à umidade do ar e a impenetrabilidade dos raios de sol em função das copas fechadas das árvores, ocorria a degeneração das espécies, contradizendo as teorias evolucionistas.

Esta situação inóspita da natureza só poderia ser modificada pela passagem de seu estado natural para a cultura através da ação de homens civilizados e desenvolvidos, que *“conseguissem executar essa tarefa hercúlea, no cultivo do solo, com a derrubada das árvores, abrindo caminho aos raios solares”* (Gondim, 1994: 72). As teorias de Buffon pretendiam ter um caráter eminentemente científico, objetivando superar as explicações religiosas no sentido de uma melhor compreensão do mundo. Porém, suas considerações sobre os seres vivos na América tiveram uma influência marcante no caráter etnocêntrico e preconceituoso da maioria das abordagens científicas ou filosóficas sobre os trópicos a partir de então.

O relato do Padre Cristóbal Acuña, “O novo descobrimento do Rio das Amazonas” (1994), se insere entre os primeiros trabalhos que serviram de base para a incorporação de territórios e riquezas aos países dominantes a época, sobretudo Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda, no que diz respeito à Amazônia.

2.2.3. A Amazônia a “luz” dos naturalistas no século XVIII

O século XVIII, chamado Século das Luzes, vê-se marcado pelos paradoxos, o questionamento à existência de Deus, a autoridade papal e ao poder dos monarcas, cujas raízes estavam nos descobrimentos marítimos e na série de modificações econômicas, sociais e políticas embutidas neles. No campo da ciência,

proliferaram as Academias de Ciências, as experimentações e as viagens científicas, propondo a associação entre saber e poder.

Especialmente no que se refere a Amazônia, o pensamento iluminista se expressa no Governo do Marquês de Pombal (1750-1777), que ao expulsar os jesuítas, refutava o modelo de colonização de base teológica e enfatizava o saber científico e o papel do Estado racional. Pombal procurava relativizar a imagem do índio e por meio do Diretório de 1758, se aproximava das idéias iluministas que consideravam o “selvagem” como profundamente bom. Por meio do Diretório, os chamados “escravos naturais” seriam os negros da costa da África. A Era Pombalina foi marcada pelas noções de “progresso” e de “racionalidade econômica” que vai, segundo Almeida (2008), reproduzir-se no tempo como uma forma espontânea de sociologia que explica a Amazônia.

Esse período vai ser marcado também pelas “viagens filosóficas”³² que se constituíram num modo de perceber a Amazônia que influenciou os planos governamentais do século XX.

A partir da obra de La Condamine, surge na Amazônia uma nova forma de fazer ciência com a realização de empreendimentos de caráter eminentemente científico. Astrônomo e filho do Iluminismo, o francês Charles Marie de La Condamine integra a expedição francesa que percorre o Rio Amazonas.

O objetivo da expedição técnica dos sábios da Academia de Ciências de Paris, autorizada pelo rei Luís XV, era o de medir o arco do meridiano, determinar o comprimento do pêndulo que bate o segundo e verificar a atração do fio-a-prumo pela massa semi-esférica do Chimborazo (Peru). Embora fosse o esse o objetivo, La Condamine (1992: 23) manifesta uma preocupação com diversos campos de interesse.

Ninguém ignora que há dez anos vários astrônomos da Academia foram enviados por ordem do rei ao equador e ao círculo polar, para ali medir os graus terrestres, enquanto outros acadêmicos faziam na França as mesmas operações.

Segundo Neide Gondim (1994), a expedição relatada por La Condamine não se restringiu apenas as tarefas de medição da Terra, envolvendo as ciências naturais, astronomia, física ou a matemática. Ele escreveu diversos artigos descrevendo a mata peruana, fato que resultou na denominação científica da

³² Cf. Ferreira, 1974.

quinina e da chinchona, respectivamente *Chinchona officialis condaminea* e *uritucinga*.

Descobriram também a borracha e a platina que não eram objeto da expedição mas que aparecem descritos no relato. A borracha foi por ele divulgada na Europa como produto usado pelos índios Omágua.

Enviei à Academia, em 1736, por intermédio do falecido Sr. du Fay, pouco tempo após minha chegada a Quito, alguns rolos de uma massa escura e resinosa, conhecida nessa cidade como o nome de borracha ('cahuchuc', segundo a ortografia espanhola). É o nome que dão a esse material os índios da província de Mainas, entre os quais é muito conhecido e usado para fazer diversos trabalhos...³³

Segundo Pratt (1999), o texto de La Condamine é escrito não como um relatório científico, mas como uma "literatura de sobrevivência". Recapitulando o drama das expedições do século XVI, Orellana, Raleigh, Aguirre – relata os perigos e as maravilhas exóticas da viagem. Seus escritos especializados dão a medida de quanto a ciência veio articular os contatos europeus com a fronteira imperial e do quanto foi articulada por eles.

Em contraste com o paradigma marítimo que havia ocupado o centro do palco por trezentos anos, os relatos das viagens científicas do século XVIII, inauguradas por La Condamine, estavam voltados para o interior. Esta mudança no enfoque deu vazão a novas formas de conhecimento e autoconhecimento europeus. Sugeriu mudanças na concepção que a Europa tinha de si mesma e de suas relações globais.

2.2.4. A classificação das espécies como reordenamento do mundo

É a partir do Sistema Natural de Lineu³⁴, que emerge essa nova "consciência planetária" da Europa, uma versão marcada pela tendência à exploração do interior e pela construção de significado em nível global por meio das descrições detalhadas da história natural.

Segundo Pratt (1999), mais do que classificar as plantas e de promover drásticas mudanças no modo de se realizar os relatos das viagens científicas, o sistema natural de Lineu representou a maneira mais geral dos europeus construírem seu lugar no mundo. Um modo de impor ordem ao caos. Também

³³ LA CONDAMINE, apud MINGUET, Hélène, Introdução. In: La Condamine, op. cit., p.11

³⁴ Lançado em 1735.

Buffon, que embora tivesse diferenças substantivas do Sistema de Lineu, possuía a mesma matriz totalizante e classificatória.

A coleta de espécies e construção de coleções para os museus e Jardins Botânicos, torna-se típico nas viagens. Embora as descrições de flora e fauna fossem comuns nos relatos de viagens, a partir do Sistema de Lineu, firma-se um projeto classificatório global. Segundo Pratt (1999), este projeto vai se tornar a base narrativa de todo relato e vai propor a organização do mundo a partir da história dos europeus.

Foucault (1992), ao analisar o pensamento do século XVIII, sustentava que a História Natural é a descrição do visível por meio da linguagem, que inventa a natureza sob outra ótica. Desse modo, o conhecimento da realidade não se dá como acúmulo estático de fatos e informações isoladas, mas como atividade humana entrelaçada e práticas verbais e não-verbais.

Entre os modos oitocentistas de inventar a América como natureza, não poderíamos deixar de mencionar as “imagens” do naturalista Alexander Von Humboldt, a quem Pombal vetou a entrada na Amazônia brasileira, mas que a partir de suas pesquisas na Amazônia colombiana teve também grande influência nas interpretações posteriores acerca da região (Cf. Almeida, 2008).

Conforme seus escritos, Humboldt reinventou a América, antes de tudo como natureza, mas não apenas como uma natureza classificável como para o lineanos. Privilegiando a dimensão estética, ele a reinventa como uma natureza “dramática e extraordinária, um espetáculo”, como observa Pratt (1999: 212). Porém, apesar de contrastar com as descrições estritamente científicas anteriores, em virtude do caráter mais estético, as experiências discursivas de Humboldt ainda têm em comum a ausência do homem em seus relatos. Em suas imagens, apenas é possível escutar a voz da natureza.

A semelhança das imagens setecentistas, Humboldt reinventa a América como natureza, um mundo atemporal ocupado por plantas e criaturas, algumas humanas, mas sem sociedades ou economias. Também retrata a América em meio a um discurso de acúmulo, abundância e inocência. Um mundo cuja única história seria aquela ainda prestes a começar pelo protagonismo europeu.

Importante contribuição na construção deste esquema interpretativo com ênfase no quadro natural, que poderíamos chamar de *clássico* da Amazônia, foram os trabalhos dos austríacos Spix (zoólogo) e Martius (médico e botânico).

Inquietados pelo que consideravam um paradoxo irreconciliável: como pode uma natureza como fonte de prazer inesgotável e ao mesmo tempo *lócus* de “selvageria”, misto de paraíso e inferno? Assim, deixam Spix e Martius (1976) transparecer a noção de natureza ao longo de sua “*Viagem pelo Brasil (1817-1820)*”. Na esteira de Alexander von Humbolt, naturalista que entre os séculos XVIII e XIX investigou a América Equatorial, eles propõem a realização de “quadros da natureza” para representá-la “científica, poética e artisticamente”. Segundo Humbolt, “a natureza deve ser sentida”.

Segundo Lisboa (1997), eles não encontram razão para a propagação da diferença cronológica entre os chamados “Velho e Novo Mundos”, ao contrário de Buffon, é a abundância aquosa da bacia do Rio Amazonas formada pela “mão criadora de Deus” que propiciou a “abundância de formas orgânicas”, o que hoje chamaríamos de biodiversidade da Amazônia.

Existem, basicamente, duas formas de representar a natureza, sustenta Lisboa (1997). Estas permeiam as diversas descrições paisagísticas e que foram a base de uma reflexão estética no decorrer da segunda metade do século XVIII.

A partir da visão antropocêntrica do Iluminismo, a natureza deixa de representar uma “ordem revelada e imutável da criação”, passando a ser vista como “ambiente da existência humana”. Deixou de ser a “fonte de todo o saber” e passou a ser um “objeto de pesquisa cognitiva”. A natureza deixa de ser apenas fonte de inspiração para os sentimentos e passa a induzir a pensar.

Como quase todos os naturalistas viajantes do século XIX, Spix e Martius, cuja viagem pelo Brasil deu-se entre 1817 e 1820, também estiveram envolvidos com a formação de coleções para Museus europeus. Enviaram materiais para o Museu da Bavária, que hoje se encontram na Alemanha (Almeida, 2008b). Os jardins botânicos e principalmente os museus financiaram estas expedições preparando, ao mesmo tempo, o terreno para a exploração industrial das matérias-primas, em acordo ao processo de industrialização em ascensão na Europa.

Outra viagem que se tornou uma referência para a construção dessa noção corrente de “natureza”, foi também a do casal Elizabeth e Louis Agassiz, pelo Museu de Cambridge (EUA), entre 1865-1866. *Viagem ao Brasil – 1865-1866* (1975), é uma espécie de crônica com base no Diário de Viagem de Elizabeth Agassiz. Deixando transparecer uma visão romântica baseada na literatura circulante na Europa no século XIX, onde enxergavam na natureza um “espetáculo envolvente, objeto de

contemplação ou lugar de refúgio para o indivíduo solitário” e ao mesmo tempo desta relação transparece “pavor e repúdio”.

Nos passos de Spix e Martius, com quem até mantinham alguma relação, o casal Agassiz não têm sobre a natureza dos trópicos uma visão negativa, nem partilham das teses de Buffon. Ao contrário, Agassiz declara numa carta de setembro de 1865, transcrita por Elizabeth em suas memórias, que antes mesmo de ter cumprido a terça parte da viagem já havia obtido 300 espécies novas de peixes. Também como nos relatos de Spix e Martius, Agassiz por vezes se enquadra na “poética iluminista”, se ocupando do pitoresco, buscando imagens recorrentes e semelhantes às da Europa da época.

A obra *Viagem ao Brasil – 1865-1866* (1975), por ser um relato feito a partir do olhar de uma mulher, aborda inúmeros aspectos não observados em outros relatos sob olhares masculinos. Apesar de ser assinada pelos dois, Louis e Elizabeth, foi escrito por ela a partir das anotações e comentários do marido, mas com base em sua própria experiência de viagem.

Na coleta de peças etnográficas destacou-se o etnólogo alemão Curt Nimuendajú, vindo a ser inclusive chefe da seção etnográfica do Museu Goeldi nos anos 20. (Almeida, 2008: 53)

Esses autores se tornaram as principais fontes dos “lugares-comuns” acionados teoricamente pelo chamado pensamento erudito sobre a Amazônia. De igual modo, a história natural ao situar-se na base da produção do conhecimento acerca da região e das ações intervencionistas do Estado corroborou para que tais autores desenvolvessem uma idéia de natureza, entendida simplesmente enquanto “quadro natural” ou “meio físico”.

O colecionismo como modo de perceber e classificar a natureza, e de construir e perpetuar a Amazônia enquanto “selva”, estava baseado no sistema natural, que por sua força explicativa auto-evidente, atravessou os tempos e as mentalidades das pessoas que viveram e vivem na região. Também foi grande a influência do colecionismo no perfil das Instituições Científicas que viriam a atuar na Amazônia, em virtude do financiamento do Estado as expedições e a constituição dos Museus (Museu Nacional, antes Imperial, e o Museu Goeldi), desde o período Imperial até o início da República (Cf. Almeida, 2008b).

2.2.5. A definição legítima da Amazônia

Tal modelo explicativo funcionou como uma “moldura” para se pensar a Amazônia e esteve na base dos determinismos que enfatizavam o “quadro natural” nos meandros das políticas públicas, como nos planos governamentais de 1912 e no Primeiro Plano Quinquenal da SPEVEA – 1954/1955, que percebiam os sujeitos sociais como “sujeitos biologizados”.

Segundo Almeida (2008b), com o advento da categoria “desenvolvimento” após a II Guerra Mundial, especialmente nos países tidos como “subdesenvolvidos”, as formas de conhecer e pesquisar para fins industriais implicaram em rápidas transformações. Tais preocupações contribuíram para o soerguimento do extrativismo na Amazônia. No parecer do Senador Álvaro Adolfo sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto na Constituição de 1946, fica evidente uma preocupação com o fornecimento de matéria-prima para a indústria com a justificativa de poder melhorar o nível de vida das populações da região amazônica (Cf. Adolpho, 1951).

“Desenvolvimento” significa etimologicamente “não envolvimento”, separação da natureza, ressaltou Gonçalves (1996). A hegemonia da ideologia desenvolvimentista, que ganhou corpo no pós - II Guerra Mundial, significou a consolidação do domínio da natureza e dos homens semiotizados como naturais. O desenvolvimento seria o portador da “chave modernizadora universal” que levaria as sociedades tidas como primitivas, atrasadas, à civilização.

Do mesmo modo, consolidava-se por meio das Instituições de pesquisa e de desenvolvimento que atuavam na região a idéia de Amazônia como natureza selvagem, desordenada, vazia de homens, que precisava ser ocupada, domesticada e integrada à economia nacional para que pudesse se “desenvolver”.

Especialmente no que se refere ao arbítrio de sua configuração regional, a Amazônia foi objeto de uma luta de classificações entre critérios que disputavam a sua definição legítima. Segundo o geógrafo Eidorfe Moreira (1960)³⁵, entre os critérios figurava o de tomar os limites da região com base em sua cobertura botânica, conforme propunha o parecer do Senador Álvaro Adolpho (1951) para o Projeto de Lei que regulava o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

³⁵ O trabalho do geógrafo Eidorfe Moreira, foi financiado pela SPVEA, como uma entre várias monografias que compuseram a Coleção Araújo Lima. A edição ora citada é a nona da referida coleção, publicada pelo INPA em 1958.

Desde Humboldt que se tem como região amazônica a compreendida pela grande floresta equinocial que cobre a planície úmida irrigada pelo maior dos rios, a que denominou hiléia. A cobertura botânica assinala a diferenciação geográfica e dá o caráter típico inconfundível da região. Toda a vida do ecúmeno amazônico está subordinada às condições ecológicas impostas pela floresta e pelo rio. A economia humana não podia fugir ao imperativo do meio. De modo que sendo a principal característica da região essa floresta típica e o principal fator da sua economia, é lógico que a delimitação da região a que corresponde se faça por ela, isto é pela fímbria dessa floresta, no ponto de transição com terras de outra cobertura ou formação. Devemos observar que com isto, grandes trechos dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso ficarão compreendidos na área amazônica, que terá que receber o influxo dos recursos constitucionais.

Um segundo critério em disputa era o proposto pelo Conselho Nacional de Geografia, a partir do trabalho do geógrafo Lúcio de Castro Soares. O critério seria assim fisiográfico, baseado na rede hidrográfica que sugeriu que a região deveria envolver todos os municípios adjacentes à bacia amazônica, o que foi veementemente criticado por ter que envolver até as proximidades de Anápolis e Goiânia (Cf. Adolpho, 1951).

O terceiro critério, e que acabou vigorando, foi o proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja delimitação se daria por pontos geodésicos. A Amazônia estender-se-ia, ao sul até o paralelo 16° em Mato Grosso e 12° em Goiás, e a leste até o meridiano 44° no Maranhão. Do paralelo 16° a divisória subiria pelo Araguaia até atingir o 12° e deste até o referido meridiano pela linha de limites Goiás – Bahia e Maranhão – Piauí.

Desse modo, segundo Moreira (1958), a delimitação territorial da região não se deu por critérios geográficos, mas foi fruto de uma acomodação política em torno do uso dos recursos destinados pela Constituição de 1946³⁶ ao “desenvolvimento” da região que deveria beneficiar alguns estados e territórios e excluir outros.

³⁶ Entre setembro e novembro de 1951, realizou-se no auditório do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, uma Conferência envolvendo as autoridades dos serviços federais relacionados com a Amazônia e alguns outros colaboradores. Tal Conferência atendia a uma solicitação do então Presidente da República Getúlio Vargas para a regulamentação do dispositivo constitucional que concedia 3% da renda tributária da União à “Valorização da Amazônia”. A referida solicitação do Presidente era decorrente do Discurso por ele proferido em Manaus no dia 10 de outubro de 1940, conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”. Entre os produtos da Conferência estava a elaboração de subsídios aos trabalhos de “desenvolvimento da área amazônica”. Assim, uma coleção de monografias foi encomendada a alguns especialistas, financiados pela SPVEA e editadas numa coleção denominada Araújo Lima (Cf. Bonfim, 2008 (1951)). Entre essas monografias figura o trabalho do geógrafo Eidorfe Moreira que sintetizou a polêmica em torno da definição legítima dos limites da região amazônica.

Neste período de tentativa de alavancar o desenvolvimento da Amazônia a partir de investimentos e de um planejamento estatal ostensivo, percebia-se a população como um apêndice da natureza, sempre referido como existindo na região em número reduzido. Embora o homem seja considerado pela Geografia como o “fator geográfico por excelência”, por ser aquele capaz de modificar a paisagem e dar ela significado, na Amazônia, ele se torna vulnerável. A natureza impõe-se a ele de tal maneira, que o que ele faz é apenas tentar se adaptar aos “quadros naturais”.

Ora, o homem encontra-se na Amazônia numa das situações mais ingratas e desfavoráveis em face da natureza. Chega a ser mesmo paradoxal que uma das regiões mais simples e homogêneas sob o ponto de vista fisiográfico, além do mais servida por uma excelente rede potâmica, possa ter efeitos tão absorventes e estorvadores sobre os seus habitantes...

Sob certos aspectos, o que ele têm feito aí representa antes um trabalho de adaptação do que uma conquista efetiva sobre os quadros naturais. (Moreira, 1958:11)

A visão do homem passivo em relação à exuberância e aos desafios da vida na “selva” é uma constante nos discursos sobre a Amazônia desde os relatos dos colonizadores e viajantes do período colonial e o início da República, atravessando os planejadores econômicos da década de 1950 no Plano de Valorização Econômica da região até os planejadores do período militar na década de 1970 e 1980. Não só os homens eram percebidos desse modo, como eles próprios se percebiam assim, como “sujeitos biologizados”, o pólo passivo de uma relação contrastiva que deve ser “fixado” e “adaptado” ao meio (Cf. Adolpho, 1951). A ruptura com essas visões “biologistas” e “geografistas”, só se deu muito recentemente com a emergência de novas identidades coletivas na Amazônia, como a que resultou da organização do movimento dos seringueiros. Contudo, tais visões ainda persistem nas proposições e ações de algumas agências estatais e ONG’s que atuam na região. Disso, trataremos mais adiante.

2.3. “VENHA A NÓS O VOSSO LEITE, PARA O SUSTENTO DE NOSSAS FAMÍLIAS”

2.3.1. Os seringueiros e a economia camponesa

Em “Efeitos de Lugar”, Bourdieu (1997) sugere desconfiar das definições dos lugares construídas a partir das “ausências”, porque ao fazê-lo podemos estar

evocando não “realidades”, mas fantasmas. Sempre foi uma idéia corrente que a população dos seringais da Amazônia era esparsa e isolada no passado, e ainda por volta das décadas de 1970 e 1980, com a desativação de muitos desses seringais devido a uma re-acomodação econômica, que se fez pelo desincentivo a atividade extrativista da borracha. Tomando por base a reflexão de Bourdieu (1997) acima, como foi possível que esta população se tornasse sujeito de uma das políticas de gestão territorial que mais vêm ganhando destaque na última década na região, a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável? Qual a base de sustentação da emancipação que possibilitou que “sujeitos biologizados” se transformem em “sujeitos sociais”?

A grande contradição que propiciou a emergência dos seringueiros enquanto identidade social coletiva talvez esteja expressa no verso do “Pai Nosso do seringueiro” que usei como subtítulo deste tópico que nos remete a existência e a valorização da economia familiar. Embora esta estrutura socioeconômica tenha sido impedida de se realizar plenamente nos períodos da hegemonia da economia exportadora da borracha, com a desativação de muitas empresas seringalistas, a sua existência tornou-se visível e foi até estimulada pelos agentes apoiadores dos seringueiros, tais como o MEB e as equipes locais da Igreja Católica no médio Rio Juruá e se tornou base conceitual da emergência dessa nova identidade coletiva.

Mesmo sendo fato que existe uma predominância do capital financeiro e mercantil na economia de exportação do Brasil, e em especial na Amazônia com a hegemonia da borracha, Chayanov (1966) já nos alertava que não deveríamos estender sua aplicação dos conceitos e categorias do capitalismo a todos os fenômenos de nossa vida econômica.

Essencialmente incompatível com a idéia de “desenvolvimento” a qualquer custo, a economia camponesa, a qual poderíamos afiliar a da família extrativista no interior da floresta amazônica, busca atingir um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho (Chayanov, 1966). Em termos do uso dos recursos da floresta, podemos afirmar que já há na prática dos seringueiros um cuidado com a exploração dos recursos da floresta, vez que a premência de suas necessidades é que determina o volume do consumo dos recursos. O mais elevado rendimento numa economia familiar se deve mais a avaliações subjetivas que a um cálculo aritmético objetivo que determina se aceita ou não uma ação econômica visando o máximo lucro líquido. A prosperidade da

exploração familiar não aumenta de modo tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista, porque quando o camponês percebe o aumento da produtividade do seu trabalho, ele diminui o grau de auto-exploração.

Em termos de estrutura econômica, para o campesinato, o equilíbrio econômico entre a satisfação da demanda e a penosidade do trabalho é mais importante que a noção de lucratividade. A intensidade da atividade extrativista no Médio Juruá, dentro da sua multifuncionalidade que envolve além do corte da seringa e da preparação da borracha, a coleta de sementes para a produção de óleos vegetais, a colocação das roças e a pesca, sobretudo, depende de fatores internos: densidade populacional, formas de utilização da terra e dos recursos naturais, e do padrão de vida tradicional. (Cf. Chayanov, 1966).

A construção da identidade coletiva “seringueira” objetivada no movimento social dos seringueiros, se dá a partir dos empates³⁷ realizados nos seringais de Xapuri e Brasiléia no Acre. Mais do que uma “organização profissional”, como propõe Mary Allegretti (2002), em oposição a uma “organização de classe” atribuída aos movimentos sociais contemporâneos, poderíamos dizer, em termos antropológicos, tratar-se da afirmação de um “estilo de vida”, aquele que vários autores categorizaram como “modo de vida camponês”. Ao se oporem à substituição das seringueiras pela implantação de pastagens para a criação de gado, como no caso do Acre, ou ao se oporem a pesca indiscriminada nos lagos do médio Juruá e à exploração predatória da atividade madeireira, no Amazonas, os seringueiros se constroem como organização e identidade. Eles deslocam o debate do plano da racionalidade econômica e o recolocam em termos de uma outra racionalidade que vincula sua subsistência, a sua existência como sujeitos sociais, não à economia do capital, mas à economia camponesa ligada à conjugação entre a exploração da floresta e a pequena agricultura, o que vai posteriormente, propiciar a sua aproximação do movimento ambientalista.

Uma imagem clássica acerca do campesinato e que reforça o argumento acima apresentado é a do “bem limitado” desenvolvida por George Foster (1965), a partir de suas pesquisas em Tzintzuntzán no México. Para Foster, os membros de qualquer sociedade partilham de uma orientação cognitiva comum, que mesmo não

³⁷ “Empates são ações coletivas para impedir a derrubada de florestas, a qual era precedida pela expulsão de seringueiros e apropriação de terras. As primeiras iniciativas desse tipo de ação ocorreram no município da Brasiléia com Wilson Pinheiro, e tiveram continuidade com Chico Mendes. Ambos foram assassinados a mando de fazendeiros.” (Almeida, 2004: 50)

sendo verbalizada, é expressão implícita de sua compreensão acerca das “regras do jogo” com as quais vive. Esta orientação, por vezes inconsciente como sugere Foster, ou em alguma medida consciente, como para Redfield (1956), estrutura e guia a conduta. Contextos modernos de rápidas mudanças, em que grupos sociais como os seringueiros estão envolvidos também, podem nos levar a considerar que certas condutas adotadas por estes grupos sejam irracionais, obstáculos ao desenvolvimento, como aparece muitas vezes na mídia. Foster (1965) preocupado com a natureza da orientação cognitiva desses grupos sociais, desenvolve a idéia do “bem limitado”. Para ele, tudo que existe no entorno do camponês é limitado.

Numa comunidade “fechada”, que ocupa uma dada terra, o camponês a percebe, assim como os recursos naturais a ela relacionados como limitados, já que esta terra está sempre sujeita a divisões com o aumento da densidade populacional, em virtude dos casamentos e nascimentos. Do modo semelhante, o camponês percebe a finitude dos demais recursos naturais. Decorrente dessa idéia do “bem limitado” neste tipo de comunidade, Foster depreende que um indivíduo e sua família só poderiam melhorar sua posição social a expensas dos outros. Logo, uma melhora na posição de alguém é vista como uma ameaça à comunidade. Foster (1965) sustenta que o modelo de análise por ele desenvolvido baseado na conduta econômica revelou inesperadas regularidades estruturais que vinculavam esta conduta a outras esferas da vida social, como as relações de amizade, de vizinhança, e honra.

Observamos o mesmo no caso dos seringueiros, vez que as estradas de seringa nativa já são dadas pela natureza, assim como os lagos e os demais recursos extrativistas, que, se usados de modo indiscriminado, só seriam renováveis no curso de um longo tempo. Desse modo, um indivíduo ou uma família, só poderia melhorar a sua posição, a expensas dos outros, explorando recursos para além da sua capacidade de renovação, como a retirada de madeira ou a pesca predatória, como no médio Juruá. Então, quando seringueiros realizam “empates” nos seringais do Acre, ou movimentos de defesa dos lagos no Amazonas, antes de estarem praticando ações irracionais, estão atuando racionalmente com base em princípios que permitem a sua existência e sua reprodução física e social.

Assim, a escassez da população, esparsamente distribuída na floresta, que segundo a racionalidade do desenvolvimentismo tornava inviável qualquer iniciativa promissora na região, tornou-se nesse novo momento a mola propulsora de novos

padrões de “desenvolvimento” com base em outras racionalidades e em outras formas de organização econômica, melhor dizendo, em outras economias.

2.4. “PERDOAI NOSSA INGRATIDÃO, ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS AS MALDADES DO PATRÃO”

Outra questão que Jaime Araújo traz para reflexão a partir do “Pai Nosso do seringueiro”, é a relação simbiótica entre seringueiros e patrões nos seringais. Embora de fato existisse exploração nos seringais da Amazônia, o patrão a quem gostariam de combater é mais a “instituição da patronagem” do que a figura pessoal do patrão em si.

2.4.1. Os seringueiros e a patronagem

No Médio Rio Juruá, muitas pessoas que entrevistei referiam-se à opressão causada pelo “patrão”, uma figura muitas vezes indeterminada. Quando eu perguntava se lembravam os nomes desses “patrões”, às vezes lembravam de um ou outro sem muito rancor, até mesmo com certo respeito e gratidão. Para evocar a figura dos “maus” patrões, procuravam sempre se referir a seus antepassados. Aqueles sim eram quase escravos. A geração de seringueiros nascida a partir dos anos de 1960 já pegara outra “leva” de patrões, “não tão exploradores”.

Outro elemento que permite distinguir entre “bons” e “maus” patrões é a proximidade da moradia. Via de regra, não é o “pretense” dono do seringal que mora nas colocações. O “patrão” que convivia com os seringueiros no dia a dia, era na maioria das vezes um gerente, que podia ser um ex-seringueiro, convidado para a função pelo seu bom desempenho ou por seus préstimos pessoais e relações de confiança com o proprietário. Outras vezes, o “patrão” era um filho do proprietário do seringal, quando este possuía vários seringais e não podia estar pessoalmente administrando cada um deles. Percebe-se assim, que embora o combate a “patronagem” no médio Juruá estivesse presente nos discursos da maioria dos extrativistas como o grande mote do movimento de emancipação, ela não representava uma única realidade. “Patrão” era o nome dado a diferentes personagens sociais com diferentes graus de afinidade e proximidade aos extrativistas e com os quais mantinham diferentes tipos de relações. Embora todos extrativistas concordassem em acabar com a patronagem para melhorar a vida no rio, não se estava falando de acabar com todos os patrões de modo indiscriminado e

muito menos romper todo o tipo de relações com eles. Com aqueles mais próximos, algumas vezes estabelecia-se laços de amizade, a partir da vizinhança e do compadrio que não seriam quebrados facilmente.

Eu nasci aqui. Nós ficamos aqui trabalhando com ela. Eu morava dentro do barracão com ela. Botava água para ela, espocava pium nas pernas dela. Eu era tão grande que eu entrava embaixo de uma mesa, aí ela arriava a meia, que ela tinha um escritório acolá, e eu ia espocar aquele monte de pium. Era só para passar o pente. Eu passava o dia todo com ela lá. Quando era de manhã, eu enchia dois baldes de água para ela tomar banho. Eu enchia uma bacia grande de zinco e ela ia tomar banho. Me criei com ela. (Entrevista do S. Raimundo Barbosa, Monte Cristo, 2007)

Embora a patroa não lhe desse salário em pagamento pelos seus serviços, S. Raimundo do Monte Cristo me relatou que sua patroa sempre lhe dava alguns agrados, como roupas e calçados, rede, mosquitoireiro, e até relógio e rádio, o que era um privilégio para quem vivia no rio. Até hoje, já não mais ligado ao “barracão”, fala com respeito e gratidão da família que o acolheu na infância e a qual serviu até a vida adulta.

Eu ainda era meninote assim (...) todo fim de mês, ela me dava, que fosse um mosquitoireiro, uma rede, um terno, um relógio. Naquele tempo era difícil relógio, mas ela achava e dava. Às vezes, um radiozinho para eu ficar escutando na boca da noite... Ela não era ruim para nós não. Era boa, boa mesmo. O marido dela já tinha morrido, o finado Bruno. Ela cuidava de tudo, mas tinha empregado, tinha o Silvestre, que era um filho de criação dela e o Manoelito, filho dela legítimo. (Entrevista do S. Raimundo Barbosa, Monte Cristo, 2007)

As relações de vizinhança evocavam um tipo especial de amizade, talvez porque como sustenta Pitt-Rivers (1971), o vizinho não é um amigo que se escolhe. É alguém que as circunstâncias impõem a você. Alguém com quem, eventualmente, pode-se estabelecer uma relação de simpatia e de mútua confiança, mas que acima de tudo é alguém com quem as pessoas se colocam num estado de mútua obrigação. E no caso da patronagem, a amizade que é antes de tudo uma associação livre, implica ao mesmo tempo uma relação de desigualdade econômica entre as partes. O “patrão” protege os mais pobres que em troca o estimam e prestigiam, trabalham para ele e o advertem das maquinações dos seus inimigos. A relação de padrinho e homem de confiança, embora não exclua totalmente a *simpatia*, está envolvida no paradoxo da amizade, fazendo com que o que muitas

vezes tenha aparência de amizade, seja apenas um arranjo, pela qual o patrão usa suas posses para atingir seus fins.

Segundo Pitt-Rivers (1971: 154), a instituição da amizade, baseada na noção moral de igualdade e na troca livre de favor, é fortalecida moralmente, nas situações de desigualdade material, como na patronagem. O respeito a autoridade do patrão muitas vezes é o elo que liga os camponeses a outras instâncias sociais as quais ele não tem acesso, como agências estatais por exemplo.

A autoridade é valorizada e se configura para eles como uma necessidade, assim como na família. “A autoridade seria a guardiã das virtudes sociais”. A relação de autoridade, embora se interconecte, no esquema de Pitt Rivers, a relação de amizade, possui um idioma diferente. Uma ordem é uma ordem e não uma solicitação de um favor. Mas existem duas maneiras de dar uma ordem, uma é pela força e pela aspereza, outra é com certa humanidade, sem humilhação. Aquele que tem autoridade e a exerce com humanidade é bem visto socialmente.

Diferente do discurso corrente, sobretudo no que se refere à luta dos extrativistas no médio Juruá, caracterizada como uma luta contra os “patrões”, nas conversas sobre relações de patronagem com os moradores da região, os relatos descaracterizam a idéia de uma relação unilateral de exploração entre patrões e “fregueses”³⁸. Revelam-se relações de reciprocidade entre patrões e clientes.

Diversos autores que estudaram relações de patronagem em diferentes contextos (Boissevan, 1965; De Neve, 1965), ressaltam que tal relação embora recíproca, é de fato assimétrica. Há princípios morais e questões de honra que regulam as relações sociais e econômicas, onde os patrões têm certas vantagens em relação aos clientes, mesmo mantendo em relação a estes obrigações de proteção. Patronagem, amizade e parentesco se sobrepõem, mas as obrigações envolvidas em cada um desses sistemas de relações diferem: nos dois primeiros sistemas são voluntárias, adquiridas, não prescritas, dadas de antemão, embora os favores e serviços prestados possam ser os mesmos.

As principais obrigações de uma pessoa são com sua família. Na RESEX e na RDS do médio Juruá, cada comunidade é composta por uma família extensa, com exceção das comunidades maiores e mais antigas, próximas a Carauari como a comunidade do Roque e a Boa Esperança, formadas também por redes extensas

³⁸ Fregueses são aqueles aviados pelo patrão e que em troca vendem os produtos do extrativismo, especialmente borracha, apenas para o patrão que o aviou. (Buscar referências para esta definição)

que unem mais de uma família, entre as quais sempre é possível identificar alguma relação de parentesco.

2.4.2. O patrão como mediador

Especialmente na ausência do estado, laços de dependência, como os de patronagem, existem porque por meio deles pode ser garantida proteção e estendida a rede de relações e de contatos (Cf. Boissevan, 1965; De Vries, 2002). No Médio Juruá, o patrão, além de aviador de mercadorias e comprador de borracha, exercia uma outra função importante na estrutura social local: a de *mediador*. Esta função depois vai ser ocupada por lideranças ligadas ao movimento social e a Igreja Católica. De fato, para os extrativistas, boa parte do acesso a bens e novidades da cidade, as agências estatais e demais serviços, passava pela mediação dos “patrões”. Esses “patrões” por meio de suas performances, constroem imagens que se perpetuam no imaginário popular (Cf. De Vries, 2002). Daí também sua importância na realidade local.

Segundo Silverman (1967), os mediadores são fundamentais nas trocas de vínculos estruturais entre a comunidade e a nação. Para esta autora, este é um dos seus mais importantes papéis relacionar o “cliente” ao mundo exterior. É por meio dessa estrutura que se vincula a autoridade do Estado à rede de relações comunais (Cf. Pitt-Rivers, 1971). Vale ressaltar, de acordo com Silverman (1967), que como as comunidades não são todas homogêneas, as relações de patronagem variam em grau de relevância assumindo diferentes significados nas diferentes comunidades e em diferentes momentos, assim como de mesmo modo varia o caráter da mediação decorrente da patronagem exercida pelos patrões. Na região do médio Juruá os mediadores variam de comunidade para comunidade. A maioria reconhece as lideranças envolvidas com as organizações sociais, ASPROC e CNS, como seus mediadores. Nas comunidades menos afinadas com o movimento social, como o Bom Jesus e a Boca do Xeruã na RDS Uacari, quem desempenha este papel é algum morador antigo que possui relação mais estreita com o Prefeito do município.

Voltando ao verso do “Pai Nosso” de Jaime Araújo, que nos motivou ao debate em relação à patronagem, podemos sustentar que propor “perdoar as maldades do patrão”, não significa negar o aspecto coercitivo e abusivo da

dominação³⁹ que imperava nas relações patrão-seringueiro, visto que algumas ações do patrão eram qualificadas como “maldades”. Porém, esta dominação era de certo modo aceita e legitimava a autoridade do patrão. Por isso, ao propor o “perdão” para aquelas “maldades” o autor deixa transparecer que reduzir a análise da relação patrão-cliente à questão bipolar da dominação e da exploração pode nos conduzir à negação do cotidiano, da capilaridade e do modo notável como o poder atua nos diferentes campos sociais.

2.5. “AJUDAI A NOS LIBERTAR DAS GARRAS DO REGATÃO”

Embora com diferentes percepções, a “luta contra o patrão”, entendido como uma instituição de exploração, foi a grande motivadora da emergência da identidade seringueira.

Tributário do movimento sindical, o movimento dos seringueiros nasce da percepção de que enquanto grupo social, possuía demandas específicas, como a valorização da atividade extrativista e a necessidade de uma reforma agrária específica para o seringueiro que não fosse através do acesso a lotes individuais e parcela, e que contemplasse a especificidade do seu modo de produção, que além da roça, da pesca e da caça, envolvia a exploração de produtos do extrativismo espalhados em extensas áreas de seringueiras e castanheiras divididas entre cada grupo familiar conforme a capacidade de exploração.

2.5.1. A Lei dos seringueiros de Novo Aripuanã

Especialmente entre os anos de 1984 e 1985, várias reuniões preparatórias para o I Encontro Nacional dos Seringueiros foram realizadas em diferentes localidades no interior dos estados do Amazonas, do Acre, do Amapá e de Rondônia. Nesses encontros, discutiam-se os problemas dos seringueiros e as reivindicações a serem levadas às autoridades competentes.

Em especial no estado do Amazonas, destacaram-se no processo organizativo os municípios de Novo Aripuanã, na calha do Rio Madeira, e de Carauari, na calha do Rio Juruá, principalmente devido a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais. A partir dessas reuniões preparatórias, os seringueiros

³⁹ Usamos “dominação” aqui segundo a definição de Weber (1984: 170) que diz ser esta a “*possibilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos ... En el caso concreto esta dominación ('autoridad'), em el sentido indicado, puede descansar em los más diversos motivos de sumisión ... Um determinado mínimo de voluntad de obediencia, o sea de interes ... em obedecer, es esencial em toda relación auténtica de autoridad*”.

de diversas comunidades dos rios Madeira, Marepáua, Paraná das Araras, Aripuanã, Araua, Juma, Guariba e Castanho resolveram criar o Grupo “Companheiros do Aripuanã”. No clima de debates em torno da Constituinte, este grupo propôs a “Lei Companheiros do Aripuanã”, em 1985, que resumia as decisões das reuniões locais. Quatro questões foram norteadoras das reivindicações e que viriam a ser postas tanto no encontro estadual quanto no nacional: situação dos seringueiros do município, a necessidade de assistência técnica, financeira, médica, social e educacional; uma reforma agrária específica para os seringueiros; e participação direta dos seringueiros, agricultores, garimpeiros e pescadores na Constituinte.

A *Lei Companheiros do Aripuanã*⁴⁰ expressava os anseios e de todos os seringueiros que estavam se organizando no estado do Amazonas. A semelhança dos projetos de emendas constitucionais, era organizada em *capítulos, artigos, letras e parágrafos*. O capítulo 1º tratava na primeira parte da questão dos direitos dos seringueiros. Dividido em artigos, os primeiros tratavam do não pagamento da renda pelo uso das estradas de seringa nas “terras dos patrões” e da reivindicação de uma política de preços para os produtos do extrativismo vegetal. Os artigos seguintes abordavam a prestação de assistência técnica, financeira, médica, social e educacional para os seringueiros. No capítulo 2º, a lei tratava da questão agrária ressaltando a especificidade das demandas e da realidade dos seringueiros em relação aos demais trabalhadores rurais. Neste capítulo, exigiam “terra própria para os seringueiros”, onde cada área a ser recebida deveria ter número mínimo de estradas de seringa, assistência técnica para a manutenção dos seringais e plantio de novas seringueiras.

Ao final da *Lei*, os seringueiros propunham a “participação de todos os trabalhadores rurais, mas especificamente os extrativistas, na criação da nova constituinte”. Neste tópico, ficava evidente que mesmo articulados a partir dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os seringueiros estavam nessas discussões construindo uma identidade própria, afirmando sua especificidade em relação aos demais trabalhadores rurais. Afirmavam, também, o direito à cidadania plena, vez que não só teciam considerações e manifestavam preocupações com as políticas voltadas para o meio rural, mas também defendiam os militares subalternos como os

⁴⁰ Arquivo da CPT/AM.

cabos, soldados e marinheiros. Teciam considerações sobre os recursos investidos nos processos eleitorais, sobre a economia do país, reforçando sempre a idéia da necessidade de um sindicalismo livre no Brasil, desatrelado do governo. Desse modo, reforçavam a idéia de que embora com uma identidade própria que merecia um tratamento diferenciado por parte das autoridades e dos planejadores de políticas públicas, viam-se como parte da nação e da economia nacional como um todo.

Ainda em suas recomendações, no artigo referente à “Política do meio rural”, os seringueiros faziam uma ressalva em defesa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Igreja Católica que também os assessorava e a quem eles atribuíam competência para atuar junto às repartições fundiárias na defesa de seus interesses. Essa aliança, com o que se costumava designar de ala progressista da Igreja Católica, ficou evidente em diferentes momentos da construção do movimento dos trabalhadores rurais e dos seringueiros de modo específico na afirmação da sua identidade. No caso do médio Juruá, o organismo da Igreja Católica que se destacou nesta aliança é a Paróquia de Carauri, na pessoa do Padre João Derecx, e do Movimento de Educação de Base – MEB.

2.5.2. A organização no Rio Jutai

Os anos que se seguiram ao Encontro Nacional dos Seringueiros foram de grande efervescência no processo de territorialização deste grupo social, ao mesmo tempo em que crescia e se consolidava a construção de sua organização. No Acre, em especial, o movimento avançava e ganhava corpo por meio dos *empates* aos projetos dos agropecuaristas e de modo indireto por meio da oposição aos grandes projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, como o asfaltamento da BR-364 que ligava Porto Velho a Rio Branco, dentro das estratégias geopolíticas do Programa Polonoeste. O movimento dos seringueiros crescia também em dimensão e expressão no âmbito internacional ao estabelecer alianças importantes com agências e ONGs internacionais, principalmente após a repercussão da morte do líder Chico Mendes, como relatou detalhadamente Allegretti em sua tese de doutorado (2002).

No estado do Amazonas, o processo de organização dos seringueiros, enquanto identidade política e coletividade organizada, foi se construindo com menos projeção, porém de forma bastante expressiva em algumas calhas de rio,

especialmente na avaliação de algumas equipes de Pastorais da Igreja Católica que subiam e desciam os rios Solimões, Juruá e Jutaí, trabalhando com os indígenas, os extrativistas e os ribeirinhos da região.

Encontramos nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas uma série de depoimentos de seringueiros e indígenas relatando o sofrimento dos moradores do Rio Jutaí no final da década de 1970. Os relatos referem-se mais especificamente ao ano de 1979. Tais narrativas dão conta dos últimos suspiros da economia da borracha na região o canal de exploração antes, o barracão, centro das trocas comerciais, é substituído pelos regatões, grandes barcos que faziam o aviamento no Rio.

Antigamente era melhor, porque a borracha era barata, mas a mercadoria também era muito mais. Você não trabalhava muito como trabalha hoje em dia, sabe. A gente tinha um patrão e cortava seringa de manhã, isso no verão. Quando era no inverno você ia pra casa ajeitar a casinha, fazer roça na terra firme. E você ia passando o inverno, fazendo besteirinha de trabalho e o patrão conduzindo mercadoria. Quando era o verão trabalhava no fabrico da seringa, pagava as despesas e ainda tirava saldo. É por isso que eu digo que era melhor. E hoje em dia não. Ninguém pode parar. Nós aqui temos que trabalhar inverno e verão para poder passar. Se não, não dá e a gente ainda deve. A gente produz, hoje em dia, mais no inverno que no verão. A mercadoria está cara demais. (Seringueiro de próximo à Boca do Biá, Rio Jutaí, Arquivos CPT, 1979)

Aqui a vida é essa: nós trabalha com a nossa força. O patrão daqui não resolve nada. O que eles fazem quando vêm aqui é tomar o que nós temos. Porque a nossa produção não dá nada. Eles não dão valor à nossa produção. Nós ficamos sempre arremedados. E muitos não têm coragem para trabalhar, e os patrões não dão condições pra gente trabalhar. A vida só é ruim aqui por isso. O rio é bom, e o povo parece que não é ruim também. Se tivesse pessoa que desse uma margem pra gente trabalhar, eu acho que dava produção também nesse rio, e muita produção. Mas o negócio é que ninguém pode. Remédio aqui nesse rio é Cibalena e Melhoral. Quando trazem. Quando não trazem é o poder de Deus. Doutor ninguém conhece, não sabem o que é. O Prefeito que podia olhar o município, ninguém sabe quem é. Quer dizer que nós vivemos que nem uns bichos, uns cachorros jogados no mato. Dia que tem munição para caçar, nós matamos um macaco para comer. E os patrões (regatões) quando vêm, às vezes não arranjam nem um cartucho, uma munição que possa levar. Portanto, o sujeito não pode trabalhar. O sujeito quer ir no centro, tirar umas madeiras, uma coisa pra um meio de vida, e não pode trabalhar porque não tem um cartucho, uma munição que possa levar. Vai num centro desses e às vezes não tem uma caixa de fósforos para fazer fogo pelo mato. Não podem trabalhar e ainda passam por preguiçosos. (Seringueiro do Jutaizinho, no Rio Jutaí, Arquivos da CPT, 1979)

Antes, as relações primordiais, de amizade, compadrio e vizinhança com os patrões nos barracões presentes na memória de muitos seringueiros, amenizavam o sofrimento, e propiciavam que fossem construídos outros significados para aquela relação de exploração, sobretudo em comparação à situação presente naquele momento na relação com os regatões. Por ser um patrão muitas vezes distante, estranho com quem não se estabelecia nenhum outro vínculo, a relação com o regatão parecia tornar o sofrimento mais agudo na avaliação deles o que favorecia certa idealização do passado. A dinâmica da nova relação dificultava muitas vezes que lhes fosse feito algum tipo de adiantamento para incentivar a produção. O esquema de troca de muito produto extrativista ou da pequena agricultura, como a farinha e a banana, por pouca mercadoria vinda da cidade, continuava mantendo os extrativistas endividados, só que agora com o dono do regatão. Além da precária situação econômica, permaneciam desassistidos por parte do estado, sem sequer assistência básica à saúde, expresso no relato acima.

Esse trabalho de levantamento e de denúncia da situação dos Rios Jutaí, Juruá e Solimões, realizado pelas Pastorais católicas, permaneceu por toda a década de 1980, intensificando-se na segunda metade, após a realização do Encontro Nacional dos Seringueiros.

Nos meses de maio e junho de 1986, uma equipe da Prelazia de Tefé, composta por um membro da equipe do MEB da Foz do Jutaí, um agente de Pastoral de Fonte Boa e um agente do CIMI⁴¹, membro do Secretariado Nacional, estiveram visitando as famílias de seringueiros e os povos indígenas do Rio Jutaí e seus afluentes. O relatório dessa viagem encontra-se também entre os arquivos da CPT em Manaus e traz, segundo a avaliação da equipe, um “retrato vivo” da situação em que se encontravam as regiões extrativistas de borracha neste período, quando se começa a discutir uma modalidade específica de reforma agrária para a região com a proposta da criação das Reservas Extrativistas.

Assim como em outros documentos pesquisados, é possível também perceber pelo relatório como os aspectos ecológicos do ambiente, especialmente relacionados à variação no volume das águas distribuídas entre as duas estações: “inverno” amazônico, época das chuvas, e o “verão”, mais seco, interferiam nas relações sociais e econômicas. Cada uma dessas estações está relacionada a

⁴¹ Conselho Indigenista Missionário, organização da Igreja Católica que trabalha com povos indígenas.

alguns tipos de atividades: o fabrico de certos produtos, fazer roça ou de coletar produtos na floresta, interferindo nas relações sociais e econômicas. Além desta referência a uma espécie de sócio-ecologia, o relatório enfatizava aspectos sociais tais como a falta de assistência à saúde, da falta de escolas e de assistência dos demais órgãos públicos, a situação do Rio Jutuí parecia aos olhos da equipe de uma “carestia horrível”, para a qual identificavam algumas causas, listadas abaixo. Pelo documento pode-se evidenciar as contradições das políticas públicas que por não considerarem a diversidade social e de arranjos econômicos do país, tinha efeitos contraditórios aos propugnados como aconteceu com “a política de congelamento de preços” na década de 1980.

- a) Falta de uma política de abastecimento para o Jutuí. Não existe nenhuma preocupação nesse sentido por parte da Prefeitura Municipal, nem do estado do Amazonas, nem do Governo Federal. A COBAL só passa uma vez por ano no Rio Solimões;
- b) A comercialização no Rio é feita, exclusivamente, pelos regatões, e esses só enxergam a produção, a borracha e não o seringueiro. Por isso, eles param de viajar em dezembro, no fim do fabrico e só reaparecem em julho quando as primeiras pranchas de borracha estiverem no porto;
- c) Nesses seis meses de inverno a única alternativa econômica é a madeira. Uns poucos vão aos centros cortar seringa na terra firme;
- d) O pacote econômico do governo [tabelamento de preços] ajudou a agravar a situação, pois nos outros anos alguns regatões já subiam pelo início de maio para aviar alguns seringueiros. Com a tabela de preços, os regatões não se animaram a subir, pois poderiam encontrar dificuldade para venderem suas mercadorias a um preço de 100-400% acima do preço da mesma mercadoria em Manaus. Essa rede de intermediários, verdadeiros sanguessugas dos seringueiros, ficaram amoitados esperando mudanças nessa política econômica: fim da tabela e tal;

- e) A copa do mundo, também teve sua pequena contribuição nesse quadro tétrico da carestia e fome no Jutaí. Isso porque nenhum regatão iria trocar o prazer de estar diante da TV vendo o jogo e depois comemorando, por uma viagem no Jutaí enfrentando os piuns e as reclamações dos seringueiros;
- f) E para completar, parece que até São Pedro acabou tendo sua parte de culpa. É que as chuvas estão sendo muitas, atrasando o início do verão e do corte de seringa. E pelo fato que tudo indica será um verão ruim para a borracha, chuvoso e curto;
- g) Por último, a causa da crise de farinha está também em grande parte no descuido e descaso de muitos seringueiros que não fizeram roças ou as fizeram insuficientes. Essa é uma das questões que já foi muito discutida com o pessoal. Mas, parece que depois de alguns anos esqueceram e só o aperto da fome os está levando a fazer novamente bastante roça neste ano. (Relatório da viagem no Rio Jutaí, Arquivos da CPT, 1986)

O relatório é um importante documento de referência acerca da situação difícil pela qual passavam os seringueiros, não só do Jutaí, mas de toda a calha do Solimões e demais afluentes. Na segunda parte do documento, a equipe indica que caminhos foram adotados após a análise da situação. Relata que desde o início da década de 1980, equipe CIMI-OPAN, pela Prelazia de Tefé, realizava reuniões com os seringueiros com o objetivo de que, a partir da análise da sua situação, eles fossem tomando consciência da necessidade de se organizarem e se libertarem do que eles mesmos denominavam de “sistema de escravidão”. Esta mesma equipe, apoiou a organização do movimento sindical, que culminou na fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jutaí em 1982. Porém, o relatório conclui que com a saída da equipe no mesmo ano, o trabalho sindical, ainda incipiente, não foi adiante, gerando um desânimo geral.

Segundo o relatório, esta viagem de 1986 era uma nova tentativa de rearticulação do movimento social do Rio Jutaí. O objetivo era estimular a participação dos seringueiros no Encontro que viria a acontecer em Carauari, no Rio

Juruá, no mês de julho do mesmo ano, aproveitando os bons ventos do I Encontro Nacional havido no ano anterior, em Brasília.

2.5.3. A organização na calha do médio Rio Juruá e no Rio Jutai

Do mesmo modo que no Rio Madeira, no Médio Rio Juruá e no Rio Jutai também foi bastante expressiva a mobilização em torno da criação do movimento dos seringueiros no estado do Amazonas. Articulados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais e assessorados pelas equipes da Igreja Católica e do MEB, diversas reuniões foram realizadas nas comunidades e nas sedes dos municípios de Carauari e Jutai em preparação ao Encontro Estadual e ao Nacional.

Nessas reuniões eram feitos diagnósticos da situação dos municípios que muitas vezes se contrapunham às informações divulgadas pelos órgãos oficiais nos meios de comunicação, como os dados da SUDHEVEA ou das prefeituras municipais acerca dos investimentos em projetos ou infra-estrutura nas comunidades.

Na reunião entre os municípios da calha do médio Rio Juruá, elaborou-se como contribuição aos debates um *Plano de Reforma Agrária nos Seringais*⁴². Além de um diagnóstico detalhado da situação local nas comunidades do Rio Juruá, o documento fazia uma série de propostas bem concretas com base nos instrumentos legais disponíveis à época.

No diagnóstico, eram tratadas a situação das dificuldades financeiras e a decadência de muitos seringais em função da baixa produtividade das seringueiras nativas e da migração de muitos seringueiros para as cidades. Na avaliação dos seringueiros, os patrões não se preocupavam com a melhoria dos seringais para torná-los novamente competitivos e se limitavam a extrair de modo indiscriminado os recursos naturais que existissem em suas terras, como a madeira e a pesca. Muitos que nos anos de 1970 haviam feito financiamentos nos bancos colocando os seringais em garantia, não pagaram tais financiamentos. A inadimplência fez com que muitos seringais fossem tomados pelos bancos que os venderam a empresas, a preços baixos, deixando os seringueiros que residiam e sobreviviam nessas áreas à

⁴² Embora o documento que se encontra nos Arquivos da CPT/Amazonas não possua data, pela estrutura deste e pelo conteúdo abordado, suponho tratar-se de um documento elaborado como subsídio para a reunião Estadual, à semelhança da *Lei dos Companheiros do Aripuanã* (1985), produzido pelas comunidades da calha do Rio Madeira abordado anteriormente.

mercê das empresas compradoras ou obrigados a abandonar as áreas em que viviam.

A aquisição dos seringais se deu no fim do século passado, quando o governo forneceu os seringais aos patrões (os coronéis). Na década de 70, muitos patrões fizeram financiamentos nos Bancos, colocando os seringais como aval. Não pagaram os Bancos, que ficando com os seringais, venderam-nos por preços baixíssimos às grandes firmas nacionais e internacionais, como, por exemplo, a MANASA, que tem 4.320.000ha de terras e a APLUB que tem 2.194.000ha, quase unicamente para especulação. Nenhum seringueiro tem um pedacinho de terra que é dele.⁴³

Ao falarem de si mesmos, os seringueiros se autodenominam do “tipo nordestino”, descendentes daqueles que haviam sido recrutados por ocasião das guerras mundiais para trabalhar na exploração da borracha. A geração que na década de 1980 vivia no médio Juruá, dizia-se descendente dos “soldados da borracha”, que haviam sido estimulados a ir do Nordeste para os seringais no final dos anos 1940 e nos anos de 1950. Na reunião, os seringueiros reclamavam que passados quase 30 anos da última leva de migrantes vindos do Nordeste, ainda eram obrigados, nos anos de 1980, a trabalhar em completa sujeição aos patrões ou arrendatários.

O trecho do *Plano de Reforma Agrária dos seringais* elaborado pela equipe de assessores dos seringueiros, membros da equipe religiosa, que reproduzo a seguir caracteriza a situação dos seringais na década de 1980 na calha do médio Juruá e expressa as motivações dos seringueiros dessa região para se envolverem no movimento:

Os seringueiros trabalham do “toco”, quer dizer: não pagam renda, mas toda a produção deve ser entregue ao patrão, com um desconto de 20% no preço da borracha, ou trabalham pagando 50 a 60 kg de borracha tarada, equivalendo a 10 a 15% da produção total. Através dessa renda, 2 seringueiros pagam ao patrão o imposto do INCRA de um seringal de 4000ha, sem ter direito a um pedacinho de terra. Há seringalistas que exigem toda a produção do seringueiro que paga a renda. O plantio da roça não é incentivado, pois, faltando farinha, o patrão pode vendê-la ao seringueiro. Com a compra de mantimentos e o aviamento que fizeram no início do trabalho para a aquisição de ferramentas, a construção do casebre, a preparação das estradas, etc. Todos os seringueiros vivem em débito com o patrão, pois a produção é tão baixa, que não dá para pagar o débito. Se por acaso, um seringueiro tirar algum saldo, o patrão não lhe paga. O seringueiro trabalha de 14 a 15 horas nos dias de corte. Ele

⁴³ Trecho extraído do Plano de Reforma Agrária dos Seringais, município de Carauari e Itamarati, rio Juruá/AM. Arquivo CPT/AM.

sai de casa às duas horas da madrugada e volta às duas da tarde com o leite, para defumá-lo ou colocá-lo na prensa. Os seringueiros estão vivendo num sistema de escravidão, sem voz e sem vez, sem direito à terra, à produção, à moradia, à organização entre si e alguns patrões proíbem a participar de encontros religiosos. Desta maneira os seringueiros sentem-se esmagados pelo sistema, sentem-se como um Zé ninguém, abandonados, sem direitos, lutando somente para o progresso financeiro dos patrões. Por causa do sistema e do extrativismo secular, o seringueiro perde muito tempo sem produzir: a) Perde em cada dia de corte mais da metade do tempo, andando de uma seringueira para a outra, pois só há 2 a 4 seringueiras por hectare; b) perde em cada meio ano, 15 dias em preparar as estradas e colocar as escadas para cortar a 6 metros de altura; c) perde semanas em renovar sua moradia, que fica abandonada durante um meio ano; d) perde toda a sua produção em dia de chuva. Os seringueiros moram isolados, muito distante dos outros, por causa do tamanho das estradas e a área que ocupam, 150ha por parede. Por isso, não há condição para saúde, vida social, etc. Há escolas em diversos seringais, mas faltam os alunos das famílias que moram distantes.⁴⁴

Ainda nesse Plano, cujo relatório foi elaborado pelos assessores, os seringueiros avaliam as causas da migração, nos anos de 1980, dos seringueiros de um seringal para outro, em busca de melhores estradas de seringa ou fugindo de maus patrões, e para as cidades em busca de melhores condições de vida como saúde e educação para os filhos.

Analisa também o porquê da ausência do plantio de seringueiras no médio Juruá, já que esta é a “única fonte econômica da região”. Avaliam que há problemas com os custos da adubação e do combate às pragas no caso dos seringalistas. No caso dos seringueiros, dizem que estes não plantam por não serem donos das terras e viverem sempre sob a ameaça de serem expulsos. No Plano, apresentam as vantagens e desvantagens do plantio de seringueiras na terra firme e na várzea:

Plantio de seringueiras:

Na terra firme: há plantações de seringueiras enxertadas na terra firme em Santa Rosa, Carauari, Providência e Pupunhas com poucos resultados positivos. Vantagens: podem ser cortadas durante o ano todo, não há os perigos de alagações; não há perda de tempo em andar de uma para outra, pois há uns 500 pés por hectare. Desvantagens: áreas grandes de monocultura, que aumenta o perigo de doenças como a queima das folhas; altos custos em adubação química, pois a terra firme é de má qualidade e de má composição; os seringueiros trabalham sempre como empregados ou “bóias-frias”, pois estes projetos são só possíveis para patrões que têm

⁴⁴ Trecho extraído do Plano de Reforma Agrária dos Seringais, município de Carauari e Itamarati, rio Juruá/AM. Arquivo CPT/AM

financiamentos e terras; necessita-se sempre de assistência técnica especializada. Usa-se como “cavalo” a seringueira da várzea, com espigão profundo, mudando o “habitat”.

Na várzea: há algumas plantações em Carauari, Tambaqui, São Braz e Taoca e em Macarí e Costa de Tefé, no rio Solimões com resultados animantes. Vantagens: podem ser plantados nas restingas altas em pequenas áreas, não interferindo no ambiente atual, o que evita o ataque de pragas; pode-se usar as seringueiras nativas de boa qualidade e selecionadas; não muda o habitat das seringueiras; não se precisa de fertilizantes, pois as várzeas são de boa qualidade; as plantações podem ser feitas por qualquer seringueiro, sem muita técnica especializada; área pequena de ocupação para cada família; pode-se plantar cacau, café, etc, no meio das seringueiras; podem ser cortadas durante o ano todo, evitando as migrações semestrais; as famílias podem morar juntas em Agro-Vilas com a infra-estrutura necessária; aumento da produção com 400 a 500% em relação à produção atual, evitando as migrações, a perda de tempo e, andar e em preparar as estradas, evitando os perigos de feras, as travessias de igapós, etc.; os seringueiro se torna mais homem, tendo a sua terra, suas plantações e sua produção. De um escravo se torna um homem livre, colaborando com o desenvolvimento da região e do Brasil. Segurança e fixação do homem à terra evitando as migrações para os centros urbanos. Desvantagens: o risco de uma alagação muito grande, que possa afetar o plantio pequeno no primeiro ano.⁴⁵

O diagnóstico do Plano trata ainda da precariedade da educação, onde foi abordada a questão da ausência de escolas nos seringais e quando estas existiam, falavam da dificuldade dos alunos em participarem das aulas devido às migrações sazonais. Trataram também, da precariedade da assistência à saúde, onde nem mesmo as crianças eram vacinadas. As grandes distâncias e o isolamento de muitas famílias não permitiam o investimento em infra-estrutura na região.

A partir deste amplo diagnóstico, os assessores juntamente com os seringueiros elaboraram um projeto de reforma agrária como uma adaptação das “agrovilas” à realidade da floresta amazônica:

Reforma Agrária:

Vendo a realidade dos seringais, a situação em que os seringueiros vivem e o êxodo rural, deve haver o mais breve possível, uma reforma agrária para salvar esta região.

A- Passos para o assentamento dirigido em cada núcleo:

⁴⁵ Trecho extraído do Plano de Reforma Agrária dos Seringais, município de Carauari e Itamarati, rio Juruá/AM. Arquivo CPT/AM, s.d.

- a. Desapropriação de uma área de terra firme e outra na várzea bem próxima. Conforme a situação geográfica, a desapropriação em cada núcleo pode ser um seringal ou de mais seringais vizinhos;
 - b. Determinar alguns núcleos adequados para iniciar a reforma agrária e a construção de Agro-Vilas; No município de Itamarati pensa-se em Solidade, Petrópolis, Maxirixi, Cantagalo, Itamarati, São Tomé-Conceição do São Raimundo, Monte Calvário, São Brás, Santa Isabel. No município e Carauari poderia ser em Xiboá, Monte Douro, Imperatriz, Pupunhas-Providência, Carauari, Gavião.⁴⁶
 - c. Levantamento topográfico da área para a distribuição dos lotes na terra firme, na várzea, e para a implantação da Agro-Vila. Para cada seringueiro na terra firme, um lote de 08 a 10ha, e na várzea, um lote de 5ha de restinga alta, para o plantio de seringueiras, cacau e roça.
 - d. Implantação da Agro-Vila na terra firme para 40 famílias. Demarcar as ruas e os lotes para as casas e prédios de infraestrutura. Construção de uma escola, uma casa comunitária, um posto médico, uma loja da Cobal, um campo de esporte, instalação de luz elétrica e água encanada e mais uma mini-usina.
 - e. Construção das casas: fornecimento de telhas e tábuas para a construção de uma casa de 7m x 4m para cada morador. A cozinha e outras dependências poderão ser feitas pelos moradores.
 - f. Escolha dos moradores: os primeiros candidatos seriam aqueles que já moram nos seringais ou perto deles. Depois para os que se inscreveram para fazer parte.
 - g. Entrega dos títulos dos lotes: a) inicialmente, um título bem discriminado de assentamento. Válido para os primeiros 5 anos; b) depois de 5 anos de ocupação, a entrega do título definitivo.
- B- Financiamento: financiamentos para a construção de casas, o plantio de roça na terra firme e para o plantio de seringueiras, etc., na várzea.
- C- Assessoria: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SUDHEVEA, EMATER, INCRA, ITERAM, Prefeitura, Paróquia, MEB, COBAL, SESAU, SEDUC, etc⁴⁷

⁴⁶ Todos são antigos seringais. Em Carauari, alguns como Xiboá, foi depois contemplado na RDS Uacari e o Imperatriz na Resex Médio Juruá.

⁴⁷ Trecho extraído do Plano de Reforma Agrária dos Seringais, município de Carauari e Itamarati, rio Juruá/AM. Arquivo CPT/AM, s.d.

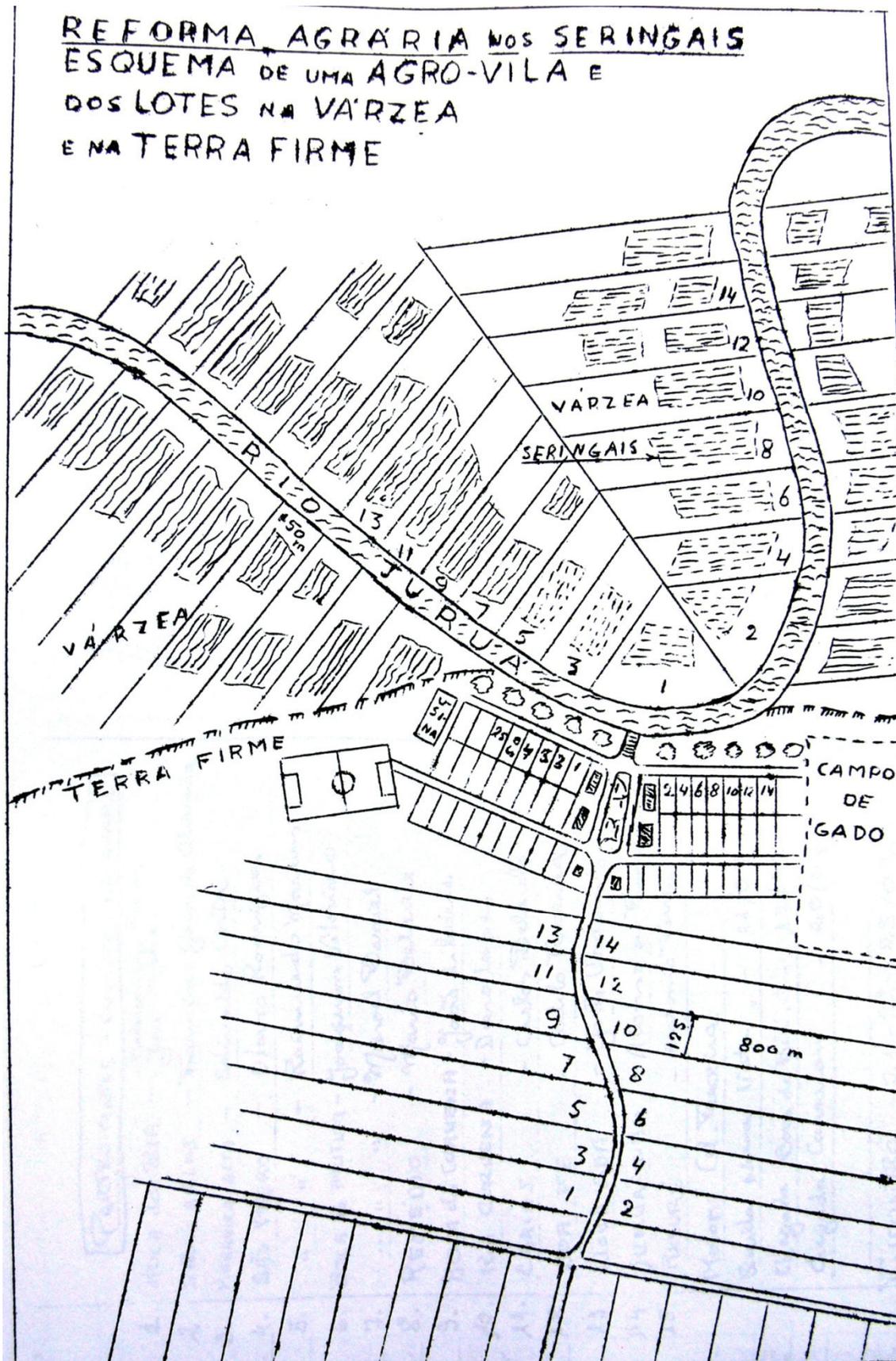


Figura 44: Projeto de Reforma Agrária dos Seringueiros

Fonte: Acervo CPT/AM

Mesmo com extensa rede de relações que envolviam laços entre parentes, compadres, amigos, vizinhos, companheiros de comunidade, de Sindicato e “irmãos de fé”, que se visitavam constantemente especialmente nas ocasiões das festas, os seringueiros viam-se do modo como eram vistos pelos de fora. Percebiam-se como isolados e desprovidos de quase tudo. Definiam sua existência pelas ausências. Assim, ao desenharem um Plano de Reforma Agrária que atendesse as suas demandas não propuseram de pronto um rompimento com os modelos de assentamento vigentes (figura 8). Por um lado, pela própria descrença no potencial econômico da atividade extrativista, e por outro, como uma estratégia de ir construindo um modelo agrário que incorporasse seu estilo de vida, seu modo de ser e de se relacionar com a floresta sem uma ruptura que inviabilizasse o diálogo com outros modelos que eram adotados e legitimados pelo poder público à época. Aos poucos, foram definindo um modelo que viria a se consolidar como um Projeto de Assentamento Extrativista e posteriormente no modelo de Reserva Extrativista⁴⁸.

2.5.4. A construção do movimento dos seringueiros no Amazonas

A partir de todas as articulações e debates locais, os seringueiros, extrativistas e ribeirinhos organizados, dos municípios envolvidos com a atividade extrativista, reuniram-se na Casa de Retiro Santana, na Estrada do Aleixo⁴⁹, em Manaus, nos dias 04 e 05 de outubro de 1985. Vindos de Novo Aripuanã, de Coari, de Jutai e de Carauari, os seringueiros refletiram no Encontro sobre sua realidade, que avaliavam ser bastante sofrida e bem diferente daquela divulgada pela SUDHEVEA nos meios de comunicação. Para eles seria *“o outro lado da moeda, preto que nem a pele da borracha, cuja produção se pretende esticar enquanto as condições de vida dos seringueiros se encurtam...”*⁵⁰

⁴⁸ Segundo informações de servidores do INCRA que trabalharam com a implantação dos projetos de assentamento Agro-Extrativistas no Estado do Amazonas, o Projeto Extrativista foi criado como modalidade de projeto de reforma agrária quase 3 anos antes das Reservas Extrativistas, em 1987. Logo após o I Congresso Nacional dos Seringueiros a proposta de uma reforma agrária específica para a Amazônia foi inicialmente acolhida pelo INCRA e não pelo IBDF, à época. Porém, logo foi considerada ineficaz porque como os demais projetos de assentamento do INCRA, a legislação exigia a regularização fundiária da área antes da sua criação. Como a situação fundiária dos antigos seringais da Amazônia era bastante complexa e sem possibilidades de solução a curto prazo, o modelo acabou sendo substituído pela RESEX, cuja regularização, mesmo que exigida legalmente, poderia ser resolvida após a decretação da reserva, o que já garantia de pronto aos seringueiros o direito à permanência na área enquanto o processo se desenrolava, tornando-o mais ágil em relação aos PAEs.

⁴⁹ Atual Avenida André Araújo, no bairro do Aleixo.

⁵⁰ Trecho de uma fala contida no relatório da referida reunião. Arquivo CPT/Amazonas, 1985.

No diagnóstico realizado nessa reunião registrado no Relatório que se encontra arquivado na Comissão Pastoral da Terra de Manaus, foram elencadas cinco questões que mais afligiam os seringueiros no Estado do Amazonas.

Não diferente do que ocorre hoje, cerca de 20 anos após o início do movimento propriamente dito, o primeiro tema e que vai estar no centro de todo o debate é a questão agrária, a “reforma agrária”. Os seringueiros acusavam, à época o Instituto de Terras do Estado – ITERAM⁵¹ de não possuir um levantamento das terras preciso e por conseguinte, não se sabia quais as terras eram legalmente e definitivamente tituladas naqueles municípios.

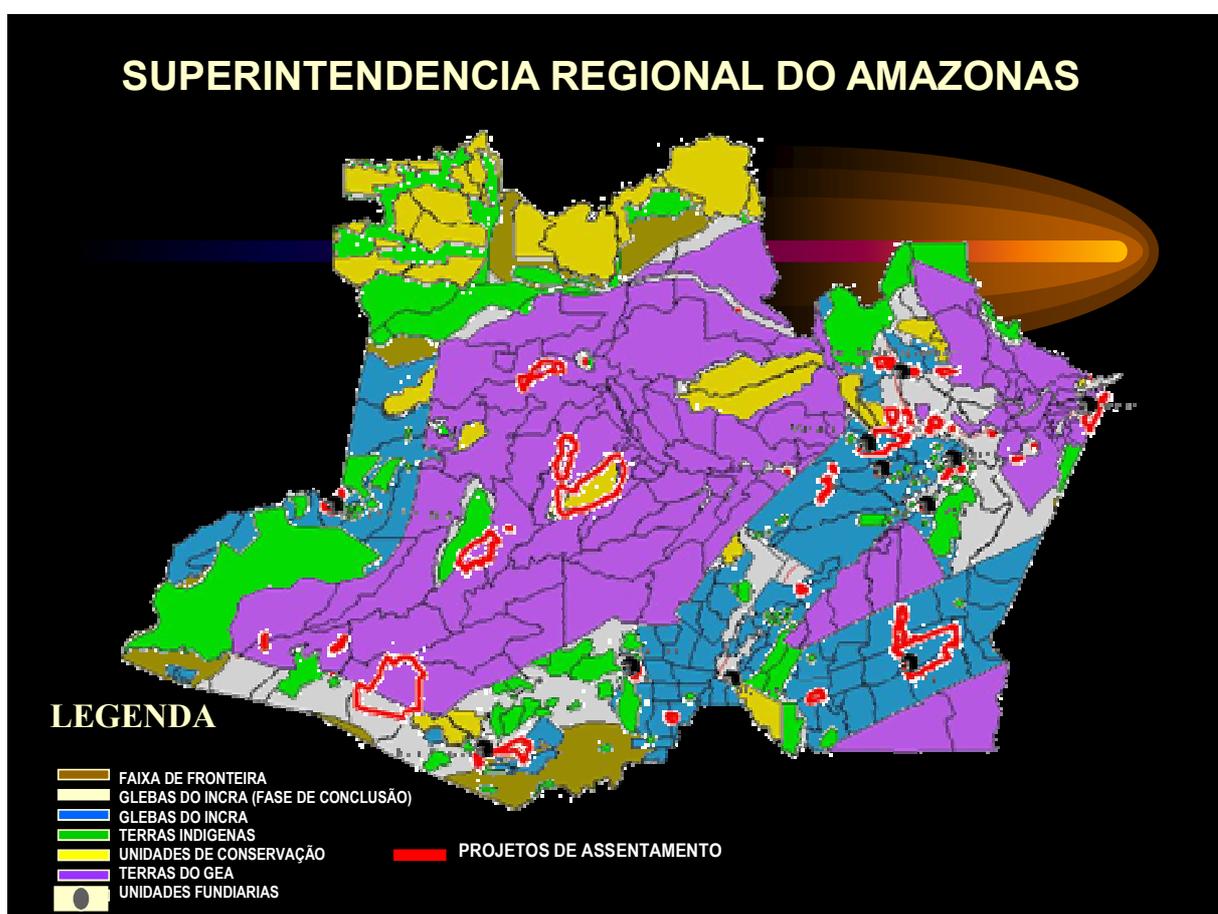


Figura 45: Jurisdição das terras no Amazonas em 2002⁵²

Fonte: INCRA/AM

Desse modo, os seringueiros solicitavam que o ITERAM divulgasse a situação fundiária de cada município aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para

⁵¹ Explicar com base em que princípios legais as terras do Estado passaram a ser jurisdicionadas em parte pelo Governo Federal.

⁵² A partir do Decreto nº 1.164 de 1971, ficou determinado que as terras a 100km das rodovias federais criadas ou projetadas deveriam ser discriminadas e arrecadas pela União para fins de reforma agrária e a 150 km da faixa de fronteira. No caso do Amazonas, a partir de tais legislações, o Governo do Estado do Amazonas, permaneceu com jurisdição sobre as terras centrais do Estado o que inclui os municípios de Carauari, Jutá e Jurá.

que cada seringueiro pudesse conhecer a situação legal da sua área de trabalho. Caso estivessem morando em terras devolutas, os seringueiros, que também se identificavam como trabalhadores rurais, poderiam requerer o título definitivo de suas posses e exercer, sem serem ameaçados, a “profissão de seringueiro, castanheiro e agricultor”. De fato, mais que a defesa de uma profissão (Allegretti, 2002), ou de uma classe, tratava-se da defesa de um modo de vida intimamente relacionado à dinâmica da floresta.

No mesmo documento, os seringueiros reivindicavam fiscalização mais rigorosa em relação à legitimidade dos documentos das terras já tituladas, bem como que fosse verificado se estas, além dos documentos e impostos em dia, de fato estivessem cumprindo a sua função social, conforme determinava o Estatuto da terra (Lei ° 4.504 de 1964). Havia, na época, várias denúncias de que muitos seringueiros estavam com suas terras ociosas por não conseguirem atrair seringueiros para trabalharem por oferecerem condições de trabalho, que segundo eles eram próximas à escravidão. Denunciavam também, que vários recursos destinados à recuperação da economia da borracha, como os Planos PROBOR I, II e III não haviam alcançado seus objetivos por terem sido desviados por vários seringalistas para a compra de casas, embarcações, investir em atividades comerciais e aplicações no mercado financeiro.

Ainda em relação às questões agrárias, em 1985 os seringueiros iniciavam um debate com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, o I PNRA que estava em elaboração. Discordavam da proposta apresentada pelo INCRA/MIRAD, especialmente em relação aos módulos pré-estabelecidos pelo INCRA. Propunham que os critérios de titulação das terras obedecessem as características das estradas de seringa que deveriam ser demarcadas por técnicos com a participação dos próprios seringueiros. Já na época, pensava-se que o documento da terra a ser concedido deveria ser um título comunitário para as cooperativas e associações de seringueiros moradores das áreas em questão. Solicitavam ainda, que nas propriedades particulares de fato e de direito, fosse instituído um Contrato de Arrendamento cujo conteúdo obrigasse os proprietários a cumprir a determinação legal de que a terra cumprisse a sua função social.

O segundo item bastante discutido na reunião foi em relação à comercialização da borracha. Visando fixar os seringueiros nas suas áreas minimizando os abusos cometidos pelos aviamentos dos patrões-seringalistas, foi

instituído pelo Governo federal um canal de comercialização intermediado pela COBAL/SUDHEVEA que deveria fazer chegar aos seringueiros mercadorias subsidiadas e mais baratas. Também estava subjacente à política a idéia de que o seringueiro (camponês) é nômade e que o progresso e a modernização estariam na “fixação”.

Mas, havia muitas denúncias de que as mercadorias da COBAL/SUDHEVEA continuavam sendo vendidas aos comerciantes e regatões, o que ao contrário dos objetivos, fortalecia o eixo explorador da cadeia do aviamento, vez que os seringalistas, segundo consta no relatório do Encontro, não obedeciam a taxa de acréscimo estipulada pela SUDHEVEA para a venda ao seringueiro. Desse modo, os seringueiros solicitavam que o barco da COBAL comprasse a borracha em troca de mercadorias e encostassem diretamente nos locais indicados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais “obedecendo pontualmente o roteiro de viagem, inclusive divulgando o mesmo pela Rádio Rio Mar⁵³”. Solicitavam ainda que o barco alcançasse outros municípios como o Jutai e que em Novo Aripuanã e outros municípios com atividade extrativa, e que tivessem certa organização, que se criassem cantinas (cooperativas da COBAL/SUDHEVEA) administradas pelos próprios seringueiros.

Na reunião, muitos seringueiros manifestavam inúmeras queixas a respeito da administração nos seringais, cujas notas de compra e venda, quando fornecidas, na maioria das vezes eram preenchidas com letra ilegível e incompreensível. Para tentar minimizar o problema, solicitavam a divulgação constante dos novos preços da borracha e das mercadorias da COBAL pelas rádios e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a confecção de formulários padronizados de compra e venda de mercadorias e borracha.

Um terceiro item abordado no Encontro foi em relação à precariedade da Educação nos seringais do Amazonas. Os seringueiros afirmavam à época que quase todos os seringueiros eram analfabetos, apesar dos convênios que haviam sido firmados entre a SUDHEVEA – Instituto de Educação Rural (IERAM) – Prefeituras Municipais e SEDUC. Parte desse problema devia-se a existência de poucas escolas nos seringais (cuja construção até tempos recentes não eram

⁵³ Embora a Rádio mais ouvida no interior do Amazonas fosse a Rádio Nacional da Amazônia, a sugestão da divulgação pela Rádio Rio Mar que pertence a Igreja Católica, presente do relatório, sugere o grau de envolvimento de parte desta Igreja com o movimento dos seringueiros, colocando seus meios à disposição.

permitidas pelos patrões), a falta de professores preparados e sem seus direitos trabalhistas garantidos, atrasos nos pagamentos dos professores, que em 1985 ficaram oito meses sem receber salários, falta de material didático adequado à realidade dos seringais, falta de material escolar e de iluminação para as aulas noturnas, assim como a falta de merenda escolar. Solicitavam também que houvesse entrosamento melhor entre as Entidades que trabalhavam no interior como o MEB, a EMATER, as Paróquias (Igreja Católica) e a SUCAM, para a indicação de professores e preparação destes para o trabalho diferenciado que deveria ser feito nos seringais.

O quarto item abordado foi em relação à saúde. O relatório afirma que os barcos Seringueiro I e II, da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU) não estariam cumprindo os roteiros de viagem que eram divulgados pela Rádio Nacional da Amazônia. Atendiam poucos seringais, e aqueles que comportavam uma pequena população. Desse modo, a maioria dos seringueiros ficava sem assistência médica e odontológica. Para solucionar o problema, solicitavam que a SUDHEVEA relacionasse os seringais de maior densidade demográfica, indicados pelos próprios seringueiros através dos seus Sindicatos.

Diversas outras solicitações em relação à saúde também foram encaminhadas no Encontro: a) a elaboração de um diagnóstico da situação sanitária dos seringais; b) a realização de reuniões e palestras sobre saúde preventiva; c) a inclusão de oftalmologistas nos barcos da Saúde e o fornecimento de óculos, visto que muitos seringueiros estavam impossibilitados de estudar por problemas visuais ocasionados, especialmente, pelas péssimas condições de trabalho no defumador da borracha; d) a preparação dos agentes de saúde para que pudessem atuar em pontos estratégicos nos Postos de Saúde mantidos pela SUDHEVEA; e) abastecimento dos Postos de Saúde com quantidades suficientes de remédios, principalmente “sulfona” e “soro antiofídico”; e f) que os médicos dos barcos estivessem habilitados para encaminhar os formulários de aposentadoria por invalidez aos hansenianos.

A última questão tratada como prioridade na reunião e que permanece sendo uma preocupação bastante atual, relacionava-se à pesca. Dentro da multifuncionalidade da atividade extrativista, a pesca ocupa, junto com a roça, o corte da seringa e a coleta de sementes oleaginosas um lugar de destaque, especialmente por ser o pescado a principal fonte de proteína da dieta alimentar

dessa população. Assim, pelo relatório, podemos perceber que os seringueiros reclamavam da pesca predatória em grande escala através de barcos pesqueiros de Manaus. Relatavam até sobre os “aluguéis de lagos” realizados por pretensos proprietários que prejudicavam os moradores. Esses barcos colocavam redes de arrastão na boca⁵⁴ dos rios, afluentes e igarapés na época da desova dos peixes e despejavam nos rios toneladas de peixe quando encontravam outros cardumes de maior valor comercial. Também denunciavam sobre a existência de muitos currais de quelônios visando a comercialização, para cuja atividade, os seringalistas mantinham o domínio de tabuleiros⁵⁵ com licença do IBDF, alegando ser para a preservação da espécie.

Todas estas questões viriam a ser objeto de discussão junto aos seringueiros de outros estados da Amazônia no I Encontro Nacional dos Seringueiros realizado em Brasília entre os dias 11 a 17 de outubro de 1985.

⁵⁴ Foz de um rio; lugar onde o rio deságua. (Dicionário Houaiss, 2008)

⁵⁵ Tabuleiros são bancos de areia que surgem nas vazantes dos rios; são também conhecidos por serem os locais onde as tartarugas põem seus ovos. (Cf. Dicionário UOL/Michaelis)

2.5.5. I Encontro Nacional dos Seringueiros – a emergência de uma identidade política

- | | |
|---|--|
| <p>1. Seringueiros da Amazônia
Do Acre ao Maranhão,
Homem que enfrente as feras,
Que tem nesta região.
Enfrenta a onça e a cobra,
Enfrenta a solidão,</p> <p>2. Depois de enfrentar tudo isso,
Ainda enfrenta o patrão
Seringueiro é um herói
Que tem nesta região
Trabalha dia e noite
Pra fazer a produção
Mas ninguém lhe reconhece</p> <p>3. Só conhecem o patrão.
Este soldado da selva
Já participou da escravidão
Aí veio a liberdade
E lhe deu a libertação</p> | <p>Pois hoje o seringueiro é dono
Da sua produção.</p> <p>4. Quando ele chega na cidade
Ninguém lhe dá atenção
Se não fosse o seringueiro
Não corria caminhão
Que é nos seus pneus
Que ta sua produção.</p> <p>5. Quando ele entra na mata
Leva um balde e um facão
Para proteção dos seus pés
Uma bota de borracha.
Foi através deste homem
Que o Acre pegou o nome
De produtor de borracha.</p> <p>6. Agradeço o seringueiro
Homem humilde e hospitaleiro,
Por ser ele o produtor,
Do elástico brasileiro.</p> |
|---|--|
- (Música do seringueiro. Autor: Saraiva)

Animados por este e outros tantos cantos, compostos pelos próprios seringueiros contando seu modo de vida, seus sonhos e sua luta, realizou-se entre os dias 11 a 17 de outubro de 1985 o I Encontro Nacional dos seringueiros.

Cantando e celebrando, como era prática nos encontros das comunidades assessoradas pela chamada “ala progressista” da Igreja Católica, os seringueiros chegaram a Brasília trazendo as experiências partilhadas nos inúmeros encontros preparatórios realizados nas comunidades no interior da Amazônia, nas sedes dos municípios produtores de borracha e nos Encontros Estaduais.

No Amazonas, além daqueles realizados na calha do Rio Madeira, em Novo Aripuanã, já próximo de Rondônia, segundo Pe. João Derickx (2007), houve oito encontros de seringueiros em Carauari e Jutai também preparatórios para o Encontro Nacional que veio a se realizar em outubro daquele ano.

Em Ariquemes, Rondônia, também foram realizados diversos encontros organizados pela Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes, reunindo soldados da borracha de diversos municípios do estado. No

estado de Rondônia, além dos problemas com os marreteiros como os demais seringueiros, havia também a peculiaridade de uma preocupação especial com a questão da indenização e da aposentadoria para os soldados da borracha⁵⁶. Segundo Derickx (2007), desde 1989 foi aprovada no Senado a Lei de pensão especial mensal vitalícia correspondendo a dois salários mínimos para os soldados da borracha que optaram por ocasião da II Guerra Mundial “lutar” no interior da Amazônia na produção da borracha ao invés de ir para as frentes de guerra na Itália. A Lei da pensão apresentava como justificativa o fato de que tais “soldados da borracha” colaboraram indiretamente com a vitória dos aliados. A dificuldade, porém encontrava-se da documentação exigida para a obtenção do benefício. Embora sendo transferível aos dependentes, o benefício concedido quarenta e cinco anos após o fim da Guerra dificultava a comprovação dos laços de parentesco com os “arigós”, como eram chamados os nordestinos que haviam migrado para a Amazônia como soldados da borracha (Dereckx, 2007: 112).

Outro ponto bastante enfatizado nos encontros de Rondônia foi os relatos de conflitos com os povos indígenas do Estado⁵⁷. Os conflitos entre povos indígenas e os seringueiros são bastante antigos. Pantoja Franco(2001) relatou, em sua tese sobre o Alto Juruá, que no auge da economia da borracha, a necessidade de tornar os seringais rapidamente produtivos com o trabalho dos migrantes nordestinos, ocasionou a expulsão de vários povos indígenas de suas terras, transformadas em seringais de exploração. Eram organizadas expedições armadas contra os indígenas denominadas “correrias”. Na calha do Rio Juruá, existem relatos de tensões nessa relação desde o início da exploração comercial da borracha ainda no final do século XIX, como encontramos no livro do Pe. João Dereckx (2007), assim como há também relatos de laços que são estabelecidos entre os *kariú*⁵⁸ e os indígenas por meio de casamentos ou relações comerciais.

⁵⁶ Informação contida da Proposta dos seringueiros e soldados da borracha, extraída das reuniões realizadas em 13/09 e 18/09 na Secretaria da Promoção Social – Pimenta Bueno/RO, em 19/09/1985. Acervo: CPT/AM.

⁵⁷ Informação extraída da “Carta Aberta” dos seringueiros e soldados da borracha de Rondônia, levada a público no dia 28/09/1985. Acervo: CPT/AM.

⁵⁸ Mulher ou homem branco.

2.5.6. A Lição do paneiro

Partilhando suas experiências, contando suas histórias de vida, fazendo denúncias contra os abusos dos patrões e das autoridades, os seringueiros foram aos poucos se inventando não como classe, ou categoria profissional apenas, mas como identidade política⁵⁹ cuja existência deveria se materializar na defesa de seus territórios.

Paneiro⁶⁰ é coisa comum / que todo barraco tem / Não custa muito dinheiro / Nem custa fazer também. / Mas quero levar comigo / Para sempre no coração, / A lição que o paneiro ensina: / Como é bela a união.

As talas vivem à-toa / Na mata sem serventia / Mas agora de mãos dadas / Todas têm força e valia. / Mas quero levar comigo / Pra sempre no coração, / A lição que o paneiro ensina: /- Como é bela a união!

(Música: Paneiro - do cancionero popular da Amazônia)

Aprendida a lição do paneiro, bastante cantada e discutida nos encontros locais e regionais, como os dos rios Juruá e Jutai desde 1981, como relatou o Pe, João Dereckx (2007: 117), realizou-se o I Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília em 1985. Nos vários documentos que encontramos, relatórios de reuniões, artigos de jornais, evidenciou-se a intensa participação dos seringueiros do Amazonas na articulação do Encontro Nacional. Tal fato torna-se relevante já que todas as vezes em que se pensa em seringueiro/ movimento dos seringueiros associa-se logo ao Acre, em virtude do protagonismo e da dimensão que assumiu a pessoa de Chico Mendes no processo de construção da identidade política de seringueiros. Mas tanto os seringueiros do Amazonas como os de Rondônia⁶¹ também participaram ativamente do movimento desde o seu embrião.

Desse modo, promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre, Seringueiros do Amazonas e Associação dos Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com o apoio do Instituto de Estudos Econômicos (INESC), na época presidido pela antropóloga Mary Allegretti, da Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura, representada pelo Prof. José Silva Quintas, o I

⁵⁹ Como referências teóricas acerca da formação do campesinato como identidade política conferir Palmeira (1974), Rambaud (1984) e Novaes (2001).

⁶⁰ Paneiro é uma espécie de cesto de fibras retiradas de algumas palmeiras, muito usado para guardar alimentos, especialmente farinha, no interior da Amazônia.

⁶¹ Acerca do histórico da organização dos seringueiros de Rondônia e sua relação com o processo de colonização do estado conferir Teixeira (1999).

Encontro realizou-se na Universidade de Brasília. Foram também convidadas diversas Instituições públicas, como Ministérios, órgãos públicos, Universidades, Senadores e Deputados, Igrejas, assim como Instituições privadas e da sociedade civil organizada.

A pé, de barco, no ônibus pelas poeirentas estradas da Amazônia, há mais de uma semana, contingentes de homens deixam o emaranhado das florestas de onde extraem o leite que lhes garante o mínimo para a sobrevivência e se dirigem a Brasília. São os lendários “soldados da borracha”, os seringueiros que vão pela primeira vez, manter um encontro nacional, na cidade onde está instalado o poder.⁶²

Pelo esforço feito na viagem para Brasília, conforme relatado em matéria publicada naquele período no Jornal de Brasília, fica evidente que mais do que reunir os seringueiros do Amazonas, Acre e Rondônia, para discutirem seus problemas e encaminharem reivindicações às autoridades, a realização do Encontro na capital do país e os convites feitos às demais entidades, públicas e privadas, tinham a intenção de tornar pública para a sociedade brasileira a problemática do seringueiro. Porém, a idéia não era mostrá-lo como um apêndice da pobreza do país, mas recolocar o valor de seu modo de vida para a economia nacional, retirando-o da invisibilidade histórica a que fora submetido e propiciando a emergência de uma nova entidade política que permitisse a reconfiguração de sua identidade o que viria a garantir não apenas a sua sobrevivência, mas a sua existência social e política na arena pública.

A matéria do jornal acima referida, ainda apresenta quem são e o que fazem os seringueiros, e as relações de exploração a que foram historicamente submetidos em nome de um “pseudo-desenvolvimento” para o país. Faz referência que em preparação ao evento, o INESC, coordenado pela antropóloga Mary Allegretti, fez um relatório com um levantamento sobre a questão dos seringueiros e com diversos depoimentos. Este relatório viria a servir de subsídio às discussões do evento.

Diante desse quadro, foi pensado o encontro nacional dos seringueiros, porque o processo de democratização que hoje se inicia ainda não colocou em discussão o atual modelo de ocupação da Amazônia. Ao lado disso, diz o INESC – “os habitantes tradicionais da Amazônia – índios, caboclos, seringueiros, castanheiros – desenvolveram formas adequadas de obtenção da

⁶² Trecho da matéria intitulada “Os soldados da borracha marcham para Brasília”, publicada no Jornal de Brasília no dia 06/10/85, arquivo CPT/AM.

sobrevivência sem alteração do equilíbrio ecológico e com potencial de produtividade não explorado e nem valorizado”.

“A única maneira existente hoje – continua o relatório – de dar início a um movimento mais amplo de defesa da Amazônia e de seus habitantes, de mostrar para a sociedade brasileira que os seringueiros continuam existindo e vivem em condições de escravidão é realizar um fato inédito – tirá-los da mata para que falem no centro político do país, Brasília”.⁶³

Cerca de uma semana antes do início do evento, várias autoridades alegaram, via telegramas, impossibilidade de comparecer embora reconhecendo a relevância da iniciativa. Tais telegramas foram “a posteriori” anexados a um dossiê do Encontro que foi elaborado pela antropóloga Mary Allegretti e encaminhado a todas as organizações dos seringueiros. Algumas outras autoridades e instituições convidadas, reconhecendo a importância política do momento, e outros por já possuírem algum tipo de aliança com o movimento, ao contrário, confirmaram com antecedência sua participação. Conforme matéria publicada na época no *Jornal Alto Madeira*, de Porto Velho⁶⁴, entre estes estavam: os senadores Jorge Kalume e Mário Maia; o sociólogo Benício Schmidt; os antropólogos João Pacheco e Moacir Palmeira, ambos à época no Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD); o jurista Roberto Santos; Antônio Macedo Bezerra, superintendente da SUDHEVEA; o sociólogo da Universidade de Campinas, Mauro Barbosa de Almeida; o deputado Arthur Virgílio Neto; técnicos do Ministério da Cultura; o sociólogo José Walter Nunes, que acompanhava o “Projeto Seringueiro”⁶⁵, além do coordenador do Projeto Interação entre Educação e os diferentes contextos culturais, José Silva Quintas, da Fundação Pró-Memória, que também havia participado da equipe que coordenava o evento.

O Encontro dos Seringueiros contava com uma extensa programação⁶⁶. Ressalta-se que em 1985 o Brasil volta a ter um governo civil o que propiciou a

⁶³ Idem.

⁶⁴ *Jornal Alto Madeira*, Porto Velho, quarta-feira, 09/10/1985, arquivo CPT/AM.

⁶⁵ “O Projeto Seringueiro desenvolve na região de Xapuri propostas educacionais inovadoras, que começam a ser incorporadas pela Secretaria de Educação do Acre para as escolas rurais. Uma vitória que faz parte do movimento dos seringueiros por melhores condições de trabalho, saúde e educação, pela regularização da terra, demarcação das áreas de seringal nativo e preservação de seringueiras e castanheiras.” Extraído de matéria publicada no *Jornal do Comércio*, Brasília, sábado, 05/10/85.

⁶⁶ Em apoio aos debates, a Fundação Pró-Memória organizou uma mostra de filmes que reuniu pela primeira vez filmes históricos e de pesquisas sobre a Amazônia, conforme informou matéria publicada no *Correio Brasiliense* intitulada “Seringueiros têm encontro nacional”, no dia 10/10/85. Faziam parte da mostra os filmes *Da seringa ao Boi*, dirigido por Renato Neuman e produzido pelo Centro Brasileiro de Cinema Educativo Humberto Mauro. O filme trata da ocupação da Amazônia por

emergência de vários movimentos sociais. A programação do evento com a participação de intelectuais, pesquisadores e políticos assim como a exibição de alguns filmes que tratavam prioritariamente da destruição da Amazônia na estratégia geopolítica das décadas anteriores e o fato de ter sido escolhida a Universidade de Brasília, no centro do poder, foram elementos importantes para alavancar o movimento dos seringueiros.

O Encontro foi organizado em mesas de palestras seguidas de debates dispostos da seguinte maneira:

1ª mesa: DIREITOS HISTÓRICOS DOS SOLDADOS DA BORRACHA
Coordenadora: Mary Helena Allegretti – INESC

1. O Soldado da Borracha e sua história (Depoimento de um soldado da borracha)
2. A Segunda Guerra e a migração para a Amazônia (Benício Viero Schmidt – UNB)
3. O direito à aposentadoria (Sen. Jorge Kalume, Sen. Mário Maia e Dep. Aluizio Bezerra)

DEBATE

2ª mesa: OS SERINGUEIROS E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Coordenador: Dep. Arthur Virgílio Neto⁶⁷

1. A vida nos seringais (Depoimento de um seringueiro)
2. As propostas do Governo para a Amazônia
Acre – Eduardo Thadeu Domingues – Coordenador do PLANACRE
Rondônia – Gabriel de Lima Ferreira – Secretário da Agricultura
Amazonas – Rodemarck Castelo Branco – Diretor do CEAG
IPEA/IPLAN – Dagoberto Koehtopp – Coordenador do PMACI
3. Desenvolvimento e conflitos sociais na Amazônia

João Corrêa Lima Sobrinho – UFRJ

DEBATE

3ª mesa: OS SERINGUEIROS E A REFORMA AGRÁRIA

Coordenador: João Pacheco de Oliveira Filho – MIRAD

1. A utilização da terra pelos seringueiros (Depoimento de um seringueiro)
2. O Plano Nacional de Reforma Agrária
Alfredo Wagner Berno de Almeida – MIRAD

migrantes nordestinos para trabalhar na extração da borracha em regime de semi-escravidão e as drásticas mudanças verificadas a partir da última década, com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região. Outro filme exibido foi *Ferrovia do Diabo*, dirigido por João Batista de Andrade e produzido pela Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura. Este conta a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com depoimentos das últimas testemunhas vivas da construção da ferrovia, no início do século. Conta ainda sobre sua desativação no final dos anos 60 e sua restauração em 1981. A mostra ainda exibiu os filmes *Nas cinzas da floresta*, e *As tempestades na Amazônia*, *Na trilha dos Uru-eu Wau Wau* e o *Caminho do Fogo*, da série *A Década da Destruição* com direção de Adrian Cowel e coprodução da Central Independente Television (Londres) e Universidade Católica de Goiás. Esta série apresenta filmes que debatem sobre o desequilíbrio ecológico e alertam sobre o perigo do desmatamento, que provoca a esterilidade do solo e mudanças no clima.

⁶⁷ Deputado Federal pelo Estado do Amazonas. Atualmente é Senador da República pelo Estado do Amazonas pelo PSDB.

Altamir Gonçalves Pettersen – Assessor Jurídico da CONTAG

3. Projetos de Colonização na Amazônia

João Mesch – SEMA

DEBATE

4ª mesa: POLÍTICA PARA A BORRACHA

Coordenador: João Antônio de Paula – CEDEPLAR

1. Necessidade e expectativas dos seringueiros (Depoimento de um seringueiro)

2. Políticas do Governo para o seringal nativo e de cultivo

Antônio Macedo Bezerra – Superintendente da SUDHEVEA

Ronaldo Garcia – Ministério da Agricultura

3. A definição da situação jurídica dos seringueiros

Roberto Santos – Juíz do Tribunal Regional do Trabalho – Belém

Altamir Gonçalves Pettersen – Assessor Jurídico da CONTAG

DEBATE

5ª mesa: CULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS SERINGAIS

Coordenador: José Silva Quintas – Fundação Nacional Pró-Memória

1. Escola e atendimento médico nos seringais (Depoimento de um seringueiro)

2. Propostas de educação e contexto cultural dos seringueiros

Representante do Projeto Seringueiro – Acre

Representante do Projeto Ribeirinho – Amazonas

José Walter Nunes – Fundação Pró-Memória

Sérgio Haddad – CEDI

3. Alternativas na área de saúde

Representante dos agentes de saúde do Acre

Dr. Heitor de Sá Gonçalves

Dr. José Olímpio – SUDHEVEA

DEBATE

Tema sempre polêmico em todos os fóruns que discutem políticas públicas no Brasil, a questão agrária, tratada na 3ª mesa, esquentou também o Encontro dos Seringueiros que foram veementemente contra o Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado pelo representante do MIRAD. O Plano Nacional previa a destinação de lotes de terra de acordo com o módulo rural de cada município para cada família. Os seringueiros sustentavam que este parcelamento seria insuficiente para a manutenção do sistema de exploração extrativista da seringueira e para a preservação da floresta amazônica. A imprensa, na época, noticiou amplamente a insatisfação dos seringueiros em relação ao tema:

Depois de ouvirem do representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Alfredo Wagner de Almeida, uma exposição sobre os principais itens do plano, os representantes dos sindicatos rurais da região amazônica se revezaram ao microfone para criticá-lo e garantir a disposição de luta dos seringueiros para conquistar uma reforma agrária que atenda suas necessidades. “Esse plano é medíocre porque não serve a nenhum seringueiro”, protestou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã, no Amazonas. A seu ver, a implantação do PNRA

significará o fim da profissão de seringueiro, na medida em que a exploração da seringueira nativa só pode ser feita em no mínimo 300ha.⁶⁸

Além dos protestos na plenária do evento. Os seringueiros decidiram tornar público o seu descontentamento e resolveram fazer um protesto nas ruas de Brasília, numa passeata em direção ao Congresso Nacional, assim como decidiram entregar nas mãos do próprio Presidente da República, José Sarney, documento com as suas propostas. Entre estas, a de maior destaque refere-se àquela que os seringueiros já haviam encaminhado ao governo meses antes, logo após o 4º Congresso da CONTAG, também realizado em Brasília. Nesta proposta, defendiam a demarcação comunitária das terras, e que a metragem fosse definida pelos próprios seringueiros, legítimos conhecedores da área em que trabalhavam. Desse modo, a proposta era que fossem concedidos títulos de propriedade coletivos, com cerca de 300ha por família, “para que ninguém caísse na tentação de vender suas terras depois de efetivada a reforma agrária”⁶⁹.

Na proposta que vão entregar ao Presidente Sarney amanhã, os seringueiros pedem a desapropriação das áreas onde existem seringais nativos e que estas sejam demarcadas comunitariamente, a exemplo do que se faz com as áreas indígenas. “Essa é uma forma de impedir que um seringueiro desesperado venda as suas terras ao latifúndio”, disse Araújo.⁷⁰

O ano de 1985 viria a ser um ano emblemático. Tornou-se formalmente o início do processo de democratização do país após vinte anos de ditadura militar. Nesse processo, inicia-se também um amplo debate acerca dos modelos de desenvolvimento propostos pelos militares. O documento final do Encontro dos Seringueiros insere-se no debate trazendo novos elementos e uma proposta de desenvolvimento que considerasse a realidade dos povos da Amazônia. O documento final construído no Encontro e entregue ao Deputado Ulysses Guimarães, como representante do novo Governo, trazia as principais reivindicações dos seringueiros, agrupadas em sete eixos considerados por eles os mais críticos:

⁶⁸ Trecho da matéria “Seringueiros não aceitam o plano”, publicada pelo Correio Brasiliense em 15/10/85, arquivo da CPT/AM.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Trecho da matéria “Seringueiros fazem passeata”, publicada na Folha de São Paulo, em 15/10/85, arquivo da CPT/AM.

Desenvolvimento da Amazônia: Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça às grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos povos da floresta amazônica. Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (PLANACRE, POLONOROESTE, Asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós seringueiros. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheira...

Reforma Agrária: Desapropriação dos seringais nativos. Não divisão das terras em lotes. Definição das áreas ocupadas pelos seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros... Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.

Política para Borracha: O seringal nativo deve ser preservado... Deve ser assegurada a representação dos seringueiros no Conselho Nacional da Borracha e na SUDHEVEA. Reajuste semestral do preço da borracha... Que seja assegurada a liberdade de comercialização de todos os tipos de borracha diretamente pelos seringueiros...

Política de abastecimento: ... Que seja proibida a venda pela COBAL aos patrões e que os seringueiros façam a fiscalização através de seus órgãos. ... Que as embarcações da COBAL comprem a borracha diretamente do produtor, encostando em lugares indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e obedecendo pontualmente ao roteiro de viagem, inclusive divulgando o mesmo pelo rádio... Que a COBAL atenda todos os rios que não são atendidos. Que sejam criadas cantinas (cooperativas da COBAL/SUDHEVEA) administradas pelos próprios seringueiros...

Saúde: Que seja feita uma política de saúde preventiva e de assistência médico-odontológica de acordo com as necessidades dos seringueiros. Que sejam criados postos de saúde em todos os seringais em locais escolhidos pelas comunidades de seringueiros. Que os agentes de saúde sejam escolhidos pela própria comunidade e treinados pelas secretarias de saúde dos Estados e sejam reciclados periodicamente... Que sejam criados laboratórios na própria região amazônica, aproveitando as plantas e os recursos da região...

Educação: Todos os seringueiros têm direito ao estudo. Que sejam criadas escolas de seringueiros em todos os lugares e para todas as idades, com qualquer número de alunos. As escolas devem ter garantido o material escolar e a merenda. Calendário escolar que

respeite as épocas de plantio e o regime das chuvas da região. É preciso preservar a cultura da região, devendo a escola informar também o seringueiro sobre a realidade do país.

Aposentadoria e Assistência para os soldados da borracha: Considerar como soldado da borracha todos os seringueiros que migraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção de borracha para o esforço de guerra que já estejam com 60 ou mais anos de idade. Os trabalhadores considerados nesta proposta terão direito a uma indenização correspondente a 20 salários mínimos. Será estabelecida uma pensão aos soldados da borracha definidos acima, no valor de 3 salários mínimos, estendida a seus familiares por ocasião do falecimento do titular. Os trabalhadores, homens e mulheres, terão direito à aposentadoria aos 45 anos de idade, no valor de 3 salários mínimos. Esta aposentadoria será concedida aos inválidos e viúvas conforme a lei...

Os eixos dispostos acima compõem a consolidação das discussões prévias realizadas nos diferentes estados da Amazônia, sobre as quais havia acordo a despeito das diferenças que cada um dos estados e cada uma das calhas de seus rios apresentam.

Além do encaminhamento dessas questões às autoridades pedindo providências, o Encontro Nacional dos Seringueiros torna-se um marco especialmente por dois fatos dele decorrentes. O primeiro deles é a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e o segundo a proposta de criação de uma modalidade de área protegida, nos moldes das Terras Indígenas, que viria a ser a materialização da Reforma Agrária dos seringueiros. A partir de 1985, impõe-se à compreensão e ao planejamento da Amazônia, não só o conhecimento da sua biodiversidade, plantas, animais, solos, mas o reconhecimento de uma sociodiversidade que ia além da existência dos povos indígenas.

2.5.7. A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros torna-se emblemática porque embora tenha surgido de um conflito clássico do universo rural brasileiro, seringueiros *versus* patrões (onde poderíamos ler posseiros *versus* grandes proprietários), ela trouxe uma solução original para esta equação. Primeiro porque os sujeitos sociais antes diluídos entre os demais trabalhadores rurais, articulados por meio dos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais espalhados pela Amazônia, constroem uma identidade coletiva singular. E segundo, mas não menos importante, que junto com a emergência dessa identidade coletiva própria, emergem também novos parâmetros de territorialização a partir de seus próprios modos de

vida e de sua organização para produção numa maneira muito particular de se relacionar com a floresta. Demonstrem uma aglutinação de forças, antes não percebida, e que confere a eles um espaço político próprio, abrindo inúmeras outras possibilidades de alianças e de recomposição da equação que polariza *dominados* e *dominantes* como, por exemplo, a aliança com o movimento ambientalista, de que trataremos mais adiante.

Era a esta mobilização que os seringueiros iriam se entregar, sob a liderança do Conselho Nacional dos Seringueiros, a partir do encerramento do Encontro. Mas não seria Chico o líder desse movimento e sim Jaime da Silva Araújo, o seringueiro do Amazonas que mais se destacara, com suas intervenções inteligentes e irreverentes, na condução dos trabalhos, tanto nas reuniões preparatórias quanto nos debates públicos. Uma comissão provisória, presidida por ele, assumiu os encaminhamentos a partir daquele dia, até a realização da primeira reunião do CNS, que ocorreu em março de 1986, em Rio Branco, no Acre. (Allegretti, 2002: 447-8)

Segundo Allegretti (2002), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi formado no último dia do Encontro Nacional e, embora Chico Mendes tivesse sido o seu maior incentivador e articulador, ele estava na época bastante envolvido com sua campanha para Prefeito de Xapuri, o que o afastara do Sindicato de Trabalhadores Rurais nos meses anteriores. Em sua tese, Allegretti deixa transparecer que ele deveria ser pelo curso da história o primeiro Presidente do CNS, mas isso não se confirma, pela razão acima elencada. Poderíamos também pensar que o fato de ter sido um amazonense o escolhido para ser o primeiro Presidente do CNS, se deveu não só ao afastamento temporário de Chico Mendes com relação ao STR, mas também ao fato da ampliação do próprio movimento conforme observado pela própria Allegretti (2002: 426):

Pensada inicialmente como uma reunião de lideranças do Acre, um grupo de não mais que 30 seringueiros, a proposta rapidamente se ampliou para contemplar representantes de Rondônia e do Amazonas, com 50 pessoas. À medida, no entanto, que a informação sobre o evento começou a circular na região, mudou inteiramente de caráter e se transformou em uma espécie de congresso, com a presença de 130 seringueiros.

O movimento dos seringueiros no curso de sua construção foi assumindo outras dimensões e novos significados. Allegretti (2002) sustentava que o Encontro dos Seringueiros havia sido pensado inicialmente apenas para envolver os seringueiros do Acre e que no processo de discussão e viabilização do Encontro ele

tomara outras proporções até envolver seringueiros dos demais estados da Amazônia. Desse modo, podemos pensar que ao se constituir enquanto identidade coletiva e se objetivar num movimento social de abrangência não mais local, e sim nacional, os seringueiros foram também redefinindo as fronteiras internas da região, antes baseadas linhas imaginárias, e agora redefinidas por uma identidade que mais que profissional, era social e política.

A carta⁷¹ encaminhada ao então Presidente da República, José Sarney, pelo primeiro Presidente do CNS Jaime da Silva Araújo, parabenizava-o pelo “Plano Cruzado”, que impusera o tabelamento e congelamento de preços como medidas de controle da inflação e, ao mesmo tempo, reivindicava medidas contra o desrespeito dos poderes locais ao pacote econômico. Jaime Araújo assim apresentou o CNS e seus objetivos:

Em outubro de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros da Amazônia Brasileira com o objetivo de lutar pelo reconhecimento profissional dos seringueiros da Amazônia, por melhores condições de vida para o homem amazônida, pela desapropriação e conservação dos castanhais e seringais nativos, pela conservação de nossa cultura e nossos tradicionais costumes, por uma reforma agrária justa, e por preços mais justos para os nossos produtos extrativistas.

Neste discurso, a marca diferencial tornava-se evidente. Para além das tradicionais bandeiras de luta dos trabalhadores rurais, os seringueiros reivindicam o respeito a seus costumes “tradicionais” e a sua cultura. Deslocam o eixo de sua reivindicação dos parâmetros clássicos que definem o caráter da reforma agrária centrados na idéia de justiça na redistribuição de terras, para o eixo inédito do respeito à sua tradição e aos seus costumes.

Desse modo, uma “reforma agrária justa” para os seringueiros não estaria garantida pela distribuição igualitária de lotes individuais com seus documentos definitivos de propriedade da terra. Isto os fez ir para o embate com o MIRAD durante o Encontro Nacional em Brasília, em 1985. Para eles, uma “reforma agrária justa” era aquela que garantisse a possibilidade de continuarem usando, do modo como sempre haviam feito, os recursos naturais da floresta, seguindo a lógica de apropriação e manejo, cujo desenho é o das estradas de seringa, dos lagos de pesca, dos locais onde colocam as roças e fazem a farinha anualmente. Daí a

⁷¹ Carta encaminhada pelo CNS ao Presidente da República Federativa do Brasil, em 06 de outubro de 1986. Arquivo CPT/AM/RR.

proposta da criação da Reserva Extrativista, como a reforma agrária dos seringueiros.

Segundo Almeida (2004: 45), ao estabelecer pela primeira vez um estatuto, em reunião em 1989, após a morte de Chico Mendes, o Conselho definiu claramente suas relações com o movimento sindical, demarcando seu espectro de ação e suas diferenças:

Tratava-se de uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, em que os membros poderiam ser “trabalhadores extrativistas” em sentido amplo, de modo a incluir pequenos agricultores amazônicos, pescadores e quilombolas. Um traço essencial definido pelo estatuto foi de que o Conselho não seria uma organização de massa, não recrutaria “membros”, não emitiria carteirinha, não daria benefícios individuais nem cobraria anuidades. Isso claramente o distinguia de uma organização sindical, o que não o impedia de ser uma organização de apoio aos sindicatos; ademais, afirmava-se como um agente capaz de propor políticas públicas e de executá-las na forma de projetos.

2.5.8. “ECOS⁷²” da criação do CNS

Além da emergência de uma identidade coletiva objetivada num movimento social com características bem próprias, outra importante conseqüência do I Encontro e das iniciativas dos Seringueiros foi a aproximação com os movimentos ambientalistas.

O eixo condutor dessa aproximação foi a discussão em torno da criação das Reservas Extrativistas na Amazônia. Das várias reuniões preparatórias para o I Encontro Nacional dos Seringueiros nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, já mencionadas anteriormente, pode-se resumir, as iniciativas dos seringueiros eram basicamente duas: “impedir o desmatamento dos seringais e regularizar as posses de forma a assegurar a continuidade da atividade extrativista da borracha” Allegretti (2002).

Dentre os encontros preparatórios, chamou muito a atenção o que ocorreu em Ariquemes, Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1985, porque foi ali que surgiu, pela primeira vez, a idéia de uma área reservada para os seringueiros, que seria oficialmente denominada, no Encontro Nacional, de Reserva Extrativista. Dois segmentos sociais participaram do processo, com

⁷² Tomo de empréstimo o sentido ambíguo da palavra “ECO”, entre repetição do som e prefixo que remete a preocupações ecológicas, do modo como fez o Pe. João Dereckx no livro “Reserva Extrativista: mais vida neste chão”.

propostas diferenciadas: os seringueiros que estavam produzindo e os Soldados da Borracha, já fora da produção em função da idade.

Foi nesse contexto, de reflexão sobre o que estava ocorrendo em Rondônia, que a idéia de uma reserva para os seringueiros foi apresentada e que pode ser caracterizada como a origem histórica do conceito. (Allegretti, 2002: 413)

Ao ressaltar a contribuição de Rondônia para a criação do modelo RESEX, Allegretti (2002) estabelece um paralelo entre o processo organizativo e as concepções territoriais do Acre, seu campo privilegiado de pesquisas e de atuação, e Rondônia, o que lhe causou estranheza. Para ela, a justificativa de tal proposição ter partido de Rondônia devia-se ao fato de que neste estado a existência de territórios reservados e demarcados para os indígenas era uma referência nas discussões. No Acre, embora o processo de demarcação de terras indígenas tenha sido iniciado, segundo a autora, em 1976, muitos indígenas ainda viviam espalhados pelos seringais em virtude de terem sido obrigados a se subordinarem à empresa seringalista (p.421).

Segundo Allegretti (2002), como em alguns municípios de Rondônia, a exemplo de Ji-Paraná, já houvessem Reservas Biológicas e Terras Indígenas demarcadas e o restante, segundo os seringueiros, estaria nas mãos de fazendeiros, estimulados pela política de colonização capitaneada pelo INCRA. Para a continuação da atividade extrativista teria de haver a demarcação de terras na forma de Reservas Florestais ou Extrativistas. Tal proposta foi sendo formatada nos trabalhos de grupo do Encontro Nacional.

A idéia de Reserva Extrativista estava formatada, pela primeira vez, dando um nome ao pleito dos seringueiros de várias partes da Amazônia que já estavam constatando, por caminhos diferentes, a inviabilidade de sobreviver em lotes de terras destinados à colonização, porque não pretendiam se transformar em colonos e aos riscos que os desmatamentos significavam em termos de perda da base florestal da qual sobreviviam. Finalmente, o elemento que faltava, que era a comparação com um modelo já implantado, foi propiciado por Rondônia, fechando-se, assim, uma proposta que foi, dois meses depois, apresentada aos participantes do Encontro Nacional. (Allegretti, 2002: 424)

A inserção da proposta das Reservas Extrativistas em uma estratégia mais sofisticada de defesa da Amazônia, contribuindo para a construção de uma aproximação com as preocupações ambientais, surgiu, segundo Allegretti (2002:

425), de uma fala de um professor visitante da Universidade Federal de Rondônia, Carlos Corrêa Teixeira ao final do Encontro Nacional. Em sua fala, ele ressaltava a necessidade de que fossem realizadas pesquisas com os seringueiros, que até então eram desenvolvidas principalmente entre os indígenas. A idéia era pensar a questão do extrativismo na relação com a proteção do meio ambiente.

A idéia mais inovadora, em termos de concretização das aspirações dos seringueiros, a de criação de áreas protegidas para o extrativismo, foi o principal resultado do encontro de Ariquemes, sem que tivesse havido um planejamento para isso. A realidade concreta de Rondônia, na qual os seringueiros já haviam perdido suas *colocações*, permitia a visualização do futuro de todos os seringueiros da Amazônia, caso não surgisse uma proposta inovadora. Enquanto os seringueiros de Rondônia não haviam conseguido se defender do projeto de colonização do governo federal, as pressões de entidades nacionais e internacionais face à ameaça de destruição de sociedades indígenas ainda sem contato resultaram na demarcação de seus territórios. Havia, portanto, uma lição dos seringueiros de Rondônia para seus companheiros de outras regiões da Amazônia, que resultava da comparação entre o destino deles e dos indígenas e que foi rapidamente aprendida e assimilada como proposta durante o Encontro Nacional. (Allegretti, 2002: 426)

Desse modo, Almeida (2004: 33) ressalta que por meio dessa estratégia, os seringueiros da floresta passaram da invisibilidade a posição de “paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular”, pelo qual suas reivindicações agrárias se conectam a temas ambientais de interesse mais geral. Porém, o autor sustenta ainda que esta ponte entre preocupações agrárias e ambientais estabelecida pelos seringueiros se constrói de uma maneira própria. Os sujeitos sociais redefinem sua maneira anterior de agir, mas a partir de critérios estabelecidos pelas suas tradições e costumes. Ao mesmo tempo, ao estabelecerem alianças com outros movimentos como o movimento indígena, formando o que passou a ser denominada de “Aliança dos Povos da Floresta”, os seringueiros redefinem sua relação com a sociedade, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos.

Outro elemento fundamental na construção da interseção entre o movimento dos seringueiros e o movimento ambientalista foi, segundo Allegretti (2002: 448), a série de alianças que se estabeleceram com ONGs, como o INESC, coordenado por ela mesma, a Fundação Pró-Memória do Ministério da Cultura, que já desenvolvia, ha algum tempo, projetos educacionais com os seringueiros do Acre como o Projeto

Seringueiro, e Instituições Internacionais que desde a preparação do evento nacional já vislumbravam o potencial deste para casar um movimento social com o movimento ambientalista internacional. Inaugurava-se uma nova face dos movimentos sociais na Amazônia. Entre as Instituições e personalidades internacionais que de pronto se tornaram parceiras do movimento nascente, destaca-se Adrian Cowell, documentarista da *TV Trust for Environment*, que se dedicou vários anos à série de documentários “A Década da Destruição”, que tratava especialmente dos impactos negativos da frente de expansão econômica no estado de Rondônia, e Steve Schwartzman, antropólogo residente em Washington que trabalhava na campanha contra a atuação do Banco Mundial na Amazônia.

Foi Adrian Cowell quem articulou a participação de representantes do recém-criado Conselho Nacional dos Seringueiros numa reunião que aconteceria em São Paulo uma semana depois do Encontro Nacional com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, coordenada pela Ministra da Noruega Gro Brundtland, em preparação à ECO 92. Nesta reunião, duas falas tiveram grande destaque, a de Jaime Araújo, representando o movimento dos seringueiros (o recém-criado CNS) e a de Ailton Krenak pela União das Nações Indígenas (UNI). (Cf. Allegretti, 2002: 450-453) Estes encontros foram muito importantes para a divulgação e legitimação do movimento dos seringueiros junto a instâncias governamentais nacionais e para a sua projeção internacional.

O INESC organizou em novembro de 1985⁷³, um relatório onde informava a todos os seringueiros, mesmo os que não haviam participado do Encontro Nacional em Brasília, os desdobramentos do Encontro e indicava os próximos passos a serem trabalhados por todos. Informava que Jaime da Silva Araújo, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã, no Amazonas, e José Saraiva de Freitas, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Acre haviam participado da Reunião com a Comissão Brundtland.

No referido relatório, o INESC indicava que a criação do CNS havia sido uma conquista e um marco histórico importante para a sobrevivência dos seringueiros e da Amazônia e que como tal, deveria se institucionalizar, adquirindo personalidade jurídica. Informava ainda que havia sido constituída uma diretoria provisória com representantes dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará que viria a se

⁷³ Acervo CPT/AM.

reunir pela primeira vez em março do ano seguinte, 1986, em Rio Branco no Acre. Além de manifestar sua disposição em assessorar o processo de consolidação do CNS, o INESC elencava no referido relatório (p.4) quais seriam as tarefas mais importantes a serem seguidas pelo movimento no momento seguinte e fazia uma análise dos impactos do Encontro Nacional para o país:

O Encontro trouxe vários resultados. Para o movimento dos Seringueiros foi o começo de uma luta que unifica trabalhadores de toda a Amazônia e que até esse momento estavam sem contato e comunicação. Para a sociedade brasileira, foi uma primeira amostra de como vivem os Seringueiros da Amazônia e o que esperam para o futuro. Para os órgãos governamentais foi uma demonstração da disposição dos Seringueiros em participar das decisões sobre o desenvolvimento da Amazônia. Para os Parlamentares, foi uma oportunidade de exigir deles um maior apoio à luta da classe.

Uma outra consequência concreta, que resultou principalmente da participação da ONU, foi a disposição de alguns órgãos do Governo em implantar as RESERVAS EXTRATIVISTAS propostas no Encontro. Para isso seria importante receber sugestões de todas as comunidades, mostrando como deveriam ser criadas as reservas.

Ao fazer referência aos Seringueiros sempre em letras maiúsculas, à semelhança do modo como faz em relação aos Parlamentares, Allegretti parece querer dar aos seringueiros dos lugares mais distantes da Amazônia, aos quais se destinava o relatório, a dimensão da sua importância na definição dos rumos do país, assim como são importantes os parlamentares. A autora, ao transcrever a expressão RESERVA EXTRATIVISTA toda em letras maiúsculas parece também ressaltar a importância desse novo modelo de território na Amazônia que se baseia em outra lógica econômica, na valorização de um modo específico de vida relacionado à proteção da floresta. Ela seria a síntese, no dizer de Allegretti (2002: 455), das “duas principais aspirações dos seringueiros em uma única proposta: a da regularização fundiária com a da proteção da floresta”.

2.5.9. A reinvenção da Amazônia a partir da invenção dos seringueiros

A emergência recente das identidades coletivas, por meio de uma série de movimentos sociais como o que aconteceu com os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os atingidos por barragens, os quilombolas e tantos outros, propõe uma desconstrução dessa *naturalização da natureza*, hegemônica no pensamento sobre a Amazônia desde o período colônia até os nossos dias.

Tais identidades negam a noção histórica corrente e chamam a atenção como sustenta Almeida (2008a: 21) “para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva”.

Não há como compreender as dinâmicas sociais e até mesmo ecológicas que se apresentam contemporaneamente na Amazônia, sem considerar a emergência dessas identidades coletivas, especialmente aquelas envolvidas com o processo de desestruturação das empresas extrativas locais (Cf. Almeida, 2008a). Embora estas identidades se afirmem sob um conhecimento profundo de realidades localizadas, e em formas de uso comum, que são de fato transistóricas, a sua objetivação em movimentos sociais, segundo Almeida (2008a: 21) é contingente e histórica e traz novos significados para a Amazônia e para o seu próprio ser social subvertendo as visões atribuídas de sujeitos biológicos e assumindo o protagonismo da ação ambiental enquanto sujeitos sociais.

A territorialização da Amazônia a partir da configuração construída entre 1946 e o início da década de 1990, como tratamos anteriormente, dentro de uma matriz governamental desenvolvimentista, vem sendo, nas duas últimas décadas, reconfigurada e ressemantizada pelos diferentes *processos de territorialização*⁷⁴ propostos pelos chamados “novos movimentos sociais”.

Antes profetizados como em vias de extinção, os diferentes sujeitos sociais amazônicos passam de uma existência atomizada para uma existência coletiva objetivada em movimentos sociais. Recuperando Weber (1991: 274) ao analisar as “comunidades étnicas”, a vontade de agir politicamente seria uma das realidades escondidas por trás do conceito de “tribo” e “povo”. Desse modo, emergem identidades coletivas como unidades de mobilização aglutinando interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, mas que se agrupam através de um critério político-organizativo.

Mauro Almeida (2004: 48) resume desse modo a invenção da identidade seringueira na Amazônia:

⁷⁴Pacheco de Oliveira (1999: 23-24), faz uma distinção entre a noção de territorialização e o que ele chama de *processo de territorialização*. A *territorialização* para ele seria uma intervenção política que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados, constituindo assim *objetos étnicos* de modo arbitrário. Já o *processo de territorialização* seria quando um *objeto político administrativo* se transforma em uma coletividade organizada reestruturando suas formas culturais.

Sindicalistas agrários converteram-se em “seringueiros”, a reivindicação por lotes de terra deu lugar à demanda de grandes florestas para uso coletivo, a pauta de melhores preços para a borracha deu lugar à defesa da natureza. Novos aliados começaram a aparecer entre os ambientalistas. Ocorreu uma reavaliação do significado da terra, dos limites do sindicalismo e da complexidade dos regimes de propriedade.

O autor continua:

Ao fazer esse uso historicamente criativo de uma conjuntura de transição, eles afirmaram para si um futuro que não havia sido planejado. Definiram-se “para si” de forma a explodir os limites do que estavam condenados a ser “em si”. Estavam destinados pelas estruturas históricas a ser seringueiros-fósseis de antigos ciclos extrativos, reservas de mão-de-obra ocupando vicariamente terras à espera de valorização, até a chegada de um novo ciclo econômico que os expulsaria definitivamente da terra para os subúrbios das novas cidades no estado do Acre. Em vez disso, conquistaram não apenas direitos coletivos à terra, mas também a possibilidade de, sem deixar de ser seringueiros, se tornar antes de tudo cidadãos, políticos, gerentes de associação, professores e pesquisadores. (Almeida, 2004: 48)

Fazendo um uso “criativo” de uma conjuntura favorável, a esses novos sujeitos coletivos ao estabelecerem novas alianças entre si e com outros atores sociais como organizações não-governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas, pesquisadores, agências internacionais, políticos, etc, convertem a territorialização imposta no que Almeida (2008a) denominou de “territorialidades específicas”, ou seja, delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem territórios etnicamente configurados. Essas “territorialidades”, segundo Almeida (2008a), resultam de diferentes processos sociais de territorialização e delimitam dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território cujo reconhecimento foi conquistado e expresso na legislação vigente e que hoje é objeto de inúmeras disputas como a demarcação das terras indígenas, o reconhecimento das terras quilombolas, ou as disputas entre ribeirinhos, extrativistas e camponeses da Amazônia e o agronegócio.

O fato é que ao se inventarem como sujeitos sociais objetivados em movimentos sociais, estes novos protagonistas propõem uma (re)invenção da Amazônia, cujos critérios de definição não seriam ditados pela economia ou pela geografia, de modo puramente objetivo, mas seriam construídos e reconstruídos de modo relacional na dinâmica dos processos sociais. Entre as variáveis para a

configuração da Amazônia passam a figurar as possibilidades de reprodução física, social e cultural dos povos que se percebem como “tradicionais”.

Vale ressaltar, que a evocação à “tradição” é aqui também enunciada estrategicamente, partilhando com Bourdieu (2004) da idéia de estratégia como um ato deliberado. O adjetivo “tradicional” aliado a “território” não estabelece uma conexão necessária com o passado, mesmo que muitas vezes se apresente como uma recomposição de elementos trazidos do passado. Também não é primitivo, não é doméstico e nem é uma unidade afetiva. As pessoas reagem ao que lhes é infligido “inventando sua própria herança, agindo de acordo com suas próprias categorias, sua lógica e seu entendimento” (Sahlins, 2004: 525). Impõem suas “tradições” estrategicamente como uma unidade de mobilização. Porém, não de um modo puramente instrumental, para obter benefícios, do que são muitas vezes acusados, mas são propostas que sinalizam para outras formas de se relacionar com a sociedade dominante. Como sustenta Sahlins (2004: 527), “a população local articula-se com a ordem cultural dominante, ao mesmo tempo que se distancia dela”. Desse modo, o adjetivo “tradicional”, ao invés de remetido ao passado “imemorial”, aqui está referido ao presente e ao futuro, e à definição de uma Amazônia que está socialmente sendo sempre inventada.

Os esquemas interpretativos vulgarizados por uma pseudo-intelectualidade, que Almeida (2008b) denomina de “senso comum erudito”, foram construídos com base na exuberância e na grandiosidade do quadro natural. A autoevidência da riqueza dos recursos naturais é potencializada por meio da supervalorização das imagens biologizantes relativas à Amazônia. Desse modo, Almeida (2008b) sustenta que as descrições detalhadas e hiperbólicas acerca da biodiversidade da região, camuflam a existência da sua rica sociodiversidade e silencia outros modos de ver e viver a região.

Para compreender a nova definição da Amazônia que se coloca em nossos dias na arena pública é preciso, romper com esses dispositivos de silêncio, é preciso relativizar os efeitos das interpretações dos naturalistas-viajantes, rompendo com o jogo de noções dos biolgismos, dos geografismos e de suas variações. Do mesmo modo, é preciso romper com os determinismos elaborados nas diferentes manifestações de poder do estado na região, objetivadas em planos, projetos, e programas que também absolutizam uma certa representação de Amazônia silenciando as demais vozes dissonantes dos diversos sujeitos sociais.

Capítulo 3 – Nas curvas do Rio Juruá, na margem esquerda uma RESEX e na margem direita uma RDS

3.1. NAS CURVAS DO RIO JURUÁ

No Pupuai, comunidade das mais antigas da região do Médio Juruá, encontra-se uma escola que tem o nome de Geraldo Torquato. Seu Geraldo foi uma liderança local importante na comunidade. Nascido em Cruzeiro do Sul, no Acre, veio para o Amazonas para trabalhar na borracha. Por meio de um homem chamado Ponciano, foi levado com sua família para trabalhar nos seringais do Jutai como nos narrou numa entrevista, seu filho, Ademar Cruz, já apresentado anteriormente. Lá, a situação era muito difícil. Junto com seus filhos, tinha que enfrentar varadouro (trilha), andar dois dias dentro da floresta com mochila nas costas até chegar a cidade. Aguentaram aquela situação por três anos, mas como naquele lugar a alimentação era difícil, não tinha como permanecer com cinco filhos, quatro de sangue e um de criação⁷⁵. Com todas as dificuldades, S. Geraldo decidiu fazer o caminho de volta para o Acre. Nesse caminho de volta, parou em Eirunepé e resolveu descer com os filhos para o rio Juruá. No Juruá, foram para um lugar chamado Palermo, gerenciado por um senhor de nome “Cavalcanti”, neto do famoso Cavalcanti, seringalista da região. Dois anos depois, Ponciano levou S. Geraldo e a família para outro lugar chamado Porto Saite, onde hoje é uma comunidade da RDS Uacari. Nessa época, final dos anos 1970, quase ninguém sabia o que era escola na zona rural. Para eles, escola era remar, pescar, cortar seringa. Quase não havia comunidades e boa parte das casas ficavam praticamente isolada, separadas por horas de viagem, e às vezes dias de barco.

Ademar, ao relatar a saga de seu pai e de sua família, relata como o MEB foi penetrando na vida das pessoas, misturando-se com ela, e como algumas

⁷⁵ Criar crianças de outras pessoas é muito comum no interior do Amazonas. Muitas famílias, nessas curvas de Rio, criam crianças, filhas de outras pessoas, às vezes parentes, às vezes não, além de seus filhos biológicos. Numa das vezes em que estive na casa da Dulcinéia, em 2008, na comunidade do São Raimundo, encontrei sua bebê de criação, Cauane. Nesta ocasião, ela me disse que haviam pegado esta criança para criar porque a mãe biológica é uma parente distante e não tinha condições de criá-la. Como seus filhos já estavam grandes ela e Manoel Cunha resolveram adotá-la porque, para eles, uma casa sem uma criança é muito triste. Na comunidade do Caroyal, S. Valdeci e D. Filó, também criam um menino. Estes, porque só têm filhas meninas e seu único filho homem morreu doente aos dezesseis anos.

lideranças locais foram dando ao MEB uma face local e aos poucos construindo uma nova realidade na região do médio Juruá.

Três anos depois, meu pai {Geraldo Torquato) mudou-se de Porto Saite para a comunidade Tabuleiro. Lá já era uma comunidade. Já tinha este espírito da Igreja, de estar trabalhando com comunidades e meu pai começou a militar nas coisas das organizações. Ele sempre foi um líder nato, tinha facilidade de se comunicar com as pessoas. Estava aquele início de trabalho do MEB, de organização das famílias. E lá tinha uma escola chamada de Educação de jovens e Adultos. Que alfabetizava as pessoas que não sabiam ler e escrever, mas meu pai já tinha a 4ª série. Meu pai fez um treinamento no MEB e ficou dando aula para os outros adultos da comunidade que não tinham leitura. Aí ele ingressou nessa história de organização e ficou por lá uns 4 ou 5 anos. Depois um irmão meu chegou a falecer e a situação para ele ficou meio chata. Ficou meio desgostoso e baixou para formar a comunidade do Pupuai. Ali no Pupuai tinham 3 casas: morava o S. Antônio Viril, D. Josina e o S. Dejacinto e Chico Preto, que hoje não mora mais lá. Ele chegou lá e começou a dar aula de jovens e adultos e o pessoal foi chegando e ele se tornou depois um líder. Quando a comunidade tinha assim umas 9 famílias, ele começou mesmo a militar, andar, fazer reunião fora, em Brasília, começou a andar com o pessoal, o Élcio, o Chico Mendes. Esse pessoal todo era da época dele. Ele ficava indo para Brasília reivindicar coisa de borracha. Ele também estava na Assembléia de fundação do CNS. Ele tinha até fotografia ao lado do Ulisses Guimarães. (Entrevista do Ademar Cruz, Caruari, 2007)

Pelo relato de Ademar, podemos perceber como através do projeto político-educacional do MEB algumas lideranças, especialmente monitores nas comunidades, como S. Geraldo Torquato, foram se tornando militantes políticos e se envolvendo com o movimento mais amplo dos seringueiros. O projeto parecia ser o pano-de-fundo de uma proposta maior de mudança social na região.

Depois de uns quatro anos no Pupuai, Seu Geraldo faleceu tragicamente num acidente deixando a comunidade e sua família bastante desorientados, como relata Pe. João Dereckx:

Numa noite qualquer, estou sendo chamado com urgência para o Porto de Caruari. Estendido na canoa o corpo de Geraldo Torquato, delegado sindical de Pupuai. O cipó enlaçou, na queda, a samaumeira. Parece uma vingança. Na virada brusca, a árvore vitimou seu matador. (1992: 54)

O modo como Pe. João relata o momento da morte de S. Geraldo revela algumas das várias contradições que envolviam os primeiros momentos da organização social do médio Juruá. S. Geraldo, que além de monitor do MEB, era também um líder sindical, morre acidentalmente num processo de retirada de

madeira. Ainda, naquele momento, anos de 1980, esta era a alternativa de renda para muitas famílias na calha do Rio, militantes contra os patrões ou não. A identificação com as preocupações ambientais viria depois.

3.1.1. Será que tem petróleo e gás nessa região?

A Petrobrás chegou em Carauari no final dos anos de 1970, para pesquisas e prospecção de petróleo e gás na região. Segundo Pe. João Dereckx (2007), ela não realizava o trabalho diretamente, mas por meio de empresas sísmicas terceirizadas, conhecidas localmente como “firmas empreiteiras”. Para o serviço, as firmas contratavam como peões vários ex-seringueiros por serem profundos conhecedores da floresta. Eram usados para abrirem clareiras e picadas na mata e andar longas distâncias carregando os equipamentos, dormindo sempre em acampamentos provisórios.

Dereckx relatou que muitos trocaram a relação com o barracão, por um salário mínimo nas firmas, como mão-de-obra não qualificada. Esta, segundo Dereckx (2007), era uma forma de terem pela primeira vez contato direto com o dinheiro.

As firmas forneciam macacão, botas, redes, mosquiteiros e refeições. O ganho dos peões garantia, mais ou menos, o sustento da família e o estudo dos filhos na cidade de Carauari. Em contrapartida, os homens ficavam de 2 a 3 meses na mata, longe das famílias e o emprego não oferecia nenhuma capacitação para uma futura profissão. Ademais, havia firmas empreiteiras que não obedeciam às leis trabalhistas aproveitando-se da ausência do Poder Judiciário. (2007: 26)

O trabalho nas empresas sísmicas chegou a ocupar de 600 a 800 homens contratados nas diferentes equipes, o que, segundo Pe. João, garantia o sustento de cerca de 40% das famílias carauarienses. Desse modo, a Base de Apoio da Petrobrás fez prosperar Carauari economicamente, tendo sido a cidade inclusive chamada de “capital do gás”.

Asfaltou-se uma estrada de 9km que ligava a cidade ao Porto do Gavião onde a Petrobrás tinha suas instalações de infraestrutura. Muitos carros rodavam pelas ruas da cidade e pela estrada, facilitando o transporte dos agricultores que tinha suas roças na beira da mesma. Até hoje, encontra-se no centro da cidade o ferro velho de um ônibus que fazia linha até a beira do

rio Juruá. A estatal construiu uma ala nova do hospital da paróquia e seu médico dava meio-expediente para a população doente. Facilitava ainda a chegada do DDD. Houve uma época em que 8 a 10 helicópteros (as ferramentas mais adequadas para a penetração da selva) estavam a serviço das prospecções e perfuração dos poços. As firmas contratadas alugavam casas para seus funcionários e os mesmos empregavam cozinheiras, faxineiras e lavadeiras facilitando um ganha-pão também para as mulheres. (Dereckx, 2002: 28)

Já não bastasse a queda vertiginosa da economia da borracha, o petróleo passou a ser explorado na cidade vizinha, Coari, a partir de 1989 e a exploração do gás em Carauari foi considerada economicamente inviável. As firmas se desestruturaram ou se deslocaram para a Base de Urucu, no município de Coari, demitindo os trabalhadores, obrigando vários a ficarem em condições precárias na cidade ou a retornar para o interior, para suas comunidades no rio.

Ademar da Cruz, filho do S. Geraldo Torquato, foi um desses jovens que largou a seringa para trabalhar numa empreiteira do petróleo. Quando S. Geraldo mudou-se do Porto Saite para o Tabuleiro, Ademar preferiu ir tentar a vida na cidade para poder estudar um pouco mais. Ajudado por um irmão de Ponciano e já com sua própria família, Ademar foi trabalhar numa empresa sísmica, que coletava informações do solo sobre questões de petróleo. Ficou por nove anos nessa empresa.

3.1.2. A presença marcante do MEB na vida do povo e a gente do povo que virou MEB

Nesse trabalho, Ademar viajava bastante e dois anos após a morte do seu pai, já na crise das empresas sísmicas, resolveu ficar por Carauari, onde foi convidado pela Prefeitura e pelo próprio MEB para dar continuidade ao trabalho do seu pai no Pupuai. Como não tinha experiência com o trabalho de comunidade, passou por um treinamento de quinze dias com o pessoal do MEB mudando-se em seguida para o Pupuai. A comunidade, desde então, cresceu bastante, mas depois por questões pessoais, Ademar optou retornar com a família para Carauari onde passou a dar aulas na cidade, vez que já havia concluído o magistério. A proximidade com o MEB o fez ser convidado a atuar não mais como monitor local, mas como parte da coordenação em 1987.

Como não havia mais a exploração formal da borracha e nem compradores, nesta época, a idéia da nova coordenação do MEB era a de trabalhar com a organização das famílias e com alternativas para a geração de renda. A agricultura era praticada sem nenhuma tecnologia. Não havia barco para comercialização dos produtos e muitas famílias não possuíam sequer uma canoa. Mesmo comunidades como a do Pupuai, a menos de um dia⁷⁶ da sede do município de Carauari, tinham muita dificuldade para comercializar sua produção.

Os agentes do MEB começaram a discutir com as comunidades a possibilidade de criarem uma Associação para facilitar esse processo de comercialização. Para isso, o MEB propôs, por meio de um projeto piloto, um experimento que envolveu inicialmente um grupo de dezesseis famílias das comunidades do Tabuleiro, Bom Jesus, Roque, Pupuai e Gumo do Facão. O MEB dava o barco e de cada comunidade vinha um para Carauari para vender os produtos. O MEB os colocava num mercado que havia na cidade.

Então quando chegavam estas coisas do interior, era tipo uma feira mesmo, as pessoas iam lá e compravam. Compravam tudo fácil. Depois dessa feira, a gente trazia uma lista e fazia uma compra e essa compra era baseada naquilo que cada um produziu. Se o cara produzia R\$30,00, comprava uma cesta de R\$30,00 com as coisas que ele queria. Botava dentro do barco e levava para ele. E com isso, eles pegaram tanto gosto porque eles estavam sem alternativa e aquilo para eles eram coisas que eles jogavam fora. Banana, uma parte comia e o resto jogava fora e trazer banana para ganhar dinheiro com banana, aquilo era muito novo para eles. O certo é que nós fizemos isso durante 1 ano e meio. O nosso barco já não comportava mais. Um ano e meio depois viu-se a necessidade de se oficializar uma Associação. (Entrevista do Ademar Cruz, 2007)

As três primeiras viagens, acho que talvez o Mandioca nem tenha participado. Nem lembro, devido a distância. Era mais as comunidades aqui de perto. O Gumo, o Roque e o Pupuai. As primeiras experiências foram essas e com pouca gente, acho que dava umas 17, 20 pessoas no máximo, participando desse processo. Essa foi a experiência de nascer a ASPROC, um negócio bem concreto. Comercializar a produção da galera. Depois eles já não deixavam mais todos os representantes. Quando vendiam quase toda a produção e que ficava apenas um os outros voltavam até por causa da despesa, porque essas pessoas vinham de 5 comunidades comendo esse tempo todo na cidade. Eu lembro que as primeiras vezes eram feitas ali mesmo naquela COBAL da SUDHEVEA, na beira. (Entrevista Adevaldo, 2008)

⁷⁶ Em muitas calhas dos rios da Amazônia, as distâncias são medidas em tempo. As viagens para lugares de menos de um dia de barco grande são consideradas perto.

S. Bastos foi um dos fundadores da Associação e relatou-me, assim como tantos outros, como era difícil a vida no rio no tempo dos patrões e as mudanças que começaram a acontecer nas relações sociais a partir do trabalho do MEB:

Naquela época, tinha 70 seringueiros aqui. Naquela época, dos patrões, tudo o que o patrão dizia, o freguês tinha que obedecer. Isso era, mais ou menos, o ano de 1958. A gente vivia aqui subordinado ao patrão. Eu trabalhei muitos anos com ele, depois eu saí, fui cortar seringa. Depois disso, a gente não podia vender um kg de borracha, um kg de sernambi, que pra você vender isso, você tinha que roubar de si próprio, que era você que produzia, só que vc não tinha aquela liberdade que a gente hoje tem. Era tudo dominado pelo patrão. Isso durou muito tempo. Aí surgiu o MEB em Carauari e juntamente com o Sindicato e a Paróquia que foi uma coisa que incentivou muito a gente, a gente começou a se organizar um pouco. Eles diziam: ‘Rapaz por que vocês não se livram das garras do patrão que estão explorando vocês?’ E nós perguntávamos: ‘Como que a gente pode fazer isso?’ Eles respondiam: ‘Vamos fazer uma tentativa?’ (Entrevista com S. Bastos, Roque, 2008)

O MEB foi o grande incentivador das ações e organizações que começaram a mudar as relações no médio Juruá.

3.2. ASPROC – O “REGATÃO SOCIAL”

Nessa época, nós plantávamos seringa e eu tinha um plantio de banana aqui e essa comunidade [Roque] aqui quase toda era o meu plantio. A idéia era que eu pegasse a borracha e vendesse para o patrão e a banana fosse fazer um teste em Carauari, através do “Xibauzinho” [barco do MEB]. E assim nós fizemos. Aí quando veio, já veio uma sacada de rancho e as coisas foram se animando aos poucos. A ASPROC, que hoje é a Associação dos Produtores Rurais de Carauari, foi começada aqui, através do Roque. Foi eu, Chico Velho, o Jaime e o Gilsinho, que demos o primeiro pontapé. Aí o pessoal foi vendo que dava resultado, acreditaram e foram começando também a se juntar e a vender o seu produto. E aos poucos, foram deixando de comprar no patrão. Depois, quando eles viram que as coisas estavam melhorando de condições de vida para o povo ribeirinho. Aí foram aumentando cada vez mais e foi se estendendo para as outras comunidades que existiam: Tabuleiro e o Gumo do Facão. Chegamos aí a um patamar de 7 comunidades. ‘O que a gente faz agora?’. “Vamos criar uma associação?” Aí, associou o povo, criaram o Estatuto, normas como funcionava e como não funcionava. Aí a gente começou a vender o produto da gente. (Entrevista S. Bastos, Roque, 2008)

Do modo acima descrito por Ademar, Adevaldo e S. Bastos, surgiu a Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC. Mesmo formalmente constituída e com uma Diretoria empossada, tendo sido o primeiro presidente o S. Elcio Pacheco, ela ainda contava com total apoio do MEB as suas ações. Desse

modo, conseguiram com o pessoal da antiga “SUDHEVEA” (atual IBAMA), a cessão de um prédio, que era chamado prédio da COBAL, onde passaram a guardar os produtos que vinham no barco do interior. Houve época em que chegaram a armazenar quase quinhentas sacas de farinha, “pilheiros” de banana, que muitas vezes eram vendidas a R\$0,50 para que não se perdessem com o aumento da produção e a falta de mercado local para absorvê-la. Ao final do terceiro ano de existência, a ASPROC atravessa a sua primeira crise e o MEB consegue um projeto para comprar a farinha dos produtores e armazená-la para vendas futuras e desse modo não desestabilizar o trabalho realizado junto às comunidades. A ASPROC depois adquiriu um barco, pensado como um “regatão social”, que superava a cadeia de dominação dos patrões, vez que o preço dos produtos não era mais determinado de fora e sim definido nas Assembléias da Associação.

Esta “experiência”, segundo o Ademar, iniciou com um certo número de famílias de algumas comunidades formando o embrião da Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC que viria oficialmente a ser criada um ano e meio depois do início da experiência, tendo já a participação de um número muito maior de famílias e de comunidades.



Figura 46: Sede da ASPROC e da AMARU - Carauari/AM, jun/2009
Foto: Kátia Schweickardt

Segundo S. Elcio, embora atravessando diversos momentos de crise, como um aumento excessivo da produção, sem uma demanda efetiva na cidade, a ASPROC contou com o apoio do MEB, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do CNS até encontrar o seu próprio caminho.

Quem vinha do interior representando sua comunidade, ficava em torno de uma semana, 15 dias. Normalmente ficavam com os parentes. Quando estava acabando mesmo, a gente apressava, virava no MEB até de madrugada para fechar as contas deles para separar. Comprava todos os produtos e depois já ia dividindo e colocando em saquinhos. Nós ajudávamos em tudo. Carregávamos até farinha no início. Basicamente as contas éramos nós que fazíamos. Isso foi até mesmo a Associação ter um prédio no município ali por 1999, 2000. Quando eles compraram a sede, e contrataram o Ademar, ele saiu do MEB e começou esse trabalho e depois foi o Zé Edinázio que está até hoje. (Entrevista do Adevaldo, 2008)

De modo mais tímido, a ASPROC nascente contava também com o apoio da Prefeitura Municipal, embora este apoio nem sempre fosse bem visto em função da desorganização no calendário de liberação do barco para recolher a produção nas comunidades. Depois, a Associação conseguiu adquirir um barco próprio com o apoio do Pe. João.

Tinha viagem que a Prefeitura bancava. Na época o Prefeito era o Chico Costa que é candidato agora e a gente está apoiando. Mas tinham muitos problemas. Ele avisava que o barco ia, o pessoal cortava a banana. Mas esse barco não chegava. Atrasar três dias era o suficiente. Perdia-se muito a produção. O MEB foi inicial. Depois a Prefeitura cedia o barco, mesmo com esses atrasos, mas com muita pressão para atualizar, botar o barco no período certo. Depois, fizemos um projetinho, o Padre João conseguiu um projeto para comprar um motor primeiro, de 18HP, e em mutirão na comunidade, fizeram o barco. Uma chalaninha de fundo chato. Foi o primeiro bem deles. (Entrevista Adevaldo, 2008)

A organização da produção via ASPROC, mesmo com todas as dificuldades e os altos e baixos de uma organização popular: sem recursos para investimento, nem capital de giro, as longas distâncias e a falta de organização da produção, marcou um novo momento da luta contra os patrões no rio, porque muitos destes, acuados, começaram a impedir que as famílias entrassem nas áreas para coletar os produtos, para pescar ou para fazer as roças.

Era a feira deles lá dentro. (...) chegaram a estocar cerca de 400, 500 sacas de farinha, pilheiros de banana, que eram vendidas a R\$0,50 cada cacho para ver se não perdiam. Então, cresceu demais a produção e o mercado local não tinha condição de absorver. Isso foi ruim. Assim, uns três anos depois a ASPROC começa a cair. A oferta estava maior que a procura, o preço caiu muito. A ASPROC não tinha

recurso. A gente conseguiu um projeto para garantir o capital dela para mantê-la e não desestabilizar as comunidades. Ou seja, comprar farinha dos produtores e guardar. E assim foi a história da ASPROC, que nós chegamos a pensar como um “regatão”, mas um regatão social, que não explorasse, que em cada Assembléia discutisse preço. Assim, foi-se construindo aos poucos. Foi se adaptando às mudanças conforme elas iam acontecendo no município. (Entrevista Elcio, 2007)

A ASPROC veio como um corte de relação definitiva entre os seringueiros e o patrão. O principal elo dessa ligação até o início dos anos 90 continuava sendo a produção que os patrões forneciam os produtos da indústria, que eram levados daqui pelos patrões. A partir do momento que se cria a Associação, funcionando muito mais como uma Cooperativa porque traziam a produção, vendiam na cidade e voltavam com açúcar, café, que vão da indústria para o interior. Desse modo, você corta de uma vez por todas esse elo que se tem com os patrões. Esse processo de organização foi um dos grandes feitos que se tem aqui no Médio Juruá. (Entrevista Pinto, Carauari, 2007)

Desse modo, motivada pela efervescência das notícias em torno da criação das RESEX's no Acre, realizou-se no Médio Juruá Assembléia em 1990 na qual fez-se abaixo-assinado para a criação de uma RESEX. Ainda não havia sido definido o limite da área, mas 22 comunidades, de uma margem e da outra do Rio Juruá, assinaram o documento. Tal movimento, capitaneado pela ASPROC, apoiada pelo MEB e pela Paróquia de Carauari, realizou uma forte pressão sobre o governo federal por cerca de sete anos, até que em 1997, foi emitido o Decreto de criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, mas não com a área que as comunidades haviam proposto.

3.2.1. ASPROC hoje

Embora tendo começado a existir a partir de 1990, apoiada pelo MEB e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, a ASPROC só passa a se constituir formalmente a partir de dezembro de 1995. Em 2007, era presidida pelo Manoel da Cruz Cosme, da comunidade Novo Horizonte, que foi substituído, em 2008, pelo Élcio Pacheco, que já havia sido o seu primeiro presidente por ocasião da constituição da Associação e que no ano de 2007 estava na coordenação regional do CNS. Por ocasião do trabalho de campo, em 2007, a Associação possuía 323 associados entre moradores da RESEX do Médio Juruá, da RDS Uacari e do entorno das duas Unidades.

A ASPROC possuía, na mesma época, sete funcionários para desempenhar a coordenação das ações, sendo que entre estes se inclui o seu Presidente, que no quadro⁷⁷ funcional responde pela Gerência Administrativa:

Funcionário	Função administrativa
Presidente	Gerente Administrativo
Assessor Administrativo	Responsável pela elaboração de projetos; controle contábil; e pela elaboração de relatórios
Gerente de Vendas 1	Responsável pelas vendas no comércio flutuante da ASPROC localizado na margem esquerda do Rio Juruá, na comunidade Nova Esperança (RESEX) – responsável pela comercialização de 5 comunidades: Gumo do Facão, Novo Horizonte, Pupuaí, Nova Esperança e Roque.
Gerente de vendas 2	Trabalha no barco de comercialização que faz viagens bimestralmente, comprando produtos tanto nas comunidades fora das reservas quanto na RESEX e na RDS
Gerente de compras	Setor de compras na sede do município. Compra produtos recicláveis (como latas) para a confecção de tigelas destinadas à coleta do látex.
Gerente de vendas 3	Setor de venda de produção

⁷⁷ Este quadro foi elaborado com base nas informações constantes na monografia de conclusão de curso do ex-assessor administrativo da ASPROC (Cf. Cândido, 2006)

	agroextrativista
Piloto	Condução dos barcos da Associação.

Do mesmo modo como aconteceu na RESEX do Alto Juruá no Acre, conforme descrito por Pantoja Franco (1994), o processo de organização burocrático-administrativa da Associação vai promover mudanças nas relações de algumas lideranças com as comunidades. Mesmo a RESEX do Médio Juruá não tendo sido beneficiada, em sua fase de implantação, com recursos do Programa Piloto de Proteção as florestas tropicais, como aconteceu com as RESEXs do Acre (Lima, 2006), algumas lideranças viam-se cada vez mais comprometidas com as atribuições da ASPROC, tornando-se co-responsáveis pela gestão da reserva, pela rede de comercialização de produtos e mercadorias e pelo “Projeto do INCRA” (que trataremos no capítulo 5).

Tais desafios vão levar à necessidade de dedicação quase exclusiva desses membros da diretoria aos trabalhos da Associação, ocasionando a profissionalização crescente desses dirigentes. Segundo Pantoja Franco (1994: 111), “novas e maiores responsabilidades exigem novos e mais especializados conhecimentos”. No caso da ASPROC, como não havia dotação orçamentária para a concessão de ajuda de custo ao Presidente, este passa a acumular a função de Gerente Administrativo da Associação, tornando-se simultaneamente um dirigente e um funcionário da organização.

Se por um lado, quanto mais tempo passa um dirigente a frente da organização, mais ele se capacita para o bom exercício da função, dominando a linguagem econômica e gerencial, mais se corre o risco de exclusão de novos líderes no corpo de diretores. Além do fato de que as longas distâncias e os poucos recursos dificultam o fluxo mais intenso de informações entre essas lideranças e as comunidades, gerando a concentração dessas informações e de conhecimento de questões mais gerais nas lideranças diretamente envolvidas com a Associação. Quando estive em Carauari em 2007, o presidente da ASPROC era Manoel Cosme e o coordenador do CNS era o Élcio Pacheco. Em 2008, estes papéis se inverteram, demonstrando que a renovação dos quadros de lideranças é um desafio que hoje se coloca.

Pantoja Franco (1994: 112) enuncia algumas questões que desafiam as organizações sociais na Amazônia hoje e que tornam esta problemática “boa para pensar” as contradições nas relações entre as lideranças e suas comunidades de base e suas implicações nas perspectivas futuras dessas organizações na região:

A profissionalização inevitável do corpo de dirigentes e funcionários é uma outra questão contemporânea. A profissionalização não corre o risco de se transformar numa forma de exclusão de novos líderes do corpo de diretores? De que forma garantir a formação e renovação de lideranças em funções cada vez mais especializadas? Por outro lado, muitas dessas associações transformam-se em geradoras de empregos (no caso dos funcionários administrativos) e de possibilidades profissionais (como o gerenciamento de núcleos cooperativos, o trabalho como agente de saúde ou professor, a fiscalização do uso dos recursos naturais etc.). Como evitar os riscos do empreguismo e construir critérios legítimos de avaliação periódica?

3.3. A REFORMA AGRÁRIA DO SERINGUEIRO: O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA

No período em que a ASPROC surgiu, o contexto era de grande mobilização e organização na região do médio Rio Juruá, visto que entre os anos de 1994 e 1996, aconteciam encontros regulares de seringueiros de Carauari, do Jutai e do Juruá, como tratamos anteriormente. Esses encontros de seringueiros e de produtores eram promovidos pelo CNS, que já existia desde 1985, e apoiados pelo MEB e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais da região.

Nesta época também o Estado, representado localmente pelo poder municipal, e por algumas ações do governo do estado executadas por meio de algumas Secretarias Estaduais, como a Secretaria de Educação, substituía a seu modo a presença dos antigos patrões na região com uma forte ação de política assistencialista. As comunidades do interior recebiam motores de luz, rabetas, casas de farinha, televisores, especialmente em “épocas de política”, períodos que antecediam as eleições municipais ou estaduais, mas pouco, ou quase nada, era feito em termos de discutir com as comunidades suas reais necessidades e como de modo autônomo elas poderiam vir a comandar o seu próprio destino.

A despeito de alguns ganhos materiais reais com os “bens” recebidos e tendo já uma alternativa de comercialização via Associação, as comunidades tinham agora que enfrentar a problemática do direito real sobre a terra e do uso indiscriminado dos

recursos naturais da região. Entre os recursos mais pressionados e objeto de disputas estavam o pescado, que junto com a farinha de mandioca, eram, e ainda são, os principais alimentos das populações locais. Os lagos da região sofriam grande pressão de agentes externos, tanto da região, do município de Carauari, quanto de fora, de barcos peixeiros de Manaus, do Acre e até do Pará.

Com a criação das Reservas Extrativistas no Acre, abriu-se uma grande discussão sobre a importância das Reservas Extrativistas para os seringueiros e o MEB patrocinou encontros de seringueiros no Juruá para discutir essa idéia (Cf. Dereckx, 1992).

(...) o Padre João sempre trabalhou com essa idéia. Com a ida do meu pai⁷⁸ e do Élcio para Brasília e a criação do CNS começaram a pensar um modelo de desenvolvimento para as comunidades. Era como se fosse uma reforma agrária do seringueiro. Era esse que era o desenho que tinha na cabeça das pessoas. Por que nasceram as RESEX's? Muita gente não sabe. As RESEX's nasceram para resolver um problema que tinha no Estado do Amazonas, no Acre e no Pará que era chamado de "renda". O seringueiro era obrigado a pagar renda. Todo mundo sabe disso. Chegou um momento que a nossa organização do Sindicato - porque foram os sindicatos que deram base para pensar isso - (...) achou que era uma injustiça (...). Começaram então esta luta contra a renda. Mas não tinha base legal. O patrão dizia que pagava imposto da terra e por isso tinha direito a receber. Dizia que os seringueiros estavam usufruindo, estavam vivendo a custa da terra do patrão: "Está aqui o documento da terra e tal..." Por isso foi pensado esse modelo. Era um modelo para sair daquela situação. (Entrevista do Ademar da Cruz, Carauari, 2007)

Embora, politicamente já houvesse consenso em torno da criação da RESEX, não se tinha clareza dos procedimentos administrativos para a sua criação. Ciente da existência do modelo no Acre, Pe. João tomou a iniciativa de escrever um documento solicitando uma RESEX para o IBAMA e numa viagem a Brasília estabeleceu um primeiro contato com o recém-criado CNPT - Centro Nacional de Populações Tradicionais, de onde conseguiu um aceno positivo para que fosse considerada a situação do Médio Juruá (cf. Derickx, 1992).

Quando foi em 1992, que em 1990 tinha aquela história da criação das RESEX e tal, embora a gente já discutisse as RESEX do ponto de vista político, mas do ponto de vista administrativo, "o que fazer para ter uma Reserva", ninguém sabia, ninguém tinha muito claro isso na cabeça. Mesmo o Padre João, que era o cara que saía mais não tinha

⁷⁸ S. Geraldo Torquato, seringueiro e agente local do MEB. Importante liderança na comunidade do Pupaí. Morreu tragicamente num acidente. Pai do Sr. Ademar.

muito claro isso. Mas numa dessas viagens dele em Brasília, ele acabou indo no IBAMA e encontrou lá o CNPT recém-criado. (Entrevista Adevaldo, 2008)

Na Assembléia dos seringueiros do Médio Juruá de 1990, importantes alianças foram estabelecidas com o IBAMA/AM, por meio do relacionamento com o Sr. Hamilton Casara, então Superintendente Regional e com Sr. Adalberto Ianuzzi, do IBAMA de Brasília, que na época representava, nas discussões em Carauari, o CNPT, espécie de departamento do IBAMA responsável pela criação e implantação de RESEX. Estiveram presentes também representantes do Acre que puderam contar sua história e partilhar as experiências.

3.3.1. A territorialização de um processo político-social



Figura 47: Rio Juruá Foto: Araquém Alcântara



Figura 48: Rio Juruá Foto: Margi Moss

Se não é o mais importante afluente do Rio Solimões, como sustentava a comissão francesa financiada pela ORSTOM, pela Universidade de Paris e pelo INPA, que realizou parte dos estudos preliminares para a criação da RESEX do Médio Juruá, o Juruá é certamente um dos mais interessantes. Primeiro por sua geografia sinuosa recortando a mata em curvas bem acentuadas o que faz com que o viajante de suas águas, seja subindo de Carauari em direção ao Acre ou descendo em direção ao município de Juruá, passe pelo mesmo ponto diversas vezes, tendo a sensação, após horas de viagem, de que não navegou nada. Segundo, desperta mais interesse ainda a sua história social e ambiental ligada ao extrativismo da borracha. Por abrigar em suas imensas várzeas e terras firmes expressivos seringais nativos o Juruá foi cenário e protagonista dos diferentes significados que a Amazônia assumiu ao longo da história recente, primeiro de floresta a se explorada e dominada pelos seringalistas, depois pelos madeireiros e pelo estado e depois lugar de vida e sobrevivência dos seringueiros e extrativistas que a ressignificaram.

O mais importante afluente do Solimões, o Juruá é também um dos rios mais sinuosos da região. Ele é margeado, de ambos os lados por uma várzea de mais ou menos quinze quilômetros de extensão, rica em heveas, exploradas desde o início do século. A queda do preço da borracha, desde há alguns anos tem causado o abandono da comercialização por parte de muitos grandes patrões, e o conseqüente êxodo dos seringueiros na direção da cidade. Sem aceso ao mercado, as famílias que permaneceram no interior não têm por interlocutores mais que os comerciantes itinerantes que percorrem regularmente o rio praticando preços exorbitantes. (Relatório de Missão a Carauari apud Rueda, 1993)

Ao acatar o Relatório da Missão Francesa a Carauari, o coordenador do CNPT, que organizou o *Estudo Socioeconômico*, documento básico da proposta de criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, concorda com o “isolamento” dos moradores da região em função da presença tímida do Estado conforme consta em outra parte do Relatório e reconhece a importância, das Instituições da Igreja e do movimento sindical no processo de territorialização em curso.

Nota-se a presença tímida de algumas instituições ligadas ao governo do estado do Amazonas, na maioria dos casos, sem meios para atuar e, portanto ineficazes. Existem, entretanto, algumas instituições que desenvolvem projetos cujo objetivo é apoiar o trabalhador e o pequeno agricultor:

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS STRC, fundado em 1981 pelos agricultores sensíveis ao trabalho sindical;

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB), através da educação popular (sensibilização, alfabetização etc.), o MEB pretende trazer aos pequenos produtores os meios de fortalecer o sindicalismo e acentuar a sua luta pela terra.

A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS, fundada em 1991, com o apoio do MEB e do STRC. Ela agrupa por enquanto 3 comunidades. O objetivo inicial desta associação é de permitir aos seus membros (agricultores e seringueiros) escapar ao AVIAMENTO e controlar a comercialização dos seus produtos. Estas experiências poderiam a seguir ser estendidas a outras localidades. É dentro desta associação que os produtores têm sido sensibilizados para o problema da reserva extrativista.

A IGREJA CATÓLICA, muito ativa localmente. Representada por três padres, ela dispõe de uma infra-estrutura de acolhimento importante em Carauari e se beneficia de financiamentos do exterior para manter os projetos (instalação de poços nas vilas, financiamento de fornos para a fabricação de farinha de mandioca, etc.)

O CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (CNS). O representante local tenta organizar a luta dos seringueiros, tomando como base argumentos sociais e ecológicos de preservação dos recursos naturais. O MEB e a Paróquia apóiam as ações e os objetivos do CNS.

O MEB começou seu trabalho no momento em que o preço da borracha estimulava os patrões a abandonarem este mercado. Portanto ele interveio num momento importante de transição ligada à desorganização do mercado tradicional e apresentou seus projetos

aos seringueiros como uma oportunidade para eles de ficarem no lugar em melhores condições. O seu primeiro objetivo é de manter as pessoas no interior para freiar o êxodo rural que não faz outra coisa que aumentar a pobreza na cidade. Para tanto, é necessário criar e fomentar um mercado agrícola local e estabelecer circuitos de comercialização escapando ao controle dos intermediários. (Relatório de Missão a Carauari apud Rueda, 1993)

Ao legitimar o texto acima reproduzido, o poder público, naquele momento representado pelo CNPT/IBAMA, acabou concordando que as Reservas Extrativistas inauguravam um novo modo do Estado produzir territórios na Amazônia, vez que enquanto parte desse Estado, ele, o representante do CNPT confirmava, ao validar o relatório, a “presença tímida” de algumas instituições públicas que eram, segundo ele “ineficazes”. Porém, ao valorizar as organizações sociais que desempenhavam muitas vezes as funções públicas, podemos pensar que o Estado começava a se pensar e a se perceber de outra maneira. Não apenas por meio do diálogo que se estabelecia com essas organizações populares, mas também pelo modo como passava a interagir com elas, o Estado parecia estar aprendendo a “lição do paneiro”, se dispondo a reelaborar suas próprias práticas e assimilar assim outros significados que a Amazônia estava assumindo naquele momento.

3.3.2. Reserva Extrativista, um conceito nada acadêmico

Os dois principais produtos do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, foram a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e a elaboração do que tem sido entendida como uma proposta de reforma agrária para a região: a reserva extrativista. Ou seja, uma proposta de outro modelo de desenvolvimento local a partir do modo de vida e dos interesses das populações locais (cf. Allegretti, 2002, Lobão, 2006)

Em dezembro de 1986, em Brasília no Acre, depois de diversas reuniões e debates sobre qual deveria ser a figura jurídica e institucional da Reserva Extrativista, os seringueiros definiram o formato da proposta que por eles viria a ser defendida. O antropólogo Mauro Almeida da UNICAMP foi um dos assessores da reunião e após sua explanação acerca das dificuldades econômicas e da falta de incentivo para a exploração da borracha naquele momento, Osmarino Rodrigues, sindicalista-seringueiro, segundo relatou Almeida (2004), após indagar sobre o significado da palavra ecologia, disse que podiam oferecê-la, já que não queriam

mais a borracha que eles produziam. Segundo Osmarino, era ecologia o que os seringueiros faziam há bastante tempo. Naquele momento, ficou estabelecida qual seria a vocação das reservas extrativistas: conectar as questões agrárias a temas ambientais de interesse mais geral. E sua definição legal construída na reunião de Brasília foi assim resumida por Almeida (2004: 44): “terras da União (formulação inspirada no modelo das reservas indígenas) sobre as quais os trabalhadores teriam direito perpétuo de usufruto”.

A proposta foi então encaminhada ao PMACI – Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas, criado pelo governo brasileiro no âmbito dos acordos multilaterais com o Banco Mundial para a pavimentação da BR-364, visando mitigar os impactos sobre o meio ambiente e as comunidades indígenas. Tal proposta trazia marcas muito específicas das demandas dos seringueiros, que não se enquadravam nas modalidades de Unidades de Conservação de uso sustentável já existentes como a APA – Área de Proteção Ambiental, como sugeria a SEMA ou nas Florestas Nacionais – FLONAS, Estaduais ou Municipais, propostas pelo IBDF.

Embora a APA tivesse como finalidade assegurar o bem estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, nelas não seriam feitas desapropriações, podendo ser compostas de terras da União ou de particulares. A idéia dessa modalidade de UC seria o disciplinamento do uso do solo, mantendo as atividades culturais locais ou regionais nelas desenvolvidas, o que para a SEMA estaria totalmente de acordo com o que se estava propondo para uma Reserva Extrativista. Porém, o fato de não interferir no sistema de propriedade, o que facilitava sua implantação, ia de encontro ao principal problema dos seringueiros, a regularização fundiária dos seringais e a mudança nas relações sociais de produção. (Cf. Allegretti, 2002)

As FLONAs, Florestas Nacionais, mas também as Florestas Estaduais e as Municipais foram propostas pelo IBDF, também como uma possível solução para os seringueiros, vez que já era uma figura jurídica prevista no Código Florestal de 1965. A criação desta modalidade de UC estava associada à utilização dos recursos florestais para fins econômicos, técnicos e sociais, porém, estas foram pensadas para a concessão de áreas públicas para empresas privadas, para a exploração comercial de madeira. Previa, pois, o manejo de áreas vazias e não ocupadas por extrativistas de outros produtos florestais. Desse modo, as FLONAs, como ficaram conhecidas, não atendiam outra importante demanda dos seringueiros que era o

reconhecimento da posse das áreas nas quais viviam há gerações como sustentou Allegretti (2002). Ao final desses debates chegou-se a conclusão de que havia necessidade de uma legislação específica para as Reservas Extrativistas.

Simultaneamente a esta discussão na área ambiental e florestal, outra ocorria na área da reforma agrária. O governo do Acre, liderado pelo então governador Flaviano de Melo, do PMDB, antecipou-se e tentou incorporar as demandas dos seringueiros num Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), encaminhado para a aprovação do INCRA em Brasília no final do ano de 1985. Procurando corrigir os erros cometidos pelo INCRA, que por ocasião da desativação dos seringais, na década anterior, decidiram transformar os seringueiros em colonos em projetos de colonização, ao invés de reconhecer as especificidades fundiárias e econômicas do extrativismo. Desse modo, o PRRA do Acre decidiu criar a modalidade de Projeto de Reforma Agrária Extrativista – PAE (Allegretti, 2002: 525).

Embora reconhecidos os avanços de tais iniciativas para o debate em relação às demandas dos extrativistas, o Plano, segundo Allegretti (2002), incorria em duas contradições: primeiro, aceitava a posse extrativista, mas não se propunha a regulamentá-la conforme o tamanho de área já definido pelos seringueiros, que era entre 300 e 500 hectares por *colocação*, ao invés disso, definia o módulo extrativista como de 120ha para o Vale do Juruá e de 110ha para o Vale do Acre. Em segundo lugar, segundo Allegretti (2002) o Plano propunha tornar o PAE uma espécie de projeto de transição entre o sistema extrativista extensivo para a agricultura e o extrativismo de cultivo.

O modelo se expandiu para outros estados da Amazônia, como o Amazonas, com a criação dos PAE's no final da década de 1980, já incorporando mais explicitamente as reivindicações dos seringueiros em relação ao tamanho das colocações. O Conselho Nacional dos Seringueiros, por sua vez, solicitou à antropóloga Ligia Simonian, que trabalhava no MIRAD à época, um estudo que provasse ser possível o acolhimento da demanda dos seringueiros no âmbito do Programa de Reforma Agrária por meio da legitimação de uma propriedade condominial, com base no texto do próprio Estatuto da Terra.

Tal proposta do INCRA acabou não sendo encampada pelos seringueiros que não consideravam ser o modelo convencional de reforma agrária, mesmo que alterado, o caminho para a implantação das Reservas Extrativistas. Mesmo assim, Allegretti (2002: 528) ressalta que a assimilação da proposta dos seringueiros pelos

programas dos órgãos governamentais, configurava um novo momento nas relações com os órgãos públicos na Amazônia. Embora aquela altura o CNS já houvesse formulado o formato que viria a ter a Reserva Extrativista, desenhava-se um novo momento na territorialização da Amazônia.

Mas os desafios eram muitos. A política da borracha começou a passar por profundas transformações que culminaram com a liberação das importações e a eliminação do mecanismo de proteção aos preços da borracha nativa. Na reunião do CNS e seus assessores, em dezembro de 1986, em Brasília, decidiu-se organizar uma Campanha em Defesa da Floresta e que a Reserva Extrativista seria a modalidade de reforma agrária do seringueiro, cujo formato seria de área da União, como as demais Unidades de Conservação, cedidas para o uso dos extrativistas, conforme o sistema tradicional de utilização dos recursos, sem divisões internas do território (Cf. Almeida, 1992, 2004; Pantoja Franco, 1998; Allegretti, 2002).

Desse modo, pensada e projetada em oposição à proposta governamental do I Plano Nacional de Reforma Agrária, especialmente no que se referia ao parcelamento da terra em lotes individuais, a reserva extrativista caracterizava-se por ser um modo de pensar o território não constituído de forma primordial, a partir do valor da terra em si mesma, como bem imóvel, ou como fonte inesgotável de recursos a serem explorados por meio da tecnologia. A reserva extrativista inova ao considerar o caráter relacional da terra, e seus recursos, com as pessoas que nela vivem. Assim, ao construir-se o conceito, a propriedade privada, legitimada pelo estado na demarcação de lotes individuais, viria ser substituída por uma experiência de legitimação da posse coletiva da terra, e a supremacia da tecnologia e da ciência ampliaria o seu horizonte para o reconhecimento do valor dos conhecimentos das populações locais, com todos os riscos e contradições de uma proposta que tenta reconhecer e incorporar a complexa dinâmica da vida social e materializá-la num território. Assim nasce o modelo RESEX.

Reserva Extrativista, segundo essa concepção, é a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por uma população que se utiliza de produtos florestais para subsistência e comercialização, de forma compatível com as características do ecossistema amazônico. Aspecto fundamental dessa concepção é o fato de que a Reserva não consiste em um projeto de assentamento, nem sua área seria dividida em lotes individuais. Ao contrário, pretende-se a regularização da forma atual de ocupação da floresta, a partir das unidades de produção por eles denominadas de *colocações*. (Allegretti, 1987)

Toda essa discussão em torno da criação das reservas extrativistas chegou ao médio Juruá por meio das reuniões realizadas pela Igreja Católica, o MEB e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari (STRC), logo após o Encontro Nacional. Algumas lideranças de Carauari, como o Élcio Pacheco estiveram na reunião de Brasília e ajudaram a fomentar tais idéias na região do médio Juruá:

Isso surgiu através das organizações. Primeiro, em 1985 se criou o CNS, Conselho Nacional dos Seringueiros, que era uma organização que representava a Amazônia para ver esta questão do seringueiro e já estava caindo a questão da borracha. O CNS foi uma entidade que começou a reivindicar essa questão da criação das reservas extrativistas. Lá já saiu um documento que foi encaminhado para o governo federal com algumas reivindicações em benefício dos seringueiros e uma era essa questão... Depois disso, a gente já começou a pensar de propor uma reserva aqui para o médio Juruá. Foi toda uma discussão, feito um levantamento socioeconômico na área. Primeiro, foi uma proposta para o CNPT que era responsável pela criação das reservas. Depois, teve várias reuniões com representantes do CNPT, do IBAMA. Isso deve ter levado uns cinco anos para poder ser criado. Já haviam sido criadas algumas no Acre... O CNS foi criado nessa época. Foi criado numa Assembléia em Brasília, onde tinha representantes de todos os Estados da Amazônia. Aqui do Amazonas, nós devíamos ser uns dez ou doze... A reforma Agrária do seringueiro era a RESEX, essa era a proposta. O CNS ficou responsável de fazer articulação com o governo federal nessa questão da criação das reservas... Eu participei da reunião de fundação do CNS e depois participei mais de umas três Assembléias do CNS para essa questão de mudança de diretoria, uma em Brasília e outra no Acre. (Entrevista do Élcio Pacheco, Carauari, 2007)

3.3.3. Debates e Estudos prévios a criação da RESEX do Médio Juruá

Mesmo tendo sido gerada a partir de um conceito nada acadêmico, ao se tornar objeto de legitimação do estado, os territórios propostos para a criação das RESEXs precisariam passar pela validação científica de suas características físicas, sociais, econômicas e políticas, conforme Roteiro Metodológico para Criação de Unidades de Conservação do IBAMA, bem como pela análise da relevância da demanda das comunidades que as estariam solicitando. No médio Juruá não foi diferente, já com a experiência acumulada das outras RESEXs criadas, o CNPT/Brasília coordenou a elaboração do *Estudo Socioeconômico*, documento básico de constituição do processo administrativo que viria dar origem ao Decreto de criação da RESEX do Médio Juruá. O *Estudo* abordava questões relacionadas às características físicas, sociais e econômicas do município e da região do entorno da área proposta, assim como de nove seringais do Rio Juruá: Providência, Pupunha, Monte Cristo, Deus é Pai, Pão, Marimari, Manariã, Morada Nova e Paxiúba.

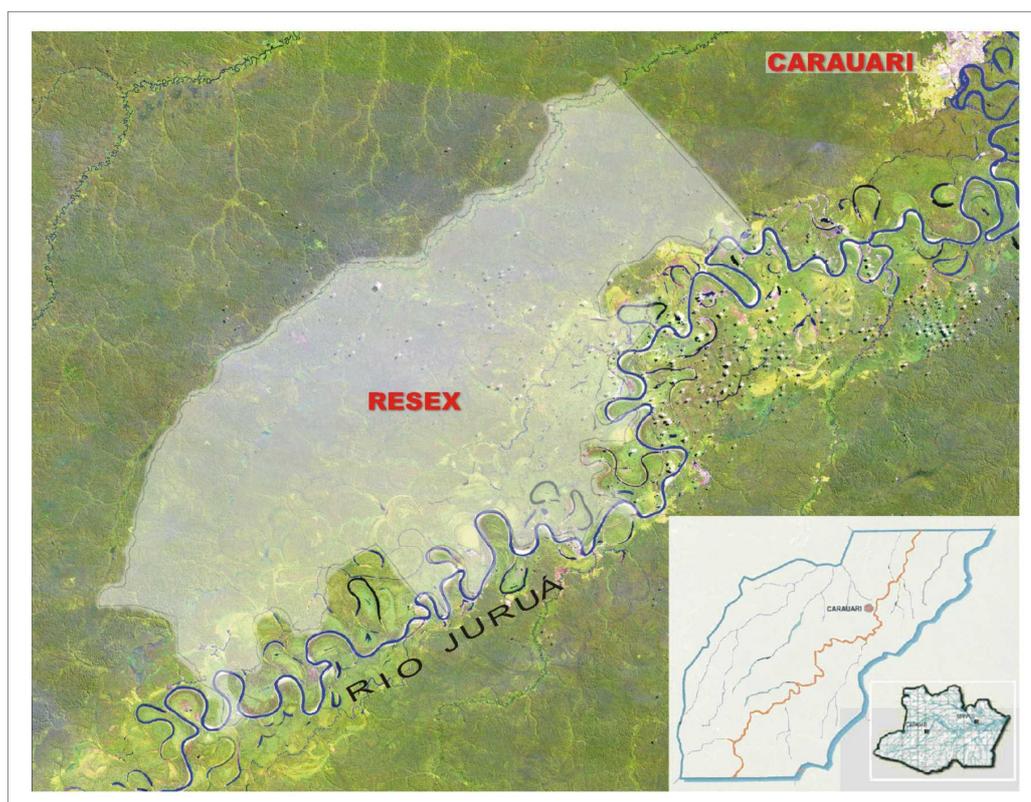


Figura 49: Croqui de localização da RESEX Médio Juruá

Fonte: Agroambiental

A RESEX do Médio Juruá está situada no município de Carauari⁷⁹, que em língua indígena falada na região significa “comida abençoada”, “manjar divino”, porque CARA é “batata, comida, alimento”, e UARI significa “de Deus do céu” (Parédio, 2003).

Carauari⁸⁰ situa-se na bacia do Rio Juruá, afluente da margem direita do Rio Solimões. A sede do município encontra-se à margem esquerda do referido rio. Sua distância em linha reta de Manaus é de cerca de 780 km, na direção sudoeste, e por

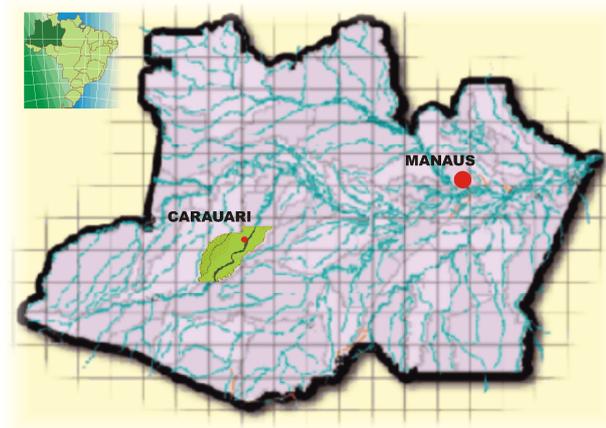
⁷⁹ Aspectos político-administrativos da constituição do Município de Carauari: Em 26.11.1910 é criado o Termo Judiciário, com a denominação de Xibauá, subordinado à Comarca de Tefé; Em 26.09.1911, Lei Estadual Nº 683, é criado município, com território desmembrado de Tefé, com sede no povoado de Xauá; Em 27.12.1912, pela Lei Estadual Nº 1.006, Xauá é elevado à categoria de vila, sendo a sede municipal transferida para a vila de Carauari; Em 25.04.1913, pela Lei Estadual Nº 713, o município passa a denominar-se Carauari; Em 02.10.1928, pela Lei Estadual Nº 1.397, é criada a Comarca de Carauari; Em 28.11.1930, pelo Ato Estadual Nº 45, o município é suprimido; Em 06.12.1931, pelo Ato Estadual Nº 234, o município é restabelecido; Em 02.03.1938, pela Lei Estadual Nº 311, a sede municipal recebe foro de cidade; Em 24.12.1952, pela Lei Estadual Nº 226, é restaurada a Comarca de Carauari, que vem a ser reinstalada em 25.04.1953; Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional Nº 12, parte do território de Carauari é desmembrada em favor do município de Itamarati. (Agroambiental, 2001)

⁸⁰ As características apresentadas neste item estão em parte descritas no Estudo Socioeconômico elaborado sob a coordenação CNPT/IBAMA para a proposta para a criação da RESEX Médio Juruá, em 1995, e em parte no Plano de Desenvolvimento Sustentável da RESEX, elaborado pela Empresa Agroambiental sob encomenda do INCRA/AM por ocasião do processo de reconhecimento das famílias da RESEX como beneficiárias da política nacional de reforma agrária, em 2001.

via fluvial, são cerca de 1.670 km, através dos Rios Solimões e Juruá, o que faz com que as viagens de Manaus a Carauari de barco durem em média de 7 a 8 dias de subida.

Seu território apresenta os seguintes limites geográficos:

- Norte = terras do município de Juruá;
- Sul = terras dos municípios de Itamarati e Tapauá;
- Leste = terras do município de Tefé;
- Oeste = terras do município de Jutai.⁸¹



Fonte: Agroambiental, 2001

Carauari possui uma área física de 25.324 km², com grande parte de seu território constituído de terras firmes ocupadas por floresta tropical densa. No sentido longitudinal, o município é cortado por extensas várzeas, áreas que ficam inundadas pelo Rio Juruá em parte do ano, tornando-as ricas em sedimentos aluviais. Essas várzeas, como assinalou o Relatório da Comissão Francesa antes citada, atingem em média 15 km de extensão.

O relevo da região é relativamente plano, com suaves ondulações. As margens do Rio Juruá, situam-se planícies aluviais que ficam periodicamente inundadas. A superfície do relevo é entrecortada por inúmeros rios, lagos e igarapés, as margens das quais se situam boa parte das chamadas localmente de “comunidades do interior”. Para quem mora na sede do município, falar no “interior” significa falar daqueles que moram na beira do rio, nos “beiradões”, ou mais no centro na mata.

O clima segue as características gerais da região, do tipo quente e úmido, com altas pluviosidades e insolação, definido como clima tropical chuvoso (Grupo A da classificação de Köppen). A temperatura média do período mais frio é sempre acima de 18°C e os meses mais quentes apresentam média em torno de 26°C, a pluviosidade média anual gira em torno de 2.500 mm; a umidade relativa do ar é constantemente elevada, na faixa limite de 90%. A estação mais seca ocorre entre

⁸¹ Fonte: Agroambiental, 2001.

agosto e novembro. Época do ano em que os seringueiros dedicavam-se à extração e ao fabrico da borracha. Na época mais chuvosa, trabalha-se na roça e no fabrico da farinha, prioritariamente.

Carauari tem atualmente em torno de 25.110 habitantes, conforme o Censo populacional de 2007, sendo que entre os anos de 1980 e 2000, o perfil da população mudou com a maioria migrando para a área urbana do município. Pode-se atribuir tal fenômeno à queda da economia da borracha na região, à chegada da Petrobrás no final da década de 1970 e, sobretudo à precariedade dos serviços básicos de saúde e de educação nas áreas rurais.

ANOS	POPULAÇÃO				
	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1980 (Censo IBGE)	5.533	27,56	14.541	72,44	20.074
1991 (Censo IBGE)	11.504	59,61	7.794	40,39	19.298
1996 (Censo IBGE)	14.737	70,49	6.170	29,51	20.907
2000 (Censo IBGE)	16.868	72,04	6.546	27,96	23.414
2007 (Censo IBGE)	18.404	73,29	6.706	26,71	25.110

Figura 50: Mudança no perfil da população de Carauari entre 1980 e 2007

Fonte: IBGE

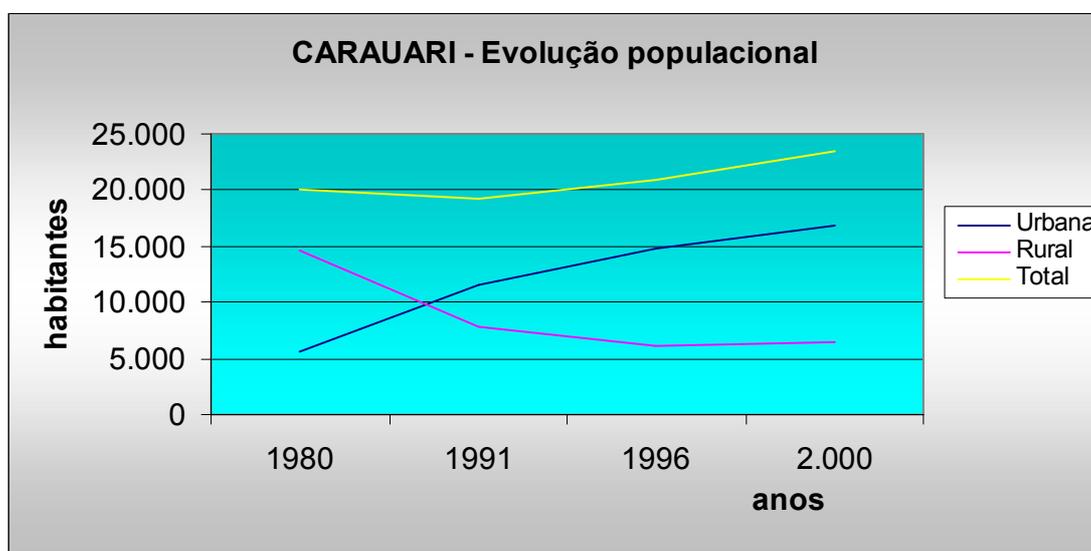


Figura 51: Evolução da população de Carauari entre as décadas de 1980 e 2000

Fonte: IBGE

Embora já tenha sido uma região densamente povoada, inicialmente por diferentes povos indígenas: Canamari, Catuquina, Deni e Kulina, e mais recentemente por migrantes nordestinos por ocasião da exploração da borracha, atualmente Carauari é considerado um município precariamente urbanizado e esvaziado demograficamente.

No tocante às questões relativas à saúde e à educação, na década de 1980, muitas denúncias eram feitas às autoridades, especialmente pelas organizações populares e pela Igreja, referentes a precariedade das condições e a qualidade dos serviços que eram prestados à população, principalmente do “interior”. Algumas cartas-denúncia encaminhadas às autoridades estão transcritas na íntegra nos livros no Pe. João Dereckx (1992,2007).

Em termos de infraestrutura de saúde, o município dispõe de uma Unidade Mista Hospitalar, localizada na sede municipal, mantida pela Superintendência de Saúde do estado do Amazonas – SUSAM e ainda alguns Postos de Saúde espalhados



Figura 52: Hospital de Carauari
Fonte: Agroambiental, 2001

em alguns bairros. Porém, no “interior” o atendimento é feito esporadicamente por meio de um “barco da saúde”, que leva médico e, às vezes um dentista prático, as comunidades. Mas o atendimento diário é feito pelos agentes de saúde das comunidades. Membros das próprias comunidades que recebem treinamento e remuneração por parte do município para trabalhar na prevenção de algumas doenças, aplicar injeções, e prestar os primeiros socorros em casos de acidentes.



Figura 53: Barco da SUSAM, jan/2007

Foto: Kátia Schweickardt

Na REXEX Médio Juruá, os agentes de saúde são normalmente lideranças locais, que por causa dos treinamentos, são as que mais saem das comunidades, ocupando também o papel de mediador dos interesses da comunidade com o poder público. No caso da comunidade do São Raimundo, o agente de saúde é Tota, atual vice-presidente da comunidade (o Presidente é o Manoel Cunha que acumula o cargo de Presidente Nacional do CNS). A grande reclamação dos agentes é a precariedade dos medicamentos disponíveis, que via de regra são apenas “Anador”, “Novalgina” ou algum outro analgésico mais comum. Não há soros anti-oftídeos, nem laboratórios para pesquisa de plasmodium da malária. Em caso de picadas de cobras, ou suspeita de malária, é preciso que a comunidade tenha combustível para “baixar” com o doente para Caruari. A assistência a saúde ainda é um grande problema em toda esta região. Algumas pessoas da comunidade do São Raimundo desabafaram numa entrevista:

É meio complicada a saúde. A gente se esforça bastante, mas o remédio que eles trazem é muito pouco. É só um AAS, um anador, uma novalgina. É bem pouquinho. O remédio que ele [o agente de saúde] traz, se for repartir ao menos para a metade, não fica nada. Às vezes, muitos comprimidos ele parte no meio e dá metade para um e metade para outro, porque não tem.

Quando as crianças vão nascer na comunidade, quem pega é a D. Tonha. Se a mulher não está muito boa, vai para Caruari. Por aqui

não tem parteira formada não. Mas, até agora, graças a Deus, que nunca foi preciso. Todas que têm normal, não acontece nada.

Ano passado [2006] houve um surto enorme de malária na Comunidade. (Entrevista com comunitários no São Raimundo, 2007)

A rede de ensino público na sede municipal funciona com 08 escolas estaduais. São elas: Nazaré Varela, Osvaldo Nascimento, Sérgio Rufino de Oliveira-GM3, São José, Alfredo Marques da Silveira, Belarmino Gomes de Albuquerque, Caruari e Nair Alves da Silva. Das escolas estaduais, apenas a Osvaldo Nascimento e a Caruari oferecem Ensino Médio. E 51 escolas municipais, sendo 09 destas na zona rural do município, totalizando 59 escolas em Caruari.

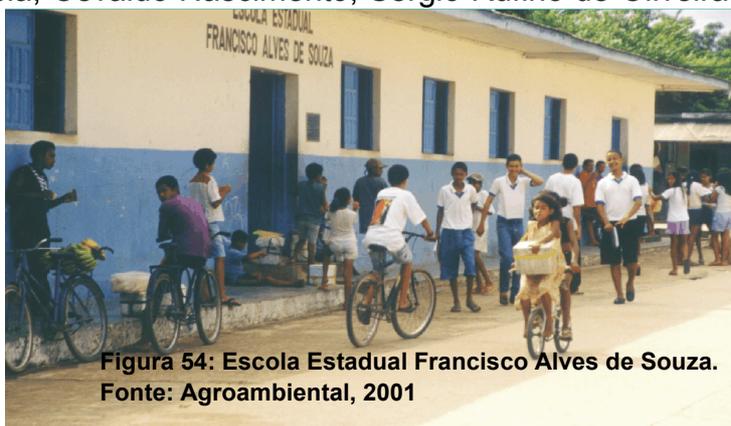


Figura 54: Escola Estadual Francisco Alves de Souza.
Fonte: Agroambiental, 2001

3.3.4. A definição dos limites da RESEX

Quando começaram os estudos para a criação da RESEX do Médio Juruá, não havia muita clareza sobre como se definiriam os seus limites, nem por parte dos moradores e seus assessores, nem tampouco por parte do CNPT/IBAMA. Embora o CNPT, tivesse sido criado como uma espécie de departamento dentro do IBAMA para atender as demandas das populações tradicionais, ele era também parte do IBAMA e como tal, mais que atender a demanda das ditas populações, sua principal função parecia ser a de mediador entre os interesses das populações locais e as ações já em curso no IBAMA.

No processo de criação da Resex do Médio Juruá, nós recebemos o pessoal do CNPT lá e eles não tinham muito claro essa questão [definição de limites] também. O CNPT de Brasília, na época o Ianuzzi, que era o executor direto [responsável por esta área], ele era um cara que interagiu muito com a gente... A nossa proposta de criação de RESEX era de onde ela inicia hoje [comunidade do Gumo do Facão] até a comunidade do Mandioca. Eram as comunidades que mais participavam. Mas disseram que não podia pegar os dois lados do rio. E a gente foi deixando porque a coisa era muito verde mesmo... A politização era mínima. O limite saiu ali meio que acordado, não dá

nem para dizer que nós fomos surpreendidos. Acho que a surpresa maior foi em função daquelas áreas dos Planos de Manejo⁸², que não estava claro que estariam aqueles buracos ali, na Imperatriz e tal. Mas com relação ao limite, início e final, a gente tinha meio que acordado. Também tinham nos questionado sobre quem iria cuidar da área. Seria uma área muito grande e muito desabitada em certos pontos. Poderia ser uma entrada para pessoas de fora. (Entrevista com Adevaldo, ex-agente do MEB/Carauari, atual Secretário Adjunto da SEARP, Manaus, 2008)

Algumas Oficinas foram realizadas e as comunidades desenharam a área proposta para a Reserva que iria da comunidade do Mandioca até a do Bom Jesus, na margem direita do rio.

(...) uns cinco meses depois, o CNPT analisando lá não sei se por conta de pressa (...) porque havia sido liberado um Projeto de Madeira dentro da Reserva. Naquele tempo, estavam por aqui algumas empresas de madeira, e elas tinham licença. Sob pressão, o CNPT voltou aqui e disse que não era possível a gente criar esta reserva desse tamanho com comunidades de um lado e do outro do rio porque ia criar problemas (...) Usaram uma argumentação técnica. E os comunitários não estavam muito preparados para esse argumento e foram vencidos pelo argumento do CNPT. Isolaram-se as outras comunidades e se criou a Reserva apenas na margem esquerda do Rio Juruá. Foi uma frustração para as demais comunidades. (Entrevista com Ademar da Cruz, Carauari, 2007)

No dia 04 de março de 1997, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto do Presidente da República que criava a Reserva Extrativista do Médio Juruá envolvendo uma área aproximada de 253.226,5 há e um perímetro de 348.029,65 metros, conforme mapa abaixo, envolvendo as comunidades listadas:

1. Gumo do Facão
2. Pupuaí
3. Novo Horizonte
4. Nova Esperança
5. Roque
6. Fortuna
7. Fazendinha
8. Imperatriz
9. Pão
10. Mandioca
11. Tabuleiro

⁸² Aqui, Adevaldo fazia referência a alguns Planos de Manejo de Madeira para empresas que o IBAMA havia aprovado há alguns anos dentro da área proposta.

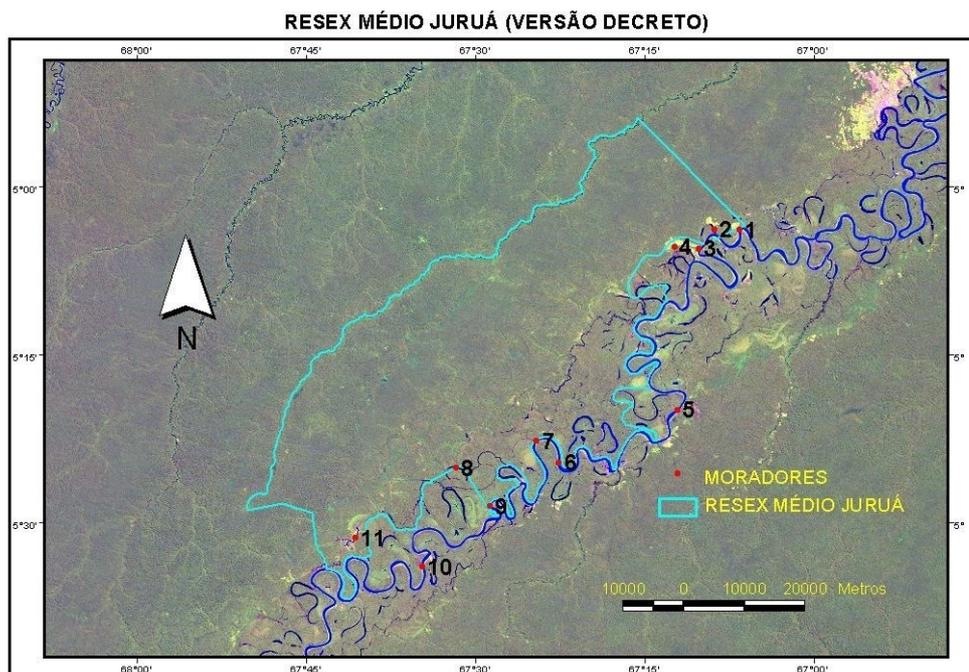


Figura 55: Mapa do perímetro da RESEX Médio Juruá

Fonte: CNPT/IBAMA

O Decreto de criação da RESEX, se por um lado foi motivo de alegria pela conquista, fruto de uma luta de vários anos, por outro, causou indignação e espanto em muitas pessoas e em várias lideranças porque diversas comunidades, que haviam participado dos debates e do movimento pela criação da reserva, ficaram de fora da área decretada. As explicações não convenceram as lideranças, mas como narra Adevaldo acima, a precariedade da politização das comunidades acabou gerando a aceitação dos limites arbitrados.

O IBAMA, por sua vez, alegava que por ocasião do levantamento dos dados técnicos para a criação da reserva, havia sido detectada a existência de alguns Planos de Manejo de Madeira aprovados pelo órgão em alguns dos seringais estudados. Desse modo, seria incongruente o órgão que autorizou o manejo, ser o mesmo que concordaria com a desapropriação dos seringais, como ponderou em sua narrativa um funcionário antigo do IBAMA/Carauari:

Primeiro fizeram um trabalho. A solicitação para a criação da Reserva tinha um X ha de área. Quando fizeram o estudo e depararam que lá havia esses Planos de Manejo: a Gethal, a Maginco Verde (matriz em Belém). Tinham outras firmas mas só eram transportadoras, não tinham Plano de Manejo não. Aí tinham também uns caras de Tefé que tinham uns projetos aprovados na Imperatriz, tinha na Morada Nova o Raimundo Lobo, que também tinha Plano de Manejo. Depois de tanto levantamento in loco e mapa através de satélite foi definido que se incorporasse essas áreas se iria indenizar uma coisa muito grande. Os Planos de Manejo já estão aprovados e ninguém pode

desaprovar agora por conta da criação. Foi quando reduziram. Vamos baixar um pouco. Definiram o limite na comunidade do Paxiúba, chamam de Tabuleiro e desceram até no Gumo do facão. (Entrevista do Sr. João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008)

A desapropriação dessas áreas tornaria bastante onerosa para o governo a implantação da reserva, podendo até inviabilizar a sua criação, como afirmou o responsável pelo CNPT/Amazonas na época. Outra questão, alegada pelos técnicos do CNPT/IBAMA, era que as áreas excessivamente grandes tornariam os extrativistas, seringueiros e ribeirinhos tão “latifundiários” quanto àqueles que eles combatiam, vez que havia extensas áreas do rio quase totalmente desabitadas.

O extrativismo ribeirinho critica o latifundiário. Em algumas regiões são os seringalistas, em outras áreas eles chamam de madeireiros e outras regiões os peixeiros, depende muito da região. Os grandes proprietários de terras. Eles sempre criticam: “Tem muita terra”. “Não sabe o que faz.” “Para que tudo isso?” Quando você dá oportunidade a eles [os ribeirinhos e extrativistas] e vai discutir a RESEX, você começa a dizer: “Vocês serão os donos disso aqui, vocês vão gerir isso. O governo vai dar a concessão de uso, mas a gestão é de vocês.” Aí eles querem tudo. Isso foi em todas as áreas. Eu sempre brincava: “Vocês não querem que os outros sejam grandes proprietários, mas vocês querem ser grandes proprietários”. O básico de uma unidade de uso sustentável, a própria lei, mesmo o SNUC, absorveu o conceito de UC de uso sustentável, porque ela visava proteger recursos ambientais de interesse ecológico, e as populações ali residentes, na sua área de uso. Basicamente, para se definir o perímetro de uma reserva extrativista, se observava o quê? Qual a área de uso das populações. Mapeava-se essa área. Depois, fazia-se um estudo da parte biológica, o que interessava, os ambientes, os lagos, os castanhais, enfim, alguma vegetação importante e você poderia até estender a área para algo um pouco maior do que essa área de uso, caso fosse algum recurso ou área estratégica. Agora você não podia chegar e pura e simplesmente, dizer: ‘Vamos criar o dobro disso’. Tinha que ter responsabilidade. Tinha que se levar em conta e agora muito mais ainda, porque isso vem dando problema, a questão fundiária. Porque Reserva Extrativista, a Lei diz, o governo deverá desapropriar. Ele não condiciona que nem de RDS que deixa a critério se for de interesse. O governo tem que desapropriar.

Na época, do outro lado do rio, só havia duas comunidades que interessavam ser incorporadas à Resex, o Bauana e o Bom Jesus. Então não se justificava estender o limite para a outra margem. Criava-se desse lado, e eles ficariam fazendo parte, usufruindo e pensando até numa possibilidade de no futuro passar para o outro lado. De qualquer forma, teria a zona de amortecimento, o entorno da reserva que ficaria ainda sob a força da lei. Só para se ter uma idéia, o limite a montante do rio, aquele lá no Tabuleiro, e abaixo no Gumo do Facão, são dois igarapés que limitam, a juzante. A primeira proposta, pegava o Mandioca, longe pra caramba. Só que na época dos

estudos, havia umas comunidades nuns lagos ali próximo e depois não tinha mais nada. Só muita terra e com proprietários, com títulos, ou pelo menos se diziam proprietários, como a Gethal e os Moraes. O Mandioca, inclusive, estava dentro de uma das áreas dos Moraes. Não tinha como. A Reserva tem 200 e poucos mil hectares, você somando toda essa área envolvendo o Mandioca ia ficar com um milhão e não sei quanto, para beneficiar a população do Mandioca. Pensando no número de pessoas a serem beneficiadas, isso não se justificaria tecnicamente. Foi uma discussão muito grande com eles até aceitarem. (Entrevista do Mário Lúcio, primeiro coordenador do CNPT/Amazonas, e atual Superintendente Substituto do IBAMA/AM, Manaus, 2008)

A narrativa acima deixa transparecer algumas contradições e disputas que estavam subjacentes ao processo de delimitação da área da RESEX, sobre as quais os Planos de Manejo de madeira aprovados pelo IBAMA figuravam apenas como pano de fundo. Primeiro, de fato, havia uma disputa pela posse do território entre as empresas madeireiras, algumas de propriedade de antigos seringalistas, e as populações locais. A este respeito, Estado faz a sua escolha para não atestar sua ineficácia em monitorar o funcionamento de tais empreendimentos. Um segundo ponto que podemos destacar, também relacionado à ineficácia do próprio órgão gestor, dizia respeito à dimensão da área como um todo e a incapacidade de fiscalizá-la. Por último, observamos pela fala acima destacada que o funcionário do CNPT, deixa transparecer as contradições inerentes à novidade da relação entre Estado e populações locais. Se por um lado, este Estado, por meio dos próprios agentes do CNPT, reconhece a legitimidade do pleito das populações locais, e considera relevante e legítimo criar a RESEX, por outro coloca em dúvida o padrão de relação daquelas populações com o ambiente, quando os compara aos antigos latifundiários por estarem pleiteando uma área muito extensa.

O fato é que com a mediação do CNPT/IBAMA, a surpresa e a insatisfação de alguns e a aceitação de outros, a RESEX do Médio Juruá foi criada envolvendo apenas a margem esquerda do Rio Juruá.

Aí veio outra surpresa. A Reserva quando saiu, saiu apenas numa margem do rio. As comunidades da outra margem ficaram meio assustadas porque tinham participado da luta, inclusive a minha comunidade ficou fora da Reserva (...). (Entrevista Manoel Cunha, Manaus, 2006)

Quando a Reserva foi decretada em 1997, houve uma espécie de desânimo de comunidades como Bom Jesus, como Banana e Mandioca. De fato, lutaram do mesmo modo como lutou Roque,

Pupuaí, essas comunidades mais antigas para essa criação, principalmente quando veio a questão da parceria com o INCRA para melhoria das casas, teve todo um questionamento sobre porque as famílias da outra margem do rio seriam beneficiadas e as da margem direita não uma vez que todos tinham lutado juntos para conseguir a decretação. (Entrevista Francisco Pinto, IBAMA/Carauari, 2007)

A decretação da RESEX foi uma vitória considerada parcial porque boa parte das comunidades ficou fora do seu perímetro. Mesmo assim, o fato de ser a primeira RESEX do estado do Amazonas, foi um elemento importante para a constituição da identidade política dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos do estado sinalizando um novo caminho para a gestão de territórios na região.



Figura 56: Placa do CNPT/IBAMA na cantina da RESEX Médio Juruá⁸³, jan/1997
Foto: Kátia Schweickardt

Mas, a luta no médio Juruá iria continuar...

3.3.5. O Plano de Utilização da RESEX

O Plano de Utilização, também conhecido como Plano de Uso (PU) da RESEX do Médio Juruá foi aprovado pela Portaria/IBAMA n° 150, de 20/11/1997. Era o principal documento regulador da vida na RESEX até a promulgação da Lei n°9.985, em 2000, a Lei do SNUC que o substituiu pelo Plano de Manejo. Tinha

⁸³ As placas ao longo das reservas se por um lado são a expressão da tutela do estado sobre o território, por outro podem ser percebidas também como as marcas institucionais do reconhecimento dos direitos dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos por parte do estado.

como finalidade assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais da Reserva mediante o controle das condutas e atividades não predatórias, que considerassem o uso sustentável dos recursos naturais, que os moradores da Reserva já possuíam incorporadas em suas práticas. Mesmo sendo um documento de controle, por meio do qual o IBAMA poderia exercer seu poder de fiscalização, tinha a peculiaridade de ser elaborado pelos próprios moradores e só depois validado pelo IBAMA. Era o documento mais importante da RESEX. Deveria ser uma espécie de “guia”, como ele mesmo atestava nas suas finalidades, para que os moradores exercessem suas atividades dentro da Reserva, respeitando os limites acordados por todos.

O Plano em si possuía 50 itens que estabeleciam além da sua finalidade e responsabilidades na gestão, regras para as diferentes intervenções na RESEX, extrativistas e agro-pastoris, na floresta, na fauna e nas áreas chamadas de uso comum. Também estabelecia as penalidades para o caso do não cumprimento das normas estabelecidas e acordadas.

Um aspecto, no entanto, tornou-se relevante para nossa discussão em torno do mosaico de relações que envolveram o processo de criação da unidade. Logo no segundo item, que tratava da “Responsabilidade pela Execução do Plano”, era possível perceber que o modelo seguido na elaboração do mesmo propunha uma hierarquização entre os moradores e as instituições que os representavam chamadas no Plano de “co-gestoras” e o próprio IBAMA, o gestor. O item 04, afirmava que todos os moradores assim como suas instituições assessoras e representantes, ASPROC, STR, MEB, CNS eram co-responsáveis pela gestão da reserva, mas ao IBAMA, o gestor, caberia a responsabilidade maior de fiscalizar todos os demais com relação às regras estabelecidas (item 2). Aqui o IBAMA parecia reafirmar o seu poder tutelar sobre a área e os moradores.

3.3.6. A persistência do “poder tutelar”

Alguns pesquisadores brasileiros, como Lima (1995) já enveredaram por esta aventura, de tentar elucidar o modo como o Estado brasileiro foi se constituindo ao fortalecer, a assimetria entre seus agentes e o “povo”, aqueles a quem deveriam beneficiar. O fenômeno por ele estudado estaria na raiz da formação das políticas indigenistas no Brasil, desde o período colonial até a demarcação das terras indígenas nos governos militares. Assim este autor definiu “poder tutelar”:

Modalidade de poder de um Estado que se imagina nacional, ou melhor, de uma comunidade política dotada de um Exército

profissional, comunidade esta entendida aqui como um conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter a multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território cuja predefinição face a outras comunidades políticas igualmente heteróclitas é relativa e instável(...)

O exercício do *poder tutelar* implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá. (Lima, 1995: 74)

A nova configuração do país, a partir do processo de democratização poderia nos levar a pensar com este mesmo autor, que a emergência de novas preocupações como o ambientalismo e de novos atores, como os *seringueiros*, *ribeirinhos*, *extrativistas*, em diferentes modelos de aliança com as agências governamentais, que propiciaram a “invenção” das categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tais como RESEX e RDS, que estaríamos agora tratando de relações para “além da tutela” (Lima, 2002).

Porém, ao contrário o próprio modo como se estrutura o poder tutelar permite a sua acomodação às novas relações. Já em 1995, Lima chamava a atenção para o fato de que no caso da política indigenista, a criação das Reservas Indígenas, modelo no qual se inspirou a proposta de Reserva Extrativista, ao mesmo tempo em que pretendia garantir direitos territoriais aos indígenas era também o “melhor produto da dinâmica tutelar”. Mesmo tendo partido de um processo de construção de uma identidade coletiva e da luta por direitos territoriais diferentes dos processos nos quais estiveram envolvidas as primeiras Reservas Indígenas, podemos pensar que o poder tutelar também está presente nos processos que envolvem a RESEX e as RDS.

A tutela, segundo Pacheco (1988), é de fato uma forma de controle social exercido sobre um grupo de indivíduos que poderiam vir a trazer danos à ordem estabelecida. Como nos casos das reservas ora tratadas, que embora reivindicadas pelos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos, suas Associações e seus assessores, como o MEB e a Paróquia Católica, poderiam aos olhos do IBAMA desvirtuar-se dos princípios da conservação caso não fossem fiscalizadas. Porém, segundo Pacheco (1988), enquanto forma de dominação, a tutela por ser uma relação de mão dupla traz em si um paradoxo. Ela prevê que o tutelado concorde, mesmo que tacitamente, com a superioridade inquestionável do tutor para o seu próprio bem. Porém, ao

assentir com a relação, o tutelado dá a ela um significado próprio que implica em mudanças e reajustes constantes também no tutor.

No caso específico da RESEX Médio Juruá, embora a maior responsabilidade da gestão e da fiscalização estivesse ao encargo do IBAMA e a execução com as demais organizações que representavam ou assessoravam os moradores, o IBAMA sempre teve que fazer concessões e acordos com estas organizações frente a sua incapacidade de estar presente constantemente na Reserva. Em função desse paradoxo, também agia na contramão. Havia também o aprendizado do próprio tutor, o IBAMA, que para manter a tutela se obrigava a fazer um esforço de compreender e penetrar no universo cultural do tutelado: as organizações sociais locais, nas suas redes de relações, por vezes até incorporando pessoas do lugar nos seus quadros de funcionários, como quando Adevaldo Costa, ex-agente do MEB que assumiu a coordenação regional do CNPT em Manaus em 2004, e Francisco Pinto, também ex-agente do MEB que assumiu entre os anos de 2006 e 2008 a chefia do escritório do IBAMA de Carauari. A compreensão dessas dimensões da tutela viria se tornar mais evidente no momento da reunião de posse do Conselho Deliberativo da RESEX, da qual tratarei mais adiante.

3.3.7. O Projeto de Óleos Vegetais, outros rumos para o extrativismo no Médio Juruá

O Projeto Óleos Vegetais constituiu um projeto do Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), incorporado ao Programa Trópico Úmido, do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, sob a coordenação do Prof. José de Castro Correia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que a época desenvolvia pesquisas para a elaboração de sua tese de doutorado com a geração de energia alternativa através de óleos vegetais.

A idéia do projeto inseria-se nos debates em torno da viabilidade econômica do extrativismo, visto que se esta atividade podia ser vista como uma forma de exploração adequada em relação à preservação da floresta, muitas eram as dúvidas em relação à sustentabilidade econômica de tal empreendimento. Dentro dessa

perspectiva, o professor propôs ao IBAMA/AM, a realização da pesquisa na comunidade do Roque, dentro da RESEX Médio Juruá.

Após uma visita à área, já conhecida por sua riqueza em oleaginosas, professor Castro, como é conhecido, utilizou alguns critérios para selecionar a comunidade do Roque. Segundo Lindoneide Parédio, assistente social, que trabalhou vários anos na implantação do projeto, o processo se deu inicialmente da seguinte forma:

O Castro tinha feito uma primeira visita inicial de reconhecimento pra ver se era aquela comunidade mesmo, porque ele utilizou alguns critérios pra que aquela comunidade fosse escolhida: 1) a distância dos grandes centros; 2) por ser uma comunidade extremamente carente; 3) por ser uma das maiores comunidades daquela região. A partir dessa viagem que ele definiu, juntamente com a equipe que o acompanhou, que era uma equipe da área social, que o projeto seria lá. Daí foi feita toda uma negociação com o IBAMA local, que na época era representado pelo Sr. João de Deus, e depois é que foi feita toda uma comunicação com a comunidade. A Reserva tinha acabado de ser criada [por volta de 1998]. A proposta foi levada à comunidade com o apoio do CNPQ e em parceria com o IBAMA. (Entrevista de Lindoneide Parédio, ex- assistente social do Projeto, Manaus, em 2008)

O início do Projeto Óleos Vegetais, coincide com a formação da ASPROC, que ainda era bastante incipiente e com todo o problema comum a muitas organizações populares, a dificuldade de sensibilizar as pessoas para a importância da união para fomentar a produção.

A Associação estava também iniciando. O processo organizativo ainda era bastante incipiente. Era bastante difícil arrebanhar associados para realizar uma atividade produtiva, apesar de todo o trabalho que já há muito era feito pelo MEB. Quando a gente chegou, o MEB atuava em muitas comunidades com atividades sócio-educativas, muito voltadas para a questão missionária da igreja católica, mas também para o trabalho de base para as comunidades da Reserva como um todo. Era um trabalho tanto pra levar a questão religiosa como também informar as comunidades sobre os processos de organização produtiva. (Entrevista Lindoneide Parédio, Manaus, em 2008)

Segundo Lindoneide, a atuação dos assessores ligados ao MEB disseminava uma certa consciência política que era incompatível com a política clientelista da administração municipal, o que praticamente inviabilizava o diálogo desta com as comunidades que já estavam mais organizadas.

A assessoria da organização realizada pelo MEB exercia uma influência muito grande junto aos comunitários, então preponderava muito as idéias “esquerdistas” junto às comunidades fazendo com que a Prefeitura ficasse um pouco aquém. (Entrevista Lindoneide Parédio, Manaus, em 2008)

Assim, o projeto da Universidade que se pretendia isento politicamente, só conseguiu estabelecer uma mediação entre o poder público municipal e a comunidade selecionada por meio da Secretaria Municipal de Educação, que tinha à frente a Prof^a. Maria Alguete, por ser a questão da educação, juntamente com a questão da saúde os principais nós-críticos identificados pela comunidade nos levantamentos socioeconômicos realizados pela equipe do projeto do professor Castro.

É uma Secretária, que com toda dificuldade que tem um pequeno município como esse do ponto de vista de recursos, vem realizando um trabalho de levar a escola, educação, pra essas comunidades. Na época quando nós chegamos, o ensino ia de 1^a até a 4^a série, e ainda muito deficiente. Era aquele sistema multiseriado onde o professor ministra quatro séries, numa mesma sala de aula, com alunos diversificados. (Entrevista Lindoneide Parédio, Manaus, em 2008)

No tocante ao projeto, em virtude das inúmeras limitações relacionadas à educação, ele não poderia ir adiante, já que era necessário que os parceiros locais, os moradores da comunidade do Roque, que iriam operar as máquinas de refino e processamento dos óleos, tivessem o mínimo de escolaridade.

Com o decorrer do tempo, nós começamos também a identificar no projeto uma grande dificuldade pra trabalhar, por conta da educação. A gente sentiu uma grande dificuldade de trabalhar a tecnologia, de repassar as informações de uso das tecnologias, as informações de manuseio dos óleos. A gente percebeu que por conta da falta de escolaridade, o projeto não poderia ir para frente. As pessoas que a gente precisava naquele momento pra que o projeto fosse pra frente eram as pessoas de mais idade, muitas nessa região eram analfabetas. (Entrevista Lindoneide Parédio, Manaus, em 2008)

Os mais jovens, que já haviam concluído o ensino de 1^a a 4^a série, tinham parado de estudar há algum tempo. Desse modo, por meio de uma relação estabelecida com a Secretaria Municipal de Educação, articulou-se uma proposta de Ensino à Distância, com o Telecurso 1^o grau. O pessoal da área social do Projeto dos Óleos fez todos os contatos com a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC,

em Manaus, e fez a ponte com a Secretaria Municipal de Educação para que eles administrassem o Programa, já que esta era política pública.

Então a universidade entrou com a parte da escola. A primeira escola que teve de 5ª a 8ª série na comunidade do Roque foi implantada através da mediação da equipe da UFAM. A Secretaria Municipal entrou com os recursos humanos e nós do projeto fazíamos a capacitação dos professores. O Nelson, membro da nossa equipe, foi o primeiro professor nessa nova fase. Ele começou a trabalhar tanto o ensino com os alunos como também passou a coordenar o laboratório que foi montado dentro da escola, já que ele era formado em Química. (Entrevista Lindoneide Paréidio, Manaus, em 2008)

Porém, embora as intenções dos membros do projeto fossem as melhores possíveis, alguns problemas começaram a surgir entre a comunidade e a equipe, por serem todos membros de fora, os “outsiders” e a comunidade se percebia como os “estabelecidos”, conforme as categorias construídas por Elias e Scotson (2000). Como sustentavam aqueles autores (2000),

Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os established fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros... os *outsiders* são os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. (p.7)

Os autores continuam mais adiante:

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro Toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”. (p.22-3)

Assim, se a entrada de um membro do Projeto no sistema educacional da comunidade do Roque foi uma solução tanto para o município que passou a ter entre seus quadros um profissional qualificado, quanto para o Projeto que pôde contar com um técnico no Laboratório para trabalhar as análises dos óleos, para a comunidade, isso nem sempre funcionou muito bem. Por ser alguém de fora, e por levar para dentro da comunidade sua companheira, pessoa da cidade, com outros

hábitos e costumes, vários problemas foram acarretados na relação com os moradores da comunidade. Embora, muito respeitado como profissional e querido pela comunidade, o professor Nelson viu-se forçado a deixar o projeto e o trabalho na comunidade um tempo depois, mudando-se para a sede do município, onde depois tornou-se Secretário Municipal de Meio Ambiente.

O professor Nelson explicou-me assim a sua saída do projeto e a permanência na sede do município de Carauari:

Acho que em 2000, já tinha encerrado o meu tempo, que eu era bolsista do CNPQ e a bolsa era de 20 meses. Depois de 20 meses lá e já sentindo os efeitos positivos do Projeto, sentindo um pouco deixando o trabalho no meio do caminho, não tendo realizado, ou concretizado algumas coisas, que a gente sabe que é possível fazer, com pouco investimento, e com o término da minha bolsa do CNPQ e com a equipe sendo desfeita, a agrônoma voltou para Manaus e concluiu sua dissertação em Manaus, a Neide [assistente social] ainda andou vindo pra cá, mas tinha a dissertação dela de mestrado, que ela concluiu e eu resolvi ficar. Eu fiquei porque achei que minha missão não tinha sido cumprida. Eu vi que apesar de todo o resultado positivo que a gente presenciava, a comunidade estava com a estrutura básica montada, havia geração de renda da usina, a escola já estava com alunos formados, a energia era 24h e já havia todo um ciclo produtivo de coleta de sementes, mesmo assim, eu senti que minha missão não tinha sido cumprida e eu resolvi ficar em Carauari. Terminou minha bolsa e eu resolvi ficar no município. Comprei uma casa na cidade e durante todo esse tempo, tinha relacionamento com todas as comunidades do município, comecei a me envolver com outras comunidades da zona rural e da zona urbana. Como professor do Ensino Médio, arranjei uma cadeira pelo Estado e fiquei dando aula aqui por um ano, até que eu encontrasse alguma coisa que pudesse dar continuidade em alguns objetivos do projeto e alguns objetivos pessoais que foram despertados ao longo desse tempo todo. Então, eu casei em Carauari, arranjei uma mulher, fixei residência e comecei a me envolver com a comunidade local e como a gente tinha muito relacionamento com o poder público, comecei a me relacionar ainda mais com os vereadores, com o Prefeito e com os Secretários. Todos sabiam dos nossos trabalhos lá, dos programas que nós implantamos e do resultado que a gente conseguiu com essa garra da equipe toda, principalmente do Prof. Castro. (Entrevista com o professor Nelson, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carauari, jan/2007)

Problemas dessa ordem aconteceram também com outros membros da equipe que inicialmente, era composta por um engenheiro elétrico, o Prof. Castro, coordenador do projeto, um biólogo, um engenheiro florestal e uma assistente social, a Lindoneide. Depois, segundo Lindoneide, sentiu-se a necessidade de contratar uma engenheira agrônoma para a orientação na elaboração de um viveiro de mudas

de andiroba para serem plantadas em locais mais próximos da comunidade, já que os andirobais em uso eram dispersos na mata e com o aumento da pressão sobre o recurso, cada vez era preciso ir mais longe para a coleta das sementes.

Mas também, foi muito difícil trabalhar esta questão porque a necessidade inicial das pessoas não era ter o óleo, era ter dinheiro, eram outras melhorias. Você dizer pra uma pessoa que ela tem que plantar a andiroba pra ela coletar daqui a 08 anos pra quem tem uma necessidade emergente é muito difícil. Mesmo assim, a agrônoma realizou um trabalho lá de cultivo de andiroba com a comunidade e hoje tem uns pés que foram plantados nessa época inclusive eu plantei um pé lá perto da escola e outras frutíferas também. (Entrevista Lindoneide Parédio, Manaus, em 2008)

A agrônoma, assim como o químico da equipe, também misturou seus projetos pessoais com o trabalho na comunidade o que inviabilizou a continuidade dos mesmos a frente do trabalho que desempenhavam.

Outra mudança de rumo substancial do projeto foi o fato de que a pesquisa comprovou a insustentabilidade econômica da extração de óleo para a geração de energia alternativa. Desse modo, o projeto redirecionou o foco e a capacitação da comunidade para a comercialização dos óleos vegetais para as indústrias de cosméticos, intermediando um primeiro contato com a empresa Natura que lançava, na época, 1999/2000, a Linha Ekos de produtos de beleza. Assim nasceu a Cooperativa Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá – CODAEMJ, como nos relatou em entrevista um dos seus presidentes, Chico Velho, e o Manoel Cunha do CNS, em outro momento.

A Cooperativa foi instalada em 2000. Em 2000, 2001, foi teste. Dois anos de teste. Em 2002, a gente vendeu através da ASPROC. Como a gente era associado da ASPROC, a gente ainda é hoje. A gente analisou o valor do óleo para o valor do combustível. Porque o objetivo do Projeto [do prof. Castro] era gerar energia. Como a gente fez a análise do óleo. A gente analisou que o preço do óleo vegetal era muito caro. O diesel era mais barato. A gente começou a comercializar com a Cognis pela ASPROC. Era assim, um terceiro. A gente vendia para a ASPROC, a ASPROC vendia para a Cognis que revendia para a Natura. A Cognis depois repassava o preço também, porque tinha que pagar os impostos. Isso eles não entenderam. Muita gente reclamou. Ainda não era eu. Eles vendiam de R\$ 9,00/litro, a ASPROC repassava de R\$11,00 ou R\$12,00. Então, eles estavam achando que no caso era exploração, porque não tinham o conhecimento dos impostos, do que ia gastar. Em 2003, resolveram

fundar a Cooperativa. (Entrevista com Chico Velho, presidente da CODAEMJ, em 25/04/08, na sede da SDS em Carauari)

A Médio Juruá tinha um projeto grande da Universidade (UFAM), da Manaus Energia e outros parceiros para gerar energia para aquelas famílias a partir dos óleos vegetais. E quando a gente tirou lá umas 2ton de óleo de andiroba, e conseguimos provar que dava para gerar energia. Mas naquele mesmo ano apareceu um mercado também para o óleo de andiroba meio que caindo do céu. O CNPT, através do Prof. Castro, e com o apoio do CNS conseguiu fazer um contato com a Natura, que por meio da Cognis comprava óleos vegetais. E naquela época a gente tinha 2 ton de óleo para queimar no motor para gerar energia, mas 1lt de óleo diesel custava R\$0,90 e 1lt de óleo de andiroba custava R\$10,00. Então era bem melhor vender óleo e comprar óleo diesel. O óleo diesel rendia mais, queimava mais lento. Então era bem melhor vender o óleo vegetal e comprar óleo diesel. O óleo de andiroba queimava mais rápido apesar da gente ter consciência, saber que não estava poluindo. É um cheiro bem gostoso da andiroba queimada. (Entrevista com Manoel Cunha, em 01/07/2006, na sede do CNS, em Manaus).

A despeito dos problemas de relacionamento com os moradores da comunidade, na avaliação dos membros da equipe do projeto, este representou um marco para o município por ser a primeira experiência concreta, após a hegemonia da economia da borracha, de geração de renda de produtos da floresta. Com isso, segundo o prof. Nelson, que na época da entrevista concedida em Carauari (2007), era Secretário Municipal de Meio Ambiente, o projeto serviu de alerta ao poder público municipal de que a questão ambiental não deveria ser vista apenas como empecilho ao desenvolvimento do município. Com o fim da borracha, as alternativas econômicas giravam em torno da extração de madeira e da pesca, atividades que geravam inúmeras alterações com os órgãos ambientais locais, especialmente com o IBAMA. Entre 1997, ano da criação da RESEX e 2005, ano da criação da RDS Uacari, a questão ambiental estava quase que totalmente a cargo do IBAMA local. O município possuía apenas uma estrutura incipiente para cuidar dessa problemática e concentrava parte seus poucos recursos nas questões ambientais urbanas.

Num determinado instante, acho que o próprio administrador municipal percebeu que era hora de se criar uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente que até então não existia propriamente. O que havia era uma Secretaria de Interior e Meio Ambiente. A idéia era se criar uma Secretaria que pudesse fazer uma gestão municipal da questão ambiental local porque além dos problemas urbanos que tinham relacionados a essa questão, tinha os problemas rurais e o município não conseguia fazer através de outras Secretarias, como a Secretaria de Saúde, de Educação, de Produção. Tinha a lacuna ambiental. Eu

acho que no ano de 2004 para 2005, começou-se a pensar na criação de uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente para cuidar da questão ambiental local. De 2004 para 2005, criou-se uma Assessoria do Interior, que seria assim o embrião da Secretaria Municipal do Interior e Meio Ambiente. Logo depois dessa Assessoria do Interior, criou-se a Secretaria do Interior e Meio Ambiente. Eu fui Assessor dessa Secretaria, foi quando eu comecei a trabalhar com o poder público local, como assessor do Interior e do Meio Ambiente. Quando foi em 2005, o Secretário do Interior e Meio Ambiente, que era um profissional que veio do IBAMA faleceu. Desanimou todo mundo. Com a morte dele, desarticulou toda a equipe e eu fui trabalhar na Secretaria de Saúde. Com o falecimento do Geraldo, todo mundo ficou desanimado, inclusive o Prefeito, mas a problemática ambiental aumentou. E aí se viu a necessidade de se retomar esse trabalho com a questão ambiental. Recentemente, já tinha se criado uma nova Unidade de Conservação, a RDS Uacari e apareceu uma outra problemática, a questão indígena. (Entrevista com o professor Nelson, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carauari, jan/2007)

Cabe aqui uma ressalva em relação à questão indígena que esteve perto do nosso trabalho todo o tempo, mas sobre a qual não fizemos menção. De fato, existe no município de Carauari duas etnias Indígenas que fazem fronteira com as reservas em estudo, o povo Deni e os Kulina, já chegando em Eirunepé. Mas, como bem lembrou o professor Nelson, diversos povos indígenas transitam pelos rios e pelas Reservas e estabelecem com os moradores algum tipo de relação, às vezes amigáveis, de troca de favores, às vezes bastante conflituosas. Na visão do Secretário Municipal, hoje, Carauari possui complexo mosaico ambiental que precisa ser melhor compreendido e assimilado pelas políticas públicas.

Nós temos duas etnias no município e uma que vaga por aqui. Tem os Kulina e Kanamari e a que transita no município é a Katukina, ela vem do município de Jutai, da Terra Indígena do Biá. Os Kanamari é aqui bem perto da sede do município e os Kulina, já são no Rio Eré, mais distante. Fora do município, tem os Katukina que circulam por aqui. A gente já tem percebido que os Tikuna, também aproveitam a mesma rota dos Katukina para vir ao município. Aquele rapaz que saiu com artesanato daqui é Tikuna, mas já veio por essa rota dos Katukina do Jutai. Tem essa problemática da questão indígena, as UCs, os projetos de assentamento que começaram a surgir no município, o Corredor Ecológico Central da Amazônia, que a gente faz parte. AFLONA Tefé invade, invade não, envolve um pouco do nosso município e também a Terra Indígena de Juruá invade um pouco o município. A gente tem um mosaico ambiental bem complexo e tudo se pode e nada se pode desse negócio. (Entrevista com o professor Nelson, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carauari, jan/2007)

Também o projeto passou a entrar em conflito com a ASPROC porque se tornou o articulador de diversos benefícios junto a diferentes agentes públicos, a compra de produtos junto a empresas como a Natura. Mas, o estopim da crise entre Associação e projeto dos Óleos foi a criação da Cooperativa, estimulada pelo projeto, que parece ter se oposto a todo o trabalho de base anteriormente realizado que culminou na criação da ASPROC.

3.3.8. A criação da CODAEMJ

Quando começaram as articulações para venda do óleo prensado no Roque para algumas empresas de cosméticos, todo o processo de comercialização era feito pela ASPROC. Segundo Adevaldo, que informou em entrevista, antes do óleo processado na Usina do Roque, a ASPROC já comercializava o óleo produzido artesanalmente pelas comunidades, como forma de viabilizar mais uma fonte de renda para os pequenos produtores. Este processo implicava que a ASPROC ao revender o óleo vindo dos extrativistas, o revendesse com um valor cerca de 20% superior em função dos custos de transportes e impostos. Esta transação foi bastante questionada e ao ter sido colocada sob suspeita, serviu de motivação à criação da Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá - CODAEMJ.

A Cooperativa, por sua vez, também foi vista pelo pessoal da Associação como uma imposição do projeto da Universidade sobre os moradores da Reserva, e viria beneficiar especialmente os moradores da comunidade do Roque na opinião destes. Segundo os representantes da ASPROC e sua assessoria, na época, a criação da Cooperativa não passou por um amplo processo de discussão na Reserva gerando uma dissensão entre as demais comunidades da reserva em relação aos moradores da comunidade do Roque. Tais conflitos pareciam exprimir interesses ligados a posições sociais diferentes (Cf. Sardan, 1995).

A Cooperativa surge pelo seguinte: a ASPROC começou a fazer toda essa relação com as empresas vendedoras de óleo, tanto óleo artesanal, que não era produzido na usina do Roque, como o óleo do Roque. Iniciou com 60% do óleo produzido artesanalmente pelas comunidadezinhas que a ASPROC sempre atendeu. A ASPROC comprava esse óleo dos ribeirinhos a R\$10,00 e ela passava para a Cognis [processadora do óleo que é vendido à Natura] a R\$12,00, cerca de 20% mais caro, inclusive o óleo que vinha da Usina. O pesquisador responsável pelo projeto entendeu que a ASPROC não deveria fazer isso, deveria pagar para a Usina esse mesmo valor que ela vendia. E os impostos, e o transporte? Não considerou. Foi quando

ele, eu acho que por si só, resolveu criar a Cooperativa. Eu acho que não houve discussão porque até hoje você pergunta sobre quem é cooperado, e são poucos. Na verdade, a maioria são meros coletores. Ninguém discute. Quem discute o preço da semente? Esse projeto não tem também um trabalho de organização? Nada. Esse projeto veio foi abalar a organização ali. Veio fazer uma cisão. Agora, é que está havendo uma aproximação das organizações de base, mas logo que surgiu ficou o negócio muito tenso entre as comunidades do Roque e todas as outras comunidades. Hoje não, já aproximou mais. Quando eu estava na Agência de Florestas, dei condições pra que a Cooperativa fizesse viagem, explicasse o que é cooperativa, desse oportunidade para a pessoa se cooperar, mas mesmo assim se percebe que o pessoal não quer abrir. Querem que seja cooperado apenas o pessoal do Roque. Eles compram, mas quem manda são eles. Quem que questiona, por exemplo, o processo do custo de produção da semente, que eu acho que está alto ainda. (Entrevista com Adevaldo Costa, ex-agente do MEB e atual Secretário Adjunto da SEAPI, Carauari, jan/2007)

S. Bastos⁸⁴, o primeiro presidente da Cooperativa, lembra que o início do processo foi conturbado, pois faltava clareza em relação aos objetivos da Cooperativa e as discussões eram restritas à comunidade do Roque, embora para ele, a Cooperativa não seria apenas do Roque, e sim de todos os coletores de sementes.

Daí resolvemos criar uma cooperativa, e inclusive, foi criada só com os sócios da comunidade do Roque. Isso gerou um pouco de conflito entre a ASPROC e a Cooperativa daqui. Logo a confusão foi na aprovação, o prof. Castro fazia o esclarecimento com o pessoal do IBAMA e o pessoal ainda meio em dúvida, mas depois foi aprovado. A Cooperativa se chama CODAEMJ. Na cabeça dos outros companheiros fora daqui, disseram que aqui era a Cooperativa do Roque. Eu fiz uma viagem incentivando os companheiros. Apenas esse projeto está implantado no Roque, mas a Cooperativa é de todos os coletores que quiserem se associar. Hoje, como eles estão apenas vendendo porque eles ainda não são sócios, eles são apenas coletores, mas algum benefício que vier para dentro da Cooperativa, a gente vai repartir igualmente com os sócios daqui. (Entrevista com Sr. Bastos, Ex-Presidente da Cooperativa, morador da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, em abril 2008, no Roque)

Atualmente, o principal comprador de óleo da Cooperativa é a empresa de cosméticos Natura, com a intermediação de uma empresa do Pará chamada Cognis. Desta parceria, foi elaborado o Plano de Manejo das Oleaginosas da região do

⁸⁴ S. Bastos se chama Sebastião Pinto de Souza. “Bastos” era o sobrenome da família de seringalistas com quem ele foi criado desde a infância, daí ser assim conhecido pela região do médio Juruá.

médio Juruá, com o financiamento da Natura. A empresa também pagou pela veiculação de imagens da Reserva Extrativista do Médio Juruá nas propagandas de seus produtos.

Ela foi instalada em 2000. Em 2000, 2001, foi teste. Dois anos de teste. Em 2002, a gente vendeu através da ASPROC. Como a gente era associado da ASPROC, e ainda somos, a gente analisou o valor do óleo para o valor do combustível. Porque o objetivo do Projeto era gerar energia (K: O Projeto original do Prof. Castro.) Como a gente fez a análise do óleo, a gente percebeu que não dava para usar o óleo porque o preço era muito caro. O diesel era mais barato. A gente começou a comercializar com a Cognis pela ASPROC. Era assim, um terceiro. A gente vendia para a ASPROC, a ASPROC vendia para a Cognis, que depois repassava o preço também, porque tinha que ser porque o cara tem que pagar os impostos. Eles vendiam de R\$9,00, a ASPROC repassava de R\$11,00 ou R\$12,00. O pessoal não entendia a diferença de valores porque não tinham o conhecimento dos impostos, do que ia gastar. Em 2003, resolveram fundar a Cooperativa. (Entrevista com Chico Velho, presidente daq CODAEMJ, na sede da SDS em Carauari, em 25/04/2008)

No acordo inicial com a Natura, ficou acertado que 1,5% do lucro de todos os produtos fabricados com óleo da região seriam destinados a projetos na área. Este recurso, segundo os dirigentes da Cooperativa ainda não foi aplicado por problemas na definição de qual a Instituição deveria geri-lo.

A Natura ela vende 5.000 vidros de perfume diariamente. Durante um ano, eles compram 10ton de óleo do médio Juruá, por exemplo. Se esse óleo der para eu produzir 1000 vidros de perfume, desses 1000 vidros, a gente ganha uma percentagem de 1,5% do lucro desses 1000 perfumes. Por enquanto, essa percentagem não chegou nas nossas mãos. Isso foi acertado numa reunião que teve lá no GM. Estava o pessoal do IBAMA e a Natura perguntou quem o pessoal achava que seria a pessoa ideal para administrar esse 1,5%. O IBAMA disse: "O IBAMA". Eu digo: "Não". O IBAMA é para nos apoiar. Eu acho que a pessoa mais ideal é a Cooperativa porque os coletadores vendem para a Cooperativa, quem vende o óleo é a Cooperativa. Por que é o IBAMA que vai administrar? O movimento está sendo a Cooperativa através dos coletadores.

Prenderam o recurso lá, nem para um canto nem para outro. (Entrevista com S. Bastos, ex-Presidente da Cooperativa, morador da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, em abril 2008, no Roque)

S. Bastos foi o primeiro presidente da Cooperativa, que é gerenciada por uma Diretoria com um mandato de três anos. Ao final do seu mandato, foi eleito um

sobrinho seu, Francisco Pinto da Costa, conhecido como Chico Velho. Os funcionários que trabalham na Usina são todos moradores da comunidade do Roque. E entre estes, há muitas mulheres. Segundo S. Bastos, é feito um rodízio entre os moradores que querem prestar serviço na Usina e estão capacitados para tal. Normalmente, são doze funcionários na Usina e outros três ou quatro que trabalham no barco comprando as sementes dos coletadores nas viagens pelo Rio Juruá. Esta é uma das únicas possibilidades de se prestar um serviço regular, com direitos trabalhistas assegurados vivendo na beira do Rio. A maior dificuldade da Cooperativa reside ainda no controle financeiro e na gestão administrativa da Usina.



**Figuras 57-60: Usina de beneficiamento de sementes oleaginosas na comunidade do Roque, 2004.
Fotos: Kátia Schweickardt**



**Figuras 61-65: Usina de beneficiamento de sementes oleaginosas na comunidade do Roque, 2004.
Fotos: Kátia Schweickardt**

Os funcionários da Usina têm os direitos, recolhem o INSS. Tinha um contador lá de Manaus, que morava aqui com a gente. Foi também do Projeto do Castro [UFAM]. Quando ele foi para Manaus, nós mandávamos as notas, mas deu uma barafunda doida. O tempo foi curto para nos treinar. Alguns aprenderam. Aqui, a gente trabalha em termos de beneficiar todo mundo. Trabalha uma turma por três meses, quando passa aquele período, aqueles doze saem e entram mais doze. Outros vão nas viagens. Uns vão numas outras vão noutras. É assim. A cooperativa compra semente de todo lugar, desde o Baixo Juruá até o Alto. Na minha época era assim, mas depois que o Chico Velho pegou, a maior quantidade que ele contratou esse ano, foi esse ano, 30ton, mas o ano o ano passado e o ano retrasado, eram 5ton. (Entrevista com S. Bastos, ex-Presidente da Cooperativa, morador da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, em abril 2008, no Roque)

Os conflitos da Cooperativa não se encerravam nas suas relações para fora, com a ASPROC, com os coletadores não associados ou com o IBAMA. Havia também algumas disputas internas, mesmo entre membros da mesma família, como entre os dois últimos presidentes. Enquanto o primeiro alegava que teria sido na sua

época que a Cooperativa mais havia vendido óleo e beneficiado os coletadores, o segundo alegava que havia pegado a Cooperativa com contas atrasadas e que levou algum tempo para começar a organizá-la. Com as críticas, S. Bastos havia ficado um pouco desiludido com a participação na Cooperativa porque quem as fazia era alguém muito próximo. Como sustentava Bailey (1971), nas comunidades “face-a-face”, como poderíamos enquadrar as da RESEX, só importam as opiniões das pessoas com as quais estamos em interação. A importância da reputação de alguém diminui à proporção que a intensidade da interação diminui. Como as relações nos seringais do Alto Juruá analisados por Pantoja Franco (1994), também no médio Juruá a configuração dos grupos obedece fundamentalmente a afiliação social via parentesco e compadrio, já que a maioria das comunidades são formadas por extensas parentelas como tratamos anteriormente, ou como categoriza Almeida (1992) “macro-house networks” constituídas a partir das relações de parentesco. Desse modo, a escolha de “gerentes” no Alto Juruá, ou de “presidente da Cooperativa” como no médio Juruá, pode reestruturar posições e oposições locais.

Aquela primeira grande compra foi na minha época. No primeiro ano, eu saldei R\$ 22mil, no 2º ano saldei R\$ 80mil, e no 4º ano, como presidente, eu saldei R\$ 180mil. Eu estava pensando assim, de pegar R\$ 100mil, ir a Manaus, comprar mercadoria e vender ao preço de Carauari para os coletadores. Não que fosse obrigatório. Também para os sócios. A gente levava mercadoria no barco, levava dinheiro, e se eles se interessassem a gente comprava a mercadoria ou não. Porque a Cooperativa é assim, você tem que pensar que você não pode só produzir, vender e terminou tudo. E não vai ficar um movimento permanente. Aí, fica-se todo tempo dependendo das empresas. Hoje, não me envolvo mais com a Cooperativa não. Às vezes, eu dou apenas alguns Conselhos, mas ele [Chico Velho] tem a cabeça meio dura e não aceita muito não. Eu trabalho na agricultura. Faço roça. Eu fico assim, porque ao invés de progredir, a Cooperativa reduziu. Como estava indo, a Cooperativa hoje era para estar andando quase com os próprios pés. E ela reduziu e ficou do zero. (Entrevista com S. Bastos, ex-Presidente da Cooperativa, morador da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, em abril 2008, no Roque)

Hoje, ela ainda não está bem regularizada porque a gente, desde 2003, na hora que eu peguei, ela já estava um pouco esbagaçada e eu não tive como consertá-la. Porque de 2003 pra cá, a gestão deixou espafifada e eu achei que ela estivesse arrumada. A minha esperança é que estivesse arrumada. Eu tentei arrumar, mas não tive como porque os contadores me abandonaram. Agora, em 2008, com o apoio do pessoal da Natura é que a gente está começando a arrumar a legalização da Cooperativa. Prestar conta do recurso. (Entrevista com

Chico Velho, presidente daq CODAEMJ, na sede da SDS em Carauari, em 25/04/2008)

Ainda hoje, persiste a dificuldade financeira da Cooperativa, que depende na venda do óleo quase que exclusivamente da Natura pela falta de capital de giro. Por ser uma empresa de maior porte, a Natura adianta o pagamento do óleo, antes mesmo da coleta o que facilita a compra das sementes dos coletadores. O problema maior é que é a empresa que dita a quantidade do óleo que será comprado e o preço a ser pago pelo produto. Há ainda problemas na qualidade do óleo em função do processo de coleta da semente, o que vem sendo trabalhado também pela empresa nos últimos anos junto às comunidades.

O contrato com outras empresas é difícil, embora todas tenham muita encomenda de óleo. Mas, pra mim o foco para ser bem sincero é a Natura, porque quando ela vem, e fecha o contrato, ela já assina o contrato e diz: "Vou jogar 25% da cota de vocês para vocês quando comprarem, não comprarem fiado". As outras empresas não. Elas só querem receber o óleo, mas elas não adiantam um pequeno recurso para comprar semente. A Natura adianta. Não tenho como comprar, se não for assim. O coitado do ribeirinho que pede a Deus que a gente passe lá e leve dinheiro pra comprar a semente, como é que vai esperar? Você sabe que nessa época [cheia], não existe pesca, madeira ninguém tira, nem borracha, ninguém corta seringa. O negócio é a seringa. Aí eu nem me mexo. Por causa disso, porque eu não vou comprar fiado. Em 2005, a Natura comprou 40ton e depois em 2006 e 2007 apenas 5ton. Em 2005, a acidez do óleo estava ruim. Ela comprou e, segundo ela, praticamente, estragou uma parte, cerca de 10 ton. Por isso que em 2006, ela chegou com muito menos. A acidez subiu muito. Subiu para 120%. Aí é uma morte. Não tem quem compre. Aí em 2006, ela comprou apenas 5ton. Isso, 5 de um e 5 de outro [muru-muru e andiroba]. Em 2007, não deu andiroba. Eu consegui apenas 1.050kg de andiroba. Só vendemos 1.050kg de óleo para a Natura e 8ton de muru-muru. Como o óleo de 2005 sujou todo, em 2006, ela agüentou 10ton, porque o prejuízo era menor. Em 2007, o óleo melhorou, aí em 2008, jogaram 20ton. Aí eles disseram, se vocês produzirem 6ton do óleo que vocês produziram o ano passado, o ano que vem a gente vai pedir 40 ou até 50 ton. (Entrevista com Chico Velho, presidente daq CODAEMJ, na sede da SDS em Carauari, em 25/04/2008)

Embora de fato existissem disputas e conflitos entre a Cooperativa e a Associação, estes ficam mais dados a percepção de seus idealizadores e lideranças do que aos moradores das comunidades. Os moradores parecem considerar a Cooperativa uma instituição que realiza um trabalho complementar a Associação, tanto que mesmo os fundadores da Cooperativa permanecem filiados a ASPROC.

Para a maioria dos moradores da RESEX, os verdadeiros inimigos eram o “patrão” e o “regatão”. Independente das relações que estiveram envolvidas na criação da ASPROC e posteriormente da CODAEMJ, o que importava era não estar mais sujeito à autoridade do “patrão”. Ruptura esta inaugurada pela ASPROC e complementada pela CODAEMJ no processamento dos óleos e no apoio a coleta de sementes.

Analisando o processo de constituição da Cooperativa do Alto Juruá, na Bacia do Rio Tejo, Pantoja Franco (1994: 196) sustentava que de fato a população reconhecia as diferenças e rupturas entre o tempo do “patrão” e o da cooperativa, mesmo que alguns núcleos cooperativos instalados nos rios e igarapés tivessem problemas de abastecimento de mercadorias, o que causava certo descrédito em relação à mesma. “A ruptura com o antigo modelo de patronagem também parece ter propiciado novos parâmetros de comparação para avaliar o passado” (1994: 198). E a respeito do médio Juruá poderíamos acrescentar que tal ruptura proporciona também novos parâmetros para a compreensão das relações e articulações entre as instituições no presente.

Com a melhoria das relações entre as organizações sociais, uma vez consolidada a parceria com a Natura, além da Cooperativa, o CNS e o IBAMA também participam das negociações com a empresa e tentam mediar a definição dos preços dos produtos visando beneficiar os coletadores. Esta tem sido, nos últimos anos, a principal alternativa econômica para os moradores da região do médio Juruá.

3.3.9. A formação do Conselho Deliberativo da RESEX

As relações conflituosas entre a ASPROC e a CODAEMJ só viriam a melhorar com a implantação do Conselho Deliberativo da RESEX que embora houvesse sido criado oficialmente por uma Portaria do IBAMA no ano 2002, o que fazia dele um dos mais antigos já criados no estado do Amazonas, só foi de fato implantado em 2007, conforme relatou a Chefe da RESEX, na última reunião do Conselho em junho de 2009 em Carauari.

Assim como as reuniões coordenadas pelas pastorais da Igreja Católica nos anos 1970 e 1980, com especial destaque para o trabalho do MEB na região do médio Juruá, a oficina de posse do Conselho realizada entre 29 a 31 de janeiro de 2007, além de cumprir o seu papel formal de instalar o Conselho para que ele

deliberasse sobre as questões de sua competência, tinha também um caráter formador. Buscava capacitar os membros do Conselho acerca da sua função, da legislação e do significado atribuído a ESEX.

A Reunião para a Posse do Conselho da RESEX foi planejada para ser realizada em três dias, com a seguinte pauta:

1° dia – 29/01/07 (tarde)	2° dia – 30/01/07	3° dia – 31/01/07
Abertura	Construção da missão do Conselho Deliberativo	Revisão do Regimento Interno
Apresentação dos participantes e da pauta da reunião FNMA	Apresentação das propostas e definição da missão.	Apresentação das propostas de alteração e discussão da proposta final (plenária)
Capacitação dos conselheiros	Definição dos papéis e compromisso dos atores sociais que compõem do Conselho.	Apresentação das propostas de melhoria da qualidade dos óleos (Cognis)
Exibição de filmes dos seringueiros	Elaboração do Plano de Ação do Conselho	Apresentação do Projeto da Kátia Schweickardt
Apresentação das lideranças sobre o Encontro Nacional de RESEX/RDS		Instalação da antena da internet na RESEX
Apresentação do retrato da RESEX Médio-Juruá – aspectos socioambientais		Representação do Roque no CURB – Contrato de Repartição dos Benefícios
		Apresentação da logomarca da RESEX
		Posse dos Conselheiros
		Apresentação das fotos
		Avaliação
		Coquetel de Encerramento

A saudação aos presentes e a coordenação da dinâmica de apresentação ficou a cargo da equipe do IBAMA e ICMBio de Carauari, que junto com os representantes do CNPT/ICMBio/Manaus viriam constituir por toda a reunião naquele grupo que Comerford (1999) categorizou de “equipe de frente” ao estudar reuniões sindicais com uma inspiração na analogia dramatúrgica de Goffman (1975). Assim o autor define este grupo:

Chamarei de “equipe de frente” o conjunto das pessoas que falam mais vezes e mais longamente nos momentos de discussão, a ponto de se destacarem, e os demais, que basicamente assistem às falas desses primeiros de “público”. (1999: 63)

Das Instituições, estavam presentes o IBAMA/Carauari (Francisco Pinto e Sílvia), o ICMBio de Carauari (Paula) e de Manaus (Leonardo, Mônia e Rosi), o CNS

(Manoel Cunha), Agência de Florestas/SDS (Adevaldo), SDS/Carauari (Suzy), Secretário Municipal de Meio Ambiente, também representando o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Nelson Lacerda), uma representante da Prefeitura Municipal (Francisca da Silva, Secretaria Municipal do Interior (Sargento Neuton), IDAM (Raimundo de Deus) e a Universidade do estado Amazonas – UEA/Carauari (Prof. Daniel). Além das Instituições, estavam representantes de quase todas as comunidades da RESEX.

Após a minha primeira grande viagem às comunidades do Rio Juruá, em janeiro de 2007, participar dessa reunião de posse do Conselho seria outro momento importante para as reflexões que vinha me propondo fazer acerca das relações entre Estado e as populações locais da RESEX. Aqui, como em outras reuniões que participei tentei exercitar, inspirada em Comerford (1999), o olhar antropológico para tentar compreender a partir do que as pessoas falavam, do como elas falavam, do lugar no auditório que ocupavam, como se articulavam os planos das relações sociais por trás de tudo que estava acontecendo na reunião, propriamente dita, e nos bastidores dela, já que nos momentos de lazer e descontração era também possível perceber algumas das configurações das redes de sociabilidade.

Em seguida às apresentações, o coordenador do CNPT Manaus, Leonardo Pacheco, fez uma saudação aos presentes em nome do CNPT. Ele, assim como a outra representante do CNPT/Manaus, Mônia, estavam bastante à vontade já que ambos haviam começado suas carreiras de analistas ambientais trabalhando na RESEX Médio Juruá, em Carauari, Leonardo tendo vindo da Bahia e a Mônia do Rio Grande do Sul. Embora naquele momento estivessem vivendo em Manaus, seus vínculos locais eram bastante fortes.

Em seguida, Mônia, fez um histórico do processo de criação do Conselho deliberativo informando que desde 2002, ela, Leonardo e Aldísio, todos analistas ambientais recém-contratados na época, fomentaram diversas discussões para a formação do Conselho, mas não conseguiram reunir condições materiais para que o processo fosse efetivado.

Desse modo, o CNPT/Carauari apoiado pela equipe do MEB, da qual ainda faziam parte o Adevaldo e Suzy, elaboraram projeto para apoiar as ações de constituição do Conselho, e o apresentaram ao Fundo Nacional do Meio Ambiente -

FNMA. Pela proposta, a ASPROC seria a gestora do recurso, que só foi liberado em 2005.

Ainda refazendo o histórico do processo, a representante do ICMBio/Carauari, Paula Soares, relatou que ao longo do tempo, foram feitas diversas reuniões para sensibilizar as comunidades acerca da importância do Conselho e para capacitar as lideranças que viriam a fazer parte dele como membros.

Eventos preparatórios à constituição do Conselho

Dezembro de 2005 – objetivo: falar da necessidade das pessoas se organizarem (várias comunidades)

Janeiro de 2006 – objetivo: introdução à legislação, o que é SNUC, e o que é Conselho Deliberativo (comunidade do São Raimundo)

Março de 2006 – objetivo: assegurar a participação de jovens e mulheres (várias comunidades)

Julho de 2006 – objetivo: Paula Soares, que antes trabalhava como bolsista na SDS, entra no IBAMA via concurso e faz junto aos moradores um resgate histórico da luta pela Reserva (várias comunidades). Também fez-se um trabalho em cima do “perfil de um Conselheiro”

Julho de 2006 – Oficina de Capacitação

Novembro de 2006 – Oficina de Capacitação

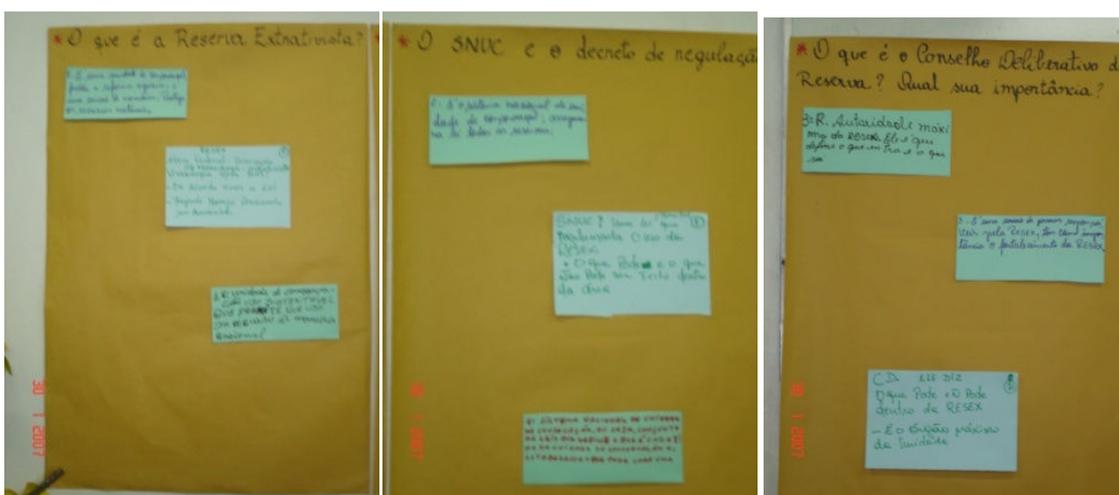
Janeiro de 2007 – Posse do Conselho.

O histórico feito em plenária parecia ter a intenção de demonstrar a todos que a criação do Conselho foi fruto de um longo processo de amadurecimento onde se tentou envolver os moradores das comunidades. No momento seguinte da reunião, realizou-se um trabalho de grupos visando fomentar o debate a fim de esclarecer a todos sobre o que significava RESEX, Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Conselho Deliberativo e Plano de Manejo. Termos e expressões que já circulavam há algum tempo na região, mas que por terem sido trazidos de fora, ainda não tinham sido incorporados por todos os Conselheiros ali presentes.



Figuras 66-71: Trabalho de grupos na Reunião do Conselho da RESEX, jan/2007
Fotos: Kátia Schweickardt

Para que todos pudessem acompanhar as resoluções dos debates e se sentissem a vontade para se manifestar, foram usadas técnicas de visualização onde os produtos das discussões eram registrados pelos relatores dos grupos em cartelas que foram posteriormente apresentadas e fixadas em cartazes na plenária. Os relatores, normalmente eram aqueles que melhor escreviam e que melhor falavam ao ser convidado a ir a frente. Todos os cartazes permaneceram ao longo do tempo presos na parede da sala de reuniões do Ginásio Municipal onde o evento estava sendo realizado.



Figuras 72-74: Painéis de Visualização, jan/2007

Fotos: Kátia Schweickardt

Os grupos eram assessorados pelos representantes dos órgãos governamentais que estavam assessorando e coordenando a reunião. Observando os grupos e a atuação desses assessores, ali representantes oficiais de agências governamentais, agentes de Estado, comecei a perceber que para compreender as

relações entre o Estado e as populações locais na Amazônia contemporânea, era preciso abandonar de vez a idéia de um estado monolítico, materializado em escritórios e com funcionários distantes que nada tinham a ver com aquelas populações ou que os funcionários do órgão estadual nada tinham a ver com os do órgão federal. Ao final deste capítulo, voltarei a estas reflexões acerca das configurações do Estado na Amazônia hoje.

Desse primeiro debate onde todos participaram a seu modo, uns falando mais e outros escutando mais, resultou a seguinte matriz conceitual que funcionaria até o fim da reunião como uma ferramenta de nivelamento das noções a serem operadas pelos Conselheiros.

RESEX	SNUC e decreto regulamentador	Conselho Deliberativo	Regimento Interno	Plano de Manejo
É uma Unidade de Conservação / Facilita a reforma agrária / União dos moradores / Protege os recursos naturais	Sistema Nacional de Unidades de Conservação que assegura na lei todas as reservas.	Autoridade máxima da RESEX. É ele que define o que sai e o que não sai.	Regras que definem o funcionamento do Conselho	Estudos para descobrir o potencial da RESEX e definir o uso racional dos recursos.
Área federal de preservação / os moradores extrativistas vivem do que ela tem / de acordo com a lei / fazendo manejo e pensando no amanhã	Uma Lei principal que regula o uso da RESEX / Diz o que pode e o que não pode ser feito dentro da área	É uma união de pessoas responsáveis pela RESEX, tem como importância o fortalecimento da RESEX.	Orienta o Conselheiro	O papel do Conselho é zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo.
Unidade de conservação de uso sustentável que permite o uso de maneira racional.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação que define o que é cada tipo de Unidade de Conservação e diz o que pode e o que não pode ser feito em cada uma delas.	Diz o que pode e o que não pode dentro da RESEX. É o órgão máximo dentro da Unidade.		

Depois da construção da matriz conceitual, a representante do ICMBio/Carauari solicitou ao Manoel Cunha do CNS que fizesse uma fala mostrando as pessoas como as cinco “figuras” caracterizadas acima estavam interligadas. Com discurso articulado, era tido pela maioria das lideranças presentes como referência respeitada e que os representava bem junto aos agentes públicos e aos “de fora” da Reserva. Mas o convite do IBAMA tinha um tom de certa provocação para colocar o

seu papel em teste. Ele falou com clareza, traduzindo bem as noções e dando exemplos numa linguagem em que todos entendiam e eram levados a reafirmarem seu compromisso com a função de conselheiros que estavam assumindo naqueles dias.

Na fala dos representantes presentes, muitas cobranças foram feitas ao IBAMA, sobretudo em relação à intensificação das ações de fiscalização e de elaboração do Plano de Manejo. Os representantes do órgão presentes à reunião procuravam demonstrar de diferentes modos, ou por sua história pessoal de ligação com movimentos sociais antes de ir trabalhar no IBAMA, ou por sua opção de trabalhar com unidades e conservação de uso sustentável no interior da Amazônia, uma certa parceria e cumplicidade com as comunidades ali representadas e colocavam a culpa da morosidade e ausência de algumas ações na falta de recursos financeiros do órgão.

Outros representantes de comunidades reclamavam de questões pendentes há bastante tempo como o fato de algumas famílias terem sido cadastradas pelo INCRA logo no início do reconhecimento da RESEX e que por estarem fora do perímetro da mesma, terem recebido uma parte do recurso a que tinham direito. A questão referente aos créditos da reforma agrária para moradores de Unidades de Conservação de Uso Sustentável será objeto do capítulo 5.

Concluída a plenária e todas as falas tendo sido registradas, passaram a discutir a composição do Conselho a partir da Portaria. Naquele momento, o Conselho era formado por uma representação paritária entre órgãos governamentais e organizações sociais e representantes das comunidades da RESEX da seguinte maneira:

Instituições	Comunidades da RESEX Médio Juruá
IBAMA	Gumo do Facão
ASPROC	Novo Horizonte
CNS	Pupuai
Prefeitura de Carauari	Nova Esperança
SDS	Roque
IDAM	Fortuna
COLPESCA	Fazendinha
UEA	Imperatriz
UFAM	Pão
CODAEMJ	Nova União
AMARU	São Raimundo
INCRA	Tabuleiro

Em termos gerais, o Conselho Deliberativo da RESEX seria formado por vinte e quatro Conselheiros, dos quais doze representantes de comunidades, sete de organizações da sociedade civil e sete representantes dos órgãos públicos. Se somássemos os doze das comunidades com os sete das organizações, teríamos dezenove membros representando a sociedade civil contra apenas sete dos órgãos públicos. Sendo que ainda desses sete, dois representantes seriam das Universidades Públicas do Estado, UFAM e UEA. O Conselho assim formado pareceria nos indicar que a tutela do Estado sobre a RESEX tendia a se diluir entre outras formas de poder e organização. Tal fato não ficou assim demonstrado na reunião.

Em primeiro lugar, a reunião foi comandada pelos membros do ICMBio/IBAMA, que como “equipe de frente”, assumiu a coordenação das apresentações e mediação dos debates. No momento da escolha do presidente do Conselho, os ânimos se exaltaram um pouco. O SNUC previa que o Conselho deveria ser presidido pelo órgão gestor, IBAMA agora ICMBio. Porém, os debates se acirraram na disputa pela vice-Presidência que se julgava pudesse ser assumida por algumas das organizações sociais de representação dos moradores da RESEX, a ASPROC, por exemplo. Os representantes do ICMBio/IBAMA não concordaram e argumentaram que no seu entendimento, o presidente e o vice do Conselho deveriam ser do IBAMA/ICMBio para que no caso de impedimento eventual do primeiro, o Conselho sempre estivesse sendo presidido pelo órgão gestor quaisquer que fossem as situações. Amparada pelo SNUC, a tutela cuja face estava oculta, no clímax da reunião se revelava. E ao contrário do que se poderia esperar. Não houve resistência. As pessoas de pronto concordaram com a formação da presidência.

O esforço que o ICMBio/IBAMA fez para garantir a direção total do Conselho se enquadraria no modelo tutelar clássico de que a despeito da configuração numérica das representações, a lei garantiria ao Estado, o poder maior. Essa seria uma simplificação das possibilidades do poder tutelar, ou nos termos de Pacheco (1988) poderíamos dizer tratar-se da face evidente da tutela. O que queremos ressaltar aqui não é esta face evidente, é o modo como a sua face oculta complementa e reforça essa sua face aparente.

O IBAMA, na discussão acima, estava cumprindo o seu papel. Já que cabia ao Estado, como representante maior dos interesses gerais das pessoas, tomar as rédeas do processo. O porquê da concordância imediata dos demais representantes

das organizações sociais, em número bem maior no Conselho, é que nos levou a refletir sobre o que estaria por trás dessa configuração, que tinha a aparência de uma equação simples, “estado dominante” x “organizações sociais dominadas”.

O primeiro aspecto a levantar é que não estamos tratando aqui de um Estado único e monolítico, aspecto que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo da tese, quando analisaremos as agências governamentais como representantes das diferentes faces desse Estado. Mas vale adiantar aqui, que nestes órgãos públicos, desde 2003, mais especificamente, há representações das organizações e movimentos sociais no quadro de funcionários e gestores. Aivaldo, que na reunião representava a Agência de Florestas/SDS, e que era filho de Caruari do antigo Seringal Mari-Mari, ex-agente do MEB, havia ocupado a coordenação do CNPT/IBAMA em 2004, numa função gratificada. Suzy, que naquele momento ocupava o cargo de representante da SDS em Caruari e gestora da RDS Uacari, era também filha da região e ex-agente do MEB. Desse modo, o Estado, no seu modo clássico ali representado pelo ICMBio/IBAMA, não era visto apenas como outra esfera da vida social, superior e distante da vida das pessoas. Os representantes das organizações sociais viam-se assim, também como parte dele.

Do mesmo modo, não havia consenso entre os representantes das organizações. Nem todas as comunidades concordavam com os gestores da ASPROC, ou do CNS. Havia muitas lacunas e ambiguidades também entre estas instituições que poderíamos aqui classificar como populares em oposição ao Estado.

Assim, era possível perceber que a relação de dominação não é apenas de uma relação de sujeição absoluta (Cf. Simmel, 1908), onde o pólo dominado não desempenha função ativa. O pólo dominado também reinterpreta, seleciona e remaneja as pressões que recebe do pólo dominante. A dominação não é apenas um fato externo imposto por forças estranhas ao grupo humano diretamente observado. As lacunas e ambiguidades nas instituições e organizações populares, assim como também nos órgãos públicos, podem levar a reforçar o papel de indivíduos ou instituições que ora são identificadas como pertencentes ao pólo dominante e ora são identificadas como pertencentes ao pólo dominado. Como sugere Pacheco (1988), quando regulam papéis e obrigações sociais e assumem uma significação simbólica para pessoas ou segmentos do grupo dominado, as determinações dos órgãos governamentais podem passar a ser internalizadas pelo

sistema nativo, que não pode prescindir delas para reproduzir-se e manter-se como uma unidade social. Assim, a tutela se respalda.

No caso do Conselho da RESEX Médio Juruá, o que levou à aceitação da norma legal de que os funcionários do ICMBio/IBAMA é que deveriam presidir o Conselho não foi apenas o consenso pré-existente, expresso na Lei do SNUC. O *padrão de legalidade*⁸⁵, para usar outra expressão de Pacheco (1988), validado na reunião foi fruto da correlação de forças entre os atores sociais, em função de suas posições assimétricas. Além de já ter o poder formal, por ter em seus quadros representantes das organizações, o ICMBio/IBAMA potencializou o campo, espaço social de relações objetivas onde se manifestam relações de poder (Bourdieu, 1989; 1992), capitaneado por ele. Revelou-se assim, que o processo regular de relacionamento entre moradores da RESEX e funcionários do IBAMA, estabeleceu um conjunto relativamente estável de padrões de interação, relações de compromisso e confiança, que validaram a norma legal, mesmo que muitas divergências e discordâncias entre os moradores e o IBAMA ainda persistissem.

Na reunião do Conselho, a “equipe de frente” (Comerford, 1999), formada pelos técnicos do ICMBio/IBAMA, estava sempre dando aos temas tratados uma dimensão pedagógica. Assim, era possível exercer uma dimensão da tutela que ia além do seu caráter puramente repressor e ensinando ao tutelado (moradores da RESEX) os códigos culturais dominantes a fim de que fossem por eles aceitos e internalizados.

Outro detalhe percebido na reunião de posse do Conselho foi que, mesmo o ICMBio/IBAMA ocupando lugar de destaque a frente do evento, havia sempre uma preocupação de conquistar a plenária por meio da negociação expressa dos diferentes assuntos em pauta. Embora não manifestado nos discursos, havia respeito e certa deferência em relação às opiniões e aos conhecimentos dos moradores da Reserva ali representados por suas lideranças. Algo como o que observou Pacheco (1988) na relação entre os Ticuna e o SPI: a expressão do paradoxo ideológico da tutela. A interação entre funcionários do IBAMA e moradores da RESEX não se expressava apenas como a atualização de um único quadro de

⁸⁵ O *padrão de legalidade* característico de um dado regime político, segundo Pacheco (1988), é instituído pela distribuição de autoridade entre os diferentes papéis existentes, constituindo-se na base dos arranjos institucionais que regulam a tomada de decisões. Não decorre de um consenso pré-existente. Ele é fruto da correlação de forças entre os atores sociais. É fabricado pelos próprios atores envolvidos, em função de suas posições assimétricas, lançando mão das virtualidades contidas nos diferentes referenciais de ação ali existentes.

referência, no caso o do IBAMA. Esta seria uma peculiaridade da tutela enquanto forma de dominação: as normas e ideologias veiculadas são um produto relativo e mutável do campo de interação entre os diferentes atores e não apenas a determinação de um dos pólos da interação.

Alguns representantes das comunidades, durante as plenárias, manifestavam certo descontentamento em relação aos seus representantes nas organizações, especialmente, pelos que trabalhavam para o governo do estado. Depois que a RDS estadual foi criada, consideravam que: 1) seus representantes haviam abandonado um pouco a RESEX; 2) que a RDS havia avançado mais que a RESEX; 3) que o Plano de Manejo já deveria ter sido construído, vez que muitas espécies se encontravam no ponto de serem exploradas, como já vinha acontecendo na RDS devido ao Acordo de Pesca que permitiu a exploração dos recursos pesqueiros nos lagos mapeados.

No ponto seguinte, outro membro da equipe do ICMBio/Manaus, propôs a discussão acerca da visão de futuro da Reserva com base em três eixos: o eixo ambiental deveria envolver uma preocupação com a preservação da área, o manejo dos recursos naturais e a questão do lixo; o eixo social deveria ter como motivação a organização dos moradores da Reserva, educação, saúde, transporte, saneamento, energia, comunicação, moradia e a falta de documentos pessoais de muitos dos moradores; e o terceiro e último eixo deveria se preocupar com as questões de créditos para financiamento das atividades produtivas, com a geração de renda, os tipos de produção e o mercado para comercialização dos produtos.

Para este debate, foi usado o recurso de confecção de cartazes detalhando, segundo a visão dos conselheiros presentes, as ações a serem desenvolvidas em cada um dos eixos propostos para a implementação efetiva da RESEX. Mais uma vez foram constituídos grupos para a discussão dos eixos. Todos os presentes receberam cartelas de cartolina para que fossem escrevendo suas idéias, que depois foram apresentadas pelos relatores dos grupos na plenária e colocadas nos cartazes. Neste momento, a palavra estava com os moradores da RESEX e os agentes do CNPT/ICMBio/IBAMA, apenas ajudaram a organizar os cartazes. Apresentava o produto do trabalho do seu grupo a liderança que mais se destacava no debate.



Figuras 75-76: Apresentação dos trabalhos de grupo – “Visão de futuro da RESEX”, jan/2007
Fotos: Kátia Schweickardt

Ao final, para cada um dos eixos do que se pretendia para o futuro da RESEX gerou-se uma matriz com um conjunto de ações a serem encaminhadas, conforme listadas abaixo:

Visão de futuro da RESEX		
Ambiental	Social	Econômico
Penalização dos infratores	Agentes de Saúde em cada comunidade	Abrir linhas de crédito específicas para melhorar a vida nas comunidades, visando: criação de animais para o abate, criação de peixes como tambaqui para a comercialização, manejo florestal, etc.
Elaboração do Plano de Manejo	Capacitação para os agentes com kits de remédio suficientes e materiais de primeiro socorros	Buscar parceiros para desenvolver alternativa de renda: artesanato, ração, adubos, etc.
Formação de Agentes Ambientais	Resgate de emergência	Incrementar a geração de renda a partir das atividades e pesca, madeira e agrícola.
Construção de caixotes para a coleta do lixo	Visita regular da Secretaria de Saúde na comunidade	Capacitação técnica e acompanhamento permanente
Encontrar forma de uso e coleta para o lixo reciclável	Para a moradia, continuação do projeto das casas em parceria com o INCRA.	Estudo de mercado
Capacitação para agentes ambientais voluntários	Comunicação: Telefone público em todas as comunidades; sistema de rádio e internet na RESEX.	Beneficiamento da produção
Campanha de preservação ambiental dentro da RESEX	Construção de poços artesianos e campanha de tratamento da	Transporte para o escoamento da produção da reserva

(lixo, saúde) Preservação dos lagos para um futuro manejo	água. Em relação ao lazer, reativação dos festejos culturais e de santos com parceria na Prefeitura na organização dos eventos. Sugestão de criação da festa da Andiroba.	Elaborar projeto para uso sustentável da madeira
Curso de reciclagem do lixo para as comunidades adotarem esta prática	Escolas padrão ⁸⁶ nas comunidades, escolas de ensino médio e Escola Família-Rural ⁸⁷ , escolas técnicas profissionalizantes.	Elaborar calendário produtivo da área para os principais produtos: pesca, borracha, óleo, farinha, madeira, artesanato e açai.
Estabelecer regras para as pessoas que queiram vir morar na RESEX vindos de Carauari.	Para o transporte, cada comunidade deve ter a sua chalana com capacidade variando em função do tamanho da comunidade Buscar orientação para construir fossas nas comunidades Esgoto nas comunidades Subsidiar o diesel para os motores de luz das comunidades por meio de um convênio com o governo do Estado. Instalação de placas solares "Luz para todos" Procurar parceiros para campanhas de documentação nas comunidades. Em relação à organização das comunidades: falta de credibilidades de algumas lideranças; falta de lideranças. Fazer curso para formação de lideranças. Incentivar as mulheres a participarem mais dos eventos.	Buscar mercado para os produtos da reserva

As ações propostas eram genéricas e não houve indicação de responsáveis pelo seu cumprimento, nem detalhamento dos prazos para tal. Em princípio, a responsabilidade geral era do Conselho Deliberativo, que ainda nem sabia bem qual seria sua missão. Ficou evidente que a principal expectativa do Conselho com a implementação da RESEX era relativa às questões de caráter "social". O debate demonstrou, pela quantidade das questões levantadas, que para a garantia da

⁸⁶ Escola padrão é aquela que possui salas de aula adequadas e professores qualificados para ministrar aulas da Educação Infantil ao Ensino Médio.

⁸⁷ Segundo Visbiski e Weirich Neto (2004), escola familiar-rural é aquela "que permite períodos integrais de formação na escola, em regime de internato, que se alterna com o período na propriedade familiar permitindo a unificação, no processo de formação profissional, do trabalho coletivo dos professores, dos pais e das lideranças". Este modelo foi desenvolvido na França, visando evitar o êxodo rural das famílias camponesas em virtude da necessidade de proporcionar estudos aos filhos.

sustentabilidade de uma RESEX enquanto unidade de conservação de uso sustentável, antes das preocupações de ordem ambiental ou econômica, estavam as questões relacionadas à educação, à saúde, ao transporte, à comunicação e à organização dos moradores da área, inclusive chamando a atenção para a necessidade de criar condições para maior participação das mulheres no Conselho e nas decisões. Na formação do Conselho, apenas uma mulher representava uma comunidade como membro titular, a presidente da comunidade da Imperatriz.



Figura 77: Conselheiros analisando os cartazes com a “Visão de Futuro da RESEX”
Foto: Kátia Schweickardt

Como dentro do conjunto de questões a serem enfrentadas segundo a “visão de futuro da RESEX” antes analisada, faltava clareza em relação à missão do Conselho, passou-se a discutir esse ponto. Partindo da matriz anterior, foram pinçadas palavras visando construir uma frase que definisse a missão do Conselho. A frase, ao ser lida, deveria permitir que os Conselheiros se vissem nela. Ao final ela foi apresentada e anexada a um cartaz que ficaria preso por todo o resto da reunião na parede principal.

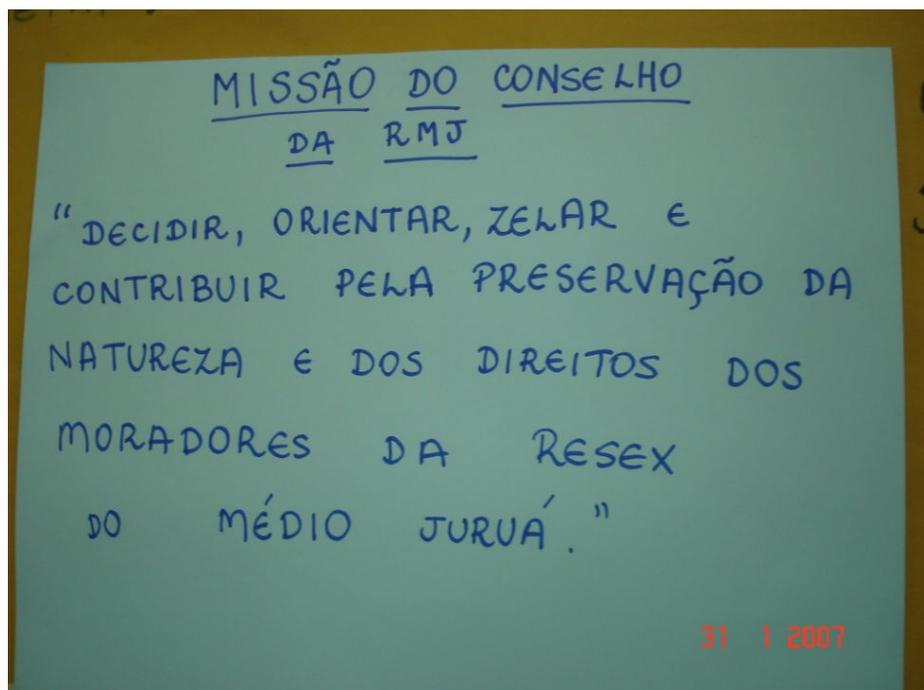


Figura 78: Cartaz com a missão do Conselho da RESEX Foto: Kátia Schweickardt

Em seguida, cada Conselheiro deveria desenhar qual seria sua contribuição pessoal para o cumprimento da missão do Conselho.



Figuras 79-82: Conselheiros desenhando sua missão, jan/2007 Foto: Kátia Schweickardt



Figuras 83-84: Conselheiros desenhando sua missão, jan/2007 Foto: Kátia Schweickardt

Ao final, cada um apresentou o seu desenho e ao fazê-lo, ia explicando como seria a sua contribuição e qual seria o seu compromisso pessoal frente à missão construída na reunião.

A maioria dos representantes dos moradores via que a principal contribuição para a RESEX e não apenas para o Conselho, era a de trabalhar nas suas comunidades de modo sustentável para que os recursos da área não se acabassem. Em relação ao Conselho propriamente dito suas contribuições seriam: participar das reuniões e repassar as informações nas suas comunidades para irem, segundo eles, conscientizando os demais moradores.

O representante da UEA manifestou-se esclarecendo que a Universidade ainda não possuía um Programa de Extensão no município, mas que já havia formado várias lideranças importantes como a gestora da RDS Uacari à época, que estava ali presente, e o gestor regional do IBAMA/Carauari, ambos ex-agentes do MEB. Os dois cursaram Ciências Políticas na UEA/Carauari. O representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente disse que sua contribuição poderia ser a de mediar as reclamações dos moradores junto ao Cartório local. O representante da Agência de Florestas/SDS, disse que sua contribuição seria buscar alternativas de negócios para o extrativismo. A gestora da SDS/Carauari e gestora da RDS Uacari, comprometeu-se a manter o elo entre as Unidades e estimular e manter as cadeias produtivas da área. O Presidente da

ASPROC comprometeu-se com a comercialização dos produtos, assim como o coordenador local do CNS, que também se comprometeu a transportar os companheiros e a ajudar no escoamento da produção da RESEX. O representante do IDAM disse que a contribuição da sua Instituição seria a de elaborar projetos e repassar as informações técnicas para os produtores, assim como prestar a eles assistência técnica.

Antes de passar à avaliação do evento e do seu encerramento, ficou acertado que o detalhamento das ações da matriz sobre a “visão de futuro da RESEX” com a definição dos responsáveis por cada ação e os prazos para os encaminhamentos deveriam ser elaborados na primeira reunião ordinária do Conselho, que seria realizado em maio próximo, caso o CNPT/ICMBio/IBAMA conseguisse viabilizar recursos para tal feito. Esta reunião acabou acontecendo bem depois do planejado.

Assim, passou-se à avaliação do evento e à entrega do certificado a cada membro Conselheiro feita pela representante do CNPT/ICMBio/IBAMA/Carauari, Presidente do referido Conselho Deliberativo. As pessoas expressavam alegria e orgulho ao receberem pela primeira vez um certificado ou diploma oficial de pertencimento a uma instância de tal importância. Ser chamado a frente para receber o certificado pareceu ter feito com que todos, indistintamente, se sentissem iguais em importância na gestão da RESEX, independente do seu grau de instrução, local de moradia ou pertencimento institucional.



Figuras 85-86: Entrega dos certificados aos Conselheiros, jan/2007

Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 87-88: Entrega dos certificados aos Conselheiros, jan/2007

Fotos: Kátia Schweickardt

Durante a realização da reunião de posse do Conselho, houve outros momentos informais que se constituíram também em pontos altos, especialmente para a constituição de relações mais próximas e até mesmo mais afetivas entre os diferentes membros. Tais momentos como a hora das refeições, os intervalos e a hora das brincadeiras para descontração durante a própria reunião quando as pessoas estavam cansadas ou dispersas foram muito importantes, figurando inclusive entre os itens que foram avaliados ao final do encontro. Segundo Comerford (1999), o lugar de destaque dado a estes “eventos paralelos”, deve-se ao fato de que nesses momentos desfaz-se a hierarquia colocada pela separação entre os que estão na frente e os que estão na plenária, entre aqueles que falam mais e se destacam e aqueles que só escutam. Nesses momentos, é possível criar ou mesmo fortalecer determinadas redes de sociabilidade e como no caso do Conselho da RESEX, ainda em formação, criar e fortalecer laços de identidade.



Figuras 89-91: Hora do lanche e brincadeiras durante a reunião, jan/2007 Fotos: Kátia Schweickardt

3.3.10. Revisitando o Conselho da RESEX

No final de junho de 2009, quando retornei de uma última viagem⁸⁸ às Reservas, fui convidada a participar de uma reunião extraordinária do Conselho durante um dia, em Carauari, logo após a Assembléia da ASPROC. Nesta estavam presentes representantes de várias comunidades da RESEX Médio Juruá. Das demais Instituições do Conselho, estavam presentes apenas aquelas que representavam as organizações sociais e das governamentais, apenas aquelas com escritório em Carauari. Nenhuma Instituição cuja sede era em Manaus, como o INCRA, por exemplo, mandou seu representante. Das Instituições locais estavam presentes o IDAM, CEUC/SDS e o IBAMA.



Figuras 92-93: Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Médio Juruá, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickard

Logo, chamou-me a atenção a “dança das cadeiras” entre os representantes das Instituições do município. A representante do CEUC/SDS no município e gestora da RDS Uacari, que na reunião de posse do Conselho, em 2007, agora era vice-Prefeita, eleita no último pleito por uma coligação com o Prefeito Chico Costa, oposição ao Prefeito anterior, Bruno Ramalho. Na SDS/Carauari, seu lugar foi ocupado por uma ex-assessora da da ASPROC. Os gestores locais da ASPROC e do CNS também haviam trocado de lugar. E o Manoel Cunha havia se tornado desde 2006, presidente nacional do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

Por um lado tal movimento de lideranças revelava a vitalidade do grupo político formado pelo MEB, pela Paróquia Católica ainda no tempo do Pe. João Derickx, e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, sua persistência à frente dos movimentos sociais locais, ao longo dos anos no município. Por outro,

⁸⁸ Esta viagem será relatada em detalhes e analisada no capítulo 5.

revelava-se também uma falta de renovação nestes quadros (Cf. Pantoja Franco, 1994). Em parte, tal fenômeno se devia à falta de um trabalho sistemático de formação de lideranças e de organização social das comunidades como o que era feito pelo MEB, entre os anos de 1970 até o início dos anos 2000. Essa era uma reclamação de alguns moradores. Segundo eles, as organizações sociais, CNS e ASPROC, desempenhavam esta tarefa.

Ao iniciar, a Chefe da RESEX Médio Juruá, disse que esta reunião do Conselho em seguida à Assembléia da ASPROC tinha o objetivo de fazer com que as lideranças das comunidades da RESEX se envolvessem mais com a Associação que estava completando 15 anos de existência. Era a reafirmação da aliança entre uma das faces do Estado e os movimentos sociais locais. Em Carauari, tal fenômeno se tornou mais evidente desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Quase todas as lideranças das organizações locais são filiadas e fundadoras do partido no município. Com a vitória da vice-Prefeita numa coligação onde ela representava o partido, consolidava-se o apoio da Prefeitura às organizações sociais locais, já que nos últimos as lideranças das organizações reclamavam que este apoio era dado apenas às comunidades do Rio onde o Prefeito anterior tinha sua base eleitoral.

A ASPROC cuida muito bem da questão produtiva, mas falta muito na organização, capacitação de novas lideranças, embora a Associação esteja nas comunidades discutindo agora a instalação das cantinas⁸⁹. Na questão produtiva, em relação às outras, estão muito adiantadas. Vocês não devem permitir nas comunidades que se fale mal da organização. O resultado da Assembléia da ASPROC foi muito positivo. Dentro disso, a colaboração do Instituto Chico Mendes foi até pequena. (Fala da Chefe da RESEX na abertura da Reunião do Conselho, em Carauari, dia 29/06/2009)

Em seguida a fala de abertura, um representante de uma comunidade sugeriu que fosse discutida a questão do manejo do pirarucu. Aquele parecia ser um sinal de que, uma vez conquistadas as Reservas no médio Juruá, as questões relativas à organização social e às lutas políticas deveriam estar em segundo plano com relação às questões relativas à produção, ao manejo dos recursos e a comercialização. Diferente do trabalho de conscientização feito em décadas

⁸⁹ São entrepostos de mercadorias, sem fins lucrativos, aviados pela Associação e que abastecem a comunidade.

anteriores, onde economia e política eram questões interligadas na dinâmica da vida social, as conquistas recentes pareciam tê-las separado nas preocupações de alguns membros do Conselho.

A Chefe da RESEX, que compunha com outra representante do ICMBio a “equipe de frente” da reunião, apresentou o detalhamento da pauta na qual um dos pontos era a necessidade de renovação do Conselho. Embora tendo sido criado em 2002, o mesmo só foi oficializado em janeiro de 2007. E em 2009, dois anos após sua instalação, o regimento previa a renovação de seus membros. Todos iriam levar uns formulários de avaliação do Conselho para serem discutidos junto às comunidades. Estas, por sua vez, deveriam indicar a manutenção de seus representantes ou a indicação de novos membros.

Em seguida, deu-se início ao processo de auto-avaliação por parte dos Conselheiros. A maioria dos representantes das comunidades avaliou que a sua participação no Conselho e como Conselheiro na comunidade era ruim. Não havia repasse das discussões e das decisões para suas bases. Quando indagados a respeito, apenas a metade dos Conselheiros representantes de comunidades afirmou reunirem-se com sua base quando retornavam de alguma reunião.

Em meio à avaliação, alguns pediram explicações em relação à antena da EMBRATEL que o ICMBio havia negociado para ser instalada no Roque. As coordenadoras, representantes do ICMBio, explicaram que em virtude da comunidade do Roque, assim como outras comunidades, possuem Escola de Ensino Médio, existe nelas o acesso à internet, embora restrito à escola. Desse modo, das duas antenas que deveriam ser instaladas pelo ICMBio na Reserva, uma foi instalada na comunidade do Novo Horizonte e a outra deslocada para a sede da ASPROC na cidade. Esta última teria um ponto adicional de acesso à internet estendido à Associação de Moradores da RDS Uacari - AMARU, cuja sede recém-inaugurada dividia o terreno com a ASPROC. Segundo a chefe da RESEX, como o ICMBio não possuía escritório na Reserva, tais antenas poderiam servir de apoio ao trabalho até do próprio órgão no município. Ao usar a infra-estrutura das organizações sociais como base para suas ações de gestão da Reserva, o ICMBio estava reconhecendo a partilha do poder do Estado com estas organizações. Tal iniciativa demonstrava o caráter não monolítico desse poder, revelando uma das várias faces desse Estado. Configurava-se assim mais um plano de articulação (Geertz, 1967) do Estado.

Para resolver a questão do acesso à internet para os moradores, sugeriu-se que fossem feitas gestões junto à Secretaria Estadual de Educação para que jovens das comunidades pudessem se tornar monitores locais, o que poderia facilitar o acesso à internet para os demais moradores. Com a antena na ASPROC, as organizações passaram a ter acesso à internet a custo zero, mais um elemento da aliança entre Estado e organizações sociais.

Em relação às dificuldades dos Conselheiros em repassar para as comunidades o objeto das reuniões, os membros avaliaram que de fato tal função não era fácil de ser cumprida já que exigia certa habilidade em anotar os pontos-chave das discussões e relatá-los posteriormente. Para tanto, constataram que de fato faltou trabalho mais sistemático de capacitação dos conselheiros sobre o seu papel. Segundo a Chefe da RESEX, a função do Conselho é discutir questões tais como: a pesca, a extração da madeira, moradia, infra-estrutura nas comunidades e na RESEX, escoamento da produção. Para ela, os problemas cotidianos, as briguinhas diárias, de cada comunidade deveriam ser resolvidos dentro de cada comunidade mediados pelas lideranças locais. Alguns Conselheiros por não saberem bem qual era o seu papel, acabavam caindo nessas armadilhas diárias e perdendo o foco de sua ação.

Outra questão avaliada foi a ausência recorrente de muitas Instituições que eram membros efetivo do Conselho. Destacaram que os órgãos e as Universidades, como a UFAM, que não possuíam representação no município, indicavam, entre seus quadros de servidores, representantes que nada tinham a ver com a área nem com a região do Médio Juruá. Em relação à UFAM, foi dito que nunca entenderam porque a Universidade não havia indicado o Prof. Castro, da Engenharia, que trabalhava há muitos anos no projeto dos óleos na comunidade do Roque e é profundo conhecedor da realidade local. Para solucionar tal problema, foi sugerido que a presidência do Conselho ao encaminhar o convite das reuniões a estas instituições e ao solicitar a indicação de um representante, deveria fazer gestões pessoalmente junto a direção delas para que fossem indicadas pessoas comprometidas com o trabalho na região e não apenas ocorresse uma indicação formal via ofícios.

Outro ponto abordado na reunião que chamou bastante atenção foi a avaliação do conjunto de instituições que faziam parte do Conselho. Foi projetada num slide a lista de todas as Instituições-membro do Conselho, passando em

seguida ao debate acerca da pertinência da permanência ou não de cada uma delas. Especialmente, em atenção ao Regimento Interno que dizia, em seu artigo 4º §8º, que três ausências não justificadas da Instituição, a exclui automaticamente do Conselho. Também, foram avaliadas quais instituições que não fizeram parte do Conselho por ocasião de sua criação e, que pela nova conjuntura, deveriam ser incluídas. O quadro produzido após os debates ficou com a seguinte configuração:

Instituição	Situação no Conselho
ICMBio	Presidente
IBAMA	Com a criação do ICMBio, estava excluído do Conselho. Por ser o órgão fiscalizador, deve ser incluído.
ASPROC	Permanece
CNS	Permanece
COLPESCA	Permanece
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI	Permanece
IDAM	Permanece
UEA	Permanece
UFAM	Por suas ausências não justificadas nas três últimas reuniões, deve ser excluída.
INCRA	Ausente em duas reuniões, tendo justificado apenas uma delas. Vai permanecer.
AMARU	Permanece
CODAEMJ	Permanece
SDS	Deverá ser substituída no Conselho pelo CEUC, recém-criado.
AFLORAM	Em função da extinção da agência, deverá ser excluída.
CEUC	Deverá ser incluído em substituição à SDS.
SEARP	Deverá ser incluída.

Algumas questões desta avaliação revelaram-se boas para pensar acerca das possibilidades de interação entre o Estado e as populações locais, discussão que faremos de modo mais detalhado no próximo capítulo. Diferentemente de outras reuniões onde a Prefeitura se fez representar por meio de seus Secretários de Meio Ambiente, nesta reunião a vice-Prefeita Suzy estava pessoalmente presente, não pelo cargo, mas porque ela havia feito parte pessoalmente de todo o processo. A sua eleição para cargo de tal relevância na hierarquia do município trouxe grande aproximação entre a Prefeitura e as organizações sociais, especialmente aquelas ligadas às comunidades do Rio Juruá, onde esteve concentrado boa parte do trabalho sociopolítico e ambiental da vice-Prefeita nos últimos dez anos, desde o seu tempo de agente do MEB e depois como gestora da RDS Uacari. Tanto as pessoas

das comunidades passaram a ver e a transitar pela Prefeitura como se fosse outra entidade como as demais, assim como a Prefeitura passou a priorizar algumas outras ações em relação às comunidades do Rio.

Na mesma linha, deu-se, a meu ver, a substituição da Agência de Florestas do Amazonas – AFLORAM pela SEARP no Conselho. De fato a AFLORAM foi extinta no governo do estado, mas suas ações foram absorvidas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS. Como nem a ADS, nem a SEARP tem representação no município, a indicação da SEARP como membro deveu-se à presença do Adevaldo como Secretário Executivo desta última. Era ele antes que representava a AFLORAM no Conselho. Mais do que uma preocupação com uma ou outra agência de governo presente entre os membros, o que estava sendo levado em conta para as indicações eram as redes de relações por meio das quais o Conselho poderia efetivamente trazer benefícios para a Reserva. A ligação e o comprometimento do gestor do órgão indicado com a RESEX era a configuração do Estado que mais interessava ao Conselho.

Percebemos assim como Geertz (1989), que em determinadas sociedades, o mais relevante não é tanto se o Estado está ou não presente, como uma espécie de poder centralizado agindo por meio de suas agências oficiais, como esfera privilegiada de organização política. O que conta mesmo é o modo como a política se faz em outras esferas da vida social, como a esfera das relações pessoais entre aqueles que nasceram numa determinada localidade ou militaram nela por muito tempo como no caso da Suzy e do Adevaldo. Na prática, para o Conselho o que importava era o modo como as articulações das pessoas nas diferentes redes sociais das quais elas faziam parte podiam trazer benefícios à Reserva. A escolha, assim, era institucional ao mesmo tempo em que era pessoal. O que não desqualificava nem descaracterizava o número de instituições públicas que compunham o Conselho nem a representação do estado enquanto organização política nele. Era outro modo de se perceber as possibilidades de configuração desse Estado.

Na avaliação das comunidades, outro debate subjacente ao processo de criação da RESEX emerge. Este passou a ser o quadro das comunidades da RESEX membro do Conselho:

Comunidades	Situação no Conselho
Gumo do Facão	Permanece
Novo Horizonte	Permanece
Pupuaí	Permanece
Nova Esperança	Permanece
Roque	Permanece
Fortuna	Permanece
Fazendinha	Em discussão
Imperatriz	Permanece
Pão	Permanece
Idó	Permanece
Nova União	Permanece
São Raimundo	Permanece
Manariã	Permanece
Tabuleiro	Permanece
Morada Nova	Permanece

A entrada ou não de pessoas de fora e a saída de pessoas ou a mudança de lugar de uma comunidade inteira se liga à questão dos moradores se auto-denominarem “tradicionais”, “seringueiros”, “extrativistas” ou “ribeirinhos”. É o vínculo com a tradição que lhes dá a legitimidade de permanência na área e o reconhecimento de seus direitos sobre o uso dos recursos para sua sobrevivência e reprodução física, social e cultural. Porém, a “tradição” por eles evocada não está relacionada apenas a aspectos primordiais, como ter nascido na área da Reserva, ter determinadas relações de parentesco no lugar, ou sobreviver do extrativismo como atividade produtiva.

A própria legislação⁹⁰ que reconhece e cria a figura das reservas extrativistas, diz que elas se destinam às “populações extrativistas”, legitimando a reivindicação dos seringueiros e extrativistas, conforme abordamos no capítulo 2. Os “extrativistas” auto-evocados não são apenas aqueles que sempre viveram da atividade extrativista, mas são aqueles que se constroem enquanto tal na luta política em torno de seus direitos à terra e ao uso sustentável dos recursos naturais. A evocação à “tradição” é aqui traduzida na afirmação da identidade “extrativista”. Evoca o extrativismo como o fio condutor de uma unidade de mobilização (Sahlins, 2004; Almeida, 2008). Estão propondo uma ruptura com um determinado modo de perceber a realidade social.

⁹⁰ Lei nº 9985/00 (SNUC), art. 18 e Decreto nº 98.897/90, art. 1º.

Ao invés de remetido a um passado imemorial, ser “extrativista”, morador de uma RESEX, está referido ao futuro, ao que se pretende da vida na floresta daqui pra frente, para as atuais e futuras gerações. Daí também, a pertinência da aliança com os ambientalistas. Esta aliança, entre outros símbolos, estava expressa nas camisetas que vários membros do Conselho estavam usando na reunião. Todas relacionadas a programas ambientais do governo (Corredores Ecológicos, Pró-Manejo, Mutirão das Águas e Agentes Ambientais Voluntários) aos quais a Reserva estava de alguma maneira vinculada. Era como se este fosse o uniforme dos Conselheiros, o emblema da RESEX do Médio Juruá.



Figuras 94-97: Conselheiros com “camisetas ambientais”, jun/2009 Foto: KátiaSchweickardt

Mesmo sendo esta visão uma conquista do próprio movimento dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos da Amazônia, há certos vínculos com o passado e com o lugar que são refeitos ou reafirmados e outros são desfeitos no processo. A preocupação do Conselho com a comunidade da Fazendinha que havia integralmente abandonado as suas casas na RESEX e se mudado para a cidade levantou a questão sobre ser ou não do lugar. Do mesmo modo, levantou-se a preocupação com as diversas famílias que já morando há bastante tempo na cidade, após a criação da RESEX e a obtenção de alguns benefícios pelos parentes, como a “casa do INCRA”, que discutiremos no capítulo 5, reivindicavam um lugar para retornarem para a RESEX. Como regular tais processos de entrada e saída da Reserva? Esse seria o outro lado do debate em torno da noção dinâmica da tradição. Esta discussão tão complexa ficou para ser aprofundada em uma reunião específica para tal finalidade.

A participação na reunião nos fez reafirmar a idéia de que a formação do Conselho da Reserva, como um ato político de instituição de uma esfera formal de poder, não estava circunscrita a uma dimensão fechada da vida social no médio Juruá. A criação do Conselho viria a ser produto de um processo e como tal seria fruto da dinâmica das relações sociais que concorreram para a criação da própria RESEX.

3.4. “À MARGEM” DO RIO – A CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS) DO UACARI

3.4.1. O movimento para uma nova Reserva no médio Juruá

Logo após a decretação da RESEX Médio Juruá, ainda em 1997, começou a movimentação para que as comunidades da outra margem do Rio também fossem contempladas com a criação de outra RESEX. Tal preocupação estava mais relacionada à garantia de direitos sobre as terras e seus recursos do que as preocupações ambientais propriamente ditas, vez que segundo as agentes do MEB que militavam na época, estas preocupações já estavam internalizadas pelos moradores.

Passados alguns anos da criação da primeira RESEX na região, as organizações haviam avançado muito pouco no sentido da decretação de outra RESEX na outra margem do Rio.

A partir de 2003, a conjuntura política no estado do Amazonas se modifica. É criada dentro do organograma do estado uma Sub-Secretaria de Extrativismo, ancorada na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, e assume a pasta o então Vereador Ademar da Cruz, ex-agente do MEB/Carauari, conforme relatou Manoel Cunha numa entrevista:

Naquela época, há uns três anos atrás, a gente ficou acho que uns três ou quatro anos sem criar nenhuma UC de uso sustentável nesse país. Os pedidos ficavam caducando e as comunidades tinham necessidade de salvar uma situação que estava insustentável. Nós não temos lá conflito pela terra, nem pela madeira, mas pela pesca. A comunidade tinha pressa em criar aquela Unidade para ver se impedia a entrada dos barcos pesqueiros de Manaus, de Belém, e do Acre, de Feijó e do próprio Rio Branco. Foi muito difícil. Foi num período de um ano, um ano e meio, e deve ter tido aí umas 5 ou 6 reuniões. Então chegou uma hora que as comunidades precisavam decidir. Criar uma RDS através do Ademar que estava no Governo, e se criava no máximo em um ano, ou uma RESEX que podia levar 3, 4, 7 anos, como a nossa levou 7 anos. Eles opinaram, apesar da crítica deles sobre RDS, mas entre o fio da navalha, tiveram que escolher uma RDS. Que do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Médio Juruá, as RDS não dão garantia 100% das terras. Onde a terra é titulada, de certa forma continua sendo de particular. (Entrevista do Manoel Cunha, presidente do CNS, em 01/07/2006, na sede do CNS em Manaus.)

Com a experiência de luta acumulada desde a criação da RESEX Médio Juruá, que levou sete anos para ser decretada, e já tendo passado seis anos desde a criação da RESEX sem nenhuma resposta por parte do governo federal em relação às comunidades da outra margem do Rio, as lideranças resolvem mudar de estratégia. As organizações locais decidiram aproveitar a presença de um aliado seu na estrutura do governo do estado e acabaram por concordar com a criação de outra modalidade de área de uso sustentável na outra margem, agora uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS – estadual. Já que o Governo do estado do Amazonas priorizava a criação deste modelo de área protegida de uso sustentável.

Até o momento da pesquisa de campo, os moradores dessas áreas não haviam tido suas vidas afetadas pelas classificações legais dos seus territórios e, na verdade, continuavam a ser outras as referências a partir das quais lidavam com o espaço. Essas referências estavam relacionadas, por exemplo, às atividades sociais que realizavam sobre o espaço: pesca, caça, extração de seringa, criação de animais, plantio de roça, produção de farinha; são fronteiras e direitos definidos a

partir de relações de parentesco, compadrio, pela identidade religiosa, pela devoção aos santos padroeiros. Mas todos os que ficaram de fora do perímetro da RESEX queriam ter também os mesmos benefícios que os outros adquiriram com a Reserva, especialmente em relação ao projeto da reforma agrária gerenciado pelo INCRA.

3.4.2. Olhando o processo por meio dos documentos que circularam na época

Logo que começou a circular pela cidade de Carauari que uma nova Reserva iria finalmente ser criada estabeleceu-se um grande alvoroço. Os pescadores da cidade que já se viam limitados no uso dos lagos do médio Juruá, desde a criação da RESEX, se preocupavam com o seu sustento daí pra frente com a criação de outra reserva no município.

Motivada pelas preocupações da Colônia de Pescadores no município, no dia 25 de maio de 2004, a Câmara de Vereadores encaminhou o Ofício/ Câmara Municipal de Carauari/Circular /n° 005 para a ASPROC pedindo que esta se manifestasse acerca da possibilidade de criação da nova Reserva e que fundamentasse sua opinião.

Em virtude das ligações próximas entre a ASPROC e o então Secretário Executivo Adjunto de Extrativismo, Ademar da Cruz, que havia sido um dos fomentadores da criação da ASPROC no seu tempo de agente do MEB, foi logo informado do que estava acontecendo no município e se antecipou solicitando à Colônia, por meio de um ofício⁹¹, reunião para que se esclarecesse o impasse. A Colônia de Pescadores de Carauari já havia se manifestado anteriormente formalmente contrária à criação da nova Reserva.

Mesmo não tendo havido a reunião, a ASPROC, pressionada, respondeu à Câmara de Vereadores num ofício⁹² expedito e sem muitas explicações, que era favorável à criação da reserva, embora concordasse que o assunto precisava ainda ser melhor debatido.

No dia 12 de agosto de 2004 vários documentos circularam esquentando o debate. O gestor regional do IBAMA, Francisco Pinto, e o Presidente da Colônia de Pescadores Z-25, Francisco das Chagas, encaminharam ofício conjunto ao Secretário de Extrativismo solicitando o adiamento da Consulta Pública em virtude

⁹¹ Ofício/ Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo/SDS/ n° 068, de 18 de julho de 2004.

⁹² Ofício ASPROC/ n° 31, de 29 de julho de 2004.

de alguns vereadores estarem se aproveitando do debate para fazer palanques para as candidaturas já que aquele era um ano eleitoral nos municípios. Com isso, propunham que a discussão fosse adiada para uma data após o pleito. No referido documento, encaminhado via fax à SEAE, eles alegavam o seguinte:

- a) Está sendo veiculado numa das rádios locais o convite a toda a população do município para participar da consulta pública, e ao mesmo tempo sendo desvirtuado o convite no sentido de dizer que a população não participando não poderá reclamar posteriormente, uma vez que já tem uma Reserva no município e que a criação de mais uma fecharia o município não dando condições de sobrevivência à população;
- b) É de vosso conhecimento que está se vivenciando um momento de campanha política local, onde vereadores candidatos à reeleição nunca interessados na temática, mas que no momento têm articulado a população indo convidá-los de casa em casa para se fazerem presentes em massa no local da consulta;
- c) Além disto, estão circulando faixas e cartazes para a população apresentar-se contrária à criação da reserva, fria e cruamente sem analisar tecnicamente os pontos positivos da área a ser criada, mesmo porque desconhecem o tema reserva.

(Trecho extraído do Ofício/ IBAMA/ Escritório Regional de Carauari/ COLPESCA Z-25/ n° 52 de 12 de agosto de 2004)

Neste mesmo dia, a Assessoria Jurídica da SDS encaminhou manifestação ao Secretário de Meio Ambiente do estado alertando que, nos autos do processo que tramitava para a criação de uma reserva no município de Carauari, ele havia detectado a existência de documento da Colônia de Pescadores Z-25, com 728 assinaturas, contrário à criação da reserva. Recomendava, portanto, cautela em relação ao processo de criação e se posicionava contrário à criação da unidade até que os estudos técnico-científicos fossem concluídos e houvesse o equacionamento do impasse com a Colônia.

Nesse mesmo dia a Câmara de Vereadores também encaminhou ao Secretário Adjunto Ademar da SEAE uma Carta Aberta⁹³ onde afirmava que uma

⁹³ Carta Aberta/ Câmara Municipal de Carauari/ n° 007, de 12 de agosto de 2004.

nova reserva iria prejudicar muito a economia do município, especialmente os pequenos pescadores da cidade e os extratores de madeira. Ressaltou que o município não possuía indústria e a administração municipal, maior empregadora local, não tinha mais como contratar pessoas. Como tal, manifestava-se contrária a criação da nova reserva e sugeria que as famílias que ficaram de fora da RESEX Médio Juruá fossem incorporadas a ela. O cerco em torno da nova reserva se fechava.

3.4.3. “Ribeirinhos” versus “Pescadores”

Enquanto o debate esquentava em Carauari e em Manaus, uma equipe das organizações sociais, CNS e ASPROC, apoiada por técnicos da SDS, realizavam naqueles dias uma viagem pelo Rio Juruá, com o objetivo de esclarecer as dúvidas sobre uma nova unidade de conservação de uso sustentável na região. Embora muitos moradores da área proposta quisessem fazer parte da nova Reserva, e lutassem por ela desde homologação da RESEX Médio Juruá, outros, envolvidos com as redes sociais da pesca não eram a favor. A discussão estava também acirrada no Rio.

O relatório desta viagem ocorrida entre os dias 09 a 14 de agosto de 2004 era assinado por Manoel Cunha do CNS. Nele, Manoel relatava que a maioria dos moradores das comunidades via com bons olhos a criação da nova Reserva especialmente em virtude do aumento de barcos peixeiros de Cruzeiro do Sul (AC), de Eirunepé (AM) e de Manaus (AM) que estavam dizimando os lagos. Manoel dizia ter perguntado aos moradores acerca da pressão sobre os lagos dos pescadores de Carauari. Em resposta, a maioria das pessoas indagadas informou que entravam, na área, pescadores pequenos, que pescavam de “caixinha”. Confiante de que era preciso restabelecer a aliança entre os pequenos pescadores da cidade e os moradores do Rio, Manoel terminou a viagem com o propósito de fazer esta mediação. Informou aos moradores do Rio, a quem ele se referia como “ribeirinhos” no relatório, que a Consulta Pública havia sido adiada em função do ano eleitoral. Isto parecia ter causado um certo desânimo naqueles que já consideravam a aprovação da reserva um fato certo. Manoel terminava assim o relatório⁹⁴:

E essa realidade causou muitos questionamentos como: Não vai haver mais reserva? “Qual será a nova data da Consulta Pública?” “Será

⁹⁴ Relatório de Visita às Comunidades da Nova Área Proposta para a criação de uma Unidade de Conservação de uso Direto. 09 a 14 de agosto de 2004. Elaborado por Manoel Cunha do CNS.

que ainda vale a pena se criar uma nova Reserva de Uso Sustentável depois de todos os lagos despescados?” Alguns relatavam ainda: “Não tenho mais fé que esta reserva saia”. Enquanto ouvia estes questionamentos, saindo dos rostos cansados, também me senti revoltado e me perguntava: “Será que o povo da cidade tem direito de viver e os comunitários que preservam não têm este mesmo direito?” E procurava acalmar dizendo: “Se a proposta não passar na audiência pública seria pior para todos nós. Vou reunir a colônia para mostrar que a mesma está sendo prejudicada igual às comunidades, com o peixe sendo tirado por pescadores de outros municípios e até de outros Estados”. As comunidades pedem que a proposta da criação da Reserva não seja esquecida pelos órgãos e entidades que estão na organização da mesma, pois o futuro das comunidades estará vinculado à criação desta Reserva. Eu Manoel Silva da Cunha coloco fim nestes tristes relatos dos grandes guerreiros da fauna e flora das comunidades ribeirinhas.

A disputa pelo pescado parecia estar causando a dissensão entre os moradores da área, “ribeirinhos” conforme se referia Manoel, e os moradores da cidade, chamados de “pescadores” a respeito da criação da nova área. Para o presidente do CNS, havia ficado claro, após a viagem, que aquele era um falso dilema. Os “ribeirinhos” também eram pequenos pescadores, como os da cidade. Ao nomeá-los todos como “guerreiros da fauna e flora” Manoel desfaz o falso dilema construído por aqueles que de fato não estava preocupados com a preservação dos lagos e a manutenção do recurso pesqueiro. Ele deslocava o foco de uma disputa puramente econômica, como manifestaram alguns vereadores, e reafirmava a aliança entre “ribeirinhos” e “pescadores da cidade” por meio do viés ambiental.

A reunião para a tentativa de recomposição da aliança entre “ribeirinhos” e “pescadores” foi realizada no dia 18 de agosto de 2004⁹⁵, na sede do CNS em Carauari, com a presença dos dirigentes da ASPROC, do CNS, do STR e da COLPESCA Z-25. O presidente do CNS introduziu a reunião falando do cancelamento da Consulta Pública em função da posição contrária dos pescadores da cidade em relação à reserva. Ele avaliou que aquela tinha sido uma estratégia errada dos pescadores porque ao se criar a nova reserva, os lagos estariam sendo protegidos para todos e não apenas para os moradores do Rio. Na avaliação dos “ribeirinhos”, os maiores depredadores dos lagos da região eram pescadores de outras cidades e de outros estados e não os pequenos pescadores ligados à Colônia em Carauari. Manoel se colocou à disposição para fazer reuniões com os

⁹⁵ Conforme Ata da Reunião de planejamento com a Colônia de Pescadores, ASPROC, Sindicato e CNS, no dia 18 de agosto de 2004.

pescadores e explicar-lhes a situação, de modo que compreendessem todo o contexto.

Depois da fala do presidente do CNS, o presidente da COLPESCA, que estava afastado da função por ser também candidato a vereador, disse que concordaria com a reserva se houvesse mais discussão. O caminho seria que se estabelecesse um Acordo de Pesca para que tudo ficasse acertado antes da criação da nova Reserva.

A oposição entre as categorias sociais “ribeirinho” e “pescador” é uma construção política, associada a uma representação negativa de *pescador*. Este seria o pescador comercial urbano, o “de fora”, moralmente caracterizado como *invasor e predador*.

Essa construção foi atribuição da atuação da Igreja Católica nas calhas dos rios da Amazônia (Esterci, 2002). Assim, o termo ribeirinho passou a ser adotado pelas próprias lideranças como uma categoria política que demarcava o modo de vida próprio de uma população camponesa, de economia familiar, onde parte importante da sua vida e da sua atividade econômica estava ligada ao movimento das águas dos rios, entre cheia e seca, assim o pescado como produto importante tanto da subsistência quanto de suas relações comerciais e de troca.

Um olhar mais detido sobre as relações na área estudada nos levaria a relativizar o estigma da oposição política entre “ribeirinho”, ou extrativista, e “pescador”, já que boa parte dos pescadores que adentravam os lagos são, assim como em outras várzeas amazônicas (Esterci, 2002; Lima, 2004), pequenos pescadores urbanos com uma origem rural e com fortes vínculos afetivos e até mesmo econômicos com as comunidades “do interior”. Estes pescadores, usualmente possuem uma pequena canoa com um motor rabeta e carregam o pescado numa caixinha de isopor. Relativizando a oposição, O’Dwyer (2005) sugere, em relação ao baixo Solimões e que também poderíamos aplicar ao médio Juruá, que “pescador” não significa necessariamente uma alteridade de “ribeirinho”, já que esta é de fato uma das identidades reconhecidas entre os moradores das comunidades ribeirinhas e extrativistas. Há moradores das comunidades que têm na pesca a sua principal atividade. Já era esperado, que fora da performance da retórica discursiva dos políticos na campanha eleitoral, emergisse entre os “ribeirinhos” do médio Juruá e os “pequenos pescadores” de Carauari, a

reaproximação já que de fato ambos seriam como que duas faces de uma mesma moeda.

Passada a eleição de outubro de 2004, foi dado andamento ao processo com a realização da Consulta Pública para a criação da nova Reserva, que o governo do estado propunha que fosse uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Deslocou-se uma equipe da SEAE, do INPA e da SDS para Carauari entre os dias 25 a 29 de outubro de 2004 para a realização do feito.

3.4.4. A construção do Acordo de Pesca

A primeira missão da equipe técnica composta pelo Secretário Adjunto da SEAE e pela Gerente de Recursos Aquáticos do IPAAM era construir com os representantes das comunidades do Rio e os representantes dos pescadores da cidade o Acordo de Pesca na área proposta para a Reserva. Assim, seria possível que a proposta de criação da RDS fosse aprovada por todos. A reunião foi realizada no dia 26 de outubro na sede do CNS/Carauari. Com o auxílio de imagem de satélite exposta na reunião, foi feito o mapeamento conjunto dos lagos e uma primeira classificação: os que seriam explorados pelas comunidades, os que se destinariam aos pescadores e os que seriam destinados à preservação. O produto desta reunião seria a proposta submetida ao Acordo de Pesca, conforme quadro abaixo:

Nº de Ordem	LAGOS	COMUNIDADES	PESCADOR	PRESERVAÇÃO
1.	Boto	Bom Jesus		
2.	Cobra	Bauana		
3.	Parauá		X	
4.	Bauana		X	
5.	Preto	Barreira do Idó		
6.	Arraia	Barreira do Idó		
7.	Recreio	Santo Antônio do Brito		
8.	Santo Antônio	Santo Antônio do Brito		
9.	Puçá	Ouro Preto		
10.	Sete de Setembro	Ouro Preto		
11.	Paraíso	Paraíso		

12.	Razo	Paraíso		
13.	Maracajzinho	Maracajá		
14.	Pasta		X	
15.	Pinote		X	
16.	Porto Saide	Porto Saide		
17.	Tambaqui	Samaumeira		
18.	Deserto			Reserva
19.	Maracajá			Reserva
20.	Mararizinho	Caroçal		
21.	Cameté	Boa Vista		
22.	Rato	Caroçal		
23.	Tangará	Monte Carmelo		
24.	Cobra			Reserva
25.	Marciminiano		X	
26.	Luzia		X	
27.	Ferro Velho			Reserva
28.	Valha-me Deus			Reserva
29.	Cumprido			Reserva
30.	Veado		X	
31.	Mandioca	Mandioca e Xibauá		
32.	Paraná do Marari			Reserva
33.	Marari Grande		X	
34.	Macaco	Xibauzinho		
35.	Redondo			Reserva
36.	Velho		X	
37.	Benedito		X	
38.	Itabaiana		X	
39.	Cacaia	Bonfim		
40.	Paraná de Santa		X	

	Clara			
41.	Santa Clara		X	
42.	Ressaca do Xibauá	Xibauá		
43.	Xibauá	Xibauá		
44.	Mofado	Belo Monte		
45.	Ressaca do Macário	Cachoeira		
46.	Itanga	Itanga		
47.	Coxinha		X	
48.	Torcate	Monte Carmelo		
49.	Pau Furado		X	
50.	Anaxiqui	São Francisco e Anaxiqui		
51.	Damião	São Francisco		
52.	Vieira		X	
53.	Ponte		X	
54.	Samúma	Samaumeira		
55.	Pupunha		X	
56.	Santa Cruz		X	
57.	Acurau		X	
58.	Toaré		X	
59.	Acimã	Toari		
60.	Dos Tocos		X	
61.	Tucunaré		X	
62.	Brito		X	
63.	Verde			Reserva
64.	João da Mata			Reserva
65.	Compensa		X	
Total	65 lagos	35 lagos	25 lagos	10 lagos

3.4.5. O acordo para a criação da RDS Uacari

A Consulta Pública para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari acabou acontecendo apenas no final do ano, em 11 de dezembro de 2004, no Auditório da Escola Estadual Sérgio Rufino de Oliveira, conhecido como Ginásio Municipal (GM). Entre os presentes estavam diversas autoridades como o Prefeito em exercício, o Secretário da SDS, Dr. Virgílio Maurício Viana, o presidente do ITEAM, Aniceto Barroso, o Secretário Adjunto da SEAE, Ademar da Cruz, o presidente em exercício da Câmara dos Vereadores, Etevaldo Lobo, o chefe do Escritório Regional do Ibama, Francisco Pinto, o Sub-Tenente da Delegacia de Polícia em Carauari, Lécio de Souza, do CNS, Manoel Cunha, o presidente da ASPROC, Manoel Cosme, o presidente da COLPESCA Z-25, Manoel das Chagas, a chefe do Departamento de Projetos Especiais da SDS, Dra. Rita Mesquita, uma assessora da SEAE, Sila Mesquita (quem depois viria substituir Ademar a frente da Secretaria Adjunta de Extrativismo), o representante do INCRA, o Engenheiro Agrônomo André Levy, a representante do IPAAM, Raimunda Nonata, o representante do IDAM, Walter carvalho, uma técnica do ITEAM, Kykue, um representante do INPA, Jair Sales Ferreira, um representante da Agência de Florestas Nataniel Carvalho além de 152 pescadores da cidade de Carauari e representantes de todas as comunidades da área proposta para a RDS.

Como já havia passado a eleição, e o Acordo de Pesca havia sido assinado pela manhã, nenhum dos presentes se manifestou contrário à criação da RDS. A Consulta serviu apenas para homologá-la. Uma vez aprovada, vários representantes das comunidades pediram a palavra para, aproveitando a presença de tantas autoridades, fazerem reivindicações especialmente em relação às carências no atendimento à saúde e à falta de escolas em algumas comunidades. O Acordo de Pesca foi também bastante elogiado especialmente pelos vereadores pela capacidade dos “ribeirinhos”, a quem se referiram como os “comunitários”, e os “pescadores” se entenderem.

Após a tramitação do processo pela burocracia da SDS e do Gabinete Civil do Governo do estado do Amazonas, é criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari por meio do Decreto nº 25.039, do dia 01º de junho de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 02 de junho. A RDS teria uma área aproximada de 632.949,023 hectares e o próprio decreto que a cria, no parágrafo

único do artigo 2º, já exclui do seu interior as áreas privadas cujas propriedades pudessem ser comprovadas nos termos da lei. Desse modo, desde a sua criação, fica evidente que o problema fundiário, que figurava sempre na pauta dos extrativistas e ribeirinhos que a reivindicavam não seria o foco desta modalidade de Unidade de Conservação. Os seus idealizadores afirmavam que esta seria uma questão menor e que não impediria o manejo sustentável dos recursos na área.



Figura 1: Mapa de localização das comunidades da RDS Uacari, 2008

Foto: CEUC/SDS

Para sinalizar a premência da classificação proposta pelos biólogos, tanto na modalidade de Unidade de Conservação, quanto no seu modelo de Gestão, o nome dado a nova Reserva foi o de uma espécie de primata, abundante na região e já bastante estudada pelo biólogo Márcio Ayres, o idealizador do modelo RDS e fomentador da criação da primeira RDS no Brasil, a RDS Mamirauá. Assim, a RDS levou o nome de Uacari, em homenagem ao macaco uacari branco, que também tem grande ocorrência na região (Cf. SDS, 2004)

3.4.6. A criação da AMARU

A Associação dos Moradores Agro-Extrativistas da RDS Uacari – AMARU – foi formada logo após a decretação da RDS, em 2005, num contexto bastante diferente daquele no qual foi criada a ASPROC e com outras finalidades. Criada com o estímulo da própria ASPROC, da SDS, do CNS e do INCRA, seu principal objetivo era viabilizar os projetos e programas para a RDS. Segundo seu presidente, Flávio do Carmo, desde que foi idealizada, sempre houve total integração com as organizações que já havia na região do médio Juruá. Ele mesmo viria a ser membro das duas diretorias, tanto da AMARU, quanto da ASPROC.

A AMARU é a Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari. É uma associação própria da RDS, mas muitas pessoas da RDS que são da AMARU, são também filiados à ASPROC. No meu caso, eu sou das duas diretorias, de uma associação e da outra. O pessoal é muito ligado à ASPROC. (Entrevista com Flávio do Carmo, presidente da AMARU, em Carauari, em 18/01/07)

Para Flávio, embora já participasse da ASPROC como membro há algum tempo, sua experiência de militância como dirigente de uma organização social se efetivou quando foi indicado para presidir a AMARU. Embora jovem ainda, mas casado e com cinco filhos, relutou em assumir a liderança da associação, como muitos o fazem, por um certo medo do mundo desconhecido fora do seu lugar. Ao ter sido pressionado pelas outras lideranças a assumir, e tendo passado a viajar para reuniões e encontros, conhecido pessoas, lideranças de movimentos sociais e agentes públicos, passou a considerar que a AMARU trouxe oportunidades tanto de ajudar as comunidades do Rio, quanto de crescimento pessoal e financeiro. Para que pudesse deixar sua família e seu trabalho na sua comunidade, o Bauana, a SDS passou a conceder-lhe uma bolsa como auxiliar de pesquisas o que mudou também o seu status diante dos demais.

Eu fui eleito, mas na verdade eu nem queria, apesar de eu já conhecer algumas coisas da Associação, por eu estar muito ligado à ASPROC, eu acho que essa vida é um pouco complicada, apesar de a gente aprender muito. Mas o pessoal que me colocou lá. Eles queriam que fosse eu, então tudo bem. O pessoal de toda a Reserva me elegeu como presidente. Eu estou achando legal, até pela experiência que a gente pega. Graças a Deus, estou aprendendo muito. Eu tenho falado para o pessoal que fica dentro da área, que tem muitos deles que ficam acomodados, não saem. Só assistem televisão em casa. Só assistem as coisas do mundo pela televisão, que não é como estar

também nessa luta no dia a dia, conhecendo coisas e pessoas novas que trazem muitas coisas boas pra gente. (Entrevista com Flávio do Carmo, presidente da AMARU, em Carauari, em 18/01/07)

Mesmo não tendo sido influenciada diretamente pelo modelo de organização proposto pelo MEB e pela Igreja Católica, como foi no caso da ASPROC, a influência indireta dos ex-agentes pastorais também determinou a estrutura de organização da AMARU. Em virtude da sua grande extensão, as comunidades da RDS são organizadas em setores, seguindo os mesmos setores pelos quais a Igreja Católica organizava as comunidades do Rio:

Setores	Comunidades
Setor 1	Boca do Xeruã; Bonfim; Xibauzinho; Mandioca; Xibauá
Setor 2	Belo Monte; Urubu-Cachoeira; Anaxiqui; Itanga; Volta do Toari; Praia do Veado
Setor 3	Monte Carmelo; Sororoca; São José; Boa Vista; São Francisco; Caroyal
Setor 4	Samaumeira; Morro Alto; Monte D'Ouro; Porto Sade; Pupunha; Maracajá
Setor 5	Paraíso; Ouro Preto; Santo Antônio do Brito
Setor 6	Barreira do Idó; Cantagalo; Paruá; Idó; Remanso; Estirão do São José; Bauana; Bom Jesus

Mesmo a maioria das lideranças das Associações, quer seja ASPROC, quer seja AMARU ou CNS, fossem respeitadas e reconhecidas, há também pessoas, comunidades e famílias que consideravam que apenas um grupo manipulava as organizações sociais na região e mobilizavam recursos e benefícios prioritariamente para as suas comunidades.

O presidente da comunidade da Boca do Xeruã, por exemplo, não concordava que a distribuição das mercadorias e bens adquiridos com os recursos do crédito da reforma agrária fosse pelo critério dos setores, como a AMARU propunha. Justificava que mesmo dentro dos setores, as comunidades ficavam muito distantes umas das outras, dificultando o acesso igualitário ao bem. Por meio desta manifestação, era possível perceber certas divergências dentro da Associação da RDS.

Uma parte do crédito do INCRA foi para comprar alimentação e outra parte pra comprarem os objetos, os materiais para a comunidade.

Esses foram comprados, o Presidente veio aqui e me mostrou a lista, foram R\$140 mil reais e aqui não chegou nada. Ele prometeu que aqui eu ia ter uma voadeira, ou um rádio... Mas essa distribuição ficou por setor. Por setor, eu não concordo. Coloca uma voadeira lá no Xibauzinho, adoece um aqui, como foi a picada de cobra do meu neto, daqui que vá lá no rabeta e volte o doente já morreu. Eu digo, se der para comprar uma panela, aqui foram três beneficiados pelo INCRA então se esse dinheiro dos três der para comprar uma panela, que seja e que fique aqui para a comunidade o recurso dos três. Por setor eu não concordo. Porque não adianta, lá os caras ficam passeando com a voadeira, ficam pescando e as outras comunidades não vêem nada. (Entrevista com o presidente da comunidade da Boca do Xeruã, RDS/Uacari, junho de 2009)

Tais conflitos eram parte da dinâmica das relações dentro e entre os diferentes grupos sociais e a percebê-los ajudou a compreender como se dava a correlação de forças na RDS. Havia comunidades mais afinadas com o trabalho das Associações e outras não. Além da distância de Carauari, onde estava as sedes das Associações, as lideranças das organizações sociais também afirmavam que essas comunidades tinham outros interesses, que divergiam daqueles defendidos pelas Associações. Havia nelas pessoas envolvidas com pesca comercial ou com a extração de madeira, atividades que as Associações não apoiavam. Ou elas possuíam ligações com políticos de correntes divergentes àquelas apoiadas pelas organizações.

Na Boca do Xeruã, o presidente da comunidade mesmo considerando que a criação da RDS tivesse sido algo bom, já que a comunidade formada por ele, seus filhos e parentes veio a ser uma organização social reconhecida, ele ainda mantinha certa reserva em relação às Associações, ASPROC e AMARU, e seus projetos. Por estar muito distante de Carauari, a comunidade da Boca do Xeruã mantinha estreitas relações com o Prefeito e as instituições públicas do município de Itamarati, possuindo até uma casa naquela cidade. Para o presidente, alguns projetos, como o dos óleos vegetais, em parceria com a Natura, beneficiavam mais as comunidades de baixo, mais próximas à Carauari.

Infelizmente, esse ano foi um ano que deu muita andiroba, mas o projeto não chegou até aqui. Eles fazem uma quantidade de latas de andiroba, e vão distribuindo pelo Rio e quando chegam aqui, já tinha esgotado. É tanto que eu me desanimei. O pessoal da Natura esteve aqui e fizeram um barulho muito grande e disseram que agora comprariam a quantidade que tivesse. Mas, não foi verdade, porque

foi só um pouco. (Entrevista com o presidente da comunidade da Boca do Xeruã, RDS Uacari, em junho de 2009)

Outra comunidade, cujas lideranças também não se afinavam muito com a estrutura das Associações era a do Bom Jesus, a mais próxima de Carauari. Mantinham relações com o grupo político do ex-prefeito, Bruno Ramalho, que realizou, segundo alguns moradores, várias benfeitorias, como asfalto nas ruas principais, reforma e construção de várias casas, pois até o momento a comunidade ainda não havia sido beneficiada pelo “Projeto do INCRA” para as casas, como era por eles denominado. Tal projeto será analisado mais adiante. Certos moradores afirmavam que algumas lideranças das organizações beneficiavam mais suas próprias comunidades em detrimento de outras, o que gerava certo descontentamento. Citavam como exemplo a relação do Manoel Cunha com a sua comunidade, o São Raimundo, considerada por todos a mais bonita e organizada da RESEX Médio Juruá.



Figura 95: Comunidade Bom Jesus, RDS Uacari, jun/2009

Foto: Kátia Schweickardt

3.5. AS INTERFACES DO ESTADO COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O trabalho das organizações sociais locais, principalmente, ASPROC, AMARU, COODAEMJ e CNS, conta ainda com o apoio dos antigos assessores do movimento social local, ex-agentes do MEB, e que agora ocupam cargos nos órgãos

governamentais, como Adevaldo (foi Coordenador Regional do CNPT/AM, técnico da Agência de Florestas e atual Secretário Adjunto da SEARP) e Suzy (Chefe da RDS Uacari ligada à SDS/Carauari e atualmente é vice-Prefeita do município).

Esta interface não se dá apenas entre representantes e assessores do movimento social e os órgãos governamentais. Há também na região uma interface entre os próprios técnicos dos órgãos que já trabalharam no governo do estado e agora estão numa agência federal e vice-versa. Um exemplo é uma das analistas ambientais do ICMBio, órgão da esfera federal, contratada em 2007 no concurso público para atuar junto à RESEX Médio Juruá, e que havia vindo do órgão estadual. Sua chegada no Amazonas após ter concluído o mestrado em Ecologia no Rio de Janeiro, havia sido como bolsista da SDS no embrião do que viria depois a se constituir como o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, do qual trataremos no próximo capítulo. Na sua atuação em campo, conforme relatos dos moradores da RESEX, assim como observando sua participação em algumas reuniões foi possível perceber que a analista ambiental parecia ter incorporado ao seu discurso e à sua prática, sua experiência no órgão ambiental estadual. Por meio dessa “dança dos agentes” entre as instituições: organizações sociais, órgãos estaduais e órgãos federais era possível perceber que não estávamos diante de uma única configuração do Estado.

A partir dessas observações, percebemos que seria uma simplificação pensar a relação do Estado com as populações tentando apreendê-lo por meio das políticas desempenhadas por cada uma de suas agências governamentais como se cada uma delas representasse, em si, uma totalidade, onde o poder estivesse localizado. Seria mais profícuo pensar o Estado por meio das interseções entre os seus agentes, que circulam entre órgãos e organizações sociais. Ou seja, pensá-lo como uma articulação de planos de organização social, onde os agentes seriam os ingredientes invariantes, conforme Geertz (1967) ao analisar a estrutura da aldeia balinesa, como trataremos no próximo capítulo.

Capítulo 4 – As diferentes faces do Estado no médio Juruá

Este capítulo é voltado a compreensão das configurações das duas agências governamentais ambientais, gestoras das UCs em estudo, por meio de um olhar antropológico. Tomamos por base para esta análise a formulação teórica de Geertz (1991) ao analisar o Estado Indonésio a partir do *Negara – O Estado Teatro no Século XIX*.

Em sua análise da sociedade balinesa do século XVIII em que o Estado parecia estar ausente, Geertz se propõe a romper com o funcionalismo e enveredar pelo campo da análise simbólica tentando superar a dicotomia entre o ter ou não ter Estado, como espécie de poder centralizado e como esfera privilegiada de organização política da sociedade. Ao fazer esta opção, Geertz compartilha das formulações que ampliam a noção de política para a percepção do seu exercício em outras esferas da vida social, como a esfera do sagrado, a esfera da produção, o lugar de moradia, a relação entre castas e outras esferas mais, sem que uma exclua necessariamente a outra. As mesmas pessoas se articulam em diferentes redes sociais, via local de moradia, pertencimento a uma casta, a determinado templo ou a uma unidade de produção de arroz, no caso da sociedade balinesa.

Inscrevendo-se num fazer antropológico, a antropologia política, que Balandier (1969) classifica como especialização tardia da antropologia social, a questão deixa de ser sobre a centralidade ou não do poder para se transfigurar na compreensão de uma sociedade cujo estado é multicêntrico e cujos centros se intersectam em diferentes planos. Mais que demonstrar a sua existência e função em uma configuração atípica, Geertz (1991) se preocupa em demonstrar os diferentes modos pelos quais aquela sociedade se organiza politicamente a partir de diversos centros de exercício de poder e a partir da interpretação dos diferentes significados atribuídos aos papéis sociais em cada uma das redes às quais cada indivíduo está vinculado.

Usualmente, quando nos propomos analisar o Estado, enveredamos pelo modo clássico de tomá-lo enquanto objeto do conhecimento por meio das categorias: dominação, poder, hegemonia, autonomia, etc. Sentimo-nos seguros em tentar explicar a sua dinâmica e o seu funcionamento a partir da função que julgamos ser a desta entidade na sociedade moderna e a partir da configuração que ele assume em seus gabinetes, repartições, palanques políticos ou nos textos

expressos nas leis que produz, como uma entidade que paira, inflexível, sobre a sociedade. Ao deslocar do centro o Estado, rompemos também com a idéia de centralidade do poder o que nos leva a partilhar com a formulação de Foucault (1983), acerca da “Microfísica do Poder”: o poder está espalhado pela teia da sociedade.

Ao nos inspirarmos em Geertz (1991) para pensar organizações políticas em nossa própria sociedade, somos levados a pensar o Estado não apenas a partir de suas configurações formais, que têm por base sua estrutura materializada nas sedes das agências governamentais e nas políticas públicas impessoais. A partir da proposta de Geertz, e da observação de campo no médio Juruá e em Manaus, tentamos demonstrar que o Estado na Amazônia é multifacetado. Mesmo cada uma de suas agências é um conjunto complexo, conflituoso e dinâmico de redes sociais que se cruzam dentro da própria agência, se cruzam com setores de outras agências estatais e com organizações que não são estatais. Tomamos duas agências governamentais para demonstrar que a configuração do Estado na Amazônia, especialmente aquelas que se ocupam da gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, extrapola os muros das sedes de suas agências governamentais.

Assim, é possível tomar os territórios da RESEX do Médio Juruá e da RDS Uacari como construções simbólicas efetuadas num lugar determinado e condicionadas por uma série de fatores históricos, incluindo razões políticas, econômicas, sociais e ambientais, que operavam dentro e fora das agências governamentais oficiais. O olhar mais cuidadoso sobre os agentes que compõem as representações do Estado junto às populações residentes das reservas em estudo nos revela que ali ele não é apenas a materialização de um dos pólos do poder (esperadamente o dominante). A presença entre os seus quadros de servidores efetivos e em cargos em comissão de ex-agentes do MEB, “filhos da terra”, ex-seringueiros e de lideranças locais nos indica que não há como compreender os processos sociais na região, dos quais o Estado é um dos protagonistas, não há como fazê-lo sem tomar outras configurações do campo político. Isto é especialmente claro na conjuntura que se desenha após a eleição presidencial de 2003.

Além do exame da estrutura formal das agências governamentais em questão, somos desafiados a olhar através das paredes dos gabinetes, por baixo

dos tapetes das salas e escutar o que está subentendido nas falas desses agentes a fim de compreender a dinâmica do estado no interior da Amazônia hoje. Novas configurações do Estado surgem, sobretudo, a partir do diálogo ativo com as populações locais organizadas, tendo presentes as questões clássicas que sempre pautaram as demandas, os debates e os conflitos na região: a questão agrária e, hoje, as questões ambientais. O encontro destas questões vêm ressignificando os discursos e as práticas desses agentes, reorganizando a própria estrutura do Estado, que nunca foi e não é monolítico.

Desse modo, o Estado analisado por Geertz revelou-se uma importante chave para a compreensão da relação Estado-poder na nossa sociedade. Para Geertz, o estado balinês era uma representação do modo como a sociedade imaginava que estava organizada. O Negara, se era uma estrutura de ação, era ao mesmo tempo uma estrutura de pensamento e como tal, descrevê-lo significaria descrever idéias, não como uma abordagem psicológica, mas idéias como significados veiculados através de símbolos. Descrever o estado significaria recuperar o dito do discurso social por meio da escrita. Geertz se afastou integralmente da idéia de um estado monolítico. Para ele, o que existia eram diferentes tipos de articulação que resultavam em diferentes configurações do Estado num mesmo contexto e não apenas a centralização na figura do príncipe. Ora a articulação se dava via unidade de residência, ora via sociedade de irrigação, ora via participação nos templos. Para Geertz, o estado balinês não era, no sentido weberiano, nem feudal nem patrimonial. Não era uma estrutura administrativa funcionalmente diferenciada e graduada de forma sistemática. Segundo Geertz (1991: 57) “o quadro institucional dentro do qual as alianças eram feitas era mais cultural e simbólico do que sociológico e estrutural”.

As classificações têm a ver com interesses e conceitos de grupos da sociedade que aparecem representados dentro do Estado. As classificações ou a luta pelas classificações são da esfera do simbólico, elas simbolizam e mascaram os interesses.

Do mesmo modo, estamos propondo para tentar compreender o Estado na Amazônia, analisar algumas de suas múltiplas faces, e em especial a situação estudada na região do médio Rio Juruá, descrevendo o modo como agências governamentais ligadas à RESEX Médio Juruá e a RDS Uacari foram se formando localmente. Estas configurações locais do Estado se fazem a partir das articulações entre sujeitos sociais de origens diversas, alguns de outras agências

governamentais da própria região amazônica, outros de movimentos sociais ou de entidades de assessoria a esses movimentos, outros vindos de outras regiões do país, uns ligados mais as questões sociais e à Igreja Católica, outros mais ligados às questões biológicas ou ecológicas e a Universidades ou Institutos de Pesquisas, perfazendo assim um Estado que não pode ser definido de modo monolítico e nem com uma única configuração. A partir das formulações de Geertz (1991) podemos perceber no médio Juruá, um Estado que se apresenta conformado por agentes com diferentes experiências, formações acadêmicas, histórias de vida, e que assume também diferentes significados para estes agentes sociais que o compõem. Significados esses que variam conforme as articulações entre esses agentes e conforme os diferentes contextos nos quais estes agentes sociais se encontram.

4.1. “AQUI QUEM MANDAVA ERA O PATRÃO” – A FACE LOCAL DO ESTADO

Na calha do Rio Juruá, muitos ribeirinhos e seringueiros foram mantidos, por muito tempo, sob o regime fechado na produção de borracha, extração de madeira e pesca,

Naquela época, tinha 70 seringueiros aqui. Naquela época, dos patrões, tudo o que o patrão dizia, o freguês tinha que obedecer. Isso era, mais ou menos, 1958. A gente vivia aqui subordinada ao patrão. Eu trabalhei muitos anos com ele, depois eu saí, fui cortar seringa. Depois disso, a gente não podia vender um quilo de borracha, um quilo de sernambi, que pra você vender isso, você tinha que roubar de si próprio. Era você que produzia, só que você não tinha aquela libertação que a gente hoje tem. Era tudo dominado pelo patrão. Isso durou muito tempo. (Entrevista com Sr. Bastos, presidente da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá, em 24/04/2008)

Com a queda da economia da borracha, as famílias, antes dispersas procuraram formar aglomerados, alguns próximos dos “barracões”, na época, decadentes, na beira dos rios. Este deslocamento visava facilitar a venda dos produtos e a aquisição de bens dos regatões e também o acesso a alguns benefícios como, especialmente, escolas para os filhos. Tais aglomerados passaram a ser denominados comunidades, e sua formação era incentivada pelas equipes locais da Igreja Católica e pelo MEB, conforme tratamos no capítulo 1. Porém, o poder público local permanecia atrelado aos seringalistas e regatões. Benefícios como escolas e implementos agrícolas eram entregues pelo governo aos patrões

que gerenciavam o uso conforme seus interesses; e isto repercutia nos resultados das eleições para a ocupação de cargos públicos.

Quando as primeiras comunidades foram formadas e beneficiadas com esses primeiros investimentos, outras famílias também quiseram se agrupar para receber esses benefícios, como as escolas. Porque antes as escolas funcionavam sob o comando do patrão. O novo Prefeito [1992] resolveu nivelar, e querer atender a todos. Segundo o Secretário de Produção da época, como as comunidades já tinham essa estrutura, ele achava que deveria dar continuidade, mas como o Prefeito quis atender a outros, aí ficou tudo no mesmo nível e não deu para avançar. O fato é que nesse período, a infra-estrutura nas comunidades era essa, sempre enviada pelo governo do estado. Tinha muito aquela política assistencialista de mandar motor, rabetá. (Entrevista da Suzy, Carauari, 2007)

Como consta no memorial do MEB (2003), alguns padrões não admitiam, ainda no final da década de 1980, que certas infra-estruturas, especialmente as escolas, fossem instaladas nas terras que alegavam serem suas, e neste sentido passavam a perseguir as lideranças locais como aconteceu com o S. Elcio Pacheco, liderança da comunidade do Gumo do Facão que na ocasião da entrevista era coordenador local do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS/Carauari) e que em 2008 voltou a ser o Presidente da ASPROC.

Até chegar à organização dessas primeiras comunidades tem figuras assim que a gente poderia considerar de grande importância como foi Chico Mendes nesse processo todo em toda a Amazônia, tipo Elcio. Ele foi preso, foi perseguido, jurado de morte pelos padrões...O município construiu uma escola no Gumo do Facão. Ela servia na verdade como armazenamento de produção do patrão, do barracão (do João Viana). A luta dos seringueiros para que essa casa se tornasse uma casa de educação para os filhos deles teve perseguições. As pessoas que encabeçavam esse movimento foram perseguidas. Essa casa que era a escola lá foi arrancada pelo patrão. Ele mandou derrubar e tudo. Tem uma história que o movimento sofreu bastante até chegar ao que é hoje. (Entrevista do Pinto, Carauari, 2007)

Para iniciar o Sindicato e o braço mais forte na época foi o MEB, para iniciar. Até então, tudo era dominado pelos padrões, definido por eles. Daí foi onde começou, o pessoal do MEB junto com a Paróquia e o Sindicato fazendo visita nas comunidades dizendo que a gente poderia sair daquela situação de opressão, de viver por ordem dos padrões. Daí começou a surgir as reuniões, o pessoal começou a se organizar, começaram a organizar a produção e começaram a estar juntando a produção das pessoas que moravam nas localidades, ainda não tinha comunidade na época. Começaram a vir vender aqui.

Aí surgiu um conflito muito grande entre patrão e os comunitários porque os patrões queriam que a produção passasse toda por eles e tinha uns que não queriam mais que passasse. O próprio Élcio do CNS, foi preso pelos patrões. O patrão de lá ainda foi lá com a polícia militar para tirar o pessoal a força. Saíram daqui dizendo que traziam o pessoal amarrado que nem porco. Nesse tempo, o pessoal do Sindicato dava uma força muito grande, o próprio Sindicato, o MEB, o Padre João. (Entrevista do Manoelzinho, Carauari, 2007)

A concessão dos seringais aos patrões deu a eles poder de Estado. Outras faces sociais contestavam esse poder e se insurgiam contra ele. Com as mudanças, os patrões usavam a força que era monopólio do estado. Era como se o modelo legal, constitucional do Estado moderno não fosse atualizado no local.

A história da prisão do S. Élcio tornou-se emblemática no processo de luta contra os patrões no médio Juruá e é recorrente na narrativa de diferentes pessoas, tanto das comunidades, quanto das lideranças que ocupam funções nas Instituições, como as acima destacadas. Mesmo algumas pessoas que não participavam do movimento ou do Sindicato na época se sensibilizaram com a arbitrariedade do acontecimento. O próprio S. Élcio narrou o fato:

Criamos uma casa lá onde funcionava a alfabetização de jovens e adultos do MEB e dava o nome de “Delegacia Sindical” e o patrão não queria de jeito nenhum. Isso deu uma confusão maior do mundo. Ele fez tudo para desmanchar esta casa. Foi até no juiz, mas a gente conseguiu que a casa ficasse lá. Como ele viu que a gente estava conquistando algum direito, queria nos expulsar da área. Como a gente não saiu, ele entrou na justiça, com advogado e o Sindicato entrou com advogado também e ele parou com a escola. O outro rapaz ficou com medo e saiu. Eu fiquei ainda por lá. As acusações eram mentirosas e a gente deu prova do que a gente falou e eu acho que o advogado dele achou que tinha que parar. Fomos a duas audiências e o juiz não veio. Passados uns dias eu recebi uma intimação do Delegado para comparecer e como já tinha um processo na justiça eu não fui. Aí o patrão veio com uns policiais para me buscar, mas não me levaram (...) O patrão continuou me perseguindo e eu sempre não dando espaço para ele. O meu pai morava na Estrada do Gavião e eles intimaram meu pai e meu irmão. Meu pai não veio e eu fui com o meu irmão. Chegando lá não deu outra, ele mandou me prender. Primeiro estava o patrão e ele e ele perguntou se eu não tinha medo de levar um tiro no pé do ouvido. Foi um rapaz do Sindicato mais eu e ele o mandou logo embora. Passei 24h preso e o pessoal do Sindicato foi lá com o Padre João e me soltaram. O advogado que estava com o processo veio depois, mas não pôde falar com ele. O advogado entrou com o processo contra ele. Depois ele sumiu. Depois, mesmo antes de criar a Reserva, o pessoal passou a ter mais liberdade, e eu acho que contribuí muito. Foi o tempo que acabou a borracha e muitos patrões abandonaram as terras. (Entrevista com Élcio Pacheco, Carauari, 2007)

Embora algumas escolas funcionassem precariamente em algumas comunidades, era difícil encontrar pessoas alfabetizadas para monitorar aulas nas localidades. As famílias viviam distante umas das outras, em pequenos barracos, devido à localização das estradas de seringa e dos barracões. A terra era controlada pelo patrão, como sua “propriedade”, mesmo que muitos destes não possuíssem os documentos que a comprovassem. A propriedade com base no costume de gerenciamento de uma parte do território era respeitada por todos aqueles que lá viviam e pelo poder público constituído. Para os seringueiros poderem produzir, tinham que pagar uma renda aos proprietários pelo uso da terra e ainda vender toda a produção ao mesmo, de quem deveriam comprar todos os demais bens e produtos que necessitassem para a sua subsistência, tais como condimentos, café, produtos de higiene, pilhas, óleo diesel, gasolina, etc. (Cf. Memorial Institucional do MEB, 2003).

As famílias mantinham uma espécie de pacto com os patrões. Os seringueiros eram muitas vezes impedidos de colocar roçados próprios e para morar no seringal tinham que plantar para o barracão. Na avaliação dos agentes do MEB, parte dessa situação devia-se ao desconhecimento por parte dos seringueiros e ribeirinhos, de seus direitos e da ausência de uma política educacional séria e emancipatória. Embora, já nos anos de 1980 houvesse algumas escolas no médio Juruá, nas comunidades Monte Cristo, Deus é Pai, Pupunha e Providência, todas eram atreladas aos patrões e serviam a seus interesses, como relatou Manoelzinho, presidente da ASPROC em uma entrevista:

Foi uma luta muito difícil. Muitos dos próprios moradores que estavam a fim de participar quando viam aquelas atitudes [prisão do Élcio], findavam se amedrontando. Ficavam bem poucos que tentavam enfrentar. A maioria achava que era loucura dos pobres quererem enfrentar os patrões porque tinha a teoria de que o mais fraco sempre perde. Eles achavam que a gente nunca ia conseguir ganhar do patrão. Porque sempre tinha aquela idéia de que o patrão era o todopoderoso. A partir do tempo em que o S. Élcio foi preso, a gente tinha uma força muito grande tanto do MEB quanto da Paróquia, foi aí que a gente conseguiu que as coisas fossem mudando aos poucos. O pessoal foi se organizando, trazendo a sua produção aqui para Carauari e daí já surgiu a idéia de se criar uma Reserva Extrativista já que também era uma ameaça que o patrão fazia todo tempo, de tirar todo o povo que estava querendo se organizar das suas comunidades porque eles não queriam comunidades no seringal deles. (Entrevista do Manoelzinho, sede da ASPROC em Carauari, 18/01/2007)

4.2. A FACE DO ESTADO QUE FAZ ALIANÇAS – CNPT/IBAMA

Atuantes nessa realidade, no final da década de 1980, os agentes do MEB começaram a discutir com as comunidades a possibilidade de criarem uma associação para facilitar a comercialização dos produtos e iniciar um novo processo de produção na região diminuindo o poder dos patrões. Para isso, o MEB propôs, por meio de um projeto piloto, uma experiência que se tornou o embrião da Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC que viria oficialmente a ser criada cerca de um ano e meio depois do início da experiência

A organização da produção via ASPROC, marcou um novo momento da luta contra os patrões no rio, porque muitos destes, acuados, começaram a impedir que as famílias entrassem nas áreas para coletar os produtos florestais, para pescar ou para fazer as roças. Desse modo, a efervescência das notícias em torno da criação das Reservas Extrativistas – RESEXs – no Acre, motivou a realização no médio Juruá de uma Assembléia em 1990 na qual foi tirado um abaixo-assinado para a criação de uma RESEX. Antes mesmo de definir a área pleiteada, 22 comunidades, de uma margem e da outra do Rio Juruá, assinaram o documento. A pressão sobre o governo durou sete anos, até que em 1997 foi emitido o Decreto de criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, mas a área decretada não contemplava todas as comunidades. Ficou fora da área abarcada pelo decreto, a margem direita do Rio. Os técnicos do IBAMA alegaram que na margem direita havia áreas privadas com Plano de Manejo Florestal aprovados pelo órgão, o que inviabilizaria a desapropriação de tais áreas conforme promulgava a Lei.

A proposta de criação da RESEX do Médio Juruá colocou para o IBAMA/Amazonas, à época sem experiência formal de “povos tradicionais” vários desafios. O primeiro grande desafio estava na própria compreensão do que seriam estes novos sujeitos políticos, antes seringueiros, castanheiros, agricultores, pescadores, ribeirinhos, e outros mais, que agora se auto-denominavam “povos tradicionais”. O segundo desafio, decorrente do primeiro e por isso não menos importante, estava na compreensão e nas possibilidades de operacionalização, por parte do órgão público, das propostas de reorganização territorial destes povos. Elas resultavam no que Almeida (2008a) denominou de “territorialidades específicas”, e que mais que a delimitação de territórios fisicamente demarcados, essas territorialidades possuíam significados sociais e políticos que estavam totalmente

imbricados na construção ou na (re)invenção das identidades desses “povos”. O terceiro desafio foi a substituição do termo “populações”, categoria atribuída presente na Lei do SNUC, para “povos” tradicionais. A idéia de “população”, termo importado da Biologia do século XIX, que traz embutida uma idéia de homogeneidade do grupo social, foi deslocada para a categoria “povo”, que sinaliza para a positividade da heterogeneidade cultural dos diferentes agrupamentos sociais. A riqueza dessa sociodiversidade tornou-se a marca da resistência das comunidades tradicionais.

Para efeito de compreensão das dinâmicas sociais que se apresentam contemporaneamente na Amazônia, é importante que tomemos a emergência das novas identidades coletivas no processo de desestruturação das empresas extrativas tropicais, como sugere Almeida (2008a). Embora estas identidades se afirmem sobre conhecimento profundo de realidades localizadas, e em formas de uso comum, que são de fato transistóricas, a sua objetivação em movimentos sociais é contingente e histórica e traz novos significados para a Amazônia e para o seu próprio ser social subvertendo as visões atribuídas de sujeitos biológicos e assumindo o protagonismo da ação ambiental enquanto sujeitos sociais.

O fato é que ao se inventarem como sujeitos sociais objetivados em movimentos sociais, estes novos protagonistas propõem (re)invenção da Amazônia. O principal parâmetro para tal seriam as possibilidades de reprodução física, social e cultural desses sujeitos que se percebem como “povos tradicionais”. Numa visão de tradição, como abordamos no capítulo 2 que evoca, reorganiza, ressignifica e, por vezes até recria, elementos do passado de modo a construir o presente e a sinalizar para o futuro.

As mobilizações e reivindicações desses sujeitos políticos emergentes se assemelhavam em muitos aspectos as mobilizações dos povos indígenas cujas lutas culminaram na decretação das várias terras indígenas. Como estas, as ações e propostas dos seringueiros e extrativistas possuíam importante dimensão ambiental e geopolítica (cf. Pacheco Filho, 1999).

O território da Amazônia, antes espaço físico arbitrariamente recortado, como nos projetos de assentamento convencionais do INCRA, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, como Parques ou Estações Ecológicas, converte-se agora em espaço de diálogo entre diferentes agentes públicos e sujeitos sociais politicamente constituídos que visam ao reconhecimento das territorialidades

específicas a partir da articulação desses novos movimentos sociais. Tais territorialidades constituem outra cartografia. Outros parâmetros são agora envolvidos nos recortes do espaço contrapondo-se ao processo que Pacheco Filho (1999) definiu como “territorialização”, aquele arbitrado pelo Estado, que no caso de alguns povos indígenas, ou moradores de Unidades de Conservação de proteção integral, cria unidades étnicas ao territorializá-los, vinculando grupos sociais a limites geográficos determinados.

A territorialização antes imposta converte-se em “processo de territorialização” a partir dos sujeitos sociais emergentes e socialmente organizados quebrando o monopólio da definição legítima do território antes privilégio dos planejadores oficiais. A peculiaridade do “processo de territorialização”, conforme conceituada por Pacheco Filho (1999), é que os objetos político-administrativos (“comunidades indígenas”, “moradores de Unidades de Conservação”, “seringueiros”, etc) transformam-se em uma, ou várias coletividades organizadas reestruturando até mesmo suas formas culturais.

Desde 1992, o IBAMA/Brasília já contava com um Centro especializado para cuidar dessas reivindicações, motivado por todo o movimento de organização dos seringueiros, principalmente do estado do Acre. Como sustenta Little (2002), a incorporação da categoria “povos tradicionais”, mesmo que tomados como “populações tradicionais” a legislação vigente como na Constituição de 1988 e na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT no IBAMA demonstraram o vigor da sua dimensão política, numa estratégia deliberada de valorizar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, constituindo assim um campo político que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil.

O CNPT⁹⁶ foi acolhido no IBAMA de início de modo marginal, visto com desconfiança pelos funcionários mais antigos, e tido como uma ONG (Organização

⁹⁶ “O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, foi criado através da Portaria IBAMA N° 22, de 10/02/92, tendo como finalidade promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais.

Dentre as atribuições específicas do CNPT cabe destacar: promover o desenvolvimento econômico visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais baseada na sustentabilidade, na cultura e nos conhecimentos por elas acumulados; criar, implantar, consolidar, gerenciar e

Não-Governamental) ancorada num órgão federal. Aos poucos, este Centro foi capitaneando a articulação entre os órgãos governamentais, as organizações não-governamentais e as representações dos povos tradicionais, acabando por tornar-se um elo importante na constituição do socioambientalismo governamental, emblema nem sempre harmônico e aplicável ao casamento das demandas sociais com as preocupações ambientais, no âmbito do Estado.

Porém, o CNPT não tinha representação em todos os estados da Amazônia, tornando muito difícil a análise e o monitoramento a partir de Brasília das discussões em torno da criação de novas RESEXs. As equipes do CNPT logo perceberam que este tipo de pleito, por sua natureza peculiar, envolvia um trabalho local mais intenso, com um caráter mais participativo do que habitualmente o IBAMA realizava em suas ações. Em função disto, no Amazonas, foi necessário identificar entre os servidores do IBAMA regional alguém com alguma experiência com a linguagem dessas populações e com a economia do extrativismo para que pudesse organizar uma representação do CNPT no estado e atender o pleito da criação da nova modalidade de área protegida de uso sustentável, que viria a ser a primeira do estado.

A minha vinda para Manaus foi para instalar o CNPT. Isso foi no final de 1994. Na época, eu estava no escritório do IBAMA em Manicoré. Eu vim com esse objetivo de trabalhar para criar RESEX e instalar uma equipe para dar corpo ao CNPT. No Brasil, o CNPT era coordenado pelo Rafael Pinzon. O superintendente do IBAMA no

desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam; assessorar, elaborar, coordenar, executar, supervisionar e monitorar o desenvolvimento e a implantação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais das unidades de conservação de uso direto e indireto; promover a articulação com Instituições Federais, Estaduais e Municipais visando a obtenção de apoio político, técnico e financeiro, para a implantação dos planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais; promover a articulação com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e Representações das Populações Tradicionais, visando subsidiar a definição de políticas e implementação de planos, programas e projetos das populações tradicionais; e implantar, em conjunto com o Centro Nacional de Informação Ambiental, um subsistema de informações tendo como referência os planos, programas, projetos e ações implementadas, visando a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias relacionadas à problemática das populações tradicionais; A criação do CNPT significou um importante avanço porque através dele foi reconhecida a importância da participação do homem na solução das questões ambientais, uma vez que sua criação: Foi fruto de uma reivindicação da sociedade; Constituiu a prova concreta de que a questão social e ambiental são indissolúveis; Abriu espaço para facilitar o diálogo e a cooperação entre o Governo e a Sociedade; e foi um reconhecimento de que a solução dos problemas ambientais, exige modelagem de estruturas institucionais dinâmicas, capazes de responder as demandas da sociedade de forma eficaz e eficiente.”

(Fonte: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>> acesso em 12/03/2009)

Amazonas era o Hamilton Casara. Este foi um pedido do Rafael, porque ficava muito difícil a relação das populações tradicionais com o setor de criação em Brasília. Ficava muito difícil a comunicação. Eu vim com essa missão por ter o perfil de trabalhar com população tradicional, até por conta da minha experiência da SUDHEVEA, onde trabalhei com extrativistas e o extrativismo da borracha, muito importante naquela época. E já pelas minhas andanças, já conhecia um pouco do Estado... O IBAMA não tinha nenhuma experiência relacionada a trabalhar com a questão humana mesmo, com as populações. Isso naquela época representou um desafio interno nosso. Mudar o foco do trabalho, mudar os conceitos. Você tendo agora aí inserido o homem como uma figura a ser preservada mesmo. Quando você cria uma Unidade de Conservação que tem como objetivo não proteger apenas as populações de animais da fauna, a vegetação, a flora, mas também aquela população humana que de certa forma interagia com aquele ambiente. (Entrevista Mário Lúcio, primeiro coordenador do CNPT no Amazonas, atual Superintendente Substituto do IBAMA/AM, 2008)

Em entrevista, o primeiro coordenador do CNPT/Amazonas relatou que veio a Manaus para instalar a representação regional do Centro, porque a coordenação nacional tinha avaliado que ficava muito difícil a relação das populações tradicionais com os técnicos responsáveis pela formalização e condução do processo administrativo em Brasília. Mesmo não tomando os moradores locais a partir de sua identidade política partilhada com o conjunto do movimento dos seringueiros, e sim ainda com base em critérios primordiais como “populações” a semelhança das “populações de plantas e animais”, já havia o reconhecimento expresso do protagonismo daquelas “populações” humanas em relação às demais. O fato de ser “filho” do interior do Amazonas, o aproximava dos moradores locais e o qualificava para entender suas necessidades a partir de um território específico. Quando foi chamado para a função, este primeiro coordenador trabalhava no escritório local do IBAMA, em Manicoré. Era “filho da terra” e havia saído ainda menino para estudar na Escola Agrotécnica.

Esta condição pesou na escolha e outro critério foi o fato de ter trabalhado na SUDHEVEA⁹⁷ com extrativistas e com o extrativismo da borracha. Tais credenciais o qualificavam para o trabalho com as RESEXs que viria a ser bem diferente daquilo que o IBAMA fazia na época, e que estava relacionado, prioritariamente, as ações de fiscalização e as questões de fauna e proteção de quelônios.

⁹⁷ A SUDHEVEA foi um dos órgãos absorvidos pelo IBAMA quando da sua criação em 1989. Os demais órgãos, que foram fundidos e, deram origem ao Instituto foram a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e a SUDEPE (Superintendência de Pesca).

Diferente de outros escritórios locais do IBAMA e de quaisquer outros órgãos federais na região, a representação local do CNPT não nasceu de um planejamento institucional do governo, mas de uma aliança entre seus agentes diretos, especialmente, aqueles identificados como “filhos da terra”, com as organizações populares locais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari, a ASPROC, o CNS, e as de assessoria, como o MEB e as equipes locais da Igreja Católica. Embora com um equilíbrio por vezes instável, consolidou-se nesse processo a outra face do Estado na região.

A cada viagem eu convidava um servidor para trabalhar conosco no Centro. Eu conhecia algumas pessoas aqui dentro e a cada viagem eu convidava algumas pessoas a vir comigo nessas áreas para lidar com a população e aí eu começava a observar o comportamento desse servidor e quando eu achava interessante, fazia o convite para permanecer. E aí também o servidor tinha a oportunidade de ter o contato com o que seria o trabalho do CNPT, porque só você falar assustava. Depois de algumas viagens, a primeira pessoa que eu convidei mesmo para ficar no setor foi o Marcos Afonso, que hoje trabalha no Núcleo de procedimentos administrativos aqui. Uma espécie de Corregedoria que nós temos aqui. O Marquinho tinha uma formação, trabalhou no SENAR antes de vir ao IBAMA, seu órgão de origem. Foi também meu contemporâneo de Colégio Agrícola. Eu já tinha com ele uma relação de amizade. Ele se identificou com o trabalho e aceitou. Antes ele trabalhava ali na área técnica, no combate aos desmatamentos. Formamos uma dupla que durou por algum tempo. Ele se tornou uma pessoa de confiança, que assimilou logo o serviço. Depois disso, conseguimos agregar o Francisco Guerra, que veio de um escritório regional na época. Também era técnico em agropecuária. Nasceu no interior e tinha todo um perfil e aceitou. Hoje, ele trabalha com o Marcos no mesmo setor administrativo disciplinar. Nós três permanecemos por muito tempo. Esses dois ficaram comigo até eu sair do CNPT. Nesse tempo, em que eu fiquei a frente tive vários colaboradores de outros servidores temporários, estagiários. (Entrevista do Mário Lúcio, IBAMA/Manaus, 2008)

Os demais membros da equipe regional do CNPT/IBAMA foram recrutados pelo coordenador regional, como descrito na narrativa acima, por meio das relações já existentes com funcionários do próprio órgão, ex-colegas de Escola Agrotécnica e da SUDHEVEA, também nascidos no interior, com os quais mantinha vínculos de amizade e confiança, e que possuíam, segundo ele, as mesmas credenciais, sensibilidade e experiência no trabalho com extrativistas.

Como nas demais instituições sociais (Pitt-Rivers, 1971; Wolf, 2003), dentre as quais as agências governamentais não são uma exceção, outros servidores

foram arregimentados para o trabalho por suas relações pessoais e, sobretudo, por amizade com o primeiro coordenador, e também por suas experiências com a atividade extrativista. O fato de ter nascido no interior do Amazonas, de como foi anteriormente dito ser “filho da terra”, facilitava o diálogo e a relação de confiabilidade com a população local.

Em termos formais, o CNPT não possuía um rebatimento de sua estrutura de Brasília nas regionais. O Centro era um só e o que existia nas superintendências regionais onde havia demanda para a criação de RESEX era uma espécie de “representação” do CNPT nacional, como explicou Mário Lúcio na entrevista:

Se você olhar na estrutura do IBAMA, o CNPT nos estados, ele não existe. Essa representação formalmente ela não existe. Não tem porque o CNPT é um centro. Ora, se ele é um Centro não poderia ter Centros menores. Não cabe isso. Por isso, nós chamávamos as regionais de representação. Encontraram esse nome, porque nós éramos da Superintendência. E aí nós criávamos dentro da Superintendência uma representação do CNPT. O CNPT era só em Brasília mesmo. Na regional, éramos apenas um facilitador. No Amazonas, a dimensão continental que nós temos, eu pensei, que precisava ter facilitadores também, porque dos municípios para Manaus tem uma distância muito grande, do ponto-de-vista de pensar uma relação com as comunidades. E naqueles municípios em que nós iniciamos os trabalhos de criação de reservas eu tentei formar, foi uma iniciativa nossa, de tentar reunir alguém de um IBAMA mais próximo para ter uma representação ali naquele local. De início, já havia um processo aberto por Brasília para a criação da RESEX Médio Juruá, e o IBAMA possuía um escritório em Carauari, e com um funcionário só à época, o João de Deus, que trabalhava praticamente com fiscalização e o trabalho de proteção de praias. A maioria das praias iriam ficar dentro da proposta da Resex, então ele já tinha todo o conhecimento com aquela população e foi muito fácil fazer com que ele vestisse a camisa do trabalho com o CNPT. A partir daí, eu posso afirmar que o escritório de Carauari passou a funcionar mais como CNPT, atendendo a nossa demanda, porque a fiscalização você faz a qualquer momento, sob denúncia, faz aquela coisa mais pontual ou enfim dependendo de quando tem o recurso, alguma operação. Mas o dia a dia do escritório era voltado para o CNPT. Era para facilitar o trabalho de organização da Associação, de melhorar esta organização, de reuniões, de organizar as reuniões quando eram necessárias lá, preparar as nossas viagens. Ficou trabalhando em função do CNPT.

Filho de Fonte Boa, município vizinho de Carauari, João de Deus estudou no Colégio Agrícola e veio para Carauari em 1978 para dar assistência técnica nos seringais, trabalhando pela EMATER, empresa estatal de assistência técnica. Entrou no IBDF em 1984, em Carauari, que em 1989, assim como a SUDHEVEA foi

também absorvido pelo IBAMA. Já tinha experiência de trabalho com seringueiros e com os ribeirinhos, como ele mesmo relatou, uma vez que a EMATER já trabalhava com a SUDHEVEA por meio de convênios.

Este grupo, composto pela equipe de Manaus e pelo funcionário do escritório local do município de Carauari, formava o CNPT regional que foi o responsável, junto com a equipe de Brasília e junto com as lideranças locais organizadas na ASPROC e no MEB/Carauari pelos estudos prévios e pela decretação da RESEX Médio Juruá em 1997.

O mesmo processo de recrutamento e seleção de pessoal para trabalhar no CNPT, foi utilizado em Tefé, em um dos maiores escritórios do interior, quando surgiu as novas demandas de RESEX no Amazonas: Jutaí, no município de Jutaí, Baixo Juruá, no município de Juruá, e Auati-Paraná, esta última no município de Fonte Boa.

Nós pensamos em usar a mesma estratégia em Tefé, já que tinha IBAMA lá. Só que com mais funcionários, um escritório maior. E aí nós criamos uma representação lá e tivemos uma pessoa que ficou responsável por este trabalho, que foi o Astrogildo que hoje é Chefe da FLONA Tefé. Então, o Astrogildo ficou como um “ponto focal” nosso. O nome correto acho que seria esse. Nós elegemos pontos focais. João de Deus em Carauari e Astrogildo em Tefé. Mais na frente, quando surgiu a demanda do [Rio] Madeira, o escritório do Madeira que sempre funcionou apenas com o chefe do IBAMA, em Manicoré, com a [RESEX] Capananzinho a princípio e vingou a [RESEX] Capanã Grande.

Como o dirigente do IBAMA estadual na época era egresso também da SUDHEVEA, prontamente a regional aceitou o desafio de transformar o trabalho com os povos tradicionais, tratados por eles como populações tradicionais, uma prioridade nos escritórios locais de alguns municípios como Carauari, Manicoré e Tefé.

4.2.1. As alianças para a criação da RESEX do Médio Juruá

A representação do CNPT no Amazonas reconhecia que o processo de criação de uma RESEX inaugurava uma nova forma do estado planejar e executar sua política de territorialização, pelo menos naquilo que se referia ao que poderíamos denominar de territórios ambientais, e que posteriormente se expandiria

para outras políticas de territorialização como as do INCRA no Amazonas que trataremos no próximo capítulo. Antes do órgão responsável, no caso o CNPT/IBAMA, proceder a identificação da área, era necessária solicitação das comunidades residentes interessadas para que o processo de criação de uma RESEX fosse iniciado. No caso de Carauari, esta peculiaridade em relação às RESEXs e em relação às demais Unidades de Conservação de Uso Sustentável ficou bastante evidente vez que sequer existia CNPT local antes do pleito das organizações populares locais.

O João de Deus veio depois para o CNPT. Essa articulação foi montada posteriormente à deflagração do processo. O correto é isso mesmo, a comunidade primeiro se manifestar. E ela o fez através do padre [João]. Ele foi a Brasília. Ele ouviu no rádio sobre o que estava acontecendo no Acre e ele foi a Brasília porque queria saber onde é que estavam cuidando disso. E lá informaram a ele, e passaram toda a informação de como era o processo de criação de uma RESEX. Ele disse, 'Isso serve para o meu povo.' Era como ele se referia à população do Juruá. Aí de imediato ele fez um pedido, um requerimento porque precisava haver um ato formal. E aí se instaurou esse processo lá em Brasília. Só que aí, o que aconteceu? Os técnicos tinham que sair de Brasília para ir até Carauari, para visitar, para começar os estudos e ver se havia os pré-requisitos: se havia população residente, organização, fazer um levantamento socioeconômico, um laudo biológico, definir essa área, fazer essas coisas... Mas foi dessa forma. Quem começou foi o Padre João. A provocação primeiro foi de Carauari. O processo, se não me falha a memória, data de 1992. Foi formulado em 1992. A Reserva foi decretada em 1997. Mas os estudos mesmo, a coisa começou a andar em 1995, no final de 1994 para 1995, quando nós estávamos trabalhando aqui. (Entrevista com Mário Lúcio, IBAMA/Manaus, 2008)

Quando se pensou em criar essa Reserva, foi o padre mesmo que viu por aí o modelo nessas andanças dele e trouxe pra cá e botou pra frente o negócio. 'Vamos fazer como fazem no Acre, vamos trabalhar em cima disso', dizia ele. Foi aí que montaram uma carta e mandaram para o CNPT em Brasília, porque em Manaus ainda não tinha. Fizeram o documento e mandaram para o Rafael Rueda. Nessa época é que veio o nosso colega Mário Lúcio trabalhar aqui em Carauari. (Entrevista com João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008).

No livro do próprio Pe. João Dereckx, encontramos o relato dos procedimentos para a abertura do processo de criação da RESEX do Médio Juruá:

No mês de agosto de 1991, de volta da Assembléia Nacional da CPT [Comissão Pastoral da Terra], em Goiânia, passo em Brasília onde procuro o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), atrás de informações sobre os preços da borracha. No corredor deparo-me

com uma placa numa das portas: Reservas Extrativistas. A curiosidade me fez entrar. Encontro uma equipe interessada e disposta a conversar sobre o Rio Juruá. Almoçamos juntos e explico que dois ou três requisitos para a implantação de uma R.E. [Reserva Extrativista] já existem no Rio Juruá. Coloco minha preocupação, até descrédito, em relação ao terceiro requisito: uma ação eficiente do poder público. Meus interlocutores me tranqüilizam, garantindo que o Rio Juruá está na lista para 1992. O encaminhamento de um Reserva Extrativista para o presente ano da ECO/92 seria bastante significativo. (Trecho extraído do livro do Pe. João Derickx, *Reserva Extrativista, mais vida neste chão*, 2007, p.190)

Outra marca inovadora da ação do Estado na Amazônia, a partir das RESEXs, é o reconhecimento por parte de alguns de seus agentes, de que para execução de uma política pública dessa natureza, que envolve como protagonistas povos tradicionais, os órgãos oficiais tinham e têm inúmeras limitações, especialmente, deficiência de pessoal devidamente preparado para lidar com povos tradicionais. Logo percebeu-se que algumas dessas limitações podiam ser superadas, ou melhor, equacionadas, por meio de parcerias com algumas organizações populares ou de assessoria ao movimento social, reconhecendo a legitimidade e confiabilidade que elas haviam conquistado junto ao povo. Por meio dessa estratégia, o Estado viria a ganhar também maior credibilidade na execução de suas ações.

Com a criação destas duas reservas no Acre, se abriu uma discussão enorme sobre a importância destas RESEX para os seringueiros. E aqui começou a se discutir essa idéia. Nós patrocinamos alguns encontros. Naquele tempo eu já estava no MEB. Aqui só tinha esse João de Deus no IBAMA e esse cara era uma cara-fechada. Nós não falávamos nada com ele. Ele era muito barreira mesmo, um coronel. Ele era uma autoridade e tratava todo mundo com frieza. Também, imagina, ele era sozinho aqui, se ele fosse dar confiança para todo mundo... Começamos a fazer reuniões, a namorar alguns grupos e o Sindicato já estava bem forte aqui, a ASPROC já tinha nascido mas era mais voltada para a organização e o MEB carregando a organização. Nós convidamos, através do Casara, que estava no IBAMA, e trouxemos todos os comunitários, mais de 150 comunitários para colocar num Centro Pastoral que tem aqui, isso mais ou menos em 1990. Trouxemos o Casara, o lanuzzi, que hoje está em Brasília, mas naquela época representava o CNPT. Veio uma consultora do Ministério do Meio Ambiente. Começamos a pensar alguns programas que pudessem ajudar e a idéia era criar a Reserva. O pessoal já estava com isso na cabeça. Trouxemos também alguns companheiros que já estavam vivendo esta questão da Reserva lá no Acre, o Luis "Doido". Ele começou a contar a história. Criamos assim uma espécie de aliança com o pessoal do CNPT, do IBAMA e ganhamos uma certa confiança do Ministério, começamos a nos falar por telefone e depois fizemos uma reunião grande para desenhar a reserva. (Entrevista de

Ademar da Cruz, Secretário Executivo Adjunto de Extrativismo e ex-agente do MEB, Carauari, 2007)

No caso do médio Juruá, não só os técnicos do CNPT, envolvidos no processo à época, reconheciam a importância do MEB e da Paróquia Católica, como atribuíam a eles a conquista da Reserva em Brasília. Faltavam servidores e sensibilidade para a questão dos seringueiros, o que foi sendo adquirido com o tempo. Daí a efetivação da aliança ter sido um passo importante.

Já se falava aqui em se criar essa Reserva a pedido dos povos, dos ribeirinhos, dos extrativistas e aqui tinha uma instituição, feito uma ONG que era ligada à Prelazia de Tefé, o MEB, Movimento de Educação de Base. Na realidade, nessa época, as comunidades eram mais organizadas, até porque a filosofia do MEB era organizar os ribeirinhos, as comunidades, cuidavam da parte organizacional e a outra meta era a alfabetização desses povos ribeirinhos, dos seringueiros, extrativistas na realidade, porque não era só seringa, era também peixe, madeira, etc. O MEB trabalhava muito nessa parte religiosa, na religião católica e a parte organizacional. Quando se pensou em criar a reserva extrativista no município, já tinha um parceiro que tinha conhecimento de tudo, que era o MEB. O MEB tinha tudo isso. Tinha o dado estatístico de pessoas. Foi quando foi feito um projetinho, que nós montamos no próprio MEB, onde se reuniu MEB, IBDF, com a participação das pessoas interessadas, a ASPROC, que já tinha naquele tempo, mas não era juridicamente legal. Não tinha CNPJ. Depois que nós engrenamos mesmo. Quando o negócio já estava mais agitado, é que o CNPT entra no mérito para legalizar as coisas em Manaus. Na realidade, para deixar a Associação legalizada com CNPJ, a situação fazendária e tudo mais. Foi assim o nosso trabalho. Depois desse projetinho aí, foi quando começou a deslanchar as coisas. Aí, pensou-se em fazer o levantamento socioeconômico. O Mário Lúcio estava aqui ainda. Foi quando se criou o Departamento do CNPT em Manaus. (Entrevista João de Deus, funcionário IBAMA/Carauari, 2008)

A ligação do MEB com o CNPT/IBAMA/Carauari tornou-se tão estreita por ocasião da criação da RESEX do Médio Juruá, que com a mudança das diretrizes do governo federal a partir de 2003, o escritório local do IBAMA passou a ser chefiado por um ex-agente do MEB, o Sr. Francisco Pinto, nomeado para um cargo comissionado, e posteriormente o próprio CNPT regional passou a ser coordenado pelo Sr. Adevaldo, também ex-agente do MEB- Carauari.

Essa relação estreita gerou tal identificação nos anos de implantação da RESEX, que alguns extrativistas categorizavam as restrições na exploração indiscriminada de alguns recursos, como o pescado, de “Lei do Pinto”. Um ex-agente do MEB, agora dava nome à uma “lei” do IBAMA.

Eu não estou me dando mal com essa 'Lei do Pinto'. Estou me dando bem. Só que os outros não se dão, não atendem. O meu filho não marisca⁹⁸. A gente chama de 'Lei do Pinto' esse negócio de não poder pescar para vender. Ele nos diz que devemos cuidar do recurso que é nosso. É para nós criarmos nossos filhos. Então é uma boa coisa. Muitas pessoas não atendem. Se a senhora for no lago, e chegar lá tem duas canoas ou três, a senhora diz para não mariscarem porque aquilo é nosso, para nós vivermos. Eles respondem, às vezes, com ameaça de chumbo. Entra um monte de pescador nos lagos. (Entrevista com Sr. Raimundo Barbosa, Monte Cristo, 2007)

De modo análogo, os agentes públicos atribuíam ao MEB com bastante ênfase, os méritos da organização no médio Juruá e ressaltavam que a extinção do Projeto da organização da Igreja resultou em muita desarticulação e desorganização das comunidades ao longo do Rio, dificultando o trabalho do gestor público.

Para se ter uma Reserva Extrativista, tem que ter, antes de tudo, o homem e ele tem que estar primeiramente organizado. Para isso o MEB ajudava. Naquele tempo, as comunidades possuíam ainda poucos habitantes. Os líderes das comunidades eram líderes mesmo. Eles tinham punho para falar diante dos demais. Os colegas de comunidades tinham o líder como um chefe. Eles organizavam os mutirões, as coisas da Igreja Católica, os catequistas, a catequese. Tudo era uma liderança. Hoje, acabou esse negócio. O líder não é respeitado, não tem voz ativa. Quando acabou o MEB, virou bagunça nessas comunidades. Tanto faz ser em reserva quanto fora dela. Hoje, é um líder, amanhã não é mais... não tem mais organização, já virou bagunça. (Entrevista João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008)

Organizações como o MEB, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Associação de Produtores Rurais de Carauari, que antes eram vistas como críticas ao Estado, por considerá-lo atrelado aos patrões, agora por meio das alianças estabelecidas eram percebidas como uma das muitas faces do próprio Estado. Os agentes do Estado passaram a ver com pesar a ausência do MEB, enquanto seu braço mais eficiente.

Mas foi assim, eu comecei a trabalhar em conjunto com o MEB, e o Pe. João, a quem eu conhecia muito. Quando eu fui trabalhar no IBDF, a gente ia para as comunidades apenas para prender, para multar, na verdade, multar nem multava porque eu não tinha nem muito conhecimento por parte da legislação. A gente pelo menos ia lá, prendia e soltava, sem ter a documentação escrita. Mas a gente ia lá, prendia e doava assim mesmo, sem papel, só à vista do povo. Quando chegava o IBDF, o pessoal tinha que parar. Depois, quando já se pensava na criação dessa reserva foi que nós fizemos uma parceria com o Sindicato, com o próprio MEB. O Padre era muito envolvido nessa parte sindical. Naquele tempo, o Sindicato marcava presença

⁹⁸ O mesmo que pescar.

no interior e começamos a participar de um outro tipo de trabalho, que tinha mais efeito nas comunidades. O povo compreendia melhor e colaborava. (Entrevista com João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008).

A partir dessa aliança, alguns agentes das agências governamentais começaram a perceber as limitações dos métodos baseados estritamente no cumprimento da legislação, nem tão bem apreendida assim. Tais métodos eram descasados da vida das pessoas. Com a aproximação do trabalho do MEB, os agentes públicos do IBAMA foram reconhecendo a força da organização social e do processo educativo permanente como era a proposta do MEB para a conservação da área, que era o seu objetivo.

E ficamos fazendo o trabalho aqui com o MEB. Nosso parceiro número um. Depois veio a ASPROC também, que até hoje é nossa parceira. O MEB foi extinto, há uns seis anos atrás. Os nossos parceiros mesmo eram a ASPROC, o MEB, o Sindicato, quando estava envolvido, depois criou o CNS aqui. (Entrevista com João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008)

Ao estabelecer a aliança e tomar esta prática como sua, os agentes do IBAMA de Carauari passaram a se ver também como parte das conquistas do processo de emancipação proposto pelo MEB e, tanto quanto as comunidades, se ressentiram muito com o fim do projeto da organização, mesmo que alguns de seus membros viessem a ser posteriormente incorporados ao quadro de funcionários do órgão por meio de cargos comissionados, como o Sr. Pinto no escritório local do IBAMA e o Sr. Adevaldo no CNPT em Manaus. Era como se não houvesse uma fronteira rígida Estado-sociedade.

Ressalto ainda que um elemento facilitador dessa identificação mútua entre os agentes públicos e os agentes da sociedade civil, MEB e Sindicato, que potencializou o trabalho para a criação e implantação da RESEX do Médio Juruá, é o fato de que os funcionários do CNPT/IBAMA, na época, eram todos oriundos do interior do estado, “filhos da terra”, como se referiam e faziam questão de frisar. Esse fato parece ter facilitado o processo de identificação, porque os agentes do IBAMA ao perceberem a realidade local a partir da perspectiva apresentada pelo MEB, bem diferente da perspectiva desenvolvimentista e autoritária dos órgãos governamentais que atuavam na Amazônia até então, puderam também reorganizar o modo de perceber a sua própria realidade, que afinal de contas tinha a mesma raiz histórica que a dos extrativistas e ribeirinhos da região.

4.2.2. A racionalidade do concurso público na Amazônia

Em 2002, a composição da equipe local do CNPT e do IBAMA em Carauari mudou com a realização de um Concurso Público que contratou analistas ambientais recrutados em outras regiões do Brasil para atuarem diretamente no escritório do município. Eram todos profissionais de nível superior, e alguns com pós-graduação. Porém, dos cinco destinados a atuar diretamente na RESEX, apenas o último a chegar ainda permanecia na área por ocasião da pesquisa de campo, em 2008.

A sociedade cobra muito porque não vem mais gente para trabalhar. Os que são infratores querem que diminua o número de fiscais mesmo... Precisamos de mais fiscais. Às vezes, a gente trabalha fora de hora, corre risco de vida e é só a gente. Quando a gente não vai atender acham que é má vontade ou omissão. O concurso resolve por um tempo, mas ele não efetiva o pessoal no interior. A falta de pessoal no interior, o concurso nos moldes em que é feito, não resolve. (Entrevista João de Deus, IBAMA/Carauari, 2008)

As comunidades ressentiam-se muito da ausência do órgão federal na área e reclamavam das dificuldades de controlarem o uso predatório dos recursos. Alguns gestores públicos em Manaus, ex-agentes do MEB de Carauari, sentem-se impotentes diante do fato.

E parece assim que é meio que para testar a gente. Você vê, temos eu, que estamos aqui no governo do Estado, o Ademar, o Francisco Pinto que agora está aqui, tem o Manoel Cunha que é essa liderança que é, e que é de lá. Quem cuida dessas coisas no estado só é a gente. Aí na nossa casa, está essa situação. Unidades de Conservação sem ninguém, cinco pessoas lotadas lá e nenhuma trabalhando direto. (Entrevista Adevaldo, Manaus, 2008)

De fato, parece que os concursos públicos se inscrevem numa lógica que não se adéqua a realidades como as do interior do estado do Amazonas, especialmente se os profissionais selecionados são oriundos de outras regiões do Brasil.

Uma luz sobre esta questão me pareceu que pode vir da análise que Mannheim (1974) faz do problema dos intelectuais no processo de burocratização crescente e consolidação do estado moderno alemão. A preocupação expressa com o concurso público na Prússia do final do século XIX como um intermédio entre o funcionalismo feudal, personalista e tradicional, e o funcionalismo moderno, impessoal e técnico selecionado por meio do concurso público, pode nos ajudar a

compreender a situação dos concursos para os cargos públicos no interior da Amazônia contemporânea.

De fato, o concurso parece resolver alguns problemas que têm graves conseqüências na gestão da coisa pública, como o da impessoalidade que deve ser um pré-requisito do servidor público, aquele que “serve ao povo”, de modo indiscriminado e não ao interesse de alguns, de quem é apadrinhado. E o problema da qualificação técnica, vez que aqueles que ingressam via concurso seriam os mais bem preparados tecnicamente, aqueles que Mannheim (1974: 88) diz distinguirem-se dos que não possuem “educação acadêmica”. Também não seria possível questionar, como sugere o próprio Mannheim, o caráter democrático de tal sistema de seleção vez que a educação, em tese, seria acessível a todos.

Mannheim não desvaloriza a experiência cotidiana como forma de conhecimento adquirido, sobretudo porque pensava que ela era capaz de focar nos problemas reais sem se perder “no labirinto dos caprichos intelectuais”. Porém, o autor diz que este tipo de conhecimento experiencial, principal valor entre funcionários antigos recrutados antes da era dos concursos públicos, tem limites porque há a “possibilidade de ele ser ultrapassado por mudanças imperceptíveis, aferrando-se as máximas de uma árdua experiência mesmo depois que os fatos tenham deixado de sustentá-las” (1974: 73), ou tornar-se um realista utópico, aprisionado a um passado que talvez nunca tenha existido, perdendo o contato com a realidade. Para este autor, a educação acadêmica não só ampliaria os limites das coisas conhecidas, como ela teria a capacidade de ensinar “a descobrir nossa própria problemática na problemática de povos distantes e a compreender outros pontos de vista através da redefinição do nosso”.

Mesmo reconhecendo a necessidade de pessoal qualificado para operações em larga escala, como o instituído por meio do concurso público, Mannheim (1974) ressalta que a burocratização da educação, inerente a tal processo de tecnificação e da necessidade sempre mais premente de profissionais especializados, paradoxalmente, desprepara estes mesmos candidatos para o domínio de assuntos regidos por outros códigos, remetidos por vezes ao universo do “tradicional”.

No caso da Amazônia, essa questão ganha ainda contornos que tendem a agravá-la. Primeiro, o caráter democrático do concurso público se descaracteriza porque as condições da “educação acadêmica”, nos termos de Mannheim, que seria “acessível a todos”, não se aplica. A formação acadêmica da região, mesmo que

recentemente reforçada por mais cursos de graduação e pós-graduações ofertados não só nas capitais, mas também em várias cidades do interior, como no caso do estado do Amazonas, ela ainda não está em condições de competitividade com os mesmos cursos de outras regiões do país. Mesmo que os meios de comunicação de massa como a televisão e a internet tenham facilitado o acesso a diferentes fontes de informação e de conhecimento, faltam ainda professores qualificados, bibliotecas, seminários, intercâmbios e tudo o mais que envolve uma “educação acadêmica” de qualidade.

Desse modo, se por um lado o concurso acaba privilegiando os candidatos das regiões Sul e Sudeste do país em detrimento dos mais qualificados na região Norte, por outro, estes mesmos funcionários recrutados no concurso ficam desprovidos de treinamento prévio qualificado para o serviço no interior da Amazônia⁹⁹. Estes funcionários ficam desprovidos de acompanhamento e apoio permanente as suas ações, e de capacitação e avaliação contínua. Isso faz com que as grandes vantagens do concurso público para o desempenho das ações na região tais como: a superação das relações clientelísticas na contratação de funcionários locais, a qualificação técnica dos recém-concursados e o potencial de novos impulsos e críticas férteis ao trabalho que já vinha sido desenvolvido, que como sustenta Mannheim “são muito necessários em qualquer organização de longa escala” (1974: 136), acabem sendo subsumidas: a capacidade que essas organizações grandes e consolidadas têm, como sugere Mannheim de “assimilar e doutrinar o recém-chegado e paralisar o seu desejo de dissentir e inovar” (1974: 136) levando a total acomodação e desinteresse pelo trabalho; a um pedido de transferência para outras regiões ou modalidades de trabalho na capital, como no caso do IBAMA/Carauari; e, em casos extremos, a solicitação da própria exoneração do cargo pleiteado.

⁹⁹ Tal fenômeno também foi analisado por Lima (2002b) em relação aos profissionais recrutados para trabalhar com povos indígenas no contexto atual, onde se coloca a “falta de conhecimento mais ampla, envolvendo os aspectos atuais da inserção das sociedades indígenas nas dinâmicas políticas locais, regionais e nacionais, em interação com instituições governamentais e com organismos de financiamento internacional (cooperação bilateral, multilateral, entidades filantrópicas etc.), bem como as estratégias da crescente participação política indígena por meio de suas organizações e de sua inserção na vida política municipal e regional ou na administração pública federal”. Desafios estes com os quais poderíamos em contextos semelhantes traçar um paralelo, especialmente na relação entre os novos funcionários e os povos tradicionais, seringueiros e ribeirinhos, nas UCs de uso sustentável na Amazônia hoje.

Por uma outra prerrogativa do Estado, a partir de 2003, com a mudança no governo federal advinda da eleição do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores como articulador de uma ampla base aliada de partidos, foram incorporados ao quadro de servidores comissionados em cargos de confiança da União e dos estados da Amazônia, cujos governadores compõem a base aliada do governo federal, participantes dos movimentos sociais. Nesse momento, assumiu a coordenação do CNPT regional um ex-agente do MEB-Carauari. Foi o início de uma espécie de migração de diversas lideranças locais para cargos públicos, especialmente no governo estadual, localizados em Manaus. Apesar da expectativa negativa decorrente da idéia de uma cooptação de líderes dos movimentos sociais pelo braço governamental do Estado, podemos pensar que este processo resultou numa recomposição das relações entre os movimentos e o governo, nesse novo contexto, deslocando o núcleo do poder: se, por um lado, a migração de lideranças provoca enfraquecimento de algumas organizações de base, por outro, funciona para essas mesmas organizações como novas possibilidades de ganhos de bens materiais e simbólicos reorganizando as correlações de força no campo político que de outro modo não seriam possíveis.

4.2.3. O CNPT no Amazonas e a criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio

Do mesmo modo que surgem as RESEXs, surge também o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, atendendo a demanda dos movimentos sociais, que não encontravam espaço de diálogo dentro da estrutura do IBAMA até o início da década de 1990.

Tinha uma demanda muito grande por ter um diálogo com o IBAMA, mas com o IBAMA que pudesse e estivesse disposto a discutir as questões e problemas dos povos da floresta (...) O CNPT surge também com uma proposta de expansão da criação de RESEX e de expandir este diálogo com as comunidades ditas tradicionais em geral. Tinha uma demanda grande do movimento social para que esse modelo fosse também implantado em novas áreas. Embora não estivesse no SNUC, o CNPT adotou o princípio de só criar RESEX onde tivesse uma solicitação de alguma comunidade. Não chegar na área dizendo: 'A gente vai criar aqui uma RESEX'. Muito porque para você gerir estas áreas depois, você precisa ter um quadro institucional que lhe permita fazer isso, através de alguma organização local ou ONG até. Durante muito tempo o CNPT trabalhou numa relação muito estreita com o CNS, com o GTA. (Entrevista com Leonardo Pacheco,

ex-analista ambiental do IBAMA/Carauari e ex-coordenador do CNPT/IBAMA/Amazonas, em Manaus, 2006)

Criado através da Portaria IBAMA nº 22, de 10/02/1992, o CNPT tinha por finalidade promover a elaboração e implantação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais.

Esta aproximação entre as populações tradicionais e as organizações não governamentais colocou o CNPT durante muito tempo como um apêndice dentro do IBAMA, não só na sede em Brasília, mas também nas regionais onde o Centro tinha alguma representação. Não só dentro do IBAMA, mas também entre os setores mais conservadores do ambientalismo houve resistência à nova estrutura (Allegretti, 2002).

Sempre com problemas orçamentários e carecendo de um arcabouço administrativo melhor elaborado para dar vazão as suas atribuições (as demandas de criação de novas reservas, assessoramento, monitoramento e implantação de projetos e programas nas reservas já criadas), o CNPT entra numa grande crise dez anos após a sua criação. Esta crise, segundo Leonardo Pacheco, só vai ser equacionada com a criação, ainda dentro do IBAMA de uma Diretoria Socioambiental.

Há três anos atrás o CNPT caiu num certo descrédito dentro do IBAMA como um todo, embora viesse implementando políticas. Porque trabalhar no CNPT exige um certo envolvimento político com a questão das populações tradicionais e isso não foi muito bem aceito no IBAMA e nem pelo movimento ambientalista mais conservador. E teve alguns problemas com o Projeto RESEX que era o que dava a maior sustentação para as Reservas Extrativistas e a gente passou os anos de 2003 e 2004, uma fase muito difícil. No ano passado [2005], entrou uma nova administração e foi criada uma nova Diretoria. Antes era um Centro, primeiramente ligado diretamente à Presidência do IBAMA e depois ficou ligado à Diretoria de Gestão Estratégica, só que como não era uma Diretoria, não tinha orçamento próprio. Em 2004, nós tivemos R\$ 20.000,00 para gerir as Reservas do Estado [Amazonas] e tocar 10 processos de criação. No ano passado, fizemos um trabalho intenso para que fosse criada uma Diretoria e neste ano aconteceu, a Diretoria Socioambiental, à qual ficaram ligados o CNPT e a Educação Ambiental (CEGEAM). A idéia é que a gente consiga criar um espaço maior dentro do IBAMA para estar

discutindo as questões relacionadas às populações tradicionais. (Entrevista com Leonardo Pacheco, analista ambiental, ex-coordenador do CNPT/AM, Manaus, 2006)

Os debates que se seguiram à criação da Diretoria Socioambiental foram bastante acirrados e culminaram na criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) por meio da Medida Provisória nº 366, de abril de 2007, ainda com a Ministra Marina da Silva, à frente do Ministério do Meio Ambiente.

O processo de criação do ICMBio ocasionou uma série de debates e protestos, especialmente entre os servidores do IBAMA. A Associação dos Servidores – ASIBAMA lançou um manifesto que visava derrubar a MP 366 e que listava 41 problemas relacionados à fragmentação do IBAMA dentre os quais se destacava: o atraso no licenciamento ambiental, o enfraquecimento da fiscalização e o aumento nos gastos públicos com infra-estrutura e gestão administrativa.

Com as opiniões divididas, o ICMBio acabou de fato sendo criado, mas ainda neste ano de 2009, não possuía sua estrutura devidamente implantada. A saída da Ministra Marina Silva em maio de 2008, e de vários membros da diretoria tanto do IBAMA quanto do próprio ICMBio, acabou por levar o debate praticamente ao esquecimento.

4.3. A FACE AMBIENTALIZADA DO ESTADO – CEUC/SDS

4.3.1. A política ambiental do estado do Amazonas

Na década de 1980 o debate sobre as questões ambientais começava a ganhar corpo em função dos sinais cada vez mais expressivos dos limites do desenvolvimento. A Amazônia, com suas especificidades socioculturais, econômicas e ecológicas, ainda estava praticamente fora das políticas ambientais propostas no Plano Nacional de Meio Ambiente – PNMA, em 1981. Mesmo que, logo em seguida ao estabelecimento da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, os estados terem também elaborado suas legislações estaduais, como o Amazonas que instituiu a Lei Ambiental do estado do Amazonas em 1982. Este quadro passou por uma mudança importante com a implantação do Programa Piloto de Proteção à Floresta Tropical – PPG7¹⁰⁰ e pela Agenda Amazônia 21. Foi a partir deste programa que se tentou

¹⁰⁰ “O **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como

estabelecer uma política integrada para a região como parte do Projeto Amazônico, envolvendo desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Antes das estratégias e dos recursos disponibilizados pelo PPG7, segundo monografia elaborada por técnicos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM (Cáuper et al, 1999)¹⁰¹, as atividades de gestão ambiental no âmbito do governo do estado do Amazonas restringiam-se a ações de controle ambiental. Com base nessa monografia, organizei o quadro abaixo com a cronologia da política estadual de meio ambiente até a criação do Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas.

finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. O Programa Piloto constitui o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global.

Em seu desenho original, foi definido como objetivo geral do Programa Piloto “maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de forma consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil, por meio da implantação de uma metodologia de desenvolvimento sustentável que contribuirá com a redução contínua do índice de desmatamento”.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, é o responsável pela sua coordenação geral. O planejamento e a execução de atividades do Programa e de seus respectivos componentes envolvem uma série de parcerias, especialmente com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, movimentos sociais, organizações ambientais e setor privado.

O Programa Piloto foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia em dezembro de 1991. Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil.

Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e tiveram sua execução iniciada em 1995. No entanto, ao longo da primeira fase do Programa Piloto, alguns subprogramas e projetos alcançaram resultados mais efetivos que outros.

A partir de 1999, os resultados alcançados pelos subprogramas e projetos em execução e as discussões decorrentes das dificuldades surgidas na implementação desencadearam um processo de revisão de meio termo do Programa Piloto. Este processo delimitou de forma clara os objetivos do Programa e estabeleceu o ponto de partida para a discussão e preparação de uma *segunda fase*, a ser iniciada em 2003 e que deverá se estender até 2010.” (Fonte: WWW.mma.gov.br/ppg7 acesso em 11/05)

¹⁰¹ Tal estudo resultou numa monografia intitulada “O processo evolutivo do Licenciamento Ambiental no estado do Amazonas” apresentada em grupo pelos técnicos Geni Conceição de Barros Cáuper, Juscelino Batista dos Santos, Maria do Carmo Neves dos Santos e Aldeniza Cardoso de Lima, como trabalho de curso do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 1999. Os três primeiros técnicos que assinam o trabalho foram em diferentes momentos Diretores Técnicos do IPAAM e a Aldenira é a atual Presidente do órgão.

Ano	Agência	Lei ou Programas	Observação
1978	CODEAMA – Comissão de Desenvolvimento do estado do Amazonas, órgão vinculado à SEPLAN – Secretaria de estado do Planejamento e Coordenação Geral		As ações ambientais no estado do Amazonas nessa época restringiam-se ao controle ambiental.
	Criação do NUPREMA – Núcleo de Preservação do Meio Ambiente	Decreto nº 4.377, de 04/10/78.	Órgão criado dentro da SEPLAN para cuidar das questões ambientais do Estado.
	Governo do estado do Amazonas	Projeto “Condições Ambientais do Amazonas – CAAM”	Criado no auge do Programa Zona Franca de Manaus, com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental referente às indústrias do estado. O relatório deste projeto foi publicado em novembro de 1978. (cf. Cauper et al, 1999)
1981	Governo Federal	Lei nº 6.938, de 31/08/1981.	Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente
	Criação do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do estado do Amazonas – CODEAMA		Assume a SIGLA da CODEAMA, que era ligada à SEPLAN, e as funções da antiga Comissão
1982	Governo do estado do Amazonas	Lei Ambiental do estado do Amazonas – Lei nº 1.532, de 1982.	Estabelece a Política Estadual de Meio Ambiente
1984	CODEAMA	SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente	O CODEAMA passa a integrar o Sistema Nacional.
1985	CODEAMA	Decreto nº 8.812, de 1985.	O CODEAMA assume as atribuições relativas às questões ambientais e de recursos naturais no estado do Amazonas. O centro teve o desafio de desempenhar a política ambiental do estado com uma grande concentração de atividades e de responsabilidades

			relativas ao controle e ao licenciamento ambiental, especialmente das atividades industriais, com um número reduzido de técnicos de áreas diversas e sem formação específica em gestão ambiental.
1989	Criação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do estado do Amazonas – IMA.	Decreto n° 1.905, de 14/06/89.	Órgão criado para a gestão da política estadual de meio ambiente. Este mesmo decreto, que cria o IMA, extingue o Instituto de Terras do estado do Amazonas – ITERAM, cujo corpo de funcionários foi absorvido pelo novo órgão.
1991	Criação da Secretaria de Meio Ambiente Ciência e tecnologia – SEMACT		O IMA ficou subordinado a essa Secretaria, que por não ter uma estrutura bem definida, acabou dificultando o processo de licenciamento ao invés de fomentá-lo.
1993	Ministério do Meio Ambiente - MMA	PPG7 – Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais.	Convocação de todos os OEMAs – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente para participarem do PPG7. A proposta era de que os parceiros internacionais apoiassem técnica e financeiramente as OEMAs a fim de fortalecê-las institucionalmente.
	Instituto Fundiário do Amazonas - IFAM		Recriação de um Instituto de Terras no Estado.
1996	Criação do Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas - IPAAM	Lei Estadual n° 2.367, de 1996.	Extinção da SEMACT e do IMA.

Durante o processo de estruturação de uma política ambiental estadual, conforme relatado na monografia citada, destacou-se a desarticulação do ITERAM

com a criação do IMA, que causou inúmeros problemas a gestão fundiária das terras do estado do Amazonas. Tal constatação levou a criação de um novo Instituto de terras, em 1993, no âmbito do governo estadual, o IFAM – Instituto Fundiário do Amazonas.

Com a recriação do órgão de terras e a tentativa de fortalecimento do IMA, com apoio dos recursos do PPG7, algumas contratações de técnicos foram autorizadas, mesmo que em regime especial¹⁰². Embora o órgão tivesse o seu foco voltado para o licenciamento ambiental de atividades industriais e para o controle da poluição urbana, já começava a se desenhar a partir dos novos debates internacionais uma política de criação de Unidades de Conservação, mesmo que ainda sem uma sistemática definida, como contou em entrevista Artemísia do Valle, técnica do IPAAM:

Eu entrei aqui em maio de 1994. Depois que eu terminei o bacharelado em Geografia, eles estavam contratando pessoas porque estava mudando a direção do IMA à época. Eu mandei o meu currículo e fui contratada pelo Departamento de Biodiversidade, que trabalhava com Unidades de Conservação (UCs), que eram vinculadas a esse setor. Eu não vim trabalhar com UC. No início, eu fiquei meio lidando com outras coisas e depois eu acabei indo parar nessa história de UC e eu não sei te dizer nem o porquê e nem como. Existia uma Gerência de UC, que era o Rui Bananeira e tinha uma Gerência de Biodiversidade, que era onde eu trabalhava. (Entrevista com Artemísia do Valle, IPAAM, 12/08/08)

4.3.2. A criação do IPAAM

Em 1996, o IMA e a SEMACT foram extintos e, através da Lei Estadual nº2.367, criou-se o Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas – IPAAM, autarquia, que segundo Cáuper et al (1999) tinha status de Secretaria de Estado e era diretamente vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O objetivo dessa nova autarquia era coordenar e executar a Política Estadual de Meio Ambiente.

Ainda nesse mesmo ano, conforme consta no Decreto Estadual nº 16.948, de 10/01/1996, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) que envolvia diferentes Instituições do governo estadual e do governo federal tais como a SEPLAN, CIAMA, IFAM, EMANTUR, UTAM, PMAM, PGJ, UFAM, INPA, IBAMA e FUNAI, para juntamente e sob a coordenação do IMA, desenvolverem estratégias conjuntas para

¹⁰² Contratos realizados por tempo determinado, com direito a prorrogação, sem a realização de Concurso Público.

solucionar os problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável do estado do Amazonas.

Por meio desse GT estadual já começava a se evidenciar no estado do Amazonas o potencial da problemática ambiental como aglutinadora de forças entre diferentes agentes públicos cujas ações, especialmente em relação às políticas territoriais, muitas vezes eram concorrentes, como IPAAM e IFAM ou INCRA (órgãos de gestão fundiária e agrária), ou IPAAM e FUNAI.

Segundo Cáuper et al (1999), outro importante legado desse GT foi ter proposto as bases para a formulação do Plano Ambiental do Estado do Amazonas – PAEA, que viria a ser lançado em 1996 e do Plano de Gestão Ambiental Integrada – PGAI, tendo como foco inicial as regiões Sudeste do estado (Vale do Rio Madeira) e Nordeste (Bacia do Rio Uatumã). O objetivo do PGAI, lançado em 1995, era ao final de quatro anos (como pensado inicialmente) elaborar o zoneamento ecológico-econômico dessas áreas para subsidiar ações de gestão ambiental integrada entre diferentes órgãos a fim de contribuir para a conservação dos recursos naturais aliada ao desenvolvimento sustentável do estado.

Aos poucos, o IPAAM foi se estruturando em torno da estratégia de criação de gestão territorial do estado do Amazonas a partir do vetor ambiental, porém, ainda de modo bastante incipiente e sem muito recurso.

Quando o Dr. Vicente Nogueira assumiu e fez a reestruturação, ele me convidou para assumir a parte de UC e aí foi criada a Gerência de Gestão Territorial que agregou toda essa parte de geoprocessamento, UC e tudo mais. Aí eu fui para essa gerência onde fiquei desde 1997 a 2001. Essa gerência cuidava de toda a parte de criação de Unidades de Conservação, estudo e criação de UC. Nessa época, a gente não tinha muita facilidade para criar as Unidades. A facilidade maior para a criação das Unidades só veio mesmo a partir de 2003. Até esse período, a gente trabalhou com a criação de algumas Unidades, uma delas foi a RDS Amanã, em 2000, nos moldes de Mamirauá, que antes era parte de uma Estação Ecológica e havia mudado de categoria em 1996. Não é que não se criavam UCs é que não se tinha realmente recursos para elaboração dos estudos. Nem da parte do governo do Estado e não se tinha facilidade para acessar os recursos do governo federal. (Entrevista com Artemisia do Valle, IPAAM, 12/08/08)

4.3.3. O Projeto Corredores Ecológicos

Foi nesse período, que segundo Artemísia, discutiram-se as bases do Projeto Corredores Ecológicos e do Projeto ARPA¹⁰³, cuja formatação final e a implementação, especialmente do ARPA, se deu anos depois.

Durante esse período, discutimos e participamos das discussões e da elaboração do Projeto Corredores e do próprio ARPA. Inicialmente, não se chamava “Projeto Corredores” e sim “Projeto Parques e Reservas”. O documento inicial teve a participação do Leandro de Mamirauá e de outros que numa consultoria elaboraram esse documento. Depois virou Projeto Corredores. Nós participamos da formatação e da discussão do projeto final que foi submetido ao Banco [Mundial]. Eu participei inclusive da negociação e acompanhei o Projeto Corredores de 1998 até 2005. (Entrevista com Artemísia do Valle, IPAAM, 12/08/08)

Criado como um componente do PPG7, o Projeto Corredores Ecológicos¹⁰⁴ visava promover a conservação da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil por meio da interação de Unidades de Conservação. São compostos por Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas de Interstício. Existem, no âmbito do Programa, o Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica.

4.3.3.1. Corredor Central da Amazônia

Localizado em sua maior parte no estado do Amazonas, compreende uma área aproximada de 52.305.674 hectares, cortando as bacias dos rios Negro e Solimões e outros rios importantes do estado como o Juruá, Japurá, Jutai e Tefé.

¹⁰³ “O ARPA é um programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

O ARPA é implementado por uma parceria entre o MMA, o Ibama, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e organizações da sociedade civil. Juntos, esses parceiros comprometeram-se em investir US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, consolidação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia.” (Fonte: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/arpa/>> acesso em 24/12/2009)

¹⁰⁴ Fonte das informações: <<http://www.sds.am.gov.br/>> acesso em 26/03/09.

Embora não prevendo recursos para a criação de novas UCs em sua primeira fase e com a demanda crescente por novas áreas protegidas, gerada no processo crescente de ambientalização do estado, o Projeto Corredores abre para os seus gestores a possibilidade de ampliar a cooperação internacional para atingir metas que o Projeto em si não previa no momento como a criação e implantação de novas UCs. Foi nesse contexto também, que segundo Artemísia, começou a ventilar a necessidade da criação de um Centro Especializado dentro da SDS para a gestão de Unidades de Conservação.

Fomos buscar recursos de outras fontes para financiar estudos para a criação de UCs. Essa busca de recursos surgiu dentro do Projeto Corredores e foi quando se elaborou os primeiros projetos com parceiros internacionais, projeto com a Conservation International (CI), U\$100mil na época. Com este recurso criamos seis UCs, assim como se iniciou a implementação de algumas outras. E através da CI fizemos uma proposta para a Fundação Moore. Depois, essa parceria cresceu. Lá, desenhamos a questão da necessidade de termos um Centro para gerir as UCs dentro do IPAAM. Um setor maior, com mais pessoas, mais estruturado, já que a gerência, do modo como estava desenhada não dava conta. Começamos a pensar nessa época. (Entrevista com Artemísia do Valle, IPAAM, 12/08/09)

Foi dentro do Projeto Corredores que se iniciou parceria mais efetiva no processo de gestão de UCs no estado. O Projeto possuía um Comitê Gestor do qual participavam como membros efetivos órgãos governamentais e organizações não governamentais e representação dos povos indígenas e dos municípios do interior do estado.

O Projeto Corredores deu ao Estado uma oportunidade muito boa porque ele tinha um Comitê que era um Comitê pequeno, de seis pessoas, mas a gente convidava muita gente para participar e discutir temas específicos. Eram membros o IBAMA, o IPAAM, a FUNAI, a FVA, a COIAB e a Associação dos Municípios. Nesse Comitê, muita coisa boa surgiu e tivemos a oportunidade de conversar bastante com as outras Instituições sobre a gestão das UCs. De lá surgiu muita coisa, como, por exemplo, a idéia de se fazer o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e o Roteiro Metodológico para as UCs, que depois é consolidado e executado numa nova estrutura. (Entrevista com Artemísia do Valle, IPAAM, 12/08/08)

Atualmente, o Projeto Corredores está na sua segunda fase e é coordenado no âmbito da SDS. Seu principal objetivo nesta fase é demonstrar a viabilidade dos Corredores Ecológicos para a conservação da biodiversidade na Amazônia e Mata

Atlântica por meio do incentivo ao uso de baixo impacto, tais como manejo florestal e os sistemas agroflorestais em zonas críticas dentro e entre áreas protegidas, desencorajando o uso de alto impacto como o desmatamento em larga escala.

O Projeto apoia, com financiamento e assessoria técnica, diferentes experiências, especialmente de atividades extrativistas e de baixo impacto ambiental, com a participação de diversos parceiros, como demonstram os quadros produzidos pela Coordenação do CCA/SDS e apresentados por ocasião da III Conferência de Populações Tradicionais do estado do Amazonas em 2008:

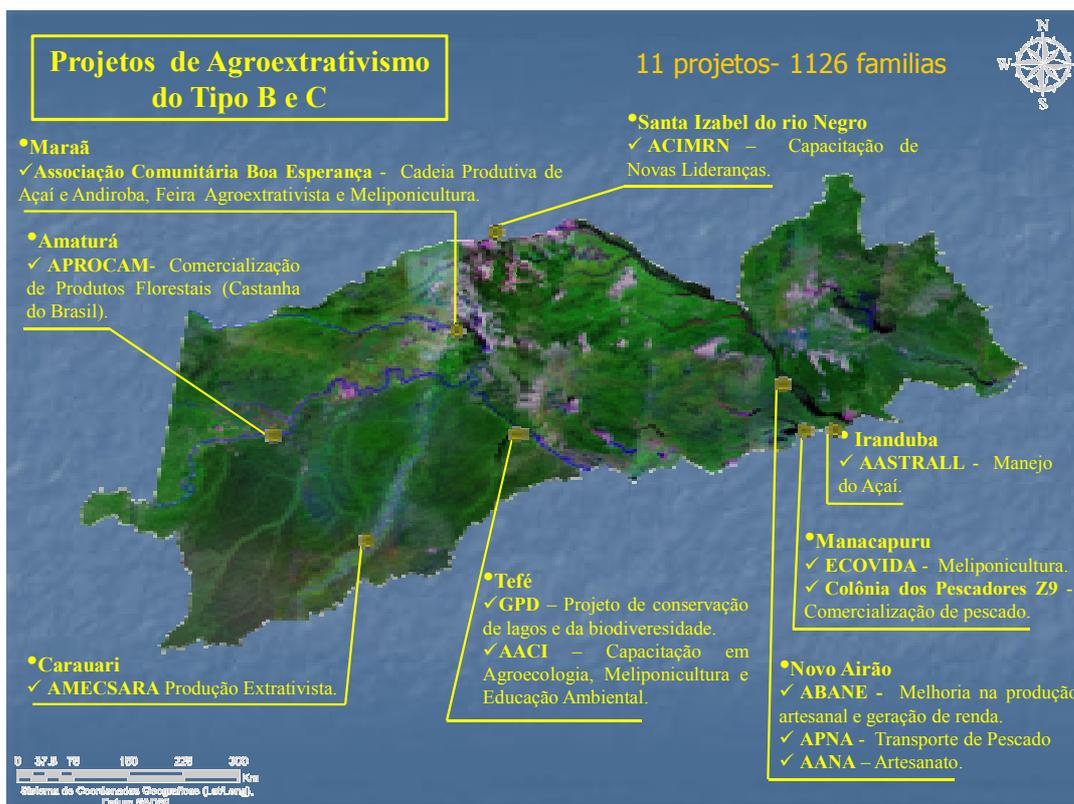


Figura 97: Projetos de Agroextrativismo Fonte: Coordenação do Projeto Corredores/AM

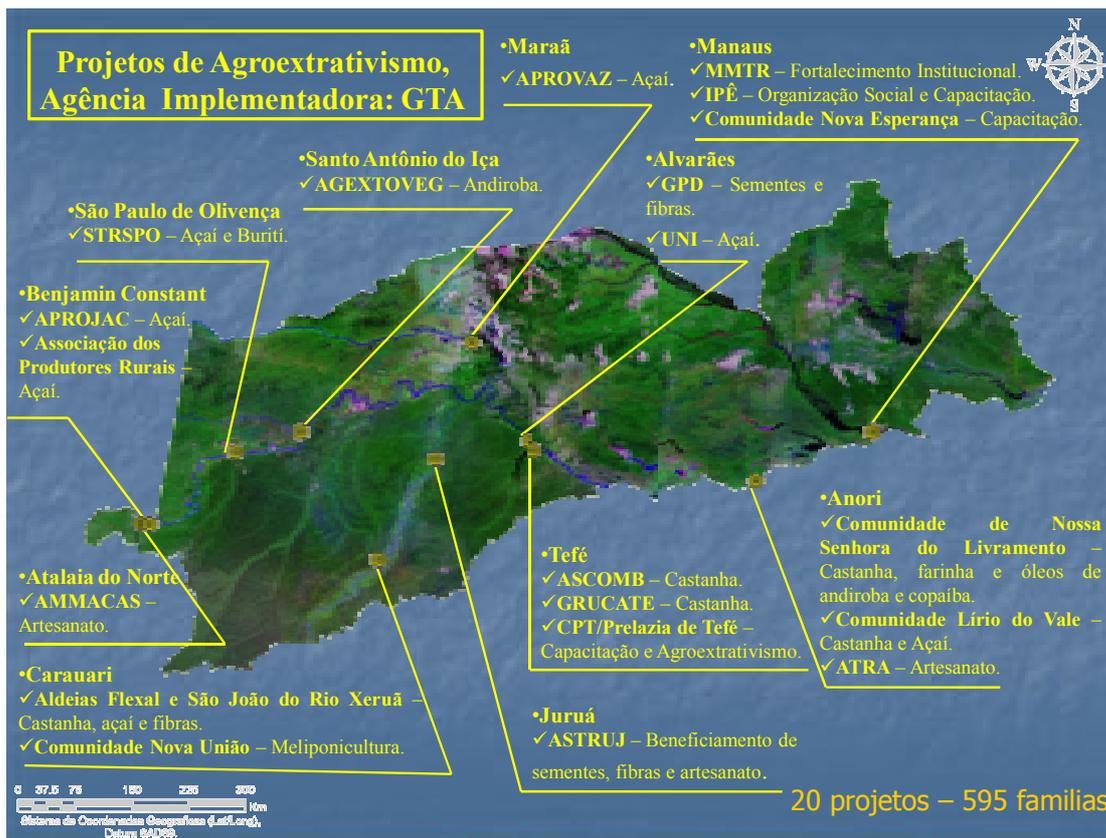


Figura 98: Projetos de Agroextrativismo Fonte: Coordenação do Projeto Corredores/AM

4.3.4. A criação da SDS - O estado do Amazonas se ambientaliza

Desenvolvendo ações e planos, criando Instituições, e até uma Secretaria de Estado (SEMACT, que depois foi extinta), voltados à questão ambiental, o governo do estado Amazonas fez com que esta se tornasse uma nova questão pública e que passasse a articular as demais questões sociais, políticas e econômicas a partir de 2003. Este seria o que Leite Lopes (2004) denominou de processo de ambientalização.

Ao partilhar da formulação de Leite Lopes (2004), estamos propondo que as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do governo do estado do Amazonas, nos anos recentes, se inscrevem entre os processos sociais que pertencem a uma certa tendência histórica do Brasil e de diversos outros países do mundo, como “ecos” das conferências de Meio Ambiente, tanto a de 1972, ocorrida em Estocolmo, quanto a de 1992, ocorrida no Rio de Janeiro.

Segundo o autor, as preocupações com a preservação do meio ambiente, e com suas específicas e locais apropriações, têm trazido à tona uma nova questão pública. A questão ambiental vai se interiorizando de diferentes modos nas pessoas e nos grupos sociais na região amazônica e fora dela e a minha própria opção por

esta temática indica a minha filiação pessoal a este processo, mesmo estando inserida em um órgão agrário.

Também de modo processual, esta questão vem promovendo novos arranjos institucionais e formulações discursivas por parte do Estado na Amazônia, e em nosso caso especial, no estado do Amazonas. Assim, o governo do estado, que compõe a base aliada do governo federal desde 2003, assumiu naquele ano o emblema ambiental como parte importante de sua estratégia, criando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS que viria a ser a Secretaria mais importante do estado em termos de formulação de políticas públicas e de formulação de discursos performativos que viriam a compor a imagem do governo estadual no Brasil e no exterior.

4.3.5. O Programa Zona Franca Verde

Desde o início da gestão do Governador Eduardo Braga, no ano de 2003, o governo do estado adotou o Programa Zona Franca Verde como carro-chefe de suas políticas públicas, por meio da qual as demais políticas estaduais seriam articuladas. Pretendia que tal programa fosse uma atualização do Programa Zona Franca de Manaus, instituído em 1966 dentro da concepção desenvolvimentista e integracionista do governo militar.

Conceitualmente, o Programa Zona Franca Verde deveria agregar a ideia do desenvolvimento o adjetivo sustentável, embutindo todos os pressupostos a ele vinculados que vinham sendo debatidos desde a fase preparatória da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – ECO/92. Entre estes pressupostos, destacava-se o da racionalidade no uso dos recursos da floresta para conservá-los não só para as gerações presentes, como também para as futuras gerações. Com isso, embora permanecesse apoiando e incentivando o Pólo Industrial de Manaus - PIM, principal fonte de arrecadação de recursos para o estado, com o novo Programa, o governo se voltou prioritariamente para o interior, assumindo um caminho complementar ao do Programa Zona Franca de Manaus, que esteve voltado prioritariamente para o Distrito Industrial na capital.

O Programa Zona Franca Verde é a proposta do Governo do Estado do Amazonas para melhorar a qualidade de vida do povo do interior, por meio do uso sustentável de nossas florestas, rios, lagos, igarapés, várzeas e campos naturais e do permanente cuidado com a conservação de nosso patrimônio natural. É o nosso programa de

desenvolvimento sustentável. A Zona Franca Verde tem como meta o incentivo à produção florestal, agropecuária e pesca de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável... Sob a coordenação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado, a Zona Franca Verde é uma ação multisetorial do Governo com o envolvimento de um grande número de secretarias e órgãos da administração estadual. (Governo do Estado do Amazonas, **Cartilha do Programa Zona Franca Verde**, 2005)

Ao estruturar no âmbito do novo Programa a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, sob a coordenação de um pesquisador de São Paulo¹⁰⁵, Dr. Virgílio Maurício Viana, especialista em manejo de madeira, o governo do estado do Amazonas passou valorizar a sua imagem de estado mais preservado da região amazônica e a vender esta imagem nacional e internacionalmente, marcando uma sensível diferença de outros estados da região com médias alarmantes de desmatamento e degradação ambiental, como Rondônia, Pará e Acre (Cf. Fearnside, 2005).

Assim fala Viana (2007), acerca do pensamento que deveria estar subjacente às políticas públicas do governo do estado do Amazonas:

Estamos diante do desafio de construir um novo paradigma. Precisamos transformar nossos valores e atitudes diante das florestas naturais. Precisamos valorizar as florestas em pé, gerando riquezas para as populações que nelas vivem e para aqueles que beneficiam e industrializam seus produtos nas cidades. Precisamos valorizar as florestas em pé para obter a conservação da biodiversidade, a preservação das nascentes dos rios e a estabilidade do clima. Para todos os brasileiros e para todos os habitantes do Planeta.

Tal estratégia, especialmente aquela articulada pelo governador em seus discursos políticos e aquela veiculada pela mídia, rendeu ao governador do estado do Amazonas vários prêmios tais como: II Prêmio Brasil Meio Ambiente - Concedido pelo Jornal do Brasil/Revista, JB Ecológico e a Gazeta Mercantil, pelo Programa Bolsa Floresta; Homem do Ano no Meio Ambiente - Homenagem concedida pela Revista *IstoÉ* por sua política de meio-ambiente em dezembro de 2007.

¹⁰⁵ Professor do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ.

Ao final do ano de 2003, o governo do estado do Amazonas já havia criado 4,4 milhões de hectares em UC, o que representou um aumento de mais de 50% no total existente até então. Toda política ostensiva de criação de Unidades de Conservação foi formalmente reconhecida com a sanção em 05 de junho de 2007 da Lei Estadual complementar nº 53 que estabeleceu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Tal Sistema definiu os critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UCs. Também, definiu uma classificação das infrações e as penalidades cabíveis. Ao final de 2007, já 44% do estado do Amazonas estava protegido legalmente por Unidades de Conservação federais e estaduais e Terras Indígenas, conforme mapa abaixo.

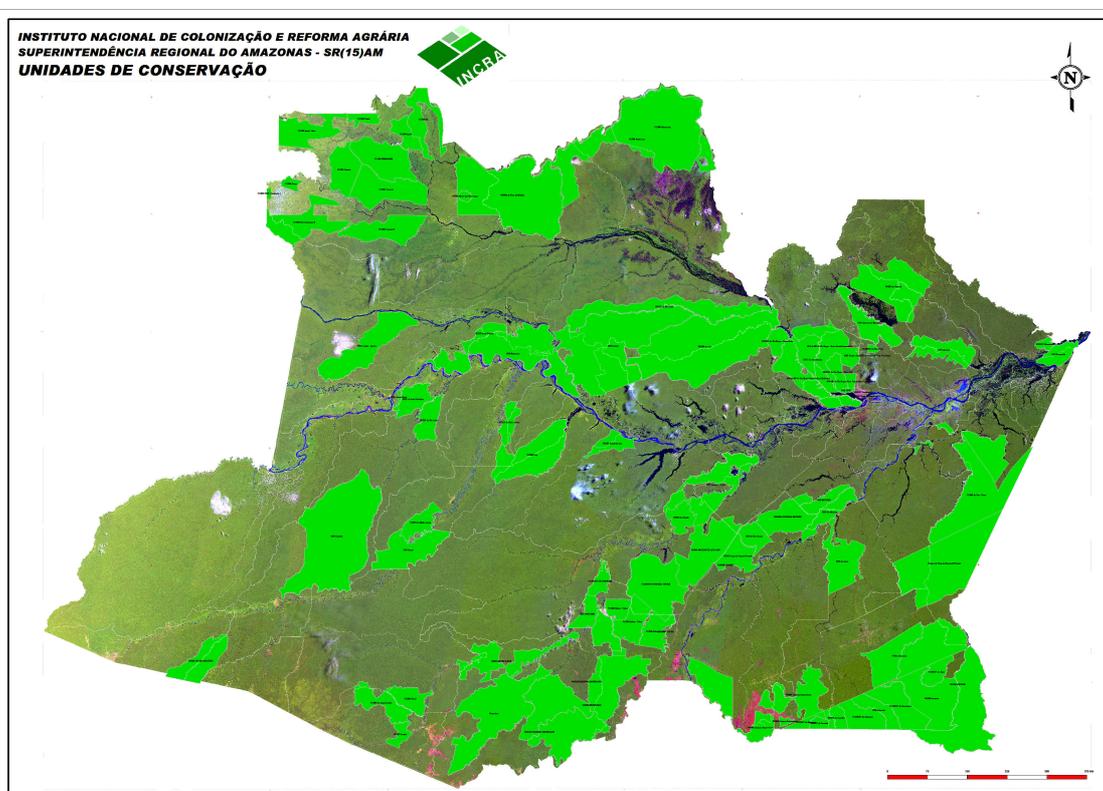


Figura 99: Unidades de Conservação no Amazonas em 1997

Fonte: INCRA/AM

Seguindo a mesma estratégia, dentro da dinâmica do processo de ambientalização em curso, a SDS se estruturou com algumas Secretarias Executivas Adjuntas, e trouxe para dentro do seu quadro de dirigentes representantes do movimento social como Ademar da Cruz que assumiu a Secretaria Adjunta de Extrativismo e Floresta. Ademar havia sido anteriormente agente do MEB e Vereador do município de Carauari pelo Partido dos

Trabalhadores – PT. Com isso, tenta-se equacionar os problemas sociais por meio do emblema ambiental.

O que realmente não se pode negar que foi facilitado por uma visão do governador, que abraçou essa causa. Se isso foi mérito do Secretário que conseguiu sensibilizá-lo, pode até ter sido, mas nenhum governador antes dele abraçou com essa mesma tenacidade, isso não dá para negar. O Governador teve uma visão diferente. Ele viu nas áreas protegidas uma oportunidade de inserção das populações tradicionais. (Entrevista de Artemísia do Vale, geógrafa do IPAAM, em 12/08/2008)

Vale ressaltar que o mesmo se dá com o próprio movimento social que recompõe sua força por meio dessa participação de representantes seus nos quadros oficiais do estado ligados à questão ambiental. Evidenciamos assim, a adesão de parte do movimento social ao processo de ambientalização em curso por meio da associação entre suas demandas sociais e as demandas ambientais na região.

Os egressos dos movimentos sociais, que assumiram alguns cargos comissionados do governo na SDS, constituem uma minoria com pouca expressão na definição das políticas, mas ocupam uma importante posição estratégica em virtude de sua inserção e representatividade junto aos moradores dessas áreas reconhecidos como “populações tradicionais”. O perfil desenhado para a composição do que passou a se constituir como Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC – era de técnicos, especialmente vindos de outros estados e com pós-graduação em áreas afins à Ecologia. A presença marcante destes quadros de perfil técnico, com ênfase em Ecologia e não em Ciências Humanas, seria para o gestor do Centro o seu ponto forte.

4.3.6. Estratégias para conservação ambiental no estado do Amazonas e a participação das populações tradicionais

Antes da criação da SDS, todo o trabalho de criação de Unidades de Conservação era realizado pelo IPAAM e posteriormente passou a ser realizado pela Coordenação de Projetos Especiais criada no âmbito da SDS, na gestão do Dr. Virgílio Maurício Viana. A Dra. Rita Mesquita, pesquisadora na área de Ecologia e Fragmentos Florestais cedida pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, esteve à frente desta Coordenação entre os anos de 2004 e 2007, período em

que foi sendo debatida e desenhada a política de conservação ambiental empreendida pelo Governo do estado do Amazonas, com o foco numa estratégia arrojada de criação de áreas protegidas no estado.

A Dra. Rita narrou numa entrevista que na sua chegada à SDS, sua primeira providência foi organizar os dados existentes sobre as áreas protegidas no estado e estabelecer quais seriam as áreas prioritárias para a criação de novas UCs. Neste primeiro momento, já ficava evidente a opção da SDS por uma perfil técnico-científico na definição dos primeiros passos.

Eu cheguei aqui em fevereiro de 2004. Realizamos uma atualização da Oficina de Macapá¹⁰⁶ agora para o estado do Amazonas, visando estabelecer novas áreas prioritárias para conservação, sobretudo em função do avanço de novas frentes de ocupação no estado. A escala foi mais fina, porque olhamos um estado só e a Oficina de Macapá foi para a Amazônia inteira. A atualização se fazia necessária porque coisas já tinham acontecido no tempo transcorrido, Unidades novas tinham sido criadas, novas Terras Indígenas... Também, os vetores de ocupação estavam avançando. Áreas que foram consideradas de baixa prioridade para conservação em 1999, de repente, viraram de alta prioridade em 2004. O produto desta Oficina foi um mapa com as áreas prioritárias para a Conservação da Biodiversidade no estado do Amazonas. Foi um fórum técnico, com a participação de 80 Instituições e 350 participantes. Essa foi a primeira camada de informação sobre onde atuar. (Entrevista Dra. Rita Mesquita, Manaus, 2006)

A participação das organizações populares e das populações tradicionais só vai se dar a partir de um segundo momento e de uma série de reivindicações delas para que isso acontecesse.

Teve uma fase crítica, principalmente ligada ao movimento social da base de participação das camadas sociais e dos movimentos sociais. A Oficina tinha focado nos técnicos e nos especialistas em biodiversidade. A partir destas reclamações, a SDS realizou a I Oficina e um ano depois fizemos a II Oficina das Populações Tradicionais. Destas Oficinas foram produzidos mapas de localização da exploração

¹⁰⁶ Realizou-se na cidade de Macapá, Amapá, entre os dias 20 a 25 de setembro de 1999, o Seminário Consulta para avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira evento de Macapá reuniu em 1999 cerca de 164 especialistas, pesquisadores e ambientalistas, visando propor áreas que demandam ações prioritárias para a conservação da diversidade biológica na região.

Ao final dos trabalhos do primeiro dia, resultaram 12 mapas temáticos e um conjunto de 524 áreas classificadas segundo categorias de importância para conservação.

Os resultados das discussões Seminário foram sistematizados em relatórios e mapas contendo análises de situação e recomendações de ações prioritárias para a conservação. (Fonte: <<http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index.html>> acesso em 24/12/09)

dos principais produtos: açaí, castanha, borracha, etc, construído a partir das próprias lideranças. Isso gerou um bom diagnóstico do extrativismo no Estado. Foi contratada uma consultoria para fazer um grande levantamento junto às Instituições, o ISA, a EMBRAPA, o IDAM, sobre onde estavam os produtos do extrativismo, questões de cadeia de comercialização, uma série de coisas. Isso cruzando com uma série de informações que a gente tinha naquele momento. O mais importante é que isso gerou esses mapas que são “Onde está o Açaí no Amazonas”, “Onde está a castanha”, “Onde está a borracha”. (Entrevista Dra. Rita, Manaus, 2006)

4.3.6.1. I Conferência das Populações Tradicionais do estado do Amazonas

Desde 2003, dentro do espírito das mudanças políticas no país, tanto no âmbito federal, quanto no âmbito estadual, o governo do estado realizou três Conferências de “Populações Tradicionais”. Elas se constituíram em importantes fóruns de discussão e definição de políticas, especialmente voltadas para a economia extrativista, e também para a definição de áreas a serem destinadas a conservação, como nos relatou a Dra. Rita Mesquita na entrevista citada acima. Porém, embora tenha havido toda essa apropriação estatal de tais eventos políticos, inserindo-os no âmbito do programa Zona Franca Verde, a participação das representações dessas “populações”, especialmente o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, foi de fato fruto de toda movimentação das organizações sociais, que há muito reivindicavam serem ouvidas nas definições da política ambiental do estado.

A I Conferência ocorreu entre os dias 8 e 11 de novembro de 2004 e teve como objetivo viabilizar a participação dos trabalhadores extrativistas na construção de um programa estratégico de desenvolvimento para o setor extrativista do estado. Segundo o relatório da Conferência, dela participaram cerca de 250 pessoas, entre trabalhadores, comerciantes, funcionários públicos (inclusive municipais), técnicos e pesquisadores, de 38 dos 62 municípios do Amazonas.

Esta primeira Conferência se estruturou em torno de dois eixos principais: as discussões das cadeias produtivas dos produtos extrativos e a proposta da SDS para a conservação da biodiversidade no estado. Para fomentar os debates, a Secretaria Adjunta de Extrativismo, na época coordenada pelo Sr. Ademar da Cruz e o Departamento de Projetos Especiais, coordenado pela Dra. Rita Mesquita, prepararam subsídios em forma de documentos básicos.

O Relatório do evento diz que este foi promovido pela parceria do Ministério do Meio Ambiente – MMA com a World Wild Foudation – WWF Brasil. E que a metodologia de trabalho na Conferência consistiu de três momentos: um primeiro de palestras de representantes das comunidades extrativistas relatando suas experiências, de representantes de órgãos públicos, de ONGs ambientalistas e de assessoria técnica. E um segundo momento de trabalhos de grupo em torno das cadeias produtivas dos produtos – açaí, borracha, castanha, fibras vegetais extrativas, madeira, óleos extrativos vegetais e pesca – e um terceiro, também de trabalhos de grupos, onde as pessoas eram organizadas por sub-região e discutiam a luz do trabalho das cadeias produtivas e das áreas propostas pela Oficina Biodiversidade realizada com técnicos e pesquisadores. As sub-regiões eram as seguintes: Alto-Solimões – Japurá, Juruá, Médio Solimões, Purus, Madeira, baixo Amazonas e Rio Negro.

No Grupo de Trabalho (GT) da região do Juruá, nossa área de pesquisa, o relatório resume num quadro o diagnóstico acerca da RESEX do Médio Juruá:

Problemas/Demandas	Soluções
<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção na área. População não consegue gerar renda o ano inteiro, a partir da atividade extrativista, e subsiste da agricultura aumentando as áreas desmatadas. - Pesca comercial forte. - Empoderamento local fraco. Os moradores depositam no IBAMA todas as responsabilidades pela manutenção da UC. - Políticas para saúde não avançaram. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação dos produtos extrativistas (ex. aproveitamento da madeira caída). - Políticas públicas que fortaleçam a atividade extrativista. - Investir na melhoria do nível de escolaridade. - Programas de Educação baseados na realidade local. - Assistência de saúde.

Como produtos finais desta reunião, foram produzidos diagnósticos das regiões de ocorrência dos principais produtos do extrativismo e dos problemas do manejo e da comercialização, como o quadro da RESEX acima.

Potencialidades das cadeias

MAPA DO POTENCIAL MADEIREIRO E NÃO-MADEIREIRO DO AMAZONAS

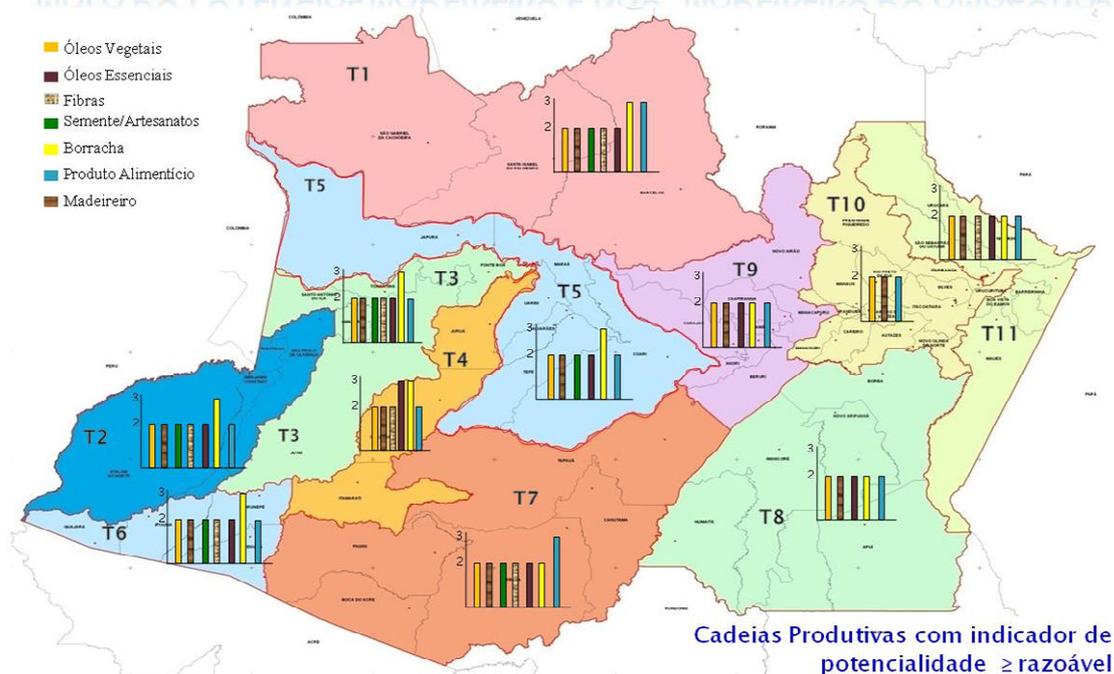


Figura 100: Potencialidades das Cadeias Produtivas do Amazonas

Fonte: SEAF/SDS

Mas, o ponto em comum em todas as sub-regiões foi a observação em relação às questões sociais. Vários representantes de comunidades reconheciam os avanços em relação à organização da produção, mas reclamavam a carência em relação à saúde e à educação. Em resposta a alguns questionamentos, o representante do IBAMA na reunião, Leonardo Pacheco, disse que o IBAMA estava fechando parceria com a FUNASA, para que o trabalho de assistência à saúde e ao saneamento nas Terras Indígenas fosse estendido às RESEX federais.

Eu estou muito preocupado com a Conferência. Acho que nós estamos trabalhando muito bem essa questão da produção do extrativismo, mas estamos esquecendo de três coisas básicas, que pensei que ia ser assunto desta Conferência, mas acabou saindo de forma desorganizada: saúde, educação e assistência técnica. Não adianta pensar na produção se o sistema da saúde dentro das unidades de conservação, dentro dos nossos rios, dentro das nossas comunidades é o pior possível. O sistema de educação também é uma calamidade. Enquanto meu filho devia estar aprendendo sobre o tracajá, o piracuru, ele aprende que tem lá no Rio de Janeiro e São Paulo, porque vem nos livros que são feitos lá. Mas ele vive na Reserva Extrativista do Médio Juruá, e eu queria que a Conferência tivesse se preocupado com isso, com o currículo escolar voltado para a realidade do local. (Fala do Manoel Cunha, Presidente do CNS, transcrita no Relatório da Conferência, Vol. II, p.44)

Muitos, segundo o Relatório, também reclamavam assistência técnica especializada em produtos do extrativismo. Reconheciam alguns avanços havidos a partir do Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental – ATEs, coordenado pelo INCRA/MDA, mas ressaltavam que era muito pouco ou quase nada para que os extrativistas pudessem acessar os recursos disponíveis nas agências de financiamento, como o PRONAF-Florestas, uma linha de financiamento específica para as áreas de florestas.

Outro problema levantado foi em relação à organização social das comunidades. Não havia trabalho sistemático de organização. Muitas Associações de produtores não eram formalmente regulamentadas e como tal não poderiam sequer acessar o subsídio da borracha¹⁰⁷ que era concedido pelo Governo do estado como uma espécie de pagamento pelo serviço ambiental prestado pelo extrativista.

Outra questão que se expressou de modo recorrente nas falas transcritas no Relatório foi a do conflito entre ribeirinhos e pescadores profissionais, que eram referidos muitas vezes como invasores. Alguns achavam que este adjetivo não se aplicava, porque essas pessoas eram também trabalhadores e precisavam utilizar os recursos. Foi sugerido que a questão fosse olhada com mais cuidado na definição de novas áreas protegidas e mais uma vez o caso do Médio Juruá foi usado como exemplo de uma tentativa de compatibilizar o interesse das duas categorias.

O termo invasores é um termo utilizado pelos moradores de áreas próximas aos lagos, para designar os pescadores profissionais que vêm de fora com seus barcos e invadem os lagos e praticam a pesca de uma maneira irresponsável, fazendo bateção, todas aquelas práticas que a gente conhece e que realmente detonam esses lagos. Então, o texto incorporou isso. Agora, acho que é possível conciliar o interesse de ribeirinhos e pescadores. O que está acontecendo em Carauari é um exemplo disso. A criação de uma unidade [RDS] está sendo discutida com os pescadores, onde serão estabelecidas áreas para a atividade dos pescadores da colônia de pesca. (Fala do Leonardo Pacheco, relatório da Conferência, Vol. II, p. 45)

¹⁰⁷ Em entrevista ao Programa “Floresta e Ciência”, produzido pela TV UFAM, veiculado no dia 07/09/09, Manoel Cunha, presidente do CNS, informou que a borracha hoje já possui uma política de preço mínimo, cujo valor é em torno de R\$1,20/kg de borracha. O governo federal paga ao seringueiro R\$3,50, por meio da CONAB que paga a complementação. No estado do Amazonas, o governo do estado para às Associações um valor complementar de R\$0,70/kg. Isto faz com que no Amazonas, hoje, o seringueiro ligado a uma Associação pode chegar a obter até R\$4,20/kg de borracha produzida.

No capítulo seguinte da tese, abordarei com mais detalhe a experiência de acordo entre ribeirinhos e pescadores bem como o debate teórico que se faz em torno da história social destas duas categorias sociais.

Para a região do Médio Juruá, o principal produto da reunião, além de algumas recomendações gerais acerca do preço e da comercialização da borracha e do refino de óleos vegetais, importantes produtos do extrativismo na região, foi a indicação referendada por todos os presentes, da criação de uma RDS em Carauari que contemplasse as comunidades que haviam ficado fora da RESEX criada alguns anos antes e que fosse negociada com os pescadores da região por meio de acordos de pesca. No ano seguinte, em 2005, foi criada na região do Médio Juruá a RDS Uacari.

4.3.6.2. II Conferência Estadual das Populações Tradicionais

Embora não tenha conseguido localizar o Relatório oficial da II Conferência na Secretaria Executiva de Extrativismo da SDS, encontramos alguns documentos em formato de apresentação em “power point” de representantes da SDS e algumas planilhas com os resultados dos trabalhos de grupos que nos indicaram que a tônica desta Conferência, ocorrida em 2006, teve basicamente dois eixos: o primeiro foi avaliação das conquistas e das ações efetivas a partir das recomendações e reivindicações feitas na Conferência anterior, e o segundo foi um debate acerca das possibilidades de geração de renda com a exploração dos principais produtos do extrativismo no estado. Foram organizados grupos de trabalho visando identificar os principais problemas na cadeia produtiva de diversos produtos do extrativismo: borracha, madeira, castanha, óleos, pesca e artesanato, assim como de outras cadeias cujas atividades são complementares ao extrativismo como a agricultura ou poderiam vir a ser como o turismo.

Ao contrário da primeira Conferência onde os debates estiveram voltados para dar visibilidade à existência do extrativismo, demonstrando por meio das cadeias produtivas construídas o potencial desta atividade econômica e sua filiação as práticas sustentáveis, a segunda Conferência pareceu estar concentrada nas ausências. Como que numa continuação dos debates da primeira reunião, a ideia desta segunda reunião pareceu ser os buracos nas cadeias produtivas anteriormente construídas e as propostas dos extrativistas de solução para tais empecilhos. Segundo a memória dos trabalhos de grupos, comum a quase todos os

produtos do extrativismo avaliados na II Conferência estava: a falta de crédito para o desenvolvimento da atividade; a falta de assistência técnica especializada em atividades extrativistas; a falta de conhecimento ou de difusão dos conhecimentos acerca do potencial das espécies utilizadas e a falta de conhecimento acerca de inúmeros subprodutos, especialmente no que se refere aos óleos e à madeira. Outra questão recorrente foi a falta de organização das comunidades para estabelecer as parcerias e desenvolver as atividades.

O governo do estado, por sua vez, apresentou as ações desenvolvidas entre os anos 2004 e 2005, pós-I Conferência. Boa parte destas esteve relacionada à mediação de conflitos relacionados à pesca e consequente ordenamento pesqueiro por meio da concessão de licenças de pesca, ações de fiscalização e celebração de vários acordos de pesca. Para a castanha, foram construídas infra-estruturas como galpões comunitários, paióis familiares, especialmente no município de Manicoré. Também foi realizada uma parceria com a CONAB para a compra antecipada da produção com preço justo.

Outra ação considerada importante foi a criação da Diretoria de Comercialização e Negócios Sustentáveis da Agência de Florestas do Amazonas - AFLORAM, ligada à SDS. Em relação à madeira, a AFLORAM estabeleceu um convênio com o ITEAM – Instituto de Terras do estado do Amazonas para agilizar a regularização fundiária de algumas áreas e para a criação de assentamentos florestais. Foram também elaborados cerca de 180 planos de manejo de pequena escala, alguns já licenciados na época e outros em processo de licenciamento ambiental.

Para os óleos vegetais, o governo do estado informou na II Conferência que havia aprovado um projeto no Ministério da Integração Nacional para a construção de infra-estrutura em diversas comunidades para armazenamento, secagem e extração de óleos. Muitas comunidades na RDS Uacari, criada em 2005, viriam contar com esta infra-estrutura de secagem, conforme constatei em campo em 2008.



Figuras 100-101: Secador de sementes na RDS Uacari, 2008

Foto: Kátia Schweickardt

Para o extrativismo da borracha, os avanços estavam relacionados ao apoio da AFLORAM para regularizar Associações de seringueiros a fim de que as mesmas pudessem administrar a subvenção da borracha concedida pelo governo do estado; a implementação da Lei Estadual nº 2826/2003, que isenta de ICMS a comercialização interna da produção extrativista por associações e cooperativas, e a distribuição de 500 kits de sangria e a capacitação de seringueiros para o seu uso.

Pela realização das Conferências das populações tradicionais e as ações de fato empreendidas após, mesmo que ainda em escala limitada frente a dimensão do Estado e seus inúmeros desafios, percebe-se um processo de mudança na direção das políticas estaduais voltadas para o interior do estado, que não mais se destinava apenas ao “campo”, lugar onde a floresta deveria ser suprimida para que as chamadas atividades produtivas, agricultura e pecuária pudessem ser desenvolvidas. Ao se ambientalizar, o governo do estado vai aos poucos redescobrimo o valor da floresta, que se por um lado se caracterizaria por ações esparsas e de alcance limitado frente as dimensões continentais e aos grandes desafios de um estado como Amazonas, por outro sinalizava uma mudança de mentalidade e de percepção em relação à natureza e ao seu valor.

Um importante produto das duas primeiras conferências foi a elaboração de uma série técnica de cartilhas que traduziu as cadeias dos principais produtos do extrativismo conforme os debates com os representantes das comunidades e os dados técnicos disponíveis, numa espécie de encontro de saberes, o científico e o tradicional.



Figura 102: Série de Cartilhas das cadeias dos principais produtos do extrativismo no Amazonas
Fonte: SEAF/SDS

Uma terceira Conferência de Populações Tradicionais seria realizada em 2008, logo depois da implantação das mudanças estruturais na SDS em função das discussões em torno das mudanças climáticas. Dela falaremos mais adiante.

4.3.7. A reformulação da SDS e a criação do CEUC

No segundo mandato do Governo Eduardo Braga, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS – passou por uma reformulação ao promulgar a Lei Delegada nº 66, de 09 de maio de 2007. Transformada depois na Lei nº 3.135, de 05 de junho de 2007, que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, da qual decorreu a Lei nº 3.244, do mesmo ano, esta Lei criou o Centro Estadual de Unidades de Conservação vinculado ao Centro Estadual de Mudanças Climáticas.

A partir dessa legislação, considerada pelo governo como “inovadora”, pretendia-se instituir uma atitude sistêmica na gestão da política ambiental, pelo menos do ponto de vista legal e do discurso. O que antes eram atividades coordenadas pela SDS passou a ser denominado de “Sistema SDS”, que segundo

seus idealizadores deveria traduzir a ideia de atuação articulada entre as diversas autarquias e centros vinculados àquela Secretaria de Estado¹⁰⁸.

Pela Lei nº 53/2007, o estado instituiu o Sistema Estadual de Unidades e Conservação – SEUC, “estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação” (Lei nº 53/07, art. 1º). Esta Lei também tem a finalidade de padronizar as referências, vez que ela incorpora em seu texto um verdadeiro dicionário de termos ambientais. Ao assumir este dicionário, e alguns termos e expressões em especial, o estado do Amazonas incorpora mais que definições que há muito circulavam no meio acadêmico.

III - Comunidade tradicional - grupo rural culturalmente diferenciado, que se reconhece como tal, com formas próprias de organização social, e que utiliza os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, com relevância para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica. (Lei nº 53/07, art. 1º)

Na definição de “comunidade tradicional”, embora restringindo de modo impreciso à população “rural”, ainda preso a certo primordialismo conceitual, é possível perceber um esforço do ente público em incorporar e reconhecer também a legitimidade de definições que expressam as conquistas político-sociais de certos segmentos sociais como os povos tradicionais, que “se reconhecem como tal”. Desse modo, o estado se propõe a agregar definitivamente estas “comunidades” as políticas públicas voltadas a conservação dos ambientes.

Com essa nova concepção, o governo do estado parte para uma política ostensiva de criação de Unidades e Conservação, antes via IPAAM, depois via Coordenação de Projetos Especiais, gerenciada pela Dra. Rita Mesquita e recentemente pelo CEUC, gerenciado por Domingos Macedo, que já havia trabalhado anteriormente com a Dra. Rita no INPA em projetos de capacitação de gestores de políticas públicas.

Embora possa parecer que o CEUC seja o rebatimento do CNPT do governo federal no âmbito estadual, na prática, não é assim. O CNPT, hoje vinculado ao ICMBio, cuida da criação e implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, especialmente das Reservas Extrativistas, ficando as de proteção integral a cargo da Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral

¹⁰⁸ Cf. Relatório de Gestão do Sistema SDS, 2008.

(DIREP). O CEUC, por sua vez, é o responsável pela criação e implantação de todas as Unidades de Conservação do estado, quer sejam as de Uso Sustentável, quer sejam as de Proteção Integral.

Para a Dra. Rita, que junto com Dr. Virgílio Viana e a equipe atual da SDS, foi uma das idealizadoras do novo formato da Secretaria, a existência de duas estruturas para a criação de Unidades de Conservação no âmbito do governo federal é uma aberração. As Unidades de Uso Sustentável, e em especial as RESEX, já nascem nessa modalidade antes mesmo dos estudos técnicos. O que não acontece, segundo ela no estado. Para a Dra. Rita, de certa forma, tal estrutura reforça o caráter político-social de tais UCs em detrimento do caráter técnico-ambiental, que de fato viria a dar garantias reais a conservação dos ecossistemas mais frágeis.

Isso é uma peculiaridade do arranjo institucional do IBAMA, por exemplo, que separa as solicitações em duas Diretorias diferentes. Eu acho isso uma esquizofrenia. A maneira como nós temos trabalhado aqui é a seguinte. No Estado, nenhuma UC recebe a priori a definição se ela será de proteção integral ou de uso sustentável. Quando eu recebo aqui uma solicitação de algum Prefeito, grupo de pesquisadores ou até de moradores solicitando que seja criada uma área de proteção, isso vai constituir um processo, uma motivação para a abertura do processo. Mas aquilo não define a categoria. Você vai para o campo e realiza os estudos. Os estudos vão dizer o grau de pressão, o nível de uso, os conflitos existentes, o perfil das pessoas que estão lá, uma série de coisas. Mesmo que a solicitação de um Prefeito, de uma Comunidade ou até de um grupo de cientistas para essa ou aquela modalidade, o processo para a SDS se constitui inicialmente como uma UC e só após os estudos é que a categoria se define. Podem até querer uma Resex, mas é o estudo que vai definir se será uma modalidade ou até um mosaico. (Entrevista da Dra. Rita Mesquita, SDS, 2006)

Com base neste princípio fundador que separa o campo político-social do técnico-científico, o CEUC, que completou dois anos de existência em maio de 2009, vem tentando se estruturar tanto em relação ao arcabouço legal que dê amparo e sustentação as suas ações voltadas para a criação e implantação das Unidades de Conservação estaduais, quanto em relação a estruturação física, logística e de pessoal.

Para o atual coordenador do CEUC, o principal avanço empreendido pelo Centro, em relação ao órgão gestor de UCs que o antecedeu, o IPAAM, se deve a sua agilidade no tocante a criação e implantação de tais áreas protegidas. Muito embora, para os técnicos do IPAAM esta agilidade se deve a maior disponibilidade

de recursos e forte apoio do governo, o que não havia antes, do que mesmo a uma maior competência técnica.

O estado [do Amazonas] passou por muitas transformações estruturais e de marco legal. Desde 2003, o Virgílio Viana e a Rita montaram uma política assim muito agressiva no estado com relação à conservação. A gente pulou de 7 milhões de hectares de UCs para 17 milhões de hectares. Mais de 150% de aumento de área. Isso trouxe para a Secretaria e para o estado um novo capítulo em relação ao modo como se trabalhar, não só criar, mas também implementar as UCs. Estamos num ritmo hoje alucinante. (Entrevista de Domingos Macedo, Coordenador Geral do CEUC, 18/07/2008)

O CEUC empreendeu política de atração de técnicos dos grandes centros do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, em sua maioria biólogos, para potencializar tecnicamente os trabalhos do Centro. Havia aí um entendimento, não declarado, de que essa mão-de-obra seria melhor qualificada que a mão-de-obra da região. Vários dos técnicos que passaram pelo CEUC como bolsistas dos projetos de cooperação internacional ou contratados por tempo determinado estão hoje em outros órgãos no estado. Alguns fizeram concurso público para o IBAMA, ICMBio ou INCRA, como analistas ambientais ou de reforma agrária, e se fixaram na região. Apesar do Centro ter perdido estes técnicos, o coordenador considera que a região e o trabalho pela conservação ganharam e que esta também é uma importante contribuição do Centro para a Amazônia.

No Centro Estadual, mudaram muito as dinâmicas das coisas. Aqui, as coisas aconteceram muito rápidas. Hoje, entra um menino aqui, recém-formado, e com um ano de casa ele já está preparado para ir até para outros trabalhos. A gente lida com isso com muita tranquilidade. Acho que esse é um papel que a gente tem que fazer mesmo. Quando eu trabalhava com a Rita lá no INPA a gente fazia meio que esse papel, de capacitar e fixar pessoas aqui. A gente tem feito isso aqui no CEUC com muita eficiência. Se uma técnica foi formada aqui e está trabalhando numa UC que é do lado da nossa e a gente está fazendo uma parceria, eu fico feliz. Estamos fazendo alguma coisa junto. (Entrevista de Domingos Macedo, Coordenador Geral do CEUC, 18/07/2008)

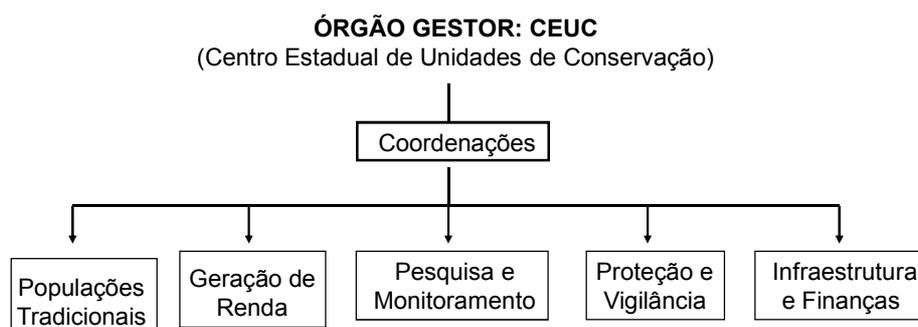
Por um lado, o CEUC marca uma posição dentro do campo ambiental valorizando o conhecimento técnico, e de técnicos formados fora da região, nos chamados “centros de excelência”, em relação aos saberes locais e “tradicionais” que ficariam em segundo plano nos critérios definidores das UCs a serem

implantadas pelo governo do estado, especialmente se comparados aos critérios adotados pelo IBAMA (agora ICMBio) na criação das RESEXs. Não é por acaso que o governo do estado opta pela modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, ao invés de incentivar as RESEX como modalidade de UC de uso sustentável no Estado. Para as RDSs, os critérios técnicos são os primeiros a serem acionados na definição da área. Também, como relatado pela Dra. Rita, anteriormente, no processo de estruturação da Coordenação de Projetos Especiais/SDS em 2004, realizou-se primeiro, uma reunião técnica e depois a reunião com as populações tradicionais para a composição dos mosaicos¹⁰⁹ de UCs a serem criadas pelo governo do estado. A opção preferencial pelo conhecimento técnico ao invés do conhecimento que poderíamos categorizar de “tradicional” das populações locais é evidente. O conhecimento local seria tomado como um componente a ser apropriado pelo conhecimento técnico-científico, evidenciando uma hierarquia de saberes na constituição do campo ambiental.



ÓRGÃO CENTRAL: SDS

ÓRGÃO SUPERVISOR: CEMAAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente)



ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO: IPAAM

Figura 103: Organograma do CEUC, 2008

Fonte: CEUC

¹⁰⁹ Em termos ecológicos, *mosaicos* são conjuntos de Unidades de Conservação numa determinada região. Segundo Mesquita et al (2007: 321): “Mosaicos de UC permitem conjugar a proteção de paisagens únicas e vulneráveis, com áreas ocupadas por populações tradicionais e sob o uso direto de recursos naturais. Os mosaicos podem ser constituídos de áreas de uso sustentável, de proteção integral, terras indígenas, e até mesmo assentamentos agro-extrativistas, e áreas sob zoneamento econômico-ecológico”.

A primeira vista, poderíamos pensar que o CEUC divide sua atuação em duas grandes frentes, numa contraditória nítida separação entre natureza e sociedade das UCs. A primeira frente de atuação seria aquela formada pelas Coordenações de “Populações Tradicionais” e a de “Geração de Renda”, onde a primeira se ocupa da formação dos Conselhos Gestores de cada UC e de fomentar a organização social das áreas, e a segunda com alternativas econômicas a partir do manejo dos recursos da floresta e dos rios. A segunda frente seria aquela formada pelas Coordenações de “Pesquisa e Monitoramento” e a de “Proteção e Vigilância”, ambas preocupadas com o conhecimento e a conservação da biodiversidade das UCs.

O Departamento de Populações Tradicionais que atua diretamente junto aos moradores das reservas, estrutura-se em torno de quatro programas:

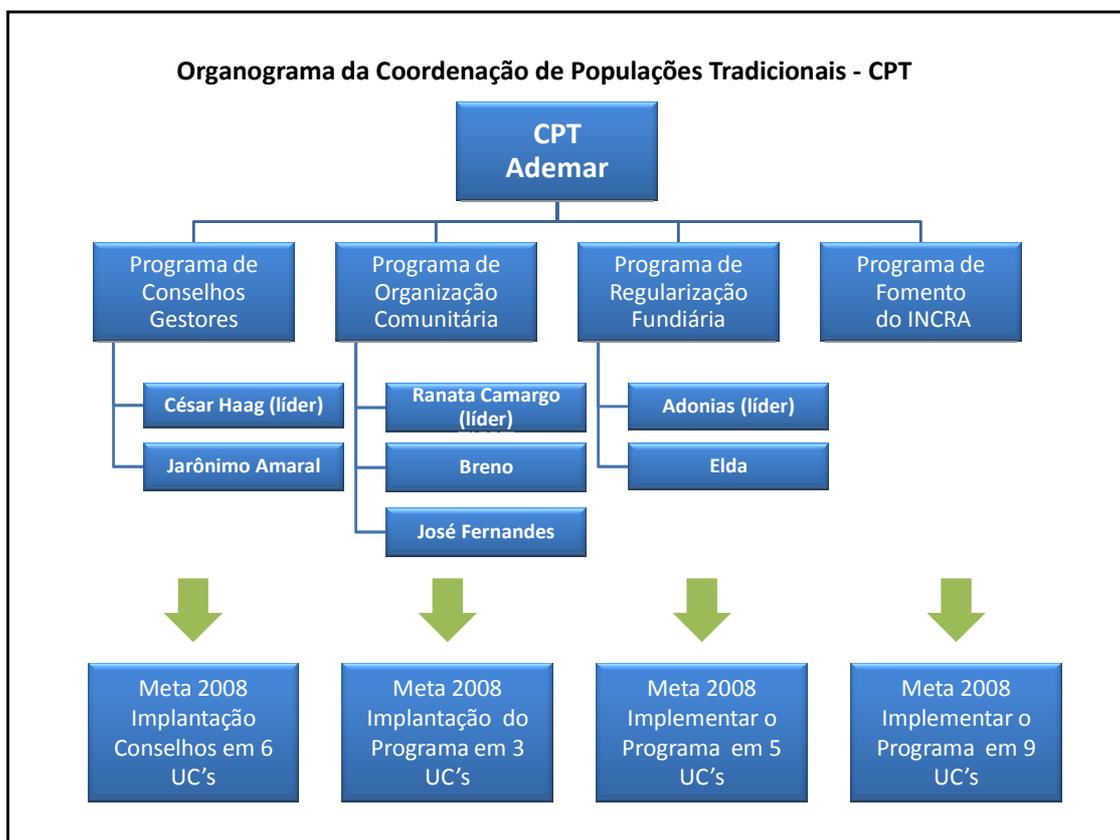


Figura 104: Organograma da Coordenação de Populações Tradicionais/ CEUC, 2008
 Fonte: Depto. Populações Tradicionais/CEUC

Acompanhei dois eventos que pareciam confirmar esta primeira visão. O primeiro foi seminário elaborado pela Coordenação de Pesquisa e Monitoramento, denominado “*Mercado de Oportunidades para o Conhecimento das Unidades de Conservação do estado do Amazonas*” e o segundo foi uma “*Oficina de Capacitação*”

sobre a Aplicação do Crédito da Reforma Agrária para lideranças das UCs estaduais de Uso Sustentável”, que foi conduzido pela Coordenação de Populações Tradicionais do CEUC.

4.3.7.1. “Mercado de Oportunidades para o Conhecimento das Unidades de Conservação do estado do Amazonas”

O título dado a oficina para discutir as perspectivas para a realização de pesquisas nas UCs estaduais indicava que ideias estavam subjacentes às diretrizes e expectativas dos gestores das referidas unidades em relação aos usos futuros dessas áreas. O “Mercado de Oportunidades para o Conhecimento” parecia sinalizar para a subordinação do fazer científico e das demais formas de conhecimento ao “princípio de mercado” (Polanyi, 1944, 1957; Bohannan & Dalton, 1965). Por meio deste princípio, o valor atribuído ao que viria a ser pesquisado, principalmente os recursos naturais e seus manejos, passaria a ser determinado por forças impessoais e estranhas ao lugar, destituindo estes recursos do seu significado social e de seu valor simbólico e de uso.

O Seminário foi planejado para acontecer durante um dia inteiro de trabalho com o objetivo de identificar as oportunidades de pesquisas que pudessem fomentar o planejamento do ciclo 2008-2010 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, recentemente criado. A ideia dos organizadores era cruzar o que eles classificavam como “demandas de conhecimento” (de gestores públicos e ONGs parceiras), com as ofertas de apoio (financeiro, produtos técnicos e treinamentos) e os interesses de pesquisadores.

Estiveram presentes cerca de 150 representantes de entidades públicas e privadas, de ONGs ligadas a pesquisas biológicas e pesquisadores/consultores que colaboravam ou pretendiam colaborar com iniciativas de pesquisa nas Unidades de Conservação. Não houve entre os demandantes das pesquisas nenhuma representação dos moradores das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

O evento foi dividido em três momentos: palestras das instituições públicas que ao apresentar suas estruturas e linhas de ação evidenciavam suas demandas para os pesquisadores, a este momento, os organizadores denominaram de “Seminário”. O segundo momento foi o “Mercado” para o intercâmbio entre as

demandas, as ofertas (de recursos) e os interesses dos pesquisadores. O terceiro momento foi uma “Plenária” para apresentação dos resultados iniciais.

A reunião ocorrida no Auditório da Universidade do Estado do Amazonas foi bem organizada e teve a colaboração da GTZ, agência de cooperação alemã, que apóia o trabalho do CEUC nas UCs, desde o planejamento até a condução dos trabalhos. Todo o *staff* do CEUC esteve presente durante todo o dia, inclusive o Coordenador Geral do Centro.

Causou bastante estranheza a pouca “oferta” de pesquisadores nas áreas de ciências sociais e humanas. Ausência destacada por membro do próprio CEUC, ligado à Coordenação de Populações Tradicionais, por ocasião da sua palestra no Seminário. Como para estas ciências o objeto não está dado a priori, ficava mais difícil enquadrar-se como interesse de pesquisa no formato estabelecido para o Seminário. Mesmo assim, apareceram algumas intenções de pesquisa em ciências humanas e sociais, como a análise de políticas públicas como o Programa Bolsa Floresta, e minha própria pesquisa de tese na calha do médio Juruá. A Coordenação de Populações Tradicionais, comandada pelo Sr. Ademar, parecia ser a única a se ressentir da carência de pesquisas na área social.

4.3.7.2. “Oficina de Capacitação sobre a Aplicação do Crédito da Reforma Agrária para lideranças das UCs estaduais de Uso Sustentável”

O reconhecimento de famílias moradoras de reservas extrativistas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária foi iniciativa pioneira das Instituições públicas do estado do Amazonas, especificamente do INCRA/AM e do IBAMA/AM, conforme abordaremos de modo mais detalhado no capítulo 5. O processo iniciou na região do médio Juruá com o reconhecimento das famílias da RESEX Médio Juruá no ano de 1999. Uma vez consolidado e internalizado o processo dentro do INCRA e estabelecidos os protocolos para a parceria e o repasse de recursos entre INCRA, IBAMA e as Associações de moradores das RESEX, o INCRA/AM tornou mais arrojado o projeto e estendeu a atuação para as demais Unidades de Conservação de Uso Sustentável no estado do Amazonas e estendeu a parceria institucional para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS.

A Oficina de Capacitação sobre a Aplicação do Crédito da Reforma Agrária para lideranças das UCs estaduais de Uso Sustentável não teve o mesmo tratamento destinado pelo CEUC ao Seminário para definição das pesquisas nestas UCs. O evento foi realizado durante três dias no Auditório da Assembléia Legislativa do estado e a organização contou com apoio apenas das equipes do CEUC ligadas a Coordenação de Populações Tradicionais e de Geração de Renda. Não houve participação direta da cooperação internacional na condução dos trabalhos no evento com técnicas e dinâmicas participativas. O próprio Coordenador Geral do CEUC só esteve presente na mesa de abertura, juntamente com outras autoridades, e na de encerramento.

O público-alvo dessa oficina foram as lideranças da maioria das UCs estaduais. Ali estiveram representadas as UCs dos municípios de Tefé no Rio Solimões (RESEX Catuá-Ipixuna e RDS Mamirauá), Maués (Floresta Estadual de Maués), Manicoré, no Rio Madeira (RDS Amapá), e de Carauari, no Rio Juruá (RDS Uacari). Embora o foco da reunião fosse a discussão acerca dos procedimentos para aplicação dos recursos da reforma agrária, o encontro de moradores de reservas de diferentes calhas de rios do estado propiciou momento profícuo de troca de experiências. Muitos aproveitaram o fórum para também partilhar suas dificuldades e demandas para além da discussão inicialmente proposta e também para avaliar como estava sendo o trabalho do CEUC junto as suas Unidades.

A organização da oficina propôs além da exposição feita pelo INCRA acerca das normas para a aplicação dos recursos no primeiro dia, dois outros momentos divididos entre o segundo e o terceiro dia do evento. Um momento para realização de um levantamento dos principais produtos geradores de renda entre os moradores das reservas estaduais, e outro para o levantamento das principais dificuldades para melhoria da renda para as famílias.

Em sua fala, S. Brandão, liderança da Floresta Estadual de Maués relatou que esta possui uma área que abarca o encontro de dois rios, o Rio Apoquitauá e o Rio Parauari. Em cada um deles há uma Associação de Moradores. Na área referente ao Rio Apoquitauá, o principal produto é a mandioca e seus principais problemas são a comunicação com as instituições públicas e as entidades de apoio aos movimentos sociais e a retirada ilegal de madeira da área. Seu maior potencial para geração de renda é a exploração de madeira que devido à pressão da extração ilegal encontra-se ameaçada. Outra atividade potencial, segundo as lideranças dos

moradores seria o turismo em virtude da grande presença de praias no rios da região. Na parte do Rio Parauari, S. Antônio Souza da Silva, conhecido como “Bodeco”, disse que os principais produtos são o guaraná, a madeira, as palmeiras (açai, buriti). A região é rica em caça, como anta e porco do mato, assim como bicho-de-casco, tracajá, e peixe-boi. Possuem sete comunidades e um núcleo comunitário. Tanto as lideranças de um Rio como a de outro observaram que há pouco contato entre as duas associações em função da longa distância e da falta de um transporte fluvial regular.

O representante da RDS Uacari, Flávio do Carmo, presidente da AMARU, disse que na sua região, o médio Juruá, havia duas Unidades, uma RESEX e a RDS, cada uma numa margem do Rio. Relatou que tanto as lideranças da RDS, quanto as da RESEX trabalhavam juntas e buscavam juntas benefícios para os moradores. A RESEX possuía à época 18 comunidades e a RDS 32, sendo a maioria delas bastante distantes da sede do município de Carauari. Entre suas principais riquezas estavam o jacaré e o extrativismo de óleo e a seringa. São muito ricos também em macacos e em duas espécies bastante valiosas de peixes, matrinxã e tambaqui.

S. Manoel Gama e S. Napoleão Mendes, representantes da RESEX Catuá-Ipixuna, no Rio Solimões, relataram que a fonte de renda da reserva era o trabalho na roça. A região é rica em castanha, mas poucas famílias “quebram”. Possuem também peixe e caça fartos, assim como andiroba e copaíba cujos óleos não são explorados. Como a reserva é grande e abrange mais de um município, a Associação não fazia contato com o outro lado, no município de Coari por não possuírem motor, nem chalana. Relataram ainda que na região haviam graves problemas de regularização fundiária e conflitos com povos indígenas em área vizinha.

Na RDS Mamirauá, no município de Tefé, S. Afonso relatou que por ser uma área de várzea e quase sempre inundada, sua principal fonte de renda era o peixe e a madeira de várzea. Trabalham com organização das comunidades, especialmente, na área denominada de “focal”, onde atualmente existem oito setores. Na área “subsidiária” existem 10 setores, que ainda não estão bem organizados. Nesta área, segundo S. Afonso, ainda existem muitos latifundiários que dominam. Na RDS, vivem em torno de 300 comunidades perfazendo um total de cerca de 15.000 famílias. Embora sejam apoiados pelo Instituto Mamirauá (IDSM), com Associação

de Mulheres organizada e um projeto de eco-turismo, não têm apoio na área de saúde. Possuem problemas na área de educação e em relação às habitações, a maioria ainda é simples, coberta de palha. Sofrem também com a invasão de pescadores clandestinos nos lagos da RDS. Possuem dois guardas-parque e dezessete agentes ambientais voluntários.

A RDS Uatumã, foi criada por um Decreto Estadual de 25/06/2004, segundo relatou o Pastor Coutinho, liderança da área. Antes, todas as riquezas eram levadas para fora tais como minérios (seixo e calcário) e madeira. A empresa Mil Madeireira, sediada no município de Itacoatiara, é proprietária de parte das terras da RDS. Possuem em torno de 20 comunidades, com 300 famílias. Destas, 212 já estão sendo beneficiadas com o projeto do INCRA. Possuem uma Base de Apoio com banheiro, água e luz e recebem apoio da SDS, embora não possuam equipamentos para escritório e nem internet, que segundo o representante já está em projeto. Já estão na segunda fase do Programa Bolsa Floresta. A primeira fase foi a aplicação do “Bolsa Floresta Família”. Pelo “Bolsa Floresta Associação” conseguiram implantar uma escola de Ensino Médio. A Associação dos moradores já possui dois anos. Como a área possui muitas praias de água preta, sem carapanã¹¹⁰, estão iniciando um projeto de Turismo para dar sustentabilidade as famílias.

Dentre as RDSs presentes ao evento, esta era a mais atípica porque a população de usuários da reserva moram no seu entorno e exploram os seus recursos. O representante da Central de Associações da Democracia (nome da localidade), disse que no entorno existem dez comunidades. Neste momento, Marcelo Cortez, da Coordenação de Geração de Renda do CEUC, relatou que por ocasião de um evento para troca de experiências com um seringueiro do Amapá, da RSEX Cazumbá-Iracema, houve um certo estranhamento em relação ao fato dos usuários morarem no entorno da reserva. Naquele momento, discutiu-se que este poderia vir a ser um modelo diferente de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. As principais atividades econômicas que realizam é a pesca, a caça e a coleta de castanha. A RDS é, segundo o representante, coberta de castanha. Possuem lá a melhor castanha manejada e empacotada da região. O principal parceiro das Associações locais e da Central é o CNS, na pessoa do coordenador

¹¹⁰ Pernilongos, mosquitos.

local, João Ipi. A RDS também é rica em cipó e em copaíba que ainda não são explorados em virtude da área não possuir Plano de Manejo.

O momento seguinte da Oficina foi o levantamento das dificuldades na aplicação do crédito da reforma agrária. Para os representantes dos moradores das reservas, este processo de reconhecimento, por eles denominado de “Projeto do INCRA”, era de fato o que levava benefício direto aos moradores, já que o Programa Bolsa Floresta¹¹¹ ainda tinha uma inserção bastante limitada nas reservas estaduais e o CEUC priorizava as ações de pesquisa e monitoramento nas referidas áreas. Para os representantes, a principal atuação do CEUC estava no estímulo a formação dos Conselhos Gestores, foco das ações da Coordenação de Populações Tradicionais. Quando os gestores do CEUC referiam-se a implantação de infraestrutura nas reservas estaduais, eles estavam preocupados com a implantação de bases de pesquisa e monitoramento e não a construção e reforma de casas, implantação de postos de saúde ou escolas para benefício direto aos moradores.

De fato, quando em 2006 entrevistei a Dra. Rita Mesquita, na época coordenadora de Programas Especiais da SDS, coordenação a que as Unidades de Conservação estaduais estavam vinculadas antes da criação do CEUC, perguntei acerca dos avanços em relação à implantação de infra-estrutura nas reservas estaduais de uso sustentável. De pronto, ela fez referência ao avanço na implantação de bases de apoio a pesquisa e às ações de fiscalização, assim como o estímulo a formação e Conselhos Gestores nestas Unidades.

Hoje, eu fiz para o Secretário uma informação. Só para dar uma idéia, em 2003, existia um Plano de Gestão, que era de Mamirauá. Hoje, 2006, temos dois Planos de Gestão concluídos, quatro Planos de Gestão em fase final de conclusão e quatro ou cinco Planos em andamento. Hoje, temos 11 Planos. Por exemplo, Conselho Gestor, não havia nenhum, nem Mamirauá tinha Conselho. Hoje, nos temos 4 Conselhos instalados, 4 Conselhos em formação. Por exemplo, fiscalização, não havia rotina de fiscalização em UC's. Só neste ano, no primeiro semestre deste ano, olha que não é nem o pico de queimadas que vai começar agora, e já foram feitas 30 missões de fiscalização em UC's no estado. Infra-estrutura, não tinha nada. A única que havia era a de Mamirauá. Hoje, estamos com infra construída da Uacari, que foi criada no ano passado. Estou com 2 flutuantes que vão ser entregues agora no final de agosto pelo ARPA, um para Catuá-Ipixuna, já tem flutuante lá. O outro para o Pq do Rio Negro Setor Norte. Estamos com a planta pronta da Base do Uatumã que é outra reserva que foi criada no ano passado. Nós estamos construindo 3 Bases no Apuí, no Sucunduri, na região do mosaico.

¹¹¹ Ver página com a explicação.

(Entrevista concedida pela Dra. Rita Mesquita, ex-coordenadora de Projetos Espaciais, na sede da SDS em Manaus, em 24/07/2006)

Para as lideranças presentes na Oficina e para os técnicos envolvidos com a Coordenação de Populações Tradicionais e de Geração de Renda, aquele evento deveria ter sido mais prestigiado pelo coordenador geral do CEUC. Embora o tema geral da reunião fosse os procedimentos para a aplicação do crédito da reforma agrária, a oportunidade de reunir moradores de várias reservas estaduais trouxe para os debates do evento a possibilidade de troca de experiências entre moradores de diferentes calhas de rio e diferentes modalidades de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, RDS, RESEX e Floresta Estadual. Do mesmo modo, fez com que aquele momento se tornasse para os gestores públicos presentes, políticos (o Deputado Estadual Luis Castro esteve presente em quase todo o evento) e demais observadores da reunião, um momento ímpar de aproximação da dinâmica da vida dos moradores dessas Unidades, o conhecimento de seus principais problemas e dificuldades e suas aspirações para além dos créditos da reforma agrária.

Dos quatro departamentos da área finalística do CEUC, aqueles que se relacionam à execução direta das atividades que dão cumprimento a missão do Centro, três deles (“Geração de Renda”, “Pesquisa e Monitoramento” e “Proteção e Vigilância”) são gerenciados por biólogos e apenas o Departamento de “Populações Tradicionais” é gerenciado por um representante dos movimentos sociais, sem uma formação específica na área das ciências naturais. Porém, em todas as quatro áreas finalísticas as populações tradicionais teriam papel fundamental. No processo de implantação das referidas áreas protegidas, todos vão percebendo que não podem prescindir dos conhecimentos tradicionais dos moradores. O que só torna evidente a premissa de que a diversidade da natureza traz embutida as duas vertentes, a social e a biológica. Para de fato proteger e garantir a sustentabilidade das reservas sob sua jurisdição, principal missão do CEUC, é preciso considerar, conhecer e interagir com a sua sociodiversidade, com as diferentes populações de moradores das reservas. Porém, não de modo puramente utilitarista, tomando tais populações apenas como fonte inesgotável de conhecimento a ser apropriado, mas tomando-as como um “outro” com quem devem ser construídas relações de parceria e de troca de saberes.

4.3.7.3. A Lei de Mudanças Climáticas – a nova política socioambiental do estado do Amazonas



Figura 105: Esquema da Política socioambiental do Amazonas Fonte: CECLIMA/SDS

Como tratei anteriormente, desde 2003, os agentes públicos do governo do estado do Amazonas, e mais especificamente aqueles ligados à SDS, estabeleceram política voltada para as questões socioambientais de modo mais arrojado, mas toda esta política vai assumir uma configuração mais organizada, com a redefinição de papéis institucionais a partir de da promulgação da Lei de Mudanças Climáticas¹¹². De acordo com a Lei, aqueles que praticam atividades consideradas de baixo impacto ambiental e vivem na e da floresta, passam a ser remunerados por isso segundo as regras de um novo mercado, o “mercado de carbono”. Isso significa que serão pagos para consumirem o gás carbônico produzido pelas atividades causadoras de impactos ambientais.

¹¹² Lei Estadual 3.135, de 05 de junho de 2007.

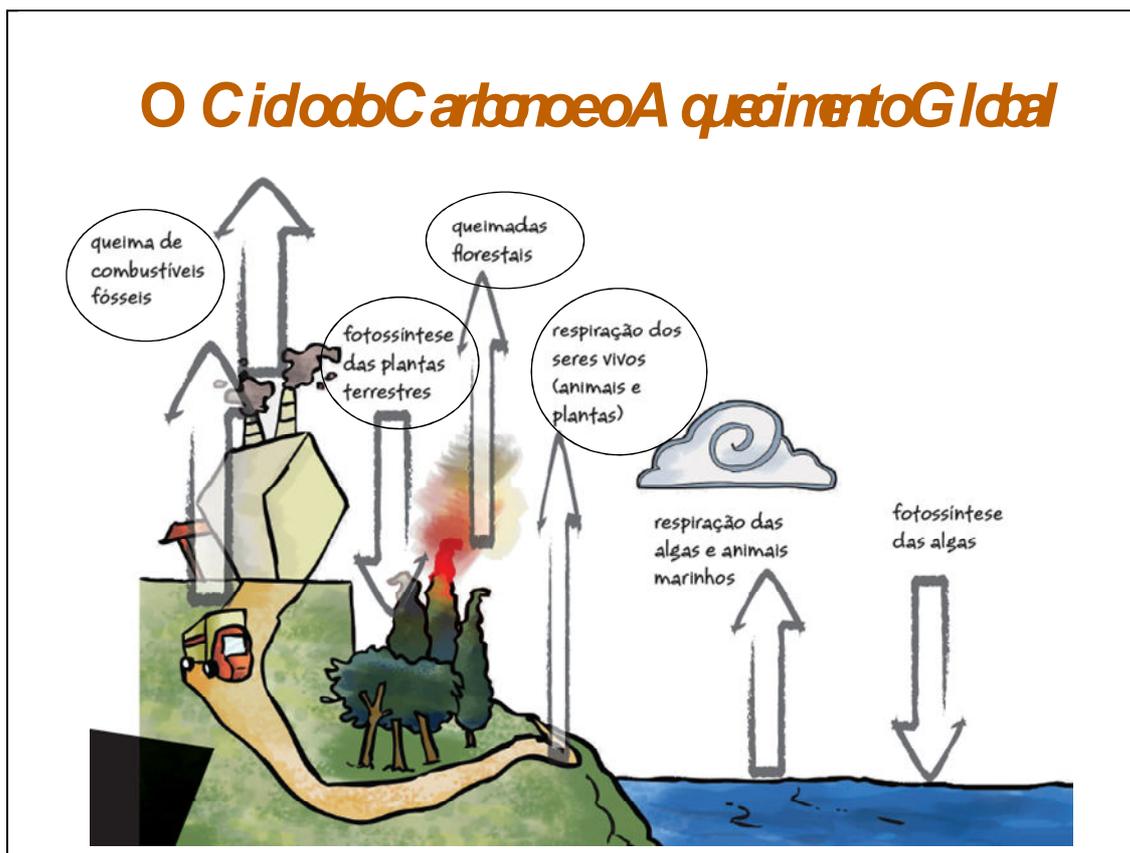


Figura 106: Esquema do Ciclo de Carbono e o Aquecimento Global
 Fonte: CECLIMA/SDS

A Lei de Mudanças Climáticas propiciou a criação do Programa Bolsa Floresta, que deveria ser gerenciado por uma fundação privada “com o objetivo de instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais as comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo as políticas voluntárias de redução do desmatamento” (art. 5º, inciso I).

4.3.7.4. Fundação Amazonas Sustentável – a transfiguração do estado ambientalizado

A Fundação criada em 20 de dezembro de 2007, para esta finalidade foi denominada Fundação Amazonas Sustentável que apesar de ser presidida pelo ex-Ministro Luis Fernando Furlan, tinha diretor executivo o ex-Secretário da SDS Virgílio Viana. Ao se ambientalizar, o estado do Amazonas passou a adquirir uma nova face, onde a FAS é parte da nova configuração. A Fundação assume-se como uma. Nela, agentes públicos tornaram-se dirigentes de ONG e o estado para se capitalizar e

executar projetos de cunho ambiental estabeleceu, por meio da Fundação, diversas parcerias com instituições privadas, como a Coca-Cola, a Rede de Hotéis Marriot e a empresa italiana Yamamay. Ao ser constituída, a FAS recebeu duas doações iniciais, do Banco Bradesco e do Governo do estado do Amazonas, cada uma no valor de R\$ 20 milhões. Tal recurso ficou aplicado e seus rendimentos foram destinados, segundo os diretores da Fundação, ao Programa Bolsa Floresta.

Por ocasião da sua fala na abertura da III Conferência Estadual das Populações Tradicionais, o diretor executivo da FAS, Dr. Virgílio Viana, apresentou a fundação como sendo uma instituição “público-privada”, porém “não governamental”. Seria, pois uma organização não governamental, uma ONG sem fins lucrativos. Esta fala e os documentos encontrados no site da FAS¹¹³ que afirmam que é uma instituição “sem vínculos político-partidários”, em contraposição ao aspecto que seria comum nos órgãos governamentais, tido por muitos como um entrave a consecução de diversas políticas públicas, levou-me a refletir sobre a nova configuração que o estado está propondo com este desenho institucional.

A criação da FAS, numa parceria entre o governo do estado do Amazonas com instituições privadas, especialmente do sistema financeiro como o Banco Bradesco, parece deslocar os limites das esferas de ação daquilo que seria comumente categorizado como esfera pública, cuidar do interesse da coletividade, e daquilo que seria próprio da esfera privada, cuidar de interesses privados dos indivíduos. Ao revelar a sua face ambiental, o Estado transfigura-se numa Fundação “publico-privada” para executar um programa ambiental de interesse coletivo como o Bolsa Floresta, e o banco privado que é seu principal parceiro, passa a se auto-denominar “Banco do Planeta” dando uma idéia de estar agora preocupado com os interesses da maior coletividade que existe, a “planetária”. Desse modo, a FAS poderia ser tomada como um caso exemplar da transfiguração do Estado dentro da nova ordem ambiental mundial.

Entre os principais objetivos da FAS, estão a promoção da conservação da floresta e a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nas Unidades de Conservação do estado do Amazonas e no seu entorno, a implementação do Programa Bolsa Floresta (PBF), como estratégia para reduzir o desmatamento,

¹¹³ Cf. <<http://www.fas-amazonas.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&id=30>>

mantendo a floresta em pé, e em consequência contribuir para a redução de emissões de gases do efeito estufa.

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS 4 TIPOS DE BOLSA FLORESTA



Figura 107: Quatro modalidades de Bolsa Floresta

Fonte: FAS, 2008.

O Programa Bolsa Floresta¹¹⁴, segundo seus gestores, é o principal programa em execução pela Fundação e se constitui no pagamento de serviços ambientais para as populações que vivem em áreas florestais da Amazônia e que se comprometem com a redução do desmatamento. Segundo as diretrizes do Programa, cujo recurso é captado e gerenciado pela FAS, ele possui quatro componentes:

1. **Bolsa Floresta Familiar** - inclui o pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 por mês, pago as mães de famílias residentes dentro de unidades de conservação. Não é um salário, nem pretende financiar as despesas das famílias: é uma recompensa para aqueles que assumem o compromisso de conservar suas florestas.
2. **Bolsa Floresta Associação** - que é destinado às associações dos moradores das unidades de conservação do estado. Equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do Programa.

¹¹⁴ Cf. <<http://www.fas-amazonas.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&id=14>>

3. **Bolsa Floresta Renda** - no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano. Este componente é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel etc. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas.
4. **Bolsa Floresta Social** - no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano. Este componente é destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte.

Inserido dentro das estratégias do Programa Zona Franca Verde, o Bolsa Floresta, segundo seus idealizadores e gestores¹¹⁵, contou com ampla participação das populações tradicionais por ocasião das Conferências Estaduais, com destaque para III Conferência em 2008, ano em que o programa começava a ser implantado.

4.3.7.5. O pagamento pelos serviços ambientais e a III Conferência de Populações Tradicionais

Inserida no contexto da nova política ambiental estadual, especialmente com a promulgação da Lei de Mudanças Climáticas, e com o CEUC devidamente criado e implantado com suas Coordenações em pleno funcionamento, realizou-se a III Conferência de Populações Tradicionais entre os dias 27 a 29 de agosto de 2008 em Manaus. O foco era ampliar a discussão em torno da ampliação do conceito de extrativismo sustentável. Algumas atividades de baixo impacto ambiental, como a exploração da borracha, da castanha, do açaí, dos óleos vegetais, da madeira manejada e de outros produtos antes tidos como um ramo de atividade econômica, seriam introduzidas num conceito mais holístico onde estas atividades passariam a desempenhar papel de prestadoras de serviços ambientais¹¹⁶, extrapolando a esfera econômica, não só para o estado do Amazonas, mas também para o Brasil e para o mundo.

¹¹⁵ Cf. <<http://www.fas-amazonas.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&id=20>>

¹¹⁶ “Serviço ambiental – benefício prestado pelas florestas em pé, como a estabilidade do clima, manutenção das chuvas, armazenamentos de carbono nas árvores e conservação da biodiversidade, a partir do “armazenamento de estoques de carbono, o seqüestro de carbono, a produção de gases, água, sua filtração e limpeza naturais, o equilíbrio do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a conservação do solo e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas, a paisagem, o equilíbrio climático, o conforto térmico, e outros processos que gerem benefícios decorrentes do manejo e da preservação dos ecossistemas naturais ou modificados pela ação humana”. (Lei nº 53/07, art. 1º, inciso XXXVI)

A III Conferência, assim como as demais, dividiu-se em dois momentos, um primeiro de palestras acerca das mudanças havidas no âmbito do estado e das discussões em torno do pagamento pelos serviços ambientais. E um segundo momento, no qual os presentes participaram de trabalhos em grupos por produtos do extrativismo para reavaliar o estado da arte das cadeias produtivas e discutir formas de potencializá-las a partir das novas diretrizes.

Entre as palestras da plenária, destacou-se a apresentação da direção da Fundação Amazonas Sustentável, acerca dos objetivos da fundação e da importância do pagamento pelos serviços ambientais, e a palestra do Dr. Niro Higushi do Laboratório de Manejo Florestal do INPA. Nesta palestra, o Dr. Niro demonstrou aos participantes os cálculos desenvolvidos por seu grupo de pesquisas acerca do valor da floresta em pé em forma de crédito de carbono, calculado em reais. Os representantes das comunidades e as lideranças presentes puderam experimentar nesta palestra a sensação do valor monetário do seu estilo de vida.

Outro momento bastante interessante desta III Conferência foram as palestras realizadas pelos próprios representantes de comunidades que já desenvolviam há algum tempo experiências bem sucedidas com produtos do extrativismo: a) coleta e beneficiamento da castanha apresentada pela Central de Associações Agroextrativista de Manicoré e Associação de Produtores de Castanha de Amaturá; b) extração e beneficiamento de óleos pelo pessoal da AVIVE e da CODAEMJ; e c) extração do látex da seringueira pelo pessoal da Resex Chico Mendes e de Boca do Acre.

Na segunda parte da Conferência, os participantes foram divididos em grupos de interesse conforme os principais produtos do extrativismo. Acompanhei o grupo da borracha, onde estavam várias lideranças e agentes públicos ligados à região do médio Juruá.

4.3.8. A subvenção atual da borracha e o valor da preservação

O “grupo da borracha” foi coordenado pelo Sr. Adevaldo, Secretário Executivo Adjunto da SEARP, que abriu a reunião com dinâmica de apresentação. Colocou o mapa do Amazonas num quadro e todos os participantes do grupo ao se apresentarem e marcaram no mapa a localização de onde viviam, falavam também sobre suas expectativas acerca das discussões. O mapa ficou assim depois de pronto:

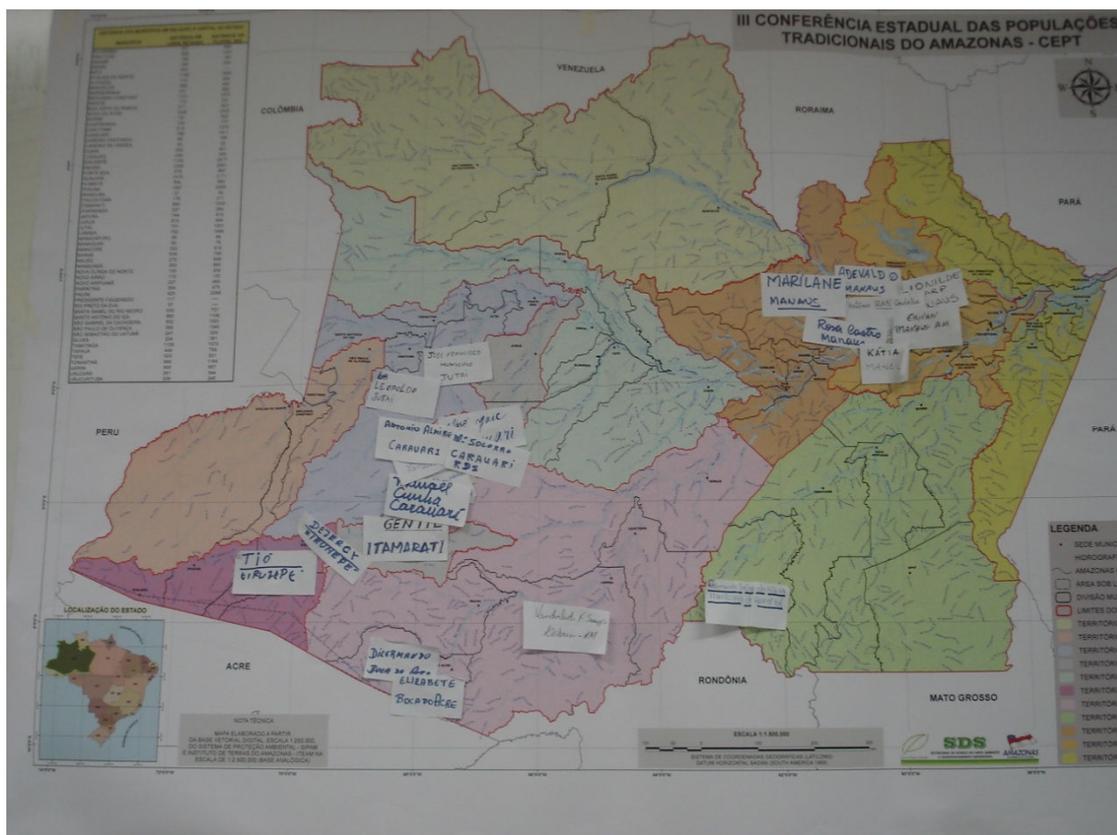


Figura 108: Apresentação dos participantes do grupo da borracha, 2008 Foto: Kátia Schweickardt

O grupo era bastante diversificado com representantes de diferentes municípios do Amazonas que se destacavam na produção de borracha (Jutaí, Eirunepé, Carauari, Itamarati, Boca do Acre, Humaitá e Lábrea), assim como instituições públicas de fomento à produção e instituições de apoio aos movimentos populares (SEARP, ADS, SEPROR, SEPLAN, CNS, ASPROC e AMARU)

A discussão propriamente dita deu-se no segundo dia de trabalhos de grupo. A primeira dinâmica proposta para o dia foi a discussão dos passos de cada elo da cadeia produtiva da borracha no estado do Amazonas. Com a coordenação do Sr. Adevaldo, o grupo reconstruiu coletivamente os passos da cadeia e produziu o quadro a seguir:

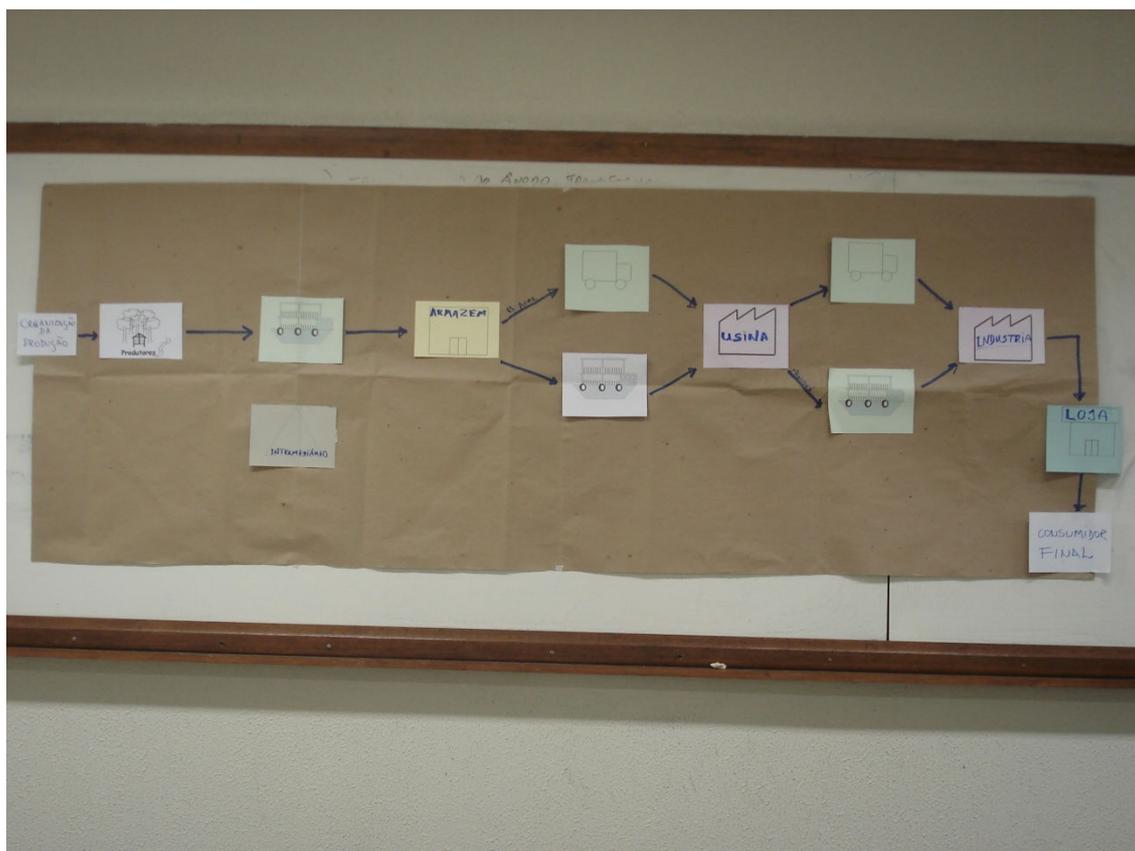


Figura 109: Esquema da cadeia produtiva da borracha, 2008

Foto: Kátia Schweickardt

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------|
| 1. Organização da produção | 8. Usina (Manicoré) |
| 2. Produtores na floresta | 9. Transporte - caminhão |
| 3. Transporte – barco da Associação | 10. Transporte - barco |
| 4. Transporte – Intermediário | 11. Indústria (São Paulo) |
| 5. Armazém (Boca do Acre) | 12. Loja |
| 6. Transporte – caminhão | 13. Consumidor Final |
| 7. Transporte – barco | |

Refeita a cadeia, passou-se a discutir sobre a seguinte questão proposta do Sr. Adevaldo: “Em quais desses elos se ganha mais com a produção de borracha?”. De imediato, um representante do município de Manicoré falou dos ganhos da indústria, numa das fases finais da cadeia: “A indústria pneumática paga pior. As pequenas empresas pagam melhor.” Adevaldo lembrou que também a Usina tinha bastante lucro porque ela recebia a produção por R\$2,20 e repassava para a indústria por, no mínimo, R\$5,00. Desse modo, lançou a seguinte questão para o debate: “O que nós, enquanto produtores e enquanto governo, que é apoiador da produção, fazemos em cada um desses elos?”. Segundo ele, a idéia do governo, especialmente a partir de todo o seu discurso ambiental, era melhorar a qualidade

de vida do produtor, ou seja, beneficiar os agentes do início da cadeia. Segundo ele, o produtor além de fomentar a economia preservava o ambiente já que o extrativismo da borracha é uma atividade não degradadora. O Sr. Adevaldo afirmou que no estado do Amazonas, já houve épocas em que a produção chegou a 42.000 toneladas e, naquele momento, ela não passava de 500 toneladas.

Vários representantes, ao pedirem a palavra, afirmaram que o grande problema era o valor baixo do subsídio, como a complementação paga pelo governo ao preço da borracha obtido no mercado a fim de que ela atingisse preço mínimo razoável para o produtor. Outra reclamação dos representantes dos produtores e do CNS foi que o governo prometia apoiar mas, na prática demorava em fazê-lo. Até aquele momento, os kits¹¹⁷ seringueiro prometidos pelo governo para apoiar a atividade extrativista ainda não haviam chegado aos produtores

O representante da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, falou que o Brasil precisava se apressar para não ficar para trás mais uma vez. Segundo ele, se não houver oferta do produto, a China, maior consumidor mundial de borracha, irá organizar essa produção de outra maneira. Ele lembrou ainda que a Tailândia e a Malásia já diminuíram muito a sua produção porque os seringais enxertados já estavam envelhecidos.

A partir da fala do representante da SEPLAN, um extrativista de Eirunepé disse, de modo bastante otimista, que esses anos de recrudescimento da atividade extrativa da borracha havia sido bom para os seringais. Segundo ele, muitos seringais rebrotaram porque onde a semente cai, nasce uma nova árvore. Com isso, vários seringais atualmente estão praticamente virgens.

Pelo debate, era possível perceber que a retomada da atividade extrativista tem muitos desafios a serem vencidos em todos os municípios produtores: longas distâncias dos seringais nativos das sedes dos municípios e das capitais dos estados da região; dificuldade de acessar os benefícios do estado; dificuldade na organização social dos extrativistas; falta de capital de giro nas Associações, entre outros.

Um dos representantes de Lábrea, município do Sul do Amazonas bastante pressionado atualmente pelo avanço da frente agropecuária fez um relato das dificuldades de incentivo para a atividade extrativista no município. Ele explicou que

¹¹⁷ Kit seringueiro – utensílios utilizados pelos seringueiros para a atividade de coleta tais como, tigela, faca de corte, lamparina e botas.

o subsídio que o governo dá para a extração da borracha, é repassado via Associações. Naquele município, a sede da Associação ficava na cidade e como tal, era muito longe das comunidades do alto, próximas ao município de Pauini. Desse modo, os produtores acabavam vendendo para o regatão que levava a borracha para Boca do Acre e de lá para o Acre. Ao vender para o regatão, estes extrativistas deixavam de ganhar a subvenção. O fato, segundo ele, é que frente as longas distâncias, cerca de quatro dias da sede, e os poucos recursos, já que uma viagem dessas pode custar cerca de R\$5.000,00, a Associação não tem como comprar esta borracha dos seringueiros. Mas ele mesmo reforça ao final que é preciso que as Associações se fortaleçam para melhorar a sua capacidade de atendimento às comunidades extrativistas mais distantes e assim iniciar a cadeia de modo vantajoso para o produtor.

Outra questão levantada foi em relação à diversificação da produção. A este respeito, Manoel Cunha, presidente do CNS, que havia chegado para participar por um dia daquele grupo, informou que o CNS já trabalhava há bastante tempo com esta perspectiva, onde a borracha seria um dos itens da produção da família extrativista. Eles estimulavam a coleta das sementes produtoras dos óleos, e a produção de farinha. Mas, no verão, em que não havia frutas, nem outros produtos, o trabalho seria com a borracha mesmo. Informou ainda, que o CNS estava discutindo com a Petrobrás um projeto para que as famílias enriqueçam o fundo dos seus quintais com açaí e outros frutos que são bastante comercializáveis atualmente.

O Sr. Adevaldo informou que cinco Associações de produtores extrativistas do estado do Amazonas elaboraram um projeto que foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, via Programa de Apoio ao Extrativismo, para os anos de 2006 e 2007. Essas Associações eram dos municípios de Lábrea, Carauari, Itamarati e Eirunepé. Com exceção de Lábrea, as demais eram na calha do Rio Juruá. Todos pareciam concordar que o fortalecimento das Associações era também um item crucial.

O Secretário Adjunto da SEARP, Sr. Adevaldo, relatou que no tempo em que ele esteve na Agência de Florestas, órgão público ligado à SDS, colaborou na viabilização de alguns projetos para fortalecer o trabalho das Associações. Por meio desses projetos, algumas conseguiram adquirir barcos próprios para o transporte da produção e até mesmo apoio logístico para realizar as longas e dispendiosas

viagens de transação de produtos pelos rios. O presidente do CNS, completando o argumento, citou alguns exemplos, organizados no quadro abaixo:

Aquisição de barcos		Apoio no pagamento de despesas de viagens feitas pelas Associações	
Associação/município	Agência Financiadora	Associação/município	Agência Financiadora
Lábrea	CDH/Igreja Católica	Lábrea	MMA
Cujubim/Jutaí	SDS e BioD3 (empresa francesa)	ASPROC/Carauari	Petrobrás
ASPROC/Carauari	MMA e Projeto do INCRA (Crédito Fomento)	Cujubim/Jutaí	SDS

Sobre o armazenamento da produção Manoel Cunha sugeriu que este fosse uma contrapartida das Associações na formulação dos projetos de apoio e estímulo a produção extrativista.

Um dos entraves na melhoria da renda dos extrativistas, além do baixo valor do subsídio, era também o ganho das Usinas de beneficiamento do produto antes de chegar à indústria, conforme levantado na cadeia produtora. A este respeito, Sr.Adevaldo informou que havia uma proposta de se criar uma Cooperativa de Produtos Florestais do estado do Amazonas que viria a gerenciar a Usina que seria construída pelo governo do Estado para os seringueiros. Porém, por ora, esta proposta ainda estava em estudos porque, segundo técnicos da ADS, que estavam no grupo, tal Usina para produção de borracha para a indústria pneumática deveria ter um laboratório. Este estava orçado em torno de 500 mil reais.

Outro entrave para o estímulo a produção tem sido a falta de assistência técnica. A esse respeito, o representante de Jutaí relatou que quando os técnicos vão as áreas, muitas vezes é para aprender com os seringueiros. Se existem pesquisas para melhorar os tratamentos culturais nas plantas, e para melhorar o processo de coleta e armazenamento, quase não chegam para os extrativistas.

Manoel Cunha, referindo-se a suas andanças pelo Brasil e pelo mundo representando os seringueiros e extrativistas pelo CNS, disse que se os seringueiros

do Amazonas conseguissem fazer de fato essa Cooperativa, eles sairiam na frente na política de preço mínimo. Além do fato, de que fortaleceria a organização dos seringueiros como um todo já que não seria uma Cooperativa de pessoas físicas e sim uma Cooperativa das Associações do estado do Amazonas.

Feita essa rodada de discussões sobre os entraves na cadeia da borracha, todos concordaram que o aumento do subsídio seria fundamental para a sustentabilidade da atividade extrativista no estado. O coordenador formulou e todos concordaram que era preciso valorizar o serviço ambiental que o seringueiro estava prestando ao insistir nesse tipo de atividade.

De fato, para todos ali presentes, a subvenção da borracha tinha esse caráter de remuneração pelo serviço ambiental prestado, porém, a reivindicação dos seringueiros era no sentido de que o valor pago ainda era muito baixo. Há dois anos, havia promessas do governo de aumentar esse valor, mas até aquele momento, nada havia de concreto¹¹⁸.

4.4. A TUTELA REIVINDICADA

A luz das análises de Geertz (1967) e sua formulação do Negara, percebemos no médio Juruá que o Estado assume diferentes configurações conforme as articulações entre os agentes públicos e as lideranças das organizações sociais, nos diferentes contextos e em diferentes momentos, nos dando a impressão até de estar ausente algumas vezes, por sua ausência institucional física sem escritórios, prédios e construções.

Porém, o processo de ambientalização, por meio do qual a questão ambiental torna-se o fio condutor das relações permitindo reivindicações como no caso do aumento da subvenção da borracha em função dos serviços ambientais trazidos pela atividade extrativista, leva-nos também a uma reflexão acerca de uma outra facanha do Estado que é o seu poder tutelar e o modo como também se transfigura.

¹¹⁸ No período em que eu redigia a tese, assisti a uma entrevista do Manoel Cunha, que havia sido reeleito para mais um mandato a frente do Conselho Nacional dos Seringueiros. Na entrevista, produzida pelo canal de TV da Universidade Federal do Amazonas e veiculada no dia 07/09/09, Manoel relatava aquela que ele considerava a principal vitória recente do movimento dos seringueiros, o estabelecimento de uma política de preço mínimo para a borracha e a garantia da subvenção complementar por parte do governo. Segundo Manoel, o preço mínimo atual do quilo da borracha é de R\$1,20. O governo federal, por meio da CONAB, paga ao seringueiro uma complementação para que o valor pago ao seringueiro atinja o patamar de R\$3,50. No Estado do Amazonas, o governo estadual ainda concede um subsídio adicional como pagamento pela prestação de serviço ambiental de R\$0,70 por quilo de borracha, via Associações. Desse modo, atualmente, os seringueiros do Amazonas que vendem o produto via sua Associação podem chegar a receber R\$4,20 por quilo de borracha produzida.

Alguns pesquisadores brasileiros, como Souza Lima (1995) já enveredaram por esta aventura, de tentar elucidar o modo como o Estado foi se constituindo ao fortalecer, por meio de seus agentes, a assimetria entre estes agentes e o povo a quem deveriam beneficiar. Esta relação estaria baseada no que o autor denominou de “poder tutelar”. O fenômeno por ele estudado estaria na raiz da formação das políticas indigenistas no Brasil, desde o período colonial até a demarcação das terras indígenas nos governos militares.

Poderíamos pensar com este mesmo autor, num momento mais recente (Souza Lima, 2002), que a nova configuração do país e a emergência de novas preocupações e de novos atores sociais, em diferentes modelos de aliança com as agências governamentais, que culminou com a “invenção” das categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tais como RESEX e RDS, que estaríamos agora tratando de relações para “além da tutela”.

Em momentos mais recentes, observam-se os efeitos das transformações havidas nas relações de poder entre o Estado e os pequenos produtores, como novos sujeitos emergentes, que face ao processo de ambientalização, se valem inclusive, dos instrumentos de ação do próprio Estado para defender seus espaços, não apenas como lotes familiares, mas como territórios e para defender seus direitos como verdadeiros prestadores de serviços ambientais. As vantagens proporcionadas pelo processo de ambientalização dos estatutos e das práticas das agências estatais abrem de fato, alternativas para os novos sujeitos políticos, e pode-se discutir até que ponto, essas novas possibilidades abrem espaços de liberdade e autonomia, eliminando, ou apenas transformando o poder tutelar do Estado sobre as populações residentes nessas áreas.

Capítulo 5 – O INCRA no Amazonas, aprendendo a fazer reforma agrária com os seringueiros

Desde a promulgação do Decreto que instituiu a primeira Reserva Extrativista no Estado do Amazonas, a RESEX do Médio Juruá, em 04/03/1997, intensificou-se o diálogo entre técnicos do INCRA/AM e do CNPT/IBAMA/AM no sentido de produzir um artifício legal através do qual recursos da reforma agrária pudessem ser empreendidos na RESEX recém-criada.

Desde 1997, os técnicos e a direção do INCRA/AM viram-se seriamente envolvidos nos debates em torno das questões ambientais, muito em virtude da efervescência destas questões no pós-ECO/92, e da ressignificação do papel estratégico da Amazônia no cenário mundial (Silva, 2000; Becker, 2004). Antes, as políticas nacionais voltadas para a região eram de matriz desenvolvimentista e integracionista tendo a floresta como um empecilho a ser vencido (Oliveira, 2000). Naquele contexto, décadas de 1970 e 1980, o INCRA participou ativamente das políticas do governo federal com os projetos de colonização e assentamento, as licitações de terras públicas e o apoio aos grandes projetos agropecuários na região amazônica (Velho, 1981; Hèbette, 2004). Apenas no final dos anos de 1980, especialmente em função da emergência de novos sujeitos sociais no cenário político regional, com expressão nacional, como o movimento dos seringueiros e extrativistas, o INCRA passou a empreender a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista que viria a ser o precursor das Reservas Extrativistas criadas em seguida pelo IBAMA conforme tratei no capítulo 2.

A partir do final da década de 1990, a política do INCRA na Amazônia passou a tomar novos rumos, particularmente no estado do Amazonas. O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, órgão ambiental estadual, reestruturado desde 1996, interpelou o INCRA para que todos os seus projetos de assentamento fossem ambientalmente licenciados em cumprimento à Resolução do CONAMA nº 237/1997. Tal resolução citava, entre outros empreendimentos, os projetos de assentamento e de colonização como potencialmente causadores de impactos ambientais.

Tal interpelação iniciada no Amazonas, e depois estendida para outros estados da federação, como Minas Gerais e Espírito Santo, inaugurou um amplo debate no INCRA em torno não só das questões ambientais “*stritu sensu*”, mas

também em torno da sustentabilidade dos assentamentos e projetos de colonização criados pelo INCRA, especialmente, na região amazônica.

5.1. A TERRITORIALIZAÇÃO AGRÁRIA ENTRE OS ANOS 1970 E 1980

Historicamente, a orientação das políticas governamentais se fez no sentido do uso intensivo da terra e dos recursos naturais. Tanto os empreendimentos agropecuários, quanto os projetos convencionais de assentamento de pequenos produtores, meta fundamental das políticas executadas pelo INCRA na Amazônia entre a década de 1970 e o final da década de 1990, foram desenhados a partir do modelo de uso intensivo dos recursos naturais, sobretudo florestas, solo e água. A idéia subjacente a toda a estratégia de territorialização que já vinha sendo posta em prática desde os anos de 1930, com a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANAs)¹¹⁹ e passou a ser sistematicamente implantada a partir dos governos militares, era a de converter a natureza pensada como improdutiva de uma região imaginada como demograficamente vazia e economicamente desintegrada do resto do país, convertendo-a em áreas produtivas voltadas para o mercado.

Para realizar esse projeto era preciso homogeneizar as formas de domínio sobre a terra e os recursos naturais, ignorando ou superando as formas construídas localmente, e à revelia do próprio Estado, ao longo de décadas ou séculos. O choque entre os agentes do projeto desenvolvimentista e os habitantes das localidades da fronteira foi ao mesmo tempo revelando a lógica das formas locais de uso e domínio sobre a terra e os recursos naturais. De fato, a Amazônia, que abriga imensa bacia hidrográfica, ainda hoje expõe, nas calhas dos seus rios, uma diversidade de modos de vida, relacionados não apenas ao uso e posse das áreas de terra firme, mas também ao uso e as formas de domínio sobre as áreas de várzea (Fraxe, 2000; Witkoski, 2007) e sobre as águas nas quais seus habitantes praticam invariavelmente, a pesca, conjugada de vários modos a outras atividades econômicas. Não só na terra firme, mas também nas áreas de várzea e sobre as águas, constroem seus caminhos, suas casas e escolas flutuantes.

¹¹⁹ Em entrevista, o Eng^o Agrônomo do INCRA Raul Barbosa, que fora contratado pelo órgão em 1976 para trabalhar no Projeto Integrado de Colonização Bela Vista, criado na década de 1930 como Colônia Agrícola, nos explicou que: “ Inicialmente, foram criadas dezessete Colônias Agrícolas, dentre elas a Colônia Agrícola Bela Vista, que tinha sua sede na Bela Vista no Rio Solimões, na margem esquerda do Rio Solimões, pertencendo hoje ao município de Manacapuru, e que absorvia também o Núcleo de Cacau Pereira. De 1930 a 1954, pode-se considerar a consolidação do processo de colonização agrícola no país.”

A noção agora já tão criticada de vazio demográfico fazia, então, parte do arcabouço conceitual dos planejadores, de forma que faziam tábula rasa de todo este complexo de interações do homem com seu meio, fosse dando as terras como desabitadas, fosse impondo as noções do código legal oficial as formas de ocupação já existentes e classificando-as como posses, formas precárias de domínio, que facultavam às agências do Estado a liberdade de recortá-las, conforme seus critérios. Desse modo, as “agências de desenvolvimento”, se punham a reordenar o território na região com vistas a abrir caminho para o desenvolvimento, tal como concebido pelos governos militares (Schweickardt, 2001).

A hegemonia desenvolvimentista, que ganhou corpo no pós - II Guerra Mundial significou a consolidação da crença no domínio da natureza e o desenvolvimento seria a “chave modernizadora universal” que levaria as sociedades tidas como primitivas, atrasadas, à civilização ¹²⁰. Fazendo o Brasil crescer a 10 e 11% ao ano (Davis, 1978), as políticas dos governos militares, tinham ampla aprovação por parte de planejadores no âmbito internacional. De forma que muito poucos questionavam os danos sociais e ambientais que elas implicavam.

Essa matriz desenvolvimentista não reconhecia os significados de “posse” e “propriedade” construídos com base em outros parâmetros e identificados pelas pesquisas realizadas na época entre camponeses amazônicos. Para as agências estatais tratava-se de abrir espaço a lógica e aos empreendimentos capitalistas de modo que o choque com as lógicas existentes explodiu em inúmeros conflitos. (Esterci, 1987; Martins, 1982 e 1993).

O Estado, representado pelos agentes do INCRA, órgão responsável pelo ordenamento territorial oficial, tinha muita dificuldade em compreender esses arranjos territoriais locais e mesmo quando sensíveis a sua racionalidade, não tinham força ou motivação suficiente para superar os limites do texto da legislação de terras vigente. De forma que a organização territorial camponesa foi totalmente desconsiderada.

O Estatuto da Terra, promulgado no primeiro ano do regime militar, foi usado pelos camponeses e seus aliados na defesa de seus direitos, mas facultou-lhes apenas a garantia dos lotes familiares. Mas, como diria Thompson (1987), ao

¹²⁰ Segundo Carlos Walter Gonçalves (1996), des-envolvimento significa etimologicamente não-envolvimento, separação da natureza. Nesta concepção, o desenvolvimento seria o portador da “chave modernizadora universal” que levaria as sociedades tidas como primitivas, atrasadas, à civilização. Histórico-socialmente significou o domínio da natureza e dos homens semiotizados como naturais.

estudar o processo de cercamento dos campos na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, alguma lei é sempre melhor do que nenhuma, pois protege os menos poderosos do arbítrio absoluto dos dominantes e lhes garante alguma margem de manobra, que embora pequena, foi o que permitiu grupos camponeses sobreviverem na região.

Como a maioria das autarquias federais, sobretudo as originadas da ditadura militar, o INCRA até o final da década de 1990, teve o poder de definição de suas políticas concentrado na administração central, em Brasília. Ignorou os particularismos regionais e se impôs aos planejamentos estaduais e municipais. Tratava-se de preparar as condições para a empresa capitalista.

A partir dos anos 1980, no entanto, ficou evidente o fracasso dos grandes projetos agropecuários, com base do modelo desenvolvimentista na região e o Estado retirou, então, “o suporte ou incentivo a agropecuária regional para otimizar os resultados globais da produção” (COSTA, 2000) o que, de certa forma, veio ao encontro das preocupações ambientais com a Região, que já começavam a despontar.

Nenhuma dessas mudanças ocorridas nas políticas do governo federal, se deu espontaneamente. O renascimento da participação da sociedade civil nas críticas e proposições de novas políticas públicas abriu espaço à emergência de um movimento inovador no campo das políticas: refiro-me ao movimento ambientalista, que teve importantes repercussões sobre as ações das agências governamentais e dos agentes públicos no estado do Amazonas.

5.2. A AMBIENTALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO AMAZONAS

Ao contrário do que correntemente se pensa, a preocupação ambiental no Brasil, em especial na Amazônia, não foi algo importado nem apenas imposto de fora. Segundo Pádua (1997), desde a era colonial o Brasil foi um dos principais focos do ambientalismo. Naquela época, já se discutia a insustentabilidade do modo de produção expropriatório nas colônias.

O impulso a criação de Unidades de Conservação na Amazônia foi nas décadas de 1970 e 1980, tornando a região o bioma¹²¹ brasileiro de maior representatividade em termos da proteção de “áreas naturais”. Tal fato se deveu à deflagração da primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em 1979, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, do Ministério da Agricultura e o Programa das Estações Ecológicas da Secretaria Especial de Meio Ambiente do Ministério do Interior lançado em 1976. “O IBDF criou, entre 1979 e 1985, 10 Parques Nacionais, 4 dos quais na região amazônica e 13 Reservas Biológicas, 5 destas na mesma região. A SEMA, entre 1981 e 1985, criou 15 Estações Ecológicas, 11 na Amazônia Legal.” (Barreto, 1999a: 75)

Nos anos 1980, a Amazônia estava praticamente fora das políticas ambientais propostas no Plano Nacional de Meio Ambiente - PNMA. Este quadro vai ter uma mudança substancial com a implantação do Programa Piloto de Proteção as Florestas Tropicais – PPG7 e pela Agenda Amazônia 21. A partir daí, estabelece-se uma política integrada para a região como parte do “Projeto Amazônico”, envolvendo desenvolvimento econômico e proteção ambiental, conforme tratei no capítulo anterior.

A questão ambiental passou a ter um direcionamento mais efetivo, em termos das políticas públicas estaduais, em 1996, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. Com o apoio da cooperação internacional, agências governamentais e não governamentais que apoiam projetos de conservação ambiental, passou a traçar estratégias para a política de gestão ambiental do estado. No mesmo ano da criação do IPAAM, implantou-se no Médio Solimões, a primeira categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a RDS Mamirauá.

A implantação do novo modelo, no contexto das mudanças pelas quais passava a orientação ambientalista mundial, inaugurou, no estado do Amazonas, orientação contrária aos modelos muito restritivos de unidades de conservação, que não admitiam a permanência de moradores e usuários.

A Amazônia começava a se transformar num “imenso laboratório de políticas e projetos que, de uma forma ou de outra, tentam compatibilizar a presença dos

¹²¹ “É um termo largamente utilizado para denominar um grande biossistema regional (conjunto de ecossistemas), caracterizado por um tipo principal de vegetação ou outro aspecto identificador da paisagem como, por exemplo, o bioma das florestas tropicais” (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, etc) (HATAHAWAY, 1993: 37)

habitantes com algum tipo de medidas visando a conservação dos ecossistemas em que vivem” (Esterci, 2002). Segundo esta autora, a implementação desses projetos e políticas levou a demarcação de uns espaços, a redefinição e reclassificação de outros, assim como a reclassificação dos próprios segmentos sociais afetados. Partilhando do conceito de Leite Lopes (2004), poderíamos caracterizar este processo como a “ambientalização” da gestão territorial na Amazônia. Mais que a definição de um fenômeno moderno, o conceito diz respeito, entre outras coisas, ao modo como os diversos atores (trabalhadores, empresários) e, sobretudo o Estado e suas agências, passam a utilizar a questão ambiental como repertório de expressão de seus interesses e reivindicações.

5.3. INTERFACES DAS PROBLEMÁTICAS AGRÁRIA E AMBIENTAL

No contexto da redemocratização do país, e das mudanças no nível do Estado que deram origem ao que ficou conhecido como Nova República, foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento – o MIRAD¹²². Desde então a ênfase da política fundiária havia deixado de ser a colonização. As metas do governo federal, até então contabilizadas em números de títulos definitivos expedidos aos posseiros por meio da regularização fundiária, passaram a incorporar outros indicadores. É que cresciam as pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (Medeiros, 1989), cuja atuação, embora mais expressiva em outros estados e regiões, acabou por repercutir nas superintendências regionais do INCRA na Amazônia, sobretudo nos estados do Amazonas, Amapá e Roraima. Tais pressões operavam em dois sentidos: no de exigir que os indicadores de reforma agrária passassem a ser o volume de terras desapropriadas para fins de

¹²² “A redemocratização, em 1984, trouxe de volta o tema da reforma agrária. O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), mas quatro anos depois os números alcançados eram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do INCRA, em 1987, e a do próprio MIRAD, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada. A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA. Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o INCRA está vinculado hoje.” (INCRA. **Histórico da Questão Agrária**. Brasília: INCRA/MDA. <http://www.incra.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288>, acesso em 22/07/09.)

reforma agrária e o número de famílias assentadas em Projetos de Assentamento; e no de que as famílias de sem-terra fossem alocadas nos seus municípios ou regiões de origem, exigência baseada nos efeitos trágicos dos grandes deslocamentos induzidos pelas medidas governamentais anteriores. As pressões do MST foram uma pá de cal na política de colonização.

A partir de 1985, as metas do governo federal já não estavam centradas tão enfaticamente na titulação de grandes áreas de terras públicas e grandes Projetos de Colonização. O foco da política agrária havia se deslocado para a criação e implantação de Projetos de Assentamento – PAs. Mas, tais projetos eram implantados segundo a metodologia estabelecida na administração central, em Brasília, tendo por base a demarcação de lotes individuais de terra, segundo planejamentos feitos em gabinetes e sem a mínima preocupação com a participação dos atuais ou dos futuros moradores. A efetivação de um assentamento começava pelo corte raso da vegetação em parte do lote. Este corte era considerado a primeira benfeitoria, o que funcionava como comprovação de trabalho investido nos lotes, e respaldava o direito do titular do lote, a partir da vistoria dos técnicos do INCRA, em visita aos assentamentos. Os lotes encontrados ainda cobertos com a vegetação nativa eram considerados abandonados e os relatórios técnicos informavam a necessidade de serem retomados e destinados a novos pretendentes – outros trabalhadores despossuídos de terra, cadastrados nos bancos de dados oficiais.

Quando o debate acerca das questões ambientais tornou-se proeminente os programas relacionados à questão agrária e à territorialização passaram a ser objeto de uma série de questionamentos por parte das organizações ambientalistas e dos Ministérios Públicos Federais que, sobretudo no estado do Amazonas, passaram a exigir o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, conforme determinava a legislação vigente na época. Os questionamentos tinham como base de sustentação a inadequação dos projetos de reforma agrária as condições ecológicas e sociais da Amazônia. Alguns Procuradores Federais questionavam o INCRA acerca da relação entre os “ganhos sociais reais” desses projetos e os “danos ambientais” por eles causados.

Ao ser interpelada pelo Ministério Público Federal, em 1997, a Superintendência do INCRA no estado do Amazonas começou processo de revisão dos procedimentos adotados na execução das políticas desde a implantação do órgão na região, na década de 1970. Para tanto, faziam-se necessários tempo e

recursos para um redirecionamento dos projetos de assentamento em curso, levantamento do passivo ambiental dos projetos mais antigos, e adoção de medidas mitigadoras dos impactos já causados. Além do alargamento do prazo para tais procedimentos, o INCRA solicitava tratamento diferenciado para os projetos de assentamento, que eram listados entre todos os demais empreendimentos comerciais e empresariais causadores de impacto ambiental¹²³. Isto obrigava o INCRA a solicitar licenças ambientais para os assentamentos seguindo os mesmos cronogramas e submetido aos mesmos custos despendidos pelos empreendimentos comerciais e empresariais. O INCRA/Amazonas argumentava que projetos de assentamento tinham caráter de política social e dispunham de uma dotação orçamentária limitada para serem implantados. Neste contexto, a Superintendência do INCRA no Amazonas tornou-se a primeira dentre as demais Superintendências do INCRA no Brasil a criar uma Comissão Especial de Meio Ambiente para, além dos processos de licenciamento e de adequação ambiental dos projetos de assentamento criados, ir aos poucos inserindo a variável ambiental nas ações da política de reforma agrária no estado. George Tasso, atual Secretário Estadual de Política Fundiária e ex- Superintendente Regional do INCRA no Amazonas entre os anos de 1998 e 2000, relatou em entrevista o “orgulho” de sua iniciativa:

Eu creio que um dos méritos da minha gestão foi começar a questionar e a propor soluções alternativas. Por exemplo, a Comissão de Meio Ambiente. O INCRA era a entidade mais suja que tinha nos órgãos ambientais porque fazia aqueles assentamentos sem qualidade, de priorizar a atividade agrícola, de encarar a benfeitoria como desflorestamento. Uma visão muito arcaica e ultrapassada. Aí surge o IBAMA, surge o IPAAM, surgem as ONGs, a ponto do cientista do INPA, Philipe Fearnside ter isso para a Revista Veja fazer um artigo culpando os assentados pelo desflorestamento da Amazônia... E a Comissão de Meio Ambiente, você era uma integrante, o Dr. Bianor [Procurador do INCRA/AM]. Aquilo foi um outro marco. A primeira Comissão de Meio Ambiente da reforma agrária do Brasil. Foi uma experiência fantástica, de aprendizado pra mim, inclusive, e pra todo mundo. (Entrevista concedida pelo Dr. George Tasso, ex-Superintendente do INCRA, em julho de 2006, na sede da Secretaria Estadual de Política Fundiária, em Manaus)

Esses debates resultaram numa legislação de licenciamento específica para os projetos de reforma agrária¹²⁴, e deram início a uma relação mais sistêmica entre os diferentes órgãos encarregados da gestão de territórios no estado do Amazonas,

¹²³ Cf. Resolução do CONAMA nº 237, de 1997.

¹²⁴ Resolução CONAMA nº 289/2001 e, mais recentemente, a Resolução CONAMA nº 387/2006, que revogou a anterior.

ou seja, entre INCRA, IBAMA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

Embora tenha se estabelecido uma sintonia maior entre as ações dos diferentes órgãos no estado do Amazonas, muitos desafios ainda se colocavam. O principal deles era o de como regionalizar a política nacional de reforma agrária, facultando o acesso aos recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária, não apenas aos pequenos produtores assentados pelo INCRA, mas também aos demais pequenos produtores como os ribeirinhos, os produtores extrativistas, entre os quais os seringueiros, as quebradeiras de coco, os coletores de castanha, e os pescadores residentes ou não em Unidades de Conservação de uso sustentável. Todos deveriam ser reconhecidos como legítimos beneficiários da “Reforma Agrária amazônica”.

O processo de ambientalização implicou transformações nas diversas relações sociais, dentre as quais Leite Lopes (2004) destaca as transformações no estado e no comportamento das pessoas. Agências públicas como o INCRA/AM, o IBAMA/AM e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS vêm re-configurando suas estratégias de produção de territórios ao mesmo tempo em que a gestão agrária do território no estado, vai também aos poucos se ambientalizando.

5.4. O RECONHECIMENTO DAS TERRITORIALIDADES PROPOSTAS PELOS SUJEITOS SOCIAIS EMERGENTES

O reconhecimento de todas essas categorias sociais como beneficiárias das ações de reforma agrária, provocou um deslocamento na política pública de caráter nacional, conferindo-lhe uma feição mais regional. Esse deslocamento que não se daria por iniciativa dos gestores públicos somente, se fez em função da emergência dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos da Amazônia enquanto coletividades cujas identidades políticas se objetivaram em movimentos sociais com características e reivindicações muito próprias, que os distinguiam das demais organizações de trabalhadores rurais no Brasil, e cuja forma de organização social e econômica no espaço era incompatível com a territorialização que lhes impunham os planejadores oficiais.

As mobilizações e reivindicações desses sujeitos políticos emergentes se assemelhavam em muitos aspectos as mobilizações dos povos indígenas que

levaram à decretação das várias terras indígenas na Amazônia e como elas, possuem uma importante dimensão ambiental e geopolítica (cf. Pacheco Filho, 1999), como expressam as ações e propostas de seringueiros e extrativistas (Cunha e Almeida, 2002 Almeida, 2004; Allegretti, 2002; Franco, 2002)

O território, antes espaço físico arbitrariamente recortado, a revelia das práticas, dos significados atribuídos ao espaço, e das necessidades de uso dos povos e grupos sociais locais, como acontecia nos projetos de assentamento convencionais, converte-se, assim, em espaço de diálogo, entre diferentes agentes públicos e sujeitos sociais politicamente constituídos na região, que passavam a reivindicar, a partir de seus movimentos, o reconhecimento de territorialidades específicas. Tais territorialidades sugeriam outra cartografia (Almeida, 2008a). Outros parâmetros estavam agora envolvidos nos recortes do espaço, contrapondo-se, como propõe Pacheco Filho (1999), a territorialização antes imposta pelo Estado, e convertendo-se em “processo de territorialização”, a partir dos sujeitos sociais emergentes e socialmente organizados, quebrando, assim, o monopólio dos planejadores oficiais sobre a definição legítima do território. A peculiaridade do “processo de territorialização”, conforme conceituado por Pacheco, é que os objetos político-administrativos (“comunidades indígenas”, “moradores de Unidades de Conservação”, “seringueiros”, etc), transformam-se em uma ou várias coletividades organizadas, que reestruturam até mesmo suas formas culturais.

Sob este novo prisma, os agentes públicos dos órgãos governamentais ambientais, oficialmente gestores das áreas protegidas (IBAMA, no nível federal, e SDS, no nível do estado); ou vinculados às questões agrárias (INCRA), são desafiados a repensar a territorialização pela qual sempre pautaram seus procedimentos. Por meio do protagonismo assumido pelos novos movimentos de pequenos produtores e extrativistas, inicia-se outro modo de se constituírem políticas públicas territoriais na Região e estas, ao se efetivarem, vão ressignificando a Amazônia no contexto nacional e internacional.

5.4.1. A aproximação das políticas do INCRA e do IBAMA, por meio da atuação política das populações tradicionais

Desde o final da década de 1970, seringueiros e posseiros iniciaram um processo de resistência pelo direito de permanecer na terra, como tratamos no

capítulo 2. Os conflitos aumentaram com a elevação das pressões dos fazendeiros, madeireiros e mineradores para expulsar os trabalhadores extrativistas de suas colocações, áreas nas quais eles garantiam a conservação dos recursos naturais. Se até os anos de 1970, esses trabalhadores eram invisíveis, a partir dos anos de 1980, se tornam, como sustenta Mauro Almeida (2004:33), “o paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular”.

Tal processo não foi manso e pacífico. A disputa com madeireiros e fazendeiros, que persiste até os nossos dias, levou inclusive à morte de importantes lideranças sindicais. Mas os fatos políticos advindos de algumas dessas perdas, em especial a do líder sindical e seringueiro Chico Mendes, com repercussão internacional, marcou um importante momento no embate pela gestão territorial na Amazônia. Não foi em vão que o INCRA que criara apenas 2 Projetos Integrados de Colonização – PIC’s, na década de 1970 e depois um único Projeto de Assentamento, o PA Rio Juma, em 1982, uma espécie de intermediário entre a política de colonização e a de assentamento no estado do Amazonas, vai, a partir dos anos de 1980 adquirir áreas por compra e até por desapropriação de antigos seringais para a criação de uma modalidade de assentamento nos moldes das Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas.

De todo modo, desde a sua concepção, criação e implantação, os PAE’s e as RESEX sempre foram territórios “primos em 1º grau” (se é que a metáfora é apropriada), embora especialmente no estado do Amazonas, estes “primos” tenham se afastado durante um bom tempo e só muito recentemente estejam voltando a se encontrar.

Com o fortalecimento do movimento dos seringueiros via Conselho Nacional dos Seringueiros, as RESEX, especialmente do Acre, ganharam visibilidade nacional e internacional, visto que como sugere Esterici (2006), “os seringueiros são o exemplo mais conhecido e emblemático dessa incorporação de critérios ecológicos a sua identidade”. O mesmo processo organizativo só vai acontecer no Amazonas bem mais tarde. Os primeiros PAE’s criados nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando ainda não havia nenhuma RESEX no estado do Amazonas, PAE Antimary, no município de Boca do Acre, criado num extenso seringal em 1988, o PAE Santo Antônio Mourão, criado num seringal adquirido por “compra e venda”¹²⁵

¹²⁵ Modalidade de aquisição de terra para destinar à reforma agrária.

no município de Eirunepé e o PAE Terruã, criado numa área desapropriada em 1989 no município de Pauini, foram formalmente criados e ficaram em seguida praticamente sem nenhum tipo de investimento por parte do governo federal. Tal fato se deve a priorização, da política de assentamento vigente, de um tipo de projeto padrão e que muito pouco incorporava as peculiaridades regionais.

A onda de criação de projetos de assentamento convencionais, criados no estado do Amazonas, em virtude de demandas outras e não especificamente as das populações do próprio estado, durou até o final dos anos de 1990, além dos PIC's acima referidos e dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas do final da década de 1980.

Os desafios que se colocaram a partir da segunda metade dos anos de 1990 foram no sentido de regionalizar a política nacional no estado do Amazonas ampliando o acesso aos recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária as populações extrativistas, seringueiras, ribeirinhas, seringueiras que são residentes em Unidades de Conservação de Uso Direto, incluindo estas populações entre os legítimos beneficiários da “Reforma Agrária amazônica”.

Desse modo, a primeira tentativa real de aproximação se deu a partir do reconhecimento, como beneficiária da reforma agrária a população da Reserva Extrativista Médio Juruá, no município de Carauari. Sendo esta primeira experiência no Brasil, desafiou até mesmo as normas internas do INCRA nacional.



Figuras 110-111: Casas da Reserva do Médio Juruá antes e depois dos créditos da Reforma Agrária
Fotos: Kátia Schweickardt

Mas, tal parceria permitiu que a população do território que o IBAMA havia criado formalmente, tivesse acesso aos créditos da reforma agrária, tanto para construção e melhoria de suas casas, como para a aquisição de instrumentos de trabalho, tendo sido adquiridos até barcos grandes, acesso ao Programa Nacional

de Educação no Campo e na Floresta – PRONERA e ao Programa de Assessoria Social e Ambiental –ATES. Nestas condições, o território criado pelo CNPT/IBAMA passou a ser implantado de fato.

Em seguida, também espelhando outra categoria de unidade de conservação, o INCRA criou uma modalidade de Projeto de Assentamento voltado para o “desenvolvimento sustentável”, O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, num paralelo com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. O primeiro criado no Brasil foi também no estado do Amazonas, o PDS Morena, no município de Presidente Figueiredo. Só que diferente da RDS, o PDS visava ser um meio termo entre o Projeto de Assentamento convencional, onde se tinha a formação do assentamento com populações de diferentes procedências e o loteamento individual, e o Projeto Agro-Extrativista onde a população, preferencialmente, seria local, com experiência na atividade extrativista e no uso coletivo da terra. No PDS, embora as pessoas pudessem ter diferentes origens, elas se proporiam a trabalhar de modo coletivo¹²⁶ e com atividades múltiplas e que visassem a conservação dos recursos naturais¹²⁷.

A partir daí, boa parte das propostas de gestão agrária no estado do Amazonas por meio da instituição de territórios demarcados vai ter presente esta nova postura que pretende dar visibilidade as populações locais um diálogo mais constante entre as diferentes instituições gestoras de territórios no estado do Amazonas.

Podemos perceber estas mudanças no perfil da condução da política agrária, como uma política territorial, desenvolvida pelo governo federal por meio do INCRA no estado do Amazonas pelo seguinte quadro, sistematizado a partir de informações prestadas pela Superintendência Regional:

¹²⁶ Acerca das contradições e controvérsias que envolvem a noção teórica e a prática do “trabalho coletivo” ver Esterci (1984).

¹²⁷ Atualmente, segundo técnicos do INCRA/AM me relataram em conversas informais, o PDS Morena atravessa uma série de dificuldades, especialmente no tocante à permanência das famílias na área. Uma pesquisa específica poderia vir a analisar as reais implicações e possibilidades de tal modalidade de assentamento na região amazônica.

1971- 1981	1982 – 1990	1991 – 1999	2000 – 2009
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 2 PIC's e do PA Rio Juma • Ações de regularização fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 8 PA's • Criação de 2 PAE's 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 18 PA's • Criação de 1 PAE • Reconhecimento da RESEX Médio-Juruá 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 19 PAE's • Reconhecimento de 5 RESEX Federais, 4 FLONAS, 3 RESEX Estaduais, 3 RDS • Criação de 4 PDS • Criação de 7 PA's

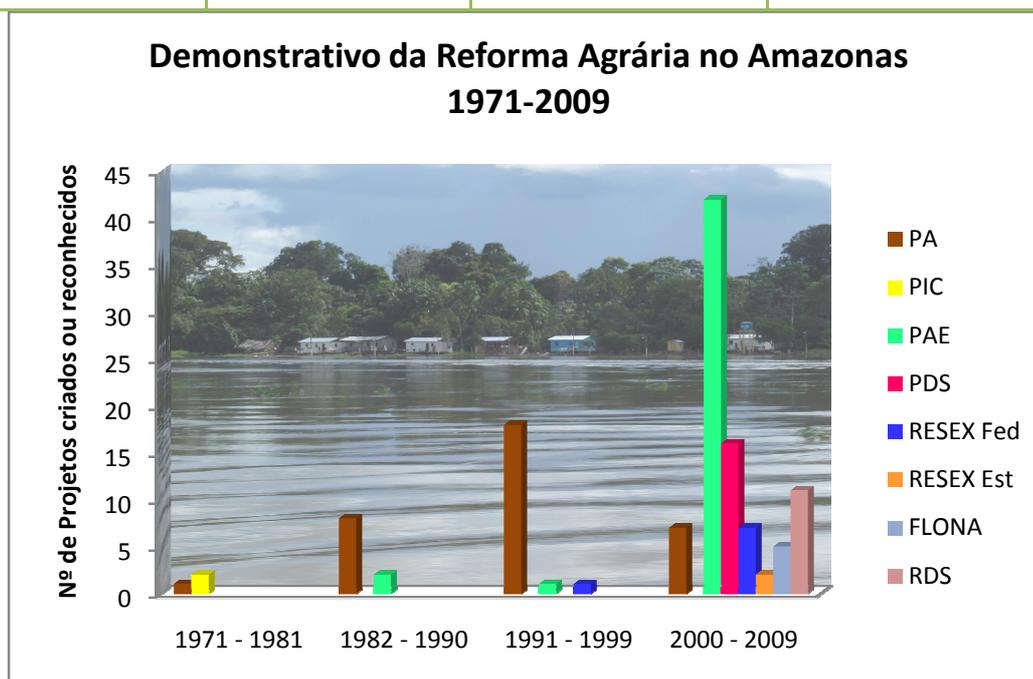


Figura 112: Gráfico demonstrativo da reforma agrária no Amazonas , 2009
Fonte: INCRA/AM

É evidente maior preocupação com as questões ambientais na última década e elas coincidem com a proeminência da temática no cenário sócio-político nacional, regional e internacional.

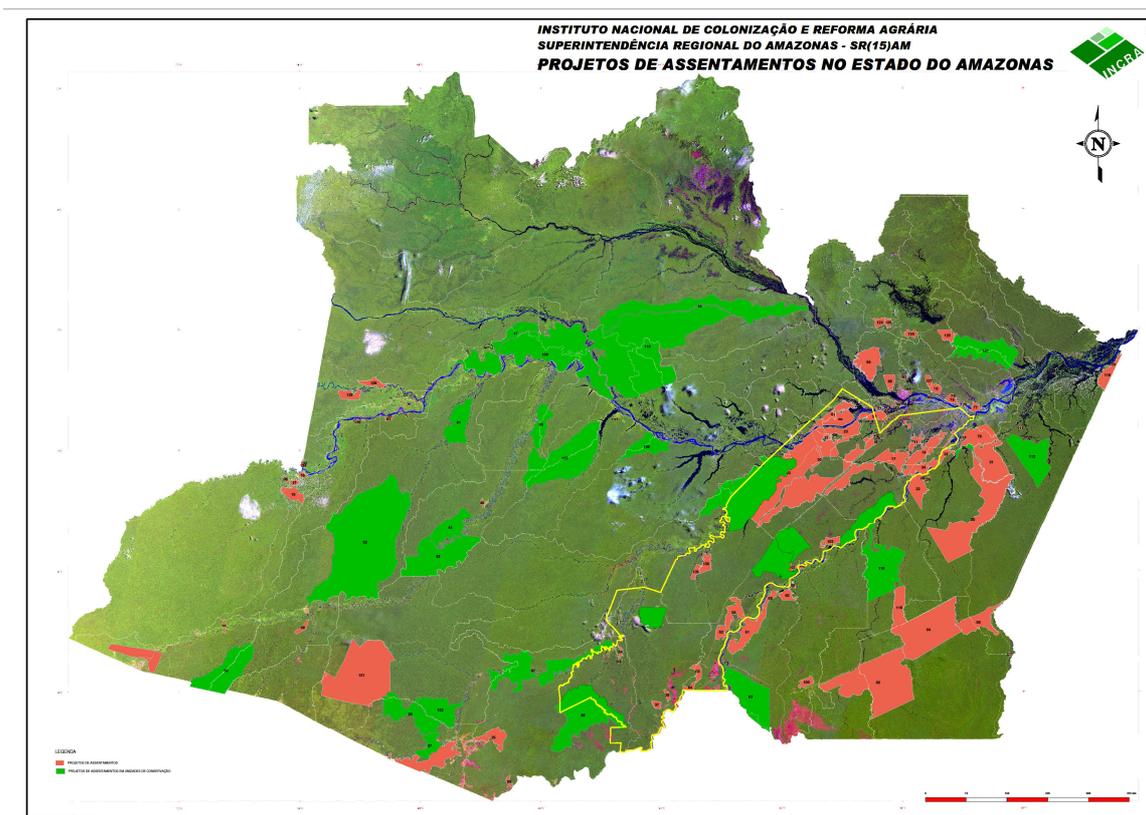


Figura 113: Mapa ilustrativo da atuação do INCRA no Amazonas em 2009

Fonte: INCRA/AM.

O mapa acima, produzido com dados até junho de 2009, demonstra o perfil da atuação do INCRA no estado do Amazonas, os projetos de assentamento convencionais e os projetos agroextrativistas ■ e as unidades de conservação cujas famílias foram reconhecidas como beneficiárias da reforma agrária ■

Nos últimos seis anos, tem havido no estado do Amazonas tentativa de reabertura da fronteira agrícola, incentivada por alguns setores do governo ligados ao agronegócio, que ainda se pautam por estratégias de desenvolvimento já bastante criticadas para a região, e vistas com reservas e preocupação por outros setores desse mesmo estado, especialmente os órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Tal fato tem se dado de modo especial na região Sul do estado, especificamente entre os municípios de Humaitá, Manicoré, Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Apuí, Novo Aripuanã, chegando até o município do Careiro. O aperfeiçoamento da legislação e o recrudescimento da fiscalização ambiental em relação aos estados de perfil agrícola agro-exportador, como Mato Grosso e Rondônia, têm forçado a migração para o Amazonas de alguns empreendimentos agropecuários e madeireiros menos responsáveis em relação ao meio ambiente.

O Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, coordenado diretamente pelo Gabinete Civil da Presidência da República, tem como uma de suas metas principais o asfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Tal proposta tem sido alvo de muita polêmica e de muitos debates. O INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram demandados a elaborar um plano de regularização fundiária de áreas não destinadas legalmente e de regularização e desenvolvimento de projetos de assentamento criados na área de influência da referida rodovia. Este Plano seria uma peça fundamental para a obtenção da licença prévia das obras da BR-319, que corta 16 municípios desde Porto Velho, no estado de Rondônia, até Manaus, no estado do Amazonas.

Na área de influência da rodovia foram arrecadadas e matriculadas em nome da União ou do INCRA 62 glebas públicas federais, que perfazem um total de aproximadamente 10 milhões de hectares. Desse total, aproximadamente 60% já foram destinados para 49 projetos de assentamento, 12 unidades de conservação (sete federais e quatro estaduais) e 47 áreas indígenas. Assim, restam 40% de áreas ainda não destinadas.

A criação e estabelecimento de inúmeros projetos agro-extratvistas e de várias unidades de conservação de uso sustentável nesta região parece fazer parte de uma estratégia maior de aliança entre os agentes públicos federais (INCRA e IBAMA) e estadual (SDS), no sentido de tentar blindar o avanço não controlado de uma frente de expansão agropecuária de caráter predatório.

5.4.2. O caso do Médio Rio Juruá

5.4.2.1. Construindo o diálogo

A discussão em torno das possibilidades de alocar recursos da reforma agrária para os moradores da RESEX do Médio Juruá foi iniciada pelos técnicos, o Engenheiro Agrônomo Raul Barbosa (INCRA), à época chefe da seção de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, e pelo técnico agrícola Mário Lúcio, responsável pelo CNPT regional, e foi prontamente encampada pelos Superintendentes dos dois órgãos na época, Hamilton Casara (IBAMA/AM) e George Tasso (INCRA).

Mais do que técnicos preocupados com o cumprimento das tarefas de suas instituições, ambos possuíam em suas histórias de vida laços fortes com o

extrativismo e com o modo de vida do interior do Amazonas. Raul Barbosa, ao contar sua história disse que nasceu numa família camponesa na região do alto Rio Solimões. Embora tivesse saído cedo de casa para estudar em Manaus e depois em Pernambuco, onde fez o curso de Técnico Agrícola e a graduação em Agronomia, nunca mais tenha voltado a viver em Tabatinga, sempre manteve uma forte ligação e a viva compreensão da necessidade do reconhecimento e de um tratamento diferenciado por parte das políticas agrárias em relação aos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos do interior.

Eu nasci na região do Alto Solimões, na Ilha do Aramaçá em 28/08/1947. Essa Ilha pertencia ao município de Benjamin Constant. Meu pai, Nicácio Barbosa de Almeida, era uma pessoa que se caracterizava como agroextrativista. Ele nasceu na região do Alto Solimões, descendente de índios daquela região fronteira Brasil-Colômbia-Peru e se casou com uma filha de paraibano, Francisca Pereira Barbosa.. Ele trabalhava com agricultura de subsistência, um gadinho leiteiro e extração de látex. De lá ele se mudou para o Marco, hoje município de Tabatinga quando eu tinha um ano de vida. Nós somos 8 filhos, 6 homens e 2 mulheres. Criei-me em Tabatinga, onde fiz o curso primário numa escola que se chamava Raimundo Cunha. Por incrível que pareça, uma escola muito bem feita. Eu acredito que a melhor escola da região, na época. Eu saí de lá em janeiro de 1964, vim para Manaus. Passei de 1964 a 1967. Fiz o ginásio agrícola em Manaus no Colégio “Paredão”, onde muita gente se formou. A grande parte dos técnicos do setor primário estudou nesse paredão. Na época, pegava-se o título de Mestre Agrícola. (Entrevista concedida por Raul Barbosa, Engenheiro Agrônomo, Chefe da Divisão Técnica do INCRA/AM)

Mário Lúcio, também com formação de técnico agrícola e atualmente Engenheiro Ambiental, também é “filho do interior”, do município de Manicoré, mas sua ligação com os extrativistas e seu modo de vida vem de seu trabalho junto à SUDHEVEA antes de ter sido incorporada ao IBAMA quando da sua criação.

Eu ingressei no serviço público federal na SUDHEVEA e na criação do IBAMA, em 1989, eu fui para o IBAMA. Eu estou no IBAMA desde 1989. Já fiz de tudo um pouco no IBAMA. Rodei por alguns escritórios, no interior do Amazonas.... Na verdade, a minha vinda para Manaus foi para instalar o CNPT. Isso foi no final de 1994. Na época, eu estava no escritório do IBAMA em Manicoré. Eu vim com esse objetivo de trabalhar para criar RESEX e instalar uma equipe para dar corpo ao CNPT... Eu vim com essa missão por ter o perfil de trabalhar com população tradicional. Até por conta da minha experiência da SUDHEVEA, onde trabalhei com extrativistas e o extrativismo da borracha, muito importante naquela época. (Entrevista concedida por Mário Lúcio, ex-coordenador do CNPT/AM, atual Superintendente Adjunto do IBAMA/AM)

Essa afinidade entre técnicos de diferentes instituições, como no caso do INCRA e do IBAMA, que mesmo sendo ambas federais estiveram por vezes em lados opostos em relação ao tratamento as questões ambientais, foi aos poucos fazendo com que as políticas públicas empreendidas pelos dois órgãos acabassem confluindo em prol das populações locais, que hoje se percebem como “populações tradicionais” e com direitos legítimos sobre tais políticas.

Os Superintendentes Regionais dos dois órgãos, sensíveis também a tal demanda, e vendo nela possibilidades de que ambos os órgãos se capitalizassem social e politicamente, acolheram as sugestões dos técnicos e começaram a se reunir para pensar estratégias visando o estabelecimento da parceria em nível local, mas com o aval das direções nacionais, controladoras das políticas e dos recursos. De fato, a parceria iminente, viria a ser a possibilidade do INCRA mostrar que estava mudando, na prática, o rumo de sua política de gestão territorial e agrária, voltando-se daquela forma para as questões socioambientais, atendendo demandas locais e regionais e não mais apenas investindo em projetos de assentamento convencionais já deveras criticados. E para o IBAMA, seria uma forma efetiva de investir recursos nas Reservas Extrativistas que até então não possuíam dotação orçamentária específica para a construção e recuperação de moradias, para investimentos em infra-estrutura, e nem investimentos na produção extrativista.

Nós passamos de certa forma a trabalhar uma discussão política em Brasília e com resistência total. Aí, resolvemos meter a cara aqui. E isso só saiu porque metemos a cara. Só saiu o Antimari porque metemos a cara. Só saiu a RESEX Médio Juruá porque metemos a cara. Aquilo ali foi de fato um marco, porque aponta os novos rumos da reforma agrária no Estado. É o reconhecimento das posses históricas das populações tradicionais que não têm que ser alvo apenas das políticas de preservação ambiental. A reforma agrária e a política de conservação ambiental, no Amazonas, não se diferenciam. Diferenciam-se só no seguinte aspecto: eu sou radicalmente contra proteção integral. Essa modalidade deveria ser só para áreas degradadas onde os animais estivessem em extinção. Aí sim, deixa a natureza ali se recuperar. (Entrevista concedida pelo Dr. George Tasso, ex-Superintendente do INCRA, em 2006, na sede da Secretaria Estadual de Política Fundiária, em Manaus)

5.4.2.2. A formalização do processo de reconhecimento

A formalização do processo de reconhecimento, após vários entendimentos verbais, deu-se com o encaminhamento de documentos técnicos por parte do

IBAMA ao INCRA e de um ofício assinado pelo representante do IBAMA, com data de 07 de abril de 1999, transcrito abaixo, que explicitaria os termos e as intenções da parceria:

Senhor Superintendente,

Na administração pública temos duas formas de fazer reforma agrária que tiveram a mesma origem e que são quase idênticas nos seus objetivos e estratégias de implementação: trata-se dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas geridos pelo INCRA e as Reservas Extrativistas supervisionadas pelo IBAMA.

A reserva extrativista é criada por Decreto Presidencial como Unidade de Conservação cuja área permanece para sempre como patrimônio da União, sob jurisdição do IBAMA, dando-se aos moradores apenas concessão temporária de uso.

Na medida em que a Reserva Extrativista é uma forma de regularização fundiária, reconhecendo as posses existentes e concedendo o uso, ela pode ser reconhecida como atividades de Reforma Agrária.

Solicitamos a gentileza de estudar a possibilidade de reconhecer como área de Reforma Agrária a reserva extrativista do Médio Juruá (Município de Carauari), cujas informações já foram repassadas a esse Instituto.

Salientamos que tal reconhecimento não descaracterizará a situação jurídica da reserva como Unidade de Conservação.

Na oportunidade renovamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Representante do IBAMA em exercício.

Mais do que um documento formal, tal ofício deixava transparecer uma mudança radical na condução das políticas públicas, sejam elas agrárias ou ambientais. Primeiro, o ofício faz uma associação ao mesmo tempo em que estabelece uma importante diferença entre os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e as Reservas Extrativistas (Resex). De semelhante, os PAEs e as RESEX tinham a mesma origem, com objetivos e estratégias de implantação quase idênticas. Além do expresso no ofício, poderíamos buscar outras semelhanças como o fato de INCRA e IBAMA serem órgãos federais, que expressam em suas políticas e atuação a ação da União sobre o território dos estados e municípios, que até então, não apareciam na discussão. Estes entes públicos eram apenas comunicados das políticas já empreendidas. Esta seria outra longa discussão que fica colocada apenas como ressalva.

Porém, o ofício demarca importante diferença, os PAEs seriam “geridos” pelo INCRA e as RESEXs “supervisionadas” pelo IBAMA. Nesta afirmação duas questões se explicitam: 1) que por serem “geridos” pelo INCRA, os PAEs estariam afiliados as

políticas empreendidas pelo INCRA, cuja matriz era de cunho desenvolvimentista e colonizadora (Cameron, 1999). Não havia previsão de se trabalhar com as populações a partir da realidade sociocultural local, nem de fato havia instrumentos legais para isto. Daí pode-se explicar que embora tendo inaugurado essa nova visão do INCRA em relação as populações amazônicas, os PAEs tenham sido em seguida abandonados como reivindicação dos movimentos sociais, especialmente o CNS que passou a pleitear a criação de RESEX; 2) que as RESEXs ao serem “supervisionadas” pelo IBAMA já traziam em sua proposta de origem uma redefinição do papel do Estado, que de gestor, torna-se agora um “supervisor” de um modelo de projeto construído com maior participação de outros sujeitos sociais, que se não os demais entes públicos, Estado e município, ao menos as populações residentes nas áreas e suas representações políticas como o CNS, e não mais apenas o próprio IBAMA na definição da área e na sua implementação e gestão.

Evidentemente, tal explicação ajuda na compreensão das mudanças, mas apenas em parte. No processo como um todo, houve importantes mudanças no INCRA que propiciariam a formalização *a posteriori* do convênio com o IBAMA. Tal acordo só foi possível por já haver a realidade dos PAEs presente anteriormente como política da Instituição. Por outro lado, também a “supervisão” do IBAMA nem sempre é tão benéfica e politicamente correta assim. Nas RESEXs, aparece muitas vezes como um viés apenas repressor e que não incorpora ou considera a realidade socioambiental das populações residentes, nem a relação do seu modo de vida com o ambiente que as cerca e do qual são parte constitutiva.

Outra questão expressa no ofício acima e bastante em voga na região, no atual momento, é o fato de haver um reconhecimento por parte de alguns agentes do Estado de que tal parceria implica na formalização de um modo muito próprio de regularização fundiária na região. De fato, da maneira como ficou expresso no Decreto nº 98.897, de janeiro de 1990, que dispõe sobre a modalidade de RESEX, a obrigatoriedade da desapropriação das terras (art. 3º) em seu interior, atende a uma demanda dos seringueiros e extrativistas, de solucionar, se não de pronto, ao menos encaminhar, a questão do reconhecimento de seus direitos legais sobre a posse das áreas por eles há muito ocupadas. Desse modo, tal acordo motivado formalmente pelo ofício acima, entre INCRA e IBAMA no estado do Amazonas, pareceu atender ao chamado feito em 1985, por ocasião do I Encontro Nacional dos Seringueiros, de

uma Reforma Agrária amazônica, ou pelo menos tornar mais reais as perspectivas de vê-la se realizar.

No último parágrafo, o ofício reafirmava que a RESEX enquanto tal é uma modalidade de projeto que ao priorizar os povos tradicionais residentes na área, reconhece também o seu importante papel na conservação do ambiente já que salienta sua situação jurídica de Unidade de Conservação. Por este viés, materializar-se-iam as perspectivas da aliança entre as preocupações sociais e ambientais na Amazônia brasileira hoje, o que tem sido chamado contemporaneamente de socioambientalismo.

5.4.2.3. O acordo oficial firmado entre INCRA e IBAMA

A partir do ofício acima analisado, foi formalizado um processo administrativo no INCRA onde todas as peças técnicas foram juntadas para fins de análise e encaminhamentos. A primeira peça técnica era o Estudo Socioeconômico da área proposta para a Reserva Extrativista do Médio Juruá – Carauari/AM que foi elaborado sob a coordenação do CNPT/Brasília, pelo Rafael Pinzon Rueda, com a participação de agentes do MEB, do IBAMA/Carauari e da Secretaria de Abastecimento do município, com base em informações de pesquisadores que realizaram trabalhos na referida área antes de 1993, assim como com base em um levantamento socioeconômico realizado em campo junto as famílias residentes, em 1994. Muitas informações também foram recolhidas do livro do Pe. João Derickx, “Juruá o Rio que chora”, publicado em 1992. Além desse estudo, constava entre as peças técnicas também o Plano de Utilização da RESEX Médio Juruá, já discutido no capítulo 3.

A proposta inicial pensada era de que a RESEX ao ser reconhecida pelo INCRA, deveria tornar-se um PAE nos registros do Sistema Informação de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA, já que o INCRA não previa em suas normas a possibilidade de reconhecimento de uma Unidade de Conservação.

Porém, esta possibilidade foi refutada pelo Procurador Geral do IBAMA, Dr. Sebastião Azevedo, que em seu parecer dizia que esta possibilidade feria o artigo 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, recomendando portanto que o investimento no “desenvolvimento sustentado da referida unidade e conservação” fosse promovido em forma de parceria entre as duas autarquias federais.

O acolhimento a solicitação do Amazonas já encontrava certo ambiente favorável nas direções centrais dos órgãos em Brasília em função da aproximação entre INCRA e IBAMA já estar sendo desenhada alguns anos antes. Em parte esta aproximação já se dava em função das cobranças da sociedade como um todo, e dos movimentos sociais em especial, da necessidade da regularização fundiária das Resexs, com a desapropriação das terras de particulares que incidiam nos perímetros das mesmas, como previa a legislação. Em 1997, já havia sido assinado um Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e IBAMA que objetivava, entre outras coisas, “unir forças para promover o desenvolvimento sustentado dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas – PAE’s do INCRA, e facilitar a regularização fundiária das Reservas Extrativistas – RESEX’s do IBAMA”¹²⁸.

Este Termo de Cooperação, se não atingiu seus objetivos em relação aos PAE’s já criados pelo INCRA, serviu de substrato para que fosse firmado o primeiro Convênio entre INCRA e IBAMA regionais no Amazonas para o reconhecimento das populações tradicionais em áreas da reserva extrativista do Médio Juruá, Carauari/AM.

No referido Convênio, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 17 /11/1999, cabia ao INCRA, entre outras ações, disponibilizar recursos orçamentários e financeiros necessários para implementar a infraestrutura e a concessão de crédito da reforma agrária as famílias reconhecidas. O IBAMA responsabilizava-se, entre outras coisas, por assessorar o INCRA e supervisionar as ações do convênio, bem como ministrar cursos de formação para os extrativistas e técnicos do INCRA na área de educação ambiental, capacitação de fiscais ambientais colaboradores, e outras ações mais que se fizessem necessárias ao cumprimento do convênio e a consecução da Reserva Extrativista.

5.4.2.4. O “Projeto do INCRA”

Dentre as muitas narrativas e falas com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa de campo, a chegada dos recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária, chamado pelos moradores da RESEX e pelos agentes públicos de “projeto do INCRA”, é considerada um marco no processo de implantação da RESEX.

¹²⁸ O texto transcrito é parte do MEMO-CIRCULAR/DP/Nº350/97, encaminhado pela Diretoria de Assentamento do INCRA em Brasília às Superintendências Regionais do INCRA nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Pará (Belém e Marabá) e Tocantins, com o objetivo de que estas elaborassem planos de trabalho objetivando firmar convênios específicos para o desenvolvimento de ações em cada PAE.

Quando veio o INCRA que deu a maior força, e está dando a maior força. E, hoje, está o que está! (Raimunda Alves, liderança da Comunidade da Imperatriz, RESEX Médio Juruá)

Daí, tiveram as entidades que, também através da Reserva entraram, o IBAMA, o INCRA, que foi uma das entidades, órgãos que teve um significado super-positivo, com a questão da moradia. Apoio, fomento para a melhoria da produção porque o pessoal tinha muita dificuldade em questão de material de produção e o INCRA veio justamente dar esse apoio. E a gente também tem uma fotografia do antes e do depois do Projeto de INCRA. Na época em que tudo começou, era outra pessoa que estava na frente da Associação. Mas a gente tinha algumas fotos de como eram as habitações e de como está hoje. Eu acho que foi um ponto fundamental na melhoria da qualidade de vida da RESEX, foi o Projeto do INCRA com esse apoio à produção, o fomento e a habitação que melhorou significativamente. (Sr, Manoel da Cruz, “Manoelzinho”, ex-Presidente da ASPROC e atual coordenador local do CNS em Carauari)

A RESEX também trouxe o assentamento do INCRA (...) quem viu o retrato das comunidades há 10 anos atrás e vê hoje, é outra coisa. (Sr. Chico Velho, liderança da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá)

Depois que nós conquistamos a RESEX, e Deus iluminou também o assentamento do INCRA, que melhorou as condições de vida porque antes, ela era muito carente. Acho que o Prof. Castro tem fotos de como era aqui antes. Com isso melhorou. (Sr. Bastos, liderança da comunidade do Roque, RESEX Médio Juruá)



Figura 114: Quadro de fotos que ilustram a mudança do perfil das moradias na comunidade do Roque – RESEX Médio Juruá

Fonte: Prof. Castro/UFAM, 2008.

O “projeto do INCRA” serviu também como um incentivo às organizações na luta por uma outra Unidade de Conservação que envolvesse as famílias que haviam ficado fora do perímetro da RESEX, o que acabou culminando na criação da RDS Uacari.

A RDS foi criada através de uma “inveja” da RESEX, que nós víamos os benefícios e nós tínhamos ficado de fora, até do Projeto de Assentamento do INCRA. O pessoal ficou muito preocupado em ficar de fora e muitos não queriam se mudar para pra dentro da área da RESEX começaram a reivindicar a RDS. Graças a Deus, foi criada a RDS... Eles estão mais animados. Uma das coisas que mais anima eles é quando o pessoal do INCRA vem. Eles já viam as casas da RESEX. Para eles é um dos melhores projetos, e na verdade é. O sonho deles é estar recebendo esse projeto, para ganhar as casas, para ter uma qualidade de vida melhor e eles sabem que vai ter. Eles estão muito contentes com isso. (Sr. Flávio do Carmo, Presidente da AMARU)

Muitos que não queriam a RESEX, quando viram o Projeto do INCRA, passaram a querer... Surgiram novas comunidades em função do

crescimento das famílias com os casamentos e pelo fato de muitas pessoas, ao verem os benefícios, sobretudo o das casas, terem voltado da cidade. (Sr. Mário Lúcio, ex-Coordenador Regional do CNPT, atual Superintendente Substituto do IBAMA/AM)

Há uma percepção também bastante presente entre as pessoas entrevistadas, tanto moradores das Reservas quanto agentes públicos envolvidos diretamente com elas de que o “projeto do INCRA”, diferente de outras iniciativas com dinheiro público, envolve a aplicação de verbas governamentais que chegam de fato até os beneficiários, os moradores da Resex.

O trabalho do INCRA é um trabalho que chegou na ponta. O que acontece com quase todos os programas do governo federal e do governo do estado quando se manda pra cá é que é gasto muito dinheiro aqui na cabeça, ou seja, aqui nas pessoas que ficam aqui em Carauari. O que chega nas comunidades é muito pouco. Estamos pensando em inverter estas coisas. Quando se pensa um programa, se pensa um monte de gente para ficar aqui na cidade, para fazer isso para fazer aquilo. Aqui sempre tem trabalho, mas quando chega na comunidade, a fatia é muito pequena. E o programa do INCRA, chegou lá na comunidade. (Sr. Ademar da Cruz, ex-agente do MEB/Carauari e atual coordenador de Populações Tradicionais do CEUC/SDS)

5.4.2.5. A casa do INCRA - “O lugar onde o mundo se inverte”

Por que o “projeto do INCRA” ganhou lugar de destaque nas falas e nas narrativas, seja dos moradores, seja dos agentes públicos envolvidos com a RESEX Médio Juruá e até mesmo com a RDS Uacari?

Nas viagens a RESEX, ou nos Seminários e reuniões de que participei, fosse em Carauari, fosse em Manaus, esta questão sempre me acompanhava. Seria preciso tentar pensar sobre o assunto para além daquilo que de pronto parecia aos ouvidos e olhos de quem vê o outro a partir de si mesmo e de suas próprias expectativas. Ainda mais, sendo servidora do INCRA, tão acostumada as críticas as arbitrariedades e equívocos das políticas do órgão em relação à Amazônia, procurava estabelecer uma postura de estranhamento ao que me estava sendo relatado.

Ao olhar o quadro de fotos (exposto acima) organizado pelo Prof. Castro para uma palestra, que traça uma espécie de linha evolutiva no perfil das moradias na RESEX, em especial na comunidade do Roque, poderia ficar tentada a simplificar a resposta a questão acima formulada com uma explicação estritamente técnica e

valorativa, como alerta Bourdieu (2002) ao analisar a casa cabile. Poderíamos afirmar que o destaque ao “projeto do INCRA” se deve à mudança evidente no padrão das moradias, que se tornaram mais dignas para os moradores da área, o que demonstrava a melhoria da qualidade de vida, um indicador qualitativo bastante em voga atualmente.

De fato, esta explicação seria uma simplificação. Um olhar mais atento permite ir um pouco além daquilo que de pronto a “realidade” parece evidenciar. A convivência com algumas famílias de moradores da RESEX, mesmo que por períodos esparsos de tempo ao longo de quatro anos de pesquisas, fez-me aos poucos perceber que a casa simbolizava muito mais que o lugar apenas da moradia. Olhar com mais cuidado o valor dado a construção das novas casas propiciada pelos créditos da reforma agrária, ou pelo “projeto do INCRA”, foi revelando o significado dado por aquelas pessoas ao seu “lugar” e ao lugar social por eles agora ocupado nas novas relações sociais conquistadas no médio Rio Juruá, vez que com a RESEX criada, definitivamente “o seringal”, como modo de produção e estilo de vida estava superado.

No tempo dos seringais, as casas eram construídas onde era permitido aos seringueiros pelos patrões, que se diziam proprietários da área. A maioria, feita de madeira (mulateiro) e coberta de palha (caranã), era erguida próximo aos locais de trabalho, as estradas de seringa, no centro da mata, nas chamadas colocações, muitas vezes bem distantes umas das outras. Os patrões tinham total autoridade sobre elas, podendo até mandar derrubar alguma caso lhe conviesse.

Na medida em que a economia da borracha foi declinando, e a atividade produtiva foi se diversificando, já que nem todos os bens necessários eram mais obtidos no barracão, que se tornara decadente e desprovido das coisas que eram aviadas aos seringueiros e suas famílias, os extrativistas foram construindo suas casas na beira dos rios. As casas foram ficando mais próximas umas às outras, para facilitar o acesso a bens de serviço comuns, como as escolas, e ao escoamento da produção que também agora dividia a centralidade da seringa com a agricultura, a pesca, a coleta de sementes como andiroba, copaíba e muru-muru e a extração de madeira. Além do fato de que as várzeas dos rios eram as áreas mais férteis para a atividade agrícola de culturas de ciclo curto, como o milho e o feijão. Aqueles que, mesmo nos períodos mais difíceis de produção da borracha, insistiam na atividade seringueira, mantinham uma casa no centro da mata e outra na beira do rio e viviam

sazonalmente entre uma e outra conforme os períodos das atividades produtivas. Normalmente, a extração da seringa se dava nos meses do verão, de maio a outubro, quando se mudavam para o centro da mata. Ainda hoje, na RESEX Médio Juruá, muitas famílias mantêm uma casa na várzea ou próxima à beira do rio ou do lago principal da comunidade e uma “cabana”, como eles chamam, no centro para a atividade extrativista.

De fato, estruturalmente, é possível estabelecer um par analítico bastante profícuo que opõe a casa ao mundo exterior (DaMatta, 1997), vez que estes termos não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas que se podem medir. São categorias sociológicas analíticas, que se configuram como entidades morais, esferas de ação social, e como tal seriam boas para pensar, ou nos termos de Geertz (1989) para quem a vida social pode ser lida como um texto, seriam boas para “ler o Brasil”. Heredia (1979) também revela por meio de um esquema semelhante, a partir de suas pesquisas entre camponeses da Zona da Mata açucareira na década de 1970, como é possível demonstrar a relação entre unidade de produção e unidade de consumo, por meio da oposição estrutural entre *casa* e *roçado*. Para a autora, a relação de oposição entre as duas esferas, que também é de complementaridade (cf. da Matta, 1997), não só organizava toda a experiência de vida das unidades familiares, como também as demais instâncias da sua vida cotidiana.

Em outra abordagem também estrutural, acerca da casa na Cabília, Bourdieu (2002) percebe que por meio da organização interna da casa, revela-se o modo como as pessoas organizam as suas relações sociais. A organização espacial da casa, com a definição dos lugares das mulheres e dos homens, assim como a associação ritual dos diferentes lugares da casa com ciclos biológicos como fecundidade, fertilidade, lugar dos animais, aquilo que é da natureza, em oposição aos lugares de cozinhar e do tear, lugar de receber as visitas, aquilo que é da cultura, revelam também a oposição entre homens e mulheres e entre a vida privada e a vida pública.

Antes, o par analítico composto pela relação entre a “casa do seringueiro” e pelo “barracão” revelava, como nas análises anteriores o modo como estava estruturada a sociedade no Médio Rio Juruá baseada numa relação de dominação com suas ambiguidades, algumas vezes conflituosa e outras vezes complementar entre “seringueiro e patrão”, dentro do modo de produção do seringal e da relação

econômica do aviamento (Mauro Almeida, 1992, Pantoja Franco, 2001; Cunha e Almeida, 2002; Allegretti, 2002).

Com a criação da Reserva, a articulação entre outros dois pólos recoloca as possibilidades de análise estrutural da nova realidade. No novo contexto, o par analítico passa a estar estruturado a partir da relação também ambígua e, por vezes, também contraditória, e outras vezes complementar entre “seringueiro” e “Estado” (especialmente na pessoa jurídica do IBAMA, gestor da Reserva). Porém, a insistência em tornar as casas construídas com os recursos dos créditos da reforma agrária, conhecidas como as “casas do INCRA”, ou o “projeto do INCRA”, como nos havíamos referido anteriormente, parece indicar uma tentativa de estabelecer uma ligação entre os dois pólos por meio de alguns deslocamentos.

O primeiro deles vem ao encontro de motivação teórica já exposta no capítulo 4, a partir de Geertz (1991), de que o Estado no médio Juruá não é uma entidade monolítica e supra-social, que sempre atua ao lado daqueles que ocupam o poder. Uma espécie de equação universal dominador-dominado. O Estado se realiza enquanto instituição na dinâmica das relações locais, ora com uma face de “patrão”, ora com uma face “aliada”, ora com uma face “ambiental”, conforme demonstrado no capítulo anterior, e com outras faces mais que por ora não iremos explorar. Todas elas se configurando como diferentes dimensões desse Estado. Porém, a questão que nos chama atenção aqui está relacionada a um segundo deslocamento, o das possibilidades que se colocam pelos diferentes significados que são atribuídos pelos seringueiros, extrativistas, pequenos produtores, moradores da RESEX, a este Estado e suas políticas nos diferentes contextos.

Se a equação “patrão” – “seringueiro” no modelo do seringal foi substituída pela equação “Estado” – “seringueiro” no modelo RESEX, a “casa do INCRA”, subverte os termos da equação a partir do significado a ela atribuído, ao mesmo tempo em que estabelece uma nova ligação “seringueiro” – “Estado”. Se de fato procede a equação estrutural, em termos simbólicos, o termo “seringueiro” é deslocado de segundo para primeiro pólo da equação. Isso porque em termos simbólicos, a RESEX é um modelo de território reivindicado pelos seringueiros a partir de suas territorialidades específicas: casa, colocação, estradas de seringa, mata, roça, rio. Logo, neste modelo, não é mais o Estado quem define, onde, quando e como as atividades produtivas podem acontecer e como e onde as casas

podem ser construídas. Esta definição se dá prioritariamente a partir dos seringueiros, suas comunidades e suas organizações. O Estado apenas a legitima.

Desse modo, a “casa do INCRA”, mesmo sendo fruto de uma política pública e como tal, de uma ação do Estado, configura-se como a materialização das conquistas dos seringueiros e extrativistas. Embora os recursos da reforma agrária tenham sido negociados por agentes públicos e instâncias do Estado, IBAMA e INCRA, a aplicação dos créditos e o controle dos recursos são feitos diretamente junto a Associação que representa os seringueiros e extrativistas, que no caso da RESEX do Médio Juruá é a ASPROC.

O valor simbólico, propriamente dito, advém do fato de que a casa do camponês, juntamente com a sua área de produção, o roçado (Heredia, 1979), é o lugar privilegiado da reprodução do seu modo de vida, da hierarquia familiar, da herança deixada aos filhos, e que no caso dos extrativistas é o conjunto casa-floresta. Ao expressar em seus discursos que sua casa (re)construída pelos créditos do INCRA foi o que de mais significativo aconteceu na RESEX desde a sua criação, nos induz a tomar esta “casa”, espaço físico onde o espaço social se retraduz (Bourdieu, 1997) como o símbolo do novo momento nas relações na região, o símbolo da subversão estrutural das relações historicamente colocadas.

Por meio da valorização da nova casa, os extrativistas estão proclamando a hegemonia do seu modo de vida num modelo diferenciado de relação com a floresta e com os agentes públicos. Estes, por sua vez, ao valorizarem também em suas falas o “projeto do INCRA”, reconhecem as conquistas dos extrativistas e se percebem como estado de modo também diferenciado. A “casa do INCRA”, enquanto espaço social reificado em espaço físico (Bourdieu, 1997), torna-se assim mediadora dos modos de percepção e apropriação das novas relações e da realidade que agora se configura por meio da RESEX, recolocando a equação “seringueiro” – “Estado” em outras bases. Ao ser evocada nos discursos como a principal melhoria da RESEX, a “casa do INCRA”, por meio de sua existência material a princípio, e pelo significado a ela atribuído pelas falas, permite a percepção da “inversão do mundo” (Bourdieu, 2002), ressignificando o espaço social. A casa possui um significado simbólico que sinaliza para a situação atual dos seringueiros e anuncia o seu futuro na região.

5.4.2.6. Um olhar sobre as normas para concessão de créditos aos beneficiários da reforma agrária

Desde a promulgação do Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e mais especificamente a partir da sua regulamentação com o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, a política nacional de reforma agrária previa a concessão de “créditos-implantação” para assegurar aos chamados “parceiros” dos projetos de assentamentos e colonização meios de subsistência e instrumentos necessários para iniciar as atividades agrícolas em suas parcelas.

As diretrizes da concessão, alteradas por uma série de Instruções Normativas e Normas de Execução, ao longo de mais de 30 anos, estavam conceitualmente vinculadas a uma idéia de reforma agrária (ABRA, 1995 Martins, 2000) que tinha por base o projeto desenvolvimentista do Brasil como nação.

Estabeleceu-se aí a primeira dificuldade para levar os créditos as famílias de extrativistas reconhecidas pelo INCRA: a inexistência de normas específicas para a aplicação dos recursos para grupos familiares com outros modos de organização social no uso da terra, outros modos de exploração de recursos naturais, outros processos produtivos que não apenas agropecuário. Embora o INCRA já tivesse acumulado alguma experiência com os projetos agroextrativistas, muito pouco de fato havia sido investido nestes empreendimentos. O aprendizado estava apenas começando e todos os desafios a ele inerentes também. Conforme tratamos anteriormente, o incremento no número de Projetos de Assentamento Extrativistas – PAEs, e dos investimentos nesses projetos, se deu a partir do reconhecimento das famílias da RESEX Médio Juruá, em 1999, e não o contrário.

No início do processo de reconhecimento, a primeira dificuldade encontrava-se no cadastramento das famílias a serem beneficiadas. O limite de atuação do INCRA ficava restrito ao perímetro arbitrado para a RESEX. O fato é que este perímetro, traçado por meio de uma linha imaginária e com critérios definidos fora do “lugar”, não permitiam o reconhecimento das famílias que mesmo fora da linha demarcatória, estavam diretamente vinculadas a área por laços de parentesco e pelo uso dos recursos¹²⁹. Como levar benefícios como crédito alimentação para uma cesta básica, fomento para alguns implementos, como: tacho para casa de farinha, motor rabeta, redes e mosquiteiros para algumas famílias e não levar para as

¹²⁹ No capítulo 3, discutimos com mais detalhes a definição dos limites da RESEX e as implicações dessa definição para a exclusão de muitas famílias que só em 2005 foram beneficiadas pela criação da RDS Uacari.

outras? Que critérios estariam operando que beneficiavam apenas alguns se o vínculo com a tradição era o mesmo para todos?

Vale lembrar, que a evocação aqui a tradição aliada a direitos territoriais, e todos os benefícios a eles associados, não remete necessariamente a um passado conforme tratado no capítulo 2. A tradição aqui está associada a uma atitude estratégica que molda a unidade de mobilização, neste caso, a de “seringueiro” que assim deve ser “reconhecido” pelo programa de reforma agrária. Embora a RESEX tenha sido uma vitória de uma luta por eles conduzida, a forma arbitrária pela qual seus limites foram estabelecidos ficou longe de resolver os problemas territoriais de todos, vez que muitas famílias ficaram excluídas da área decretada em 1997.

A primeira equipe do INCRA que fez o cadastramento em campo, preocupada em contemplar o maior número de famílias possível, demonstrou sensibilidade para a realidade local, e incorporou entre os candidatos aos recursos financeiros a maioria dos moradores da RESEX que estavam associados à ASPROC, a interlocutora e parceira na execução do recurso, e que manifestavam interesse em participar do “Projeto do INCRA”, mesmo que estivessem na outra margem do Rio. Assim, cerca de 80 dessas famílias que estavam fora do perímetro da RESEX, foram incluídas entre os primeiros beneficiários, recebendo parte do Crédito Instalação. De acordo com o relato da técnica do INCRA atualmente responsável pela aplicação do Crédito no médio Juruá, tanto na RESEX quanto na RDS:

No início, 1999, foram cadastradas 280 famílias por alguns servidores do INCRA. Para todas foram pagos R\$ 700,00 de Crédito Apoio à Instalação. Depois foram liberados mais R\$ 700,00 de complementação por demanda dos movimentos sociais. Nessa altura já havia sido liberado o Crédito Habitação no valor de R\$ 1800,00/família um pouco antes da complementação. Por ocasião da aplicação do Crédito Habitação, foi feita uma viagem para a coleta de assinaturas dos contratos para a liberação dos recursos, foi quando a equipe do Crédito detectou que 80 das famílias já beneficiadas com o Apoio não estava no perímetro da RESEX. Para estas famílias, não foi pago mais nada. O Chefe do setor de cadastramento fez uma justificativa à época abordando as particularidades de uma área extrativista com fortes vínculos na tradição, mas esta não foi aceita por Brasília.

Estas 80 famílias só passaram a ter direito ao Crédito Habitação a partir da criação da RDS Uacari, dentro da qual quase todas estão inseridas, só que como elas constam no SIPRA como cadastradas na RESEX, é preciso que seja realizado

trabalho de transferência dessas famílias do banco de dados da RESEX para o banco de dados referente à RDS. Segundo a equipe que opera com os créditos da reforma agrária, embora dê a impressão de que este trabalho possa ser realizado apenas no escritório com uma solicitação a Brasília para que sejam feitas as alterações no SIPRA, é preciso que esta solicitação seja precedida de trabalho de campo para confirmar se todos ainda estão vivos e moram na RDS. Este seria um dos objetivos da viagem desta equipe junho de 2009 para a qual fui convidada.

Naquele ano (1999), a principal limitação estava no fato dos chefes de muitas famílias não possuírem documentos pessoais, tais como carteira de identidade registro geral (RG) e nem cadastro de pessoa física (CPF), documentos obrigatórios para que estas famílias passassem a fazer parte do Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA¹³⁰, exigência da norma vigente. Muitas famílias sequer possuíam registro de nascimento de seus membros. Até bem pouco tempo no médio Rio Juruá, o único registro das pessoas eram as informações da Igreja Católica acerca dos batizados e dos casamentos por ela realizados.

Além da falta de documentos pessoais que fez com que o INCRA realizasse várias “operações-documento” em parceria com a Prefeitura e o Fórum Municipal para que as pessoas pudessem regularizar sua situação jurídica, outra dificuldade enfrentada pelas equipes em campo eram os formulários padrão que deveriam ser preenchidos e que serviriam para alimentar o SIPRA. Vários funcionários do INCRA que estiveram e ainda estão envolvidos com este trabalho, relataram em conversas e durante as viagens em que os acompanhei, que desde o “Formulário de Identificação, Classificação e Perfil Socioeconômico de Candidatos a Projetos de Assentamento em Áreas de Reforma Agrária”, da Norma da Secretaria de Assentamento e Colonização (SEASC) do MIRAD, o primeiro a ser utilizado no cadastramento das famílias a serem reconhecidas, até o atual formulário do SIPRA, era preciso fazer adaptações tanto nas perguntas quanto nos modos de preencher os campos dos referidos formulários. Eles não previam a realidade extrativista e não há ainda um formulário específico nem um módulo específico do SIPRA para acolher as informações das famílias reconhecidas de áreas de reservas.

¹³⁰ Banco de dados que congrega todas as informações acerca da execução da reforma agrária no Brasil. É alimentado pelos servidores e técnicos do INCRA por meios dos dados colhidos em campo e nos relatórios técnicos. Desde o início do seu funcionamento, sempre apresentou inúmeros problemas na confiabilidade dos dados que o sistema produz através de relatórios que são emitidos em função, segundo seus gestores, de problemas na alimentação do banco.

Alimentado o sistema, o problema seguinte a ser equacionado seria em relação ao processo de seleção das famílias a serem beneficiadas. Nos procedimentos convencionais do programa nacional de reforma agrária, nem todas as famílias cadastradas estão aptas a serem assentadas, ou nos casos das terras desapropriadas para fins de reforma agrária, nem sempre a área a ser destinada ao projeto de assentamento comporta todas as famílias que se candidataram, sendo necessário fazer hierarquia das que são mais necessitadas e se enquadram melhor no perfil que a legislação estabelece¹³¹. Se nesses projetos de assentamento convencionais o processo de seleção já é bastante criticado, imaginemos o tamanho do problema em se tratando de áreas com populações tradicionais, que não foram levadas para lá após a criação do assentamento. Se as normas de concessão de crédito são únicas para todos os projetos, inclusive para as áreas reconhecidas, pelo menos a porta de entrada no programa deveria ter procedimento específico com formulário específico e diferenciado que acolhesse os futuros beneficiários que, por princípio, já estão selecionados.

O passo seguinte é a emissão da Relação de Beneficiários (RB) pelo SIPRA, listando as famílias que fariam parte do programa de reforma agrária e que estariam aptas a receberem os créditos. Um avanço no processo normativo para a concessão do crédito em relação às organizações sociais ocorreu no mesmo ano que a RESEX do Médio Juruá foi criada, a Instrução Normativa/ INCRA/ nº 19, de setembro de 1997 que ao revogar a Instrução Normativa/ INCRA/ nº 44, tornava obrigatória a aplicação dos recursos para aquisição de alimentação e do fomento se desse de modo coletivo. Ainda o crédito para a aquisição de materiais de construção era facultada a concessão individual. O crédito habitação, para aquisição de materiais de construção, só viria também a se tornar obrigatoriamente coletivo por meio da Instrução Normativa/INCRA/nº 34, de 1999, ano em que o INCRA inicia o processo de reconhecimento da RESEX do Médio Juruá.

Se a obrigatoriedade de aplicação coletiva dos “créditos de apoio à instalação” (Alimentação, Fomento e Habitação), que se configurou como vitória dos movimentos sociais em relação à má aplicação dos recursos públicos, para as RESEX's foi o que de fato possibilitou o reconhecimento das famílias como

¹³¹ O processo para seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária é regido pelas seguintes Leis: Código Civil Brasileiro, Lei nº4504/64 (Estatuto da Terra); Decreto nº 59.428/66; Lei nº 8.629/93 e executado pelo INCRA por meio da Norma de Execução INCRA/nº45/2005.

beneficiárias do programa de reforma agrária. Só a aplicação coletiva seria viável nessas áreas em função das distâncias, das dificuldades de acesso aos bens de consumo e, sobretudo, em função do seu modo de vida e organização em comunidades.

Inúmeras vezes, os recursos dos créditos aplicados nos assentamentos convencionais, de modo individual, foram alvo de denúncias em função do fato das pessoas receberem em espécie e, face as necessidades imediatas, realizarem despesas não previstas nas finalidades as quais o recurso se destinava. Outra questão que foi, por muito tempo, alvo de graves problemas, foi a inexistência em municípios do interior, e em especial na Amazônia, de agências de bancos públicos. Nestes casos, os funcionários do INCRA manipulavam os recursos em espécie por meio de suprimento de fundos. Além de em alguns casos, correrem risco de vida por carregarem vultosas quantias em dinheiro. Segundo foi relatado, alguns funcionários se viram envolvidos em escândalos de desvios de recursos públicos, que culminaram demissões e até em prisões. A IN nº 34/99, também equacionou este problema impedindo que o funcionário do INCRA manuseasse os recursos destinados ao crédito instalação, que passaram a ser aplicados através do Banco do Brasil, sendo o pagamento dos materiais realizado diretamente ao fornecedor por meio de cheque nominal da associação ou representação dos assentados que estivesse conveniada com o INCRA.

A Instrução Normativa nº34/99 foi seguida de várias normas de execução que iam atualizando os valores dos créditos conforme as flutuações econômicas. Apenas em 2004, já no atual governo, a IN/INCRA/nº15, revogou a IN nº34/99 e incluiu textualmente os projetos reconhecidos entre suas atribuições não mais apenas como um apêndice ou uma invenção a partir de demandas localizadas ou regionalizadas.

Em dezembro de 2008, novos direitos territoriais de movimentos sociais organizados são legitimados pelo INCRA na Instrução Normativa/INCRA/ nº 50, pela qual além dos benefícios creditícios serem oficialmente estendidos às famílias reconhecidas, foram também criadas linhas de crédito específicas que reconhecem direitos de segmentos sociais diferenciados. Nessa Instrução Normativa, regulamentada pela Norma de Execução/INCRA/nº 79, de 26 dezembro de 2008, estabeleceu-se a modalidade “Apoio Mulher”. Tal modalidade reconhece e assegura os direitos de mulheres que chefiam famílias, e que são titulares do seu lote, no caso

dos assentamentos convencionais, desde que estejam organizadas em associações, facultando-lhes um crédito no valor de R\$2.400,00, destinados ao desenvolvimento de atividades econômicas, em projetos de caráter associativo ou coletivo executado por grupos produtivos de mulheres.

Também na Instrução Normativa nº 50/08, criou-se uma linha de crédito específica para a região do semi-árido brasileiro, visando atender necessidades hídricas das famílias. Tal modalidade se destina a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água. Outra inovação desta Instrução Normativa, que passa a reconhecer direitos específicos, é a possibilidade de concessão de uma modalidade de crédito “Adicional Fomento”. Nesta modalidade, além do recurso poder ser usado como fomento a mais para a atividade produtiva, prevê o apoio a implantação e manejo de tecnologias para enriquecimento da caatinga e mais especificamente em relação à Amazônia, prevê o apoio à elaboração e implementação de planos de manejo florestal, bem como atividades agroextrativistas.

Recentemente, em julho de 2009, a Instrução Normativa nº 50/08, foi revogada pela IN/INCRA/nº 54, que além de manter as modalidades de crédito específicas conquistadas e expressas na Instrução Normativa anterior, inova com o “Crédito Ambiental”. Tal modalidade se destina a financiar o plantio de árvores e a realização dos tratos culturais, durante dois anos, a partir da instalação de sistema agroflorestal – SAF, necessário à restauração ambiental da área de reserva legal dos assentamentos.

5.4.3. A reforma agrária “chega na ponta”

Ainda no primeiro semestre de 2009, convidada pela equipe do Crédito do INCRA, composta apenas por mulheres, para acompanhá-las numa viagem a campo para operação de aplicação do crédito. Já estava bastante envolvida com a escrita da tese e a análise do vasto material que já havia recolhido anteriormente e começava a me preocupar com os prazos para a finalização do meu trabalho. Mesmo assim, conversando com a orientadora, decidi aceitar o convite porque seria uma oportunidade única de acompanhar as ações do processo de aplicação do crédito.

A viagem foi agendada para maio e com os atrasos sempre previsíveis dos trabalhos de campo na Amazônia, acabou ocorrendo em junho. 2009, foi um ano de chuvas intensas, acarretando a maior enchente nos rios do estado em toda a história recente.

Além dos adiamentos decorrentes dos fenômenos climáticos, ainda tínhamos que enfrentar o do fechamento temporário do aeroporto de Carauari pela ANAC – Agência Nacional de Aviação, por estar totalmente fora dos padrões especificados para acolher aeronaves de grande porte, além da pista principal totalmente situada dentro da cidade. Com a reabertura provisória do aeroporto, não havia mais disponibilidade de empresas aéreas que fizessem vôos regulares para o município o que nos levou a fazer uma viagem de táxi aéreo. Era isso ou chegar ao município numa viagem de uma semana de barco subindo o Rio Juruá, onde o tempo de estar trabalhando na RESEX e na RDS, seria gasto com o deslocamento de Manaus até o município de Carauari. Enfrentamos o “aviãozinho” e chegamos à sede do município.

5.4.3.1. Chegando a Carauari e a reunião com a Vice-Prefeita

Chegamos a Carauari num sábado pela manhã. Logo no aeroporto, nos deparamos com grande recepção para duas missionárias da Igreja Adventista em que a atual Vice-Prefeita, Suzy que estava lá para recepcioná-las. Suzy, antes agente do MEB, depois gestora da RDS Uacari, trabalhando pela SDS, havia sido eleita no último pleito na chapa do Prefeito Chico Costa, numa coligação da qual o Partido dos Trabalhadores (PT) de Suzy era parte.

Ficou acertada, ali mesmo, uma reunião para as 18h daquele dia na Prefeitura com a presença da vice-Prefeita, das lideranças das organizações, do Vereador Raimundo Cunha, primo do Manoel Cunha, também eleito no último pleito pelo PT, das funcionárias do INCRA e eu (como convidada), para acertarmos os detalhes da viagem ao Rio que deveria iniciar no dia seguinte.

Chegamos à Prefeitura no horário combinado e logo percebi que o município estava entrando em um momento diferente com a nova administração, já que pela primeira vez, desde que iniciei as pesquisas na região, estávamos nos reunindo com lideranças, num gabinete da Prefeitura, num sábado à noite. Era evidente o apoio institucional mais efetivo da Prefeitura as organizações sociais do município.



Figuras 115-116: Reunião com lideranças na sede da Prefeitura, jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

A vice-Prefeita iniciou a reunião saudando os presentes: Manoelzinho (CNS), Élcio (ASPROC), Flávio (AMARU), Vereador Raimundo Cunha, Augusta e Dora (INCRA) e eu (pesquisadora e funcionária do INCRA licenciada). Em seguida, colocou a Prefeitura à disposição para que a viagem fosse bem sucedida e o pleito das organizações e dos moradores das reservas atendido.

Em termos de infra-estrutura para a viagem pelo Rio, ficou acertado que a AMARU entraria com o barco, uma voadeira, com motor 40HP, bem novo da associação da RDS Uacari, adquirida com recursos da Fundação Amazonas Sustentável e do Bradesco. O INCRA cobriria despesas com o combustível, a Prefeitura disponibilizaria um piloto para o barco que também seria um técnico que daria apoio à elaboração dos laudos de vistoria das casas, bem de acordo com a multifuncionalidade dos funcionários do estado que atuam no interior da Amazônia.

Flávio (AMARU) sugeriu que se analisasse a pauta encaminhada à direção do INCRA para os trabalhos que seriam nas reservas do Médio Rio Juruá. O primeiro ponto levantado foi a liberação do Crédito Recuperação para as primeiras casas beneficiadas na RESEX. Nesse ponto, a equipe do INCRA interveio e fez alguns esclarecimentos em relação às normas do INCRA de concessão de crédito, especialmente a mais recente que havia sido editada em dezembro de 2008.

5.4.3.2. Uma discussão acerca do ressarcimento dos créditos

Desde que começou a aplicação do crédito em reservas, não havia muita clareza de como seria o ressarcimento ao erário, já que o que estava sendo disponibilizado eram financiamentos e não doações a fundo perdido. Porém, havia

uma peculiaridade em relação às reservas, que seria no tocante a esta forma de cobrança. Desde as primeiras Instruções Normativas de aplicação do Crédito Instalação, tanto pela SEASC/MIRAD, quanto posteriormente já operacionalizado pelo INCRA, o ressarcimento era previsto em parcelas por ocasião do pagamento do Título Definitivo da terra onde a família estava assentada. Como as reservas não são loteadas nem individualmente tituladas, as famílias receberão apenas uma concessão de uso transferível a seus filhos e descendentes. Então, de que forma deveria tal financiamento ser cobrado?

A própria concessão de uso ainda é uma incógnita, especialmente no caso das RESEX's para as quais a legislação prevê a obrigatoriedade da desapropriação dos títulos definitivos de particulares incidentes na área. Problema que na RESEX Médio Juruá e na maioria das RESEX's brasileiras ainda não foi enfrentado pelo órgão gestor competente, antes IBAMA e atualmente Instituto Chico Mendes. A própria parceria entre INCRA e IBAMA para este fim não foi levada adiante em termos concretos, seja por falta de recursos específicos para esta ação, seja pela temática não figurar entre as prioridades das metas que são estabelecidas anualmente para os dois órgãos.

Desse modo, a questão ficou meio intocada na aplicação dos créditos nas reservas. Falava-se até em um tratamento específico para estas áreas, com parte dos recursos concedidos sendo a fundo perdido. Como tal possibilidade não tem amparo legal, já que seria um tratamento diferenciado com relação aos demais assentados dos projetos de reforma agrária, não foi adiante.

A falta de clareza em relação aos rumos do programa nos processos de reconhecimento de famílias das reservas e a inexistência de uma norma específica para reger a aplicação de créditos em áreas de reservas reconhecidas, levou a omissão do ressarcimento do debate, especialmente junto aos beneficiários cuja maioria pensa estar recebendo uma doação do governo ao invés de um empréstimo em condições especiais, diferente daquelas que regem o mercado.

A Norma de Execução/INCRA/Nº 79, de 26 de dezembro de 2008, que estabelecia o fluxo operacional para a concessão de créditos a partir das diretrizes da IN/Nº50/08, revogada pela IN/Nº54/09, tornou-se bem mais explícita tanto em relação à exigência das concessões de uso como pré-requisito para a obtenção dos créditos, como em relação às regras contratuais, especialmente no tocante ao ressarcimento dos financiamentos. Segundo a referida norma, os recursos do

Crédito Instalação teriam prazo de financiamento de vinte anos, com uma carência de três anos para o início do pagamento. Cita também expressamente que os pagamentos serão efetuados em dezessete prestações anuais e sucessivas, a partir do mês e ano do término da carência.

A referência à nova norma causou uma certa preocupação entre as lideranças das comunidades presentes à reunião e ficou acertado que em relação ao Crédito Recuperação das Habitações para as primeiras casas financiadas na RESEX, que estava sendo pleiteado, deveria haver esclarecimento explícito às famílias de que o referido recurso não era uma doação e sim um financiamento, que embora ainda não possuísse regras explícitas acerca dos procedimentos da cobrança, mais cedo ou mais tarde, ela aconteceria.

Ainda observando as diretrizes da norma nº79/08, a equipe do INCRA alertou que para o recebimento dos Créditos Recuperação das Habitações há a exigência de que os laudos das casas que indicassem a necessidade dos recursos deveriam ser assinados por profissional habilitado do INCRA ou de algum de algum órgão ou Instituição que estabeleça com o INCRA um Termo de Cooperação Técnica. Como um dos pontos reivindicados para este trabalho era a elaboração de tais laudos elaborados por um técnico da Prefeitura, foi alertada a Prefeita da necessidade de se firmar o Acordo de Cooperação com o INCRA. Tal Acordo, caso fosse firmado, evidenciaria outra face do Estado na região.

Ainda em relação ao escopo da viagem e liberação de créditos, o coordenador local do CNS indagou a equipe do INCRA acerca da liberação do montante relativo aos juros da aplicação do crédito no ano de 2001, que ainda se encontrava bloqueado no Banco do Brasil. Já há algum tempo a Associação havia proposto ao INCRA, com a aprovação dos seus membros comprovada em uma ata assinada, que o recurso fosse liberado para a aquisição de um carro para transportar a mercadoria do porto até a “Casa da Farinha”, sede da ASPROC na cidade onde é feita a comercialização dos produtos trazidos do Rio. A equipe do INCRA confirmou haver o recurso, mas não soube explicar o porquê da não liberação. Este assunto ficou de ser encaminhado junto à direção do INCRA em Manaus.

A equipe do INCRA também lembrou que estava entre os pontos da pauta dos movimentos sociais, apresentada ao INCRA, a transferência das cerca de 80 famílias da RESEX para a RDS, para que estas pudessem ter acesso ao crédito

Habitação assim como as demais. Esta também seria uma das prioridades da viagem. As famílias, segundo documento constante no processo de criação da RDS Uacari, são das comunidades do Bauana, Santo Antônio do Brito, Barreira do Idó, Paraíso, Morro Alto, Boa Vista, São Francisco, Pau Furado (agora denominada Monte Carmelo), Volta do Toari, Urubu Cachoeira, Itanga, Xibauá e Bom Jesus.

5.4.3.3. O início da viagem ao Rio Juruá – Chegando na comunidade do Roque

Apesar de termos planejado sair cedo, acabamos saindo do sacado¹³² de Carauari por volta das 13 horas. Após quatro horas de viagem num motor de 40HP, entramos na RESEX do Médio Juruá. Pelo adiantado da hora, resolvemos dormir na comunidade do Roque, onde chegamos por volta das 19h.



Figuras 117-119: Subindo o Rio Juruá: Lucileno (técnico da Prefeitura e piloto do barco), Augusta (técnica do INCRA), Kátia, jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

Logo na beira, fomos recebidos pelo novo Presidente da Comunidade, Sr. José Pinto de Souza, que substituiu o Sr. Bastos. Também a Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá – CODAEMJ – tem um novo presidente, Sr. Francisco de Souza Feitosa.



Figuras 120-121: Chegando no Roque ao anoitecer, jun/2009. Fotos: Kátia Schweickardt

¹³² Segundo Cameron (1999: 105), como o Juruá é um dos mais sinuosos rios da bacia amazônica, por questões naturais, formam-se por vezes grandes lagos recuados denominados *sacados*.



Figura 122: Porto do Roque: da esquerda para a direita, Augusta (INCRA), Sr. Bastos, Kátia, Sr. Zé do Pinto (atual presidente da comunidade do Roque), jun/2009.

Foto: Kátia Schweickardt

Para nos hospedarmos no “alojamento da Universidade”, assim chamado embora hoje já seja um patrimônio da comunidade doado pelo Projeto dos Óleos Vegetais do Prof. Castro, precisamos pedir autorização a um pesquisador inglês que estava lá hospedado, acompanhado do motorista e esposa. O casal de Carauari estava trabalhando para ele, ajudando na comunicação, no transporte e na coleta de material. Fomos informados que o pesquisador era um biólogo, ligado ao grupo do professor Carlos Peres, da Universidade de São Paulo. Como ele havia chegado antes e estava ocupando dois dos três quartos que existem no alojamento, foi preciso fazer um acordo¹³³. Já instalados num quarto sem banheiro próprio que nos foi destinado pela equipe do pesquisador, jantamos à luz de lanterna, uma costela

¹³³ Várias vezes ao longo da pesquisa, deparei-me com pesquisadores estrangeiros, quase sempre biólogos, que faziam coletas e observação de animais ao longo do Rio. Sempre me causou uma certa estranheza ver suas boas condições de pesquisa e o modo como se relacionavam com as comunidades, que por percebê-los como “gringos” e “com dinheiro”, mesmo sem entender bem o que faziam. Uma vez perguntei a uma senhora da comunidade do Bauana onde encontrei outro pesquisador “gringo”, em 2008, no alojamento da SDS, se ela sabia o que ele estava fazendo e ela me respondeu, que não sabia bem ao certo, só que ele estava “apanhando algumas folhas de palmeiras”, mas que devia ser bem importante porque ele era um “gringo” e estava há vários dias andando pelo Rio. Colaborar, como guia, ou “tradutor da floresta”, com pesquisadores “com dinheiro” é sempre visto como uma possibilidade de obter renda adicional, para os moradores o que é sempre visto com bom grado.

com farinha, que havíamos trazido já assada de Carauari. Após o banho, armamos nossas redes e fomos dormir.

Pela manhã, fui acompanhar Lucileno, nosso piloto e técnico da Prefeitura de Carauari, na elaboração dos laudos para a recuperação das casas do primeiro crédito habitação, concedido em 2002. A maioria das casas está em bom estado, mas não possuía banheiro. Segundo a orientação dada ao técnico pelo INCRA, a construção de banheiros nas casas vai ser a prioridade da recuperação. Como a comunidade está em terra firme, a idéia é construí-los em alvenaria. A comunidade solicitou que o material seja viabilizado para o próximo inverno (janeiro de 2010), quando é mais fácil o transporte do pelo rio.



Figuras 123-124: Primeiras casas construídas com o Projeto do INCRA na comunidade do Roque em 2002, jun/2009.

Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 124-125: Primeiras casas construídas co Projeto do INCRA na comunidade do Roque em 2002, jun/2009.

Fotos: Kátia Schweickardt

Ao mesmo tempo, a equipe do INCRA reuniu-se na frente do alojamento com os moradores da comunidade interessados em fazer novos cadastros para o “projeto do INCRA”. A maioria dos que compareceram eram jovens que haviam se casado

recentemente e começavam a constituir suas próprias famílias, estando interessados em construir suas próprias casas na comunidade.



Figuras 126-127: Reunião na frente do alojamento da comunidade do Roque, jun/2009.

Fotos: Kátia Schweickardt.

No dia seguinte, saímos do Roque após o almoço, por volta das 14 horas e subimos em direção à Barreira do Idó onde iríamos guardar um pouco da nossa gasolina, parte dos 500 lt que estávamos transportando em nosso bote junto com nossas mochilas. Como o bote estava muito pesado, para que cumpríssemos a viagem no cronograma proposto, precisávamos diminuir nossa carga. Nossas condições de segurança no bote eram mínimas. Não havia coletes salva-vidas e descansávamos as costas dos longos trechos de viagem encostadas nos tambores de gasolina e de óleo 2T, já que o bote não possuía nem assentos nem encosto. Só agora, refletindo sobre isso me dou conta do perigo que corríamos, situação que para os funcionários durante a viagem era normal, e para quem mora na beira do rio, é rotineira. Essa identidade entre os funcionários que fazem trabalho de campo no Rio Juruá e os moradores das Reservas revelavam uma face do Estado que nem sempre é percebida.

No caminho, como encontramos um batelão de pescadores, que estavam subindo e iriam para a comunidade da Barreira do Idó, passamos para eles 200 litros de nossa gasolina para que pudessemos acelerar a nossa viagem.

5.4.3.4. Chegando no Bauana

Como no ano anterior, nossa experiência na Base da SDS do Bauana não havia sido muito boa, com a presença de “gringos” e o alojamento meio

abandonado, resolvemos parar na comunidade mesmo e nos hospedarmos na casa de um morador.

Chegamos à comunidade do Bauana por volta das cinco e meia da tarde, depois de enfrentar uma forte chuva no rio. A comunidade que no ano anterior, quando passamos por lá, estava toda de mudança da beira do Rio Juruá para o Lago, em virtude da queda do barranco, agora já estava com as casas prontas. Estas casas haviam sido construídas com o apoio da Prefeitura, ainda na gestão do Prefeito Bruno Ramalho. São grandes e têm vários cômodos, mas não têm banheiros. Há banheiros, com sanitários e fossa apenas na escola.

Quem nos acolheu foi o vice-Presidente da AMARU, que mora com seus quatro filhos do primeiro casamento. Na casa, havia muitos quartos, era ampla, bem limpa e todos os filhos ajudavam no serviço doméstico, especialmente a única filha mulher. Na noite em que dormimos lá, ela ficou doente, com uma febre atribuída a um dente que havia arrancado. Desconfiamos também, de nossa presença na casa, três senhoras, mães, trouxeram a ela o problema da ausência da mãe, o que pode ter lhe causado um certo desconforto emocional.



Figura 128: Augusta (Chefe da equipe do INCRA ensinando o filho mais velho a passar café
Figura 129: irmão do meio preparava a rede de pesca para ir buscar “o almoço” (peixe)
Fotos: Kátia Schweickardt, jun/2009
Foto: Kátia Schweickardt

Os outros irmãos, dois meninos adolescentes e um terceiro com cerca de uns nove anos, estiveram sempre conosco, ajudando e conversando, principalmente sobre o descontentamento por sua família ter se “arrebentado”, como nos disse um o mais novo: “Éramos para ser a família que vive melhor por aqui, mas daí tudo se espatifou”. Todos estudam à noite na escola da comunidade, menos o mais velho que aguarda o início de uma nova turma de Ensino Médio com o equipamento (TV e

internet) que vai ser instalado sob a coordenação da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC.

Pela manhã, quando acordamos, a casa já estava cheia de lideranças, Sr. Gondim (AMARU), “Di Açúcar” (ex-presidente da comunidade) e o dono da casa que havia retornado do Remanso onde fora passar a noite. A equipe do INCRA conferiu com eles as famílias a serem transferidas da RESEX para a RDS. Alguns já haviam falecido, outros se mudaram para Carauari e uma foi para Codajás. Foi também feito cadastro de um rapaz que pretendia constituir uma nova família.

Saímos do Bauana no dia seguinte ainda pela manhã e seguimos subindo o Rio, por onde passamos pelas comunidades do Idó, Rio Velho, Deus é Pai e Nova União.



Figura 130: Comunidade Barreira do Idó, jun/2009



Figura 131: Comunidade Cantagalo, jun/2009



Figura 132: Comunidade Deus é Pai, jin/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Ao passar pela Barreira do Idó e pelo Cantagalo, observei que muitas casas eram de paxiúba cobertas de palha. Perguntei por que eles não haviam tido crédito do INCRA e fui informada que não queriam ser reconhecidos por serem pescadores e tiradores de quelônios. Não têm documentos e não querem trabalhar com extrativismo. A SDS tentou um trabalho com eles, mas segundo informaram eles gostam mesmo é de pescar. Como já podíamos prever, mesmo entre os moradores da RESEX existiram e existem aqueles que resistem ao movimento de organização dos extrativistas, as suas conquistas políticas e sociais por estarem ligados ainda por opção ou por necessidade a outras redes de articulação econômica. Esses dissidentes precisam ser melhor investigados, talvez num outro momento. Essa heterogeneidade revela a dinâmica do processo com suas inúmeras faces e contradições e o torna ainda mais vivo.

Fomos subindo passando por todas as comunidades abaixo listadas aonde íamos avisando que “de baixada” iríamos parando para fazer as vistorias nas casas, os cadastros das novas famílias e o encaminhamento em relação às transferências das famílias da RESEX para a RDS.

RESEX Médio Juruá (margem esquerda)	RDS Uacari (margem direita)
Manariã	
Boa Vista da RESEX	
	Santo Antônio do Brito
Morada Nova	
Liberdade	
Tabuleiro	
	Maracajá
	Morro Alto
	Samaumeira
	Boa Vista
	São Francisco
	Monte Carmelo
	Belo Monte
	Mandioca
	Xibauzinho
	Xibauá
	Boca do Xeruã

Enquanto íamos navegando, Lucileno Silva Nascimento, nosso piloto-técnico, que atualmente ocupa o cargo de Coordenador de Controle Ambiental na Prefeitura Municipal de Carauari, falava a respeito das perspectivas do extrativismo no médio Rio Juruá. Dizia que a expectativa é de que os extrativistas da região consigam vender 20 toneladas de sementes para a empresa Natura no ano de 2009. Todos

refletíamos que as políticas públicas, embora já tivessem avançado bastante no atendimento aos extrativistas e ribeirinhos ainda precisavam avançar mais em suas conexões. Era preciso de fato se investir e otimizar os recursos do Crédito para potencializar as diferentes cadeias produtivas dos produtos do extrativismo. Os óleos vegetais são uma delas, não a única. Os planos de manejo ainda estão no papel.

Na subida, próximo a hora do almoço fomos aportando na comunidade Morada Nova, ainda na RESEX, para pedirmos licença para cozinarmos nossa comida. Augusta, além de chefiar o trabalho, também chefiava a cozinha, fossem quais fossem as condições. Essa multifuncionalidade dos servidores do estado, especialmente numa região com as peculiaridades da Amazônia, está diretamente relacionada às possibilidades de execução do trabalhos de campo.



Figura 133: Comunidade Morada Nova, jun/2009



Figuras 134-135: Filha do S. Sandoval limpando o peixe para o almoço e almoço na casa do S. Sandoval
Fotos: Kátia Schweickardt, jun/2009

Finalmente, depois de quatro dias de viagem de subida, chegamos à última comunidade da RDS Uacari, a Boca do Xeruã, onde estivera no ano anterior por mais tempo.

5.4.3.5. No final da RDS Uacari – Comunidade da Boca do Xeruã

Chegamos por volta das nove horas da manhã na comunidade da Boca do Xeruã. Ali, finalmente encontrei S. Raimundo, marido de D. Isaura com quem havia conversado longamente na viagem anterior. A história dele e da comunidade foi abordada no capítulo 3.

Na Boca do Xeruã, por ser já quase no Alto Juruá, pudemos observar os efeitos da enchente e os prejuízos sofridos pelas comunidades com o abaixamento rápido das águas.



Figuras 136-137: Comunidade da Boca do Xeruã – RDS Uacari, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Ali no Xeruã, a equipe do INCRA fez alguns novos cadastros, mas as pessoas reclamavam muito da não liberação dos créditos Habitação já prometidos desde o ano anterior, apesar dos muitos elogios e da relação muito próxima com os técnicos que habitualmente realizam o trabalho no Rio Juruá.



Figuras 138-139: Equipe do INCRA cadastrando na Boca do Xeruã, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

A equipe explicou que com a alteração dos valores do crédito, na época no valor de R\$7.000,00, já depositados na conta da AMARU, alterados em dezembro de 2008, para R\$ 10.000,00, a equipe aguardava autorização superior para a realização do pagamento cujo valor já deveria ser complementado. De todo modo, os novos cadastros foram feitos. Os funcionários do estado, em campo, se deparavam com várias cobranças em função das informações veiculadas pela imprensa, como as alterações de valores dos recursos para o Crédito Habitação. Para a execução do novo valor, era preciso a liberação efetiva do recurso e o estabelecimento de novas normas, o que não ocorre de imediato. O que tranquilizava os moradores e os ajudava a compreender a burocracia do sistema, era a relação de confiança que vários já haviam estabelecido com alguns funcionários. O poder do Estado, manifestado por certas relações de confiança e amizade estabelecida entre moradores das reservas e funcionários dos órgãos, revelava uma face do Estado nem sempre evidente.

Almoçamos no Xeruã um ensopado de nambu, que D. Isaura havia nos preparado. É uma ave cujo sabor é parecido com galinha, porém um pouco mais forte. Depois do almoço, nos despedimos e voltamos a baixar o Rio.

Às 13h estávamos no Xibauzinho para que o Sr. Andrade assinasse o seu contrato de crédito, como havíamos avisado no dia anterior e de lá seguimos para o Xibauá. No caminho, paramos rapidamente no Mandioca para saber se havia pessoas para serem cadastradas entre aqueles que não haviam se mudado para a comunidade do São Raimundo.



Figura 140: Comunidade do Mandioca, jun/2009 Fonte: Kátia Schweickardt

5.4.3.6. Comunidade do Xibauá/ RDS-Uacari

Chegamos a Xibauá por volta das 16 horas. Algumas pessoas cadastradas no ano anterior, assinaram contratos de crédito Apoio à Instalação. Foi uma surpresa, porque no ano anterior, havíamos passado alguns dias em Xibauá e a recepção havia sido maravilhosa. O lugar é lindo, e havíamos sido muito bem recebidos na casa do líder da comunidade, Ribusco. Dessa vez, entretanto, com a equipe do Crédito, a recepção foi um tanto fria. O líder da comunidade estava insatisfeito porque não haviam chegado os contratos de Crédito Habitação, já que todos haviam assinado um documento concordando em receber apenas os R\$7.000,00 que já estavam depositados e não esperar pelos R\$10.000,00 que constam da norma desde dezembro de 2008.



Figuras 141-142: Comunidade Xibauá – RDS Uacari, jn/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

O Xibauá é uma das comunidades que faz parte do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais nas Unidades de Conservação Estaduais – PROBUC, coordenado pelo CEUC/SDS.

Mesmo não estando muito satisfeito com a visita, Ribusco permitiu que usássemos a varanda da casa de sua mãe, onde mora, para que a equipe realizasse o seu trabalho. Ele faz questão do crédito Habitação para construir sua casa própria porque ele diz que aquela casa onde mora, que é bem ampla, é da sua mãe. Mais uma vez, os servidores pediram paciência e se comprometeram a pedir celeridade junto aos seus superiores para a execução do crédito.



Figuras 143-144: Coleta de assinaturas na varanda do Sr. Ribusco – Xibauá/ RDS-Uacari , jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

Seguimos descendo o Rio Juruá, passamos pelas comunidades Urubu-Cachoeira, pela Volta do Atoari e pela Monte Carmelo (antes chamada Pau Furado). Paramos nas comunidades Boa Vista e São Francisco para avisar que iríamos estar ali no dia seguinte para a realização do trabalho. Como o Rio estava baixando depressa, para chegar até o trapiche principal das comunidades era preciso que fôssemos nos equilibrando com as mochilas por cima de paus roliços.



**Figura 145: Comunidade Boa Vista –
RDS Uacari, jun/2009
Foto Kátia Schweickardt**

5.4.3.7. Um pouso na Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari

Descemos mais um pouco e paramos para tomar banho, fazer o jantar e dormir na comunidade Caroçal, onde já havíamos passado alguns dias no ano anterior e onde possuíamos alguns laços de amizade, com uma família em especial a da D. Filó e do Sr. Valdeci. Como D. Filó não estava em casa, fomos recebidos por suas filhas que prontamente nos ajudaram com o jantar e com água para tomarmos um bom banho. Era uma quarta-feira à noite, dia de jogo de futebol (Grêmio e Cruzeiro) e os meninos estavam alvoroçados. Quase todos os meninos da comunidade acompanham o Campeonato Brasileiro e torcem para algum time, normalmente times do Rio de Janeiro ou de São Paulo. D. Filó, esposa do Sr. Valdeci não estava em casa. Tinha ido para Carauari com seu filho de criação, Vítor, para regularizar a sua Bolsa Família¹³⁴. S. Valdeci havia acabado de construir uma casa flutuante para servir de ponto de apoio para um pequeno comércio no Rio.

Depois do jantar, que comemos junto com a família e alguns vizinhos que vieram conversar, a equipe do INCRA coletou algumas assinaturas de novos contratos de crédito dos cadastros feitos no ano anterior.

¹³⁴ Programa do governo federal de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, segundo certos indicadores. Com certas condicionalidades, cada família beneficiada recebe uma quantia mensal em dinheiro visando assegurar uma alimentação adequada. (cf. <www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e>)



Figuras 146-147: Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari, jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 148-150: Comunidade do Caroçal/ RDS-Uacari, jun/2009



5.4.3.8. Entrando no Rio Anaxiqui

Pela manhã, ao acordarmos no Caroyal, subimos novamente no Boa Vista e depois no São Francisco (na casa das parentes da Francisquinha, uma funcionária do INCRA de Manaus). Deixamos nossos mantimentos com D. Francisca (esposa do S. Lourivaldo) para fazer nosso almoço. Eles ficaram felizes em almoçar conosco porque estávamos trazendo frango no isopor de gelo. Ficamos boquiabertos quando D. Francisca nos disse que estavam todos enjoados de comer tambaqui, peixe muito nobre e caro em Manaus e que é muito farto no lago atrás da comunidade. Ela sonhava que houvesse carne para comprarem. Com a enchente deste ano, haviam perdido toda a criação.

A água cobriu o assoalho das casas e agora estava abaixando com muita rapidez, e deixando a frente da comunidade com a aparência de um mangue, o que dificulta bastante o acesso às casas.



Figuras 151-154: Comunidade do São Francisco/ RDS-Uacari, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.9. A comunidade do São José no Rio Anaxiqui / RDS-Uacari

Do São Francisco, subimos o Rio Anaxiqui, afluente do Rio Juruá até a comunidade do São José. No caminho encontramos uma família descascando mandioca para colocá-la de molho para a fabricação da farinha. Eles também estavam listados entre os cadastrados para assinarem os contratos de crédito. Para não atrapalhar o trabalho deles, a equipe do INCRA coletou as assinaturas ali mesmo no barco. Encostamos o bote ao lado do deles e ali mesmo, o trabalho foi realizado. Uma criança correu ao avistar o nosso barco, com medo que fosse o barco da saúde que vacina as crianças. A maioria das crianças não gosta da chegada de barcos estranhos por este motivo. Ele só saiu do esconderijo quando nos viu indo embora. A presença do Estado, por meio de seus agentes, desperta diferentes sentimentos nos moradores: medo, expectativa, cobrança, dependendo de qual de suas partes se faz presente e das características de cada morador, se é uma liderança, se é velho ou se é criança, mulher, jovem, etc.



Figuras 155-156: Preparo da mandioca no igarapé do São José/RDS Uacari, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickrtd

Figuras 157-158: Família do igarapé do São José preparando a mandioca/ RDS-Uacari
Fotos: Kátia Schweickardt, jun/2009



Continuamos subindo o Rio Anaxiqui até a sede da comunidade do São José que fica no alto de um barranco. A equipe arrumou a caixa com os documentos de cadastro e contratos para coletas de assinaturas e subiu o barranco. No alto da comunidade, tentamos reuni-los todos na escola, mas esta estava fechada porque o professor estava fazendo um curso em Carauari. Ninguém na comunidade conseguiu abrir a escola. Desse modo, mais uma vez foi solicitada a uma família que cedesse a casa para que o trabalho fosse feito. Porém, antes da reunião, a equipe foi a casa de uma senhora para que ela assinasse ali o seu contrato que estava entre os da lista de cadastrados no ano anterior.

Quando retornamos do Anaxiqui, almoçamos na boca do Rio, na comunidade São Francisco, na casa da D. Francisca. Sr. Lorivaldo havia baixado para Carauari como muitas lideranças das comunidades tanto da RESEX quanto da RDS para uma grande Assembléia da ASPROC que iria acontecer no último final de semana de junho na cidade. Depois fomos para a comunidade Samaumeira para que algumas famílias assinassem os contratos e em seguida baixamos para a comunidade do Morro Alto, onde havia várias transferências e novos cadastros a serem feitos.



Foto 159-166: trabalho da equipe do INCRA na comunidade do São José / RDS-Uacari, jun/2009
 Fonte: Kátia Schweickardt

No Morro Alto, ligaram o motor da comunidade para assistir o jogo da seleção brasileira que havia começado às 15h30. Como os motores de luz funcionam com óleo diesel que é caro e quase não há disponível para comprar no Rio, as comunidades usualmente fazem funcionar os motores a partir das 19h para as aulas noturnas nas comunidades que possuem escola e para poderem assistir televisão. Na maioria das comunidades, quando chegávamos para jantar e dormir, as TVs estavam ligadas na Record, onde a preferência é a novela dos mutantes. Poucas são as famílias que gostam de assistir jornais ou as novelas da Rede Globo. Quando há um evento que todos julgam importante, como uma visita ilustre que irá realizar uma reunião, ou jogo da seleção brasileira de futebol, alguns cooperam com

um pouco de diesel de sua propriedade para fazer funcionar o motor fora do horário usualmente programado.



Figura 167: Comunidade do Morro Alto/ RDS-Uacari, jun/2009
Foto: Kátia Schweickardt

5.4.3.10. Entrando no Lago do Pupunha

Havia alguns contratos de crédito a serem assinados na comunidade do Lago do Pupunha, na área que o pessoal do Morro Alto chama de terra firme. Como nosso piloto não conhecia bem a entrada, foi preciso um guia para acompanhar na entrada no Lago. Desse modo, Lucileno achou por bem pararmos na comunidade do Porto Sade para buscar alguém que se dispusesse a guiar e acompanhar.



Figuras 168-169: Comunidade do Porto Sade/ RDS-Uacari, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt
Foto: Kátia Schweickardt

Conceição, um mocinha de uns doze anos, resolveu nos acompanhar. As pessoas da “terra firme” eram seus parentes. No Lago do Pupunha, encontramos uma família (Lurdes e Manoel Nascimento de Souza) com vinte filhos e vários netos. Ali, no passado, era um grande seringal de um homem chamado Carlo Pereira, já falecido. Como em quase todas as comunidades, o que a caracteriza é o fato de serem constituídas em sua maioria por uma parentela com uma ou outra família separada que mora na localidade.



Figuras 170-171: Comunidade do Lago do Pupunha/ RDS-Uacari, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Sáimos do Lago do Pupunha e fomos deixar nossa guia (Conceição) no Porto Sade. Lá, fizemos ainda o cadastro de um filho da D. Lurdes e saímos às 17h40 em direção ao Maracajá para buscar um guia para entrarmos no Lago do Tabuleiro, onde vive há bastante tempo uma das mais antigas comunidades da RESEX do Médio Juruá. Várias casas precisariam ser vistoriadas para o Crédito recuperação e lá poderíamos encontrar o Sr. Gracias, ex-líder do movimento dos seringueiros que militou desde o início da organização ao lado de outras lideranças e do próprio Chico Mendes.



Figuras 172-173: Comunidade do Maracajá/ RDS-Uacari , jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt.

5.4.3.11. Na comunidade do Tabuleiro

Chegamos ao Tabuleiro ao cair da noite e fomos logo buscar um pouso e onde fazer nosso jantar. Ficamos numa boa casa construída com o crédito do INCRA. À noite, íamos fazer uma reunião na comunidade, que foi cancelada em função de um forte temporal. Na sobremesa do jantar, um peixe cozido que nos deram e a Augusta (INCRA) cozinhou, uma senhora da comunidade nos levou um pouco de arroz doce. Era sobra da merenda escolar que é feita cada dia por mães dos alunos da escola.



Figura 174: Casa que nos acolheu na comunidade do Tabuleiro/ RESEX Médio Juruá ,construída com recursos da reforma agrária, jun/2009
Foto: Kátia Schweickardt

No dia seguinte, tomamos café da manhã rápido e fomos eu e o Lucileno fazer vistorias nas casas, Augusta e Dora foram fazer cadastros novos no centro comunitário. No Tabuleiro, havia várias casas já bastante deterioradas, que foram beneficiadas com os primeiros créditos na Reserva. A última casa era a do Sr. Gracias, ex-liderança do movimento dos seringueiros que me concedeu a entrevista, sobre a qual já me referi no capítulo 2.



Figuras 175-176: Comunidade do Tabuleiro/ RESEX Médio Juruá, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 177-178: Equipe do INCRA cadastrando novas famílias no Centro Comunitário do Tabuleiro
Fotos: Kátia Schweickardt, jun/2009



Figuras 179-180: Vistoria nas primeiras casas no Tabuleiro, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Como o Tabuleiro é uma comunidade bastante distante, havia muitos cadastros de jovens famílias que ainda moravam com seus pais e aguardavam ainda poderem ser beneficiadas com o Crédito Habitação para poderem construir suas próprias casas. Na comunidade, a principal fonte de renda das famílias é a farinha. Duas casas de farinha se situam bem no centro da comunidade.



Figuras 181-182: Casas de farinha no Tabuleiro, jun/2009

Fonte: Kátia Schweickardt

5.4.3.12. Chegando no Paraíso / RDS-Uacari

Embora tivessem nos dito que na comunidade do Paraíso não havia mais quase ninguém morando, ainda encontramos algumas famílias que haviam se cadastrado no ano anterior e que assinaram os contratos de crédito. Aqueles que constavam na lista para se transferirem da RESEX para RDS, não estavam mais. Para chegar à casa, foi preciso atravessar a parte alagada numa ponte improvisada, um “pau roliço” como é chamada, com as mochilas e a caixa de documentos. Na sala da casa onde a equipe do INCRA foi recebida para realizar o trabalho, havia uma touceira de Cararaí, palha que é trançada ainda verde para cobrir as casas.



Figuras 183-184: Comunidade Paraíso, jun/2009



Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 185-187: Comunidade Paraíso/ RDS/Uacari, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.13. O “Novo Itanga” – a comunidade de açai

De baixada, almoçamos mais uma vez na Morada Nova, na casa do Sr. Sandoval. Dali entramos no Rio Xué, outro afluente do Rio Juruá para onde toda a comunidade do Itanga havia se mudado. A entrada no lago onde eles estão é linda e a comunidade, orientada por um técnico da Prefeitura, ainda na gestão anterior, manteve o açaizal que existia na frente da área. Houve até uma votação na comunidade para que o nome dela passasse a ser “Açailândia”. Mas como não foi aceito porque os vínculos de muitos, especialmente os mais antigos com o Itanga era grande, optaram, por ora por chamá-la de “Novo Itanga”. Ali a equipe do INCRA fez alguns novos cadastros.



Figuras 188-191: Comunidade do Novo Itanga/ RDS/Uacari, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

Saindo do Xué, almoçamos mais uma vez na Morada Nova, na casa do Sr. Sandoval. Como nosso tempo estava ficando apertado porque precisávamos chegar em Carauari ainda a tempo da Assembléia da ASPROC que aconteceria no final do mês, não podíamos nos demorar em nenhum lugar.

Baixamos até a comunidade do Santo Antônio do Brito, onde cadastramos uma moça cujo marido havia sido cadastrado no ano anterior, mas o contrato não veio para ser assinado. Assim como vários outros, não havia sido processado. Ali também, Augusta conseguiu as cascas de mulateiro, árvore abundante na beira do Rio Juruá e nos furos do Rio, sempre próxima às águas. Seu tronco tem uma casca “mulata”, e bem lisinha e costumam dizer pelo Rio que o banho da casca rejuvenesce a pele. E Augusta, funcionária do INCRA e “filha do interior”, partilha com os moradores da Reserva o valor de seus conhecimentos.



Figuras 192-193: Árvore do mulateiro – Médio Rio Juruá, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Do Brito, como é conhecida a comunidade, baixamos até o Manariã onde fizemos a vistoria da casa do Sr. Francisco e da D. Francisca que costuma ficar sozinha por ali com seus filhos, enquanto o marido costuma leva produtos para vender na cidade e a mãe dela, embora more na casa ao lado, por problemas de saúde, está quase todo tempo em Carauari com outros filhos.



Figuras 194-195: Comunidade do Manariã/ RESEX Médio Juruá, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.14. À deriva no Rio Juruá

Como o nosso bote era muito grande para um motor de 40HP a ele acoplado, o gasto de gasolina foi muito maior que o esperado, mesmo o Rio estando bem cheio. Ficamos sem gasolina. Entramos em várias comunidades de centro, nos lagos internos e afluentes o que aumentou o consumo de combustível. A metade da

gasolina que deixamos para o retorno estava na comunidade da Barreira do Idó, bem abaixo de onde estávamos. Era por volta das 16 horas e como estávamos de baixada, resolvemos descer à deriva, com o auxílio apenas de um remo que D. Francisca do Manariã nos havia gentilmente cedido. O medo maior eram os jacarés, que com as águas baixando, já começavam a aparecer aos montes nas praias que iam brotando.



Figuras 196-199: Equipe do INCRA remando à deriva no Rio Juruá, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

Com uma hora de remo, havíamos atravessado apenas uma praia grande e segundo Lucileno ainda havia outras seis para atravessarmos. Tentamos manter com a ajuda do remo, o barco sempre no rebojo do Rio e fomos descendo no seu ritmo. Navegamos assim por horas, sem ver nenhuma comunidade. Cerca de cinco horas depois, chegamos na comunidade Cantagalo. Lá, pedimos auxílio a um morador, S. Raimundo que nos levasse de rabeta até a Barreira do Idó onde estava o nosso combustível. Era por volta das 21 horas, mas S. Raimundo, acompanhado de um filhinho de uns seis anos de idade, nos rebocou até lá.

5.4.3.15. Comunidade Barreira do Idó – RDS Uacari

A Barreira do Idó fica no alto de um barranco e como já era tarde da noite, o motor de luz já havia sido desligado. Como a comunidade percebeu o susto que passamos e as condições em que estávamos após a longa viagem, religaram o motor para que pudéssemos nos instalar. Fizemos um lanche e armamos nossas redes na cozinha da casa. O banho, tão sonhado, ficaria para o dia seguinte. Agradecíamos por termos chegado sãos e salvos. Essas experiências com os funcionários fortalecem os vínculos com os moradores das comunidades que guardam por essas pessoas um respeito muito grande. Por meio desses funcionários o Estado é percebido pelos moradores como muito próximo a eles.

Na casa, havia um neto da D. Maria de uns doze anos que morava em Carauari e estava lá de férias e uma filha, de uns quinze anos, bem magrinha e pequena, que acabara de ter uma filhinha que estava com três meses. A menina morava na casa com seu marido, também bem jovem ainda.

Pela manhã, nos reunimos com o presidente da comunidade, S. Almir, ainda na casa da D. Maria. Havia um senhor, por nome Geraldo, que estava muito nervoso porque esperava por sua casa há quatro anos, embora o reconhecimento da RDS tenha se dado apenas em 2007. Não o entendíamos bem, mas ao que parece desde o reconhecimento da RESEX Médio Juruá ele reclamava os créditos para Barreira do Idó, que na época havia ficado de fora.



Figuras 200-201: Reunião na comunidade Barreira do Idó/ RDS Uacari, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.16. Mais vistorias baixando no Rio

Da Barreira seguimos baixando até a comunidade Nova União na RESEX Médio Juruá. Das primeiras casas construídas com os créditos do INCRA, duas haviam sido arrancadas pelas águas do Rio e levadas embora. Em outras duas,

Lucileno fez os laudos de vistoria para a recuperação. Talvez em função da enchente que estava terminando, a comunidade estava bastante deteriorada, embora todas as mulheres da comunidade estivessem bem animadas lavando roupa na beira quando chegamos. Precisaríamos ficar por ali mais alguns dias para investigar melhor a situação da comunidade. Apenas fiz o registro.



Figuras 202-203: Escola e “casa do INCRA” na Nova União – RESEX, jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.17. O Pão

Nossa próxima parada foi no Pão, que não poderíamos pela categoria que estamos usando até agora, categorizar como comunidade. O Pão era um antigo seringal da família Lobo, ainda bastante poderosa em Caruarari e em Itamarati. Um dos irmãos Lobo foi Prefeito de Itamarati por dois mandatos e seu vice é o atual prefeito da cidade. A família resistiu muito a criação da RESEX e não permitia que as primeiras equipes do INCRA fizessem cadastros na área, porque isso significaria investimentos na constituição da comunidade e diminuição do poder da família sobre os moradores locais. Só algum tempo após a criação da RESEX é que foram aos poucos se abrindo e dando mais liberdade as famílias que permaneceram na área do antigo seringal. S. Edelson Lobo, um dos irmãos que sempre viveu ali, ainda mora na localidade numa casa grande. Os irmãos, que se tornaram políticos e comerciantes na cidade, mandam seus mantimentos da cidade pelo barco e algumas pessoas da localidade trabalham para ele, pescando, arrumando sua casa e cozinhando. Como é o único que possui televisão e motor de luz na sua casa, a noite todos costumam assistir TV e os moradores consideram que ele é bom, apesar de ainda se achar dono do lugar e de costumar dar as ordens por lá.

Logo que viu nosso barco chegando, S. Edelson foi até a varanda da sua casa e depois se recolheu. Como eu já o havia entrevistado na casa do irmão, Adélson, dono de um comércio em Carauari, em 2007, resolvi não importuná-lo, até porque o trabalho ali era do INCRA e eu estava apenas acompanhando. A equipe fez alguns novos cadastros e Lucileno fez duas das três vistorias para recuperação das casas dos primeiros créditos, porque uma família havia se mudado para Carauari e abandonado a casa, onde outra família já estava morando.



Figuras 204-205: “Comunidade do Pão” – RESEX Médio Juruá e casa do Sr. Edelson Lobo, jun/2009
Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.18. No “Remanso” do Rio Juruá – RDS Uacari

Paramos na comunidade do Remanso, na RDS Uacari, para fazer novos cadastros. Havia muitos jovens, com documentos tirados recentemente interessados em se cadastrar, já que com os projetos advindos da criação da Reserva eles estavam interessados em continuar a morar na comunidade e manter o seu modo de vida. No ano anterior, 2008, uma equipe do Programa de Assistência do Estado - PAE, com o juiz de Carauari, Dr. Takeda, subiu todo o Rio fazendo documentos para as pessoas.



Figuras 205-206: Comunidade do Remanso – RDS Uacari , jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt



Figuras 207-208: Comunidade do Remanso – RDS Uacari, jun/2009 Fotos: Kátia Schweickardt

Descemos do Remanso até o Estirão do São José, onde há uma taberna que vende algumas mercadorias. Queríamos adoçar nossas bocas com um refrigerante, porque muitos dias navegando no rio e só comendo peixe, dá muita vontade de comer doce. Mas, como o motor deles estava quebrado, não havia nada gelado. Agradecemos e seguimos rio abaixo.



Figura 209: Estirão do São José – RDS Uacari, jun/2009
Fonte: Kátia Schweickardt

5.4.3.19. Comunidade do Bom Jesus

Chegamos no Bom Jesus, na RDS Uacari, no sábado, já perto da hora do almoço. Era dia 27 de junho e a Assembléia da ASPROC estava em seu segundo dia na cidade. Pretendíamos baixar até Caruari ainda naquele dia. Fomos para a

casa do S. Luis Sérgio onde fizemos nosso almoço e logo a equipe começou a atender as pessoas que queriam se cadastrar e a coletar assinaturas nos contratos.

Enquanto a equipe fazia o trabalho, fiquei por algum tempo conversando com S. Luis Sérgio, o dono da casa. Ele disse andar meio descontente com as organizações, tanto a AMARU, quanto a ASPROC. O Bom Jesus é famoso pela farinha de mandioca que produz. É um tipo que chamam de “ova de bodó”, por ser meio amarelada, de grãos grossos e bem uniformes. Essa uniformidade dos grãos é o seu diferencial e lhe garante o preço mais elevado no mercado. É a farinha preferida para comer com caldo peixe. É tão apreciada na região que segundo S. Luis, eles viajam para outras localidades para dar curso sobre a fabricação dessa farinha com o apoio da Prefeitura.

Segundo ele, a comunidade encontra-se toda cimentada, por obra do ex-prefeito Bruno Ramalho. Foram contra a coligação do PT com o Chico Costa, atual Prefeito, do qual a Suzy é Vice. Disse que lutaram muito pela criação da RESEX do Médio Juruá da qual depois foram excluídos, e só agora com a RDS começam a ser um pouco lembrados. Disse também não concordar muito com a postura do Manoel Cunha, mais uma vez eleito para Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, “que leva tudo o que pode para a comunidade dele, o São Raimundo”. Suas críticas foram muito importantes para nossas reflexões. Ficou mais evidente que assim como no estado não há uniformidade, também as Associações e as comunidades são redes complexas de relações que envolvem interesses diversos e estratégias pessoais e de grupos.



Figuras 210-211: Comunidade do Bom Jesus – RDS Uacari, jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

5.4.3.20. A última comunidade visitada – Imperatriz / RESEX Médio Juruá

Por ser uma das primeiras comunidades beneficiadas na RESEX, Imperatriz possuía várias casas a serem vistoriadas. E também, em função dos casamentos vários novos cadastros a serem feitos. Em relação a última vez em que nós estivemos lá, em 2008, a comunidade tinha duplicado de tamanho, e manifestava alguns conflitos.

Quando chegamos, todos estavam se preparando para a Festa de São Pedro que seria no dia seguinte. As casas estavam sendo enfeitadas e a Igreja havia sido recentemente pintada e redecorada. Foi na Igreja que permitiram que a equipe do INCRA fizesse o trabalho de cadastro enquanto Lucileno fazia as vistorias nas casas a serem recuperadas. Uma senhora, estava precisando com urgência do crédito recuperação porque sua casa incendiara recentemente.



Figuras 212-213: Capela de São Francisco da Imperatriz , jun/2009



Figura 214: Casa enfeitada para os festejos de São Pedro, jun/2009

Figura 215: Trapiche da Imperatriz, frente da casa da mãe da D. Raimunda , jun/2009

Fotos: Kátia Schweickardt

Como a maioria das demais comunidades, Imperatriz é composta de uma parentela. A principal liderança da comunidade é uma mulher que antes vivia apenas com a mãe e seus filhos numa das casas. Recentemente, se casou com uma pessoa de fora, o que não está sendo bem recebido por seus irmãos que reclamaram bastante da postura do atual companheiro. Superficialmente, tais revelações apenas reforçam a idéia do caráter heterogêneo dessa e das demais comunidades, que é o que as torna dinâmicas, singulares e vivas.

5.4.3.21. O retorno a Carauari

A volta não foi menos arriscada. Saímos da Imperatriz às 16h30 e decidimos ir direto até Carauari, sonhando com um bom banho e um cama para dormirmos, com a cabeça cheia de tudo o que vimos, sentimos e vivenciamos. Já bem próximos da entrada do sacado, ficamos sem gasolina e quando Lucileno foi reabastecer o motor, cuja bomba estava com defeito desde o início da viagem, parte da gasolina espirrou em seu rosto e no seu olho. Mais uma vez, estávamos à deriva no Rio, só que agora, já noite fechada e nosso piloto um pouco prejudicado, além de muito cansado. Ficamos muito preocupadas, mas ele logo se recuperou, abasteceu o motor e seguimos adiante. Todas nós o ajudávamos com nossas lanternas. A noite já estava bem alta quando nos aproximamos do sacado. Um barco recreio nos vendo a deriva no rio, retornou para nos prestar socorro. Informamos que estávamos bem e que já estávamos próximos. Iríamos continuar assim mesmo. Seguimos viagem com muito frio e fome e chegamos em Carauari às 21horas do dia 28 de junho, véspera de São Pedro. Agradecemos a todos os Santos a ajuda.

5.4.4. Assembléia da ASPROC

Embora tivéssemos chegado do Rio Juruá bastante cansadas, no domingo pela manhã, o Presidente da ASPROC veio buscar a equipe do INCRA na Pousada onde estávamos para darmos esclarecimentos na Assembléia, antes do seu encerramento, e para que a equipe do INCRA pudesse coletar algumas assinaturas de pessoas que não se encontravam em casa por ocasião da passagem da equipe.

Durante a viagem, a equipe manifestava grande interesse em participar da Assembléia, mas ao perceber no trajeto certa insatisfação dos moradores em

relação à não liberação do Crédito Habitação, se intimidaram. Não se achavam mais preparadas para responder aos questionamentos em nome do INCRA, considerando que muitas das respostas estariam fora da sua alçada. Segundo as lideranças que organizaram a Assembléia, o INCRA havia sido formalmente comunicado, mas não havia enviado nenhum representante oficial para acompanhar o evento.

Para os representantes das organizações sociais que estavam promovendo o evento, e para os demais moradores das reservas, a representação oficial de um órgão público não é definida normativamente e sim pela presença. Não importa qual o objetivo do trabalho em campo e nem qual o cargo que aquele funcionário esteja ocupando na Instituição, estar na cidade naquele momento, significa que o órgão está presente e deve atender ao chamado para o debate. Sendo assim, mesmo sem ter autorização formal para falar em nome do INCRA, mas também confiando na minha presença, as funcionárias se dispuseram a ir à reunião.

Ao tentar relatar alguns aspectos que revelam o espírito dos debates no momento em que participamos da Assembléia da ASPROC, mais do que tratar do conteúdo substantivo das reivindicações levadas calorosamente ao debate, meu olhar mais uma vez tentou usar como lentes o mote antropológico para mediar o meu acesso ao que estava sendo observado e vivenciado. A idéia era tentar perceber como por meio das pessoas que falavam e por trás do que era dito, poderíamos perceber nuances das relações entre as organizações e o Estado. Ressalto, de acordo com o que tentei esclarecer na introdução da tese, a minha posição, como a de qualquer pesquisador em campo, foi todo tempo marcada pela ambigüidade. Tal fato, como sugeriu Comerford (1999), é inerente à própria relação que nós pesquisadores construímos com o nosso universo pesquisado, especialmente quando somos parte integrante desse universo.

A chegada da equipe ao Auditório Municipal, onde se realizava a Assembléia, causou um barulho na reunião. A ansiedade das pessoas pela manifestação do INCRA, reforçou a idéia que me acompanhou por todo este tempo da pesquisa, da importância que assumiu o “projeto do INCRA” no processo de implementação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari. Eram recursos públicos que estavam diretamente relacionados à vida das pessoas, seja na compra de alimentos, de implementos, motores de popa, ou na construção, reforma de suas casas, além da própria capitalização das famílias com dinheiro em espécie. As normas do INCRA

permitted that a percentage¹³⁵ of the construction project of the houses be paid in cash to the builders, who preferentially should be from the local area.



Figura 216: Auditório Municipal de Caruaru, 2009

Foto: Kátia Schweickardt

Havia cerca de 300 lideranças das comunidades do médio Rio Juruá reunidas, tanto da RESEX quanto da RDS no Auditório Municipal. Além desses, havia autoridades como dois vereadores, Raimundo Cunha, do PT, que era reconhecido por parte das lideranças como um vereador do movimento social e um vereador de oposição, Sr. Vagner, ligado ao prefeito anterior, cujo partido político as pessoas nem sequer sabiam qual era. Também estava presente a vice-prefeita Suzy, que segundo nos informaram, participou do evento desde a abertura e o Sr. Adevaldo, Secretário Executivo da SEARP. Observando a reunião e colaborando nos debates estavam representantes do ICMBIO/AM, Rosi Batista, Chefe da RESEX Médio Juruá, e a analista ambiental Paula Soares. Representando a SDS local, estava presente a Joana Tereza, responsável pelo escritório local da SDS em Caruaru. Disseram-nos que o Manoel Cunha, Presidente do CNS havia estado presente nos dois primeiros dias, mas havia precisado viajar em função da preparação para as eleições gerais do CNS que ocorreriam no começo de julho em Belém do Pará. Algumas das lideranças presentes, também iriam viajar para a

¹³⁵ O art.15º da Norma de Execução nº 79/ 2008, ainda em vigor, diz que o pagamento de mão-de-obra para a construção das casas pode ser até o limite de 20% do valor do crédito concedido.

Assembléia do CNS. Como sustenta Comerford (1999: 68), “a proporção entre o público esperado e o público efetivo na reunião como um todo, são reconhecidos como índices importantes do prestígio da organização e dos seus dirigentes”. Estávamos chegando já na última sessão da reunião e a participação continuava sendo bastante expressiva.



Figura 217: Plenária da Assembléia da ASPROC , 2009 Foto:Kátia Schweickardt

Assim que entramos no auditório, já havia iniciado a última sessão da Assembléia. Todas as atenções se voltaram para a entrada do pessoal do INCRA, que estava sendo aguardado. Procurei me sentar no fundo do auditório para tentar me situar no contexto em que a reunião estava se processando, ao invés de me concentrar nos assuntos da pauta. Queria poder mais uma vez exercitar a proposta de Comerford (1996, 1999), de tomar a reunião não apenas como o lugar de tomar decisões e de encaminhar demandas, mas de percebê-la como um elemento importante na construção de um determinado universo social. No meu caso especificamente, as redes de relações no seio das organizações sociais dos movimentos locais e como elas se imbricavam as redes dos agentes públicos, dando a configuração da teia de relações sociais que vêm dando a forma e o conteúdo das duas reservas no Médio Rio Juruá. Vê-los em ação, num palco transfigurado em assembléia, mesmo que por pouco tempo, era uma oportunidade que eu não podia perder.



Figura 218: Coordenação da Assembléia da ASPROC, 2009 Foto: Kátia Schweickardt

De pronto, observei na frente a formação da mesa que coordenava aquela sessão, e que estava formada pelas duas organizações que promoveram e organizaram a Assembléia, a ASPROC, representada pelo seu presidente, S. Élcio, e a coordenação local do CNS, representada pelo S. Manoelzinho. Por vezes, eles eram auxiliados na secretaria pelo Vereador Raimundo Cunha, pelo Sr. Aivaldo da SEARP ou até mesmo pela vice-Prefeita Suzy que ajudavam a fazer as inscrições e a conduzir as discussões, já que antes de desempenharem as funções públicas que agora faziam, Sr. Aivaldo e Suzy foram por anos assessores do movimento social e o Raimundo foi uma liderança do próprio movimento.

Logo me chamou a atenção a ausência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Carauari, que conforme os diversos relatos que me fizeram, e os documentos que recolhi na pesquisa, havia sido muito importante no processo de construção da RESEX e no trabalho político realizado no médio Rio Juruá junto com o MEB e a Paróquia de Carauari nos anos 1980. Porém, segundo me informaram nas conversas, atualmente, o seu trabalho político se descaracterizou. Possui um presidente que já está no cargo há mais de dez anos e o seu trabalho fica mais restrito a questões práticas como encaminhar as aposentadorias dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e dos extrativistas, estando hoje o trabalho político de

formação e organização a cargo da ASPROC e do CNS, que por sua vez, dispõem de poucos recursos.

A “equipe de frente” é uma expressão usada também por Comerford (1999) inspirada em Goffman (1975) para designar analiticamente aquele grupo de dirigentes que organizam as reuniões, que tomam a frente nos debates e costumam falar mais nas discussões que se colocam. Seguindo esta orientação teórica, a “equipe de frente” com a qual me deparei assim que chegamos à Assembléia estava de acordo com tudo o que havia levantado acerca das redes de relações no médio Juruá até então. O tom acusatório que utilizaram algumas lideranças para se referirem a postura atual do STR/Carauari em relação a não renovação do cargo de dirigente, pode em certa medida também ser aplicado ao que acontece na ASPROC e no CNS atualmente, mesmo que produzindo efeitos muito diferentes.

A primeira vez em que entrevistei o S. Élcio em Carauari, ele era o coordenador local do CNS e o Sr. Manoelzinho era o Presidente da ASPROC. No ano seguinte, quando retornei ao campo, houve uma inversão dos cargos, para o modo como estão configurados hoje, Sr. Manoelzinho a frente do CNS local e Sr. Élcio à frente da ASPROC. Há, de fato, um grupo que está a frente das organizações sociais locais e que possui uma forte interação com os poderes públicos, já que vários cargos estão sendo ocupados por ex-agentes do MEB Carauari, Sr. Adevaldo da SEARP (governo do estado) e Suzy (governo municipal) que antes estiveram envolvidos com a formação dessas lideranças e de todo o processo organizativo do movimento social local. Este universo social estava todo representado ali na Assembléia na “equipe de frente” e no modo como a reunião estava por eles sendo conduzida.

Observei também que havia algumas faixas espalhadas pelo auditório. Algumas saudavam os participantes, mas uma ocupava um lugar de destaque no palco, logo atrás da mesa da coordenação. Esta faixa agradecia “as parcerias em suas lutas dos governos federal, estadual e municipal”. Mesmo que elas tenham sido patrocinadas por representantes dessas esferas, o fato de que elas estivessem estampadas nas paredes e naquela parede central em especial, era algo a ser assinalado. Se em outros momentos de nossa história recente, as faixas nas Assembléias de organizações dos movimentos sociais eram de desagravo ao governo por seu descaso ou falta de compromisso com as causas populares, ali ficava evidente que se vivia um momento muito diferente. As instâncias do governo

agora eram tidas como parceiras nas lutas dos trabalhadores. Ali no médio Juruá isto era mais evidente ainda já que nas três instâncias de governo há representantes dos movimentos sociais locais. Mesmo que existam ainda muitos problemas e que não haja consenso nas opiniões, como pude perceber nas diferentes falas e nas reclamações feitas por algumas pessoas no Rio Juruá, há um reconhecimento público, expresso na faixa, dos avanços, especialmente no diálogo e na solidariedade com as demandas das organizações locais. É um novo tempo nas relações Estado e povos tradicionais neste pedaço da Amazônia.

Para atender as expectativas do público presente, o presidente da mesa convocou a equipe do INCRA para ir à frente explicar como havia sido o trabalho no Rio e o porquê de não ter sido liberado o crédito Habitação no valor de R\$7.000,00. Falou que as organizações foram orientadas pelo INCRA a providenciar um documento assinando pelas famílias que seriam beneficiadas com o crédito aceitando o valor já depositado na conta da AMARU, sem aguardar a liberação dos R\$3.000,00 a mais que deveria ser complementado já que o valor foi reajustado para R\$10.000,00 por uma nova norma do INCRA.

Esta discussão já tinha sido feita no primeiro dia da equipe na cidade, na reunião no Gabinete da vice-Prefeita, mas era para aquele momento que a Associação a guardava. A discussão anterior funcionou apenas como um “ensaio”, como sustentou Comerford (1999). Era ali na Assembléia que o drama se desenrolava com toda a sua plenitude, como num “jogo”. Ali a liderança, especialmente aqueles que compõem a “equipe de frente”, demonstrava a sua capacidade de falar, de criar identidade com o público e assim demonstrar identificação com a organização e seus ideais. Ainda segundo Comerford (1999), essa também era uma estratégia para aumentar a tensão da reunião e assim chamar a atenção do público. Embora não sem riscos para todos os lados.

Como o INCRA ali não estava representado por seus dirigentes políticos mas sim por funcionárias operacionais, a provocação não foi entendida como retórica política, foi entendida sim como uma tentativa de desqualificar o trabalho que o INCRA vinha fazendo há anos na área, com todo o sacrifício já vivido por quem vai de fato a campo, especialmente tendo ainda bastante presente a viagem recente com a série de percalços que teve. Desse modo, elas responderam desqualificando em parte as organizações, afirmando que na viagem ao Rio ficou demonstrado por algumas falas de moradores uma certa insatisfação em relação às decisões

tomadas pelas lideranças das associações. Falaram que não havia consenso em relação aos R\$7.000, 00. E que em suas mãos não havia chegado o abaixo-assinado concordando com a liberação do valor sem a complementação dos R\$3.000,00.

Esta fala levou a reunião ao clímax. Causou grande “frisson” que fez com que a vice-Prefeita, o vereador Raimundo, Sr. Manoelzinho e o vereador da oposição Sr. Wagner, pedissem a palavra.

Em seguida, Sr. Raimundo Cunha, vereador eleito do PT, pediu esclarecimentos sobre as regras para a aplicação dos recursos dos juros do crédito de 2001, com o qual a Associação pleiteava recuperar um barco. Tal demanda já havia, segundo ele, sido aprovada e registrada em uma ata da ASPROC que já teria sido encaminhada ao INCRA. Falou também da necessidade de que houvesse formulários de cadastro próprios a estas áreas de reservas que possuem realidades diferenciadas de outros projetos do INCRA e que precisam ser consideradas.

O assunto dos recursos dos juros de 2001, já havia sido debatido logo da chegada da equipe em Carauari, na primeira reunião que houve no Gabinete da vice-Prefeita, conforme relatei anteriormente. A funcionária do INCRA respondera, na ocasião, que iria encaminhar o pleito aos seus superiores. Porém, como bem assinalou Comerford (1999), o assunto tinha que ser levantado na Assembléia porque a performance fazia parte do “jogo”. Os assuntos abordados antes em outras ocasiões eram apenas “ensaios” para o clímax que seria no momento da reunião maior. É ali onde o drama se desenvolveria e era naquele momento que era importante falar. Por meio da fala poder-se-ia criar uma identidade com o público, e no caso de um político, como cada um dos vereadores presentes ou as próprias lideranças, reafirmar também sua identidade com a organização social e seus ideais. Além do que, também ressalta Comerford (1999), a polêmica pode aumentar a tensão e, conseqüentemente, a atenção do público.

A vice-Prefeita ao fazer uso da palavra, pediu que “as meninas do INCRA”, por quem disse ter uma grande amizade, não tomassem as cobranças como coisas pessoais mas eram cobranças institucionais e que era papel das organizações fazê-lo. Ela disse que as funcionárias do INCRA também precisavam compreender a posição das lideranças que ficam todo tempo sendo cobradas pelos moradores ou sendo acusadas de estarem aplicando indevidamente o dinheiro do INCRA.

Logo em seguida, Joana, da SDS/Carauari, pediu que a equipe do INCRA explicasse como se dava a liberação dos recursos e se alguma liderança colocava diretamente a mão em dinheiro. Como ela estava na plenária, misturada ao público da Assembléia, sua questão ia no sentido de que uma vez por todas, cessassem as desconfianças que muitos moradores das reservas têm das lideranças das organizações. Ela já estava prevendo, que o Vereador Wagner, da oposição, iria fazer tal questionamento.

A funcionária respondeu que as normas no INCRA não permitiam que ninguém pegasse em dinheiro em espécie, nem as lideranças, nem os próprios servidores do INCRA. Definido em assembléia da associação e registrado em ata o que seria adquirido ou contratado com o recurso, procedia-se a cotação de preços para o menor valor da oferta e após a mercadoria entregue ou o serviço realizado, o INCRA autoriza o banco a emitir uma ordem de pagamento direta ao fornecedor. Mesmo tendo sido esta última fala da funcionária do INCRA uma defesa expressa das organizações, o clima ainda permaneceu tenso.

As falas do vereador da “situação” e da funcionária do INCRA suscitaram que o vereador de oposição pedisse a palavra. Antes de passar o microfone, o presidente da mesa, Sr. Élcio, fez um discurso reportando-se ao autoritarismo e ao sectarismo da Câmara Municipal de Vereadores que não dá espaço aos movimentos sociais e que ali, na Assembléia da ASPROC, por ser um espaço democrático, a atitude seria outra. O vereador, mesmo não estando afinado com o movimento, iria ter direito à voz na plenária, segundo o Presidente. Em sua fala, procurou reforçar a insatisfação de alguns moradores das reservas com as lideranças e falta de clareza acerca das decisões que são tomadas pela cúpula dos movimentos sociais da cidade. Sua fala aumentou ainda mais o burburinho na plenária e fez com que o Sr. Manoelzinho se manifestasse em favor das organizações e do não compromisso do Vereador Wagner com as causas populares.

O Sr. Aivaldo da SEARP, não estava no auditório no momento das primeiras falas dessa sessão, mas foi informado no corredor que estavam acontecendo debates calorosos no auditório. Assim como ele, algumas outras pessoas estavam pelo corredor e na salinha da recepção resolvendo pendências de documentos ou apenas conversando, revendo amigos, parentes, recendo e mandando recados. Era também uma oportunidade de falar com uma autoridade amiga, como o Sr. Aivaldo, que agora ocupava um cargo no governo do estado.

Para o Sr. Adevaldo e até para a equipe do INCRA, espécies de autoridades presentes, era também uma oportunidade de estabelecer contato com algumas comunidades mais distantes, onde não se tem oportunidade de visitar com mais frequência e assim atualizar informações, coletar assinaturas pendentes e encaminhar diversas outras questões. Esses momentos que extrapolam os limites da reunião, no caso da Assembléia da ASPROC, não se restringiram apenas ao seu começo, intervalos, ou após o seu encerramento. Aconteciam como que em eventos paralelos. Embora pareça desinteresse com a reunião, de fato, como sustentou Comerford (1999), é nesses momentos que se formam as redes de sociabilidade. Essas redes que atravessam as organizações formalmente constituídas são fundamentais para a sua existência real.

Desse modo, ao ser alertado do que estava ocorrendo na plenária, Sr. Adevaldo logo se desvencilhou das conversas no corredor, entrou no Auditório e pediu a palavra. Falou da importância das organizações e valorizou as conquistas havidas nas vidas pessoas do Médio Juruá que só foram possíveis de terem sido alcançadas em virtude do compromisso da maioria das pessoas ali presentes com a construção e o fortalecimento das organizações sociais populares da região e apoio de alguns parceiros do estado.

Em seguida, foi solicitado pelo Sr. Adevaldo, falar em nome do INCRA para colocar uma outra visão da Instituição e poder descaracterizar a aparência de uma crise, que de fato, não havia. Estabelecer um clima de tensão é sempre um risco a ser considerado. Para usar esta estratégia, era preciso que as lideranças estivessem bem preparadas e tivessem uma medida aproximada das conseqüências de suas provocações.

Fazendo jus à dramaticidade (Goffman, 1975) que estava sendo representada por todos aqueles sujeitos sociais em ação, característica dos palcos das assembleias de associações populares, e fazendo jus a minha situação permanentemente ambígua entre o papel de pesquisadora, observadora, e participante como funcionária do INCRA mesmo que licenciada, fui convidada a ir à frente do auditório e falar em nome da Instituição. Primeiro pensei em recusar o convite, já que pensava em reafirmar o meu “lugar” de pesquisadora e não o de técnica do INCRA ali naquele momento, e poder continuar minhas observações acerca do drama que se desenrolava a minha frente. Depois, rapidamente percebi que negar o convite para falar em nome do INCRA, não era apenas negar a minha

condição de técnica naquele momento. Era a negação da minha própria condição de pesquisadora que se instituiu desde o início da pesquisa na ambiguidade de ser técnica do INCRA e tomar o INCRA, suas políticas, seus agentes, e suas relações como parte do meu trabalho de investigação. Não ir à frente, era negar o modo como toda a pesquisa havia sido conduzida até ali. A ambigüidade era parte inerente ao processo e afirmá-la era a melhor maneira de mantê-la sob o controle da minha prática científica. Fui à frente.

Comecei falando sobre as novas normas do INCRA para a concessão de créditos da reforma agrária, e de como estava sendo importante para o órgão, de uma maneira geral, todos estes anos transcorridos no processo de reconhecimento das populações tradicionais das reservas como beneficiárias dos programas inerentes a política de reforma agrária. Ressaltei que o reconhecimento da RESEX Médio Juruá havia inaugurado este processo. Esta era uma conquista dos trabalhadores na linha da efetivação de uma reforma agrária mais amazônica. Ao mesmo tempo em que fiz esta fala mais política, fiz uma defesa-acusatória da atuação do INCRA, que se por um lado tenta fazer a coisa “acontecer na ponta”, no campo, por meio da atuação de alguns funcionários e dirigentes, para além dos projetos de papel, por outro, ainda não estabeleceu regras próprias para este processo de reconhecimento que não está lidando com “assentados” e sim com “populações tradicionais”, o que exigiria a elaboração de normas específicas e formulários próprios que se inserissem na lógica do extrativismo e do modo de vida ribeirinho, e não apenas na da produção agropecuária prioritariamente. Atualmente, todo o trabalho é feito adaptando-se os instrumentos disponíveis, como os formulários do SIPRA, os contratos de crédito e a planta das casas, aos modelos disponíveis para os assentamentos convencionais do INCRA.

Por um lado, fiz uma acusação a uma dimensão do Estado, aquela na letra fria da norma e de sua pretensa imparcialidade e impessoalidade. Por outro, explorei também outra dimensão deste mesmo Estado ao valorizar o esforço das funcionárias que vão a campo. Que já no final de suas carreiras, porque boa parte dos funcionários novos não se dispõe a tais trabalhos espontaneamente, ainda fazem estas longas viagens e se relacionam de modo muito próximo as pessoas das comunidades por quem são bastante queridas e respeitadas, como pude constatar na maioria das visitas que fizemos nesta última viagem. Há, com algumas famílias, verdadeiros laços de amizade estabelecidos, cumplicidade em algumas situações.

Esta dimensão do Estado na relação direta com os beneficiários das políticas que é a que precisa ser valorizada. É esta dimensão que qualifica a parceria que agora vigora entre Estado e populações tradicionais por meio de suas organizações. É por meio dessas relações que o Estado vem sendo ressignificado nos últimos anos, especialmente no tocante ao seu papel na Amazônia.

Considerações Finais

A motivação para a pesquisa

A região do médio Rio Juruá, mais do que sua referência aos estudos sobre seringueiros e seringais, e as relações e análises socioeconômicas delas decorrentes num passado recente da Amazônia, mostrou-se bastante reveladora das novas relações que têm impulsionado a produção de territórios pelo Estado nesta região. Estudar os processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari, ali situadas, permitiu analisar como Estado e população local se relacionam na criação e implantação desses territórios. A etnografia dos processos sociais que resultaram nas duas Reservas levou a vários deslocamentos conceituais, decorrentes da percepção dos efeitos das transformações havidas nas relações de poder entre o Estado e as populações locais, como novos sujeitos emergentes. Face ao processo de ambientalização, tais sujeitos se valem inclusive, dos instrumentos de ação do próprio Estado para defender seus espaços, não apenas como lotes familiares, mas como territórios.

A motivação primeira era realizar estudo comparado de uma RESEX, criada por um órgão do governo federal, uma RDS, criada por uma instância estadual alguns anos depois, e o processo de reconhecimento, pelo Estado, dos grupos sociais residentes nesses dois territórios, como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, gerido pelo INCRA. Em princípio, tratava-se de investigar duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com estatutos e processos históricos concebidos e categorizados a partir de perspectivas diversas. O caso do médio Juruá fez perceber que esses modelos, dependendo das condições políticas e sociais, ao serem implantados num determinado espaço, mais que territórios, podem configurar-se como territorialidades específicas, expressão das conquistas de populações tradicionais cujos direitos territoriais são agora reconhecidos e legitimados pelo Estado por meio de suas agências governamentais.

O Estado não é monolítico

O fato de em um mesmo trecho do Rio Juruá, uma região sem aparente descontinuidade ecológica ou social, existirem duas Unidades de Uso Sustentável de modalidades diferentes em cada margem do Rio, e criadas por instâncias governamentais de esferas diferentes já indicava que não estava tratando de um Estado monolítico. De que Estado estava tratando, como em cada caso se davam

suas relações com as populações locais e suas organizações sociais representativas? Como se configuravam as relações de poder na constituição desses territórios? Para dar conta de tais questões nos propusemos realizar a etnografia dos processos sociais que envolviam a criação e a implantação de tais territórios.

A construção política de uma identidade coletiva

A entrada no campo logo revelou que os processos de criação das duas reservas foram longos, e tais territórios só passariam a existir formalmente depois de passados muitos anos desde o início das mobilizações neste sentido. A história do movimento social que deflagrou esses processos ainda estava muito presente para a maioria das pessoas, tanto moradores das reservas, quanto agentes públicos. Desde os anos de 1980, vinha se articulando um movimento de seringueiros e extrativistas contra os patrões nos seringais, já decadentes, de várias calhas de rio da Amazônia. O destaque a constituição política desse movimento foi atribuído aos movimentos que tiveram origem no estado do Acre, cuja configuração a partir da organização sindical de trabalhadores rurais com apoio e assessoria de alguns pesquisadores, ganhou visibilidade e importância política nos empates contra os agropecuaristas nas terras dos antigos seringais do alto Purus e do alto Juruá. Em 1985, realizou-se o I Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília onde nasceu sua instituição mais representativa, o Conselho Nacional dos Seringueiros. Na preparação dessa reunião e na composição do Conselho, muitas lideranças do estado do Amazonas estiveram presentes, e também deste estado foi escolhido o primeiro presidente para a organização. A pesquisa revelou que as ações sociais coletivas dos trabalhadores do Amazonas não foram como as águas do Rio Juruá¹³⁶, apenas tributárias do movimento capitaneado pelo Acre. A atuação dos representantes de trabalhadores deste estado compôs ativamente o perfil do movimento que surgia e que viria redirecionar os processos de territorialização na Amazônia, conferindo-lhes outros significados nos cenários nacional e internacional.

A luta pela preservação dos lagos e pelo uso dos recursos no médio Juruá

Assim como os empates à pecuária no Acre foram importantes para a constituição política e a construção da identidade do movimento, no médio Rio

¹³⁶ As águas do Rio Juruá descem do Acre em direção ao Amazonas.

Juruá, os seringueiros, extrativistas e ribeirinhos do Amazonas se opuseram a pesca indiscriminada nos lagos, o que ali era a questão central. Pela pesquisa, foi possível perceber que não havia também caráter monolítico entre as organizações sociais dos moradores dos territórios das reservas. Havia vozes dissonantes de alguns moradores e até mesmo de comunidades inteiras que eram envolvidas com as redes sociais de pesca e extração de madeira ou que discordavam das atuações e dos interesses das lideranças. Os conflitos não só com os patrões, mas dentro das comunidades e entre comunidades eram também inerentes à dinâmica da vida social na região. Através da forma de percepção e da enunciação de alguns conflitos, tornou-se possível compreender que a unidade denominada “comunidade” ou “Associação” não era apenas a expressão de um consenso, era também, como sustentou Simmel (1983), a síntese total do grupo de pessoas, de energias e formas. Segundo Sardan (1995), os conflitos exprimem os interesses ligados a posições sociais diferentes, mas sua eclosão não é apenas a expressão de interesses objetivos opostos, mas o efeito de estratégias pessoais e de grupos em relação a agentes externos.

A articulação no médio Rio Juruá e Purus e a participação da Igreja Católica

A Igreja Católica, em especial, através da Paróquia de Carauari - gerenciada na década de 1980, pelo Padre holandês João Dereckx, e do Movimento de Educação de Base, o MEB, desempenhou papel fundamental no processo organizativo dos seringueiros e moradores da calha do médio Rio Juruá. Foi o apoio que lhes permitiu resistir à nova forma de expropriação das suas condições de sobrevivência. Boa parte da memória desses tempos, assim como cópias de documentos referentes às reivindicações feitas às autoridades pedindo providências em defesa dos povos indígenas e populações seringueiras daquela região se encontram nos livros escritos pelo próprio Pe. João Dereckx (1992; 2007). Outra importante fonte dessas informações é o arquivo, ainda não muito explorado, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas. Por meio dessa pesquisa documental procurei demonstrar que no Amazonas com suas questões próprias, assim como no Acre, houve um movimento articulado e participativo, em torno da construção da identidade coletiva “seringueira” e de suas territorialidades específicas. Esta articulação envolvendo as equipes locais da Igreja Católica

constituiu-se relevante plano organizacional que está implicado na configuração do Estado que buscávamos compreender.

A invenção da tradição

Na região do médio Juruá, encontrei poucos que ainda cortavam seringa. E alguns outros que haviam abandonado a atividade, estavam agora voltando a ela, em função das mudanças que estavam acontecendo em suas comunidades de origem com a criação das reservas. Com o aprofundamento da pesquisa fui percebendo que o “ser seringueiro”, reivindicado como identidade para legitimar a criação das Reservas Extrativistas, não estava vinculado a uma categoria profissional ou a uma classe social, nem tampouco a idéia primordial de “tradição”. O “ser seringueiro”, como identidade coletiva, enunciava vínculo à tradição de modo estratégico, deliberado, não apenas como uma evocação de direitos com base em elementos de um passado imemorial ou nos costumes. A tradição era rememorada como unidade de mobilização, que mesmo se apresentando como recomposição de elementos trazidos do passado se referia, politicamente ao presente e se remetia estrategicamente ao futuro.

A ambientalização do movimento dos seringueiros

Ao afirmarem a compatibilidade do seu “estilo de vida”, com os princípios da conservação ambiental, de modo a garantir sua reprodução social, os seringueiros, extrativistas e ribeirinhos da Amazônia deslocam o debate do plano da racionalidade econômica e o recolocam em termos de outra racionalidade que vincula sua subsistência a sua existência como sujeitos sociais, não à economia do capital, mas à economia camponesa ligada à conjugação de atividades econômicas entre a exploração da floresta e a pequena agricultura, o que vai posteriormente, propiciar a aproximação com movimento ambientalista.

A multacentralidade do poder e as diferentes faces do estado

Simultaneamente as pesquisas históricas e documentais acerca dos processos que concorreram para a criação das duas reservas, que anunciei como uma “viagem no tempo”, realizei cuidadosa pesquisa de campo no médio Juruá entre os moradores e as lideranças das duas Reservas, nas organizações sociais locais e nas agências governamentais envolvidas com os processos sociais nos dois territórios, alternando períodos de permanência na RESEX e na RDS, na cidade de Carauari, onde estavam localizadas as sedes das organizações sociais, e em Manaus, onde estavam as sedes das organizações governamentais. Minha

inquietação estava em desvendar como se configurava este “Estado” que havia criado a RESEX Médio Juruá e a RDS Uacari e como as populações locais e suas organizações sociais estavam de fato envolvidas em tais processos.

Se de pronto estranhava a criação das duas reservas de modalidades diferentes em uma área onde não havia aparente descontinuidade ecológica e social, no decorrer da pesquisa fui, aos poucos, compreendendo que as descontinuidades sociais de fato existiam, mas não se limitavam apenas a cada um dos territórios demarcados. As duas reservas, em conjunto, formavam complexas redes de relações sociais que se cruzavam de diferentes maneiras, o que, segundo Sardan (1995), poderíamos categorizar como arena onde diferentes grupos estratégicos se encontram e se confrontam conforme seus interesses.

Por sua vez, as agências governamentais gestoras das Reservas, CNPT/ICMBio/IBAMA da RESEX Médio Juruá, e CEUC/SDS da RDS, não se constituíam em blocos uniformes detentores exclusivos do poder sobre tais territórios. A constituição de cada uma dessas agências, por meio da seleção de seus funcionários e da definição de suas ações políticas, foi também fruto de interações entre sujeitos sociais das agências de governo e entre estes e as lideranças das organizações sociais locais em diferentes momentos. A compreensão da dinâmica de atuação do Estado passava pela percepção de que cada uma de suas agências não possuía uma única configuração. As agências governamentais e também as organizações sociais são, internamente, e na relação de umas com as outras, fruto de complexas redes de relações, cujos elementos invariantes são os sujeitos sociais que circulavam entre as instituições conforme suas estratégias e os diferentes contextos. Assim, o Estado, representado pelos agentes públicos e suas redes de relações se apresenta com diferentes faces.

A inspiração no modelo de análise de Geertz (1967; 1995)

Tomei como inspiração, para dar conta da principal questão da tese, o modo de Geertz conceber a estrutura do Estado em Bali, que aparentemente era ausente em meio a um conjunto diverso de aldeias (1967; 1995). Para este autor, a impossibilidade de perceber naquela realidade a existência de um Estado moderno, como lócus do poder centralizado, estava justamente no fato de que o poder ali era multicêntrico. Estava espalhado por diversos planos de organização social que se intersectavam de modos diferentes. O que para Geertz era invariante não era a estrutura em si, mas o conjunto de ingredientes que a compunham. De modo

semelhante, para compreender a dinâmica social da relação entre estado e populações locais no médio Juruá, discriminei alguns planos organizacionais de significância: Igreja Católica (Paróquia e MEB), RESEX Médio Juruá, RDS Uacari, Comunidades das Reservas, ASPROC, CODAEMJ, CNPT/ICMBio/IBAMA, CEUC/SDS, Prefeitura de Carauari e INCRA, e tentei demonstrar a maneira pela qual esses diferentes planos se intersectavam.

O médio Juruá como uma arena

Seria possível pensar a realidade do médio Juruá como uma arena, categoria proposta por Sardan (1995) para analisar experiências com projetos de desenvolvimento rural na África. O modelo de Sardan concebido para pensar uma realidade contemporânea, em associação aos planos de organização social propostos por Geertz, para outro contexto, poderia ser uma boa ferramenta para tornar compreensíveis os processos na região estudada. Uma arena, segundo Sardan (1995) é um lugar de “afrentamento político”, onde circulam e se relacionam sujeitos sociais de categorias diversas. Desse modo, na arena do médio Juruá, os sujeitos sociais de categorias diversas, articulados nos planos discriminados acima se encontram e se confrontam promovendo uma interseção entre tais planos. Os processos que envolveram a criação e a implantação das duas reservas na arena do médio Juruá, colocaram, e ainda colocam, em relação direta ou indireta: moradores das comunidades das reservas, pescadores da cidade, lideranças das organizações sociais (ASPROC, AMARU, CNS, CODAEMJ), religiosos da Igreja Católica e agentes do MEB, funcionários públicos (SDS, ICMBio, IBAMA, INCRA, Prefeitura de Carauari), gestores e funcionários dos órgãos públicos e empresas privadas que compram produtos da floresta (Cognis/Natura). Esses sujeitos desenvolveram em torno de tais processos estratégias pessoais e profissionais, manejadas segundo critérios múltiplos. Tal arena, segundo Sardan, seria como sistema de recursos e oportunidades do qual cada um tenta se apropriar a sua maneira. Os planos de organização aos quais os sujeitos sociais pertencem são diferentes sistemas de poder, revelando assim a sua multidentalidade. Sendo o poder uma dimensão inelutável de toda relação social, tais sistemas de poder supõem a autonomia relativa dos atores que embora dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, nunca são desprovidos (Sardan, 1995; Foucault, 1983).

A luta de classificações

Pensar o Estado por meio de planos organizacionais que se intersectam numa arena nos possibilitou compreender porque foram criadas uma RESEX e uma RDS por duas agências governamentais de esferas distintas, numa área aparentemente contínua envolvendo as mesmas comunidades e organizações sociais. A etnografia dos processos ali envolvidos permitiu compreender com mais clareza a configuração do Estado naquela região, suas múltiplas faces e seu caráter multicêntrico e, em conseqüência, permitiu também compreender os fatores determinantes que propiciaram a criação dos dois territórios em estudo. De pronto, ficou evidente que a denominação destes dois territórios não provinha de suas propriedades naturais. Como sustenta Esterici (2008), “são partes de processos sociais complexos, nos quais intervêm decisivamente ações e lutas políticas em que estão envolvidas agências e instituições nacionais e estrangeiras, do Estado e da sociedade civil (ONGs, Igrejas, entidades de representação) e, ligados a esta ou àquela instituição”. A autora salienta ainda que todos esses atores agem conforme as posições que ocupam no campo político-ambiental, intervindo no processo segundo as “regras e critérios dos grupos e instituições aos quais pertencem”. Desse modo, entre os critérios pertinentes para compreendermos os processos que culminaram na criação de uma RESEX numa margem do Rio Juruá e de uma RDS na outra margem, como sustenta Bourdieu (1998:120) devem estar também “as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões”.

De fato, estamos lidando com sistemas de classificação do espaço. Estes sistemas de classificação que produziram a RESEX Médio Juruá e a RDS Uacari, ora estão em disputa, quando do enunciado que dá sustentação à definição legal dos territórios, ora operam em complementaridade, nas práticas política e de gestão, quando técnicos da agência estatal vão trabalhar na agência federal e vice versa, como o agente do MEB que foi chefiar o CNPT/IBAMA e posteriormente foi contratado pela SDS do estado. Embora os discursos classificatórios se apresentem como baseados em critérios técnicos e ecológicos, eles estão de fato baseados em critérios sociais porque são parte da vida social (Esterici, 2008). Toda classificação é arbitrária e conjectural (Borges, 2005; Foucault, 1992) e deixa transparecer processos sociais complexos e múltiplos interesses. Nesse sentido, não importa tanto se a classificação é correta como realidade, visto que esta é sempre uma

invenção (Cf. Mendes,1974; Gondim,1994). Como sugere Rancière (2005) basta apenas fazer “coincidir uma diferença específica com o traçado de uma linha sobre o mapa”, constituindo assim territórios imaginários que servem a múltiplos interesses.

A reconceituação da Amazônia na geopolítica mundial e nacional, de fronteira econômica pautada pela exploração intensiva dos recursos naturais para fronteira de preservação da biodiversidade (Becker, 2004) tem levado o Estado, por meio dos governos federal e estadual, a redefinir espaços, ora em aliança com os atores locais (moradores das áreas extrativistas, associações, equipes locais da Igreja Católica, movimentos sociais), ora com atores diversos e difusos (pesquisadores, cientistas, ambientalistas, empresários “verdes”). Estes espaços, antes “espaços de vida”, recortados por critérios primordiais e sociais, têm se convertido, entre outras modalidades, em Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável como os que ora observamos no médio Rio Juruá, e os critérios ecológicos, aliados aos interesses das populações locais são agora os definidores dos limites e das possibilidades das relações nestas áreas.

Poder tutelar – a face oculta do estado

A acepção relacional do poder que desloca sua centralidade, se conjuga a uma acepção mais substancial, o “poder instituído”, concentrado e não difuso como sustenta Sardan (1995). A esta modalidade, que concorre com os demais sistemas de poder nos diferentes planos organizacionais, Lima (1995) denominou de poder tutelar, e se caracteriza por ser uma forma velada de dominação por parte dos agentes do Estado. A tutela, segundo Pacheco (1988), se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável de um dos elementos na obrigação correlata que esse contrai com o tutelado, e com a sociedade envolvente de assistir a conduta do tutelado (acompanhando, auxiliando e corrigindo) de modo a resguardar os seus próprios interesses. Tais considerações se baseiam em evidências produzidas no debate em torno da presidência do Conselho Deliberativo da RESEX Médio Juruá e da substituição do Plano de Uso das Reservas Extrativistas pelo Plano de Manejo como principal instrumento norteador das ações nestes territórios.

A criação de muitos desses espaços territoriais tem sido objeto de reivindicação de grupos sociais residentes. Regidos por estatutos fixados na legislação, esses espaços territoriais guardam as marcas imprimidas pelos habitantes, garantem a eles acesso e controle sobre os recursos existentes, funcionam como base de sua organização local e proteção de seus modos de vida.

Ao reconhecer e legitimar essas pretensões, no entanto, os agentes públicos negociam e dão novas formas a intervenção do Estado e consolidam o seu poder tutelar. Dessa forma, poderíamos dizer que os moradores vivem nesses territórios não para além da tutela, mas sim, aprendendo a lidar com sua face oculta.

A diversidade dos processos de ambientalização

Mais que a definição de um fenômeno moderno, o conceito de “ambientalização”, tal como proposto por Leite Lopes (2004), diz respeito, entre outras coisas, ao modo como os diversos atores (trabalhadores, empresários) e, sobretudo o Estado e suas agências, passam a utilizar a questão ambiental como repertório de expressão de seus interesses e reivindicações.

Tal processo implica transformações nas diversas relações sociais, dentre as quais Leite Lopes (2004) destaca as transformações no Estado e no comportamento das pessoas. Agências públicas ambientais como o CNPT/ICMBio, o IBAMA/AM e a SDS vêm re-configurando suas estratégias de produção de territórios. Ao mesmo tempo em que a gestão agrária do território no estado do Amazonas, vai também aos poucos se ambientalizando, na medida em que o INCRA passa a priorizar a criação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas e o reconhecimento de populações de Unidades de Conservação de Uso Sustentável como beneficiárias do programa de reforma agrária.

Ao falar do CNPT/ICMBio/AM e CEUC/SDS/AM, órgãos gestores das RESEX Médio Juruá e RDS Uacari, respectivamente, poderíamos pensar que estamos falando de duas agências governamentais ambientais que se diferenciam apenas por suas esferas institucionais: a primeira se localiza no âmbito do governo federal e a segunda no âmbito do governo estadual. Mas, logo, nas primeiras conversas e entrevistas, com funcionários de cada um dos órgãos, percebe-se um contexto marcado por momentos de tensão e situações de conflito.

A defesa por parte do CNPT de criação de RESEX e por parte do CEUC, de criação de RDS, por um lado inaugura a mudança na forma de atuar no campo das políticas públicas ambientais, no sentido da valorização e do respeito às populações residentes, vez que ambas são Unidades de Conservação de Uso Sustentável que têm como pressuposto não mais deixar invisíveis estas populações amazônicas, como foi muitas vezes feito anteriormente. Por outro lado, traz à tona diferentes modos de conceber noções apenas aparentemente consensuais, como a de “uso sustentável”. Segundo Bourdieu (1998), o campo de cada um desses órgãos,

constituído ao seu modo, seja o do CEUC/SDS, seja o do CNPT/ICMBio/AM, se compõe de pessoas que se diferenciam umas das outras em virtude das posições por elas ocupadas nos vários sub-campos. Cada um destes sub-campos se estrutura “a partir dos eixos classificatórios que neles operam (...) e reatualizar assimetrias as mais sutis e as mais explícitas” (Lima, 2002a: 148).

Para não concluir...

Para analisar os processos que concorreram para a criação e implantação das RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari, sob o ponto de vista da mudança ocasionada nas localidades das reservas, nos órgãos públicos e nas organizações sociais envolvidas, procurei considerar o campo de relações engendrado e alguns dos distintos níveis de agenciamentos humanos que tais processos propiciaram, a partir de funcionários e gestores dos órgãos públicos em questão e as organizações sociais locais, os quais denominei de planos organizacionais, a exemplo de Geertz. Discriminei em minha análise alguns planos para dar conta de um objeto dinâmico e em permanente construção, mas vários outros planos poderiam ser ainda estudados: os relacionados às relações econômicas que envolvem as empresas que comercializam produtos no Rio Juruá como a Cognis/Natura; as relações de gênero, já que há várias mulheres que nos últimos anos vêm assumindo lideranças de comunidades no médio Juruá, das organizações sociais e a carreira política; e tantos outros.

Embora em cada um dos planos evocados existam princípios estruturadores, algumas manobras, reciprocidades e manipulações podem acontecer de diversos modos dentro de cada um deles. Por aí, podemos perceber o quão complexos e imprevisíveis são tais processos classificatórios que, como sugere Rancière (2005), promovem a geografia simbólica dentro de uma política imaginária. Assim, recortam-se os espaços de vida e produzem-se territórios, como a RESEX Médio Juruá e a RDS Uacari que podem conter tanto os elementos da mudança quanto os da reprodução de tudo aquilo que se quer transformar.

Referências Bibliográficas

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ABRA. **Estatuto da Terra**: 30 anos. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. vol.25. n.1.jan/abr de 1995.

ADOLPHO, Álvaro (Senador). **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73 de 1951. Rio de Janeiro.D.I.N./ Senado Federal, 1951.

AGASSIZ, Louis e ELIZABETH. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

AGROAMBIENTAL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da RESEX Médio Juruá**. Manaus: Agroambiental/INCRA/AM, 2001.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 827p. Tese de Doutorado. Brasília, DF: UnB-Centro de Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008a.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 08 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Rubber tappers of the upper Juruá River, Brazil**. The making of a Forest peasant economy. Cambridge: Ph.D. Dissertation, 1992.

_____. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, nº. 55, junho/2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARNT, Ricardo Azambuja (org.) **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

AUBERTIN, Catherin; PINTON, Florence; LESCURE, Paul. **Relatório da Missão a Carauari**. Manaus: Programa ORSTOM/INPA, 1993, mimeo.

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro/ Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BAILEY, F.G. **Gifts and Poison**. Oxford: Basil Blackwell. 1971, pp. 1-25.

BARRETTO FILHO, Henyo T. Da nação ao planeta através da natureza. Brasília: **Série Antropologia**, nº 222. 1997. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie222empdf.pdf>> Acesso em 10/10/2006.

_____. Notas para a história de um artefato cultural: O Parque Nacional do Jaú. In: **Terra das Águas**: Revista de Estudos Amazônicos, Brasília, v.1, nº1, p. 53-76, 1999a.

_____. A história da conservação da natureza no Brasil como uma peleja moral. In: **Terra das Águas**: Revista de Estudos Amazônicos, Brasília, v.1, nº2, p. 279-284, 1999b.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do novo milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Um pouco-Antes e além-Depois. Manaus: Humberto Calderaro, 1977.

BOISSEVAIN, Jeremy. Patronage in Sicily. **Man**, 1(1):18-33, 1966.

BOHANNAN, P. & DALTON, G. Introduction. In: Bohannan & Dalton (eds.) **Markets in Africa**. Londres, Anchor Books, 1965, pp. 1-32.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A casa ou o mundo às avessas. In: Mariza Corrêa (org.). **Ensaio sobre a África do Norte**. Textos Didáticos, n. 46, fevereiro de 2002, IFCH / Unicamp.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRITO, M^a Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

CAMERON, Stephen Robert. **Resource use and conservation in the proposed Middle Juruá Extractive Reserve: community and household variations and their implications for reserve success**. Michigan State University/Departamento of Geography: Master of Arts Thesis, 1999.

CÂNDIDO, José Edinázio Felinto. **A revitalização da borracha no Médio Juruá**. Relatório de conclusão de curso. UEA/Carauari, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CÁUPER, Geni Conceição de Barros; SANTOS, Juscelino Batista dos Santos; SANTOS, Maria do Carmo Neves dos; LIMA, Aldeniza Cardozo de. **O processo evolutivo do Licenciamento Ambiental no Estado do Amazonas**. Monografia. Manaus: CCA/UFAM/Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, 1999.

CHAYANOV, A. V. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems . In: **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 1999.

_____. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2003.

CORREIA, José de Castro. **Introdução dos Óleos Vegetais na Matriz Energética do Médio Juruá e a Valorização da Biodiversidade** - Estudo de Caso da Andiroba. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2002.

COSTA, Francisco de Assis. Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In: XIMENES, Tereza (org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: Supercores, 2000.

CUNHA, Manoela Carneiro da.; ALMEIDA, Mauro Barbosa de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA-RIN, Silvio. **Espelho partido**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

DAVIS, Shelton. **As Vítimas do Milagre**. Petrópolis, Zahar, 1978.

DE NEVE, Geert Patronage and "community": the role of a Tamil "village" festival in the integration of a town. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, 6(3), 2000.

DERICKX, João. **No coração da Amazônia**: Juruá, o rio que chora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

_____. **Reserva Extrativista**: “mais vida neste chão”. Belém, PA: Meridional, 2007.

DE VRIES, Pieter. Vanishing mediators: enjoyment as a political factor in western Mexico. **American Ethnologist** 29(4):901-927, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os aoutsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTERCI, Neide. (1984) **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas Centro Edelstein, 2008 (www.bvce.org)

_____. (1987) **Conflito no Araguaia – peões e posseiros contra a grande empresa**. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas Centro Edelstein, 2008 (www.bvce.org)

_____. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. In: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, 2002, Ano 1, n. 1.

_____. **Ambientalismo e conflito social na Amazônia Brasileira**. Relatório Substantivo FEPIM, 2006.

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências. In: **Revista Megadiversidade**, v. , nº 1, julho 2005. (<http://www.conservacao.org/publicacoes/files/16_Fearnside.pdf>)

FERRETTI, Sérgio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade. São Luis, MA: EDUFMA, 2008.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792 – Memórias Antropologia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA de CASTRO, José Maria. **A selva**. Lisboa: Guimarães Editores, 1955.

FOSTER, George. What is a Peasant? In: Potter, J.M. et al. **Peasant Society: a Reader**. Boston, Little Brown, 1967.

_____. Peasant Society and the Image of Limited Good. In: Potter, J.M. et al. **Peasant Society: a Reader**. Boston, Little Brown, 1967.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

_____. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

GEERTZ, Clifford. Form and Variation in Balinese Village Structure. In: **Peasant Society: a Reader**. Boston, Little Brown, 1967, pp.255-278.

_____. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.

_____. **Negara: O Estado Teatro no Século XIX**. Lisboa: DIFEL, 1991.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

Governo do Estado do Amazonas. **Cartilha do Programa Zona Franca Verde**. Manaus: SDS/GEA, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. In: AGB. **Terra Livre**. São Paulo, nº 11-12, ago. 92/ago. 93, 1996.

_____. **Geografando os varadouros do mundo**: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOULART, José Alípio. **O regatão** (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

GUSFIELD, Joseph. The social construction of community: concepts as existential types. In: **Community, a critical response**. N. York: Harper & Row Pub., 1975.

HATAHAWAY, David. **Biodiversidade e biotecnologia: um glossário**. Rio de Janeiro: AS-PTA; FLACSO, 1993.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; GARCIA Jr., Afrânio. Trabalho familiar e campesinato. **América Latina**, 14 (1-2), 1971.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEARNEY, Michael. **Reconceptualizing the peasantry. Anthropology in Global Perspective**. Westview Press, 1996.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas, 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LEITE LOPES, José Sérgio. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 12, n. 25. Porto Alegre: PPGSA/IFCH/UFRGS, 2006.

LIMA, Antônia Suzy Barros de. **Implementação das Unidades de Conservação RDS Uacari e RESEX Médio Juruá**. Relatório de conclusão de curso. UEA/Carauari, 2006.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.) **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2002a.

_____. Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista. In: LIMA & HOFFMANN (orgs.) **Estado e povos indígenas**: bases para uma nova política indigenista II, 2002b.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.) **Além da tutela**: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002c.

LIMA, Deborah de Magalhães. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 3, N°1, 2004.

LIMA, Deborah de Magalhães (org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos Rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília/DF: UNB, **Série Antropologia**, 2002.

LOBÃO, Ronaldo J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Tese de Doutorado. UNB, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MAUAD, Ana Maria. Imagens de passagens: fotografias e os ritos da vida católica da elite brasileira, 1850-1950. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 2000. v. 10.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). **Memorial Institucional**. Caruaru, AM: MEB, junho de 2003, mimeo.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**. 2.ed. Manaus: EDUA, 1997.

MESQUITA, Rita; Marinelli, Carlos Eduardo; Pinheiro, Paula Soares. Quando a ciência ajuda a formulação de políticas de conservação na Amazônia. In: Rapp Py-Daniel, L.; Deus, C.P.; Henriques, A.L.; Pimpão, D.M. & Ribeiro, O.M. (orgs). **Biodiversidade do Médio Madeira**: bases científicas para propostas de conservação. Manaus: Probio/MMA, 2007.

MINTZ, Sidney. Internal market system as mechanism of social articulation. In: V.F. Ray (ed.), **The Intermediate Society**. Washington: University of Washington Press, 1959.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia. O conceito e a paisagem**. Belém: CNPQ-INPA, 1958.

NOVAES, Regina C. Reyes. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTECI; FRY; GOLDENBERG (Ogs.). **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas. In: LIMA, Deborah. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”**, os Ticuna e o regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem da volta**, etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. pp.13-39.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: **Coleção Grandes Cientistas Sociais**: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo no Brasil. In: Enrique Svirsky e João Paulo Capobianco (orgs.) **Ambientalismo no Brasil: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 1997, pp. 13-18.

PALMEIRA, Moacir. **Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões**. mimeo, 1974.

PANTOJA FRANCO, Mariana Ciavata. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá. In: Esterici, N.; Medeiros, L.S... et al. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **Os Milton**: cem anos de história familiar nos seringais. Tese de Doutorado. Campinas/SP, 2001.

_____. Caboclos e cariús nos seringais do Alto Juruá. **Boletim Rede Amazônia**. Dinâmicas de Ocupação e de Exploração – efeitos e respostas socioculturais, Ano 2, No 1. IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFGA, Rio de Janeiro/Belém, 2003, pp. 15-27.

PARÉDIO, Lindoneide Lima. **Fontes Renováveis de Energia Elétrica para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**: análise sócio-econômica do projeto Óleos Vegetais na Comunidade do Roque, Reserva Extrativista do Médio Juruá-município de Carauari. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM, 2003

PINHEIRO, Jane. Antropologia, arte, fotografia: diálogos interconexos. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 2000. v. 10.

PITT-RIVERS, Julian – Friendship and Authority. In: **The People of the Sierra**. The University of Chicago Press. London, 1971, pp.137-160.

POLANYI, Karl. The Economy as an Instituted Process. In: Polanyi, K. et al. - **Trade and Market in the Early Empires**. New York, The Free Press, 1957.

_____. **A Grande Transformação** - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. SP: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O sitiante brasileiro e o problema do campesinato. In: **O Campesinato Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

RAMBAUD, Placide. Os agricultores poloneses em luta pela sua identidade. In: Drabik, G. & Fernandes, Rubem César. (Orgs.). **Polônia, o partido, a Igreja, o Solidariedade**. Cadernos do ISER. Rio de Janeiro: Marco Zero, n.5, 1984.

RANCIÈRE, Jacques. Borges à Sarajevo. In: **Chroniques dès temps consensuels**. Paris La Librairie du XXIe. Siècle/Seuil, 2005.

REDFIELD, Robert. The Peasant View of the Good Life. In: **Peasant Society and Culture**. The University of Chicago Press, Chicago, 1956.

_____. Peasant Society and Culture. In: **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

SAHLINS, Marshall David. Adeus aos tristes tropos In: **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SCHWEICKARDT, Kátia H.S.C. **Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia**: Os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2001.

SDS. **Estudo Socioeconômico e Laudo Biológico**: Proposta para criação de uma reserva de categoria de uso sustentável no médio Rio Juruá, município de Carauri/AM. Manaus: SDS/GEA, 2004. Mimeo.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

SILVERMAN, Sydel. The community-nation mediator in traditional central Italy. In: Potter, J. M. et al., **Peasant Society: a Reader**. Boston: Little Brown, 1967.

_____. The peasant concept in Anthropology. **The Journal of Peasant Studies**, v.7, n.1, 1979.

SIMMEL, G. Conflict. In: Wolff, Kurt H. (org.) **The Free Press**. Glencoe. (Illinois), 1908.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil – 1817-1820**. São Paulo: Melhoramentos, Tomo 3, 1976.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, Octavio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. [1.ed.: 1972], 2.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VIANA, Virgílio M. **As florestas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

VISBISKI, Vivieny N.; WEIRICH NETO, Pedro H. Escola Familiar-Rural: uma escola diferente. In: **Revista de Extensão Rural**. DEAER/CPGExR – CCR- UFSM, Ano XI, jan-dez de 2004.

WEBER, Max. Los tipo de dominación. In: **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

_____. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Brasília: EDUNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)